

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

“PAIXÃO PELA NATUREZA”, ATUAÇÃO PROFISSIONAL E
PARTICIPAÇÃO NA DEFESA DE CAUSAS AMBIENTAIS NO RIO
GRANDE DO SUL ENTRE 1970 E INÍCIO DOS ANOS 2000.

WILSON JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA

TESE APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO SUL, COMO REQUISITO PARCIAL À
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL

ORIENTADOR: PROF. DR. ODACI LUIZ CORADINI

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2005

WILSON JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA

“PAIXÃO PELA NATUREZA”, ATUAÇÃO PROFISSIONAL E PARTICIPAÇÃO NA
DEFESA DE CAUSAS AMBIENTAIS NO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 1970 E
INÍCIO DOS ANOS 2000.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em
Antropologia

BANCA EXAMINADORA

PROF.DR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA
DEP. SOCIOLOGIA/ICHF/UFF

PROF. DR. JALCIONE PEREIRA DE ALMEIDA
PGDR/IFCH/UFRGS

PROFA.DRA. CLAUDIA W. LEE FONSECA
PPGAS/IFCH/UFRGS

AGRADECIMENTOS

A realização dessa tese contou com uma bolsa de doutorado obtida junto ao Programa de Capacitação Institucional de Docentes e Técnicos (PICDT) da CAPES e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas. Esse apoio financeiro e o afastamento das atividades docentes e burocráticas do Departamento de Sociologia e Política da referida universidade de 2001 a 2004, possibilitaram minha dedicação integral ao curso de doutorado em antropologia social e à realização da pesquisa que resultou nessa tese. Acrescente-se ainda a confiança e o apoio recebidos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A prontidão, precisão na identificação dos principais problemas e incentivo encontrados na orientação do Prof. Dr. Odaci L. Coradini foram determinantes para a elaboração, continuidade e finalização dessa tese. Além disso, ao longo de sua realização ela contou também com a leitura crítica e os preciosos conselhos da Prof^a Dr^a Cláudia W. L. Fonseca, do Prof. Dr. Jalcione P. de Almeida e do Prof. Dr. José Carlos G. dos Anjos. As sucessivas leituras e sugestões, além das cotidianas e entusiasmadas conversas com Fernanda R. Petrarca sobre ciências sociais e o problema de pesquisa ao longo do desenvolvimento da investigação foram particularmente importantes para suplantar certas dificuldades e aprofundar algumas questões tratadas.

A investigação que resultou nesse trabalho não teria sido possível sem a disponibilidade e a colaboração dos entrevistados e militantes das associações ambientalistas que se dispuseram a narrar suas experiências e a permitir o acesso às reuniões e às atividades realizadas pelas mesmas, além de sugerirem o contato com documentos e outras fontes de informação.

RESUMO

Esse trabalho analisa as condições sociais de emergência e as dinâmicas de participação na defesa de causas ambientais no estado do Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000. As mobilizações ambientalistas ocorridas em tal estado no início dos anos 70 são consideradas pela literatura pertinente como um dos marcos principais do nascimento do ambientalismo no Brasil, devido ao caráter precursor das associações e lideranças que participavam de tais mobilizações. Trata-se de demonstrar que elas também são representativas da configuração de um militantismo de reconversão profissional para atuação nas mais diferentes esferas sociais. Tal caracterização do ambientalismo como uma “área de atuação profissional” está relacionada ao fato de se tratar de uma causa cuja emergência e consolidação foi influenciada por variáveis exógenas e, mais especificamente, pela pressão e formulação de diretrizes ambientais nas instâncias internacionais. Ela resulta também da conformação das forças sociais e políticas que participaram das mobilizações e organizações nos diferentes momentos de sua constituição. Ela está respaldada em concepções militantistas da formação e do exercício profissional, segundo as quais a “profissão” sempre implica a capacidade ou a competência de associar os recursos adquiridos durante o processo de escolarização à “realidade” e à “prática” política. Todavia, as mobilizações ambientalistas ocorridas a partir da década de 70 e sua expansão nos anos oitenta se caracterizam pela diversificação dos padrões de utilização da formação escolar e universitária como instrumento de politização para a atuação profissional em diferentes esferas de atividade. Passa-se de uma situação em que as predisposições e os recursos para tal militantismo resultavam da bagagem cultural e política vinculada ao meio familiar, para uma outra na qual eles resultam das inserções dos dirigentes em diversas redes de organizações e de “movimentos sociais”. Com isso, as gratificações obtidas com tal militantismo e as bases que sustentam e dão acesso ao exercício profissional nessas diversas esferas de atividade se encontram diretamente ligadas à vinculação simultânea dos dirigentes em tais redes sociais. Por isso, os objetivos e as intervenções associativas nas instâncias de proteção ambiental têm se caracterizado por um elevado grau de atomização e de segmentação e são muito difíceis de serem conciliadas, sendo que quando isso acontece é de forma muito circunstancial e provisória.

ABSTRACT

This thesis analyzes the social conditions of emergency and the dynamic of participation in the defense of the environment in the Brazilian State of Rio Grande do Sul between 1970 and beginning of years 2000. The mobilizations in defense of the environment in such State in the beginning of years 70 are considered by pertinent literature as one of main landmarks of the birth of the environmental activism in Brazil, had to the precursory character of the associations and leaderships that participated of such mobilizations. It is treated to demonstrate that they also are representative of the configuration of a standard of professional reconversion for the intervention in the most different social spheres. Such characterization of the environmental activism as a "field of professional specialization" is related to the fact to be about a cause whose emergency and consolidation were determined by external influences and, more specifically, for the pressure and formularization of principles of protection of the environment in the international instances. It also results of the conformation of the social forces that participated of the mobilizations and organizations at the different moments of its constitution. It still results of conceptions of the formation and the professional exercise, according to which the "profession" always implies the capacity or the ability to associate the resources acquired during the process of pertaining to school and university formation to the "reality" and "practical" the politics. However, the mobilizations in defense of the environment from the 70 decade of and its expansion in the Eighties is characterized for the diversification of the standards of use of the pertaining to school and university formation as instrument of politicalization for the professional exercise in different spheres of activity. We pass of a situation where the predispositions and the resources for such activism resulted of the cultural luggage and politics of the origin family, for one another one in which they result of the insertion of the leaderships in diverse networks of organizations and "social movements". With this, the gratuities gotten with such activism and the bases that support and give access to the professional exercise in different spheres of activity are directly dependents of the insertion of the leaderships in the related networks. Therefore, the objectives and the associative interventions in the instances of protection of the environment are characterized by one atomistic and segmented structure and are very difficult to be conciliated, being that when this happens it is of circumstantial and very provisory form.

RESUME

Ce travail analyse les conditions sociales de possibilité et les dynamiques de la participation à la défense de l'environnement dans la Province brésilienne du Rio Grande do Sul entre 1970 et des années 2000. Les mobilisations environnementalistes dans le début des années 70 sont considérés par la littérature comme point de départ pour la naissance du « mouvement écologiste » au Brésil, a dû le caractère précurseur des associations et des dirigeants qui ont participé de telles mobilisations. On le traite pour démontrer qu'ils sont également représentant de la configuration d'un militantisme de reconversion professionnel pour l'intervention dans les sphères sociales les plus différentes. La caractérisation du militantisme écologiste comme un « secteur d'exercice professionnel » est liée au fait de la formation et la consolidation de la cause environnementaliste ont été influencées par des variables exogènes et, plus spécifiquement, par la pression et l'élaboration des propositions pour la protection de l'environnement dans les instances internationales. Elle est également résultée de la conformation des forces sociales qui ont participé des mobilisations et associations de la protection de l'environnement aux différents moments de la constitution de tels causes. Enfin, il est approuvé dans des conceptions de la formation et exercice professionnel qui attribuent à l'"profession" la capacité d'associer les ressources acquises dans l'école et l'université à la « réalité » et à la « politique ». Cependant, les mobilisations environnementalistes dans les années 70 et son expansion dans les 80 est caractérisée pour la diversification des modalités d'utilisation des ressources académiques comme instrument de politisation pour l'exercice professionnel dans différentes sphères d'activité. Nous passons d'une situation où les prédispositions et les ressources qui mènent au militantisme ont résulté du bagage culturel et politique de la famille d'origine, pour une autre situation où ils résultent de l'insertion des dirigeants dans les réseaux de organisations et « des mouvements sociaux ». Avec ceci, les types de rétribution recherchés avec un tel activisme et les bases qui soutiennent l'accès à l'exercice professionnel dans différentes sphères d'activité sont directement dessus à l'insertion des dirigeants dans tels réseaux. Par conséquent, les objectifs et les interventions associatives dans les instances de la protection de l'environnement sont caractérisés par une structure atomistique et segmentée, sont très difficiles à être conciliés et quand ceci se produit il est très circonstanciel et provisoire.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	2
RESUMO	3
ABSTRACT	4
RÉSUMÉ.....	5
SUMÁRIO.....	6
APRESENTAÇÃO	9
1 - O OBJETO DE ESTUDO E O PROBLEMA DE PESQUISA	10
2 – PLANO GERAL DA TESE	15
CAPÍTULO I – CENÁRIOS DA DEFESA AMBIENTAL NO RIO GRANDE DO SUL.....	26
1.1 – AS “ORIGENS” E AS “RAÍZES” DO AMBIENTALISMO GAÚCHO	28
1.2 – O ESTADO ATUAL DAS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE A DEFESA AMBIENTAL.....	31
1.3 – AS MOBILIZAÇÕES AMBIENTALISTAS E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS	47
A) “NATUREZA”, “ECOLOGIA” E CONSTRUÇÃO DE CAUSAS AMBIENTAIS	48
B) A DEFESA DO MEIO AMBIENTE COMO UM “NOVO MOVIMENTO SOCIAL”	54
1.4 – MEIO AMBIENTE, REDES SOCIAIS E DINÂMICAS DE PARTICIPAÇÃO NA DEFESA DE CAUSAS AMBIENTAIS	60

CAPÍTULO II – AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA E AS DINÂMICAS DE REDEFINIÇÃO DA CAUSA AMBIENTAL	78
2.1 – A EMERGÊNCIA DA TEMÁTICA AMBIENTAL NO ÂMBITO GOVERNAMENTAL.....	80
2.2 – AS MOBILIZAÇÕES AMBIENTALISTAS E AS REDEFINIÇÕES DA CAUSA AMBIENTAL.....	85
A) Os “ANTECEDENTES HISTÓRICOS” DO AMBIENTALISMO BRASILEIRO E GAÚCHO.....	86
B) DA “ELITE DE NATURALISTAS” AOS NATURALISTAS DA ELITE	91
C) A EXPLOSÃO DE ORGANIZAÇÕES E A DESARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO.....	101
2.3 – DIFUSÃO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL E DIVERSIFICAÇÃO DAS REDES DE RECRUTAMENTO DO AMBIENTALISMO	112
CAPÍTULO III – A “PAIXÃO PELA NATUREZA” E O ENGAJAMENTO NA DEFESA AMBIENTAL	117
3.1 – O INGRESSO NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE COMO O “DESPERTAR” DE UM “INTERESSE” QUE VEM DE LONGA DATA.....	121
A) A “EXPERIÊNCIA VIVENCIADA” COM A “NATUREZA” E COM A “POLÍTICA” E O “INTERESSE” PELO AMBIENTALISMO	132
B) O AMBIENTALISTA COMO UM PROFISSIONAL E MILITANTE	149
3.2 – ESCOLARIZAÇÃO, MILITANTISMO E O GOSTO PELA DEFESA AMBIENTAL.....	168
A) A FORTE MOBILIDADE SOCIAL E A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA NO MEIO FAMILIAR	170
B) A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E O INGRESSO NO AMBIENTALISMO.....	181
3.3 – FORMAÇÃO ESCOLAR, REDES SOCIAIS E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	189
CAPÍTULO IV – A DEFESA DO MEIO AMBIENTE COMO UMA “ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL”	200
4.1 – Os AMBIENTALISTAS “PIONEIROS” E A “NOVA MORAL ECOLÓGICA”.....	204
4.2 – Os ANOS OITENTA E A PROLIFERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SETORIAIS	238
4.3 – ATUAÇÃO PROFISSIONAL, RETRIBUIÇÕES DO MILITANTISMO E PROFISSIONALIZAÇÃO DA DEFESA AMBIENTAL.....	326

CAPÍTULO V – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LUTA AMBIENTAL E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA MILITÂNCIA	336
5.1 – A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS E OS SIGNIFICADOS DO PERTENCIMENTO ASSOCIATIVO	341
5.2 – DINÂMICAS DE REUNIÕES E MODALIDADES DE INTERVENÇÃO “ÉTICA- FILOSÓFICA”, “POLÍTICA-IDEOLÓGICA” E “TÉCNICA-CIENTÍFICA”.	351
5.3 – O PREDOMÍNIO DA INTERVENÇÃO CONVENCIONAL.....	376
A) OS CONSELHOS E COMITÊS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	380
B) AS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO DO MEG	392
5.4 – “VOLUNTARISMO”, “PARTIDARISMO” E “PROFISSIONALIZAÇÃO” DA MILITÂNCIA AMBIENTALISTA	415
CONCLUSÕES.....	422
REFERÊNCIAS	434
APÊNDICES	443
APÊNDICE 1: LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS MAIS RECORRENTES.....	444
APÊNDICE 2: LISTA DE DIRIGENTES.....	446
APÊNDICE 3: TABELAS	451
ANEXOS	455
ANEXO 1: FOTOGRAFIAS	456

APRESENTAÇÃO

Atualmente, os problemas ambientais têm sido apresentados ao público geral como problemas passíveis de levar a uma “crise” do sistema social como um todo, uma vez que não se trata simplesmente de questões particulares e privadas que ameaçam determinados países e camadas da população e, sim, de problemas que podem conduzir a uma “crise geral da sociedade”, que ameaçam a “existência do planeta” e, assim, a própria “sobrevivência da humanidade em seu conjunto”. Tal discurso remete a uma concepção da defesa do meio ambiente¹ que tem como elemento principal a reivindicação da preservação de um “estado natural” e de uma “harmonia pré-estabelecida” e a atribuição de tal interesse à humanidade como um todo (LASCOURMES, 1994).

Acontece que, se ao nível do público geral a proteção ambiental é quase sempre apresentada sob a forma do evidente e do homogêneo, dada a força de evidência e de imposição do imperativo midiático “É preciso proteger o meio ambiente” (LASCOURMES, 1994), quando nos defrontamos concretamente com os atores que participam dos processos de produção de causas ambientais, é sob a forma do heterogêneo e do diferente que eles se deixam inicialmente apreender. Os contatos iniciais com as organizações e os dirigentes voltados à defesa ambiental trazem à tona modalidades de concepção e dinâmicas de organização e de atuação extremamente

¹ . Às vezes, os trabalhos científicos utilizam denominações e dicotomias que se misturam às divisões estabelecidas pelos próprios militantes. Como salienta Ollitrault (2001, p. 107), esse é o caso dos termos “ambientalista” e “ecologista”, que são utilizados comumente pelos militantes e pelas associações para se diferenciarem uns dos outros, e que, também, perpassam os problemas abordados pelos trabalhos acadêmicos sobre “a ecologia” através da distinção entre os estudos que focalizam as relações entre os “grupos de interesse ambientalista e o Estado” versus os trabalhos centrados no “movimento ecologista” (as associações, os partidos verdes, os embates políticos, etc.). Nesse estudo, defesa do meio ambiente, proteção ambiental, ambientalismo, causas ambientais e outros termos semelhantes, incluem tanto os “ecologistas” quanto os “ambientalistas”, na medida em que se trata justamente de examinar os diversos espaços, atores e formas de participação na defesa desse tipo de causa. Deste modo, pode-se observar as diferentes maneiras de utilização dessa distinção como um dos aspectos que está em jogo nesse tipo de militância. Por isso, somente quando se tratarem de denominações utilizadas pelos próprios militantes e organizações é que tais termos serão colocados entre aspas.

diversificadas. As organizações ambientalistas constituem um universo social extremamente diversificado. Suas formas de organização interna, os tipos de atividades desenvolvidas e as vinculações estabelecidas com organizações políticas, econômicas e religiosas, entre outras, ocorrem de maneira muito diferente em cada uma das associações observadas ao longo da pesquisa. Cada vez que observamos uma determinada “entidade”, suas atividades e aqueles que participam das mesmas, temos a impressão de que nos confrontamos com dinâmicas de organização e com sistema de valores e de crenças bem peculiares. É também sob a marca do diferente e do particular que os participantes dessas associações fazem questão de apresentar suas “entidades” e o trabalho que desenvolvem, inclusive manifestando certo desconforto e desaprovação quando fazemos ou pedimos para estabelecerem comparações ou aproximações entre “sua entidade” e as demais. Diferente do que observa inicialmente Agrikoliansky (2002) a respeito da Liga de Direitos Humanos na França, as organizações que atuam na defesa ambiental não constituem um universo que à primeira vista “se deixa ver como homogêneo”. Antes disso, é sempre o heterogêneo e o particular que primeiro se manifesta. A multiplicidade de atores, de suas definições e das formas de participação na defesa ambiental é que constitui a característica principal do ambientalismo no caso do Rio Grande do Sul.

1 - O OBJETO DE ESTUDO E O PROBLEMA DE PESQUISA

O objetivo desse trabalho é examinar as condições sociais, políticas e culturais que possibilitaram a emergência e a constituição desse conjunto tão multifacetado de organizações, dirigentes e práticas militantes vinculadas à proteção do meio ambiente no caso do Rio Grande do Sul. Trata-se de investigar mais particularmente os tipos de condições e de processos sociais que fazem com que atores vinculados a diferentes tipos de organizações e de esferas de atividade sejam conduzidos à participação na defesa de causas

ambientais.

Tal investigação se insere numa problemática mais geral referente às condições sociais de possibilidade do militantismo e da participação política. No que pese a permanência de marcadas fronteiras institucionais e disciplinares no campo das ciências sociais, pode-se observar uma ampla convergência dos problemas e das abordagens vinculadas ao estudo dos chamados “movimentos sociais” e das mobilizações ambientalistas em particular. Uma das principais convergências diz respeito à ruptura de um modelo “idealizado e normativo” de democracia como pressuposto tácito das análises e à busca das condições e dos significados sociais da participação política em sua imbricação com outras dimensões ou esferas da vida social. Em decorrência disso, os estudos sobre essa temática têm alcançado significativos avanços nos últimos tempos. Mesmo que se observe certa concentração das análises nas organizações partidárias e em sua significação para o sistema político, minimizando as condições e as dinâmicas próprias de emergência e de desdobramento do militantismo ou reduzindo este a um mero complemento da política partidária, novos terrenos de investigação começam a ser explorados, buscando-se apreender as lógicas particulares do investimento e da durabilidade em diferentes tipos de engajamento e de participação política. Um dos aspectos principais que contribuiu para a renovação das abordagens e dos instrumentos de investigação do militantismo foi o abandono de dicotomias como “estrutura” e “ação”, “condições objetivas” e “subjetivas”, “constrangimentos estruturais” e “intencionalidade do ator”, “estruturalismo” e “interacionismo”, etc. Atualmente, a maioria dos estudos tem procurado explorar as vinculações e interdependências entre esses aspectos na investigação das condições de emergência e das dinâmicas de diferentes formas de militantismo.

É em consonância com estas orientações que esse trabalho examina as condições sociais, políticas e culturais de possibilidade do ambientalismo e os processos concretos de participação de diferentes atores sociais na defesa ambiental. Para isso, parte-se da idéia de que os processos de emergência, de legitimação e de institucionalização de causas ambientais

se encontram estreitamente ligados às configurações particulares das forças sociais e políticas vinculadas aos diferentes momentos de constituição da referida questão e à interconexão de uma diversidade de lógicas sociais que contribuem para a sua construção. Trata-se de mostrar que a investigação das condições sociais de origem e das modalidades de engajamento que conduzem um conjunto diversificado de atores sociais à ocupação de posições de direção na defesa de causas ambientais constitui uma das alternativas pertinentes para a apreensão das particularidades e das diversas lógicas em confrontos nesse tipo de militância.

Para alcançar tal objetivo focalizam-se as dinâmicas de participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre a década de 70 e o início dos anos 2000. O estabelecimento de tal marco temporal como referencial de análise não pretende restringir o surgimento da problemática ambiental em tal situação às mobilizações ocorridas durante a década de setenta. Muito antes desse período já se podia observar a existência de associações, grupos e mobilizações voltadas para a defesa de temáticas ambientais, tais como a proteção de espécies animais e a criação de parques naturais. No entanto, as mobilizações desenvolvidas a partir da década de setenta têm uma importância destacada para a compreensão do processo de redefinição e de consolidação da problemática ambiental no caso do Brasil e do Rio Grande do Sul. É que, a partir do começo dos anos setenta e, principalmente, no decorrer da década de oitenta, tem início o processo de expansão e de difusão da temática ambiental para os mais diferentes espaços sociais, o qual tem se caracterizado, entre outras coisas, pela emergência e proliferação de diversos grupos e organizações sociais participando das mobilizações ambientalistas.

A idéia central deste trabalho é demonstrar que as mobilizações ambientalistas ocorridas a partir da década de setenta e sua expansão nos anos oitenta são representativas de um processo mais amplo de diversificação das modalidades de utilização da formação profissional como instrumento de politização em diferentes esferas de atuação. A associação da formação escolar e universitária com o militância não se restringe ao caso do

ambientalismo, nem tão pouco às mobilizações desenvolvidas a partir da década de setenta e à expansão ocorrida a partir dos anos oitenta. Ela pode ser observada em diferentes formas de militantismo e de participação política, assim como em momentos muito anteriores aos anos setenta. Isso porque um dos traços constitutivos da utilização da formação escolar e universitária no caso brasileiro consiste justamente em sua ligação estreita com a esfera do engajamento e da participação política, de modo que o exercício profissional é concebido como algo que resulta quase sempre da capacidade de utilização das competências adquiridas através da formação escolar e universitária como instrumento de politização nas mais diferentes esferas sociais. Dito de outro modo, nesse caso, as concepções e as práticas que são relacionadas à formação e ao exercício profissional não implica apenas a aquisição e o desenvolvimento de competências respaldadas no processo de escolarização, mas principalmente exigem a capacidade de estabelecer um vínculo duradouro entre o “conhecimento escolar” e a “realidade”. É com base nisso que nos referimos à participação e à ocupação de posições de direção na defesa de causas ambientais como uma forma de atuação profissional, no sentido de que se trata de concepções e de práticas referentes à formação e ao exercício profissional que supõem uma ligação estreita entre “escolarização” e “militância política”.

Acontece que o crescimento da quantidade de organizações ambientalistas e a maior difusão da causa ambiental que teve início nos anos setenta está estreitamente ligada ao surgimento de novas modalidades de articulação da formação escolar com o engajamento político em diversas esferas de atuação, decorrente tanto do processo de expansão da escolarização no Brasil quanto de sua correspondência com uma grande proliferação de organizações e “movimentos sociais” vinculados às mobilizações pela “democratização”. Em conformidade com isso, a adesão a organizações e a mobilizações vinculadas à defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul a partir desse período, resultou na configuração da defesa do meio ambiente como um militantismo de reconversão de diferentes tipos de formação escolar e universitária para a atuação profissional nas mais diversas

esferas de atividade: estatal, partidária, associativa, acadêmica, religiosa, etc. Todavia, as condições e os processos através dos quais essa forma de atuação profissional ocorre tem se modificado consideravelmente no período considerado. Inicialmente as condições de ingresso no ambientalismo estavam diretamente relacionadas à bagagem cultural e política do grupo familiar de origem, conformando modalidades específicas de engajamento e de atuação na defesa ambiental. Posteriormente, a inserção anterior em redes diversificadas de organizações e de “movimentos sociais” passou a constituir uma das vias principais de aquisição das predisposições e dos recursos militantes necessários ao ingresso e à permanência no ambientalismo.

Atualmente, a inserção anterior e simultânea em diversas redes de organizações e de “movimentos sociais” constitui um dos condicionantes principais da reconversão da formação escolar para o ingresso, permanência e ocupação de postos dirigentes nas organizações que atuam na defesa de causas ambientais. A maior imbricação do engajamento político com a formação escolar e universitária não ocorre apenas no momento de adesão ao ambientalismo ou posterior à entrada dos dirigentes nas organizações ambientalistas. Ela resulta de processos de socialização no âmbito familiar e escolar, da participação anterior em organizações e “movimentos sociais” os mais diversos (estudantis, sindicais, partidárias, religiosas, entre outras), estando também relacionada a trajetórias sociais, políticas e profissionais diferenciados.

A utilização militante da formação escolar e universitária como forma de atuação profissional em diferentes esferas sociais constitui também um dos fundamentos principais da crescente dificuldade de articulação entre as organizações ambientalistas e da maior dispersão de suas intervenções. Na medida em que a participação na defesa de causas ambientais constitui uma forma de atuação profissional nas mais diferentes esferas de atividade, os tipos de retribuição alcançados através do ambientalismo resultam na ocupação de postos em uma diversidade muito grande de organizações: em organizações partidárias, em grupos profissionais, em empresas de consultoria, em agências governamentais, em associações, em universidades, etc. Sendo que tais

gratificações dependem das respectivas redes às quais se encontram vinculados os principais dirigentes das organizações, os objetivos e as formas de intervenção coletiva dos ambientalistas são muito difíceis de serem conciliadas e, na maioria das vezes, quando isso acontece é de forma muito circunstancial e provisória.

2 – PLANO GERAL DA TESE

O objetivo principal desse trabalho é, portanto, demonstrar que no caso do Rio Grande do Sul, a participação na defesa de causas ambientais pode ser caracterizada como um militantismo de reconversão profissional para atuação nas mais diferentes esferas sociais. A adesão às mobilizações ambientalistas e o ingresso em organizações voltadas para a defesa do meio ambiente constitui uma forma de reconversão da formação e do exercício profissional para a atuação na política partidária, em empresas de consultoria, em agências governamentais, em universidades, etc. Nesse caso, os significados atribuídos à “profissão” e à “participação política” têm conotações bem diferenciadas das que são encontradas nos países europeus e nos EUA, o mesmo podendo-se dizer das modalidades de engajamento e dos tipos de retribuição obtidas através da defesa ambiental.

Acontece que quando se examinam as principais caracterizações que a literatura pertinente tem apresentado das organizações e das mobilizações vinculadas à defesa de causas ambientais no Brasil, observa-se que o ponto de partida da maioria dos trabalhos tem sido sua caracterização com base na categoria de “movimento social”. Por isso, o capítulo primeiro, intitulado “Cenários da Defesa Ambiental no Rio Grande do Sul”, examina as principais caracterizações das mobilizações e organizações ambientalistas na situação em pauta e os pressupostos que lhes dão sustentação. As organizações e mobilizações ambientalistas tem sido geralmente vinculadas ao surgimento dos chamados “Novos Movimentos Sociais” (NMS), os quais

trouxeram à tona novos tipos de atores, de reivindicações e de formas de organização coletiva. No que pese as rupturas que tais abordagens possibilitaram com as perspectivas anteriores que restringiam o estudo dos “movimentos sociais” às lutas operárias, elas ainda insistem em considerar as organizações e reivindicações ambientalistas de forma homogênea e substancialista e têm dificuldade em apreender a grande diversidade das formas de mobilização, dos atores sociais e dos tipos de reivindicações vinculadas à defesa do meio ambiente. Acrescente-se a isso que no caso do Brasil, e do Rio Grande do Sul mais especificamente, a utilização da categoria de “Novos Movimentos Sociais” pela literatura acadêmica para a análise das organizações e lutas ambientalistas ocorreu, inicialmente, no período de grande intensificação da articulação da formação escolar e universitária com o engajamento político e fazia parte desse processo mais amplo de diversificação das formas de reconversão da formação universitária para a atuação profissional em diferentes esferas sociais através do ambientalismo. Por isso, as utilizações de tal categoria estavam quase sempre ligadas às vinculações dos pesquisadores com diversos tipos de organizações ambientalistas ou com redes de organizações e “movimentos” articulados às tais mobilizações e traduziam formas distintas de conciliação da atuação na academia com o engajamento político dos pesquisadores.

Ao contrário da homogeneidade pressuposta pelas abordagens dos “NMS”, a descrição do processo de busca e de levantamento de informações sobre a história e as atuais organizações e lideranças ambientalistas do Rio Grande do Sul traz à tona um cenário de grande indefinição no que diz respeito à demarcação de suas fronteiras ideológicas, coletivas e institucionais, assim como de fragmentação e dispersão dos espaços e das formas de intervenção dos atores sociais vinculados à defesa desse tipo de causa. Tal situação se manifestou, em um primeiro momento, pela observação de que os esquemas de interpretação da “história do ambientalismo” utilizados pelas lideranças e pela literatura militante e acadêmica brasileira para demarcar o nascimento e as principais modificações ocorridas na luta ambientalista no Brasil são extremamente parciais, contextuais e caracterizados pela existência de

inúmeras referências (geográficas, temporais, políticas, institucionais, etc.) e resultam da inexistência de definições coletivas e institucionais referentes às próprias “origens” e às “raízes” do ambientalismo brasileiro. Em um segundo momento, pela identificação de um grau elevado de variabilidade e de fragmentação dos procedimentos e critérios utilizados pelas agências estatais, pelas instituições e pelas próprias associações para seleção, inclusão e elaboração de cadastros e de listagens das organizações ambientalistas existentes no Estado.

Uma das alternativas encontradas para dar conta dessa gama enorme de organizações e das lógicas sociais que conduzem ao engajamento e à permanência no ambientalismo têm sido as abordagens que caracterizam os “movimentos sociais” como redes informais de interação entre uma multiplicidade de atores sociais. Ainda que tendam a reduzir as investigações das mobilizações coletivas às dinâmicas interacionais e à problemática identitária, tais abordagens constituem uma alternativa para a caracterização de diferentes padrões de configuração dos tipos de organizações que participam da defesa ambiental e das relações que elas estabelecem entre si e com outras organizações e “movimentos sociais”. Integrada às análises que focalizam a importância das condições sociais de origem dos dirigentes e sua influência sobre a constituição das disposições e dos tipos de ingresso na defesa do meio ambiente, tais abordagens constituem um bom ponto de partida para a apreensão tanto das dinâmicas de configuração da defesa do meio ambiente como uma área de atuação profissional quanto das diversas lógicas sociais postas em confronto nas intervenções individuais e coletivas dos ambientalistas.

Após a descrição desse cenário de inexistência de fronteiras e hierarquias formais entre as associações ambientalistas e de grande dispersão dos tipos de organizações que atuam na proteção ambiental, examinam-se as condições históricas e os processos políticos que deram origem a tal cenário e que contribuíram para a configuração da defesa do meio ambiente como uma área de atuação profissional nos mais diferentes tipos de esferas sociais, ao invés de se constituir como um “campo” ou “setor” específico de atuação. Para

isso contribui o fato de se tratar de uma causa cuja emergência e consolidação é influenciada por variáveis exógenas e mais particularmente pela vinculação de suas principais lideranças a instâncias internacionais (Conferências, Encontros, Seminários) e a organismos e fundações de financiamento européias e americanas. Ao mesmo tempo, tal configuração resulta da conformação particular dos atores sociais que investiram no ambientalismo, assim como os recursos materiais e simbólicos por eles mobilizados no trabalho de construção social da causa ambiental.

O capítulo segundo, intitulado “As Condições de Emergência e as Dinâmicas de Redefinição da Causa Ambiental no Brasil”, apresenta uma caracterização histórica das condições sociais e políticas de emergência das mobilizações ambientalistas e das principais transformações ocorridas no caso do Rio Grande do Sul. A existência de organizações e de mobilizações voltadas para a defesa de causas ambientais no Brasil não se reduz à década de setenta. Desde finais do século XIX a defesa de parques nacionais e de espécies animais e vegetais passou a ser objeto de formulações governamentais e da ação desenvolvida por associações ambientalistas. Tais reivindicações estavam quase sempre inspiradas em mobilizações ocorridas na Europa e nos EUA. Além disso, elas eram levadas adiante por atores vinculados às elites políticas e culturais e estavam restritas aos setores “técnico-científicos” e à burocracia estatal. Uma das principais mudanças vinculadas à emergência das mobilizações ambientalistas a partir da década de setenta foi a maior difusão e inserção da temática ambiental em diferentes espaços sociais. Tal período deu início a um processo de expansão das organizações e dos grupos sociais que passaram a participar das mobilizações voltadas para defesa do meio ambiente. Aos poucos o potencial de mobilização do ambientalismo que estava restrito às elites políticas e culturais passou a se concentrar em tipos diversificados de organizações e “movimentos sociais”, dentre as quais se destacam as organizações estudantis e partidárias.

Essa modificação do potencial de mobilização das organizações ambientalistas, das elites políticas e culturais para os militantes universitários e partidários, alterou significativamente a composição das principais associações

de proteção ambiental e ocasionou fortes rupturas no ambientalismo gaúcho, tanto no que diz respeito aos objetivos perseguidos com as mobilizações quanto às formas de funcionamento das associações e às suas relações com outros tipos de organizações políticas. O resultado principal disso foi a grande proliferação de organizações ambientalistas atuando nas mais diferentes esferas sociais, com os mais diferenciados objetivos ideológicos e a partir das vinculações de seus dirigentes a redes de organizações e “movimentos sociais” os mais variados. Isso dificultou o estabelecimento de fronteiras e hierarquias formais entre as organizações que atuam no ambientalismo e teve como efeito principal a atomização e desarticulação das associações e mobilizações ambientalistas no Rio Grande do Sul. Ocorre que essa maior imbricação das reivindicações ambientalistas com outras lutas políticas e sociais, inicialmente vinculadas às mobilizações contra a ditadura militar, deu origem às novas modalidades de articulação da formação escolar e universitária com a participação política e contribuiu para uma maior diversificação das formas de utilização instrumental da formação escolar e universitária para a atuação profissional na defesa do meio ambiente em diferentes esferas de atividade.

É nesse sentido que, na situação em pauta, pode-se falar da década de setenta como um marco na redefinição da causa ambiental, pois é a partir desse momento que a participação na defesa do meio ambiente passa a se caracterizar cada vez mais como um militantismo de reconversão profissional para a atuação em diversas esferas sociais. O engajamento e a ocupação de postos de direção em organizações ambientalistas passa a se constituir como uma via de acesso para a articulação da formação e do exercício profissional com a ocupação de postos na política partidária, nas agências governamentais, nas universidades, em empresas de consultoria, etc. Desse modo, as retribuições profissionais que podem ser obtidas pelo ambientalismo se tornam extremamente diversificadas, uma vez que os postos que podem ser ocupados com base na participação de organizações ambientalistas estão vinculados às diversas redes de organizações e “movimentos” em que se encontram simultaneamente inseridos os seus dirigentes.

Essa configuração da defesa ambiental como uma área de atuação

profissional em diferentes esferas sociais está fundada em certas concepções da formação e do exercício profissional que não parecem características apenas da situação em pauta: trata-se de uma definição militantista da profissão na medida em que ela é sempre apreendida e praticada como uma atividade que implica necessariamente o comprometimento do “conhecimento” adquirido através da escolarização com a “realidade” e com a “prática”. O capítulo terceiro, intitulado “A ‘Paixão Pela Natureza’ e o Engajamento na Defesa Ambiental”, examina justamente as concepções de sociedade e de política relacionadas a essa definição militantista da formação e do exercício profissional e que sustentam a perspectiva de realização do engajamento na defesa do meio ambiente como uma forma de atuação profissional. Trata-se de verificar em que medida tais formulações estão vinculadas com as disposições políticas geradas durante os processos de socialização primária e secundária dos dirigentes ambientalistas: contato com organizações políticas e partidárias no próprio meio familiar e participação de organizações estudantis e de partidos políticos durante o processo de formação escolar e universitária.

As formas de apresentação da “história pessoal” dos entrevistados durante as situações de entrevista salientam que seu engajamento na defesa ambiental resulta de um compromisso que já vem desde muito tempo, constituindo uma espécie de “paixão” para a qual se sentiram atraídos “desde sempre”, durante a infância, na convivência familiar, etc., muito antes mesmo de ingressarem em qualquer organização ambientalista. Tais reconstruções trazem à tona um dos elementos principais das motivações para o ingresso no ambientalismo: a ênfase na “prática” e nas “experiências vivenciadas” pelos militantes em relação à “natureza” e à “política”. Do mesmo modo, é a necessidade do “comprometimento” com a “realidade” e com a “prática” que constitui a tônica principal dos seus relatos da vida escolar e universitária. De maneiras diferentes, tais formulações estão respaldadas em concepções de sociedade e de política segundo as quais a formação escolar e universitária deve estar sempre associada à “prática” e à “realidade”. Disso resulta uma perspectiva militantista da formação e do exercício profissional, no sentido de que esta é constituída acima de tudo pela capacidade de submeter a esfera da

formação escolar ao engajamento político em diversos tipos de organizações e de “movimentos sociais”. Em decorrência disso, para o conjunto dos dirigentes, a participação no ambientalismo constitui um dos ingredientes principais de sua formação e exercício profissional e não algo que é simplesmente “complementar” ou “adicional” ao seu trabalho e à sua ocupação.

Tais concepções não são próprias ou exclusivas do ambientalismo, estando relacionadas à própria configuração do espaço universitário no Brasil, ao mesmo tempo em que constituem um dos ingredientes principais de outras formas de militância. Na situação em pauta, elas traduzem um tipo de “gosto” pela “prática” e pela “participação” que resulta de dinâmicas próprias de socialização política dos dirigentes tanto no âmbito familiar quanto em diversos tipos de organizações e “movimentos sociais” no decorrer de seu processo de escolarização. A maioria dos dirigentes é proveniente de um universo familiar em que a participação de organizações políticas é muito freqüente. Some-se a isso o fato de grande parte deles apresentarem um trajeto de intenso militância no Movimento Estudantil e no Partido dos Trabalhadores durante a formação secundária e universitária. Dessa forma, são essas disposições militantes vinculadas ao meio familiar e desenvolvidas durante o processo de escolarização que fundamentam seus relatos do “começo” do interesse pela defesa do meio ambiente e suas perspectivas em relação à formação escolar e universitária e que também os conduzem ao ambientalismo.

No entanto, as condições e os processos que possibilitam a ativação e a reformulação de tais disposições militantes através da participação no ambientalismo não são os mesmos para o conjunto dos dirigentes considerados. Existem diferentes modalidades de intersecção das condições e das disposições vinculadas ao meio familiar com os itinerários militantes e profissionais que conduzem os dirigentes ao ingresso e permanência na defesa do meio ambiente. Dito de outro modo, em meio a uma concepção relativamente comum do papel e do lugar da formação e do exercício profissional na sociedade, as bases e as formas através das quais a profissão é utilizada como um instrumento de politização em diversas esferas de atividade, são bem diferenciadas no universo considerado, dando origem a

modalidades distintas de reconversão profissional através da defesa do meio ambiente. Por isso, a identificação dos princípios e dos tipos de socializações que respaldam as motivações apresentadas pelos dirigentes referentes ao seu engajamento, deve ser integrada à investigação da diferenciação dos padrões de reconversão profissional através da participação e da ocupação de postos dirigentes no ambientalismo.

O quarto capítulo, intitulado “A Defesa do Meio Ambiente como uma Área de Atuação Profissional” apresenta os principais padrões de articulação da formação escolar e profissional com o engajamento na defesa do meio ambiente e suas relações com as condições sociais de origem dos dirigentes e os itinerários militantes e profissionais que os conduzem à participação em organizações ambientalistas. Confrontando as duas principais gerações de dirigentes que ingressaram no ambientalismo a partir dos anos setenta, observa-se que ocorreu uma diversificação muito grande de suas origens sociais, de seus itinerários militantes e profissionais e dos processos que os conduzem à participação e à permanência no ambientalismo. De um lado, um conjunto de dirigentes que ingressou na década de setenta com origens sociais elevadas e uma grande proximidade das elites políticas e culturais, combinadas com uma fraca inserção em “movimentos sociais” e com o ingresso no ambientalismo numa fase mais avançada do seu itinerário ocupacional e profissional. Para estes, a participação e ocupação de posições de direção em organizações ambientalistas constitui uma forma de notabilidade no exercício da profissão e de recomposição de seus itinerários ocupacional e profissional. Do outro lado, um conjunto bem mais diversificado de dirigentes cujo ingresso ocorreu durante a década de oitenta e de noventa, com origens sociais bem mais baixas e heterogêneas, uma elevada participação anterior ou simultânea em diversos tipos de “movimentos sociais” (estudantil, sindical) e de organizações partidárias (principalmente do Partido dos Trabalhadores) e cuja participação no ambientalismo ocorre em plena fase de desenvolvimento de sua formação universitária, anterior à entrada no mercado de trabalho.

As redes de relações construídas com base na bagagem política e cultural do grupo familiar já não têm um peso tão decisivo para as dinâmicas de

reconversão profissional através da defesa do meio ambiente como se apresentava nos anos setenta. A partir dos anos oitenta são as vinculações simultâneas dos dirigentes a diversos tipos de organizações e “movimentos sociais” que fornecem os principais recursos mobilizados para sua atuação profissional no ambientalismo. É com base no acúmulo de posições em múltiplas redes de organizações e “movimentos sociais” que tais dirigentes conciliam sua formação profissional com a ocupação de postos nas mais diversas esferas de atividade. Todavia, os anos oitenta e noventa se caracterizam também pela proliferação de participações setoriais dos ambientalistas, na medida em que houve certa divisão quanto à prioridade de suas intervenções em algumas esferas de atividade em detrimento de outras, como é o caso da atuação na política partidária e nas administrações públicas, na consultoria ambiental, no interior da profissão, em organizações ambientalistas, etc.

Essa diversificação das bases e das modalidades de atuação profissional ocasionou o aumento considerável da quantidade de associações nos anos oitenta e noventa e dos confrontos e divisões entre as principais organizações. Acontece que a proliferação da participação setorial na defesa do meio ambiente não resultou na ruptura e afastamento das vinculações anteriores dos dirigentes e sim na acumulação de suas múltiplas inserções em diversos tipos de organizações e “movimentos sociais”. Na medida em que a atuação profissional dos dirigentes está baseada no vínculo às múltiplas redes que os conduzem à ocupação de postos em diversas esferas de atividade, suas intervenções em instâncias de proteção ambiental se encontram fundadas em objetivos e referenciais ideológicos os mais heterogêneos, pois estão circunstancialmente referidos às suas diversas redes de relações. Para melhor explorar isso, o quinto e último capítulo, intitulado “A Institucionalização da Luta Ambiental e a Profissionalização da Militância”, investiga os principais espaços de atuação das organizações ambientalistas e as modalidades de intervenção pública que são predominantes. Trata-se de caracterizar as principais organizações ambientalistas do Estado, evidenciando suas diferenças em termos organizacionais, suas formas de funcionamento e os tipos de

intervenção priorizados.

Um dos aspectos que tem sido salientado pela literatura sobre o militantismo ambientalista é a tendência de institucionalização e de profissionalização da ação associativa, no sentido de que as intervenções passaram a se concentrar nos espaços convencionais e com base na utilização de competências técnicas e científicas como os principais recursos militantes. Acontece que no caso do Brasil e do Rio Grande do Sul aquilo que se entende normalmente como profissionalização adquire outras características, na medida em que implica sempre a utilização da formação escolar e universitária como instrumento de politização nas mais diferentes esferas de atividade. A proliferação de conselhos e comitês de proteção ambiental e a maior concentração das intervenções associativas em espaços formais contribuiu para a diversificação das modalidades de atuação profissional na defesa do meio ambiente que resultou em certa diferenciação desse tipo de militantismo: de um lado, um conjunto de organizações cujas intervenções e atividades estão fundadas numa concepção da defesa do meio ambiente como instrumento de politização do conjunto de esferas e práticas sociais; do outro aquelas que restringem suas intervenções a problemáticas “técnicas” e a limites estabelecidos pelas associações e agências financiadoras internacionais, bem como pelas parcerias e incentivos recebidos dos organismos públicos.

Tal diferenciação contribuiu tanto para o alargamento das perspectivas de retribuição através da defesa ambiental quanto para a maior dispersão e atomização da ação associativa. Em decorrência disso, as intervenções associativas em tais instâncias se caracterizam por um elevado grau de fragmentação e de segmentação, sendo muito reduzido o número de organizações que fazem parte sistematicamente das instâncias de articulação das intervenções coletivas das associações ambientalistas. No caso das instâncias de proteção ambiental observa-se que elas se distinguem, por um lado, pela concentração de organizações cujas intervenções priorizam a defesa de problemáticas ambientais como Mata Atlântica e Recursos Hídricos ou de campanhas prioritárias com base em vinculações a associações, organismos

públicos e fundações nacionais e internacionais de financiamento. E, por outro, pelas que congregam as associações que vêm na defesa do meio ambiente um instrumento de politização dos mais variados tipos de questões e práticas sociais. Todavia, no caso das instâncias de articulação do chamado “Movimento Ecológico Gaúcho” novas polarizações se fazem presentes: as oposições tomam a forma de um confronto entre definições que remetem a defesa do meio ambiente à esfera da “ética e da filosofia” e as que a submetem à “política partidária”.

Mas tais polarizações são também altamente circunstanciais em função das vinculações simultâneas de seus principais dirigentes a múltiplas redes de organizações e “movimentos sociais”. Por isso, os confrontos entre as principais organizações e os respectivos princípios nos quais estão respaldados, decorrem das vinculações que fazem parte das atividades desenvolvidas pela associação e das concepções e dinâmicas de participação a ela associada. Mesmo no caso das que atuam em instâncias de articulação do Movimento Ecológico Gaúcho, é uma estrutura de relações segmentada, ainda que fortemente concentrada em algumas associações, que constitui o padrão de articulação entre tais organizações e que dá origem a distintas modalidades de intervenção coletiva.

CAPÍTULO I – CENÁRIOS DA DEFESA AMBIENTAL NO RIO GRANDE DO SUL

Como se sabe, o processo de levantamento de informações sobre o que se pretende investigar, as formas de disponibilidade e de acesso aos documentos e registros existentes, “são portadoras de uma informação positiva sobre as situações que as produzem”, podendo “se converter em fontes de informação capaz de enriquecer nossa análise das formas da respectiva construção social” e ser consideradas como uma “realidade social a ser analisada como tal” (MERLLIÉ, 1996, p. 156-157).

Quanto a isso, um dos principais traços que sobressai do trabalho de levantamento de informações sobre o ambientalismo no Rio Grande do Sul, é a dificuldade que nos deparamos quando procuramos estabelecer certos recortes na “história do ambientalismo”, pois essa se modifica conforme os tipos de organizações, de lideranças interrogadas e das situações sociais nas quais tal “história” é invocada. São diversas as “origens”, as “raízes” e as “fases” de constituição da luta ambientalista no Brasil e no Rio Grande do Sul que se encontram nos documentos, na literatura e nos relatos dos dirigentes. Do mesmo modo, quando se trata da coleta de dados sobre as organizações atuantes na defesa ambiental nos deparamos com a inexistência de instituições ou órgãos oficiais encarregados pelo levantamento e reunião de informações a respeito das mesmas. Tratando-se de informações referentes à quantidade e ao período de criação de tais organizações, à sua localização geográfica, aos tipos de causas, atividades e programas desenvolvidos, ao número de associados e principais dirigentes, às fontes de recursos, etc., os dados estão muito dispersos e fragmentados, podendo ser encontrados apenas em cada associação, sendo que na maioria dos casos nem elas próprias dispõem de

arquivos contendo fichas e cadastros dos associados e das fontes financiadoras, bem como documentos onde estejam registrados sua história e suas lutas. Associada a essa dispersão em relação às fontes e aos locais que dispõem de dados relevantes, observa-se, em segundo lugar, que há uma grande proliferação de listas de organizações que são elaboradas conforme concepções e critérios muito desarticulados e particulares a cada instituição que as produz. Quando se confronta o número de organizações presentes em cada uma delas, o que mais se destaca é o desencontro e a divergência das informações que elas contêm e sua vinculação com modalidades bem particulares de definição e de intervenção no âmbito da defesa ambiental.

Deste modo, é um cenário de indefinição e de dispersão ideológica e organizacional que se apresenta inicialmente à investigação das dinâmicas de configuração da defesa de causas ambientais. Ele é resultado da inexistência no próprio universo investigado de certos limites ou fronteiras formais e oficiais a respeito de sua “história”, das temáticas e reivindicações vinculadas ao ambientalismo e, principalmente, dos critérios de inclusão das organizações e dos atores que participam do ambientalismo. Uma breve descrição desse cenário constitui um bom ponto de partida para confrontar empiricamente algumas propostas de caracterização da defesa do meio ambiente no caso do Rio Grande do Sul como um “movimento social”, um “setor” ou mesmo como um “campo” específico de intervenção militante. Por outro lado, ele nos remete para as configurações particulares que acabaram por consolidar a defesa do meio ambiente como um militantismo de reconversão de tipos diversificados de formação escolar e de experiências profissionais para a atuação em diferentes esferas sociais.

1.1 – AS “ORIGENS” E AS “RAÍZES” DO AMBIENTALISMO GAÚCHO

O Estado do Rio Grande do Sul figura na literatura sobre o ambientalista brasileiro como um dos estados “pioneiros” no aparecimento de mobilizações. Dentre os fatores que contribuíram para essa “grande projeção nacional e internacional” do ambientalismo gaúcho se destaca, em primeiro lugar, o caráter precursor de algumas das associações e lideranças que aí surgiram, como é o caso comumente citado da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN)², criada no ano de 1971, e de José Lutzenberger, seu primeiro presidente (ANDREOLI, 1992; PÁDUA, 1992, LOUREIRO & PACHECO, 1995; URBAN, 2001). Um outro fator que é salientado é a quantidade de associações existentes na região, colocando o Rio Grande do Sul, na maioria das vezes, na terceira posição entre os estados com maior índice de mobilização, sendo antecedido apenas por São Paulo em primeiro lugar e pelo Rio de Janeiro na segunda posição (LOUREIRO & PACHECO, 1995; CRESPO & CARNEIRO, 1996). Do mesmo modo, nas intervenções das lideranças de organizações ambientalistas em conselhos, comitês e eventos voltados para a defesa do meio ambiente, bem como em documentos das próprias associações e nas entrevistas realizadas com tais dirigentes, o “pioneirismo” do Rio Grande do Sul também é recorrente. Neste sentido, usa-se freqüentemente o termo “Movimento Ecológico Gaúcho” ou MEG para dar um recorte regional às concepções e intervenções das lideranças do Rio Grande do Sul, posto que ele se refere, de maneira geral, a um conjunto de organizações e de lideranças que são apresentadas como precursoras da defesa ambiental no Brasil e que, ao mesmo tempo, se diferenciam do que ocorreu no restante do país pelo “pioneirismo” e “autenticidade” de seus discursos e propostas e pela “qualidade” e “consistência” de suas intervenções.

² . Para evitar que o texto fique demasiadamente extenso com a indicação repetida da designação completa de um conjunto de instituições, associações e órgãos públicos, etc., optou-se, dentro do possível, pela utilização de siglas ou abreviaturas. Tal procedimento tem origem e encontra sua justificativa também no fato de que são tais siglas que constituem os termos comumente empregados pelos militantes e pelas lideranças ambientalistas para se referirem às mesmas. Em anexo se encontra uma lista das siglas e abreviaturas utilizadas no decorrer do trabalho.

Todavia, quando está em jogo a demarcação do início e dos principais momentos que marcaram o desenvolvimento da luta ambientalista no Rio Grande do Sul, esta aparente homogeneidade logo se desfaz. As referências geográficas, temporais, políticas e ideológicas utilizadas para isso são infundáveis e muito contextuais, modificando-se enormemente conforme as organizações e os atores envolvidos, os objetivos e os tipos de luta que estão em jogo, de modo que se torna quase impossível, nesse caso, discernir marcos coletivos e institucionais do nascimento e da difusão do ambientalismo gaúcho e brasileiro. Enquanto que em certos países o nascimento do ambientalismo foi caracterizado pela literatura acadêmica e militante como decorrente da vinculação de sua base social, ideológica e organizacional ao “movimento de maio de 68” (SIMONNET, 1981, LÉGER, 1979, 1982; SPANOU, 1991)³, no caso em pauta se isso ocorre, é somente como mais uma das referências passível de ser utilizada de forma parcial e contextual.

Deste modo, a investigação do surgimento da defesa ambiental se depara, num primeiro plano, com o desafio de tomar como objeto de análise os próprios esquemas de interpretação das “origens”, das “raízes” e da “história do movimento ecológico”, utilizados tanto pelos dirigentes quanto pela literatura acadêmica e militante. Cada uma dessas interpretações implica uma demarcação diferenciada do “começo” da luta ambientalista, assim como das principais “mudanças” que marcaram a sua história. Quando confrontamos tais “histórias” o que encontramos é a demarcação de diversos “começos” e um profundo desacordo a respeito de suas “origens”, como se a cada momento houvesse uma “reinvenção” de sua “história”. O estado atual dessas divergências e conflitos em torno do estabelecimento do “começo” da luta ambientalista no Brasil e no Rio Grande do Sul traz à tona a inexistência de definições coletivas à respeito de suas próprias “raízes”. No entanto, em meio a essa constante proliferação de “histórias”, existem duas interpretações dominantes tanto nos meios acadêmicos quanto militantes.

³ . Essa caracterização é comum à chamada teoria dos “novos movimentos sociais” (NMS). Sobre as principais vertentes e variações vinculadas a essa abordagem ver Passy (1998) e para uma análise de como a categoria de NMS se tornou dominante e, posteriormente, passou a ser contestada no discurso identitário dos ecologistas franceses ver Ollitrault (1996).

Uma primeira interpretação que se destaca é a que faz um recorte entre três períodos “fundadores”: uma era denominada de “conservacionista”, outra de “ecologista” e uma terceira de “ambientalista”. No primeiro momento, a luta estava voltada para a proteção de “animais”, “bichos”, “plantas”, enfim, para a “preservação da natureza como tal”. Na segunda fase, da “ecologia política”, tratava-se de um questionamento global do modo de organização política e econômica da civilização industrial. No terceiro momento, as mobilizações ambientalistas são caracterizadas pela sua expansão para os mais diferenciados setores da sociedade, resultando na coexistência dos “ecologistas” e dos “ambientalistas” e na atuação de modo parcial em função de problemas específicos e de soluções pragmáticas⁴. O outro esquema freqüentemente utilizado para definir essa história se atém às mobilizações iniciadas no início da década de 70 com a criação da AGAPAN como o marco da “emergência de lutas ambientalistas” e se caracteriza também pelo estabelecimento de três fases distintas para a evolução da temática ambiental, às quais são muito semelhantes aos recortes anteriormente destacados: em primeiro lugar, um período cuja intervenção estava voltada principalmente para a “denúncia” de problemas específicos; no segundo período, a luta ambiental se caracterizou pela “politização” progressiva de uma série de temas na medida em que estabeleceu a “ligação das questões ambientais com as questões sociais e políticas mais amplas”; por fim, um terceiro momento em que a ótica ambientalista passa a ser inserida nos mais diversos setores sociais e se torna “multisetorial”⁵.

De certa forma, esses são os dois principais esquemas dominantes no universo da militância ambientalista atualmente. A relevância em destacar essas maneiras de classificar a luta ambientalista decorre de sua grande utilização por parte dos entrevistados. Todavia, estes recortes das fases de surgimento e de evolução da defesa ambiental são aplicados de maneira bem diferente conforme os interesses próprios de determinados grupos e atores

⁴ . Para uma visão geral da utilização desses recortes ver, entre outros: Mafra (1995), Bones & Hasse (2002), Svirsky & Capobianco, (1997), Urban (2001).

⁵ . Para uma visão geral da aplicação dessa forma de interpretação ver Andreoli (1992), Tornquist (1992), Mafra (1995), Svirsky & Capobianco (1997).

sociais em suas intervenções. A oposição entre “preservacionismo”, “ecologismo” e “ambientalismo” é empregada tanto pelos militantes que participaram das mobilizações durante a década de setenta para diferenciarem-se das mobilizações anteriores às suas intervenções, quanto por aqueles que ingressaram durante a década de oitenta e noventa para desqualificarem certas mobilizações concorrentes.

A existência dessas múltiplas formas de classificação da “história do ambientalismo” utilizadas para demarcar seu surgimento e as principais mudanças ocorridas constitui uma parte principal do cenário da defesa do meio ambiente no Rio Grande do Sul. Um outro aspecto que se acrescenta a esse e que também constitui uma das formas primordiais através das quais o ambientalismo se apresenta publicamente e se deixa inicialmente apreender, diz respeito ao desencontro das fontes de informação e à dispersão dos registros sobre as organizações ambientalistas atuantes no Estado.

1.2 – O ESTADO ATUAL DAS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE A DEFESA AMBIENTAL

Atualmente, não existem instituições ou órgãos encarregados do cadastro e do registro do conjunto de organizações ambientalistas atuantes no Rio Grande do Sul. Por isso, uma avaliação aproximada da quantidade de organizações existentes em tal situação requer, necessariamente, um trabalho permanente de levantamento, coleta e confronto de diferentes listagens produzidas por diversas instituições, órgãos governamentais ou pelas próprias associações. Nesse estudo, o levantamento provisório do conjunto de organizações ambientalistas foi elaborado com base nas listagens produzidas pelas seguintes instituições: a EcoAgência de Notícias sobre o Movimento Ecológico (ECOAGÊNCIA), a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (SEMA/RS), o Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas (ECOLISTA), o Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA) e a Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Rio

Grande do Sul (APEDEMA/RS).

A partir da comparação dos dados disponíveis em tais listagens e das proximidades e distâncias existentes entre elas, pode-se elaborar uma estimativa inicial de aproximadamente 218 organizações (entidades, associações, fundações, grupos, núcleos, etc.). Com base em informações sobre sua localização geográfica e sobre o ano de fundação para um número considerável delas, complementadas pelas caracterizações regionais, demográficas e econômicas dos municípios onde elas estão localizadas, que se encontra no anuário estatístico da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande Sul (FEE), é possível apresentar um quadro provisório do modo de expansão e de diversificação do ambientalismo em tal situação. Todavia, antes de proceder à descrição de tal quadro (ver capítulo II), convém fazer uma breve apresentação dessas instituições e dos respectivos critérios que elas utilizam para a inclusão de organizações ambientalistas.

A ECOAGÊNCIA começou a funcionar em janeiro de 2003, mais precisamente durante o III Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre e resulta de uma iniciativa conjunta do Núcleo dos Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ/RS) e da Associação Ambientalista Internacional (PANGEA). É composta por jornalistas e fotógrafos “devidamente registrados profissionalmente” e “desde que simpatizantes das causas ecológicas”. Coloca-se como objetivo principal o de “viabilizar a distribuição de material jornalístico sobre o movimento ecológico”⁶. Ela traz diariamente informações, notícias e artigos a respeito de seminários, acontecimentos, decisões, etc., que envolvam a defesa do meio ambiente. Anteriormente, isso era feito pelo Informativo de Divulgação Ambientalista AGIRAZUL na Rede que era mantida pela PANGEA e que está na Internet desde 1996. Dentre as listagens encontradas, a produzida pela ECOAGÊNCIA é a que apresenta um número maior de organizações. São aproximadamente 130 associações que figuram nesta listagem, constando o nome da mesma e de alguém para contato, a cidade, o

⁶. Fonte: www.agirazul.com.br.

endereço, o telefone e o e-mail⁷. Intitulada como “Contatos Ambientais Não-Governamentais no Rio Grande do Sul”, ela apresenta uma relação de entidades cuja denominação fazem referência a termos equivalentes à “ecologia”, “meio ambiente” ou “causas ecológicas”. A inclusão das “ONG’s” é feita predominantemente pelos próprios organizadores da ECOAGÊNCIA que procedem à busca de informações na Internet e que fazem o contato com os responsáveis pelas mesmas. Com o intuito de possibilitar o contato entre e com tais organizações, tal listagem não implica critérios formais, de modo que são inseridas quaisquer organizações que tenham alguma vinculação com a defesa ambiental, mesmo que suas designações e finalidades não tenham como objetivos prioritários a defesa do meio ambiente.

Algo semelhante ocorre na listagem encontrada na Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul. Não existe em tal secretaria um setor específico encarregado pelo cadastramento das organizações ambientalistas do Estado. Após muita procura, tal lista pode ser encontrada no setor de imprensa e mais precisamente no setor de eventos que é o que tem uma articulação maior com as “ONG’s” em função de promoção de atividades “em parceria” na Semana do Meio Ambiente, Dia da Terra, Semana da Água, etc. A própria referência a “entidades ecológicas”, “movimento ecológico” soa como algo estranho para assessores de chefias e funcionários, sendo reconhecido apenas o termo “ONG’s”. A listagem é feita com base em informações disponíveis na Internet, a partir de contatos da secretaria com as “ONG’s” e visando a realização de atividades nestes diferentes eventos comemorativos relacionados à defesa ambiental. A listagem coletada, referente ao ano de 2002, apresenta uma relação de 77 entidades, contendo o nome, a cidade, o endereço, o fone e o e-mail das mesmas. Por outro lado, nela estão incluídos diversos tipos de associações: além daquelas cuja denominação remetem mais diretamente à defesa do meio ambiente, encontram-se também associações, centros, comitês ou departamentos vinculados a universidades e cursos universitários, a escolas técnicas, a prefeituras municipais, ao Ministério

⁷ . Todavia, desse total encontram-se apenas 30 situações nas quais constam os e-mails, o que corresponde a 23,08%.

Público, ao movimento de luta “contra a fome, a miséria e pela vida”, entre muitas outras.

A terceira listagem encontrada foi a produzida pelo Cadastro Nacional de Instituições Ambientistas que é denominado também de ECOLISTA⁸. A elaboração desse cadastro foi executada pelo Instituto de Estudos Ambientais Mater Natura ou MATER NATURA de Curitiba, que se apresenta no seu site e na publicação do referido cadastro de instituições como uma “organização não-governamental”⁹. Tal listagem teve início em 1992 e uma segunda edição foi lançada em 1996, sendo disponibilizada em disquetes e via Internet. Tal projeto foi financiado pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF), pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência (UNICEF). Sua execução foi realizada por uma coordenação técnica composta por agentes vinculados à MATER NATURA, ao WWF e ao ISER (Instituto de Estudos da Religião), tendo como parceiros além do WWF e do ISER, a Xerox do Brasil, a Microsoft do Brasil, a Companhia Telefônica do Paraná - Telepar (atual BrasilTelecom) e a Fundação Francisco. Tal cadastro procura abranger “Organizações Não-Governamentais e Órgãos Governamentais” de todo o Brasil “que atuam na área ambiental” e pretende “suprir a carência de informações sobre um dos principais segmentos da sociedade moderna, o Terceiro Setor (sociedade civil organizada)”, bem como possibilitar “a aproximação entre seus componentes, os órgãos governamentais, as empresas e as pessoas ligadas à questão ambiental” através da sistematização e difusão de “conhecimentos sobre a estrutura de funcionamento do Terceiro Setor”. Ela foi elaborada mediante a coleta de um conjunto de dados das “instituições ambientalistas” por meio de questionário enviado por via postal e pelo armazenamento em um banco de dados digital através do software Access. Neste banco de dados consta o que é denominado de “um perfil das instituições” reunindo informações sobre 1.891 instituições de

⁸ . Fonte: http://maternatura.org.br/qfazemos/projetos/proj_ecologista.htm

⁹ . Fontes: <http://maternatura.org.br/>; ECOLISTA (1996).

todo o Brasil (1.533 ONG's e 358 órgãos governamentais) abrangendo uma série de aspectos: data de fundação e registro legal, objetivos, áreas temáticas, atividades desenvolvidas e principais projetos, bioregião e abrangência de sua atuação, vinculação a redes, conselhos e entidades internacionais, programas em outras áreas que não a ambiental, público alvo das suas atividades, fontes de recursos, números de funcionários, de voluntários e de equipamentos, áreas em que necessitam de formação e treinamento, serviços que mantêm junto à comunidade, publicações e periódicos disponíveis. Deste modo, ela é uma das que contêm o maior leque de informações relativas às associações ambientalistas, ainda que esteja desatualizada uma vez que sua última edição data do ano de 1996. De todas as listas aqui levantadas essa foi a mais utilizada por lideranças, organizações e pesquisadores para caracterizar o perfil das organizações e para elaborar diagnósticos e previsões a respeito do ambientalismo no Brasil.

Em quarto lugar, encontra-se o Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA) que foi criado pela resolução nº 006/89 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com o objetivo de manter um banco de dados com o registro das entidades ambientalistas “cuja finalidade principal seja a defesa do meio ambiente”¹⁰. Ao mesmo tempo, ele é utilizado como um “pré-requisito para a eleição dos representantes das cinco regiões geográficas” que exercem o papel de “conselheiros representantes” das entidades ambientalistas no CONAMA durante dois anos, uma vez que tanto as entidades candidatas quanto as votantes “deverão estar inscritas no CNEA por igual período”. Tal cadastro implica um conjunto de procedimentos e de exigências legais para o registro das entidades, que foram regulamentados pela Resolução Nº 292/01 do CONAMA que são as seguintes: a) preenchimento de uma ficha intitulada “formulário para cadastramento no cadastro nacional de entidades ambientalistas” onde deve constar a “razão social”, a “sigla” e a “estrutura legal” da entidade, o endereço, a data de fundação, CGC, Nº e data do “registro de constituição” e do “registro de estatuto”, objetivos e finalidades

¹⁰ . Fonte: <http://www.mma.gov.br/port/conama/capa/index.html>

da entidade, nome, endereço, cargos e assinatura do(s) “responsável (eis) legal (is) pela entidade”; b) “cópia do estatuto da entidade ambientalista, devidamente registrado, nos termos da lei, com a identificação do cartório e transcrição dos registros no próprio documento ou certidão”¹¹; c) “cópia da ata de eleição da diretoria em exercício registrada em cartório”; d) “cópia da inscrição atualizada no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas-CNPJ, do Ministério da Fazenda”; e) “relatório sucinto das atividades desenvolvidas no último ano”; f) “atestado ou declaração de que a entidade está em pleno e regular funcionamento, fornecido por autoridade judiciária ou membro do ministério público, ou por três entidades ambientalistas da região registrada no CNEA”; g) “informação do número dos associados e/ou filiados”; h) “a entidade ambientalista solicitante deverá ter no mínimo um ano de existência”.¹²

Além desses procedimentos o CONAMA editou em 21 de março de 2002 a resolução 292 que tem como objetivo principal “a necessidade de normatizar, aperfeiçoar e dinamizar o processo de cadastramento das entidades ambientalistas que tenham por finalidade principal a defesa do meio ambiente em todos os seus aspectos”. Nessa resolução merece destaque o fato de se encontrar uma descrição minuciosa de um conjunto de entidades que “não são passíveis de cadastramento como entidades ambientalistas, ainda que se dediquem de qualquer forma às causas ambientais”. São elas:

“I - as sociedades comerciais; II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional; III - os clubes de serviço; IV - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais; V - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações; VI - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios; VII - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados; VIII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras; IX - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras; X - as organizações sociais; XI - as cooperativas; XII - as fundações públicas; XIII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado

¹¹ . “Caso se trate de uma fundação, essa deverá apresentar cópia da escritura de instituição, devidamente registrada em cartório da comarca de sua sede e comprovante de aprovação do estatuto pelo Ministério Público” (<http://www.mma.gov.br/port/conama/capa/index.html>)

¹² . Fonte: <http://www.mma.gov.br/port/conama/capa/index.html>

instituídas por órgão público ou por fundações públicas; XIV - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal; XV - aquelas formadas por conjunto de pessoas que em sua maioria tenham um vínculo societário e/ou empregatício com a mesma organização pública ou privada; XVI - associação de moradores; XVII - as fundações que em sua direção ou conselho deliberativo apresentem maioria de componentes que tenham vínculo societário e/ou empregatício com a mesma organização ou conglomerado, seja pública ou privada” (FONTE: <http://www.mma.gov.br/port/conama/capa/index.html>).

Do mesmo modo, os resultados da reunião da Comissão Permanente do CNEA, realizada nos dias 06 e 07 de julho de 2001, trazem algumas informações que reforçam a importância atribuída à “finalidade ambiental” das entidades para esse cadastro. Nessa reunião, pode-se observar que o pedido de cadastramento de duas entidades são indeferidos com os argumentos de que nos estatutos de uma delas “não estão definidos objetivos ambientais” e de que a outra “não tem como objetivo principal a proteção e preservação do meio ambiente, se caracteriza como uma entidade social”.

Por fim, destaca-se a Associação Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul ou APEDEMA/RS¹³ que surgiu no final de 1990 com o objetivo de “articular as entidades ecológicas do Estado do Rio Grande do Sul”, constituindo-se como uma “instância de articulação e implementação de decisões das entidades de base”¹⁴. Ela pretende “congregar as organizações ecológicas suprapartidárias, sem fins lucrativos, legalmente constituídas e que tenham como objetivo estatutário principal a defesa do equilíbrio ambiental”. A APEDEMA se define com base no “conceito de democracia horizontal” e se propõe a funcionar como uma “instância de articulação e implementação de decisões das entidades de base”. Suas intervenções têm sido voltadas para a organização de atividades e eventos vinculados ao Movimento Ecológico Gaúcho (MEG): os Encontros Estaduais de Entidades Ecológicas (EEEE), a participação do MEG em eventos como o

¹³ . Cabe salientar que a APEDEMA não tem sede definitiva. Esta funciona a cada dois anos na sede de uma das três entidades que são eleitas para coordenação executiva da mesma. Como na gestão 2000-2002 ela ficou sediada em Pelotas, uma vez que o CEA foi a entidade que ficou como secretaria executiva da coordenação, considerou-se tal município como sede da APEDEMA.

¹⁴ . Fonte: Folheto de Apresentação da APEDEMA/RS.

Fórum Social Mundial, a conferência de Joannesburgo e o Fórum Brasileiro de ONG's, a formulação de diretrizes e decisões coletivas que devem pautar a relação estabelecida pelo MEG “com as esferas governamentais e demais setores da sociedade” como é o caso da participação e representação em conselhos e comitês de proteção ambiental.

Formada atualmente por 25 “entidades ecológicas” gaúchas, ela é “coordenada por três entidades-membro, eleitas em assembléia para mandatos de dois anos”. A inclusão de associações é definida como “filiação”, implicando uma série de procedimentos legais e é “aprovada em assembléia convocada para tal fim”. A definição de “entidade ecológica”, aprovado no X EEEE em Caxias do Sul no ano de 1989 e que tem sido utilizada como referência nos fóruns e atividades do MEG e no processo de filiação de novas associações, afirma o seguinte:

Entidade ecológica é aquela entidade-não governamental, suprapartidária, sem fins lucrativos, legalmente constituídas que tenham como objetivo estatutário principal a defesa do equilíbrio do meio ambiente, este entendido como constituído por fatores variáveis, químicos, físicos, biológicos, sociais, econômicos, políticos e culturais [que precisa de] uma sociedade ecologicamente sustentável. Terão aprovadas suas participações nas plenárias dos Encontros Estaduais de Entidades Ecológicas, com direito a voto, as entidades que: 1) Sejam entidades com no mínimo um ano de atuação; 2) Sejam integrantes do Movimento Ecológico via: a) elaboração de documentos com periodicidade; b) tenham atividades práticas com vários setores (atuem ecologizando movimentos sociais); c) tenham sua participação referendada pelo plenário dos EEEE. 3) Apresentem relatório de atividades de no mínimo o último ano. 4) Não ter limites do número de associados. 5) A participação nos Encontros é livre, porém o voto só é garantido às Entidades Ecológicas, sendo que cada uma tem direito a um voto.

Um dos primeiros aspectos que se pode levantar com base no exame das listagens produzidas por tais instituições é que o termo “organização ambientalista” não se refere apenas àquelas organizações cujas intervenções estão exclusivamente direcionadas para a defesa do meio ambiente. Pelo contrário, ele diz respeito a um conjunto bastante heterogêneo e mutável de organizações e de grupos sociais que participam em maior ou menor grau de atividades, eventos ou instâncias voltadas para a defesa de

causas ambientais. No entanto, as formas de classificação do ambientalismo e os procedimentos utilizados para a seleção e inclusão de organizações ambientalistas são bem diferenciados em tais instituições, constituindo dois conjuntos relativamente distintos. De um lado, a ECOAGÊNCIA, SEMA e ECOLISTA, cujos critérios são mais informais e abrangentes, incluindo organizações voltadas para as mais variadas atividades que não necessariamente a proteção ambiental. Nesses casos, a seleção das organizações tem como base os contatos informais estabelecidos entre seus dirigentes, a participação conjunta em algum evento envolvendo a defesa ambiental ou ainda a vinculação de tais organizações com a atuação das chamadas “organizações não-governamentais” e do “terceiro setor”, mesmo que seus objetivos prioritários não digam respeito à proteção ambiental. Do outro lado, o CNEA e a APEDEMA/RS que incluem apenas as associações cuja finalidade prioritária é a defesa do meio ambiente, estabelecendo uma distinção entre essas e as que não são passíveis de serem cadastradas como “entidades ambientalistas”. Nesses casos, as organizações ambientalistas aparecem predominantemente sob a designação de “entidades ambientalistas ou ecológicas”¹⁵, sendo exigida a vinculação formal de seus objetivos prioritários com a temática ambiental e estabelecidos certos procedimentos oficiais que comprovem sua participação continuada em eventos, instâncias e mobilizações ambientalistas.

Em consonância com as concepções particulares que tais instituições têm da defesa ambiental e com os procedimentos diferenciados que elas utilizam para seleção e inclusão de organizações ambientalistas, as listas encontradas apresentam uma série de discrepâncias a respeito do conjunto de associações existentes no Rio Grande do Sul. Em parte, tais discrepâncias parecem resultar do próprio grau de fragmentação e de dispersão institucional que tem caracterizado os procedimentos utilizados para

¹⁵ . Cabe salientar que tanto no CNEA quanto na APEDEMA o termo ONG é utilizado. No primeiro caso, sob as formas de “entidades ambientalistas não-governamentais” ou mesmo “ONG’s”. Todavia, está sempre associado à denominação “entidades ambientalistas”, não sendo utilizado sozinho para designar as mesmas. No caso da APEDEMA, ele aparece às vezes sob a forma de “ONG’s ecológicas” e de forma semelhante ao que acontece no CNEA. Do mesmo modo, em ambos os casos, são os termos “entidades ambientalistas ou ecológicas” que constam nas próprias siglas que designam tais organizações.

seleção e inclusão de organizações ambientalistas. No entanto, elas devem ser consideradas com maior atenção. Não se deve considerá-las apenas como diferenças numéricas meramente ocasionais, pois os aspectos que elas salientam dizem respeito a certas características principais das dinâmicas de constituição e de consolidação da temática ambiental na situação em pauta: de um lado, à difusão generalizada das problemáticas ambientais e sua imbricação com tipos diversificados de lutas sociais; do outro, à combinação de forte atomização e centralização do conjunto heterogêneo de organizações que fazem parte do ambientalismo.

Nesse sentido, observa-se, primeiramente, que há uma grande variação no total de organizações presentes em cada uma dessas listagens. A ECOAGÊNCIA apresenta uma relação contendo cento e vinte e três associações, o que corresponde a 56,4% do conjunto encontrado. Em segundo lugar, vem a SEMA e a ECOLISTA, respectivamente com setenta e três e setenta e uma, o que significa em termos percentuais 33,5% e 32,6% do total de associações identificadas. Em terceiro lugar, com uma representação numérica bem menor que as anteriores, encontra-se a listagem das entidades cadastradas no CNEA, com trinta e um casos ou 14,2% do total, e a relação das vinte e cinco que são formalmente filiadas à APEDEMA/RS, o que representa 11,5% em termos percentuais¹⁶. No entanto, tal desacordo pode ser mais bem compreendido quando relacionado aos objetivos e procedimentos diferenciados de seleção das organizações que tais instituições utilizam, de modo a conformar a seguinte divisão: de um lado, os índices mais elevados de organizações ambientalistas estão justamente entre as instituições que utilizam procedimentos mais informais e abrangentes e, de outro, os menores percentuais correspondendo àquelas que exigem critérios e procedimentos

¹⁶. Cabe salientar que no dia 15 de março de 2003 foi realizada uma Assembléia Ordinária da APEDEMA/RS onde esteve em pauta, entre outros assuntos, a filiação de novas entidades. Foram avaliados os pedidos de filiação de três entidades: do Instituto Patulus de Santana do Livramento, do Instituto Ambiental e Cultural Andrea Scherer de Camaquã e da Associação Biofuturo de Santa Maria. Destas, apenas o pedido da Biofuturo foi aprovado, elevando para 26 o número das entidades atualmente filiadas à APEDEMA. Todavia, tal associação não consta ainda em nenhuma das listas da APEDEMA. Por outro lado, observa-se que, além dessas 25 associações filiadas à APEDEMA/RS, foram encontrados 06 entidades que são relacionadas como participantes nos anais do XXII Encontro Estadual de Entidades Ecológicas, realizado em Pelotas, de 04 a 06 de maio de 2001. Por isso, pode-se considerar que o número de entidades listadas pela APEDEMA/RS é 31, enquanto que são 25 as que estão legalmente vinculadas à mesma.

formais de filiação.

A existência de um número bastante reduzido de organizações que fazem parte das listagens do CNEA e da APEDEMA, comparada ao total encontrado, resulta, em parte, delas serem as únicas que apresentam exigências formais de vinculação prioritária com a defesa ambiental e que estabelecem procedimentos legais e oficiais para o cadastramento e a inclusão de entidades ambientalistas. Neste sentido, deve-se considerar, em primeiro lugar, que a filiação a estas instituições decorre de iniciativas e mobilizações que devem partir das próprias associações, sendo exigidos uma série de documentos e de procedimentos legais para tanto, os quais implicam o auto-enquadramento formal das mesmas enquanto organizações cuja finalidade prioritária consiste na defesa do meio ambiente. Em segundo lugar, que a não inclusão nestas instituições pode resultar em restrições formais quanto à representação do movimento ambientalista e às condições legais de acesso às fontes de financiamento. Desta maneira, o pequeno número de organizações inscritas nessas listagens, comparado aos índices encontrados nas demais, demonstra notadamente que é bastante restrito o contingente de organizações sociais que estabelecem formalmente uma vinculação prioritária com a defesa ambiental.

Dentre as razões que reduzem a probabilidade de um grande contingente de organizações sociais estabelecerem formalmente a defesa do meio ambiente como um objetivo prioritário, destaca-se, primeiramente, o grau de informalidade que permeia o conjunto de associações que participam da defesa ambiental: a maioria delas existe apenas de maneira muito informal, na casa do presidente, sem sede própria ou mesmo existência legal e, geralmente, voltadas para o desenvolvimento de atividades restritas ao município e até mesmo ao bairro onde estão localizadas. Em decorrência disso, é pouco provável que elas se voltem para instituições de âmbito mais regional e nacional e, principalmente, quando estas estabelecem exigências legais de filiação. O segundo conjunto de razões diz respeito à inexistência de fronteiras ideológicas e institucionais minimamente demarcadas entre as organizações ambientalistas e as que se organizam em torno das mais

diversas lutas populares e sociais, configurando uma situação em que as problemáticas ambientais se encontram fortemente imbricadas com diversos tipos de questões e lutas sociais. Isso se manifesta, entre outras coisas, pela tendência recente de ampliação da agenda de atuação de grande parte das organizações sociais que começaram a introduzir campanhas e reivindicações ambientais em suas intervenções e nos projetos desenvolvidos com o apoio de fontes externas de financiamento, tais como a Igreja, fundações e ONG's internacionais (LOUREIRO & PACHECO, 1995). Uma outra manifestação dessa maior imbricação entre lutas ambientais e sociais é a proliferação de cadastros e listas com os mais diferentes tipos de organizações sociais e dos respectivos vínculos que essas estabelecem com a defesa do meio ambiente. Os índices diferenciados de organizações ambientalistas presentes nos dois tipos de listas encontradas constituem um bom exemplo de tal tendência. Diante disso, pode-se dizer que um dos aspectos principais relacionados à difusão generalizada da temática ambiental nos últimos anos é a maior dificuldade das organizações cujos objetivos e atividades prioritárias se voltam para a defesa do meio ambiente de se fazerem reconhecer como as únicas proprietárias do “ambientalismo”.

Um outro aspecto que as listagens salientam é a enorme variação das organizações que figuram exclusivamente em cada uma destas listagens¹⁷. Assim, observa-se que apenas sessenta e seis associações (ou 30,3%) aparecem simultaneamente em mais de uma lista, enquanto que se eleva para cento e cinquenta e dois ou 69,7%, o índice daquelas que aparecem apenas em uma delas: cinco no CNEA, oito na APEDEMA, vinte e uma na ECOLISTA, cinquenta e cinco na SEMA e sessenta e três na ECOAGÊNCIA. Somente três associações se encontram relacionadas, ao mesmo tempo, em todas as listagens. São elas a AGAPAN, o CEA e o ROESSLER. Desta forma, pode-se dizer que à medida que se aumenta a quantidade de listagens encontradas há uma considerável diminuição do percentual de organizações que se distribuem simultaneamente em duas ou mais delas.

¹⁷ . Ver Apêndice 03, tabela 01: Distribuição das Organizações Ambientalistas nas Listagens Encontradas.

Essa propensão de grande parte das organizações para se fazer presente em listagens exclusivas e o número ínfimo das que aparecem simultaneamente em várias delas, constitui um dos aspectos relacionados à forte atomização e fragmentação que tem caracterizado a atuação do conjunto heterogêneo de organizações que participam da defesa de causas ambientais na situação em pauta. Acontece que a imensa maioria das organizações que participam da defesa do meio ambiente no estado tem uma atuação bastante localizada e, geralmente, combinada com suas intervenções simultaneamente em tipos diferenciados de atividades políticas e sociais. Suas intervenções estão quase sempre estritamente vinculadas ao município onde mantêm sua sede ou à realização de atividades em eventos especialmente promovidas para comemorar a defesa ambiental (como a semana do meio ambiente, o dia da árvore, a romaria das águas, entre muitos outros), bem como em congressos e seminários sobre problemáticas ambientais, ou ainda em conselhos municipais do meio ambiente e comitês voltados para o tratamento de certas problemáticas mais regionais. Deste modo, o registro de grande parte das organizações em determinadas listagens resulta apenas dessa atuação circunstancial ou focalizada em determinados eventos e instâncias ou a contatos informais estabelecidos com lideranças de outras organizações.

Diante disso, a tendência para se fazer presente em várias listagens é muito pequena entre o conjunto considerado. Mesmo assim, ela apresenta alguns aspectos relevantes para a caracterização do modo de distribuição e de intervenção das organizações ambientalistas no caso do Rio Grande do Sul. Ela se mostra relacionada, num primeiro momento, tanto ao tamanho populacional dos municípios onde as associações estão localizadas quanto ao período de fundação das mesmas. A respeito disso cabe salientar que as associações que aparecem simultaneamente em quatro ou cinco listas são justamente aquelas que se encontram nos municípios mais populosos com mais de 100.000 habitantes, geralmente na capital, na grande Porto Alegre ou nas cidades com maior contingente populacional. Já aquelas que aparecem exclusivamente em uma, duas ou três listas estão quase sempre localizadas em municípios com até 100.000 habitantes. Acrescente-se a isso que 90% das

organizações que se fazem presentes simultaneamente em quatro ou cinco listas são justamente aquelas que surgiram entre o início da década de setenta e meados dos anos oitenta. Enquanto que cerca de 80% das que aparecem exclusivamente em uma, duas ou três listas consistem de organizações que surgiram a partir de finais dos anos oitenta e, principalmente, no período imediatamente anterior ou posterior à realização da ECO 92.

A correspondência entre a propensão para participar de diferentes listagens, o grau de urbanização das regiões onde elas atuam e a história particular de suas intervenções, conforma um quadro onde são justamente as organizações mais antigas e localizadas nas regiões mais urbanizadas àquelas que tem um maior envolvimento e articulação com diferentes instituições e organizações voltadas para a defesa ambiental no estado. Mas é somente quando confrontado com os tipos diferentes de listas encontradas que se pode melhor visualizar o quanto que a propensão para aparecer em várias listas está concentrada num número bastante reduzido de entidades. Nesse sentido, pode-se observar que a tendência para apresentar uma distribuição uniforme no maior número de listas se encontra de forma acentuada entre as organizações que fazem parte do CNEA e da APEDEMA, às quais apresentam as taxas mais elevadas de presença simultânea em quatro ou cinco listas, enquanto que ocorre justamente o contrário com as que estão na ECOAGÊNCIA, ECOLISTA e SEMA. Deste modo, observa-se que um percentual de 42% e de 48%, respectivamente, representa o contingente de organizações das listagens do CNEA e da APEDEMA que aparecem simultaneamente em quatro e cinco diferentes listas. Já no caso da ECOAGÊNCIA, SEMA e ECOLISTA tais percentuais são respectivamente de 12,6%, 9,5% e de 19,7%.

São justamente entre as organizações das listas onde não há exigência de vinculação formal e prioritária com a defesa ambiental que o grau de atomização e de fragmentação de sua participação se faz mais intensa. Já no caso das que fazem parte das listas onde são exigidos procedimentos formais de vinculação e de participação há uma tendência de se envolverem num número maior de atividades, de eventos e de instituições. Uma

demonstração parcial da forte concentração entre o conjunto de organizações consideradas é a informação de que são justamente AGAPAN, CEA, ROESSLER as únicas organizações que se fazem presentes em todas as listagens consideradas. Elas estão entre as entidades mais antigas do Estado e se localizam justamente nos municípios com maiores taxas populacionais. São elas também as que se revezam na coordenação da APEDEMA há várias gestões e que atualmente têm uma maior atuação no âmbito estadual e nacional: atuando como representantes do Movimento Ecológico Gaúcho (MEG) no Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), no Programa Pró-Guaíba, no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e no Conselho Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (CONSEMA).

Como se pode ver, quando se toma como objeto de análise o próprio processo de levantamento de registros e de informações sobre as organizações e os atores sociais vinculados à defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul, o que primeiro se apresenta ao investigador é um cenário relativamente próximo daquilo que Leach (1996) denomina de “inconsistências” e de “incongruências” para se opor às descrições excessivamente homogêneas e uniformes que dominavam a antropologia funcionalista daquele momento. Tal análise evidencia, por um lado, a inexistência de instituições responsáveis pelo cadastramento e registro das associações atuantes no estado e, por outro, que as agências e organizações que dispõem de informações sobre as mesmas utilizam critérios muito particularizados e circunstanciais. Associado a isso, o que predomina é uma grande proliferação tanto dos esquemas de classificação da “história do ambientalismo” quanto dos critérios e dos procedimentos de definição e de seleção das organizações voltadas para a proteção do meio ambiente.

O exame de certas discrepâncias entre os dados das principais listas de organizações ambientalistas encontradas, nos mostra que as informações e os registros disponíveis sobre as organizações atuantes no Rio Grande do Sul se encontram estreitamente relacionados às características das instituições que as produzem: às diferentes formas de classificação do ambientalismo que lhe são subjacentes e aos procedimentos particulares que elas utilizam para

definir o conjunto heterogêneo de organizações atuantes em tal situação. Por outro lado, tal análise levanta também algumas pistas importantes para a caracterização do modo de configuração desse conjunto de organizações. Em linhas gerais, observa-se que, associada à inexistência de fronteiras ideológicas e institucionais entre o universo das organizações que atuam na defesa de causas ambientais e à sua crescente imbricação com diversos tipos de reivindicações sociais e populares, há um padrão de distribuição e de articulação do conjunto de organizações composto por tendências relativamente contrárias. Mais especificamente, trata-se de um tipo de configuração que mescla um grau elevado de atomização e de dispersão do conjunto heterogêneo de organizações ambientalistas com formas de intervenção altamente concentradas e centralizadas num número bastante reduzido de associações.

Diante de tal cenário como estabelecer os recortes temporais que caracterizam a defesa ambiental em tal situação? Que organizações incluir e quais descartar e com base em quais procedimentos? Tais questionamentos, que constituem uma espécie de ponto de partida da investigação das modalidades de engajamento na defesa desses tipos de causas, não são muito diferentes das indagações que os próprios atores engajados no ambientalismo levantam constantemente em seus discursos e intervenções. Nesse sentido, observa-se que a “história” das lutas ambientalistas no Rio Grande do Sul, do momento e das causas do seu nascimento e das mudanças que lhe ocorreram, é algo que está em jogo a todo o momento nos eventos, nas intervenções e nos discursos dos que atuam na defesa de causas ambientais. Em torno dessa preocupação se manifesta o que os próprios militantes designam como uma “crise de identidade”, na medida em que não se consegue nunca definir quais são suas “origens” e “raízes”, nem “quem ele é”¹⁸. Do mesmo modo, quando se examina o modo de difusão e de expansão das organizações ambientalistas no estado se observa que sua forma de distribuição temporal e geográfica não resultou numa maior articulação entre as mesmas nem no estabelecimento de

¹⁸ . Intervenção do dirigente do MOVIMENTO ROESSLER (Dirigente nº 13) no Seminário “Desafios e Perspectivas do Movimento Ambientalista no Brasil” (MAFRA, 1995, p. 28).

instâncias de hierarquização e de representação da defesa ambiental.

A defesa do meio ambiente tem sido objeto da intervenção de organizações sociais que atuam simultaneamente nas mais diferentes esferas sociais, tornando-se praticamente impossível estabelecer o conjunto de entidades ambientalistas atuantes no Rio Grande do Sul. O que se pode identificar são conjuntos variados de organizações conforme os contextos em que se desenvolvem concretamente diversos tipos de mobilizações associadas à proteção ambiental. Diante disso, como aceitar enquanto “um movimento” o que se apresenta na realidade como um conjunto bastante heterogêneo e multifacetado de organizações e de práticas que não desembocaram na demarcação de suas definições coletivas e institucionais pelo estabelecimento de fronteiras ideológicas, políticas e organizacionais e nem tampouco pela vinculação dessas fronteiras a uma determinada “história do movimento”?

1.3 – AS MOBILIZAÇÕES AMBIENTALISTAS E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Acontece que, geralmente, os estudos sobre a defesa do meio ambiente não consideram de maneira sistemática tais indagações, tratando-as como simples “dados” que cabem ao investigador apenas a tarefa de descrever ou explicar. É que uma grande parte deles ainda insiste em considerar tal situação como uma realidade relativamente coerente e constante. Para isso, a caracterização da defesa ambiental com base na categoria de “movimento social” tem sido a principal estratégia utilizada. Em decorrência disso, as tarefas iniciais da investigação ou da exposição dos resultados obtidos com tal tipo de pesquisa quase sempre se reduzem a uma espécie de descrição do surgimento e das principais lutas e transformações observadas durante o percurso de algo cuja coesão e continuidade já estão dadas empiricamente: “o movimento ecológico”. Na situação em pauta, não faltam descrições que apresentam o “passado e o presente” de tal “movimento” no Rio Grande do Sul nem das que elaboram um “breve histórico” de seu surgimento e de suas

principais modificações¹⁹.

Ocorre que a definição da defesa do meio ambiente como um “movimento social” constitui uma categoria de luta que está em jogo no próprio universo das organizações e das lideranças engajadas na defesa desses tipos de causas, fazendo parte da própria realidade que se pretende investigar (OLLITRAULT, 1996). Seguindo as orientações de Sawicki (1997) a respeito do “partido socialista”, pode-se considerar a transposição da categoria “movimento social” para a investigação empírica das dinâmicas de participação na defesa de causas ambientais, como um bom exemplo do trabalho de “homogeneização” de tal realidade, uma vez que possibilita forjar “praticamente e simbolicamente a coesão real e/ou imaginária” de um conjunto bastante heterogêneo de práticas e de crenças individuais e coletivas vinculadas a esse tipo de causa. Desse modo, além de se considerar as condições e os processos através dos quais tal categoria passou a ser utilizada pelas próprias organizações e atores sociais engajados na defesa do meio ambiente (OLLITRAULT, 1996), trata-se de levantar também algumas questões referentes ao modo como ela surgiu e passou a dominar os esquemas de análise utilizados pelas ciências sociais.

A) “NATUREZA”, “ECOLOGIA” E CONSTRUÇÃO DE CAUSAS AMBIENTAIS

Lançando um amplo olhar sobre o conjunto de trabalhos existentes sobre a emergência de mobilizações em defesa de causas ambientais, um aspecto que chama a atenção é certo descompasso entre o recorte estabelecido pela literatura sobre o “movimento ecológico” e a existência de mobilizações bastante antigas em torno de temáticas ambientais. Há uma grande insistência em tal literatura em se considerar a década de setenta como o marco do nascimento da luta ambiental. No entanto, podem-se encontrar manifestações bastante antigas de mobilizações e de grande parte das

¹⁹ . Como exemplos disso ver, entre outros, especialmente Tornquist (1992) e Schmitt (1995).

temáticas atualmente levantadas pelos ambientalistas que remontam ao surgimento do “mundo moderno” e aos séculos XVIII e XIX.

Como salienta Lascoumes (1994, p. 9) “o meio ambiente tal como nós o vivemos, o concebemos e o reivindicamos é primeiramente uma construção social”. O que designamos atualmente como “meio ambiente” não se reduz a um bem “pré-existente, nem um patrimônio a-histórico, nem uma entidade dotada de uma essência intemporal”, posto que se trata sempre de uma “natureza trabalhada pela política”, de um “conjunto de elementos convertidos em recursos, trabalhados pela atividade humana, enfim, a resultante de empreendimentos conduzidos durante mais de vinte séculos, cujos objetivos são inseparavelmente de exploração, de valorização e de destruição” (p. 10).

Hoje, a questão é de saber, novamente, como pensar e regular as interações entre as matérias extraídas da natureza e as atividades humanas, entre os meios e as decisões políticas. Novamente, porque é errôneo pretender que as sociedades industrializadas tanto quanto as sociedades tradicionais puderam se desenvolver com base no impasse de sua relação com a natureza. Não se trata de descobrir o papel determinante dessas interações e sim de re-enquadrá-las. Foi o que aconteceu cada vez que uma série de acontecimentos criadores de ruptura tornou possível uma nova concepção do mundo. As descobertas dos séculos XV e XVI diminuíram o espaço e abriram o acesso a recursos múltiplos; a revolução técnica do século XIX introduziu instrumentos de transformação radical das matérias-primas; a era atômica e biológica contemporânea, enfim, tornou possível uma intervenção sobre a matéria viva até condições extremas, reintroduzindo assim a dimensão de fragilidade e de finitude. São três grandes momentos culturais que se sucederam e que colocaram sucessivamente a relação homem-natureza em termos de conquista, depois de transformação, enfim, atualmente, de auto-limitação (LASCOUMES, 1994, p. 12)

Um dos aspectos desse longo processo de “construção social do meio ambiente” diz respeito às condições sociais e históricas particulares que resultaram na constituição das chamadas “sociedades modernas” e sua vinculação com as dinâmicas de emergência e de desenvolvimento do “moderno” sentimento de “preservação ambiental”. Como salienta Thomas (1988) para entendermos os interesses, as preocupações e os sentimentos atuais em relação ao “ambiente natural” “devemos retornar ao início do período

moderno”, posto que foi nesse período, ou mais precisamente, “entre 1500 e 1800 que ocorreu uma série de transformações na maneira pela qual homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor” (Id., Ibid., p. 18). O “amor à natureza”, aos animais e às plantas, à paisagem e à vida rural foi gerado no próprio processo de emergência e de desenvolvimento da “civilização industrial”, estando ligado a um “complexo de mudanças” que estavam em curso neste período: ao crescimento das cidades, ao progresso da agricultura, às novas formas de domínio e de controle dos animais selvagens, à independência econômica face à energia animal (Ver especialmente o cap. VI, p. 288-358).

Tal análise difere, por um lado, das abordagens que caracterizam o “interesse pelo ambiente natural e as preocupações com a relação entre o homem e as outras espécies” como “fenômenos recentes” que surgiram apenas em finais da década de sessenta e início da de setenta. Por outro lado, ela se distancia também das concepções, muito em voga hoje em dia nos discursos acadêmicos e militantes, segundo as quais de todas as sociedades existentes a atual “sociedade capitalista” é aquela onde mais se “destruiu” o “meio ambiente”, em contraste com as atitudes e as práticas “ecológicas” observadas entre os “antigos”. Pelo contrário, o que se observa, pela leitura de tal trabalho, é que a emergência dessas “novas sensibilidades e valores” a respeito do ambiente natural e das novas condições sociais em que estavam respaldas, ocasionou uma ruptura considerável tanto dos comportamentos de crueldade, de tortura e de violência que eram muito comuns em relação às “criaturas brutas” na sociedade medieval quanto das concepções de “predomínio do homem sobre o mundo natural” que fundamentavam tais condutas²⁰.

Outro exemplo de abordagem histórica é o trabalho de Acot (1990). Segundo ele, a “história recente da ecologia” seja como “disciplina da biologia”, cuja problemática foi constituída no início do século XIX no interior do

²⁰ . Para a análise dos fundamentos teológicos que orientavam as concepções a respeito da relação entre “o homem e o mundo natural” ver especialmente o cap. I, p. 21-60. Para uma descrição da crueldade e tortura em relação às criaturas brutas, ver particularmente o cap. IV, p. 170-228.

pensamento biogeográfico, seja como expressão social e política da “preocupação com a natureza”, que “só se tornou corrente para o grande público no início dos anos 70”, não é separável da “história das relações dos homens com a natureza nas sociedades modernas” (Id., Ibid., p. 6). Neste sentido, demonstra que é durante o Renascimento, e mais precisamente no decorrer do século XVI, que se encontram “as verdadeiras raízes da contradição ‘ecologista’ cujos enfrentamentos contemporâneos ainda fazem eco” (Ver especialmente p. 127-144): de um lado, o surgimento de uma “sensibilidade nostálgica” em relação a “uma natureza antiga, original e mítica”; e de outro, sua “coexistência com a idéia orgulhosa, otimista e manipuladora da capacidade dos homens de serem *senhores e possuidores da natureza*” [grifos do autor] (p. 132). Deste modo, o desenvolvimento entre o fim do século XIX e o início dos anos de 1970 dos principais componentes “do que hoje chamamos de ecologismo”, que são a conservação da natureza, o biologismo social e a concepção sacralizante de uma natureza mítica, estão fundadas nestas “raízes históricas”. O mesmo ocorre com a concepção “progressista, manipuladora e materialista” que emerge no decorrer do século XX em oposição a estas concepções (ver especialmente p. 161-179).

Um outro aspecto relacionado à “construção social do meio ambiente” diz respeito mais especificamente às dinâmicas de constituição, em diferentes períodos e sociedades, de “movimentos” muito diversificados de “defesa da natureza”, mas cujas problemáticas são muito próximas à das mobilizações ambientalistas surgidas na década de setenta. Com base em algumas análises do surgimento de alguns desses movimentos de “defesa da natureza”, pode-se perceber que o conceito de “meio ambiente” tem passado por sucessivas mudanças nas “sociedades modernas”, de modo que as mobilizações ocorridas a partir da década de setenta constituem apenas um dos momentos particulares de sua reformulação social e que faz parte de um processo bem mais geral.

Assim, pode-se observar que as modificações históricas e estruturais no sistema de classes durante o antigo regime na França deram origem a um “movimento romântico” de valorização e retorno em relação à

“vida campestre”, à “vida natural”: tais transformações levaram a um processo de desclassificação social da antiga nobreza que se viu obrigada a abandonar suas “terras” (e todo o estilo de vida, sistema de valores e de crenças ao qual “ter terras” estava associado) e ir para a cidade em função da concorrência com a burguesia que se constituía como uma classe ascendente, contrariamente ao que estava ocorrendo com a nobreza (ELIAS, 1994, 1995). De forma similar, ainda que num registro bem diferente, os processos de urbanização em curso nos EUA no início do século XX originaram um movimento distinto cuja temática principal era também de “regresso à natureza”: é relacionada à “expansão urbana” que “gerou uma onda de aumento da nostalgia entre as classes médias urbanas pelos prazeres da vida campestre” que se explica a redefinição do conceito de “natureza selvagem” que antes era visto como uma “ameaça para a fixação humana” e deu lugar a uma representação profundamente romântica de “celebração e culto da vida selvagem” (HANNIGAN, 1995, p. 147).

A reformulação social do conceito de “natureza” através da noção de “ecologia” durante finais da década de sessenta e início da de setenta esteve também ligado, entre outras coisas, a ação de atores determinados, no caso “propagadores científicos que começaram cada vez mais a sair fora do seu papel de cientistas, para se tornarem importantes contribuintes do debate ambiental” (HANNIGAN, 1995, p. 156). Todavia, como demonstra Léger (1979, 1982), as condições e os processos sociais de surgimento e de constituição de grupos que defendem a temática da “natureza” nesse período estão relacionados às transformações objetivas do sistema escolar e de suas relações estruturais com o sistema econômico, ou mais precisamente, a certas defasagens estruturais entre as disposições e aspirações produzidas pelo sistema de ensino e as oportunidades estruturais de realização de seus títulos escolares, nos desdobramentos de 1968 na França. Neste caso, a defesa do “natural”, que levou um conjunto de profissionais para um “retorno ao campo” e à vida “alternativa”, constitui uma das estratégias contra um processo de desclassificação social devido à crise do sistema escolar e à dificuldade de realização social de seus títulos.

Por fim, observa-se que surgimento e a preponderância do termo “ambientalismo” nos anos oitenta, em lugar de “ecologia” que esteve no centro das mobilizações desde meados dos de 1960, expressa, em linhas gerais, a transformação de um “movimento social” marcado pela confluência de correntes ideológicas, grupos libertários e camadas médias intelectuais vinculadas à crise e ao chamado “movimento de Maio de 68” (ver os trabalhos de SIMONNET, 1981; LÉGER, 1979, 1982), para uma situação constituída pela reunião de organizações e de grupos sociais de diversas origens e características sociais com filosofias, ideologias, especialidades científicas e iniciativas políticas às mais diversas (HANNIGAN, 1995, p. 145-168; ver também ALPHANDÉRY, BITOUN & DUPONT, 1992). Neste sentido, grande parte da literatura corrente tem salientado que os anos oitenta se caracterizaram pelo processo de expansão e de generalização da temática ambiental para as mais distintas camadas e esferas sociais, resultando numa maior diversificação e diferenciação social das esferas de atuação, dos recursos mobilizados e das lógicas de emergência e de desdobramento da militância ambientalista.

A aproximação dessas diferentes abordagens sobre os movimentos românticos de “regresso à natureza”, leva-nos a perceber que as modificações coletivas nas concepções de natureza são produtos de uma série de processos e de condições sociais e históricas específicas. Do mesmo modo que a análise das informações existentes sobre as organizações ambientalistas, esse exame rápido de diferentes registros históricos de mobilizações voltadas para a defesa de temáticas ambientais, nos mostra uma diversidade muito grande de formas e de lógicas sociais postas em confronto na defesa desses tipos de causas. Diante desses variados exemplos de mobilizações ambientalistas, muito anteriores à década de setenta, cabe indagar-nos porque persiste certa tendência a reduzir a luta ambiental às reivindicações surgidas nos anos sessenta e porque o termo “movimento ambientalista” é sempre empregado com essa noção restritiva. Isso está vinculado a certas condições sociais e institucionais de emergência desses estudos no âmbito das ciências sociais, ou mais precisamente, à predominância de estudos sobre o fenômeno

ambientalista com base em pressupostos e temáticas próprias das abordagens sobre “movimentos sociais” e “ações coletivas”.

B) A DEFESA DO MEIO AMBIENTE COMO UM “NOVO MOVIMENTO SOCIAL”

A temática dos “movimentos sociais” é bastante antiga nas ciências sociais, chegando em alguns momentos a fazer parte dos manuais de “teoria social” dentro da problemática geral da “ação social” e mais especificamente da “ação coletiva”. A primeira tentativa de definição “científica” de tal conceito tem como referência o trabalho de Lorenz Von Stein, de 1840, o qual defendia a importância de uma ciência da sociedade que tomasse como objeto de estudo os “movimentos sociais” que, naquele trabalho e nos estudos que os sucederam, eram identificados às lutas do operariado (SPANOU, 1991). Um segundo momento importante na produção das ciências sociais sobre essa temática, foram os trabalhos vinculados ao interacionismo simbólico e à Escola de Chicago. Tal vertente chegou a ser denominada de “abordagem clássica”, estando centrada na problemática funcionalista que analisava sua emergência como um “fator de disfunção da ordem social” e que procurava compreender o comportamento coletivo dos grupos sociais por meio da análise de seus aspectos sócio-psicológicos e culturais. Durante os anos cinquenta na Europa, a abordagem marxista deu ao conceito um sentido bastante amplo focalizando por meio dele períodos históricos longos como o nacionalista, fascista, etc., e inserindo-o na problemática da “mudança e da transformação social” e numa perspectiva teleológica de que a classe trabalhadora seria o sujeito de tais mudanças (GOHN, 1997).

É somente nos anos sessenta, tanto na Europa como nos Estados Unidos, que se observam algumas modificações consideráveis nessas abordagens. Elas foram motivadas, em parte, pelo surgimento de mobilizações diferentes das operárias e sindicais que tinham se fixado nas ciências sociais como uma espécie de “protótipo” para a maioria dos estudos (SPANOU, 1991).

Como salienta Passy (1998), o final dos anos sessenta constitui um marco do aparecimento de uma “nova família de movimentos sociais”, os chamados “Novos Movimentos Sociais” ou NMS. Mesmo que as temáticas por eles defendidas estivessem vinculadas a problemáticas e conflitos antigos, tais organizações se distinguem das mobilizações até então existentes no que diz respeito à sua “arquitetura organizacional”, ao “quadro ideológico”, aos “repertórios de ação” e a sua “base social”: descentralização e democracia interna, valores pós-materialistas, repertórios de ação moderada, membros da nova classe média (p. 28-29). É o caso de “movimentos” como o dos direitos humanos, o das mulheres, o pela paz, o contra a guerra do Vietnã, o estudantil, o ambientalista, o antinuclear, etc. É justamente como uma forma de modificação do olhar das ciências sociais sobre as mobilizações coletivas que se torna relevante a literatura sobre os NMS surgida na Europa, pois trazia à tona reivindicações que resultavam na “politização” de esferas até então não definidas como políticas e que provocavam certa “extensão da política”, no sentido de que doravante esta deveria abarcar “tanto os aspectos da vida privada quanto os da vida pública” (SPANOU, 1991, p. 32).

Neste contexto, as abordagens norte-americanas passaram a enfatizar as inovações culturais e as mudanças fomentadas pelas mobilizações coletivas em lugar da preocupação anterior com a “adaptação dos indivíduos às estruturas sociais” que resultava na definição de tais mobilizações dentro da problemática da “ordem” e da “anomia social”: nessas novas vertentes as mobilizações coletivas estavam respaldadas em uma série de fatores objetivos que era preciso apreender e analisar as influências para sua emergência e desenvolvimento. Na Europa, alguns avanços vão também ocorrer na medida em que surgem abordagens que vão desvincular a noção de “movimento social” das mobilizações operárias que passa a ser considerada como *um* tipo histórico de mobilização coletiva e não mais como o “movimento social” (SPANOU, 1991): critica-se, por um lado, as definições do operariado como categoria exclusivamente econômica e, por outro, a negligência quanto às mobilizações coletivas de outros atores sociais em função da excessiva preocupação com as lutas operárias e sindicais.

Essas renovações que surgiram nos anos sessenta e setenta e que ainda estavam muito confinadas às realidades nacionais da Europa e dos Estados Unidos vão tomar outros rumos nos anos noventa em decorrência do intenso debate e do maior intercâmbio que passa a ocorrer entre elas durante a década de oitenta. Essa maior internacionalização que se observa no âmbito da produção teórica, ocorreu também no plano das manifestações concretas das mobilizações coletivas, vinculadas, por um lado, à emergência e a imposição das chamadas Organizações Não-Governamentais (ONG's) como forma de mobilização coletiva e, por outro, às respectivas mudanças nas agendas e nos programas de cooperação internacional (GOHN, 1997). Assim, os estudos passam a se concentrar em análises comparativas de uma multiplicidade de processos com o intuito de conseguir distinguir suas semelhanças e regularidades das diferenças e particularidades próprias das diversas realidades nacionais onde tais fenômenos podem ser observados. Por fim, esse percurso no plano das abordagens e no das mobilizações parece ter originado atualmente uma postura comum que perpassa o conjunto das orientações teóricas e que consiste em colocar-se como desafio principal o de articular e integrar os níveis macro e micro, rompendo com uma série de divisões e de oposições que conduziram os debates teóricos e as investigações produzidas nas ciências sociais nos últimos anos, tais como estrutura e ação, objetivismo e subjetivismo, estrutura e conjuntura, etc. Tal renovação do olhar sobre as teorias foi acompanhada também de uma mudança de atitude com relação à precedência das divisões disciplinares na orientação e na condução dos estudos empíricos, posto que se trata de articular as contribuições teóricas, metodológicas e empíricas de diferentes disciplinas vinculadas aos estudos das mobilizações coletivas.

Dentro desse quadro geral do surgimento e do desenvolvimento da produção teórica das ciências sociais sobre a temática dos “movimentos sociais”, a produção brasileira apresenta algumas particularidades que precisam ser consideradas com mais atenção, na medida em que isso influenciou a grande maioria dos estudos realizados no Brasil sobre as mobilizações ambientalistas. Um dos principais aspectos que chama a atenção

nesses estudos é a inexistência de formulações teórico-metodológicas próprias, elaboradas com base no exame das especificidades históricas, políticas e culturais da sociedade brasileira e das modalidades de “movimentos sociais” que emergiram em tais condições. Quanto a isso, vale a pena citar a observação de Gohn (1997, p. 13-14), quando ela salienta que nessa situação e na América Latina como um todo, “as posturas metodológicas foram híbridas, geraram muitas informações, mas o conhecimento produzido foi orientado basicamente pelas teorias criadas em outros contextos, diferente de suas realidades nacionais”. A autora destaca também que o paradigma que serviu de base para a análise dos “dados da realidade”, produzidos a partir de uma grande quantidade de estudos empíricos e descritivos pouco analíticos e “centrados nas falas dos agentes”, foram as diversas orientações teóricas e metodológicas européias, incorporadas aos estudos de modo “acrítico” na medida em que se tratava da utilização de “categorias que se opõem no debate teórico” e à margem do debate dos europeus com o paradigma norte-americano nos anos oitenta. Em decorrência disso, a literatura brasileira se caracteriza pela ausência de pontos de partidas teóricos e conceituais, constituindo-se como uma produção em que os estudos são empíricos e descritivos, utilizando-se de forma não crítica os paradigmas europeus, fundamentalmente o dos NMS. Por fim, um outro traço que caracteriza tal produção é a divisão dos estudos conforme as áreas acadêmicas, os programas de pós-graduação e as dimensões local, regional e nacional. No que diz respeito à antropologia os estudos estavam centrados nos movimentos indígenas, deixando os “movimentos sociais populares” para a sociologia, a política e o planejamento urbano, enquanto que os estudos das lutas pela terra e pela moradia cabiam ao direito e à arquitetura (GOHN, 1997, p. 10).

Diferente do que ocorreu nos Estados Unidos e na Europa onde a produção acadêmica sobre o fenômeno ambientalista emergiu num contexto muito próximo ao de surgimento do “movimento ecológico” e pelo confronto de diferentes abordagens analíticas próprias das ciências sociais, no caso brasileiro isso ocorreu quase uma década depois. Ao mesmo tempo, o interesse pela investigação da participação nesse tipo de causa não resultou

do confronto entre paradigmas e correntes analíticas concorrentes, sendo antes orientada pelo que foi produzido nestes outros contextos a partir do “comprometimento político” que tomou conta da cultura universitária e profissional na sociedade brasileira durante os anos oitenta (PÉCAUT, 1990). Tratava-se de um momento em que estava em jogo, também para as camadas escolarizadas e intelectuais, a afirmação e o exercício de seu papel de “ator político”: “participando integralmente das interações com outros atores políticos, sem ignorar as reivindicações corporativistas, mas inserindo-as no conjunto das manifestações da sociedade civil” através de estratégias voltadas para fora do meio intelectual “para os partidos políticos, os movimentos sociais e as classes populares” (Id., Ibid., p. 300). Por isso, as abordagens e os tipos de problemáticas dos estudos das ciências sociais brasileiras sobre o “movimento ambientalista” se encontram profundamente imbricadas com as preocupações, problemas e reivindicações levantadas pelas lideranças e organizações que fazem parte de tais “movimentos”.

É nesse contexto de forte imbricação das ciências sociais com a militância política que a importação do modelo dos “Novos Movimentos Sociais” tornou-se uma constante também nos estudos das mobilizações ambientalistas no Brasil. É o caso dos estudos sobre o “movimento ambientalista” brasileiro e gaúcho que começaram a se desenvolver somente na década de oitenta e foram levados a cabo por militantes de organizações ambientalistas ou por estudantes e professores universitários engajados na defesa ambiental, não diferindo do que ocorreu em outros tipos de “movimentos sociais”. A vinculação dos valores e das reivindicações defendidas pelas organizações ambientalistas ao pertencimento de classe dos seus membros tem sido uma das abordagens predominantes nos estudos sobre o movimento ambientalista gaúcho e brasileiro, os quais salientam que os militantes e simpatizantes das lutas ambientais são recrutados em sua grande maioria na chamada “classe média intelectualizada”, derivando disso a explicação de suas particularidades em termos de formulações identitárias, assim como de suas estruturas políticas e organizacionais (TORNQUIST, 1992; SCHMITT, 1995). É com base nesse posicionamento objetivo dos dirigentes que tais causas são caracterizadas

como portadoras de reivindicações “novas” e “pós-materialistas” dado que não estão mais relacionadas à esfera da produção e das necessidades materiais mais urgentes (PADUA, 1992); e que também se procura compreender as dificuldades de articulação e de alianças entre as principais associações ambientalistas, assim como as concepções e os valores que os dirigentes de organizações às mais variadas atribuem à participação na defesa das causas ambientais.

Nos últimos anos a literatura especificamente voltada para o “movimento ecológico” e para as organizações ambientalistas atuantes na defesa ambiental praticamente desapareceu. Ao invés disso tem ocorrido uma grande multiplicação dos estudos sobre os “impactos sócio-ambientais” do desenvolvimento econômico e político e as estratégias alternativas representadas pelas mobilizações em defesa de causas ambientais (LOUREIRO & PACHECO, 1995). A que se deve esse número reduzido de trabalhos especificamente voltados para as organizações ambientalistas? Sobre a composição social de seus dirigentes e as lógicas sociais que os conduzem à entrada e à permanência em associações ambientalistas? É que o estado atual da literatura brasileira sobre o “movimento ecológico” não é muito diferente do que se encontra em termos de registros e de dados sobre as organizações atuantes no Rio Grande do Sul: a inexistência de pontos de partida teóricos e conceituais próprios das ciências sociais, dada a proliferação de levantamento e estudos conforme a vinculação dos pesquisadores a determinadas problemáticas ambientais e grupos que as defendam. É em função disso que a categoria “movimento ecológico” praticamente foi abandonada, passando-se a privilegiar os estudos localizados dos “impactos ambientais” de uma série de questões. Assim, essa mudança de orientação foi algo que resultou menos do confronto teórico e conceitual entre os pesquisadores do que das mudanças que estavam ocorrendo na própria “realidade”, ou mais especificamente, das transformações que estavam em curso no próprio ambientalismo. No caso, a intensificação da imbricação entre formação escolar e universitária com engajamento político através da defesa do meio ambiente. Dessa forma, pode-se dizer que dando continuidade ao que

aconteceu nas análises do “movimento ecológico”, os estudos atuais da defesa do meio ambiente constituem uma das formas de articulação das “ciências sociais” com as organizações e os movimentos sociais existentes na “realidade”. Muito mais do que a configuração de um “campo” próprio de estudos, a defesa do meio ambiente se tornou uma esfera de articulação da formação universitária ou acadêmica com o engajamento e a militância política para os próprios “cientistas sociais”. Desse modo, a inserção da temática ambiental no espaço da academia constitui atualmente uma das formas de articulação da universidade e dos tipos diversificados de formação que ela oferece com a inserção de estudantes, professores e pesquisadores em redes de organização e “movimentos sociais”.

1.4 – MEIO AMBIENTE, REDES SOCIAIS E DINÂMICAS DE PARTICIPAÇÃO NA DEFESA DE CAUSAS AMBIENTAIS

Em contraponto às caracterizações da defesa do meio ambiente como um NMS, bem como às que a definem como um “campo” ou “setor” de atividade específica, pode-se lançar mão de um conjunto de abordagens que salientam o caráter contextual e multifacetado das causas ambientais e a diversidade de condições e de lógicas sociais envolvidas em sua construção. Como salienta Hannigan (1995, p. 77), a respeito das modificações no conceito de “natureza”, a categoria “ambientalismo” que surgiu no início dos anos oitenta é uma “construção em si própria multifacetada que consolida um conjunto de filosofias, ideologias, especialidades científicas e iniciativas políticas”. Diante disso, nosso conhecimento do meio ambiente e dos “problemas” que o ameaçam se situa numa variedade de experiências negociadas, existindo múltiplas formas de definir a natureza e o ambiente, desde a científica à mítica. Ao mesmo tempo, ele expressa os processos recentes de difusão das preocupações ambientais para as mais diferentes camadas sociais, configurando-se mais como uma reunião de “redes de comunicação” entre grupos de diversas origens e características do que como “uma configuração

típica profissionalizada” (Id., Ibid., p. 165).

Do mesmo modo, os trabalhos de Lascoumes (1994, 1995) chamam a atenção para o caráter contextual e situacional da problemática ambiental. Ao sublinhar as formas tortuosas, as finalidades alheatórias, a pluralidade de representações, de projetos, de referentes e de empreendimentos coletivos vinculados aos movimentos coletivos de proteção ambiental, tanto em função das “categorias de atores concernidos, de sua socialização e de suas experiências concretas (agricultor, quadro do meio urbano, técnico de um grande grupo, dirigente de uma PME, operário num setor de alta tecnologia ou numa atividade semi-artesanal, etc.)” quanto da interferência de “elementos contextuais” a partir dos quais determinada situação é percebida como problemática:

Os mesmos sujeitos podem ter comportamentos bem diferentes, segundo se trate de seu meio de trabalho, de seu espaço de lazer, seu meio de transporte privilegiado, o quadro de vida imediato de sua família ou de um sítio simbólico a seus olhos. (LASCOUMES, 1994, p. 14-15).

Estamos diante de uma situação onde as atividades de interpretação e de mobilização feitas por diferentes categorias de atores tem um papel preponderante na "realização" do direito e das políticas ambientais, sendo muito fraco o grau de coerência em termos dos compromissos, dos objetivos e dos instrumentos de regulação implementados (LASCOUMES, 1995). Dentro disso, os processos de implementação de políticas ambientais estão relacionados a atividades de transcodificação, na medida em que se trata da existência de "empresas de reciclagem", enquanto atividades de reorganização e de tradução de informações esparsas e práticas existentes em um código diferente, não consistindo simplesmente na produção de definições como “projetos edificadas sobre um terreno virgem”: a emergência recente da noção de meio ambiente é um exemplo do quanto “as respostas pré-existem aos problemas objetos da ação pública”, posto que “recobre freqüentemente a reciclagem e a recomposição de embates mais antigos concernindo ao patrimônio cultural, o urbanismo ou a segurança pública” (LASCOUMES, 1994,

p. 14). Na medida em que os processos de produção das categorias de pensamento coletivo sobre os problemas ambientais se dão na interação e segundo estratégias de atores heterogêneos, procedimentos de negociação variáveis e processos de tradução, a análise das diferentes “atividades de transcodificação”, colocadas em prática tanto pela mídia quanto pelas administrações públicas e pela ação associativa, apresenta-se como uma alternativa conceitual distinta da noção de “mediação” e de “setorialização” das políticas públicas, tal como formuladas por Jobert & Muller (1987; 2000), dado o “caráter fortemente híbrido” que caracteriza as políticas públicas de meio ambiente: fronteiras bastante fluídas, os operadores e os campos de expertise são mais difusos, menos estruturados e de status profissional heterogêneo e cujas operações colocadas em prática são menos finalizadas e não estão diretamente voltadas para as tomadas de decisão (LASCOURMES, 1994, p. 22-23).

Essa caracterização da dinâmica contextual e multifacetada da proteção ambiental conduz à investigação dos processos concretos de definição social de uma variedade de questões como “problemas ambientais”, bem como dos conflitos vinculados ao sistema diversificado e heterogêneo de atores sociais e respectivos interesses e objetivos que os conduzem à participação na defesa das causas ambientais. É nesse sentido que se podem considerar algumas formulações relativas à situação da defesa do meio ambiente no Brasil. Com base na utilização de uma perspectiva construcionista na investigação dos processos de definição social dos problemas ambientais, Fuks (2001) procura deslocar o foco de atenção da ênfase sobre a “condição objetiva” dos assuntos públicos para se concentrar na dinâmica argumentativa dos conflitos sociais entendida como espaço de elaboração e veiculação de versões alternativas a respeito dos assuntos públicos enfatizando o debate público enquanto arena argumentativa e a participação dos partidos políticos, da mídia, dos grupos organizados e do poder público num processo de constante debate a respeito da definição dos problemas ambientais legítimos. A dinâmica de incorporação da temática ambiental em arenas de ação e debate públicos evidencia a importância da dimensão local e conflituosa destes

processos de definição do meio ambiente como um problema social e sua relação com a ação de determinados setores da sociedade como o Estado e segmentos das classes médias e altas. Nesta perspectiva, é pela análise do sistema de arenas envolvendo atores heterogêneos que se pode estabelecer certos marcos na evolução do debate público e no reconhecimento público dos problemas ambientais. De maneira similar, ainda que com um referencial bastante diferenciado, Loureiro & Pacheco (1995) têm demonstrado que a defesa do meio ambiente no Brasil se caracteriza como uma problemática em torno da qual se movem diferentes atores na defesa de seus interesses específicos. Com base nessa análise pode-se perceber que a investigação da problemática ambiental implica a consideração da dinâmica de conflitos que perpassam tanto os espaços governamentais, “a formação e a implementação das políticas, a criação de agências do governo encarregadas da proteção ambiental, a evolução do aparato jurídico necessário para garantir as ações públicas de defesa do meio ambiente”, como também, “os processos inter-relacionados de desenvolvimento do chamado movimento ambientalista na sociedade civil e nos partidos políticos, a expansão dos estudos nos meios acadêmicos e universitários, e ainda a repercussão dos problemas ambientais na imprensa” (p. 139). Nesse sentido, a temática ambiental tem passado nos últimos anos por significativas modificações no sentido de sua inserção nos mais diferentes espaços sociais, no caso, o espaço das agências governamentais, o campo jurídico, o espaço acadêmico, o universo das organizações não-governamentais e o setor empresarial, entre outros.

Tais caracterizações parecem condizentes com a defesa do meio ambiente no tipo de cenário inicialmente encontrado: a imbricação da temática ambiental com uma grande diversidade de questões sociais e a forte atomização e fragmentação do conjunto de organizações vinculadas à defesa desse tipo de causa. O problema que decorre das abordagens que enfatizam os aspectos contextuais e multifacetados vinculados aos processos concretos de construção de problemáticas ambientais, diz respeito à análise das condições sociais de possibilidade e das dinâmicas sociais do engajamento individual nesse tipo de causa. Elas priorizam a investigação das dinâmicas

interacionais entre os atores e os conflitos decorrentes, mas atribuem um lugar residual à influência das condições sociais de existência dos atores sobre as probabilidades e as disposições para o engajamento, assim como dos diferentes processos de socialização e itinerários que os conduzem efetivamente à participação. As caracterizações dos “movimentos sociais” como redes de interação entre uma multiplicidade de indivíduos, grupos ou organizações (DIANI, 2003), constitui uma via para a apreensão da grande heterogeneidade de organizações vinculadas à defesa de causas ambientais, sem relegar para um segundo plano, as condições e as lógicas do engajamento individual. Na situação em pauta, tal abordagem possibilita a caracterização do padrão de configuração do conjunto heterogêneo e multifacetado de organizações vinculadas à defesa de causas ambientais e sua combinação com um grau elevado de fragmentação e de centralização de suas intervenções. Ao mesmo tempo, permite apreender as diferentes condições e processos de engajamento vinculados à participação individual na defesa de causas ambientais.

Desse modo, pode-se considerar como ponto de partida a definição de “movimentos ambientais” proposta por Rootes (1999, p. 2). Segundo ele,

movimentos ambientais são concebidos como amplas redes de pessoas e organizações engajadas na ação coletiva para a busca de benefícios ambientais. Movimentos ambientais são entendidos como muito diversos e complexos, suas formas de organização oscilando do extremamente organizado e formalmente institucionalizado para o radicalmente informal, o alcance espacial de suas atividades indo do local para o global, a natureza de suas preocupações indo dos mais simples assuntos para a máxima manifestação de questões ambientais globais.

Essa definição possibilita superar os entraves colocados pela abordagem dos NMS, na medida em que as formas de organização, o nível de atuação e a natureza das ações que podem ser definidas como ambientais, etc., é uma questão empírica que não pode ser resolvida teoricamente, mas confrontada com as particularidades das organizações e mobilizações observadas. Nesse sentido, ela se aproxima das abordagens que focalizam os processos concretos de definição social dos problemas ambientais, posto que

deixa aberta a forma empírica que o “movimento” e suas ações podem adquirir em diferentes contextos, possibilitando também a apreensão dos usos ativistas (ou nativos) do termo através do exame das ligações entre os vários níveis e formas que eles designam como “movimento ambiental”. Além disso, tal definição constitui um bom ponto de partida para a integração da análise dos processos de construção social de problemáticas ambientais com a investigação das condições e das lógicas do engajamento individual na defesa desse tipo de causa. Tal integração resultou dos confrontos e do maior intercâmbio entre as abordagens européias e americanas e das mudanças consideráveis que tal debate provocou em ambas: tanto nas que explicavam a participação nos “movimentos” com base na “origem de classe” de seus membros quanto nas que focalizavam as “predisposições” e os “sistemas de interação” que conduziam os indivíduos às “ações coletivas”.

Num primeiro momento, um conjunto bastante diversificado de estudos passou a focalizar a participação nos “movimentos sociais” como um processo que envolve tipos determinados de “condições micro-estruturais” para ter êxito, não devendo ser considerado como algo que simplesmente acontece de forma mecânica ou automática em decorrência de certas “disposições psicológicas” presentes nos indivíduos ou de seu pertencimento de classe. A ênfase se direcionou muito mais para os diferentes “mecanismos e concatenados processos” que configuram as dinâmicas de participação em mobilizações coletivas do que a utilização de modelos estruturais estáticos e abstratos (McADAM, 2003).

Em consonância com a “teoria da mobilização de recursos” que mostra que o processo de mobilização para uma determinada causa não é uma simples função dos objetivos e da ideologia do “movimento” e sim de determinada estrutura organizacional, Snow & Eklund-Olson (1980, p. 792) salientam a importância dos “laços interpessoais” e das “redes pré-existent” para o recrutamento dos membros de um determinado “movimento”. Mesmo que as “disposições psicológicas” não sejam totalmente ignoradas, são as variações nessas micro-estruturas que conduzem ao recrutamento diferencial para a participação nos “movimentos sociais”. Diante disso, o foco da

investigação dos “movimentos sociais” passa a ser os processos através dos quais os indivíduos se alinham e começam a participar de um determinado movimento e não apenas os “porquês” e as “razões” invocadas pelos militantes, as quais geralmente surgem do próprio processo de recrutamento. Nesse sentido, os motivos para juntar-se ou começar a participar de uma determinada mobilização ou organização são muito mais “emergentes e interacionais do que pré-estruturados” e, freqüentemente, são oferecidos “depois do ato” de engajamento e, inclusive, para explicar e sublinhar as “causas do ato” (Id., Ibid., p. 795). Desse modo, indivíduos que preenchem certas condições favoráveis à participação, como grande disponibilidade ocupacional e de tempo, ausência de compromissos e de compensações inibitórias (riscos e sanções externas), somente se engajam quando tais condições aparecem associadas à existência de laços interpessoais e de vínculos com participantes do “movimento”. Em suma, mesmo que se observe que o sentimento individual de haver tempo livre seja uma condição necessária para o engajamento, ele só se transforma em participação efetiva quando os futuros participantes estão integrados em redes sociais (KRIESI, 1998).

A importância das redes sociais como uma das “micro-estruturas” que influenciam o processo de participação em mobilizações e organizações coletivas possibilita explorar de outra forma o problema da escolha e das motivações que conduzem ao engajamento individual e, conseqüentemente, as análises do processo de emergência e de expansão de um determinado “movimento social”. A “teoria da mobilização de recursos”, que foi uma reação às tradicionais interpretações social-psicológica do que leva os indivíduos a participar dos “movimentos sociais”, constituiu um avanço no tratamento dessa questão, na medida em que se detêm nos fatores estruturais dos processos de decisão dos custos e benefícios da participação, ao invés de focalizar os traços ou estados das predisposições psicológicas. Todavia, ela tem sido também criticada, pois acabou por subestimar a significação das “causas defendidas” e da ideologia como determinantes da participação e do papel que elas exercem sobre a “decisão individual” para participar (KLANDERMANS, 1984). O comportamento dos atores tem uma “racionalidade” própria que não se

restringe a uma resposta às “tensões estruturais” ou a “privações relativas”, uma vez que a participação resulta de um processo de decisão individual pelo qual os atores percebem e ponderam os “custos e benefícios” de seu engajamento. Tal ponderação ocorre, por um lado, com base na crença da “instrumentalidade de um bem coletivo” para eliminar a privação ou avaliar a mudança, a qual é produzida através de mobilizações e campanhas de publicização que suscitam uma sensibilização geral em relação à causa defendida. Contra o argumento utilitarista de que as pessoas somente participarão se forem motivadas ou pelas gratificações pessoais e materiais que são oferecidas pelas organizações ou pelo prestígio obtido com a sua participação, trata-se de mostrar que um “bem coletivo” pode motivar na medida em que os indivíduos esperam também que outros participem. Por outro lado, é também a integração a redes sociais, sejam elas informais (conhecimentos e amizades) ou formais (visita a sede da organização, contato com a mobilização em jornais, vínculos com organizações ligadas ao movimento, ter visto pôsteres e *banners*, etc.), que constitui uma das condições necessárias para o despertar da motivação para participar, ou mais precisamente para a percepção individual dos custos e benefícios obtidos com a participação (KLANDERMANS & OEGEMA, 1987). Por isso, ainda que a presença de jovens, profissionais e com alto nível de educação seja um aspecto destacado dos “Novos Movimentos Sociais”, não se pode inferir a participação nesses “movimentos” dessas características, como se estas fossem os “fatores geradores” da adesão. Antes disso, é na “formação e ativação de redes de recrutamento” que se encontra o potencial de mobilização de um determinado “movimento social”. Como demonstram Klandermans & Oegema (1987) a respeito das mobilizações pacifistas, os indivíduos que poderiam ser mobilizados por tal “movimento” não se restringem às categorias típicas do NMS, uma vez que cobre diversas classes sociais. Além do mais, se características como alto nível de educação e de profissão têm sido recorrentes nas análises desses “movimentos”, resulta simplesmente delas conectarem os indivíduos com “redes sociais engajadas no recrutamento”.

Essas críticas tanto às análises utilitaristas quanto às abordagens

classistas dos NMS a respeito das motivações individuais que conduzem à participação, possibilitaram a emergência de novas tentativas de reintegrar a “racionalidade do ator” ao processo de engajamento. Um dos caminhos através dos quais se procurou inicialmente compreender os pontos de vistas dos atores e os significados que eles atribuem à sua participação, foi examinando a relevância da inserção em redes sociais para os processos de socialização e de construção identitária e suas relações com as dinâmicas de participação nos “movimentos sociais”. Como salienta Passy (1998, p. 63),

o processo de socialização não termina uma vez que o indivíduo saiu da infância, mas ele prossegue ao longo de toda sua vida adulta e no curso de suas interações com seus pares no âmbito de redes ditas de socialização. Estando integrados em redes, os indivíduos se encontram numa estrutura de interações que lhe permite definir e redefinir seu quadro de interpretação do mundo.

A vinculação anterior a redes sociais tem um papel destacado para a adesão e a continuidade do engajamento em distintos tipos de militância, na medida em que ela influencia tanto no recrutamento dos novos militantes quanto na conformação de suas concepções de mundo, na medida em que se constitui num espaço prévio de socialização, de formação das identidades e de aproximação dos indivíduos das principais lideranças, das organizações e dos princípios ideológicos que elas defendem. Uma abordagem inicial das redes como espaços de socialização e de formação de disposições e de identidades para a militância, pode ser encontrada no trabalho de McAdam & Paulsen (1993). Para eles, uma das dificuldades que contribui para que as análises não apreendam o impacto variável dos laços sociais anteriores sobre o recrutamento decorrem, por um lado, da falha em considerar as múltiplas imbricações que caracteriza a vida dos atores sociais e, por outro, da negligência em relação a uma ampla variedade de redes, restringindo suas investigações às “redes ativistas”, em detrimento dos laços “não ativistas” e dos vínculos de parentesco, amizades, etc. Eles mostram que processo de engajamento num determinado movimento resulta da interdependência entre a inserção em redes formais ou informais e a identificação subjetiva com uma

particular identidade, de modo que os laços anteriores e a identificação subjetiva isoladamente não são suficientes para que a decisão de participar ocorra. Os laços anteriores com organizações ou indivíduos somente encorajam o ativismo quando eles reforçam a identificação do potencial recruta com uma particular identidade e ajudam a estabelecer uma forte ligação entre tal identidade e o “movimento” em questão. Diante disso, coloca-se a questão de como determinadas redes adquirem uma “primazia causal” e como são agregadas essas diversidades de influências recebidas para produzir a decisão de participar. A noção de “identidade saliente” é invocada para responder a tal questão, focalizando dois aspectos principais: em primeiro, que as “identidades são concebidas como sendo organizadas dentro de uma hierarquia de saliência definida pela probabilidade das várias identidades ser invocada em uma dada situação ou em muitas situações”; em segundo, que é “a centralidade e importância de nossos relacionamentos com outros que serve para estabelecer e sustentar a saliência de várias identidades” (Id., Ibid., p. 647).

A decisão última para participar, então, dependeria da confluência de quatro condições limitantes: (1) a ocorrência de um específico apelo de recrutamento, (2) a conceitualização de uma tentativa de ligação entre participação no movimento e identidade, (3) suporte para aquela ligação de pessoas que normalmente servem para sustentar a identidade em questão e, (4) a ausência de pesada oposição de outros dos quais a identidade saliente depende (Id., Ibid., p. 647).

A socialização em redes de organizações e “movimentos sociais” possibilita a constituição de formas específicas de articulação e de compatibilidade entre as diferentes “ordens de experiências” que tem importância para os atores, uma vez que eles se encontram simultaneamente inscritos numa multiplicidade de “mundos sociais” e com itinerários diferenciados em cada um deles (FILLIEUELE, 2001). É mediante a inserção e assiduidade a organizações e grupos os mais diversos que são produzidos os significados e os tipos de competências que caracterizam o exercício de sua militância. Dito com base em formulações mais recentes é pela socialização dos indivíduos em determinadas redes que se desenvolve o interesse pela

referida questão e a vinculação de “suas esferas de vida mais importantes com a problemática de seu engajamento”, resultando na constituição de um “sistema interativo”, composto tanto pelo “sentido subjetivo” do ator quanto pelas suas “relações factuais com o mundo social”, o qual possibilita a estabilização e a continuidade de seu engajamento (PASSY, 1998, p. 230).

Esferas de vida e redes sociais são assim intimamente ligadas. A inserção dos indivíduos em redes sociais modula numa larga medida a orientação de suas esferas de vida. Em efeito, as interações cotidianas participam à construção de seu self. Em troca, as esferas de vida definem e transformam seu campo de interações sociais pelo viés das interações dos indivíduos consigo próprios. Redes e esferas de vida contribuem então para a definição das estruturas de sentidos dos indivíduos, mas de duas maneiras diferentes: as redes pelo viés das interações sociais e as esferas de vida pelo viés das interações dos indivíduos com eles mesmos (Id., *Ibid.*, p. 214).

Em consonância com tais perspectivas uma gama enorme de estudos passou a focalizar a importância do trabalho de significação e de construção identitária como um dos aspectos principais das mobilizações coletivas, o qual tinha sido descartado tanto pelas análises da mobilização de recursos quanto pela da mobilização política²¹. No que pese a relevância dessas tentativas de relacionar a inserção em redes sociais com as dinâmicas de formação de disposições e de identidades que conduzem ao engajamento político, a literatura sobre os “movimentos sociais” tem sido dominada por certa fixação na “problemática identitária”. Vale lembrar que a teoria da “identidade saliente” foi elaborada com o objetivo de romper com a visão homogeneizante e substancialista das abordagens culturalistas e coletivistas dos “movimentos sociais”, posto que estas partilhavam o pressuposto de que a identidade era algo “evidente” no sentido de que constituía idéias, crenças e práticas comuns a todos os membros da sociedade conforme uma mesma cultura ou posição na estrutura social. Para isso, ela enfatizou a variedade ou multiplicidade de pertencimentos e posições ocupadas pelos indivíduos em sociedade e os

²¹ . Para uma boa revisão e classificação da literatura sobre a importância do trabalho de significação e de construção de identidades nas dinâmicas de participação em mobilizações coletivas ver Gohn (1997), Benford & Snow (2000) e Stryker, Owens & White (2000).

significados decorrentes dessa multiposicionalidade. Contrário às tentativas de estabelecer uma relação de determinação entre inserção em redes, identidade saliente e engajamento, Stryker (2000, p. 25) chama a atenção para o desafio de considerar o impacto independente da identidade saliente sobre a decisão de participar. Para ele, não se deve reduzir a identidade saliente ao engajamento que lhe serviu de suporte e, sim, que os pesquisadores abordem ambos com igual atenção, de forma mais independente e procurando dar conta da concorrência entre as diversas identidades na ação individual. Somente assim poderemos entender as múltiplas identidades relacionadas às diversas inserções dos agentes em diferentes grupos e redes sociais e de como isso serve de base para as escolhas dos indivíduos de participar. Esse resgate da multiplicidade de pertencimentos dos atores sociais, parece novamente se defrontar com pressupostos de que tais “identidades” estão “dadas” e “evidentes” em toda parte e não apenas na “cultura” ou na “posição estrutural” dos atores. É que a ruptura da visão substancialista em relação às condições sociais que respaldam a construção identitária e que nos colocam diante de uma pluralidade de identidades, foi realizada sem operar igualmente a ruptura da aceitação de que a identidade é algo “evidente” e que está “dada”, agora, numa multiplicidade de situações sociais.

De tanto se interessar pela identidade, o sociólogo pode ver identidade por todo lado, ao passo que é apenas em certos momentos, em certas ocasiões, para certos grupos ou certos indivíduos, que se apresenta a questão do “Quem somos nós?” ou do “Quem sou eu?”. O risco de generalização abusiva de momentos ou de situações singulares e de perda do sentido dos limites é, então, particularmente grande. Na verdade, os atores não passam seu tempo se preocupando com sua “definição” ou com sua “identidade”. E é pelo fato de que uma parte importante do que os constitui é disposicional e, por conseguinte, infra ou semiconsciente que eles podem agir sem ter de se questionar permanentemente (LAHIRE, 2004, p. 317).

É que a grande maioria das tentativas de relacionar as múltiplas inserções dos atores aos processos de socialização e de formação das identidades para a militância acaba considerando as disposições que conduzem ao engajamento como sinônimo de identidade e como resultado das

próprias dinâmicas da interação. Um exemplo disso é quando McAdam & Paulsen (1993, p. 647) afirmam que a criação da “disposição inicial para participar no movimento” resulta tanto de um apelo, seja indireto na mídia ou direto via redes interpessoais, que associa determinada identidade ao movimento quanto da discussão de tal “disposição” com as pessoas que sustentam a identidade em questão. É que tais construções das relações entre socialização, disposições, identidades e participação estão fundadas em pressupostos que reduzem o ator e a ação à “lógica da situação presente” não levando em conta nem o “passado dos atores” nem também a “seqüência da ação considerada” (LAHIRE, 2002, p. 46-7). Trata-se sempre de “atores desprovidos de passado, obrigados apenas pela lógica da situação presente” e o interesse da investigação se volta “menos pelo ator agindo do que pela ação per se (seus contextos, seu curso, suas modalidades, sua gramática), seja qual for o passado do ator que a efetua”. Desse modo, pode-se dizer que as tentativas de reintegrar a “racionalidade do ator” pela recusa das abordagens psicológica e individualista deparam-se com certas dificuldades quanto à própria possibilidade de pensar os processos de socialização anteriores à interação²².

Acontece que as tentativas de integrar a perspectiva diacrônica e seqüencial na investigação do recrutamento individual e da adesão a mobilizações coletivas conduziram a problemas opostos aos encontrados nas análises interacionistas do engajamento que têm como base a inserção dos indivíduos em múltiplas redes sociais. Diferente das tentativas anteriores, um dos problemas persistentes nesse caso é a “fixação” nos determinantes de origem e de posição de classe e a dificuldade em integrar os pertencimentos múltiplos dos atores sociais na análise dos processos de socialização, de geração e de modificação das disposições que conduzem à participação. Um dos pontos de partida para a retomada da importância das condições de classe e de seus efeitos sobre a constituição das disposições que conduzem ao engajamento são os trabalhos que salientam o peso das determinações

²² . Essa dificuldade está presente em Becker (1985) quando analisa os itinerários dos atores em grupos delinquentes desligados das disposições constituídas pelos processos de socialização anteriores a esse tipo de interação.

socioculturais sobre o processo de recrutamento e de participação política (MEMMI, 1985). Admitindo que as classes sociais se caracterizam pela sua multidimensionalidade, no sentido de que sua posição social, seus valores e práticas correspondentes não se definem unicamente pela vinculação com a esfera econômica, mas também política, social e cultural, Bourdieu (1979, 1998^a, 1998b) mostra que as disposições para a participação política estão estreitamente ligadas às desigualdades das condições sociais de origem e dos respectivos capitais (sociais, econômicos, políticos e culturais) possuídos pelos diferentes agentes sociais. Em consonância com isso, as disposições e as respectivas competências que a participação política exige são apreendidas como uma espécie de “tradução subjetiva” da origem e posição social dos militantes.

As dificuldades levantadas por tal formulação dizem respeito, por um lado, ao peso determinante e decisivo atribuído às condições sociais de origem sobre os processos de socialização e de constituição das disposições propícias à participação e, por outro, sobre a autonomia destas sobre os diversos contextos e situações sociais que decorrem da inscrição dos atores em múltiplos mundos e submundos sociais (FILLIEULE, 2001; LAHIRE, 2004). Se o posicionamento de classe dos militantes constitui um capítulo quase que obrigatório para esse tipo de investigação, tal aspecto não consegue dar conta de uma série de situações e fatores que se entrecruzam no surgimento das disposições necessárias ao investimento nessa forma de atividade e nos desdobramentos que o próprio engajamento ocasiona. Por isso, uma análise processual do engajamento individual exige o tratamento conjunto de uma série de condições sociais específicas: as predisposições à militância, as condições e formas pelas quais elas se tornam uma ação efetiva, as formas diferenciadas e variáveis que adquire o engajamento no decorrer do tempo, as multiplicidades de engajamentos, de desengajamentos e de deslocamentos para outros coletivos e para outros tipos de militância, a retração ou extensão dos engajamentos (FILLIEUELE, 2001, p. 201).

Em consonância com as orientações que criticam a fixação na problemática identitária e a redução das disposições que conduzem ao

engajamento às situações de interação, sem descartar, ao mesmo tempo, a multiplicidade de vinculação dos indivíduos a redes sociais como espaços de socialização, um dos objetivos principais desse trabalho é integrar a perspectiva diacrônica no exame dos processos de socialização e de geração das disposições propícias à participação nas organizações e mobilizações ambientalistas. Tal perspectiva possibilita considerar as disposições associadas à participação individual como resultado da intersecção entre os processos de socialização familiar com “as experiências de vida pessoal” e, mais precisamente, com os diversos “contextos interacionais” interligados à “biografia” dos militantes (SEARLE-CHATTERJEE, 1999).

A problemática assim ampliada faz da socialização um processo biográfico de incorporação de disposições sociais saídas não somente da família e da classe de origem, mas do conjunto dos sistemas de ação atravessados pelo indivíduo no curso de sua existência. Ela implica certamente uma causalidade histórica do antes sobre o presente, da história vivida sobre as práticas atuais, mas esta causalidade é probabilística: ela exclui toda determinação mecânica de um 'momento' privilegiado sobre os seguintes. Quanto mais os pertencimentos sucessivos ou simultâneos são múltiplos e heterogêneos, mais se abre o campo do possível e menos se exerce a causalidade de um provável determinado (DUBAR, 1999, p. 77-8).

Sem fazer do posicionamento de classe a explicação determinante das dinâmicas que conduzem ao engajamento, as análises de diferentes tipos de militantismo têm procurado estabelecer as ligações entre os valores e os objetivos atribuídos à participação na defesa de causas sociais com o pertencimento dos atores a determinada classe social. Nesse sentido, Passy (1998, p. 53) salienta a necessidade de se levar em consideração as “dimensões estruturais do processo de engajamento individual, isto é, o contexto social e cultural do ator”, mostrando que os militantes do “movimento de solidariedade” são os membros de uma categoria específica da “nova classe média”, qual seja, os “especialistas socioculturais”. Esse posicionamento objetivo dos militantes, associado à posse de um conjunto específico de recursos culturais e à constituição de quadros particulares de interpretação e de conhecimento da realidade, determina as possibilidades e os parâmetros ideacionais e valorativos necessários ao desenvolvimento do processo de

adesão às causas defendidas pela organização. De maneira similar, Agrikoliansky (2002, p. 157) salienta que a compreensão dos fatores que conduzem determinados agentes sociais à militância na Liga dos Direitos do Homem requer uma abordagem em termos de estrutura e de representações incorporadas, focalizando “os principais traços que caracterizam sua posição no espaço social e as disposições que dela decorrem”. Segundo ele, tal análise permite apreender “os pertencimentos sociais e a inscrição dos agentes num sistema de valores e de crenças que os tornam particularmente receptivos aos ideais promovidos pela associação” (p. 143). Deste modo, é no “espaço das profissões intelectuais” que ele encontra a categoria dos militantes que tem interesse nesse tipo de ação coletiva.

O mesmo se observa quando se trata de priorizar um “modelo processual ou seqüencial da ação militante” e de considerar a “constelação de fatores” que concretamente tornam possível a participação (AGRIKOLIANSKY, 2001, p. 44). A análise processual do engajamento individual pressupõe a “inscrição dos atores sociais dentro de múltiplos mundos e submundos sociais que podem, ocasionalmente, entrar em conflito” (FILLIEULE, 2001, p. 207): inseridos em uma “multiplicidade de locais e de espaços sociais” e submetidos a normas, regras e lógicas diversas e conflituosas, cada ator incorpora uma “multiplicidade de esquemas de ação”. Deste modo, para compreender concretamente os processos de engajamento e desengajamento e a permanência na militância, o observador deve apreender, tanto pelos relatos biográficos quanto pela observação etnográfica, o desenrolar e a imbricação de diferentes “ordens de experiências”, “umas em relação com as outras”, vividas pelos atores dentro de alguns “submundos sociais” (profissional, afetivo, familiar, militante, etc.). Essa análise “relacional” das distintas “ordens de experiência” nas quais os atores se encontram inseridos, permite apreender as lógicas que conduzem ao engajamento e à permanência na militância como resultado de estrangimentos específicos relacionados aos locais, aos itinerários individuais e aos espaços sociais dentro dos quais os atores estão inseridos. A noção de “carreira”, elaborada pela tradição interacionista, tem sido utilizada como um dos principais instrumentos analíticos para a integração

da perspectiva diacrônica nos processos de socialização que conduzem à participação em organizações e mobilizações coletivas (Capítulo III).

A consideração da socialização como um processo biográfico de incorporação de disposições que estão vinculadas tanto às condições sociais de origem quanto às dinâmicas de interação e de inserção dos dirigentes em diversas redes sociais possibilita romper com a visão homogeneizante e teleológica que caracteriza as organizações, grupos e indivíduos que participam das mobilizações ambientalistas como um “Novo Movimento Social”. Ela possibilita introduzir a perspectiva processual ou seqüencial nas análises do recrutamento individual, colocando-nos diante do desafio de resgatar e integrar na investigação empírica, tanto os aspectos vinculados às condições sociais de origem dos militantes quanto à multiplicidade de inserções que concorrem para o seu engajamento. Dessa forma, pode-se considerar o militantismo como uma “atividade social específica” constituída tanto pelos “sistemas de sentido” que são operados pelos atores a partir de “escolhas práticas realizadas no curso da ação” (AGRIKOLIANSKY, 2002, p. 141), quanto pela constante tensão entre as diferentes lógicas sociais que se entrecruzam em sua constituição (FILLIEULE, 2004). Ao invés de aceitar como “dada” a caracterização geral das mobilizações ambientalistas como um “movimento social” é a própria categoria de “movimento ecológico” que deve ser considerada como uma forma específica de definição e de participação na defesa do meio ambiente, à qual correspondem condições sociais e itinerários militantes particulares (OLLITRAULT, 1996). Em lugar da descrição de um conjunto coerente e homogêneo de valores e práticas vinculado à participação dos indivíduos e organizações na defesa do meio ambiente, o foco principal da investigação passa a ser a apreensão da complexidade de lógicas postas em confronto nas dinâmicas de construção de causas ambientais.

Essa proposta de integração da perspectiva biográfica nos processos de socialização e sua vinculação com a inserção dos dirigentes nas redes de organizações e movimentos que conduzem à participação na defesa de causas ambientais, constitui uma das alternativas pertinentes para a compreensão não apenas do recrutamento individual, mas também das

dinâmicas de emergência e de expansão das organizações e mobilizações ambientalistas. Isso porque ao invés de se focalizar a emergência e a ampliação das causas defendidas por uma determinada organização ou mobilização coletiva como relacionado apenas às transformações ocorridas em determinadas categorias sociais que constituiriam a “base do movimento”, as investigações passam a se centrar no papel desempenhado pelas interações e redes de organizações e de “movimentos sociais” que funcionam como facilitadores de uma dada mobilização coletiva (MCADAM, 2003). Quanto a isso as relações estabelecidas com diversos grupos e “movimentos sociais” exerceram um papel fundamental na emergência e transformação das organizações e das mobilizações ambientalistas no Rio Grande do Sul. De certa forma, as ligações com o Movimento Estudantil e com o Partido dos Trabalhadores foram permanentes e constantes no momento de emergência e de maior difusão das mobilizações ambientalistas na década de oitenta e possibilita uma maior compreensão dos principais conflitos e rupturas que sucederam ao desenvolvimento do ambientalismo em tal situação. Deve-se acrescentar ainda que a participação simultânea dos dirigentes ambientalistas em diversas organizações e “movimentos sociais” é um dos traços que está na origem não apenas da emergência de mobilizações coletivas e de sua maior difusão, mas também das dinâmicas que conduzem ao engajamento individual nesse tipo de causa.

CAPÍTULO II – AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA E AS DINÂMICAS DE REDEFINIÇÃO DA CAUSA AMBIENTAL

Este capítulo apresenta uma reconstituição histórica das mobilizações ambientalistas no Rio Grande do Sul e está vinculado a um interesse de pesquisa mais geral que diz respeito às condições sociais e aos processos históricos e políticos que possibilitaram a emergência e a consolidação do ambientalismo em tal situação. De maneira mais específica, ele pretende examinar as condições e os processos sociais particulares que contribuíram para que a participação na defesa ambiental se tornasse um tipo de militância caracterizada pela reconversão da formação e do exercício profissional nas mais diferentes esferas de atividade. Para isso, focaliza-se o processo de formação dos espaços de atuação e das dinâmicas de intervenção de um conjunto heterogêneo de organizações e de atores sociais que participam da defesa ambiental. Trata-se de demonstrar que as transformações ocorridas na composição social das lideranças das principais organizações ambientalistas e os confrontos e divisões decorrentes do ingresso de atores heterogêneos nas associações contribuíram para uma maior indefinição das fronteiras ideológicas, organizacionais e institucionais do conjunto de organizações vinculadas à defesa de causas ambientais. Tal situação resultou da diversificação das modalidades de utilização da formação escolar e universitária como instrumento de politização em diferentes esferas de atuação que caracterizou a expansão da escolarização e das mobilizações coletivas durante os anos oitenta. O material utilizado para essa caracterização histórica do ambientalismo gaúcho consiste de trabalhos acadêmicos e militantes sobre o surgimento e a evolução das mobilizações e das associações ambientalistas no Brasil e na referida região, assim como de

entrevistas informativas realizadas com as principais lideranças que participaram de diferentes fases desse processo.

Independente do marco escolhido para definir o surgimento da luta ambiental no Brasil, uma das características que se faz sempre presente é a sua vinculação com chamado o “movimento ambientalista internacional”. Isso pode ser observado no caso das principais formulações governamentais e das mobilizações levadas a cabo pelas associações ambientalistas tanto durante o chamado “movimento conservacionista” quanto nas reivindicações que emergiram durante a década de setenta. Do mesmo modo, no que diz respeito à configuração das forças sociais e políticas que participam dessas mobilizações, um dos aspectos que parece constante no aparecimento e no desenvolvimento do ambientalismo brasileiro é a forte vinculação de suas lideranças às elites políticas e culturais. Diante disso, a principal característica da participação na defesa de causas ambientais no Brasil a partir da década de setenta é a mudança de uma situação em que a temática ambiental estava restrita a uma “elite de naturalistas”, no sentido de que se tratava de indivíduos vinculados predominantemente aos setores “técnico-científicos” e à burocracia estatal, para uma outra em que ela se difunde de forma generalizada em diferentes setores da sociedade. Isso ocorreu de forma mais acentuada durante os anos oitenta, pois durante a década de setenta a defesa ambiental ainda era inicialmente objeto de ação de grupos sociais vinculados às elites políticas e culturais e que se voltavam para reivindicações bem pontuais e específicas. É somente em meados dos anos oitenta que a questão ambiental passa a ser amplamente incorporada por partidos e sindicatos, por setores empresariais, pelas agências governamentais, imprensa, universidades e centros de pesquisa, entre outros (LOUREIRO & PACHECO, 1995).

As mobilizações ambientalistas e as principais organizações que foram criadas no início da década de setenta estavam voltadas para problemáticas relativamente antigas, algumas das quais remontam ao final do século XIX. No entanto, esse momento se caracteriza por uma clara modificação do potencial de mobilização das organizações e reivindicações ambientalistas. No início dos anos setenta, os atores sociais que passaram a

fazer parte da defesa ambiental estavam vinculados a organizações naturalistas, eram recrutados nos meios das elites políticas e culturais e adquiriram certas disposições cosmopolitas em função de sua socialização familiar e inserção na esfera internacional. Posteriormente, durante os anos oitenta, são os indivíduos vinculados às mobilizações estudantis e a redes de organizações partidárias que constituem os quadros principais das associações ambientalistas. Essa modificação das redes de recrutamento dos militantes que participavam das mobilizações em defesa de causas ambientais a partir dos anos setenta provocou acirrados confrontos que deram origem a profundas cisões entre as primeiras lideranças ambientalistas e resultaram numa dispersão e fragmentação das mobilizações em defesa do meio ambiente. Todavia, um dos aspectos que caracterizou esse “novo momento” do ambientalismo foi a ampliação das possibilidades de articulação da formação escolar com o engajamento político através da participação no ambientalismo. Desse modo, pode-se considerar como uma das características principais da redefinição da causa ambiental a partir dos anos setenta, a maior diversificação das formas de utilização instrumental da formação profissional para a politização das problemáticas ambientais em diferentes esferas de atuação.

2.1 – A EMERGÊNCIA DA TEMÁTICA AMBIENTAL NO ÂMBITO GOVERNAMENTAL

As primeiras propostas para reservar espaços destinados à conservação da natureza em finais do século XIX, através da criação de parques nacionais, foram inspiradas na implantação de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos, que representa um marco na invenção da figura do parque nacional em nível mundial (SERRANO, 1996). É também a “experiência norte-americana” que serve de exemplo para as formulações voltadas à constituição de “reservas florestais” no início do século XX no Brasil. Neste mesmo sentido, cabe destacar a formulação do Código de Águas e Minas e o primeiro Código Florestal Federal Brasileiro por volta da implantação da

Constituição de 1934 com a participação dos membros da Sociedade Amigos das Árvores, que é tida como a primeira entidade ambientalista a surgir no Brasil, e da Sociedade Amigos de Alberto Torres (BONES & HASSE, 2002, p. 22). A elaboração desses códigos e leis de proteção ambiental estava respaldada em políticas adotadas nos “Estados Unidos que, desde 1900, estavam vivendo um período de intensa regulamentação e elaboração de linhas-mestras políticas para controlar o uso dos recursos minerais e florestais” (SVIRSKY & CAPOBIANCO, 1997).

O início da estruturação administrativa das agências governamentais responsáveis pela defesa ambiental no Brasil tem sido vinculado à realização da I Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, em Estocolmo, no ano de 1972. Ele resultou inicialmente de pressões de grupos ambientalistas estrangeiros diante da controvérsia gerada pela posição do governo brasileiro, juntamente com outros países em desenvolvimento, de priorizar o “crescimento acelerado em detrimento de questões ligadas à preservação do meio ambiente” (LOUREIRO & PACHECO, 1995, p. 138). Tal posição tratava a problemática ambiental como “a antítese do desenvolvimento almejado” com o argumento de que “a principal poluição era a miséria” e de que “a proteção ao meio ambiente era uma preocupação inventada pelos países ricos para pôr obstáculos à industrialização do Terceiro Mundo” (MENEZES, 1997). Foi diante da necessidade de se conformar às pressões de instâncias internacionais que foi criada em 1973 a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA).

Sua criação visava, entre outros objetivos, atenuar as críticas e pressões feitas por organismos e entidades ambientalistas internacionais, bem como colocar o Brasil numa posição favorável à obtenção de empréstimos e investimentos estrangeiros. Não havia qualquer definição clara e objetiva de uma política ambiental para o país a ser conduzida por essa secretaria. Foi atribuída a ela apenas um rol de objetivos de difícil operacionalidade (Id., *Ibid.*, p. 80)

Tal secretaria deveria funcionar como o órgão normativo e de coordenação da área de meio ambiente no país, estando vinculada ao

Ministério da Saúde e se inserindo dentro da Política Nacional de Saneamento. Por isso, seus objetivos prioritários estiveram inicialmente voltados para a conservação dos recursos ambientais e para o controle da poluição industrial. Suas primeiras intervenções ocorreram em resposta a uma situação de contaminação já estabelecida com o funcionamento da fábrica de celulose Borregaard de Porto Alegre e as principais medidas e formulações implementadas por tal secretaria estiveram direcionadas para a problemática da poluição ambiental (ANDREOLI, 1992; BONES & HASSE, 2002). No entanto, sua criação e funcionamento ocorreram de forma desarticulada de órgãos mais antigos como o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Superintendência para o Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA) e a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) que tinham atribuições tanto normativas quanto financiadoras de projetos de reflorestamento e que no caso do segundo estavam ligados ao desmatamento de extensas áreas da Floresta Amazônica. É somente em 1989, ou seja, dezesseis anos após sua criação, que a SEMA passa a fazer parte, juntamente com esses outros órgãos, de uma estrutura unificada, formando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA).

Durante a década de 80 a temática ambiental começa a ser inserida de forma generalizada no espaço das agências governamentais, assim como em diferentes setores da sociedade tal como o campo jurídico, os meios políticos-partidários, a mídia, o espaço acadêmico, o universo das ONG's "sociais", o setor empresarial, entre muitos outros (LOUREIRO & PACHECO, 1995; PÁDUA, 1992; FUKS, 2001). Essa expansão do ambientalismo se caracterizou pela ampliação do papel do Ministério Público como defensor dos "direitos difusos", com a criação de secretarias, órgãos públicos e conselhos de meio ambiente e com a exigência de realização de Estudos e Relatórios de Avaliação de Impactos Ambientais (EIA-Rima) por "equipe multidisciplinar independente" e que deverão ser apresentados e debatidos em audiências públicas. Isso passou a gerar e mobilizar todo um mercado de atuação para empresas e técnicos das mais diferentes especialidades que se engajam na consultoria ambiental (ANDREOLI, 1992). No espaço universitário, além de

pesquisas que já vinham sendo feitas nas mais diferentes áreas como biologia, engenharias, ciências sociais, etc., começam a se estruturar novos cursos de pós-graduação em ciências ambientais como o da USP, da UFSC e o de ecologia da UFRGS, bem como se iniciou a criação de cursos de graduação em ecologia.

É também neste período que se expandiram as agências governamentais voltadas para a proteção ambiental e que se intensificaram as tentativas de articulação entre elas. Neste sentido, em 1981 foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente por intermédio da SEMA e surgiu o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com o objetivo de elaborar arranjos institucionais novos para a área ambiental. Desta forma, foi criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) que procurava articular as instituições ligadas à proteção ambiental nos níveis federal, estadual e municipal e que possibilitava a participação de associações e organizações não-governamentais nessas diferentes instâncias na implantação da política ambiental. A Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) foi desde o início caracterizada por um conjunto de fraquezas e de indefinições institucionais: possuía apenas três técnicos, dada a falta de eficácia e de efetividade de suas ações institucionais tinha que funcionar em aliança com os estados e delegando competências e funções a esses, em contraste com a lógica centralizadora que predominava ao nível federal nesse período e que se fazia presente na concepção da própria estruturação ambiental, que deveria funcionar sob a forma de um sistema coordenado por um organismo central (ANDREOLI, 1992).

No ano de 1992, quatro meses após a realização na cidade do Rio de Janeiro da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi criado o Ministério do Meio Ambiente. Dada a carência de condições institucionais dos órgãos federais para atuar no âmbito estadual, o resultado foi estimular os estados a criar suas próprias estruturas. Contudo, o processo de estabelecimento dos organismos estaduais e municipais responsáveis pela política ambiental ocorreu de forma paralela e desarticulada dos desdobramentos salientados no nível federal.

A implantação de órgãos estaduais de meio ambiente esteve inicialmente vinculada à formulação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que atribuía aos estados e municípios competências específicas no controle da poluição causada pelo funcionamento das indústrias. Desta forma, a atuação de tais organismos estaduais esteve diretamente ligada ao tratamento dos problemas já existentes causados pela poluição industrial. Mas as diretrizes contidas no II PND eram muito fragmentadas, tinham um caráter essencialmente corretivo e não possibilitavam uma organização de conjunto, resultando na expansão de estruturas descentralizadas em relação ao âmbito federal e muito marcadas pelo contexto próprio de cada estado ou região. Em decorrência dessa acentuada descentralização e fragmentação dos âmbitos municipal, estadual e federal na implantação de políticas ambientais, os conflitos entre as agências governamentais foram constantes e ampliados ainda mais com a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, à qual introduziu a ação concorrente da União, estados e municípios como co-responsáveis pela garantia da qualidade ambiental (LOUREIRO & PACHECO, 1992). Como salienta Andreoli (1992, p. 19),

Essas indefinições, aliadas às áreas de vácuo institucional causadas pelo avanço de legislação sem a respectiva estruturação dos órgãos, e aquelas sobreposições já citadas estabeleceram, em alguns casos, dificuldade de identificação da estrutura responsável, por parte da sociedade civil.

No caso do Rio Grande do Sul os órgãos estaduais atuais estavam inicialmente ligados à Secretaria Estadual de Saúde e foi como reação às denúncias e mobilizações contra o problema da poluição industrial que tais instituições foram constituídas. Em primeiro lugar, destaca-se a Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico (CCEE) que se constitui como o primeiro órgão público responsável pela proteção ambiental no estado. No início dos anos 80, tal órgão passou a fazer parte da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente e foi criado o Departamento de Meio Ambiente (DMA). A atividade de tal órgão esteve predominantemente voltado para a fiscalização da indústria coureira. Em 1990, o DMA foi transformado na Fundação Estadual de Proteção

Ambiental (FEPAM). Em agosto de 1999 foi formalmente constituída a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul que consistiu na reunião de alguns órgãos que estavam vinculados a outras secretarias estaduais. Trata-se da Fundação Zoobotânica (FZB) e do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) que faziam parte da Secretaria da Agricultura e Abastecimento; da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) que fazia parte da Secretaria da Saúde; e do Departamento de Recursos Hídricos (DRH) que integrava a Secretaria de Obras e Saneamento.

Em linhas gerais, pode-se dizer que os principais momentos de estruturação das agências governamentais de proteção ambiental estão estreitamente ligados à realização de conferências internacionais sobre o meio ambiente. Isso ocorreu tanto nos anos setenta quanto nos anos noventa com a criação do Ministério do Meio Ambiente. Ao mesmo tempo, a constituição da temática ambiental no domínio da administração estatal se caracterizou pela proliferação descontrolada de secretarias, empresas e agências públicas, órgãos e conselhos ambientais e pela maior pulverização e concorrência a respeito das competências estritamente ambientais. Como resultado disso, a atuação das agências estatais de proteção ambiental é constantemente marcada por uma crescente indefinição institucional, sobreposição de competências e por carências estruturais.

2.2 – AS MOBILIZAÇÕES AMBIENTALISTAS E AS REDEFINIÇÕES DA CAUSA AMBIENTAL

Quando se focalizam os espaços de atuação das organizações ambientalistas, o que se observa são algumas características muito semelhantes às encontradas no âmbito estatal: em primeiro lugar, uma forte ligação entre a criação e o crescimento do número de associações ambientalistas e a realização de conferências internacionais sobre temáticas relativas à defesa do meio ambiente, assim como com a implantação de medidas e de órgãos governamentais de proteção ambiental; em segundo

lugar, a proliferação de associações nas principais regiões do país no transcurso de algumas décadas sem se contar com instâncias de coordenação e de articulação entre elas tanto ao nível federal quanto estadual e municipal. Em decorrência disso, as intervenções de grande parte dessas organizações estão restritas à dimensão local ou municipal, sendo poucas aquelas cuja intervenção se desenvolve no âmbito estadual e nacional. As principais tentativas de implantação de instâncias de coordenação e de representação do “movimento ecológico” foram implantadas sob o apoio de fundações de financiamento internacionais, mas não se fez realidade no âmbito da estrutura ideológica, organizacional e política das “entidades”. Neste sentido, pode-se falar de uma expansão descontrolada e também marcada por indefinições ideológicas e organizacionais.

A) OS “ANTECEDENTES HISTÓRICOS” DO AMBIENTALISMO BRASILEIRO E GAÚCHO

A primeira associação ambientalista que surgiu no Brasil foi a Sociedade dos Amigos das Árvores, fundada no ano de 1931 no Rio de Janeiro pelo botânico Alberto Sampaio, diretor do Museu Nacional. Ela era composta basicamente por intelectuais, jornalistas e políticos e teve como um dos membros mais ativos o jornalista Leôncio Correia que foi também o fundador do jornal Correio da Manhã (URBAN, 2001). Sua criação foi influenciada pela emergência da problemática “conservacionista” e de iniciativas protecionistas no Brasil e esteve diretamente ligada ao início das discussões para a implantação dos códigos florestal, de águas, de minas e de caça e pesca, assim como para a instalação dos parques nacionais. Com o patrocínio do governo Vargas organizou em 1934 a I Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, que ocorreu um ano após a conferência internacional e que forneceu subsídios para a elaboração dos códigos florestal e de águas no mesmo ano e da legislação destinada à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (SERRANO, 1996; URBAN, 2001).

Uma outra associação que surge nesse período é a Sociedade Amigos de Alberto Torres, fundada em novembro de 1932 por escritores de renome, líderes políticos e militares da época com objetivo de influenciar as proposições da Assembléia Constituinte reunida em 1934 para a elaboração de uma nova Constituição (GARCIA, 1993). Além de ter uma forte influência nos debates políticos dos anos 30, a importância alcançada por tal associação e, por meio dela, pela obra de Alberto Torres, teve uma influência decisiva na elaboração e implantação do Código das Águas e o Florestal, bem como sobre as principais lideranças do movimento conservacionista da época que criaram a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBNC) em 1958 no Rio de Janeiro.

Formada basicamente por cientistas naturais que desenvolviam estudos sobre espécies ameaçadas e também por jornalistas e políticos da época, a FBNC foi também inspirada em “associações de ativistas londrinos” e se transformou numa entidade de atuação destacada tanto no nível nacional quanto no internacional em matéria de conservação da natureza no Brasil entre finais da década de cinquenta e de sessenta (URBAN, 2001). Durante o governo Jânio Quadros um dos seus fundadores e presidente do Conselho Florestal Federal participou da elaboração de medidas governamentais destinadas à proteção da natureza, na criação de áreas protegidas e na elaboração do Código Florestal de 1965. Ela também influenciou e apoiou grande parte das associações que surgiram no Brasil no início da década de setenta e desempenhou um importante papel na articulação do movimento conservacionista brasileiro com organizações e grupos internacionais.

Na verdade, a FBNC, através de uma vasta produção técnico-científica de seus membros, influenciou e apoiou o surgimento de outras entidades em vários Estados a partir da década de 70. Seus contatos com a União Internacional para a Conservação da Natureza renderam as primeiras articulações com os movimentos ambientalistas do exterior (BONES & HASSE, 2002, p. 18).

Em São Paulo, o surgimento de alguns “movimentos pioneiros” ocorreu nos anos cinquenta. Esse é o caso do grupo ECO-PAZ – Ecologia e

Pacifismo fundado em 1950 por Ernesto Zwarg. Um outro exemplo é a Sociedade Amigos da Flora Brasileira que foi criada pelo diretor do Instituto de Botânica, Frederico Hoehne, cujo objetivo principal era o de combater a expansão do eucalipto, o qual era visto nesse período “como vilão ambiental” e se transformou no “alvo de uma campanha internacional” (BONES & HASSE, 2002, p. 18). Mas a que mais se destaca é a Associação de Defesa da Flora e da Fauna, fundada em 1956, por um grupo de estudantes de história natural sob a liderança de Paulo Nogueira-Neto, com o objetivo de apoiar a campanha de defesa das florestas do Pontal do Paranapanema e que teve seu nome mudado para Associação de Defesa do Meio Ambiente, alguns anos mais tarde. Paulo Nogueira-Neto era membro da elite paulistana e foi no ano de fundação da entidade que ele mudou do curso de direito, que já cursava há oito anos, para o de história natural. Seu itinerário no ambientalismo foi marcado pela constante articulação entre a atuação em órgãos governamentais e em organizações não-governamentais. Como estudante de história natural assumiu o cargo de assessor voluntário da secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, ocupou durante muitos anos a função de presidente do Conselho Florestal do Estado de São Paulo e, em 1974, quando foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) do Governo Federal, foi ele quem assumiu o cargo de secretário.

Para a maioria dos dirigentes ambientalistas do Rio Grande do Sul, as raízes do movimento ecológico gaúcho remontam às décadas de 40 e de 50 e têm como principais fundadores Balduino Rambo e Henrique Luís Roessler. A ação de Balduino Rambo, um padre jesuíta de descendência alemã que era também botânico e professor, desenvolveu-se no início da década de 40 e está diretamente ligada à publicação de “A Fisionomia do Rio Grande do Sul”, um livro de 450 páginas elaborado após percorrer durante dez anos todo o território gaúcho coletando informações. Tal livro continha uma descrição completa do meio físico em todo o território gaúcho, identificando e classificando plantas, solos e acidentes geográficos, denunciando a derrubada das florestas e alertando para a necessidade de se desenvolver uma “proteção ativa da natureza”. Suas preocupações e propostas estiveram voltadas também

para a criação de parques para preservação da diversidade de recursos e ambientes naturais do Estado (URBAN, 2001; BONES & HASSE, 2002).

No caso de Henrique Luís Roessler, que era contador, naturalista amador e funcionário público da Delegacia Estadual dos Portos lotado em São Leopoldo, sua atuação teve início quando, em 1939, aos 43 anos, foi nomeado delegado florestal pelo setor de caça e pesca do Ministério da Agricultura. Tratava-se de um trabalho voluntário, sem remuneração e realizado “fora” do seu expediente burocrático, geralmente nos finais de semana, cuja incumbência era a fiscalização das atividades de queimadas, de caça e pesca que eram práticas comuns no Rio Grande do Sul neste período. A criação em São Leopoldo da União Protetora da Natureza (UPN), a primeira entidade ambientalista do Rio Grande do Sul, por iniciativa dele no ano de 1955, ocorreu logo depois que perdeu a credencial de fiscal por multar, sem ter atribuição legal para isso, alguns curtumes na região do Vale do Rio dos Sinos. Tal associação, que foi sediada em sua casa e dependia totalmente dele, chegou a contar com mais de 300 associados e suas atividades direcionavam-se à educação, à realização de denúncias e a reivindicações de cumprimento da legislação por parte dos poderes públicos.

Sua criação inspirava-se no trabalho de proteção à natureza desenvolvido na Europa (mais especificamente na Alemanha) e em outros Estados do país, tendo por objetivos [...] “combater a ignorância do povo em assuntos florestais”, “orientar a juventude por intermédio de seus educadores”, e “propagar as idéias de conservação da flora e da fauna na Colônia, onde não chegam jornais e revistas, onde os colonos são esquecidos pelas autoridades” (SCHMITT, 1995, p. 86).

Durante a década de cinquenta até o ano de 1963, quando faleceu, a sua atuação consistia basicamente em escrever crônicas semanais para o *Correio Rural* que era um dos suplementos do jornal *Correio do Povo*, na época o maior jornal do Sul do Brasil, publicando no total cerca de 300 textos. Foi através dessas publicações que seu trabalho se tornou conhecido, chegando a influenciar alguns dos principais militantes e fundadores das associações ambientalistas que surgiram durante a década de 70.

De maneira geral, pode-se dizer que o surgimento do movimento ambientalista no Brasil no começo dos anos trinta e até a década de sessenta, esteve estreitamente vinculado à problemática internacional, surgida na Europa e nos Estados Unidos, da conservação e da preservação de sítios, paisagens e recursos naturais, assim como de espécies animais, de florestas, de lagos, etc. Ainda que sejam raros os trabalhos sobre a composição social e a organização política dessas associações, é possível levantar algumas de suas características principais com base nessa pequena descrição de seus “antecedentes históricos”.

Em primeiro lugar, observa-se que suas principais lideranças eram recrutadas nos meios científicos, políticos e intelectuais da época: eram naturalistas, botânicos, jornalistas, escritores e políticos que investiam na proteção ambiental durante esse período. Em segundo lugar, tratava-se também de agentes que exerciam funções públicas ou burocráticas na administração estatal ou cuja atuação em associações ambientalistas estava estreitamente vinculada à ocupação de cargos em agência estatais. Um terceiro aspecto que sobressai desta descrição é o fato de que as organizações têm uma estrutura predominantemente local e regional, de modo que sua influência sobre as outras regiões do país ocorre em decorrência desse tipo de atuação e não a partir da implantação de uma estrutura administrativa e política que se distribua pelos diferentes estados brasileiros. Suas reivindicações estavam quase sempre vinculadas a certos segmentos sociais e regionais com objetivos muito pontuais e específicos. Em quarto lugar, cabe salientar ainda que o surgimento, o funcionamento e o desaparecimento dessas associações são estreitamente dependentes da ação e da imagem das lideranças que criaram e presidiram tais organizações.

Em decorrência disso, a luta ambientalista durante esse período é lembrada muito mais em função da atuação e do trabalho individual dessas figuras emblemáticas que são o “padre Rambo” e o “Roessler”, do que pela existência ou continuidade de uma tradição associativa constituída na região. A única entidade desse período que é freqüentemente mencionada como a “primeira entidade ecológica” é a UPN cuja existência esteve diretamente

dependente do trabalho de Henrique Roessler, de modo que, após o falecimento do seu fundador, as referências ao trabalho desenvolvido pela mesma são praticamente inexistentes e tudo indica que suas atividades não tiveram continuidade. Por outro lado, as vinculações das lideranças das principais associações fundadas durante a década de 70 com o trabalho de Roessler e de Balduino Rambo ocorreu de forma muito individualizada, a partir do contato pessoal com seus escritos e não em termos de continuação do trabalho associativo que tinha sido iniciado.

B) DA “ELITE DE NATURALISTAS” AOS NATURALISTAS DA ELITE

A década de 70 constitui um outro marco importante do processo de configuração do movimento ambientalista no Brasil. Segundo Loureiro & Pacheco (1992, p. 138), é somente nos anos 70 que a questão ambiental emerge como uma “questão política” no Brasil²³, pois é a partir daí que ela passa a ser integrada na “agenda dos problemas nacionais” e que os problemas ambientais começam a “ocupar espaço crescente nos meios de comunicação e na opinião pública, mobilizando grupos em torno da defesa ambiental e formando o que se pode denominar de consciência ambiental no país”.

Para os militantes que participaram das mobilizações desse período, trata-se de um “novo começo” na medida em que os tipos de reivindicações que são levantadas e as formas de intervenção utilizadas pelas organizações e dirigentes já não correspondem ao que acontecia anteriormente durante a fase “conservacionista” ou “preservacionista”. Para eles, o “ecologismo” se caracteriza pelo questionamento da forma de “organização da sociedade”, pois é o “modelo de civilização” que provocava a destruição da natureza ou de parte dela, de modo que somente uma “mudança global nas estruturas econômicas, sociais e culturais” da civilização poderia solucionar a “crise ambiental”.

²³ . Para uma abordagem semelhante, ver Schmitt (1995).

Então, naquele momento, era assim que enxergávamos os grupos: havia um conjunto deles que estava preocupado simplesmente com a proteção da natureza tal e qual; e havia um outro conjunto de grupos que aceitava o desafio que o pensamento ecológico colocava sobre a destruição da paz e da vida, para repensar, de uma forma mais profunda, a maneira pela qual a civilização estava organizada - questionando as relações sociais e econômicas, a visão de mundo, a cultura e as filosofias que orientavam esse modelo de civilização altamente destrutivo da biosfera (José Augusto Pádua, coordenador da Campanha Florestas Tropicais do GREENPEACE para a América Latina, no painel “Vinte e Cinco Anos de Ambientalismo no Brasil”, In: MAFRA, 1995, p. 17).

Esse período é caracterizado também por “novos” repertórios de ação que incluíam ações coletivas de denúncia e de mobilização da opinião pública, organização de manifestações de rua e de campanhas de politização de diversos temas, etc.

Com a AGAPAN, teve início a corrente ecológica ativista em nosso país. Nós trabalhávamos de maneira diferente e, nesse sentido, inauguramos realmente uma nova era na luta ambientalista. Isto não é apenas opinião minha; outras pessoas, de outras regiões do país, inclusive Fábio Feldman, compartilham do mesmo ponto de vista (Augusto Carneiro, fundador da AGAPAN e da PANGEA no painel “Vinte e Cinco Anos de Ambientalismo no Brasil”, In: MAFRA, 1995, p. 8).

De fato, a fundação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) no ano de 1971 em Porto Alegre, é amplamente reconhecida como o principal marco desta “nova era” do “movimento ambientalista brasileiro”. Ela foi fundada por um grupo de profissionais liberais como médicos, arquitetos, advogados, agrônomos, etc., e durante doze anos foi liderada e presidida pelo engenheiro agrônomo José Antônio Lutzenberger. Diferenciando-se do pensamento “conservacionista” existente até então, a entidade criticava as características assumidas pela civilização urbano-industrial e tinha entre as suas principais reivindicações o combate à poluição do ar e da água e ao uso indiscriminado de agrotóxicos e a difusão de uma “nova moral ecológica”. Tinha um estilo de atuação que “inspirado nos movimentos ambientalistas surgidos nos EUA e na Europa nos anos 60, pautava-se pelo ativismo militante e pelo incentivo à mobilização cidadã,

assumindo um caráter de vanguarda no ambiente repressivo que caracterizou a ditadura militar no Brasil” (SCHMITT, 1995, p. 87). Uma das primeiras lutas lideradas pela AGAPAN foi contra a poluição causada pelo funcionamento da Indústria de Celulose Borregaard instalada em Porto Alegre. A entidade definia-se como “apartidária”, embora em seu estatuto o termo utilizado foi “apolítica”, o que segundo seu primeiro secretário foi um “erro” seu em função do período da ditadura. A forma privilegiada de atuação inicial era a publicação de artigos de denúncia na imprensa local e depois até mesmo na imprensa nacional. Além disso, todas as segundas-feiras a entidade fazia reuniões abertas ao público em geral, chegando a reunir cerca de 300 pessoas. Uma outra forma de intervenção muito recorrente era também a promoção de palestras, debates, cursos e seminários.

A maioria dessas campanhas eram “criadas por inspiração, ação ou reação de Lutzenberger”, que era também quem atuava sempre “na linha de frente”. Como bem lembra o primeiro secretário da entidade (Dirigente nº 01)²⁴, “Naquele tempo, da ditadura, as únicas notícias boas eram as nossas. Nós dominávamos a imprensa. Lutzenberg era um cara bom de imprensa. [...] Nós tomamos conta da imprensa em Porto Alegre”. Como exemplo disso, durante a entrevista ele mostrou oito volumes de recortes de artigos de jornal, geralmente publicados na *Folha da Tarde*, organizados em livro. O acesso a esta forma de expressão era facilitado, segundo ele, pelo conhecimento de pessoas que trabalhavam na imprensa, destacando, inclusive, que tem um irmão que trabalhava na *Folha da Tarde*. Desta forma, a AGAPAN aparecendo geralmente sob a liderança de Lutzenberger não perdia “oportunidade de aparecer na mídia”: tratava-se de acusações a pessoas que eram consideradas inimigas de suas batalhas, como foi o caso do Prêmio Nobel da Paz, Normam Borlaug, engajado na campanha de difusão da tecnologia agroindustrial norte-

²⁴ . Ao invés de mencionar as entrevistas a partir dos nomes das pessoas interrogadas, optou-se pela elaboração de uma listagem completa de todas as entrevistas realizadas com alguns dos aspectos principais que possibilitem sua identificação conforme a ordem numérica de realização da entrevista (Ver Apêndice 2). Esta hesitação em utilizar os nomes do entrevistados não decorre tanto de um certo receio, sempre presente, de uma “leitura anedótica” e “militante” do trabalho, uma vez que aqueles que têm uma certa familiaridade com o referido universo, podem prontamente fazer isso com base na listagem que foi proposta e as características dos entrevistados que foram apresentadas. Tal procedimento busca, acima de tudo, chamar a atenção para o fato de que os indivíduos entrevistados constituem “personificações” das relações sociais que são o objeto principal da investigação ou como salientam Siméant & Duvín (2002) trata-se de “indivíduos construídos no âmbito de um aparelho teórico”.

americana; como também de artigos que resultavam de palestras e conferências, etc., onde expunha as “idéias” e os valores de uma “ética ecológica” e as críticas à “ética ocidental” e à “visão antropocêntrica” que dominava a vida no planeta.

O engenheiro agrônomo José Antônio Lutzenberger reunia algumas condições que possibilitaram tal empreendimento. Ele era filho de um arquiteto e pintor de renome em Porto Alegre, formando-se em 1950 e se especializando em solos e agroquímica na Louisiana State University, EUA. Após trabalhar durante sete anos na Companhia Riograndense de Adubos, foi convidado para integrar à BASF a convite de um diretor da mesma. Em função deste novo emprego ficou fora do país como executivo da empresa durante treze anos: dois na Alemanha, sete na Venezuela e quatro no Marrocos até pedir demissão no ano de 1970 para “mudar o rumo de sua vida”. Estava com 45 anos, tinha algumas economias, uma parte da casa paterna em Porto Alegre e uma simpatia pela causa ambiental: em 1956, um ex-colega de universidade enviou-lhe um exemplar do livro de Balduino Rambo; quando estava fora do país entrou em contato com lideranças vinculadas às problemáticas ambientais e conheceu nos EUA algumas “entidades de luta”, como ele mesmo definiu, que eram a Audubon Society ou o Sierra Clube, que o inspirou na criação da AGAPAN; mantinha contatos com amigos, alguns inclusive de infância, que eram naturistas e para os quais escreveu quando ainda estava no Marrocos. Quando chegou ao Brasil em 1970 foi recebido por esse “grupo de naturistas”, que já tinha há algum tempo a idéia de criar uma entidade ecológica, e foi com tal grupo que se reuniu para fundar a AGAPAN. Segundo ele mesmo relata, a escolha do seu nome para presidente da nova entidade foi em função de ele sempre ter sido naturalista e também “porque achavam que tinha experiência internacional” (URBAN, 2001).

A década de setenta foi marcada também pelo surgimento de outras entidades, principalmente em Porto Alegre e na região do Vale do Rio dos Sinos. Muitas dessas tiveram uma existência relativamente breve, como parece ser o caso do Grupo Ecológico Kaa-eté que era formada por estudantes secundaristas da Escola Estadual Júlio de Castilhos e cuja ação que estava

vinculada inicialmente às próprias dependências da escola passou a abranger ações junto a outras associações. No entanto, algumas outras estão atuando até hoje. Esse é o caso, entre outros, da Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) e da Cooperativa Coolmeia (COOLMEIA) que são duas entidades que atuaram em muitas lutas conjuntamente com a AGAPAN e que, como esta, têm uma intervenção destacada na defesa ambiental desde àquele período até os dias atuais. Essas entidades tiveram uma atuação inicialmente muito articulada tanto em função dos múltiplos laços de vizinhança, amizade e afetividade que havia entre os seus principais dirigentes quanto por uma certa proximidade de condição social e cultural de seus membros. No caso da AGAPAN e da COOLMEIA havia mesmo uma grande proximidade geográfica dado que suas “sedes” eram inicialmente no mesmo prédio e chegaram a dividir o mesmo telefone durante muito tempo.

A criação da ADFG foi inicialmente “para dar apoio político ao golpe militar de 1964” e era composta por um grupo de “senhoras provenientes de famílias abastadas de Porto Alegre”, geralmente filhas, irmãs ou esposas de empresários, de profissionais liberais, políticos, religiosos e de militares membros “da elite gaúcha” (URBAN, 2001; SCHMITT, 1995). Após o Golpe de Estado de 1964 sua intervenção tomou um caráter assistencialista e benemerente que tinha como objetivo principal “a formação da cidadania participativa e responsável”. Foi a partir do ano de 1972 que tal organização direcionou suas atividades para a defesa de causas ambientais, sendo influenciada pela atuação da AGAPAN e, principalmente, pela proximidade entre as principais lideranças de tais organizações (URBAN, 2001). Em 1972 promoveu uma palestra de Lutzenberger na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul que foi um marco nessa mudança de direção dos rumos da entidade. Em 1974 criou o seu Departamento de Ecologia e em 1975 realizou o I Encontro Comunitário Nacional pela Proteção da Natureza. Atuou praticamente em todas as campanhas da época como a luta pela implantação dos parques Delta do Jacuí e Itapuã, o combate à poluição gerada pela Borregaard, a “Operação Hermenegildo”, a luta contra os agrotóxicos, a elaboração de um plano piloto para a implantação da seleção e reciclagem do

lixo doméstico, entre muitas outras. Através de suas principais lideranças, a presidente e a vice-presidente da entidade, estabeleceu uma vinculação muito forte com o movimento ambientalista internacional. Primeiramente, participando de encontros e de redes de articulação como a Pesticide Action Network (PAN) e a Comissão de Agricultura do Congresso Americano, a convite da embaixada americana. Num segundo momento, com a Federação dos Amigos da Terra Internacional, o que resultou na integração da associação a tal federação em final dos anos oitenta e na mudança de seu nome para Amigos da Terra Brasil em 1999.

A COOLMEIA foi criada em 1978 e foi composta, inicialmente, por militantes oriundos do “movimento de resistência à ditadura militar”, que foram exilados no final dos anos sessenta em decorrência do golpe de 64 e, por outro lado, por um grupo de pessoas ligadas ao “movimento espiritualista” de Porto Alegre que estavam organizados até então na Grande Fraternidade Universal (GFU). Nesse caso, a atuação está mais diretamente voltada para a viabilização de um modo de vida naturista no meio urbano e para o incentivo e a intermediação da produção de alimentos produzidos organicamente, assim como para a incorporação de práticas cotidianas de proteção ambiental por parte dos seus integrantes (SCHMITT, 1995). Os fundadores e dirigentes da COOLMEIA também são oriundos de meios sociais elevados e no caso de muitos deles foi após regressaram do exílio, geralmente na Europa, onde entraram em contato com os “movimentos de esquerda” e com os grupos ambientalistas de lá, que retornam ao Brasil e fundam a cooperativa.

É num contexto político caracterizado pelo fechamento formal das possibilidades de participação política que são criadas as primeiras organizações ambientalistas e que se desenvolvem as principais campanhas, manifestações e protestos vinculados a esse “novo momento” da defesa de causas ambientais. Diferente do que ocorreu nas situações em que o desenvolvimento das organizações e mobilizações ambientalistas esteve vinculado ao chamado “movimento de maio de 68” e as contestações estudantis (SIMMONET, 1979). Uma tentativa de compreensão da ocorrência de tais mobilizações justamente num momento de forte clima repressivo são os

trabalhos que apresentam como explicação o fato dos espaços abertos à participação política e à representação político-partidária nesse período estarem amplamente limitados pelo “bipartidarismo forçado”, o que contribuiu para o “surgimento de canais alternativos de participação, que se configuraram numa série de movimentos” (PÁDUA, 1992, p. 204; LOUREIRO & PACHECO, 1995, p. 146). Outra tentativa de explicação se encontra relacionada ao que Badie & Hermet (1993, p. 262) chamam de “mecanismo de suplentes e de transferência do lugar da oposição”, uma vez que este tipo de associação (assim como de associações esportivas, culturais, cooperativas, etc.) surge como

... vetor político suplente que intervêm no vazio constitucional criado pela proibição de partidos e sindicatos não relacionados com o poder ditatorial (...). Essas organizações e agrupamentos, cujos objetivos muitas vezes não são políticos, nas situações autoritárias costumam ser as únicas que oferecem estruturas receptoras, quadros de formação, meios de expressão e mensagens ideológicas não controladas pelo poder. Ainda que não tenham objetivos políticos, proporcionam apoios de politização autônomos e constituem ilhas de distanciamento para os que desejam escapar dos organismos controlados pelo governo autoritário, sem perigo de passar à oposição frontal, ilegal e clandestina.

Para esta abordagem é no “vazio institucional” provocado pela proibição de organizações e grupos de esquerda que tais associações ganham público e expressão. Nesse sentido, pode-se compreender a afirmação de um dos fundadores da AGAPAN (Dirigente nº 01): “Tudo era fácil pra nós. E a ditadura nos ajudava indiretamente. Então, o fato de não ter nada de diversão aqui. A única diversão era a AGAPAN. Valia a pena”. Mesmo que houvesse um certo controle das reuniões e das próprias correspondências que a entidade recebia, não houve situações de represálias frente ao contingente enorme de pessoas que iam às reuniões e suas manifestações de rua, justamente num dos períodos que já foi caracterizado como um dos momentos mais “duros” do regime militar no Brasil (URBAN, 2001, p. 75). No entanto, um dos aspectos principais que contribuiu para a emergência e para o sucesso de tais mobilizações durante esse período reside no fato das principais lideranças das manifestações e campanhas de defesa do meio ambiente serem recrutadas em

famílias de posição elevada e que mantinham relações estreitas (parentesco, afetivas e de amizade) com as elites culturais, militares, políticas e religiosas da época. A respeito disso vale a pena citar as fundadoras da ADFG quando relatam os contatos estabelecidos com os dirigentes militares do período em decorrência de algumas lutas que estavam desenvolvendo no período e que se chocavam com os interesses dos governantes. O primeiro refere-se à luta contra o loteamento Ouroville e à reunião com o Secretário de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul que se viu diante de “nomes que nenhum deles poderiam enfrentar: Kessler, Renner, Lia Pires” (Dirigente nº 04). A segunda citação diz respeito a uma audiência com o Presidente do Brasil Ernesto Geisel para conversar, principalmente, sobre a campanha que vinham desenvolvendo sobre o planejamento familiar.

Então, nós ficamos independentes. E nós tínhamos as costas muito quentes, com Castelo Branco. E, depois, tivemos também com Geisel. E nós tivemos, na verdade, modéstia à parte, bastante tino pra ir dizer pro segurança que nós queríamos a proteção da segurança, da Brigada e tal. Escrever pra Casa Militar do Presidente, dizendo que mais uma vez, de acordo com aquilo que, voluntariamente, nós tínhamos nos empenhado, na reconstrução, aperfeiçoamento e democracia, nós viemos fazer mais isso, mais aquilo e tal. Eles não queriam se incomodar conosco. Isso é verdade. Não valia a pena (Dirigente nº 05)

Bom, porque aquilo naturalmente foi uma glória, né, isso foi uma glória, ninguém conseguiu falar com o Geisel, nós, nós ficamos conversando com ele mais de 45 minutos e ele olhou pra nós: a senhoras tem mais um assunto? Não, não presidente, nós trouxemos os nossos assuntos como a Amazônia e o planejamento familiar, né. [...] e aí a Giselda olhou pra ele e disse: "Presidente nós vamos continuar trabalhar mesmo que tenha que ser contra o seu governo". E aí, e tu sabes o que ele disse? "Continue trabalhando". [...] Então, então aquilo tudo a gente tinha que usar um pouquinho, sabe como é, um pouquinho de jogo de cintura também, né. E, enfim, nós, nós, hã, passamos bem aquele época toda, não, não houve nada de coisas muito desagradáveis. E de vez em quando tinham umas coisas bem engraçadas (Dirigente nº 04).

É com base nos vínculos estreitos estabelecidos pela participação anterior de alguns desses dirigentes durante o “movimento de apoio ao Golpe Militar”, em “nomes que tinham peso” e que segundo elas próprias “abria todas as portas no Rio Grande do Sul” e pelos vínculos diretos ou indiretos com os

governantes da época, que grande parte dessas lideranças podiam “ir às ruas” e que suas manifestações foram realizadas sem trazer ameaças ao regime militar e também sem acarretarem os custos que a participação política trazia para os indivíduos nesse período. Na verdade, muito mais do que aglutinar os “descontentes com o regime” como sugerem Badie & Hermet (1993), tratava-se de lideranças recrutadas entre as próprias elites econômicas, políticas e culturais desse próprio regime. Não que isso tenha sido uma característica que predomine em todos os militantes desse período, mas certamente quando nos voltamos para aqueles que estavam na “linha de frente” nesse momento bem inicial são traços muito próximos a esses que encontramos.

Esse “novo momento” da mobilização ambientalista no Rio Grande do Sul foi marcado também pela precedência dos dirigentes em relação às associações. Dito de outro modo, as dinâmicas de intervenção política dessas associações foram inicialmente marcadas pela atuação personificada de seus dirigentes, resultando disso que eram sempre eles quem estavam na “linha de frente” das mobilizações e quem as conduziam, ficando relativamente difícil uma “renovação dos quadros” e a delegação de funções, tornando até mesmo desnecessária a busca de apoio financeiro para o funcionamento dessas associações. Assim, mesmo que nesses poucos exemplos acima citados tais organizações tenham permanecido após a mudança ou o desligamento de seus fundadores, a mudança daqueles que ocuparam a posição de presidente ou de coordenador em cada uma delas foi bastante demorada e não se fez sem choques e rupturas às vezes irreparáveis.

Considerando-se o caso da AGAPAN, observa-se que de 1971 a 2004, a mudança do presidente da entidade ocorreu apenas cinco vezes, ou seja, cada presidente ficou uma média de 6,6 anos no cargo. Quando se examinam alguns casos individualmente percebe-se com maior clareza que, durante os 33 anos de existência da associação, Lutzenberger ficou doze anos ininterruptos no referido cargo, o terceiro presidente permaneceu seis anos e o seguinte sete anos. No caso da ADFG ocorreu algo semelhante, pois as duas principais lideranças da entidade que atuavam desde a década de setenta permaneceram na presidência e na vice-presidência durante a maior parte da

existência da mesma, a primeira cerca de vinte anos e a segunda durante vinte e cinco anos. Também no caso da COOLMEIA, foi só recentemente que os dirigentes que faziam parte do “núcleo fundador” da cooperativa e que continuavam desde aquele tempo na coordenação foram substituídos no cargo e acabaram se desligando da mesma.

Do mesmo modo que trouxe à tona “novas demandas” as mobilizações ambientalistas durante a década de setenta contribuíram para a consolidação de nomes e de figuras emblemáticas da luta ambientalista que estão bem além de sua vinculação a determinadas associações. Um caso exemplar disso é o do primeiro presidente da AGAPAN, que após se desligar da referida associação criou uma outra organização e continuou tendo a mesma atuação que tinha quando estava na AGAPAN. São também em torno dessas figuras “catalisadoras” das mobilizações e das campanhas em defesa de causas ambientais que se demarcam as fronteiras e as articulações das intervenções das principais associações ambientalistas durante a década de setenta. Trata-se de um padrão de articulação que estava estreitamente ligado à proximidade social e política, assim como aos múltiplos laços de afetividade, de amizade e de parentesco entre esses dirigentes, e que não estava fundado na criação de estruturas formais e institucionais de representação do conjunto de associações. As organizações maiores, em função do prestígio alcançado pelos seus dirigentes e pelas manifestações e campanhas desenvolvidas, tinham uma forte influência sobre as demais e eram também quem lideravam essas lutas.

Assim pode-se dizer que, independente das conjunturas históricas e políticas, a defesa de causas ambientais apresenta algumas características que parecem constantes: por um lado, a referência das lutas às problemáticas ambientais internacionais e sua adaptação à situação brasileira em decorrência de condições diferenciadas de acesso à dimensão internacional; por outro lado, a forte vinculação das principais lideranças das organizações e mobilizações às elites econômicas, políticas e culturais era o que possibilitava um acesso rápido em relação ao Estado, às suas instituições e às políticas implementadas. Essas formas de organização e de atuação política e ideológica que decorrem das

características sociais dos atores que participam das principais organizações ambientalistas começam a manifestar suas falhas de forma mais clara e acirrada durante as décadas de oitenta, no período da chamada “abertura política”. É que nesse período houve uma considerável modificação do potencial de mobilização dos indivíduos que ingressaram nas organizações ambientalistas e que participaram das principais mobilizações e campanhas. De uma situação em que o recrutamento estava fundado nas origens sociais elevadas e nos laços informais estabelecidos com as elites políticas e culturais, passa-se a uma outra em que os dirigentes são recrutados em diversas redes de “movimentos sociais” e de organizações estudantis e partidárias que lutavam contra o regime militar. Por isso, é somente durante a década de oitenta, praticamente uma década após a criação das primeiras associações, que ocorrerá uma maior aproximação entre as intervenções das associações ambientalistas e as mobilizações das organizações estudantis e partidárias e dos grupos de oposição que lutavam pela “abertura política”.

C) A EXPLOÇÃO DE ORGANIZAÇÕES E A DESARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO

Durante a década de oitenta ocorreu uma primeira “explosão” do número de associações ambientalistas no Brasil, assim como no Rio Grande do Sul. Tomando-se como referência as mobilizações ocorridas durante o início da década de setenta, pode-se dizer que nos anos oitenta se assiste ao surgimento de uma “segunda geração” de organizações e de lideranças ambientalistas. Neste sentido, alguns trabalhos vão afirmar que é somente nesse período que se pode falar propriamente em “movimento ecológico”, pois é a partir daí que ocorre a articulação dos mais diferentes grupos e organizações sociais às lutas ambientais. Algumas das principais lutas desenvolvidas pelas organizações ambientalistas do Rio Grande do Sul têm como referência este período, como é o caso da aprovação da Lei Estadual de Agrotóxicos, em 1983, cuja elaboração contou com a articulação de diversos

tipos de organizações sociais, o que resultou na participação de aproximadamente 100 entidades. Foi também no início dos anos 80 que ocorreu a luta contra a instalação do II Pólo Petroquímico próximo à Porto Alegre, à beira da Lagoa dos Patos. Os protestos contra o Governo do Estado, que era favorável a tal instalação, foram marcados pela crítica tanto aos danos ambientais quanto à forma como a decisão foi tomada, contando também com o apoio e a participação de diversas organizações que não eram vinculadas às lutas ambientalistas, tais como entidades profissionais e comunitárias, políticos de oposição e se caracterizou pela inauguração de novas formas de fazer protesto, que foi a realização de shows, seminários, acampamentos à beira da Lagoa dos Patos, divulgação de cartilhas e pela manutenção de um intenso debate na imprensa acerca do projeto. As mobilizações contra a instalação do Pólo Petroquímico são reconhecidas como um marco na história do ambientalismo gaúcho, “apesar das vitórias serem parciais”, pois foi através delas que o “pensamento ecologista” encontrou uma importante divulgação no “seio da sociedade gaúcha” (TORNQUIST, 1992). Assim, como salienta Schmitt (1995, p. 87), tal luta trouxe

importantes avanços políticos e organizativos para o movimento, divulgando a problemática ambiental junto à população, motivando a formação de novas entidades de “defesa do meio ambiente”, fomentando alianças entre os grupos ecológicos e as demais organizações da sociedade civil e forçando o Governo do Estado a reconhecer os ‘verdes’ como interlocutores legítimos.

É também na década de oitenta que surgem novas associações e que militantes vinculados às lutas estudantis se associam às organizações ambientalistas. É o caso do “Grupo Em Nome do Amor à Natureza”, formado por estudantes universitários que eram militantes do Movimento Estudantil, tal grupo colocava-se como crítica à centralização e ao “apartidarismo” da AGAPAN. Em reação a essa, tal grupo adotava procedimentos democráticos como a organização de forma descentralizada e horizontal, definia-se como “eminentemente política” e propunha a ligação entre as questões ambientais e as problemáticas sociais e políticas mais amplas. Um outro grupo “Deite na

Grama”, também constituído por estudantes universitários, caracterizou-se pela proposta de “ecologização dos estudantes em geral”, no sentido de que a universidade adotasse a “perspectiva ecológica” em seus cursos e nas suas práticas cotidianas. Por fim, um bom exemplo da maior aproximação e da influência decisiva da política partidária sobre as organizações e as reivindicações ambientalistas do Rio Grande do Sul nesse período é a criação do Núcleo de Ecologistas do Partido dos Trabalhadores, em 1985, a partir da iniciativa de dirigentes das principais associações ambientalistas que também faziam parte do referido partido. Tal núcleo tinha como objetivo principal reunir os “ecologistas petistas” que atuavam em diferentes entidades e propor uma intervenção organizada no “movimento ecológico gaúcho” (TORNQUIST, 1992).

Além do surgimento dessas e de outras entidades e da vinculação de organizações às mais diversas em torno de lutas comuns, como foi o caso da formulação da lei dos Agrotóxicos e da luta contra o Pólo Petroquímico, foi também nesse período que as organizações ambientalistas começaram a se articular com partidos políticos para apoiar as candidaturas de lideranças comprometidas com a causa ambiental. Isso ocorreu durante a campanha pelas diretas, nas eleições de 1986 para a constituinte com a elaboração de “listas verdes”, na formulação de uma proposta de governo que se intitulou “Proposta de Vida para Porto Alegre” e que foi entregue a todos os candidatos às eleições municipais, assim como na eleição de dois “vereadores ecologistas” pelo Partido dos Trabalhadores, em 1988, que faziam parte da diretoria da AGAPAN e eram também do Núcleo de Ecologistas do PT (SCHMITT, 1995).

Ao mesmo tempo em que foi marcada por uma considerável expansão das lutas, de sua difusão para o conjunto da população e do crescimento da quantidade de organizações e grupos vinculados à defesa da temática ambiental, a década de oitenta se caracterizou, também, pela revelação de uma série de dificuldades, conflitos internos às próprias organizações e de rupturas ideológicas, políticas e organizacionais entre as principais lideranças e organizações ambientalistas do período. Um exemplo

bastante significativo disso foi a emergência na AGAPAN de um grupo de oposição aos antigos dirigentes, que era formado por novos militantes cuja entrada no ambientalismo ocorreu no início da década de oitenta e esteve desde o início estreitamente articulada à militância no Movimento Estudantil e no Partido dos Trabalhadores. Tais confrontos resultaram no afastamento de Lutzenberger da presidência no ano de 1983, sucedido pelo seu desligamento da “entidade” juntamente com várias lideranças que participaram da fundação da mesma. Em decorrência disso, Lutzenberger criou uma empresa denominada Tecnologia Convivial, através da qual trabalhou prestando serviços à Riocell (antiga Borregaard) e como consultor autônomo, além de iniciar uma atuação mais individualizada através de palestras no âmbito nacional e internacional que já tinha começado anteriormente durante sua presidência da AGAPAN. Outros como Augusto César Carneiro, seu companheiro desde o início, juntou-se a outros militantes dissidentes da AGAPAN e criaram a PANGEA, outros ainda passaram a atuar com maior intensidade em organizações como a ADFG e a COOLMEIA às quais já conheciam e onde também atuavam.

Em decorrência dessas mudanças e das fissuras que provocaram, houve uma significativa mudança na forma de articulação das organizações ambientalistas do Rio Grande do Sul. Passou-se de uma estrutura que até então funcionava sob a forma de núcleos para uma outra que ocorria através de encontros estaduais. Para melhor entender isso, deve-se levar em conta que o processo de emergência e de expansão do associativismo ambientalista no Rio Grande do Sul foi inicialmente influenciado e controlado pela criação e atuação da AGAPAN que exerceu um papel “aglutinador” para os diferentes grupos e militantes que se voltavam para a defesa do meio ambiente na década de setenta. Assim, as primeiras associações do estado, tanto da região metropolitana quanto do interior, funcionavam como “núcleos da AGAPAN”. Com o crescimento acelerado desses núcleos durante a década de oitenta e, principalmente, a dificuldade de articulação das diretrizes a serem adotadas por esse conjunto diversificado de associações, iniciou-se um processo de “autonomização” dessas associações. A realização de Encontros Estaduais de

Entidades Ecológicas (EEEE) foi proposta como uma outra forma de articulação das associações ambientalistas num momento em que isso “já não estava mais funcionando por meio da AGAPAN”. Tais encontros tiveram início em 1984 e eram semestrais, passando posteriormente a acontecer anualmente. Eles são concebidos como a “instância máxima consultiva e deliberativa do Movimento Ecológico Gaúcho” (MEG) e onde são estabelecidos as diretrizes e os procedimentos para filiação de “entidades ecológicas”. Tais encontros têm como função também elaborar e avaliar anualmente as diretrizes de atuação do MEG, bem como possibilitar a articulação das “entidades ecológicas” do Estado.

Todavia, esses Encontros Estaduais de Entidades Ecológicas (EEEE) foram também marcados por conflitos constantes entre os antigos dissidentes da AGAPAN e os novos dirigentes vinculados ao Movimento Estudantil e ao Partido dos Trabalhadores, assim como com os diversos grupos que participavam do mesmo e cuja atuação ainda estava relacionada à problemática conservacionista. Em função disso, se tornou necessário demarcar um “novo momento” para a história do “movimento ecológico gaúcho”. Para isso, a antiga oposição entre “preservacionistas” versus “ecologistas políticos” foi novamente introduzida para descaracterizar e estigmatizar a intervenção dos concorrentes.

Havia também assim um grupo muito grande de entidades defensoras dos animais que nós depois chamamos, pejorativamente, que eram os animalescos. Porque eles tinham uma visão assim muito centrada. A defesa dos animais para eles era a defesa da questão ambiental, do movimento ecológico [...]. Eles não envolviam a questão social, a questão armamentista, a questão do fascismo, a questão do desenvolvimento de base. Eles não tinham essa compreensão. Então, estava muito claro dois grupos disputando como se todos fossem entidades ecológicas. Daí a AGAPAN apresentou. Isso tem que ser reconhecido. A AGAPAN levantou esse problema [...] que já ocorreu no IX encontro. No VIII e IX já havia essa disputa muito grande, principalmente que alguns grupos queriam defender mais assim florestas, os animais. E um outro grupo queria defender a floresta e os animais e a sociedade em si²⁵.

²⁵ . Relato do dirigente do Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas (GESP) de Passo Fundo, na plenária do XXIV

Como resultado dessa “polarização entre dois grupos principais”, conforme a própria formulação dos participantes deste confronto, e para respaldar suas propostas, os “ecologistas políticos” procuraram intensificar e oficializar o uso do termo “entidade ecológica” como uma denominação restritiva para designar as organizações ambientalistas que faziam parte do “movimento ecológico gaúcho”. A categoria Movimento Ecológico Gaúcho ou MEG foi oficializada no X Encontro Estadual de Entidades Ecológicas (EEEE), ocorrido em Caxias do Sul, em 1989, quando passou a vigorar os referidos “critérios de Caxias” que regulam o processo de filiação de associações ao MEG. A constituição do MEG se deu mediante o estabelecimento de certas instâncias de articulação e de “representação” das “entidades ecológicas”. Dentre estas, destaca-se a realização periódica dos Encontros Estaduais de Entidades Ecológicas e a criação da Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA/RS), que só ocorreu de fato no final de 1990 durante o encontro estadual realizado em Novo Hamburgo.

A APEDEMA foi inicialmente coordenada pela própria AGAPAN, pela então Ação Democrática Feminina Gaúcha, ou ADFG de Porto Alegre, e pela Associação Canoense de Proteção ao Ambiental Natural, ou ASCAPAN de Canoas. Também fizeram parte de sua criação e posteriormente da coordenação da mesma, as associações Movimento Roessler para a Defesa Ambiental ou ROESSLER de Novo Hamburgo e, mais recentemente, o Centro de Estudos Ambientais, ou CEA de Pelotas. De todas essas entidades a única que esteve desde o início na coordenação da APEDEMA foi a AGAPAN. Isso até a gestão 2000-2002. Durante a última assembléia da APEDEMA, que foi no dia 15 de março de 2003, onde foi eleita a nova coordenação para o período 2003-2004, uma “representante da AGAPAN” presente na mesma manifestou a posição da entidade de não assumir a coordenação durante esta gestão. Nessa assembléia foram eleitos o ROESSLER, a Associação Livre para o Gerenciamento Ambiental ou ALGA, de Caxias do Sul, e o Movimento Ambientalista Verdenovo ou VERDENOVO, de São Lourenço do Sul. É no

EEEE em Caxias do Sul de 04 a 06 de abril de 2003, que participou deste confronto.

universo social das associações filiadas à APEDEMA que a utilização do termo “entidade ecológica” se torna mais freqüente. Por um lado, isso pode ser visto pelos próprios procedimentos legais para a inclusão e filiação das associações à categoria de “entidade ecológica”. Por outro lado, tal termo é também comumente utilizado em reuniões, encontros e nos mais diferenciados eventos para distinguir o que os militantes chamam de Movimento Ecológico Gaúcho e para classificar as associações e militantes vinculados à defesa ambiental.

Além de estar relacionada a essa série de conflitos que cada vez mais eram crescentes no interior do associativismo ambientalista gaúcho, a constituição da APEDEMA foi resultado também de iniciativas de fundações internacionais de financiamento com vistas a possibilitar a “profissionalização do movimento”. Isso ocorreu através da Fundação Francisco que contou com o apoio da NOVIB, uma organização não-governamental de cooperação da Holanda, da DAMIEN FOUNDATION, de São Francisco nos EUA, da BILANCE, organização não-governamental de cooperação que é sediada na Holanda e da BOTH ENDS uma organização também da Holanda de apoio às ONG's de meio ambiente. Tal fundação, além de promover vários encontros e iniciativas com o intuito de levantamento do perfil, de cadastro e das principais dificuldades enfrentadas pelas organizações ambientalistas, participou diretamente na proposta de criação da APEDEMA, através de recursos financeiros para que a mesma pudesse contratar uma secretária e organizar encontros de articulação entre as entidades. Isso não ocorreu apenas no Rio Grande do Sul sendo uma estratégia adotada nas principais regiões onde o movimento ambientalista tinha uma atuação destacada, como foi o caso do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Todavia, acirradas divisões regionais não possibilitaram a criação de algo que se assemelhasse a uma federação nacional de organizações ambientalistas. Nem mesmo ao nível de cada região a articulação entre as associações ambientalistas resultou na criação de instâncias de representação do ambientalismo que se organizasse sob a forma de uma federação estadual. Pelo contrário, isso é algo que é claramente contestado por grande parte dos dirigentes do MEG, chegando a ser celebrado como o “caráter anárquico do movimento” e o que constitui “uma característica

peculiar do MEG”, em comparação com o que, segundo eles, ocorre em outras formas de organização existentes na sociedade. Já para um segundo grupo de dirigentes, que também participam da coordenação da APEDEMA, essa falta de organização sob a forma de federação que reúna um conjunto significativo de entidades e que funcione com base na delegação e em princípios de representação é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo movimento atualmente. Em consequência dessa disputa que se manifesta a todo o momento nas reuniões, nos eventos propostos em conjunto por diferentes organizações e nos EEEE, as intervenções da APEDEMA são sempre perpassadas por conflitos que dizem respeito ao próprio papel e função da mesma para a articulação das organizações ambientalistas (Capítulo V). Nesse sentido, àquele que assiste pela primeira vez a estas reuniões e encontros tem uma nítida impressão de que mais do que elaborar propostas e programas de intervenção, as discussões e os confrontos acontecem em meio a uma ausência de consenso a respeito da própria existência do MEG e da APEDEMA, bem como de suas fronteiras institucionais, políticas e ideológicas, o que impede a definição mínima de propostas e programas de ação conjunta.

Um dos aspectos que contribuiu para essa difícil articulação das organizações ambientalistas resulta da modificação de uma situação na qual a mobilização era privilégio de uma elite política e cultural para outra na qual são atores sociais mais heterogêneos que passam a investir na defesa do meio ambiente com base em concepções do engajamento e formas de participação bem diferenciadas. Em meados da década de oitenta o ambientalismo no Rio Grande do Sul passa a ser liderado por indivíduos vinculados ao Movimento Estudantil e também à política partidária. É nesse período, e como resultado da entrada desses novos militantes simultaneamente inseridos em diversos tipos de “movimentos” e de organizações sociais e, principalmente, do Movimento Estudantil e do Partido dos Trabalhadores, que surge e ganha um maior respaldo a concepção da defesa ambiental como uma causa que envolve, também, questões sociais e políticas. Ao mesmo tempo, tais mudanças tornaram mais difíceis a articulação das mobilizações e das associações e a criação de estruturas formais de articulação que possibilitem uma demarcação

mínima das fronteiras institucionais, políticas e ideológicas do conjunto de organizações que fazem parte da defesa ambiental. Em decorrência disso, o modo de expansão das associações ambientalistas no Rio Grande do Sul se caracterizou pela proliferação de organizações e pela atomização e fragmentação de suas intervenções. Isso se manifesta pela própria inexistência de instituições de cadastro das organizações ambientalistas e pela inclusão nessa categoria dos mais variados tipos de organizações sociais (Capítulo I).

Quando se considera o contingente de organizações vinculadas à realização de eventos e atividades relacionadas à proteção ambiental algumas tendências podem ser observadas. Atualmente existem aproximadamente 218 organizações vinculadas à defesa ambiental no Rio Grande do Sul. No entanto, o percentual de localidades do território gaúcho que contam com a presença de tais organizações é relativamente pequeno. Ou seja, de um total de 497 municípios existentes no Rio Grande do Sul em 2001, elas estão presentes em apenas 100 localidades, correspondendo a um índice de 20,1%. Ocorre que há uma certa concentração dessas organizações na capital e na região metropolitana de Porto Alegre, bem como em algumas cidades do interior do estado. Assim, desse total de 218 associações quarenta e oito estão localizadas em Porto Alegre, atingindo um percentual de 22%, enquanto que trinta e três têm suas sedes situadas na Região Metropolitana de Porto Alegre, correspondendo a um percentual de 15,1%. As outras cento e trinta e sete organizações ou 62,8% estão dispersas em diferentes regiões do estado. No entanto, mesmo entre essas que estão localizadas no interior do estado, observa-se que alguns municípios concentram um número elevado de associações. Esses são os casos de Pelotas, Rio Grande, Caxias e Santa Maria que têm cada um cerca de seis a oito entidades, assim como de Erechim, Ibirubá, Iraí, Nova Prata, São Gabriel, Santa Vitória do Palmar, Torres e Uruguaiana que possuem até três entidades. Em treze municípios existem mais de uma associação, restando um índice de cinquenta localidades que possuem uma entidade cada uma.

Considerando-se o contingente populacional, o grau de industrialização e de escolarização desses municípios onde tais associações

estão localizadas pode-se dizer que uma das características principais do processo de expansão e de diversificação das organizações ambientalistas no Rio Grande do Sul, e que é o mesmo padrão de desenvolvimento encontrado no Brasil²⁶, é a sua tendência de se orientar para as regiões mais urbanizadas e com maiores taxas de escolarização. Neste sentido, observa-se que cento e uma associações ou 46,5% estão localizadas em municípios com mais de 100.000 habitantes, enquanto que apenas vinte e uma ou 9,7% são de municípios com até 10.000 habitantes. Do mesmo modo, sessenta e uma ou 28,1% estão em localidades cuja população está entre 10.001 e 50.000 habitantes e trinta e quatro ou 15,7% correspondem a municípios com um percentual populacional de 50.001 a 100.000 habitantes. No que diz respeito ao grau de industrialização das regiões onde estes municípios estão situados ocorre algo muito semelhante, pois as regiões mais industrializadas (no caso o vale do Rio dos Sinos, a região Metropolitana Delta do Jacuí e a Serra) concentram 45,9% das associações ambientalistas do estado, enquanto que nas regiões onde predomina a agropecuária e o grande latifúndio com extensas áreas territoriais, tais como a Fronteira Oeste, a Região Central e a Campanha, esse percentual o índice é de apenas 11%. Algo semelhante pode ser observado quanto aos índices de escolarização destas localidades. No que diz respeito ao ensino médio no ano de 2000, o Rio Grande do Sul apresentou um índice de 90.730 concluintes. Desse total, a região Delta do Jacuí apresenta um percentual de 21,63%, o Vale do Rio dos Sinos aparece com 10,52%, a região Sul com 8,14% e a região da Serra com 7,82%. Ora, é justamente nestas respectivas regiões que há uma maior concentração do associativismo ambientalista. Igualmente, as cidades dessas regiões onde o número de associações é maior são também aquelas que concentram os maiores percentuais de escolarização ao nível do ensino médio: Pelotas, Caxias do Sul, Santa Maria, Rio Grande e as cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre. Ainda que não se disponha de informações suficientes, estas respectivas cidades e a região onde se inserem são aquelas que têm uma

²⁶ . Sobre a forma de expansão das instituições ambientalistas no Brasil no que diz respeito ao grau de urbanização e de industrialização das regiões onde se concentram ver Crespo & Carneiro (1996).

certa “tradição” em termos de ensino universitário, algumas inclusive denominadas como “cidades universitárias”.

Esses dados permitem levantar algumas características gerais do modo de expansão das organizações ambientalistas no Rio Grande do Sul a partir da década de setenta. O principal aspecto que se destaca é que a forma de expansão do ambientalismo se encontra estreitamente ligado a maior indefinição das fronteiras institucionais e ideológicas das mobilizações e à fragmentação e atomização das intervenções das organizações ambientalistas. Isso resultou, em parte, da diversificação das redes de recrutamento que conduzem ao ingresso nesse tipo de militantismo e aos confrontos e desacordos decorrentes da modificação que ela provocou na composição social das principais organizações ambientalistas. Por outro lado, a tendência de um crescimento concentrado das organizações ambientalistas nas regiões com maiores taxas de urbanização e escolarização, sinaliza para a continuidade da forte presença de categorias escolarizadas nesse tipo de militantismo e à sua vinculação com redes de organizações estudantis como potencial de mobilização do ambientalismo. A proliferação e a concentração de diversos grupos e organizações ambientalistas em localidades com altas taxas de escolarização diz respeito a uma das características principais desse tipo de militantismo que é sua articulação com a formação escolar e profissional. Por isso, tal tendência também pode ser considerada como representativa da diversificação das modalidades de articulação da formação escolar com o engajamento político que resultou na conformação da defesa do meio ambiente como um militantismo de reconversão profissional para a atuação nas mais variadas esferas sociais.

2.3 – DIFUSÃO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL E DIVERSIFICAÇÃO DAS REDES DE RECRUTAMENTO DO AMBIENTALISMO

É muito comum a caracterização do nascimento e do desenvolvimento das mobilizações ambientalistas no Brasil como um processo de “difusão internacional”, de “universalização” e de “globalização” de causas ambientais²⁷. No entanto, grande parte dessas abordagens associa o conteúdo ideológico das mobilizações e reivindicações desenvolvidas pelas organizações ambientalistas brasileiras à emergência da chamada “crise ecológica” internacional e à “crítica ao modelo de civilização”, como se o discurso ambientalista se desenvolvesse acima dos constrangimentos políticos e institucionais particulares que influenciam a adesão e a participação dos respectivos atores sociais na defesa de tais causas. Mesmo que a emergência da temática ambiental no âmbito governamental tenha sido desde o início marcada pela necessidade de se conformar às diretrizes que estavam sendo elaboradas nas instâncias internacionais em matéria de proteção ambiental, o modelo de desenvolvimento institucional no domínio das agências e das políticas governamentais ocorreu através da multiplicação de órgãos e conselhos sem condições institucionais de implementação das políticas e em conflitos de competências entre as diferentes esferas do poder (municipal, estadual e federal). Do mesmo modo, se a vinculação ou a inspiração das mobilizações e reivindicações das organizações ambientalistas ao chamado “movimento ambientalista internacional” tem predominado durante diferentes fases de desenvolvimento da causa ambiental na sociedade brasileira, isso se deu a partir de configurações sociais e políticas muito diferenciadas.

Essa vinculação das associações ambientalistas do Rio Grande do Sul à formulação de diretrizes ambientais pelas instâncias internacionais pode ser observada pela própria relação entre a criação e o crescimento do número de associações e a realização de conferências internacionais sobre o meio ambiente: a fundação da AGAPAN um ano antes da Conferência das Nações

²⁷ . Sobre isso a literatura é imensa. Atendo-nos principalmente a alguns trabalhos sobre a situação brasileira ver: Pádua (1992), Viola & Leis (1992), Araújo (1996), Figueiredo (1996) e Warren (1996).

Unidas para o Ambiente Humano em Estocolmo e o direcionamento da ADFG para a defesa de causas ambientais no mesmo ano de realização de tal conferência não são casos isolados. Quando se considera o modo de expansão das organizações ambientalistas durante os anos oitenta e noventa tal relação também se faz presente. Para a análise do período de fundação das associações ambientalistas atualmente existentes no Rio Grande do Sul se dispõe de informações relativas a apenas setenta e nove entidades, o que equivale a 33,2% do total de 218 associações identificadas. Mesmo assim, observa-se que para as organizações que foram fundadas durante a segunda metade da década de setenta e início dos anos oitenta o índice é de 21,6% e para as que foram criadas após a realização da ECO 92 e início de 2000 tal índice é de 7,6%. No entanto, quando nos voltamos para aquelas cuja data de criação situa-se entre o final da década de oitenta e o período imediatamente anterior à ECO 92 esse índice atinge o percentual de 62%. Ora, é justamente quando nos aproximamos do período de realização de tal conferência que se situa o chamado “boom das ONG’s” no Rio Grande do Sul, entendido como o período de maior crescimento da quantidade de organizações atuantes na defesa ambiental.

Acontece que quando se considera a configuração das forças sociais e políticas que lideram as mobilizações ambientalistas em tal situação no período considerado, observa-se que suas características são bem diferenciadas das encontradas nos países europeus e nos EUA. Enquanto que nas sociedades européias, as estruturas ideológicas, políticas e organizacionais do “movimento ecológico” surgido em finais da década de sessenta, estão enraizadas na contestação estudantil do “movimento de maio de 68” e em grupos de esquerda e têm como base principal os membros da “nova classe média” (SPANOU, 1991; PASSY, 1998; OLLITRAULT, 1998), no caso do Brasil não é isso o que ocorre. Pelo contrário, a “primeira geração” de militantes e de dirigentes das principais associações ambientalistas na situação em pauta é composta, basicamente, de indivíduos de posição social bastante elevada e vinculados às elites econômicas, políticas e culturais. Foi através de viagens, exílios, realização de cursos e especializações, bem como pelo

exercício de suas atividades profissionais, que eles entraram em contato e foram despertados para os “problemas ecológicos” que estavam sendo debatidos na Europa e nos EUA.

Neste sentido, se o movimento conservacionista foi caracterizado como se restringindo a uma “elite de naturalistas” (PÁDUA, 1992; URBAN, 2001), pode-se dizer que há certa continuidade entre ele e esse “novo momento” do ambientalismo, pois, também nesse caso, foram os naturalistas da elite que fundaram as principais associações e que passaram a liderar as principais mobilizações, manifestações e reivindicações vinculadas à defesa de causas ambientais. Trata-se agora de uma elite cultural e cosmopolita que questiona a “técnica e a ciência” em nome da “ética e de valores morais”. Do mesmo modo, os suportes ou fontes de tais mobilizações não são inicialmente as organizações e as ideologias de “esquerda”. São as organizações filantrópicas e assistencialistas vinculadas a uma “ética religiosa” e as “organizações naturistas” e conservacionistas que irão fornecer os principais quadros das primeiras associações.

Por isso, no que diz respeito às reivindicações levantadas neste período pelas principais associações ambientalistas, cabe ressaltar que mesmo que se observe certa semelhança em termos das definições da problemática ambiental como uma “crítica profunda do modelo de civilização”, tal como se observava na Europa e nos EUA, na situação em pauta seu conteúdo ideológico não estava abertamente direcionado contra as instituições políticas e o Estado. Pelo contrário, em geral as primeiras associações se autodefiniam como “apolíticas” e mesmo quando faziam denúncias de problemas ambientais específicos ou críticas ao “modelo de civilização” isso não era relacionado à situação econômica e política do país (ANDREOLI, 1992), mas antes à necessidade de estabelecimento de uma “moral mais ampla, mais completa, de uma ética ecológica” (Capítulo IV).

Quando se examinam as principais modificações e redefinições ocorridas na defesa de causas ambientais a partir da década de setenta, pode-se observar com mais clareza a inadequação das caracterizações do ambientalismo na situação em pauta como um “Novo Movimento Social” e que

trazia à tona reivindicações e formas de organização política próprias dos membros das “classes médias intelectualizadas”. Uma das peculiaridades do recrutamento e das formas de organização política das associações ambientalistas que surgiram no início da década de setenta está fundada na vinculação de suas principais lideranças a famílias de posição social elevada e que mantinham relações estreitas com as elites econômicas, políticas e culturais da época. Do mesmo modo, quando tais dirigentes foram substituídos por “novos militantes” não é o pertencimento de classe destes que se mostra decisivo para o seu ingresso no ambientalismo e sim sua inserção em redes diversificadas de organizações estudantis e partidárias e de “movimentos sociais” engajados na luta pela “democracia”. No caso desses é também com base em tais vinculações e não em seu pertencimento de classe que se estruturam suas concepções da defesa ambiental e as formas legítimas de intervenção associativa.

Deste modo, se as condições sociais de origem tem um papel decisivo para o ingresso e a permanência no ambientalismo, principalmente durante o regime militar, tais condições não estão dissociadas das redes de relações em que se encontram inseridos os que ingressam na defesa de tais causas. O que demonstra a pertinência de combinar a análise das condições sociais de origem com as diversas redes de recrutamento que conduzem os dirigentes ao ambientalismo. Nesse sentido, as mobilizações ambientalistas durante a década de setenta e nos anos oitenta evidenciam uma clara modificação das redes de recrutamento das organizações ambientalistas. Os laços anteriores com as elites políticas e culturais são substituídos pelas inserções simultâneas dos dirigentes em redes diversificadas de organizações e “movimentos sociais”. Essa alteração modificou a composição social das organizações ambientalistas e trouxe à tona uma série de confrontos e de divisões. A maior diversificação das redes de “movimentos” que conduzem ao ambientalismo contribuiu para a ruptura da relativa proximidade ideológica que caracterizava as intervenções das primeiras organizações fundadas nesse período.

A maior vinculação dos dirigentes ambientalistas a organizações

estudantis e partidárias está relacionada à expansão do processo de escolarização no Brasil e à imbricação da formação escolar e universitária com a propagação de organizações e “movimentos sociais” vinculados às mobilizações contra o regime militar e pela “democratização”. Em decorrência disso, o engajamento em mobilizações e organizações ambientalistas resulta do surgimento de novas modalidades de articulação da formação escolar e universitária com a militância e a participação política em diferentes tipos de organizações e movimentos sociais. Deste modo, o processo de expansão da problemática ambiental para os mais diferentes setores sociais ocorrido na década de oitenta e a maior indefinição de suas fronteiras ideológicas e institucionais constituem um dos resultados dessa diversificação das formas de utilização da formação escolar e universitária como instrumento de politização em diferentes esferas sociais que contribuiu para a configuração da defesa do meio ambiente como uma “área de atuação profissional” nas mais diferentes esferas de atividade. No entanto, essa modificação das condições e dos recursos para o ingresso e a permanência no ambientalismo não implicou a ruptura das concepções de sociedade e de política que estão desde o início na base desse tipo de militantismo.

CAPÍTULO III – A “PAIXÃO PELA NATUREZA” E O ENGAJAMENTO NA DEFESA AMBIENTAL

O objetivo desse capítulo é apresentar uma caracterização geral das concepções dos dirigentes ambientalistas sobre sua participação na defesa do meio ambiente. Tomando como ponto de partida a representação que os entrevistados têm do seu engajamento, trata-se de apreender quais os significados que eles atribuem à sua participação nessa forma de mobilização e os princípios nos quais tais formulações estão respaldadas. Formulada nesses termos, tal proposta se confronta com um dos problemas que está no centro das análises do militantismo e da participação política, o qual diz respeito à relação entre os determinantes sociais da entrada no militantismo e as motivações que são formuladas por aqueles que se engajaram.

Como observa Sawicki (2002, p. 126), as maneiras como os membros de uma determinada organização definem o seu engajamento são modificadas no curso do tempo pela participação dos mesmos nas atividades e nos empreendimentos do grupo e pelo trabalho de seleção que a própria instituição realiza, de modo que os relatos dos militantes sobre as motivações que os conduziram ao engajamento devem ser considerados como reconstruções que são elaboradas com base nas experiências vivenciadas pela sua participação em determinada instituição. Daí o perigo da análise das motivações tomar como “causas” ou condições determinantes do engajamento, as “razões” ou justificações verbais dos militantes sobre os motivos pelos quais eles estão engajados. Frente a tais dificuldades, Siméant & Dauvin (2002) sugerem a distinção e a prudência no tratamento das relações entre as condições macro-sociológicas e individuais de ingresso na militância e as razões “fabricadas” que são apresentadas pelos militantes: as motivações nem

se reduzem aos motivos alegados pelos atores nem tampouco se confundem com os determinantes do engajamento. Diante disso, recomendam ainda que se adote uma “perspectiva relacional”, ou mais precisamente, que se considere as motivações como “um construto que engaja dialeticamente o indivíduo e a instituição”.

Para lhe dar todo seu sentido, convêm igualmente pensar a motivação em uma perspectiva relacional, pois o modo de agir e de se perceber depende da relação que se estabelece com os outros, e notadamente com os seus próximos. A motivação, enfim, não é uma questão exclusiva dos indivíduos; a própria instituição deve trabalhar para a produção e a imposição de enquadramentos que legitimem sua ação e que indiquem os pontos de referência àqueles que a servem (SIMÉANT & DAUVIN, 2002, p. 199).

Seguindo esta orientação, os motivos apresentados pelos entrevistados a respeito de sua adesão ao ambientalismo são considerados, nesse trabalho, como uma espécie de via de acesso e de “entrada” à compreensão das vinculações existentes entre os pontos de vista dos atores sobre o seu engajamento e as significações comuns atribuídas à defesa de causas ambientais. Neste sentido, pode-se dizer que este capítulo tem como objetivo principal compreender a “construção de uma identidade valorizante” (SIMÉANT & DAUVIN, 2002, p. 136) ou, em outros termos, a constituição e a difusão de um significado comum do engajamento que funciona como uma espécie de “matriz geral” para as diversas formulações individuais e que é “constitutiva da identidade de um grupo” (PÉCAUT, 1990, p. 17). Trata-se, portanto, de examinar como que militantes vinculados a tipos diversificados de organizações sociais, às quais têm histórias, formas de organização e regras de funcionamento diferenciadas, aderem a concepções semelhantes de sociedade e de política: do lugar e do papel do ambientalismo na sociedade, dos objetivos de suas intervenções, dos vínculos entre a luta ambiental e a esfera política.

Um outro conjunto de problemas que a análise das motivações levanta se encontra mais diretamente relacionado à dificuldade de sua apreensão por meio de entrevistas. Isso porque as condições de produção das

entrevistas exercem uma influência considerável sobre as maneiras pelas quais os entrevistados vão apresentar as justificativas do seu engajamento, de modo que as razões formuladas pelos militantes durante a situação de entrevista são constrangidas pelas regras em vigor no próprio contexto da entrevista, resultando, em parte, na limitação dos “registros de justificção mobilizáveis” (FILLIEULE, 2001, p. 205). Nesse sentido, Siméant & Dauvin (2002, p. 138-141) mostram que no caso da ação humanitária tende a predominar a utilização de “estratégias de apresentação de si seletivas” por parte dos entrevistados às quais se apóiam em “motivos públicos e legítimos” de sua atuação, uma vez que eles são os mais compatíveis com as definições aceitáveis da instituição. Todavia, para contornar tal dificuldade, os autores propõem como estratégia de investigação, por um lado, a multiplicação das fontes de informação e dos materiais que dão acesso às modalidades de motivações dos atores (entrevistas, cartas, conversações informais, observação participante) de modo a apreender os “múltiplos registros” sobre os quais se apóiam suas motivações e, por outro, a articulação dessa complexidade de motivações ao pertencimento dos militantes a subgrupos, à evolução do campo de intervenção militante e aos determinantes sociais do engajamento. Em consonância com essa proposta, procura-se, no decorrer dessa investigação, não reduzir as motivações dos dirigentes ambientalistas às verbalizações veiculadas durante as entrevistas que estão particularmente direcionadas às perguntas do entrevistador sobre os motivos que os conduziram ao engajamento. Ao invés disso, é pelo exame das “práticas de representação” que se manifestam no decorrer de todo o processo de negociação e de realização das entrevistas que se pretende, por um lado, identificar as principais modalidades de motivações dos entrevistados para justificar sua adesão e continuidade na militância ambientalista e, por outro, analisar a articulação dessas motivações com as concepções partilhadas do engajamento ambientalista, com as transformações ocorridas nesse tipo de militantismo e com os determinantes sociais da participação de tais dirigentes na defesa de causas ambientais.

As representações dos dirigentes ambientalistas sobre sua

participação na defesa ambiental trazem à tona a importância de seu “comprometimento com a realidade” e com a “prática”. Isso se manifesta de forma recorrente tanto quando eles procuram demonstrar que foi a partir de certas “experiências vivenciadas” durante a infância que foram “despertados” para esse tipo de militância, quanto nos relatos em que criticam sua formação escolar e universitária que os distanciaram da “realidade” e da “prática”. Desta forma, pode-se observar que, em linhas gerais, os relatos dos entrevistados sobre o seu engajamento na luta ambiental têm como um dos traços principais uma concepção de política como uma “missão” e um “compromisso com a realidade”. É tal concepção que está na base de suas definições da formação e do exercício profissional como indissociáveis do engajamento político e que conduz na prática a realizar uma espécie de “fusão” entre “profissão” e “militância”. Desse modo, a participação de organizações e de mobilizações ambientalistas não constitui para eles um aspecto “separado” de sua formação e prática profissional, mas é antes de tudo uma das formas principais de realização de seu papel de “cidadão”. Neste sentido, eles afirmam que a defesa ambiental é algo que deve estar presente em qualquer área de formação e de atuação profissional, pois diz respeito ao exercício da “cidadania”, entendida enquanto “participação nos destinos da sociedade” e não apenas enquanto lutas categoriais vinculadas às ordens econômica, social e política (PÉCAUT, 1990).

Tal formulação fundamenta o entendimento de que a “variável ambiental” deveria ser incorporada à formação escolar e universitária e ao exercício profissional nos mais diferentes setores sociais e áreas de atuação. Por isso, criticam particularmente a escola e a universidade por não formarem “profissionais” que têm na “responsabilidade social” e na “cidadania” o referencial principal de seu exercício profissional. Por outro lado, rejeitam também que tal “responsabilidade” se torne algo específico de uma categoria social, ou mais precisamente, dos “militantes pagos” e “profissionais” cuja atuação estaria vinculada a ganhos financeiros, econômicos e materiais. Assim, eles aplicam para a militância ambientalista, um raciocínio muito semelhante ao que utilizam para o conjunto das “especialidades” e das “áreas

de atuação”: a defesa do meio ambiente não pode se reduzir, como os demais conhecimentos ou atividades sociais e políticas, a uma “caixinha” ou “departamento”, a ser algo que concerne a um setor específico da sociedade com valores, competências e interesses próprios. Pelo contrário, ela é apresentada como um tipo de interesse que perpassa todos os setores e esferas sociais e que está acima de qualquer tipo de interesse, posto que se trata de um desafio que diz respeito à sociedade “como um todo”. Por isso, suas percepções das atribuições do ambientalismo na sociedade se definem, antes de tudo, como uma luta contra todo tipo de interesse, sejam eles econômicos, políticos, científicos e profissionais. Entender os paradoxos desses discursos requer a compreensão dos princípios e dos determinantes sociais nos quais se encontram amparados. Para isso, são as relações entre as motivações que conduziram tais dirigentes ao ambientalismo, suas condições sociais, políticas e culturais, seus itinerários e formas de inserção social que deverão estar no centro da investigação.

3.1 – O INGRESSO NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE COMO O “DESPERTAR” DE UM “INTERESSE” QUE VEM DE LONGA DATA

As entrevistas constituíram uma das fontes principais utilizadas no curso da investigação. Todavia, o acesso às mesmas foi bastante difícil e demorado por razões que dizem respeito não apenas à forma de estruturação social desse tipo de prática, mas também do próprio universo investigado²⁸. Por um lado, devido à inexistência de instituições que reúnam informações sobre as organizações ambientalistas atuantes no estado e, principalmente, sobre seus principais dirigentes (Capítulo I). Por outro lado, em função da combinação de um grau elevado de dispersão e de fragmentação das intervenções associativas com uma acentuada centralização das ações

²⁸ . Sobre as entrevistas como “situações sociais” relacionadas a diferenças e constrangimento de posição social e à mobilização dos respectivos signos exteriores e incorporados durante sua negociação e realização e suas influências sobre o processo de análise das mesmas, ver Pinçon & Pinçon-Charlot (1991), Chamboredon, et. al., (1994).

desenvolvidas em torno de alguma delas, bem como do não estabelecimento de fronteiras e hierarquias formais entre o conjunto de organizações que se voltam para a defesa ambiental (Capítulo II). Por isso, o contato anterior do pesquisador com os entrevistados em reuniões das próprias associações ou de conselhos e comitês voltados para a proteção ambiental e em eventos, seminários e congressos, constitui a via principal de acesso ao terreno de análise e à realização das entrevistas com tais dirigentes (61%). Outro procedimento igualmente empregado consiste na utilização de recomendações pessoais de outros militantes, embora na maioria desses casos a entrevista só se realize mediante um encontro preliminar com o entrevistado para exposição dos objetivos da pesquisa. São poucos os casos de entrevistas cuja negociação ocorre via secretária ou somente pelo contato telefônico sem o contato face-a-face com o pesquisador.

Durante o processo de negociação e de realização das entrevistas os dirigentes ambientalistas não fazem apenas descrições, interpretações e avaliações do seu engajamento. As formas de aceitação da entrevista e o tempo dedicado à mesma, assim como o estabelecimento do cenário, as maneiras e os gestos dos entrevistados remetem a conjuntos distintos de tipificações dos elementos que conduzem à militância e trazem à tona padrões distintos de representação do engajamento dos entrevistados. Nesse sentido, observa-se que são os dirigentes que participam da luta ambiental há mais tempo os que apresentam entrevistas mais longas com duração variando, na maioria dos casos, de duas a cinco horas. Já aqueles que ingressaram na defesa ambiental a partir dos anos oitenta realizam entrevistas bem mais curtas com o tempo de duração variando entre trinta minutos e duas horas. Do mesmo modo, são também os dirigentes mais antigos que se dispõem mais facilmente para realizá-las em suas casas, onde esperam o pesquisador freqüentemente com um conjunto de documentos, artigos de jornais, fotografias e livros sobre sua participação e as lutas nas quais se envolveram. Enquanto que no caso dos demais, os cenários preferidos para a realização das entrevistas são locais de trabalho, bares, parques e sede das próprias associações, sendo também os que se mostraram mais ocupados e “sem

tempo” para dar entrevista. Uma breve exposição do processo de negociação e de realização de entrevistas com três dirigentes que ingressaram na defesa do meio ambiente em diferentes períodos nos coloca inicialmente diante de um conjunto de diferenças quanto às modalidades de representação da defesa ambiental.

Um dos casos que melhor exemplifica o padrão de representação dos dirigentes mais antigos é o de um ex-presidente da AGAPAN (Dirigente nº 22). O primeiro contato estabelecido pelo pesquisador com o mesmo ocorreu durante uma festa de comemoração da AGAPAN quando ela recebeu o prêmio “Ecologista do Ano” em 13 de dezembro de 2001. Ele discutia com outro militante, mostrando-se contrário aos “estudos científicos sobre o movimento ecológico”, pois, segundo ele, tais estudos “acabam expondo as fragilidades do movimento e sendo mais prejudiciais que benéficos para a militância”. Um segundo contato ocorreu na universidade antes de sua aula no curso de mestrado em educação. Nessa situação, o pesquisador estava acompanhado de duas professoras do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, sendo que uma delas é esposa de um antigo militante da AGAPAN e amiga do referido entrevistado e de sua esposa que também é militante da entidade. Quando indagado sobre a entrevista ele aceitou, dizendo para telefoná-lo outra hora. Ao comentar, posteriormente, com a professora que o conhecia que o entrevistado é contrário aos “estudos científicos” sobre o movimento ambientalista, esta num tom de surpresa, afirmou: “Imagina se ele não vai querer dar uma entrevista!”. Depois desse encontro, os primeiros contatos telefônicos com o entrevistado tiveram início em meados do mês de abril de 2002 e foi acompanhado de uma série de “justificativas” que impossibilitavam agendar uma data para a entrevista: excesso de atividades no Colégio Aplicação onde trabalha como professor, férias do meio do ano, início das aulas do curso de pós-graduação, palestras, viagens, etc. Foi somente após um longo período de contatos e conversas durante várias confraternizações da AGAPAN e mediante a “ameaça” de excluí-lo da pesquisa, dada à urgência de concluir o trabalho de entrevista, que se estabeleceu uma data para a mesma, a qual ocorreu no dia 27 de novembro de 2002. O tempo de gravação da

entrevista durou cerca de 3 horas, sendo uma das mais longas. Além disso, após o término da mesma o entrevistado pegou o violão e começou a tocar algumas composições suas e ficou conversando com o pesquisador durante uma hora e meia: “Terrar”, inspirada num cartão que tinha na AGAPAN sobre o que o Amstrong disse quando viu a terra da lua; “Revolução”, “que nunca aconteceu” e para sua atual esposa quando a conheceu; uma outra que fez para o primeiro filho; algumas que misturavam folclore gaúcho e bossa nova.

Já no caso dos que ingressaram a partir dos anos oitenta, pode-se destacar dois casos que exemplificam duas modalidades distintas de estabelecimento do tempo e do cenário da entrevista. O primeiro exemplo é o da atual presidenta da AGAPAN (Dirigente nº 12) que ingressou no ambientalismo no início dos anos oitenta. Também nesse caso, o contato estabelecido pelo pesquisador com a mesma é relativamente antigo, remontando ao ano de 1994 quando ela foi entrevistada a respeito de sua atuação na implantação da coleta seletiva de lixo em Porto Alegre pelo DMLU. Um segundo contato ocorreu em dezembro de 1991 em função da participação do pesquisador nas reuniões da AGAPAN, uma vez que enquanto presidenta da entidade é por intermédio dela que se tem acesso a tais reuniões. Na primeira reunião ela apresentou o pesquisador ao grupo como alguém que tinha feito um “trabalho sobre a questão do lixo” e que queria “participar das reuniões da AGAPAN” pois estava “estudando o movimento ecológico”. Tal como no caso anterior, a realização da entrevista não ocorreu logo em seguida a esse primeiro contato e à frequência das primeiras reuniões da AGAPAN, também por “falta de tempo” da entrevistada. Ocorre que nesse momento ela estava desempregada e todo o tempo disponível estava sendo empregado para as atividades vinculadas à sua participação na AGAPAN, como se não estivesse que dividir esse tempo com as atividades relacionadas à formação e ao exercício profissional. Deste modo, a escassez de tempo nesse caso significa, basicamente, o excesso de compromissos com a associação, não sendo apresentada como decorrente de sua atuação profissional ou de outras atividades que estava desenvolvendo. Nesse sentido, a primeira tentativa de agendar uma data para a entrevista foi logo descartada em função da

quantidade excessiva de reuniões que tinha que participar como representante da AGAPAN naquela semana: reuniões em conselhos e comitês, na APEDEMA, contatos com lideranças e políticos próximos à causa, etc. Numa segunda tentativa, após definir uma data ela telefonou mais tarde para desmarcar em função de outros compromissos com a AGAPAN que surgiram naquela semana e que não estavam agendados. Tal como no caso anterior as tentativas de agendar uma data foram ao mesmo tempo acompanhadas de contatos freqüentes com a dirigente nos mesmos eventos: reuniões da entidade, conversas informais no bar após tais reuniões e confraternizações da AGAPAN, reuniões do CONSEMA e da APEDEMA, XXIII EEEE, cerimônia de enterro do primeiro presidente da AGAPAN e homenagens feitas ao mesmo, Fórum Social Mundial, etc. Após seis meses de contato inicial é que a entrevista se realizou. É também um grande envolvimento com a causa ambiental que se manifesta no estabelecimento do cenário da entrevista, posto que ela não apenas escolheu um dos locais que é tido como um “patrimônio ambiental” da cidade de Porto Alegre e como um dos marcos da luta ambientalista, que é o “Parque da Redenção”²⁹, mas também durante toda a entrevista fazia questão de mostrar certa “familiaridade” com as espécies animais e vegetais que existiam ali e de destacar as lutas para conservar aquele local. Talvez, por isso, tenha feito questão de realizar a entrevista neste local, não se mostrando interessada que ela fosse feita em sua casa ou num bar. A entrevista foi realizada no dia 22 de maio de 2002 num dos bancos que fica ao lado de um dos lagos e próximo ao “mini-zô” e durou aproximadamente duas horas.

O outro exemplo é o do coordenador do Núcleo de Eco-Jornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ/RS) desde sua fundação em 22 de junho de 1990, sendo também um dos principais articuladores da criação de tal organização

²⁹ . Cabe lembrar que a mobilização contra o corte das árvores no Parque da Redenção é tida como uma das principais lutas do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul. Ela tomou uma maior amplitude quando um estudante de direito e sócio da AGAPAN subiu numa das árvores durante uma operação de corte de árvores realizada por funcionários da Secretaria Municipal de Obras em 1975, em decorrência da construção do viaduto Imperatriz Leopoldina na Avenida João Pessoa de Porto Alegre. O protesto ficou conhecido como o “Caso Carlos Dayrell” e para grande parte dos dirigentes e da literatura é considerado como um dos marcos do início do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul e no Brasil. A respeito de tal mobilização ver, entre outros, TORNQUIST (1992), BONES & HASSE (2002).

(Dirigente nº. 24). Tal caso difere dos anteriores tanto pelo momento de ingresso na defesa do meio ambiente, posto que ocorreu em meados dos anos noventa, quanto pelo tipo de relação exibida com a defesa ambiental através da forma de apresentação do tempo para a entrevista e do cenário escolhido para a realização da mesma. Tal como nos casos anteriores entre o primeiro contato e a data de realização da entrevista transcorreram alguns meses, os quais foram também acompanhados de sucessivos contatos com o entrevistado nos mais variados eventos. O contato em que a demanda de entrevista foi formalizada ocorreu na Feira do Livro de Porto Alegre no dia 11 de novembro de 2003 durante uma cerimônia de lançamento do livro de um “ecologista pioneiro” intitulado “História do Ambientalismo” (Dirigente nº 01). Mas anterior a isso, vários encontros e conversas informais já tinham sido estabelecidos com o entrevistado em diversos tipos de situações: festa de comemoração pelo recebimento do prêmio “Ecologista do Ano” para a AGAPAN em 13 de dezembro de 2001, festa de aniversário da AGAPAN no restaurante Café Ipanema no bairro Ipanema em 27 de abril de 2002, homenagem ao primeiro presidente da AGAPAN no Jardim Botânico em 26 de maio de 2002, almoço comemorativo ao aniversário da AGAPAN no restaurante Tirol localizado na rua José de Alencar em 27 de abril de 2003. Acontece que nesse caso, a “falta de tempo” diz respeito a compromissos relacionados tanto a sua ocupação profissional quanto à sua atuação nas mobilizações ambientalistas. Essa forte imbricação entre “profissão” e “militância” se evidencia também pelo estabelecimento do cenário de entrevista: o local de trabalho. Nesse sentido, ele respondeu à demanda de entrevista pedindo “um tempo”, pois há vários dias estava “tentando tirar férias” e não conseguia, sugerindo um novo contato telefônico no início de dezembro para a Procuradoria da República onde trabalha. Quando isso foi feito, ele marcou a entrevista para a mesma semana, mas um dia antes ligou para o pesquisador desmarcando por ter surgido “uns problemas” que tinha que resolver naquela semana, transferindo a mesma para o dia 18 de dezembro. No entanto, quando o pesquisador chegou no local da entrevista no horário estipulado ele foi logo pedindo desculpas, dizendo que a entrevista não poderia

ser naquele dia em função da ausência de um colega de trabalho o que o deixou “cheio de coisas para fazer” e acrescentando que não ligou antes como da outra vez porque não teve realmente como fazer isso, uma vez que não estava prevista a ausência do colega. Pediu para lhe ligar novamente no dia 07 de janeiro de 2003. O próximo contato somente foi feito no dia 09 de março de 2003 e ocorreu durante a participação do pesquisador numa “Terça Ecológica” promovida pelo NEJ. Nesse encontro ele pediu que lhe telefonasse na próxima semana que estaria “mais livre”. Dois dias depois, um novo contato aconteceu no “Tribunal dos Transgênicos” no qual ele participava da organização representando o NEJ, mas não se falou da entrevista. No dia 17 de março foi feito um novo contato telefônico e ele disse que só seria possível para a próxima semana, marcando então para o dia 24 de março às 17 horas. Dessa vez a entrevista aconteceu, tendo uma duração de aproximadamente uma hora e meia.

Em todas essas situações, o processo de negociação e de realização das entrevistas traz à tona um conjunto de informações que remetem para diferentes modalidades de articulação do engajamento com as demais esferas de vida dos dirigentes. Em primeiro lugar, uma situação em que a definição do tempo e do cenário da entrevista remete simultaneamente às esferas da formação e do exercício profissional, da atuação como ambientalista em palestras e seminários, das relações familiares, do lazer e de sua inserção no mundo da cultura e da arte. Em segundo, uma situação em que a militância é apresentada tanto como realização de tarefas institucionais e burocráticas quanto como uma devoção à causa defendida pela organização e constitui a única referência que sobressai para o estabelecimento do tempo e do cenário da entrevista. Por fim, um caso em que o tempo e o cenário da entrevista remetem a um tipo de representação do engajamento em que as esferas da militância e da profissão se mostram fortemente articuladas e praticamente indistintas.

Como se pode ver por essas breves indicações do processo de realização de entrevistas com os dirigentes ambientalistas, a situação de entrevista constitui um tipo específico de “situação social” que, do mesmo

modo que as demais “ordens interacionais”³⁰, encontra seus fundamentos e suas condições de funcionamento nos repertórios e suposições culturais próprios de cada grupo social aos quais os indivíduos estão vinculados. Desse modo, as interações estabelecidas durante tal situação são constituídas com base em um conjunto de pressupostos culturais internalizados, de procedimentos e regras naturalizadas e de práticas ritualizadas que não são iguais para o conjunto dos entrevistados, uma vez que eles fazem parte de diferentes categorias e grupos sociais. Em decorrência disso, as situações de entrevistas são constituídas por uma série infindável de relações de força e de micro-lutas, mediante a constante simulação (de si) e exame (do outro) nas quais está em jogo, entre outras coisas, a definição da própria situação de entrevista através do domínio das informações que o entrevistador e o entrevistado podem ter um do outro e, mais especificamente, das mútuas possibilidades de controle e de definição da forma de distribuição do lugar de “sujeito” e de “objeto” em tal ordem de interação. Elas implicam a mobilização, tanto por parte do entrevistado quanto do pesquisador, de determinadas modalidades de apresentação de si que estão fundadas nas percepções e informações que cada um tem do seu interlocutor e dos atributos que eles possuem e exibem em tal situação com base nas suposições culturais dos grupos aos quais tais atores estão vinculados. Dito de outro modo, os contatos iniciais entre o observador e os entrevistados e a negociação das entrevistas acionam uma série de tipificações prévias que influenciam o desenrolar das próprias situações de entrevista.

No caso em pauta, frente às constantes indagações dos entrevistados sobre os objetivos das entrevistas, o entrevistador lançou mão de classificações que se referem à sua vinculação ao espaço universitário: “sou professor universitário”, “estou fazendo doutorado em antropologia”, “meu estudo é sobre o movimento ecológico”, etc. Em vários casos os entrevistados indagaram sobre os propósitos do trabalho e porque estudar o “movimento

³⁰ . Para uma definição de “situação social” e “ordem de interação” como um determinado tipo de “ordem social” regida por leis e regras próprias de funcionamento e comportando diferentes “unidades estruturais”, ver especificamente Goffman (1991, textos 1, 4 e 6 e 1967, 1999).

ecológico”. Além disso, em algumas conversas após a entrevista os dirigentes costumavam perguntar também sobre qual é a hipótese do estudo e quais os resultados alcançados até o momento. Por outro lado, os processos de seleção dos entrevistados e de negociação e realização das entrevistas se desenvolveram mediante a utilização prévia de tipificações sobre os entrevistados, seja como “ecologista”, “militante”, “participante” de tal associação ambientalista, seja através de indicações de outros militantes e do reconhecimento público do seu engajamento na defesa ambiental através de artigos de jornais e de publicações consagradas ao movimento.

Certamente, tais tipificações influenciaram as modalidades de apresentação de si dos entrevistados durante o processo de investigação, pois sempre pareciam condizentes com as designações previamente estabelecidas. Todavia, essas definições prévias destes militantes como “ecologistas” não parecem restritas ao momento da entrevista e forjadas exclusivamente para tal situação. A coleta de informações complementares sobre esses militantes em livros e artigos de jornais e, principalmente, as conversas e observações dos mesmos em reuniões de entidades e de conselhos e comitês e em festas e confraternizações permitiram perceber que em suas atividades cotidianas às mais variadas, o “militante ecológico” se serve também dessas tipificações para dar sentido e tornar coerente suas ações, tanto para ele próprio quanto para aqueles com quem interage.

Enquanto um tipo particular de representação da condição de militante, as entrevistas demandam a utilização de todo um “equipamento expressivo do tipo padronizado” e “ritualizado” como diria Goffman (1999, p. 29) que deve ser considerado durante todo o processo de entrevista: em primeiro lugar, a negociação e o estabelecimento do “cenário” onde ela foi realizada (em casa, no trabalho, em parques, bares ou outro lugar qualquer); em segundo, o emprego de “signos exteriores ao corpo” (atributos físicos, aparências, formas de vestir, etc.) que informam sobre o *status* do entrevistado e o estado ritual em que está empenhado na realização de tal atividade (grau de formalidade ou informalidade); e, em terceiro, a mobilização de signos incorporados (gestos, maneiras, atitudes, condutas, etc.) que remetem para o

tipo de “papel” ou posição que ele espera desempenhar na situação de entrevista e durante o processo de desenvolvimento da pesquisa. Assim, trata-se de considerar cada entrevista como uma determinada modalidade de representação do engajamento na defesa ambiental, de modo a constituí-la seguindo a orientação de Beaud & Weber (1998, p. 178), como “um caso de uma família de casos”.

Em consonância com tais orientações, a investigação das modalidades de definição e de exercício da militância considerou como uma fonte primeira de informação o próprio processo de negociação e de realização das entrevistas, voltando-se mais especificamente para a apreensão do modo como os entrevistados empregavam tal equipamento expressivo durante a situação de entrevista. Em decorrência disso, um dos desafios principais consiste em procurar examinar as relações entre o conjunto de dados coletadas por meio dessas entrevistas e as modalidades de apresentação de si exibidas pelos entrevistados durante o processo de produção das próprias entrevistas, através das quais um conjunto diversificado de características, recursos e concepções são incorporados e associados a uma determinada forma de militância. Isso implica dar uma atenção preliminar e prioritária tanto “ao que os entrevistados dizem” sobre aspectos como a escola, a família, a profissão, etc., quanto “a maneira como eles dizem” isso, acionando estes e outros elementos para constituir e justificar seu lugar na defesa do meio ambiente. Dito de outro modo trata-se de ler as entrevistas não apenas no que elas dizem, mas na forma como dizem e até mesmo no que dissimulam. Assim, pode-se dizer que a investigação do processo de produção de cada entrevista (negociação, contatos iniciais, preparação, relação face-a-face, contatos posteriores, transcrição e análise dos dados) constitui uma primeira via de acesso às formas de definição do engajamento na defesa do meio ambiente.

Desta forma, pôde-se observar que a realização e a análise das entrevistas trazia à tona um outro aspecto bastante recorrente: cada militante encarnava e exibia um conjunto de “predisposições” e “motivações” vinculadas a certas “características pessoais”, “psicológicas”, “biográficas” que explicavam e justificavam seu destino, seu engajamento e seu itinerário militante e que

serviam para demonstrar o militante que eles personificavam. Suas respostas sobre o processo de engajamento no ambientalismo e o desdobramento de sua militância, estão impregnadas de formas variadas de “idealização de si”, fundadas em pressupostos muito semelhantes aos que estão na base do “culto idealizador do gênio” (ELIAS, 1991) e da produção de “histórias de vida”, “relatos biográficos e autobiográficos”, etc. (BOURDIEU, 1986, DAMAMME, 1994). Elas partiam da idéia de que a “militância ecológica” era algo que requeria uma espécie de “dom especial”, resultado de processos e atributos “pessoais”, de características “inatas”, “interiores”, “psicológicas”, etc., e que seu itinerário militante era um “todo coerente e orientado” que manifestava um “gosto inato pela natureza”, como eles mesmos constantemente verbalizaram.

“Eu sempre fui, assim, gostei muito de estudar”; “Eu sou muito ideológica”; “Eu sempre tive vergonha de perguntar”; “Eu nunca me influenciei pela questão partidária”; “Eu sempre fui muito sozinho”; “Eu sempre gostei do denunciismo, do ativismo”; “Eu sempre gostei de procurar coisas diferentes”; “Simpatia pela esquerda sempre tive, assim como tive sempre simpatia pela questão ambiental”; “Eu sempre gostei de natureza”; “Eu sempre tive a noção que a ecologia, a luta ambiental trazia a maior revolução de todas”; “Eu desde pequenino, sempre tive uma forte atração por essas questões da natureza”; “A minha ligação com o movimento ecológico eu sempre acho assim que começou na minha infância”.

A exibição dessas “características pessoais” não se reduz às formas de expressão verbal e são representadas também através de uma gama de “ações não-verbais” que se manifestam nos procedimentos pelos quais os entrevistados negociam a data e o local da entrevista, nas “aparências” e “maneiras” que eles exibem durante a situação de entrevista, bem como no modo como eles articulam cada um dos temas propostos durante a realização da entrevista: “formação escolar”, “processo de engajamento”, “família”, etc. Cabe destacar que estas respostas resultam, geralmente, de perguntas a respeito “de como” se iniciou a militância na defesa do meio ambiente e não de indagações voltadas para os “porquês” e os “motivos” que os conduziram à mesma: “como é que foi a sua entrada no movimento ecológico?”, “como é que foi a história do teu engajamento?”, etc. Mesmo assim, o propósito inicial de levantamento de “informações biográficas” relativas às dinâmicas e contextos

práticos que conduziram os entrevistados à participação das organizações ambientalistas, defrontava-se a todo o momento com esses “relatos” carregados de “generalizações” e de “totalizações” que atribuíam uma dada “origem”, um “ponto de partida” e “uma razão de ser” ao seu engajamento.

Deste modo, é com base nas práticas de representação do engajamento veiculadas pelos dirigentes ambientalistas durante as situações de entrevista que se pretende apreender os significados e os princípios que as fundamentam. Partir do processo de produção das próprias entrevistas para discernir as formas de definição e de classificação da militância ambientalista que lhe são subjacentes, constitui uma tentativa de apreender o engajamento na defesa ambiental “desde o ponto de vista dos próprios agentes” que se enquadram como ambientalistas, ou seja, com base nas percepções, pontos de vistas e representações dos que se reconhecem e são reconhecidos como tais.

A) A “EXPERIÊNCIA VIVENCIADA” COM A “NATUREZA” E COM A “POLÍTICA” E O “INTERESSE” PELO AMBIENTALISMO

As respostas dos entrevistados sobre como começou o seu engajamento na defesa do meio ambiente freqüentemente tomaram um sentido muito mais geral do que o pretendido inicialmente pelo entrevistador. Ao invés de apresentarem os acontecimentos e as circunstâncias imediatamente vinculadas à sua adesão a determinadas mobilizações ou organizações ambientalistas, seus relatos têm como característica principal a evocação de momentos e situações de sua “vida” que desde muito cedo os colocaram diante de experiências, valores e problemáticas que estão na “origem” do seu “interesse” e que dão uma certa coerência e consistência à sua participação nas lutas ambientais. Trata-se de práticas de contato e de convívio intenso com a natureza, ou mais precisamente, com paisagens, plantas e animais, como também de experiências familiares, religiosas, políticas, escolares e profissionais que proporcionaram o nascimento ou o despertar de valores e de atitudes que se tornaram a “causa” principal do seu ingresso e permanência no

ambientalismo. Desta forma, o engajamento se apresenta para eles como algo que lhes concerne “diretamente” e que é muito anterior a qualquer tipo de envolvimento com as organizações, grupos, militantes e causas ambientais e que, portanto, está muito além da esfera da “escolha” e da “decisão pessoal”, de modo que nem eles próprios conseguem situar o momento preciso de suas “vidas” em que emergiu tal “interesse”.

A principal distinção que se pode estabelecer no conjunto dos relatos é entre aqueles que salientam as práticas de convivência e de contato direto com o mundo natural e as que remetem a experiências e valores de cunho “social” e “político”. Essa separação, entre o que se pode chamar inicialmente de explicações “naturalistas” e de explicações “políticas” da “origem” do seu engajamento, funciona apenas no extremo ou no limite, pois o corriqueiro é a apresentação de formas variadas de mistura e de dosagem entre estes e outros elementos. Todavia, tal distinção constitui uma primeira aproximação dos tipos de experiências que se apresentam para os próprios dirigentes como requisitos essenciais para entrar e para continuar nesse militância e que, ao mesmo tempo, servem para estabelecer as fronteiras que balizam as modalidades de construção do “itinerário biográfico” que está no fundamento do “interesse” e da “entrada” no ambientalismo.

As experiências de contato direto e de convivência com o mundo natural, como forma de explicação da “origem” do seu interesse pelo engajamento na defesa de causas ambientais, estão presentes nos relatos de vinte e oito entrevistados, representando 57,10% do total. Todavia, existem formas bastante diferenciadas de apresentação deste tipo de experiência e de seu significado para a “vida” do entrevistado e, mais especificamente, para o ingresso e sua forma de atuação no ambientalismo.

O contato com a natureza através de filmes e revistas e de visitas a parques e fazendas constitui uma das primeiras modalidades de explicação “naturalista” da “origem” do interesse pelo meio ambiente e pode ser vista como uma espécie de tipo-limite, na medida em que se trata de experiências nas quais o contato com a natureza ocorreu de forma mais indireta e que se deu mais pela observação do que pela convivência continuada com animais,

plantas, etc. No entanto, nem por isso elas deixam de ser relatadas como demarcando o início da vinculação com a problemática ambiental e como algo que determinou suas escolhas futuras em termos profissionais. Um exemplo disso é o caso do presidente do CURICACA (Dirigente nº 14) ao relatar que quando era pequeno olhava os documentários de Jacques Cousteau que era uma pessoa que ele “achava que fazia um trabalho muito legal” e que foi isso que o influenciou para a escolha do curso de oceanologia, o qual representava para ele uma possibilidade de “trabalhar na defesa da natureza”. Ainda que se trate de um outro tipo de experiência, é essa mesma forma de justificativa que se encontra na entrevista com o ex-diretor do DEFAP durante a gestão do PT na administração do Estado do Rio Grande do Sul (Dirigente nº 18).

Eu sempre tive uma relação muito forte com a natureza que veio desde 5 anos de idade. Eu me lembro bem disso porque minha avó me levou pra passar umas férias na fazenda de uns amigos da família em Jaquirana. Eu voltei de lá completamente apaixonado [...] aquelas imagens, aquelas paisagens pegaram muito fundo assim [...]. Tinha já a idéia de ser veterinário, desde os 5 anos de idade (Entrevista).

O segundo tipo de utilização de justificações “naturalistas” implica uma convivência mais direta e continuada com a natureza mediante experiências de contato intenso com o “mato” e com os “bichos”, ainda que tal convívio tenha ocorrido durante um período relativamente curto de suas vidas. Esse é o caso dos que salientam o impacto que teve o deslocamento do grupo familiar da “cidade” para “povoados” e para a “zona rural” onde o contato com a natureza era muito mais intenso. Esse é o caso de um dos fundadores do CEA que trabalhou como assessor na Secretaria de Qualidade Ambiental do município de Pelotas na gestão do Partido dos Trabalhadores de 2001 a 2004 (Dirigente nº 10). Em função de seu pai ser militar, a família foi transferida para Mato Grosso, de 1969 a 1973, quando ele tinha apenas 10 anos. Segundo ele, a família foi morar “no meio do mato”, pois só tinha duas horas de energia elétrica por dia, “quando o gerador não pifava”, a “TV não pegava” e foi lá que ele viu “de perto uns jacarés e sucuris enormes”, que criou vários tipos de animais, que podia pescar, enfim, onde viveu um “intenso contato com a

natureza” e de onde trouxe “excelentes lembranças”. Quando retornou à cidade de Rio Grande sofreu um verdadeiro choque.

Literalmente, voltei pra cidade. Isso, pra mim, foi um choque. E, desde os meus 14 anos de idade, naquela época eu não tinha nem idéia do que seria o movimento ambiental, mas, assim, comecei, com o tempo, a aumentar a minha saudade de voltar pra Mato Grosso. Mas como eu morava com os meus pais, não tinha essa possibilidade. Eu matava um pouco a saudade indo pro meu avô, na região da Serra (Entrevista).

Com uma conotação um pouco diferente vale a pena citar também o relato de uma liderança da AGAPAN (Dirigente nº 17), posto que ele traz à tona a relação de experiências como essa com sua “vida escolar”. Para ela, o fato de ter vivido durante alguns meses “no meio do mato” em função de seus pais terem “umas terras” no norte do Paraná, divisa com São Paulo, como ela mesma disse, “teve um significado muito forte em minha vida”. O fato de isto ter ocorrido “em plena idade escolar” a colocaram diante de “muita informação de vivência”, de experiências e de conhecimentos que os seus colegas não tinham e que faziam dela alguém que tinha muito mais “experiência” e “informação” do que aqueles que contavam apenas com o conhecimento escolar “institucionalizado”.

Ah! É na verdade assim: eu me alfabetizei no meio do mato. Porque foi uma coisa louca. Eu tinha 7 anos recém feitos...em plena idade escolar...iniciando. E fui pra lá, no meio do mato. Mato maravilhoso!! Tudo que tu possa imaginar de maravilhoso. E eu amava aquilo... Então assim, eu ajudava a plantar o café, ajudava a colher o café, porque é em tempos diferentes, eu ajudava a secar o café num terreiro, eu pulava naquele cafezal, eu andava de trator, eu... enfim...comia mamão do pé. Eu pegava o abacate do pé, entende? A manga do pé. Eu fazia a minha borracha, tinha seringueira lá e eu aprendi a fazer borracha com o pessoal. Então assim, eu estava aprendendo a escrever e saí do meu espaço escolar institucionalizado que era a escola e fui pro meio do mato [...] Foi incrível. E quando eu voltei pra Nova Prata, eu concluí os últimos meses, setembro outubro e novembro, ou outubro novembro e dezembro, uma coisa assim os últimos meses na escola [...] Final do ano eles faziam aqueles concursos de 1ª série, quem tira o 1º lugar. Quem tirou o 1º lugar? Eu [gargalhada]. Eu tirei o 1º lugar [sorrindo]. E foi maravilhoso! Porque eu tinha muitas histórias [...] Porque eu tinha muito mais experiência do que os que...os meus coleguinhas! [...] Então assim, eu vinha cheia de novidades pra contar, eu sempre tinha assunto, entende [sorrindo]? E eu sempre sabia de tudo porque eu...Tudo? Tudo dentro né! Mas assim... eu

tinha muita informação de vivência (Entrevista).

Também fazem parte dessa modalidade de relato os que salientam as práticas de acampamento com grupos de amigos ou através da participação no escotismo e suas conseqüências em matéria de escolha profissional. Um exemplo disso é a entrevista com um dos dirigentes do ROESSLER que participou do escotismo desde os 10 anos (Dirigente nº 16). Nesse caso, é “em função do escotismo” que ele reconhece existir, desde a infância, “um gosto pela natureza”, pois “a gente acampava muito, principalmente nos arredores da nossa região [...] Era muito difícil a gente ir acampar e detonar com o lugar; não cortava as coisas, levava as taquaras; muita preocupação com a limpeza do local, de não estragar, deixar o local sempre igual ou melhor do que quando tu chegou”. Daí “veio uma ligação com a questão ambiental” que mostrou que “é possível usufruir da natureza sem impactar” e que lhe colocou “a interrogação de porque as outras pessoas não fazem o mesmo”. Foi também dessa “experiência” que “veio a opção pelo curso de biologia e isso tudo acabou se coincidindo”.

A terceira modalidade de explicação “naturalista” é constituída pelos relatos que salientam o intenso contato que tiveram com o mundo natural pelo fato de viverem no “interior” durante sua infância ou ainda pela sua “origem rural”. Tais experiências de convivência e de contato regular com a natureza possibilitou a aquisição de uma “experiência vivenciada” incomparável e das mais importantes para sua atuação no ambientalismo.

Um exemplo bastante ilustrativo do quanto a emergência do “interesse” e do engajamento futuro na defesa ambiental está vinculado à infância no “interior” e ao “choque” vivido com a mudança para a cidade cheia de “poluição e degradação” se encontra no relato do dirigente da UPAN (Dirigente nº 19). Ele nasceu e viveu em Harmonia até os 10 anos, quando a família se deslocou para São Leopoldo, porque a “mãe tinha câncer e tinha que se tratar em Porto Alegre”. Harmonia é um “município pequeno com cerca de 2.000 habitantes” e que fica na região de Montenegro e no qual ele tinha “relação muito direta com a natureza”, pois “bebia água do arroio do fundo de

casa”, “andava sempre descalço”, pescava, “estava com os vizinhos na roça”, “pegava passarinho na mão”, etc. No fundo da casa ficava um arroio e o resto era mato. Assim, até se mudar para São Leopoldo “não tinha tido contato com problema social e com problema ambiental”. Ao chegar em tal cidade sua vida deu “uma guinada de cento e oitenta graus”: “Meu primeiro conceito de poluição hídrica foi quando eu fui beber água e vi que tinham jogado um coelho morto dentro do arroio”. Por isso, quando voltava para Harmonia falava para não jogarem as coisas nos arroios para não ficar como o Rio dos Sinos, o que lhe valeu o apelido de “Lutzenberger dois”. Desta forma, conclui que o contato com Harmonia foi muito importante para sua “trajetória de ambientalista”, pois ficou claro a diferença entre lá e São Leopoldo. Também ilustrativo dessa forma de apresentação da “origem” de sua militância foi a entrevista com um dos dirigentes do CEA que foi o diretor da Secretaria de Qualidade Ambiental do município de Pelotas (Dirigente nº 06) de 2001 a 2004. Para ele, “uma certa noção de que é importante estar num ambiente bom, preservado” foi adquirida durante sua infância em Erval que “é uma cidade pequena” e onde “a gente tinha uma relação diferente com a natureza”. Por isso, quando foi morar em Pelotas, aos quinze anos, já foi com “essa idéia”, ainda que “não soube durante muitos anos como colocar isso em prática”.

Para outro conjunto significativo de entrevistados é em função de suas “origens rurais” e do fato de terem convivido com os avós que tinham uma grande sensibilidade para com a natureza que encontram a “causa” do seu interesse por esse tipo de causa. Um primeiro exemplo desse tipo de relato se encontra na entrevista de uma dirigente do ROESSLER que atribui à convivência com o avô paterno que tinha um sítio e cuidava de cavalos uma importância fundamental para o seu engajamento, pois contribuiu para despertar sua curiosidade pelas plantas, pelos animais e suas maneiras de viver e para fazer dela “uma apaixonada pela causa já desde sempre, desde pequenininha” (Dirigente nº 20). De maneira similar, para o ex-presidente da AGAPAN na gestão de 1987 a 1993 (Dirigente nº 22), foi o contato e o convívio com os avôs que “eram ambos filhos de fazendeiros” que proporcionou durante sua infância um grande aprendizado “observando a natureza”, vendo a maneira

como seus avós “se relacionavam com o campo” e também “vivendo naquele ambiente do campo”. Assim, o “fato de ter origem camponesa” é visto por ele como algo que teve uma grande importância para que ele se tornasse “um ecologista”: “Eu sou um ecologista porque eu também sou uma pessoa descendente de camponeses, de gaúchos. [...] A paisagem gaúcha faz parte do meu espírito, da minha mentalidade”. Todavia, reconhece que foi muito em função da fazenda herdada da mãe recentemente que começou a se “dar conta” disso. No caso de um dos dirigentes da COOLMEIA (Dirigente nº 31), ele salienta que sua família tinha uma estância em Cachoeira, uma “propriedade muito antiga” herdada do seu bisavô e que foi por ter na mesma uma vida de contato regular com a natureza durante a infância que se tornou alguém “muito ligado à questão da natureza”. Cabe destacar ainda uma dirigente da ANAMA (Dirigente nº 30), que fala que sua “ligação com natureza começa com a família”, pois os pais eram agricultores e toda a infância foi vivida na “zona rural”. Em decorrência disso, durante sua formação em botânica no mestrado e em antropologia social no doutorado trabalhou sempre com comunidades rurais, de modo que, como ela mesma afirma, tais trabalhos têm “muito esse espelhamento de um passado que eu tinha”.

Em outros casos, experiências similares a essas são valorizadas pelo ensinamento que propiciaram para sua atuação no ambientalismo, constituindo-se como uma verdadeira escola de formação de como proteger o meio ambiente, posto que através desses tipos de experiências eles não apenas aprenderam a estabelecer uma relação direta e harmoniosa com plantas e animais como também entraram em contato com um conjunto de práticas que atualmente fazem parte do leque de opções voltadas à “proteger o meio ambiente”, tais como: separação do lixo, o fato de os pais ou avós criarem galinha no quintal da casa, de terem horta, de utilizarem o esterco da galinha como adubo, de terem árvores no quintal, etc. Assim, um dos principais dirigentes do ROESSLER (Dirigente nº 13) afirma que sua “ligação com o movimento ecológico” começou na sua infância, em sua própria casa, “no espaço doméstico”, pois seus pais criavam galinha, tinham horta, separavam o lixo para vender as garrafas, faziam composto orgânico com os estercos da

galinha e tinha a casa cheia de árvores. Do mesmo modo, uma das dirigentes do CEA (Dirigente nº 08) ressalta que os ensinamentos do avô durante a infância foram posteriormente redescobertos em livros e confirmados pela própria militância.

Bom, sempre fui muito aliada à questão da ecologia. Desde pequena. Eu tive a felicidade de ter um avô que era um ecologista, sem saber. E eu nem imaginava que existia ecologia. Mas ele era um cara que morava pra fora e já nos colocava muitas coisas. Por exemplo: onde que a gente vai botar esse papel, sabe, que bota fora todo dia? Isso é adubo, vamos botar ali na horta. Ele inventava essas coisas que a gente achava loucura. Onde já se viu botar papel na horta? Aí, lá pelos quinze, dezesseis anos, eu fui vendo: Não, mas isso está até em livros! (Entrevista).

Por fim, um dos exemplos que também salienta o quanto que esses tipos de experiências são tomadas como um dos fundamentos principais para consideração dos tipos de problemas que se defrontaram no decorrer da militância se encontra no relato da presidente de honra da ADFG que é também uma das “fundadoras” desta entidade (Dirigente nº 04).

Eu nasci e fui criada numa casa onde tinha uma mulher que era ecologista e que fazia e vivia como uma ecologista sem jamais ter utilizado o termo e a palavra ecologia ou ecologista. Essa pessoa era a minha mãe [...] Era realmente a vivência da ecologia. Então, eu não estranhei nada o que depois me era apresentado, olha o jardim ecológico, olha isso aqui como é bom da gente fazer. Mas eu já sabia tudo isso, eu já tinha visto a minha mãe fazer (Entrevista).

Como um último tipo de explicação “naturalista” cabe salientar ainda os casos em que o gosto e o interesse pela defesa ambiental estão relacionados às características “inerentes à sua pessoa”. Um relato que exemplifica isso é o do atual presidente do ROESSLER (Dirigente nº 21). É “desde pequeno” que ele sempre gostou de “bicho”, de “planta” e já teve os mais diferentes “bichos” como mascotes: “já tive desde gato, cachorro, até caranguejo, pinto, pato e tudo”. Tal gosto não provém de sua família, inclusive salienta que seus irmãos não se interessavam por isso, sendo apenas ele o único da família que sempre gostou, por iniciativa sua mesmo, “uma exceção”

em sua família, o que lhe permite falar desse gosto como “uma coisa inata”. Do mesmo modo, é “desde piá” que tem intenção de fazer biologia e isso estava vinculado a esse gosto inicial pela “natureza” que foi também o que o conduziu à participar de organizações ambientalistas.

Mas um dos casos mais extremos desse tipo de explicação é o do primeiro presidente da AGAPAN, o qual é considerado um dos “pais” do ambientalismo gaúcho e brasileiro (Dirigente nº 50). Tal caso é interessante, pois ele evidencia o quanto esse tipo de relato constitui uma espécie de modelo geral que está presente também em reportagens e produções biográficas sobre as principais lideranças do ambientalismo no Rio Grande do Sul. A respeito disso, vale a pena citar a biografia recém publicada sobre o mesmo. Tal biografia está recheada desse tipo de abordagem e de exemplos que procuram mostrar que um certo “interesse e carinho” pelas coisas da natureza é algo “congenito” à sua maneira de ser e não algo adquirido pela socialização familiar e muito menos escolar. Deste modo, o gosto por bichos dos mais variados tipos (baratas, aranhas, cobras, etc.) e a sensação de “vaguear pela natureza” era algo que, desde muito pequeno, exercia sobre ele um “fascínio irresistível” (DREYER, 2004, p. 55).

Podia-se gastar horas e horas olhando as plantas e os bichos que havia num lugar assim, pensava Jolch com freqüência, à medida que avançava pelas margens, explorando os arredores e retornando para mergulhar no Dilúvio, sem nunca dar-se conta de que ele *passava* horas e horas olhando [...] Nas redondezas do Guaíba, mais proibidas e grandiosas, havia outros tantos pontos de atração poderosos (Id., Ibid., p. 50) [grifos da autora]

Já no que se refere à utilização de explicações “sociais e políticas”, a diversidade de formas sob as quais isso se manifesta é bem menor, mesmo que a quantidade de entrevistados que fazem uso desse tipo de relato seja maior do que do anterior, fazendo-se presente nos relatos de trinta e quatro entrevistados e atingindo um percentual de 67,30%. Podem-se distinguir duas modalidades principais de apresentação desse tipo de justificativa como “causa” do interesse pela defesa ambiental: de um lado, um conjunto de relatos que apresentam o começo de seu engajamento como resultado de uma certa

“consciência” dos problemas sociais que se encontra vinculada seja a “características inatas de sua pessoa”, seja a certas experiências marcantes durante a infância que os colocaram diante de situações como a “injustiça”, o “racismo”, a “desigualdade social”, o “autoritarismo”; do outro lado, os relatos que se reportam à convivência no próprio espaço familiar de constantes discussões, enfrentamentos e conflitos decorrentes das filiações “políticas-partidárias” de seus pais ou parentes, bem como a um contato mais direto com familiares que participavam de organizações políticas.

Uma primeira variante das explicações que se reportam a uma certa “consciência social” ou “política”, são aqueles relatos nos quais tal “consciência” constitui uma característica “inerente à sua pessoa”, independente da família ou de influências externas que marcaram o processo de socialização. Esse é o caso de um ex-presidente da AGAPAN (Dirigente nº 11). Ele se apresenta como alguém que sempre foi “militante assim como indivíduo, militante na defesa das coisas que atinge o cidadão”. Por isso, sua aproximação da AGAPAN se deu porque essa era uma espécie de “via de escape do regime militar” e isso o agradava muito, pois desde pequeno ele sempre teve fama de “geniozinho na política”, tornando-se um “oposicionista ao autoritarismo, ao regime militar, metido a socialista sem estar escrito em partido nenhum” e alguém que sempre votou “na esquerda”. Um caso ainda mais exemplar da utilização de explicações “políticas” com base em “características inatas” é o do dirigente do CURICACA e presidente do Comitê Estadual de Reserva da Biosfera e da Mata Atlântica (Dirigente nº 14). Trata-se de um caso exemplar, pois além de lançar mão de explicações “naturalistas” como as citadas anteriormente, associa seu interesse pelo meio ambiente a um gosto que sempre teve “dentro de si” pelas “relações políticas”, o qual não tem origem no meio familiar. Pelo contrário, é essa espécie de “vontade original” que o orientou para a participação em grêmios e movimentos estudantis durante sua formação escolar e, mais tarde, para a defesa do meio ambiente.

Minha biografia seria muito simples [...]. O ambiente não como um ambiente natural, mas como um aspecto equilibrado, com suas questões do ambiente natural, os aspectos sociais e políticos, ela sempre teve uma

coisa dentro de mim. Quando eu era pequeno... Então eu sempre tive essa vontade de ter essas relações e no colégio participava de grêmio estudantil, depois quando entrei na universidade de diretório acadêmico. Mas uma coisa que sempre, que é da minha pessoa também, eu tive sempre essa coisa do conhecimento, da intervenção técnica e eu acho que isso se estabeleceu em mim como um equilíbrio bem legal assim. [...] Sempre consegui ir associando essas coisas. (Entrevista).

Uma segunda variante das explicações que se reportam à existência de uma “consciência social” é constituída pelos relatos que salientam certas experiências marcantes durante a infância que contribuíram para o despertar de tal “consciência” e de uma vontade de “trabalhar pela cidadania” e que os impeliu mais tarde para o ambientalismo. Um exemplo disso é o caso de um dos “fundadores” da AGAPAN (Dirigente nº 01). Para ele, o surgimento do seu “interesse pela ecologia” tem “origem” no fato de ter sido confrontado com o “problema racial” durante a infância. Trata-se de uma situação em que levou uma surra do pai por ter se “aproximado de uma guria” que era filha de uma “mulata”. Foi tal acontecimento que começou a lhe despertar para “o problema racial no Brasil” e é ele que está também na “origem” do seu interesse pela luta “contra o fascismo” e o “autoritarismo”, de seu ingresso na “esquerda” e depois na “luta ecológica”. Outro exemplo desse tipo de explicação é a entrevista com uma das lideranças da ADFG (Dirigente nº 05). Para esta, o fato de nascer e ser criada numa “família rica” (o pai era “estancieiro” em Santana do Livramento) e, ao mesmo tempo, se “dando com a gente mais pobre” do que ela (empregados de seu pai, colegas da escola), despertou nela, ainda na infância, uma certa “consciência social”, uma certa “noção da pessoa e do cidadão” que é algo que esteve sempre presente em sua vida: “Desde pequena eu sabia que eu queria melhorar alguma coisa”.

São também vários os exemplos de relatos que se reportam ao contato intenso e à convivência regular com a política no meio familiar para explicar a “origem” do seu interesse na defesa ambiental. De maneira geral, trata-se de uma variedade de casos nos quais a indagação sobre como começou o seu engajamento é imediatamente referida à filiação político-partidário do grupo familiar e ao contato direto com parentes que tinham um

engajamento político. Uma primeira variante disso são os casos de convivência em um meio familiar onde são constantes os debates e conflitos relativos às opções políticas diferenciadas dos membros da família. Um exemplo disso se encontra na entrevista de uma militante do CEA (Dirigente nº 08). Segundo ela, “quando tinha três, quatro anos de idade”, via constantemente os conflitos entre seu avô que era da ARENA e o pai que “resolveu ser vereador do MDB”: “Eram aquelas brigas de família. Alguns já ficavam de cara. E eu me criei com essa coisa, de poder enxergar os dois lados. Pomba, esse monte de ARENA aqui, mas tem esse tal de MDB. Tem os canalhas. Quem são os canalhas? Por que são canalhas?”.

Uma outra variante são os relatos que apresentam uma certa continuidade entre as filiações político partidárias de seus pais e avôs e as suas. Um exemplo disso é uma das lideranças da AGAPAN (Dirigente nº 26) que indagado sobre como começou seu engajamento responde imediatamente: “Ah! Família toda comunista!”, passando então a relatar a influência disso sobre a sua “vida”. Mas é mais significativo ainda o caso de um militante do CEA (Entrevista nº 06) ao destacar que sua família sempre teve “uma tradição muito mais à esquerda”: primeiro com os “avós que eram mais da parte do Getúlio, mas depois com o PDT”, de modo que mesmo quando foi “caindo um pouco essa paixão”, ele sempre conviveu com “esse debate interno de ter uma participação”. Em alguns casos, essa impulsão inicial para “participar” está diretamente vinculada ao contato pessoal com determinados membros do grupo familiar, como é o caso de um dos dirigentes do NEJ (Dirigente nº 33). Seu interesse pela defesa do meio ambiente “começou” em função da convivência com o avô, por parte de mãe, que era um dos líderes do partido comunista: “ele era o cara que coordenava a segurança do Prestes” quando este ia para Uruguaiana. Foi através desse seu avô que ele aprendeu a pescar, a “escutar o bugio de tardezinha”, etc., e também que começou a “entrar na política”.

E foi com esse velho que eu comecei a ter o primeiro contato assim com esse lado mais...como é que eu vou dizer assim...mais...natural da vida, mais campeiro. E foi através dele que eu comecei a entrar na política

também. Quando eu tinha quatorze, quinze anos, o meu avô me ensinav... me dava aula de dialética...marxista. Claro que com conversas e tal. E naquela época ele vivenciava as mudanças no PC italiano, as grandes reformas no PC italiano. O meu avô teve uma formação satlinista como todas as lideranças do partido na época e fez a autocrítica e passou por tudo isso. Então eu muito cedo tive o contato através dele. Ele para mim é uma referência muito grande na área ambiental e política. Muito assim desse meu olhar ecológico e político, as origens disso estão lá nas conversas com o meu avô. Ele que começou a me despertar para algumas coisas e tal (Entrevista).

Por fim, cabe ainda salientar os casos em que mais do que a influência dos pais ou dos avôs, o interesse pela política surgiu da convivência com os irmãos, como bem exemplifica o relato da atual coordenadora do CEA (Entrevista nº 09). Ela salienta que mesmo que sua mãe sempre votasse na “esquerda” não gostava da idéia dela ou dos filhos “participar de partido político”. Quando suas irmãs mais velhas entraram na faculdade, “tinham professores petistas”, começaram a “fazer reuniões” e apresentar para ela o “que era o PT”. Assim, ela conclui: “Eu sempre me considerei petista. Aí, depois eu me filiei. Não faz muito. Faz alguns anos”.

Tanto nas explicações “naturalistas” quanto naquelas que se reportam a experiências “sociais e políticas”, há uma grande tendência dos dirigentes de demarcarem o início de seu interesse pela defesa ambiental durante a socialização primária. Para eles, o seu “gosto pela natureza” é muito anterior a qualquer tipo de interesse, seja ele “pessoal”, “profissional” ou “político”. Pelo contrário, são certos “valores” e “experiências” que estão inscritos em sua “vida” desde muito tempo que os impeliram para o ambientalismo e que, ao mesmo tempo, orientaram suas escolhas “profissionais” e “políticas”. Foi o contato direto com a “natureza” e com a “política” que imprimiu em suas “vidas” o sentimento da necessidade de defender as causas ambientais. Isso confere com as abordagens que, por um lado, criticam as explicações que caracterizam os participantes do ambientalismo unicamente pelos seus traços classistas, profissionais, ocupacionais e escolares e, por outro, demonstram a pertinência de vincular tais aspectos à interseção das disposições geradas durante a socialização

familiar com as “experiências de vida pessoal” dos militantes e a influência que isso tem sobre suas escolhas escolares, ocupacionais e profissionais (SEARLE-CHATTERJEE, 1999).

Todavia, antes de nos determos nos tipos de “experiências de vida pessoal” que os conduzem ao ambientalismo (Capítulo IV), é preciso considerar com maior atenção às razões de uma certa insistência dos entrevistados em relatar o começo do seu engajamento com base nesses tipos de “experiências vivenciadas” durante a infância. Ela resulta, em parte, do fato de se tratar de um universo que se caracteriza, entre outras coisas, pela inexistência de fronteiras ideológicas e institucionais e pelo grau elevado de fragmentação e de dispersão das intervenções associativas (Capítulo I e II). Disso resulta uma situação em que a defesa do meio ambiente se encontra imbricada com os mais variados tipos de organizações sociais, podendo ser associada a uma grande diversidade de objetivos e de reivindicações. Com base no que salienta Gaxie (1977, p. 151-153) a respeito da importância dos objetivos ideológicos e doutrinários para a ocultação dos tipos de retribuições vinculadas ao funcionamento do militantismo partidário, pode-se dizer que, nesse caso, tais justificativas parecem funcionar também como uma espécie de mecanismo de ocultação da grande diversidade de interesses vinculados ao sentimento de defender o meio ambiente, bem como de retribuições proporcionadas pela sua participação em organizações ambientalistas. Desse modo, os militantes podem viver “sua adesão e sua ação como um engajamento político desinteressado”.

Em segundo lugar, a busca de um “sentido” para o engajamento na infância ou em experiências muito anteriores ao momento de ingresso no ambientalismo, nos coloca diante da importância dos “recursos biográficos” na legitimação da posição de ambientalista e não se limita à situação de entrevista. A utilização da própria “vida” como demonstração da capacidade de intervir na defesa do meio ambiente, através de referências a “experiências vividas” durante a infância é algo que está sempre presente nas reuniões das associações ambientalistas e, em menor medida, em congressos, seminários e debates. Nessas diferentes situações os participantes constantemente relatam

experiências e acontecimentos vinculados à sua infância que comprovam suas preocupações e sua participação nas mobilizações ambientalistas. Exemplos disso foram as diversas conversas com participantes do XXIII e XXIV Encontro Estadual de Entidades Ecológicas quando estes sempre respondiam imediatamente e com uma certa “naturalidade” que desde pequenos eles gostavam de animais, plantas, paisagens campestres, etc., e, por isso, estavam ali.

Ter uma “biografia” coerente com o engajamento não é algo que está em jogo apenas na defesa de causas ambientais. Como se sabe, o desenvolvimento de “empresas biográficas” diversificadas remonta a “processos históricos de subjetivação de longa duração” (ELIAS, 1994; MAUSS, 2003), sendo muito mais do que uma “moda” atual exclusiva das ciências sociais (PUDAL, 1994). Hoje em dia, os terrenos de “exercício biográfico” e os locais de fabricação e de difusão de “informações biográficas” são bastante numerosos e diferentes atividades sociais estão fundadas na produção e sistematização de “esquemas de interpretação biográficos” que são continuamente apropriados de maneira variada pelos atores sociais: romances biográficos, emissões de notícias biográficas e de entrevistas na imprensa e na televisão, publicação de biografias e autobiografias de famílias e de grandes personalidades, *Curriculum vitae*, entrevistas de seleção de pessoal, etc. (BOURDIEU, 1986; COLLOVALD, 1988). Essas diferentes formas de “institucionalização do eu” implicam a elaboração de “relatos autobiográficos psicologizantes, sociologizantes ou historicizantes” (PUDAL, 1994, p. 17). Elas têm efeitos diretos e indiretos também sobre as dinâmicas de demarcação e de distribuição de posições dentro das mais diferentes ordens interacionais, uma vez que o funcionamento destas dependem tanto do registro de “índices” e atributos vinculados à aparência física ou corporal (aparências, gestos, maneiras, linguagem, etc.), quanto do recolhimento ritual de “informações biográficas” obtidas durante a conversação (origem familiar e geográfica, itinerário escolar e profissional, motivos e razões de ser de certas escolhas, etc.) (PENEFF, 1994, p. 25).

Por isso, colocar os entrevistados na posição de “porta-voz” do seu

“passado” e de sua “história” implica acionar “dispositivos psicologizantes” que estão espalhados pela sociedade como um todo. Enquanto uma das fontes principais na gestão de suas mais variadas interações, as formas de utilização de “informações biográficas” que estão presentes nas situações de entrevista não são alheias ao que Goffman (1991) designa como “autopromoção de si” que, no caso dos ambientalistas, ocorre mediante a inserção em organizações ambientalistas, a participação em reuniões, encontros, seminários, conselhos e confraternizações, de modo a preencher uma série de situações cotidianas de “cerimonial e de signos rituais” para impor uma imagem de si mesmo e nas quais eles se vêem incumbidos de representar uma “história” ou uma “vida” dedicada à defesa de causas ambientais. Nesse sentido,

o trabalho de encenação da identidade que se desenrola no curso da entrevista não deve ser considerado como um artifício que revela somente a contingência da situação, mas ao contrário ele permite apreender as categorias fundamentais pelas quais o entrevistado pensa suas práticas e sua posição no mundo social e constrói sua identidade pública (AGRIKOLIANSKY, 2002, p. 32).

Enquanto um dos recursos constitutivos do trabalho de apresentação de si, a utilização de “dados biográficos” tem uma “função prática” para os atores sociais que não pode ser negligenciada: ela implica um conjunto de “esquemas de interpretação e de identificação”, um “stock de modelos de ação e de imagens de si” (DAMMAME, 1994). Deste modo, a investigação das modalidades de utilização de “relatos biográficos” é também uma via para a apreensão das “elaborações identitárias dos atores”, pois nos coloca diante do trabalho de auto-análise, de definição e de estilização dos atores, ao mesmo tempo, que nos remete para os “modelos culturais” que estão subjacentes às identificações que os indivíduos se projetam e às identidades que eles se dotam:

Levar em conta as representações de si é, na medida em que a identidade não constitui uma formação estável, mas mais que tudo uma soma de ‘realidades’, adição de momentos na trajetória do indivíduo e de figuras relevantes de alguns universos sociais, deter-se no trabalho de rearranjo ao qual o indivíduo se submete para integrar essas diferentes facetas em

um conjunto apresentável, suficientemente acreditável aos olhos dos outros assim como a seus próprios olhos (DAMMAME, 1994, p. 186-187).

As maneiras através das quais os entrevistados empregam seu equipamento expressivo durante o processo de entrevista, constitui um dos aspectos principais da definição da “fachada” individual e coletiva do engajamento. Nesse sentido, os relatos biográficos apresentados implicam a mobilização de determinados modelos de conduta que demarcam os contornos de sua identidade de militante: é toda uma “fachada” de sua própria “história” e “de sua vida”, de suas características familiares, pessoais e psicológicas que são utilizados para respaldar os tipos de militantes que eles encarnam. Através delas é possível apreender como os dirigentes “imaginam seu lugar no mundo social e no espaço público” e em que medida o engajamento “constitui o vetor de uma tal representação” (AGRIKOLIANSKY, 2002, p. 35).

Desse modo, muito mais do que simples “informações biográficas” tais formas de apresentação do “começo” do seu engajamento constituem uma primeira manifestação dos tipos de concepções de política que estão em jogo nesse tipo de militância. A insistência em demonstrar que se vive na “prática” a defesa ambiental e que se têm “experiências” que respaldam suas intervenções implica um entendimento de que o engajamento constitui uma espécie de vocação e de devotamento a uma causa. E tem como fundamento principal uma concepção de política como uma “missão”, de modo que a representação biográfica de seu engajamento constitui uma forma de manifestação do seu intenso “comprometimento com a realidade”. Acontece que essa constante valorização da “experiência vivenciada” e da “prática” constitui também uma das formas de descartar a probabilidade de que o engajamento esteja vinculado a alguma espécie de interesse ou vantagem material. Nesse sentido, vale salientar que o relato da emergência durante a infância desse “interesse” pela defesa ambiental quase sempre vem acompanhado ou está misturado à orientação de suas escolhas em matéria de formação universitária e do seu futuro profissional. Tal concepção se faz presente de forma bastante intensa também nos seus relatos da formação

escolar e universitária, evidenciando que ela está igualmente na base de suas formas de entendimento do papel e do lugar da escolarização na sociedade. Deste modo, os relatos dos dirigentes sobre o desenvolvimento de sua formação escolar e profissional permitem compreender como tal concepção de sociedade e de política constitui o principal fundamento das modalidades de articulação da profissão com o engajamento ambientalista, dando origem a formulações muito particulares a respeito dos objetivos da intervenção militante em matéria de defesa ambiental.

B) O AMBIENTALISTA COMO UM PROFISSIONAL E MILITANTE

As discussões sobre o papel e o lugar do “conhecimento científico”, a utilidade dos trabalhos e da “produção acadêmica”, a relação entre “conhecimento” e “prática”, etc., são temas bastante freqüentes no universo de pesquisa considerado. Tais assuntos aparecem em mesas redondas, oficinas, seminários, mas também nas reuniões de “entidades” e mesmo em conversas rotineiras entre militantes, em brincadeiras, confraternizações, durante as entrevistas, etc. Para estes, o trabalho de pesquisa e, principalmente, a realização de entrevistas é algo muito comum, pois muitos estão empenhados em atividade semelhante ou já passaram por experiências como essas enquanto bolsistas de iniciação científica durante sua formação universitária, enquanto professores universitários ou no próprio exercício de suas atividades profissionais: nestas situações eles não estavam na condição de “objetos” de pesquisa e sim na de “sujeitos”, como “pesquisadores” e “entrevistadores”. Por isso, o acesso ao material, a permissão para participar de reuniões e eventos os mais diversos, bem como a disponibilidade em “dar uma entrevista”, transcorrem em meio a “brincadeiras” e “cobranças” sobre a relevância da pesquisa para o movimento e a importância de haver um “retorno” do trabalho “para a sociedade”, em contraposição à postura, que para eles é geralmente comum na “academia”, do “pesquisador neutro”, “irresponsável” e

“descomprometido” com a “realidade” e com o movimento e que os trata simplesmente como “cobaias para testar suas teorias”.

Ao contrário das situações em que a competência e a autoridade para falar em nome de uma causa supõem uma “tomada de distância do sujeito em relação ao objeto” (MEMMI, 1992), para os dirigentes ambientalistas é tal distanciamento que é visto com desconfiança e é até mesmo objeto de reprovação. Eles criticam a todo o momento o profissional e o “pesquisador neutro” e exigem o comprometimento e a responsabilidade da universidade e do “conhecimento científico” “perante a sociedade”. Várias são as situações durante a pesquisa em que tais cobranças vêm à tona: nas entrevistas, nas reuniões e até mesmo em conversas mais informais, os dirigentes constantemente demandam que o pesquisador esteja comprometido com a causa ambiental e manifestam uma certa descrença em relação à representação de “observador” do pesquisador. Um exemplo disso são as reuniões em que os coordenadores indagam ao pesquisador sua opinião sobre determinados assuntos que estão sendo tratados na mesma ou ainda quando perguntam publicamente se o mesmo não planeja engajar-se em nenhuma “entidade” após o término da pesquisa. Nesse mesmo sentido, podem-se destacar certas conversas informais com os dirigentes em momentos anteriores ou após reuniões e confraternizações. Uns exemplos bem significativos disso foram alguns diálogos estabelecidos com uma das dirigentes da ADFG-AT (Dirigente nº 15). Numa reunião da APEDEMA realizada no dia 19 de julho de 2002, marcada num bar no horário de almoço ela cobrou do pesquisador uma “militância” no sentido dele “ter um certo compromisso com o movimento e de dar contribuições específicas quando for solicitado”, citando como exemplo um professor do curso de geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que estabelece esse tipo de relação com a sua “entidade”. Alguns meses depois durante uma outra reunião com os representantes do MEG no Conselho Estadual do Meio Ambiente, no dia 13 de setembro de 2002, ela se dirige ao pesquisador para lhe contar que após sua entrevista ela se deu conta de que sabe muito pouco sobre a família de seu pai e que, como conviveu muito com sua avó materna, era da família da

mãe que ela sabia mais. Por isso quando foi a Florianópolis resolveu informar-se mais sobre a família de seu pai, através de conversas com ele, bem como de vídeos e slides que ele tinha. Concluiu dizendo que estava ansiosa para contar o ocorrido porque isso demonstra o quanto que o tipo de entrevistas realizado pelo pesquisador “influencia” praticamente a própria “vida” das pessoas, no sentido de que as faz pensar sobre ela. Após isso, indagou novamente ao pesquisador sobre o seu engajamento. Por fim, tal cobrança aparece também durante as próprias situações de entrevistas. Um exemplo disso é a entrevista com o dirigente da UPAN (Dirigente nº 19) durante a qual ele indaga ao entrevistador: “Não sei o que tu achas do nosso estatuto?” E logo em seguida completa em tom de brincadeira: “Opa! Tu é impessoal! Tu só ouve”.

Do mesmo modo que as explicações “naturalistas” e “políticas” da “origem” do seu interesse pela “ecologia”, essa exigência de um conhecimento comprometido com a causa ambiental também está vinculada à visão de que para tais dirigentes a “experiência vivida” e a “prática” são os elementos fundamentais do engajamento e da intervenção militante. É com base nisso que avaliam a utilidade da formação escolar e universitária e que apresentam a “escola” como algo que pouco contribuiu para sua formação profissional. Em contraponto às limitações encontradas na “escola formal” manifestam a todo o momento a grande importância que adquiriu em seus itinerários escolares e profissionais um conjunto diversificado de “vivências”, de formas de “sociabilidade”, de engajamentos e militâncias. Em decorrência disso, consideram que grande parte dos conhecimentos que utilizam no exercício de sua “profissão” e a “conciliação” da formação escolar, muitas vezes interrompida, com a atuação profissional foi construída com base no militância. De diferentes formas, eles expressam que foi “fora da escola” e da “universidade” que se estabeleceram os significados e os tipos de utilização de sua formação profissional.

Uma primeira modalidade de relato da “vida escolar” é constituída pelos casos que destacam a ruptura da escolarização, seja por “não gostar de estudar”, seja por sua falta de utilidade “prática”. Nestes casos, a escola é vista

de forma “negativa” ou apenas pela sua “formalidade”, não apresentando “contribuições” muito significativas para a militância e sendo até mesmo desnecessária, uma vez que os conhecimentos adquiridos e utilizados na militância são associados exclusivamente à “vivência” e às mais diversas “experiências”. Um exemplo disso é o caso da atual coordenadora executiva da ADFG (Dirigente nº 02). Para ela a “escola formal é uma coisa muito complicada” e chega mesmo a afirmar: “eu não gosto do ensino formal”, “de estudar”, “eu odeio estudar”. Sua mãe dizia que “as filhas dela sempre foram muito inteligentes porque passavam sem estudar. Ela via minhas primas estudando, se matando de estudar. E das três filhas eu era a que estudava menos e tirava as melhores notas”. Durante o segundo grau, quando estudava no colégio Júlio de Castilho ou também conhecido como “Julinho” começou a “matar aula” e deixou de “prestar atenção nas aulas” que era a forma como estudava. Em função disso foi transferida para um “colégio de freira” para cursar o magistério, pois sua mãe achava que o colégio estava lhe “dando más influências”. Mas tal transferência não deu o resultado que os pais esperavam, pois como ela mesmo afirma “é claro que a gente se enturma com quem tem a ver com a gente” e então “saía do colégio, matava aula, saía fugida das freiras e ia pra cima do morro da TV conversar e... tomar vinho e olhar a paisagem dali. Coisa de adolescente!”. Em decorrência disso, acabou abandonando o segundo grau e concluindo-o através do supletivo. Depois disso ficou um “tempão sem estudar”. Todavia, quando já estava militando no ADFG iniciou engenharia ambiental na ULBRA, chegando a cursar três semestres, parando “porque não tinha dinheiro”. O abandono de tal curso resultou também do fato de ser “um curso difícil” e dos compromissos assumidos pela militância. Depois iniciou também o curso de geografia na UFGRS, fazendo “só três semestres”, pois “faltava muita aula”, “viajava”, “não entregava trabalho”, tem “problema de depressão sério e às vezes dava crise”. Mas salienta que “gostava de ir às aulas”, pois o curso “tem bons professores” e “a gente conseguia ter às vezes uns debates”. Essa forma de recusa da “escola formal” se traduz numa valorização da aprendizagem e do conhecimento a partir dos mais diferentes tipos de “vivências”: “Muito do conhecimento que eu tenho é de conversas,

muito do que os outros estão falando eu vou ouvindo, assim, eu leio muita revista, muito conhecimento geral e livros”.

Outro exemplo para o qual a escolaridade “não faz falta” à sua intervenção militante é do atual presidente da COOLMEIA (Dirigente nº 36). Segundo ele, “A maior escola, a maior formação acadêmica é a que Deus te dá. É a condição da vida, daquilo que tu aprende, que tu vai à luta, que tu determina, que tu quer, que tu vai atrás, que tu busca e tu faz. A melhor coisa que tem é tu fazer acontecer”. Como ilustração disso cita um debate em que participou no qual “desqualificou” a intervenção de um biólogo chefe de departamento da PUC e de um advogado na questão dos transgênicos devido à “quantidade de informações e de conhecimentos” que ele tem sobre assunto. Deste modo, afirma também que não sente falta ou preconceito por não ter formação universitária, pois consegue sentar com qualquer área e pessoa e discutir qualquer coisa, dando como exemplo o caso dos produtores da COOLMEIA que são pessoas formadas (engenheiros formados, etc.) e com os quais ele discute constantemente. Por fim, cabe destacar ainda o relato de um ex-presidente da COOLMEIA (Dirigente nº 44) que mesmo tendo formação universitária completa ao nível de graduação não vê utilidade em continuar investindo nesse tipo de formação, por acreditar que a “prática” é muito mais importante. Deste modo, indagado durante a entrevista sobre qual o seu nível de estudo ele responde:

Não fiz nada disso. Fechei minha vida acadêmica porque queria ir para a prática, fazer as coisas. Eu dizia assim: “O socialismo nem eu nem ninguém sabe o que é, mas a gente tem os princípios e tem que botar na prática”. Foi por isso que eu entrei na COOLMEIA. Nós temos que saber como é que é isso. E não vai acontecer por um decreto. Vai ser pela prática e pelo convencimento de que isso é melhor (Entrevista).

A segunda modalidade de relato salienta a “independência” e o “autodidatismo” em relação à formação escolar e universitária, de modo que a “escola” é apresentada como algo que tem pouco a lhes oferecer: “Não aprendi nada na escola e na universidade”, “A escola pouco me deu”, “Aprendi sozinho, não tive mestres”, “Eu descobri quase tudo por mim mesmo”, são as frases que

mais caracterizam a relação estabelecida com a escolarização nesse tipo de relato. Um exemplo que ilustra muito bem isso é o caso de um ex-presidente da AGAPAN na gestão de 1983 a 1986 (Dirigente nº 11). Formado em química e aposentado como professor da UFRGS, salienta a todo o momento que, desde sua infância, o conhecimento que adquiriu foi “fora da escola”. Estudou no IPA até o primeiro colegial, mas não aprendeu nada lá. Foi com os livros do Monteiro Lobato que aprendeu a escrever “porque gostava de ler”. Durante o “segundo ginásial” foi para o “julhinho” mas onde só aprendeu algo no curso preparatório para o vestibular (“o pré”), mesmo reconhecendo que este colégio tinha um “ensino excelente”. Todavia, o conhecimento adquirido nesse período está fundado muito mais em “conversas” com colegas de curso do que na “escola formal”. Assim, salienta que juntamente com dois amigos que hoje são “dois grandes cientistas” eram os “três loucos do pré”, porque viviam “comendo, bebendo, respirando ciência e falando de ciência”. Quando sentavam num café não falavam “de mulher nem de futebol”, mas “somente de ciência”. Foi também durante o ginásial que encontrou uma “universidade privada” da família do Henrique Scliar, que tinha um filho que era seu “companheiro de ginásio”, onde ele teve sua formação cultural: “foi a minha universidade de arte”. O mesmo ocorreu durante o curso de química onde também acha que não aprendeu muito. Foi como químico perito no Instituto de Polícia que ele reconhece ter aprendido muita coisa, mas “tudo como autodidata”. Assim conclui: “Aprendi sozinho, não tive mestres. A minha sina foi sempre essa: autodidata na polícia, autodidata na UFRGS. Está bom! Não me queixo”. Nesta mesma direção se encontra o relato de outro ex-presidente da AGAPAN na gestão de 1987 a 1993 (Dirigente nº 22). Todavia, nesse caso era o próprio “sistema escolar” que “simplesmente não tinha muitas condições de absorver” um “cara” como ele que sempre foi “um grande leitor”. Para exemplificar isso, cita o fato de que aos dezesseis anos, quando estava sendo reprovado na escola, já “estava lendo Spinoza” como o demonstra uma carta que escreveu para o seu pai. Assim conclui:

Olha! Eu acho que a escola pouco me deu. Em termos dos conhecimentos

assim que eu considero mais importantes para minha vida, eu acho que a minha formação escolar me deu muito pouco. Eu descobri quase tudo por mim mesmo, por minha iniciativa própria e procurando as pessoas que também poderiam ter um conhecimento que me interessava (Entrevista).

Para ele sua “escola de visão ecológica” foi a AGAPAN, pois foi lá que entrou em “contato com várias disciplinas” e pode perceber que “a diversidade de interesses muito grande” que sempre teve e que a escola não conseguiu absorver, “fazia parte de uma visão ecológica mesmo”. Para isso, a formação em filosofia “favoreceu muito, porque ela dá essa flexibilidade que permite ter um trânsito por praticamente todas as disciplinas”.

Uma outra maneira de manifestar essa “independência” e “autodidatismo” em relação à escola é por uma postura contrária à “especialização” e voltada para a “construção de um conhecimento de generalista”, como pode ser visto no relato de outro ex-presidente da AGAPAN na gestão de 1993 a 2000 (Dirigente nº 03). O primeiro vestibular que fez foi para engenharia, depois para direito, arquitetura e biologia, cursando esses três últimos ao mesmo tempo. Além disso, afirma que estudou história, geografia, agronomia, meteorologia. Assim, durante sua formação universitária em biologia e arquitetura, que foram os cursos que concluiu, ele “fazia o que queria”. Como ele mesmo relata: “Eu chegava a fazer seis cadeiras de curso dois num semestre. [...] Aí fui fazendo o que eu queria mesmo na universidade. E estudei tudo que me deu na telha”. Mesmo assim, foi “fora da universidade” através de livros e leituras que ele mesmo descobriu, entrou em contato e aprofundou os temas que mais lhe interessavam e seduziam, que era “a cibernética e a ecologia”.

Numa terceira modalidade de representação do itinerário escolar, os entrevistados destacam que foi através do engajamento em “movimentos sociais” que eles conseguiram “entender a universidade” e o curso escolhido, assim como adquiriram os conhecimentos que utilizam no exercício de sua profissão. Isso se reflete pela utilização freqüente de categorias que se referem à “política-partidária” e à oposição “esquerda/direita” para relatar situações vivenciadas na escola. A escola e a universidade representam para estes

militantes um espaço de “concorrência entre classes”, de reprodução de “desigualdades” e de “exclusão social”. Dessa forma, a militância estudantil e partidária, desenvolvidas durante a formação universitária, geralmente anterior à entrada em associações ambientalistas, foram momentos muito marcantes para o transcorrer de suas “vidas”, posto que foi através desse tipo de militantismo que eles conseguiram “enxergar” a universidade e “se encontrar” em termos de realização pessoal e profissional.

Um caso que ilustra muito bem isso é o da militante do CEA (Dirigente nº 08) que apresenta um itinerário escolar totalmente “marcado” pelo contato com situações como essa. Suas “lembranças do jardim de infância” salientam a falta de respeito da professora em relação ao que ela sabia e à essa “coisa do enxergar o outro e tentar ver o outro como ele é”. A formação ginásial foi um momento em que “ficou pulsante” para ela a importância da “construção da solidariedade”, devido à falta disso e à intensa “concorrência” que encontrou posto que era um “colégio que tinha muita gente de classe alta” e por não ter nunca aceitado tal situação. Isso inclusive foi um dos motivos que a levou a abandonar tal colégio e ir, a contragosto, fazer magistério em uma escola que também “detestava” pois era “colégio de freira”: “Eu fui me encontrar mesmo na faculdade que daí eu fui fazer História... adorei, adorei e comecei...”. Esse “encontro” ocorreu num primeiro momento, através de uma intensa “participação da questão do movimento social” (no caso, o MST) em conjugação com a militância estudantil e com o “começo da luta partidária mesmo” no PT e, depois, pelo engajamento na “questão ambiental” quando estava concluindo a faculdade. Um dos casos que melhor exemplifica essa espécie de subordinação da formação escolar e universitária à militância estudantil e partidária é o da atual coordenadora do CEA (Dirigente nº 09). Para ela, ao chegar no curso de educação física percebe que a universidade “é a mesma coisa que é na escola” e foi somente através da militância estudantil que ela conseguiu “acompanhar a faculdade” e “entender o que se passava ali”.

É reprodução da escola. Tem os atletas que são os melhores alunos. [...]

Aí, tem os ruins, que não sabem fazer nada, eu me incluía na classe dos ruins, que fica ali, os excluídos da educação física. Uma coisa ridícula. A mesma coisa que é na escola. Eu fiquei apavorada. [...] Aí, eu lembro direitinho, no primeiro dia, as nossas apresentações. Quem é tu porque está aqui. “Eu sou tal pessoa que vim da equipe de vôlei da escola técnica”. “Eu sou tal pessoa que venho da equipe de handball do Pelotense”. Daí, eram os tchans. Daí, tudo. “Eu venho lá de Santa Vitória porque sempre gostei de educação física”. Então, ali tu já se sente menosprezado? E tu fica excluído toda a faculdade. Daí, no segundo ano, mais pro final, duas colegas minhas entraram no movimento estudantil [...] Daí, foi super legal porque eu consegui enxergar a faculdade... Bah, pra mim, foi tudo o centro acadêmico. Foi o que salvou a minha faculdade, senão teria sido um horror. Porque daí, eu consegui sabe acompanhar a faculdade bem diferente. A minha atuação foi bem diferente... Consegui entender o que se passava ali. Foi através do movimento (Entrevista).

Em alguns casos, para esses “militantes de esquerda”, a formação escolar e universitária é reconhecida apenas pelo seu caráter estritamente “formal”, mas sem muita utilidade para o “ativismo”. Esse é o caso de um dos dirigentes da APN-VG (Dirigente nº 40). Segundo ele, quando entrou na faculdade trabalhava durante o dia e estudava à noite e logo que começou a trabalhar como bolsista acabou tendo que parar sua participação no movimento social, constituindo-se esse momento como um “período inerte” de sua vida: “Ai o que aconteceu? Eu passei a maior parte do tempo na UNISINOS com a bolsa, [...] Bom! Foi o meu período inerte da vida. O negócio era só estudar. [W: Nem partido?] Nada! Zero! Nem um movimento social. [...] Um baita dum alienado, um cara totalmente fora das questões”. Todavia, considera que isso era necessário, pois sabia que no movimento social por mais bem “intencionado” que fosse sua intervenção não teria o respaldo que tem se não tivesse uma “qualificação”. Isso porque a formação universitária se encontra distante, isolada da “vida real”, de modo que foi somente pela “potencialização” da formação que recebeu com o “movimento ecológico” que possibilitou uma “formação mais completa”.

No Brasil hoje as universidades, a formação universitária acabou se distanciando muito da vida real. Entrou-se num caminho que... muitas coisas que se vê dentro da universidade não corresponde com a estrutura da sociedade [...] Se perguntar o que eu aprendi, qual foi a contribuição do meu curso de geologia pra questão ambiental eu vou dizer que foi quase

nada. Não foi lá que eu me formei ambientalista. Lá eu tive o conhecimento técnico e deu pra bola. Eu nunca tive dos meus mestres uma referência de concepção de meio ambiente. [...] Acho que também a grande dificuldade da formação universitária é esse distanciamento da vida real. [...] Não forma a pessoa completa. E principalmente pelo conhecimento de caixinha: o cara estuda isso, o cara estuda aquilo, é especialista. Não! Perdeu-se a forma sistêmica de trabalhar quando começou a dividir em caixinha, biologia, geologia, política...como se nada tivesse a ver com nada (Entrevista).

Numa quarta modalidade de representação da formação escolar, os entrevistados salientam a importância da busca de conciliação entre os “elementos técnicos e científicos” adquiridos na “universidade” e a militância no ambientalismo. Nesta forma de relato, eles se referem aos colégios onde estudaram como “bons colégios” que ofereciam uma “boa formação”. Todavia, como nos demais casos, também foi “fora da escola”, em uma série de “vivências” e mais precisamente no exercício da militância ambientalista que estão fundados os “conhecimentos” adquiridos e o sentido da utilidade ou aplicabilidade de sua “formação técnica”. Nestes casos a “escolarização” e, principalmente, a formação universitária e “técnica” são definidas pelo seu valor “instrumental” para a intervenção na busca de soluções para os problemas ambientais. Deste modo, destacam a necessidade de haver uma maior articulação entre a formação universitária e o exercício da militância na defesa ambiental.

Uma versão de relato do itinerário escolar que se caracteriza por renovadas tentativas de conciliação entre a formação técnica e o engajamento profissional na defesa do meio ambiente, é o caso da coordenadora técnica da ADFG-AT (Dirigente nº 15). Natural de Porto Alegre estudou sempre no colégio Anchieta da “primeira série até a última”, afirmando que nunca teve “problema com colégio”, que “sempre adorou colégio”. Todavia, uma das experiências que destaca desse período e que, para ela, fez a “maior diferença” na sua vida foi entrar para dançar num grupo de folclore do colégio, desde a quarta série até o primeiro ano do segundo grau. Isso porque, todo final de semana viajava pelo interior e para todo o Brasil, ficando “nos mais variados lugares e classes”: “Isso me trouxe assim uma coisa de gostar de conhecer os lugares, de

conhecer as pessoas, de conviver”, o que é algo que é muito mais utilizado em sua militância na ADFG-AT ao nível nacional e internacional do que os conhecimentos adquiridos em sua formação universitária. Critica o fato de que muitos cursos universitários, como é o caso da geologia, estejam “centrados na realidade acadêmica, na produção de pesquisa básica”, não existindo quase nada em termos de “pesquisa aplicada ao meio ambiente”, de “propor soluções para o meio ambiente”. Mesmo o seu mestrado que foi “direcionado para a área de meio ambiente” ou mais precisamente sobre “metais pesados, análise de risco e os efeitos disso na saúde das pessoas” e para a busca de soluções, “acabou sendo uma coisa muito acadêmica”, enquanto que ela achava que isso ia “servir para que as pessoas se convencessem de que realmente não está com nada investir no carvão”. Por isso, conclui que a “formação intelectual” que o mestrado proporciona é um “crescimento profissional”, pois ensina a “pesquisar, a escrever muito bem, a entender as coisas mais rápidas [...] Mas é um trabalho que vai ficar engavetado” numa biblioteca. No final do mestrado trabalhou na FEPAM como estagiária na área do carvão, durante dois anos, que tinha a ver com o seu mestrado. Depois foi para Alemanha fazer um curso, durante quatro meses, que envolvia qualidade de água e gênero, “um curso que era acadêmico, mas que juntava muitos conceitos de arte e muitos conceitos de movimento social e de participação”. Tal curso foi sugerido por uma professora da UFRGS que trabalhava também com o professor da Universidade Federal Fluminense que foi o seu orientador de mestrado. Depois foi para Praga e lá fez contatos com a Federação Amigos da Terra Internacional. Quando retornou ao Brasil se vinculou a ADFG-AT dentro do seu “tema específico que era o tema de energia” e logo depois como funcionária remunerada. Desta forma, ela conclui: “o que abre os olhos é o relacionamento das pessoas e isso o movimento social dá”. O que abriu seus olhos foi a militância, pois a “capacidade intelectual para aprender” que a universidade proporciona é uma coisa que utiliza “muito pouco”: “eu não uso assim os meus conhecimentos técnicos, não é o que eu utilizo mais [...] O que faz me sentir tocada são as pessoas dos movimentos populares, são as pessoas que têm conhecimento de vivência”.

Semelhante forma de valorização da formação se encontra também no relato de um ex-presidente da ANAMA (Dirigente nº 34). Para ele foi através da militância na ANAMA que permitiu uma grande “experiência de contato com o meio rural, com os agricultores que é uma coisa que falta dentro do curso” de biologia. Assim, tal experiência lhe permitiu “exercitar o viés mais etno-biológico, de contato com as pessoas, para realmente constatar fora de livros, de teorias” as “deficiências do curso, da formação acadêmica, o distanciamento da legislação, a questão dos licenciamentos ambientais, do conhecimento tradicional”. Aspectos estes que passam em “brancas nuvens” durante a universidade. Nesse sentido, a militância “revelou as falhas que o curso tem”, pois não “abre janelas” que o biólogo poderia ocupar e deixa o estudante “alijado de estar atuando nessas áreas”.

Em outros casos, essa formação “técnica” está desde o início subordinada à militância em associações ambientalistas, sendo mesmo desvalorizada enquanto instrumental “técnico” quando não está associada à intervenção militante na defesa ambiental. Esse é o caso de uma das principais lideranças da UPAN (Dirigente nº 19). Formado em biologia pela UNISINOS, entrou em tal curso após já estar militando na entidade. Ao entrar na biologia começou a “receber subsídios e a identificar grandes carências na universidade” porque “apenas se estuda os problemas e não se propõe nada”. Deste modo, viu que poderia pegar elementos da universidade, “elementos científicos-técnicos” e “juntar com os elementos que recebia na UPAN” onde se procurava “unir um certo ideal com conhecimentos científicos”. Em decorrência da militância na UPAN e dos vínculos empregatícios com a entidade, levou oito anos para se formar. Segundo ele, “quando apertava a coisa na UPAN” deixava as disciplinas, baseado “no princípio de que a vida não podia ser retomada atrás, agora as disciplinas essas podem”. Em função disso, chegou a perder a bolsa da FAPERGS devido às “notas ruins”. Ao mesmo tempo, argumenta que isso decorreu de uma opção que foi a de “trabalhar por uma sociedade melhor e obter informações para isso”, ao invés de seguir o rumo dos colegas “que era ter dinheiro”. Assim conclui: “a minha formação do método científico e biológico” foi adquirida na universidade, mas “o meu

caráter, a minha formação pessoal, de como utilizar melhor esses instrumentos, esses métodos e aplicá-los lá fora, isso foi quase que total e exclusivamente” na UPAN e através do Programa de Unidades Móveis em Saúde Coletiva (PRUMA).

Por fim, cabe destacar ainda o relato da bióloga e presidente da FUNDAÇÃO GAIA (Dirigente nº 48). Segundo ela, qualquer que seja o tipo de formação universitária ou técnica sua utilidade deve estar associada a uma “concepção ecológica”, no sentido de entender a necessidade de “viver em consonância com a natureza”. Nesse sentido, acrescenta:

o que nós estamos fazendo hoje é uma revisão ética [...] é ver o mundo sob outras lentes, entender o mundo de outra forma. Sair daquela visão antropocêntrica para uma visão ecocêntrica, do ego para o eco. E isso é uma transformação de cunho muito mais ético e filosófico do que técnico. Tu precisas de soluções técnicas também, mas mais do que isso tu precisas de uma revisão ética (Entrevista).

Alguns estudos têm salientado que a racionalidade política subjacente aos discursos ambientalistas remete a uma espécie de “bio-política do ser vivo”, no sentido de ampliar o poder da “ciência”, da “técnica” e dos “experts” na gestão dos problemas e das escolhas políticas através da produção e do governo, não apenas do “indivíduo” e das “populações”, mas do próprio “ser vivo” (LASCOUMES, 1994). Como coloca Hannigan (1995, p. 103) a ciência é uma das principais atividades geradoras de exigências ambientais atualmente, de modo que é difícil encontrar um “problema ambiental que não tenha origem num corpo de investigação científica”: “As chuvas ácidas, a perda da biodiversidade, o aquecimento global, a destruição da camada de ozônio, a desertificação e envenenamento por dioxinas, são exemplos de problemas que começaram com um conjunto de observações científicas”. Do mesmo modo, ainda que com uma abordagem bem diferenciada, Seguin (1996) salienta que o discurso científico exerce uma função política considerável na circulação, povoamento e pré-definição dos conflitos e lutas políticas, de modo que freqüentemente encontramos-nos diante de situações nas quais é muito difícil isolar os conflitos e as lutas políticas que não estejam intimamente ligados à

ciência.

A sociedade contemporânea permite cada vez menos 'a grande partilha' entre, de um lado, uma ciência voltada para a natureza e, de outro lado, uma política voltada para os seres humanos. Esta confusão crescente está manifesta quando se considera que os bebês de proveta, o efeito estufa, as chuvas ácidas, as manipulações genéticas, a destruição da camada de ozônio, a energia nuclear, não são unicamente objetos políticos, mas são primeiramente objetos criados pela ciência. Assim, a floresta amazônica existia há quinhentos anos, mas a 'biodiversidade' é muito recente e provém do discurso científico (p. 188).

No entanto, quando nos voltamos para os discursos dos entrevistados percebemos que os significados que eles atribuem à sua participação na defesa de causas ambientais parecem nos colocar inicialmente diante de um outro tipo de "cultura política", no sentido de adesão a uma "mesma concepção de formação do social" (PÉCAUT, 1990, p. 17). De diferentes maneiras, eles salientam que a formação escolar e técnica é algo que só tem utilidade se estiver associada a uma "prática", à "experiência vivenciada" pela participação na "realidade" e, mais especificamente, aos "movimentos sociais". Sem o contato e a inserção na "realidade" e na "prática" os conhecimentos adquiridos através da formação escolar e universitária se reduzem a procedimentos técnicos e ao exercício de ocupações para "ganhar dinheiro".

Tais justificativas permitem uma primeira aproximação entre o conjunto de explicações sobre a "origem" do seu interesse pela defesa do meio ambiente e as diferentes modalidades de relatos de sua "vida escolar": em ambas as situações é o primado da "prática" e da "realidade" que se faz igualmente presente. Nesse sentido, pode-se dizer que mesmo que tais relatos se refiram a aspectos diferenciados da "vida" dos dirigentes é a mesma concepção de sociedade e de política que encontramos: a idéia de que a defesa do meio ambiente constitui antes de tudo a realização de uma "missão" à qual consiste em estar desde sempre "comprometido com a realidade". Com bem salientou um dos dirigentes (Dirigente nº 33) em entrevista sobre o "jornalismo ambiental", trata-se de um "compromisso com a vida", com a

“civilização”.

O ambiental está além do científico [...] Quando falo em compromisso com a vida quero dizer que o jornalismo ambiental se define quando está a serviço de um modelo de desenvolvimento humanista que respeite toda a forma de vida. Mas veja que não se trata de decidir quem tem mais ou menos direito à vida. Se uma criança, um macaco ou uma bromélia. A questão está na relação entre eles, entre homem e natureza. A percepção de que somos diferentes e mesmo assim estamos na natureza, e não fora dela³¹.

Mesmo que nesse caso se trate de uma “realidade” muito abrangente como “a natureza”, “a vida” ou “a civilização”, ainda assim estamos diante de um tipo muito particular de “compromisso”: a idéia muito comum às camadas escolarizadas e intelectualizadas no Brasil de que os “profissionais” têm que assumir seu “compromisso com a realidade”, seu papel de “cidadão” e de “ator político”, uma vez que não existe “realidade” que não seja “totalmente política”, que escape ao “plano político” (PÉCAUT, 1990). Isso difere do que em geral se tem observado a respeito da “ideologia ecológica” em outras situações nacionais. Na Alemanha, por exemplo, o discurso ambientalista se caracteriza pelo seu caráter “contestatório e moralizador”, devido ao fracasso das elites tradicionais e à ascensão de atores contestatórios, de classes médias e de um “protestantismo secularizado”, de modo que a “moralização” constitui o fundamento principal da compreensão dominante da natureza (EDER, 2000). Já no discurso francês sobre os problemas ambientais, o que predomina é uma “apreensão tecnocrática da realidade”, em função do peso das elites saídas das “grandes escolas” e resultando na compreensão da natureza como “um objeto de domínio tecnocrático” (Id., Ibid.; LASCOURMES, 1994). Na situação em pauta, pode-se dizer que ao buscarem em suas “histórias de vida” as “causas” que determinam seu “interesse” pela defesa ambiental e ao criticarem as deficiências e a falta de utilidade da escolarização, os dirigentes ambientalistas colocam em jogo a atualidade de uma concepção geral de sociedade e de política que fundamenta, ao mesmo tempo, sua “paixão pela

³¹ . FONTE: <http://www.agricoma.com.br/rev1entrevistarobertovillar.htm>.

natureza” e seu “gosto pela militância”. Permitindo melhor compreender em que medida tais representações biográficas estão interligadas a um dos aspectos que tem se mostrado central para esse tipo de militantismo que é a forte imbricação ou mistura do engajamento com a formação e o exercício profissional.

É com base numa concepção de política como uma “missão” e como um “comprometimento com a realidade” que os militantes ambientalistas, na situação em pauta, olham com suspeição e desconfiança quem demonstra uma certa distância em relação à “natureza”, seja durante a infância ou em seu processo de formação escolar e profissional. É ela também que fundamenta a idéia presente em diferentes universos profissionais de que o engajamento constitui uma forma de extrapolar os “limites de sua profissão”, possibilitando associar sua formação escolar e o exercício profissional à “cultura geral” e ao “humanismo” (CORADINI, 1998) e, assim, “elevar-se acima do simples exercício de sua profissão” (DEZALAY & GARTH, 2002). Nesse sentido, pode-se dizer que o engajamento no ambientalismo constitui uma forma de “ruptura” com o “simples” exercício profissional e de reativação de disposições que possibilitem “extrapolar os limites da profissão”. Todavia, mesmo termos como “ruptura”, “elevação”, “extrapolação”, etc., parecem insuficientes para a compreensão do que está em jogo nesse tipo de militantismo, pois eles ainda pressupõem um mínimo de separação ou de distinção entre profissão e militância, quando na situação considerada trata-se mais propriamente de “fusão” e de “indistinção”, uma vez que para os dirigentes, quando minimamente dissociada da “prática” a profissão já implicaria numa certa “limitação” e em sua “redução”. Nesse caso, parece-nos mais pertinente compreender o engajamento e a militância na defesa do meio ambiente como uma forma de extensão ou prolongamento de sua formação escolar e do exercício de suas atividades profissionais. É por isso que, mesmo quando os dirigentes apresentam sua participação sob o registro da “militância” esta significa uma determinada “área de atuação profissional” (Capítulo IV).

São dificuldades similares a essas que encontramos quando nos deparamos com abordagens que apresentam o engajamento ambientalista

como consistindo na utilização de “competências de expertise”, adquiridas através da formação e do exercício profissional, como instrumento de intervenção militante (OLLITRAULT, 2001, p. 126). A imbricação do engajamento com o exercício profissional na situação em pauta, não resulta de uma espécie de imposição de “competências de expertise” como os principais recursos militantes (Id., Ibid.), nem tampouco de um “diletantismo profissional” (SIMÉANT, 2001; SIMÉANT & DAUVIN, 2003), posto que os significados atribuídos ao engajamento e à profissão têm conotações bem diferenciadas. Trata-se de uma situação em que o “sentido” e o valor da profissão implicam sempre um “compromisso” com uma “realidade” que é “totalmente política”, de modo que a formação e o exercício profissional não existe separado da capacidade ou competência de “comprometimento” da formação escolar e técnica com “a realidade” e com a “prática”, ou no caso, com a “natureza” e com a “vida”. É por isso que o engajamento, mais do que significar “elevar-se acima da profissão”, constitui sempre uma forma de realização profissional, de não distanciamento da “realidade”.

Essa concepção do exercício profissional como indissociável do engajamento nos conduz a uma outra compreensão dos processos de politização vinculados à emergência e à difusão do discurso ambiental no Brasil. Conforme Lagroye (2003, p. 360-61), pode-se considerar a politização como uma “re-qualificação das atividades sociais às mais diversas” e que “resulta de um acordo prático entre agentes sociais inclinados, por múltiplas razões, a transgredir ou a colocar em causa a diferenciação dos espaços de atividade”. Nesse sentido, acrescenta que as “empresas de politização” consistem em “contestar na prática a pertinência e a legitimidade das separações instituídas e constantemente consolidadas” (Id., Ibid., p. 362-363). Cita como exemplos de politização, entre muitos outros, o caso dos “ecologistas” que rompem com uma postura “purista” de recusa da participação e do ingresso na política partidária e eleitoral, bem como o de diferentes profissionais (professores, juizes, animadores sociais e artistas) que, durante os anos setenta e oitenta, contestaram uma visão da política restrita à política partidária e profissional, passando a articular o exercício de suas atividades

profissionais a questões políticas mais amplas como a “democratização”, a “luta pela justiça e pela igualdade de direitos” e a “educação dos cidadãos”. É também nesse sentido que se pode interpretar uma das especificidades das mobilizações ambientalistas que emergiram em finais dos anos sessenta. Elas implicaram uma certa “extensão da política”, na medida em que trouxeram à tona reivindicações que rompiam com o conteúdo das mobilizações coletivas centradas na oposição “capital e trabalho” e no pertencimento à classe operária, passando a definir como problemas coletivos e políticos um conjunto de questões que eram tidas como “pontuais, individuais e privadas” (SPANOU, 1991).

Ocorre que, na situação em pauta, a entrada na defesa do meio ambiente não implica a ruptura com o exercício profissional dos dirigentes ambientalistas. Aquilo que eles entendem por profissão já está desde o início impregnado por uma “conotação política”, na medida em que se trata da realização de um “compromisso” com uma “realidade” que é sempre “política”. Nesse sentido, a politização se apresenta como um dos traços constitutivos da própria definição e prática profissional, na medida em que a articulação da formação escolar à atuação política implica sempre uma transgressão da “diferenciação dos espaços de atividade”. Desse modo, trata-se de uma concepção “militantista” da atividade profissional, na medida em que a profissão está sempre associada com a militância nas mais diferentes esferas sociais. É também com base nisso que se pode entender a participação na defesa ambiental como uma das vias de acesso para a atuação profissional e militante nas mais diferentes esferas sociais. É esse militantismo que constitui o fundamento principal da “paixão pela natureza” dos ambientalistas considerados.

Essa concepção de política como uma “missão” e como um “compromisso com a realidade” constitui um dos fundamentos principais da definição e do exercício “militantista” da profissão, possibilitando que o ajuste entre a formação escolar e o engajamento não se apresente como algo conflituoso para os próprios dirigentes. No entanto, não estamos diante de concepções de sociedade e de política e de perspectivas militantistas da

formação e do exercício profissional que sejam próprias dos atores que participam da defesa de causas ambientais, sendo observadas também desde muito tempo nos mais diferentes universos profissionais (PÉCAUT, 1990; DEZALAY & GARTH, 2002; CORADINI, 1998, 2001, 2002). Se tais concepções de política e de sociedade constituem um dos fundamentos principais do descompasso inicialmente observado entre os discursos dos dirigentes ambientalistas brasileiros e o acréscimo do poder da técnica na gestão dos problemas sociais e políticos que tem sido destacada como a característica principal do ambientalismo, é preciso considerar ainda quais as condições e os processos sociais que conduzem tais dirigentes à participação na defesa de causas ambientais e que tornam possíveis e até mesmo desejáveis a ocorrência desse ajuste entre escolarização e engajamento político. Para isso, devemos examinar os determinantes sociais relacionados à atuação nesse tipo de causa. Ou seja, quem são os atores sociais que participam do ambientalismo na situação em pauta e como são geradas as disposições que os conduzem à participação na defesa do meio ambiente? Como lembra Siméant (2003, p. 169) a respeito da ação humanitária, não se pode reduzir o “gosto militante” a um tipo particular de relação estabelecida com a política, devendo-se

compreender que os gostos que se atualizam nas atividades políticas não são sempre especificamente políticos, o que explica que eles podem, segundo a configuração dos espaços de investimento de si e o que oferecem esses últimos, encontrar espaços variados para se atualizar.

Por isso, é preciso buscar também em outros lugares os determinantes desse “gosto político”: na socialização familiar e escolar, assim como na participação anterior dos dirigentes em diversos tipos de organizações sociais. Em suma, é preciso investigar quais os tipos de socializações e de lógicas que resultam na formação desse “gosto militante” e dessa “paixão pela natureza”. Na situação em pauta pode-se observar que se a socialização secundária do tipo universitária passa a ter um papel destacado nesse tipo de militantismo é somente na medida em que ela está associada à inserção dos

dirigentes em redes de organizações e de “movimentos sociais”. É a inserção anterior em grupos organizados que se apresenta como uma espécie de condição geral de entrada e de acesso às posições de direção no ambientalismo, e não a formação ou a posse de títulos universitários. Tem-se que considerar, por um lado, que a titulação dos dirigentes no momento de entrada na defesa ambiental é muito inferior à obtida no transcurso da militância ambientalista e, por outro, que o que conta, muito mais do que o título em si, é o seu uso em combinação com o engajamento em diversas redes de organizações e de “movimentos”. Assim, pode-se observar que para a maioria dos entrevistados o processo de escolarização sempre esteve associado com algum tipo de militantismo em organizações políticas e partidárias desde uma idade relativamente precoce, muito antes de entrarem na universidade.

3.2 – ESCOLARIZAÇÃO, MILITANTISMO E O GOSTO PELA DEFESA AMBIENTAL

Alguns trabalhos têm destacado a importância crescente de formações em jornalismo, direito e disciplinas científicas nas dinâmicas de recrutamento dos ativistas para a defesa do meio ambiente (OLLITRAULT, 2001). Por outro lado, têm se observado também que o acesso às posições de direção no movimento ambientalista tem se caracterizado pela predominância de dirigentes com formações universitárias mais propícias à competição política como letras, ciências humanas e certas profissões intelectuais (SAINTENY, 1999, 2000). Ocorre que no caso em pauta não existe um conjunto determinado de formação universitária e de diplomas que sejam mais favoráveis à entrada e a hierarquização das posições de direção na defesa do meio ambiente. Isso pelo que já foi exposto no tópico anterior, pois muito mais do que a formação em si o que importa é a sua vinculação com a “realidade” e com a “prática”. É a primazia da “experiência vivenciada” e da “prática” que constituem os elementos comuns dos significados que os ambientalistas

atribuem ao seu engajamento na defesa do meio ambiente, ao papel e lugar das mobilizações ambientalistas na sociedade e às relações que estas devem estabelecer com outras esferas sociais. Em decorrência disso, o engajamento na defesa ambiental constitui simplesmente mais uma das formas de acesso à realização profissional nas mais diferentes esferas de atuação, de modo que não se pode estabelecer uma distinção muito nítida entre o conjunto dos dirigentes com base apenas nos tipos e graus de formação dos mesmos.

Diferente dos casos em que o engajamento na defesa ambiental tem sido caracterizado pela forte predominância de categorias escolarizadas e pela valorização de competências técnicas em lugar das de “ativista” (OLLITRAULT, 2001; GALLET, 2002), no ambientalismo gaúcho a forte incidência de dirigentes com formação universitária não parece nos conduzir para um militância que se caracteriza pela imposição de competências escolares no âmbito da militância. Antes disso, o que predomina na ação dos ambientalistas é também a persistência de uma visão militante da formação universitária como instrumento de intervenção política nas mais diversas esferas de atuação. Todavia, trata-se de apreender quais são os determinantes sociais que tornam possíveis tais formulações quando se trata do engajamento nesse tipo de causa. Nesse sentido, pretende-se verificar em que medida tais concepções estão relacionadas com condições sociais, políticas e culturais determinadas e com modalidades de inserção e itinerários sociais, políticos e profissionais particulares.

Em linhas gerais, pode-se observar que a participação dos dirigentes na defesa ambiental resulta de uma socialização política bem marcante no âmbito familiar, da existência de uma série de engajamentos que são anteriores à sua entrada no ambientalismo e, principalmente, da associação da formação e do exercício profissional ao militância ambientalista desde o momento inicial de entrada na universidade e no mercado de trabalho pela inserção em diversas redes de organizações e de “movimentos sociais”. O contato com a política durante a socialização familiar e a participação simultânea nos mais variados tipos de organizações e “movimentos sociais” durante a formação escolar e universitária constituem os principais ingredientes

de sua atuação profissional na defesa do meio ambiente. Por isso, muito antes do contato e do ingresso em mobilizações e organizações ambientalistas tais dirigentes já se sentem imbuídos da idéia que a formação e o exercício profissional constitui uma capacidade de associar os conhecimentos adquiridos na escola e na universidade com a participação e a inserção efetiva em diferentes esferas sociais. Além disso, considerando que se trata de indivíduos cuja atuação profissional na defesa ambiental está sempre relacionada à ocupação anterior e simultânea de múltiplas posições em diversas redes de organizações e “movimentos sociais”, a sua orientação para a defesa do meio ambiente parece quase sempre muito circunstancial.

A) A FORTE MOBILIDADE SOCIAL E A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA NO MEIO FAMILIAR

A visão negativa que os ambientalistas apresentam da formação escolar e universitária não resulta de um processo de exclusão escolar ou de falta de acesso à formação ao nível do terceiro grau. Pelo contrário, quando se observa a composição escolar dos dirigentes, o que se constata é que o peso quantitativo dos que possuem diplomas de cursos universitários é muito alto. A grande maioria deles tem curso superior completo e uma parte significativa desenvolveu estudos de pós-graduação ao nível de especialização, de mestrado e alguns de doutorado.

Somente oito entrevistados (ou 16,3%) não têm formação universitária completa, sendo que deste total dois estão na graduação na fase de elaboração de “monografia de conclusão”, os outros dois “abandonaram a universidade” quando já estavam na metade do curso e até mesmo no ano de se formarem, restando apenas quatro casos que não chegaram a iniciar nenhum curso superior. Todavia, entre estes últimos se encontram duas entrevistadas que reconhecem ter uma “bagagem cultural muito boa”, de origem social elevada, com boa formação secundária e cujo esposo, filhos e a maioria dos irmãos têm titulação universitária completa. Já para os que têm

formação universitária concluída, o percentual é de 83,7% (ou 41 casos), inclusive alguns com diploma em mais de um curso. Deste total, observa-se também que um pouco mais da metade deles (ou 21 casos) já cursaram ou estão fazendo pós-graduação, seja ao nível de especialização (05 casos), de mestrado (14 casos) e de doutorado (02 casos). Deve-se acrescentar ainda que em sua grande maioria esses militantes têm inúmeras participações em seminários, congressos e eventos científicos de ecologia e áreas afins (biologia, agronomia, veterinária, direito, sociologia, filosofia), inclusive como palestrantes e apresentadores de comunicações.

Colocados nesses termos, tais aspectos se assemelham às caracterizações que têm sido feitas desse tipo de militantismo no sentido de salientar a importância da formação escolar no recrutamento e na seleção dos dirigentes ambientalistas, resultando na constituição de uma categoria social que tem como um dos traços principais o fato de ser fortemente dotada em capitais culturais, escolares, profissionais e sociais: alta representação de diplomados, forte presença de categorias intelectuais, de universitários ou de pesquisadores e relações de afinidade e de inter-reconhecimento com atores do universo científico, político, sindical e midiático (OLLITRAULT, 1996). A respeito disso, Ollitrault (2001) salienta que uma das principais transformações ocorridas nesse tipo de militantismo a partir de meados da década de 80 foi a substituição de um modelo de “militante ativista” pelo “militantismo de expertise”. De maneira similar, Gallet (2002) demonstra que a utilização de “recursos de expertise” tornou-se um dos instrumentos principais do ativismo ambiental e guiou a reestruturação do GREENPEACE francês em sua estratégia de mobilização coletiva. Tais características sociais e escolares são consideradas como um dos fatores principais que possibilita compreender a grande “circularidade” entre os discursos eruditos e militantes no universo do ambientalismo que se manifesta, entre outras coisas, através de uma ambigüidade extremamente forte entre as categorias científicas e militantes. Ela está fundada na capacidade que os “ecologistas” têm de utilização instrumental de recursos escolares e acadêmicos em proveito de sua luta militante, apropriando-se de análises científicas para justificar suas condutas e

legitimar suas posições militantes, produzindo eles mesmos os seus discursos identitários, os quadros teóricos, os esquemas de interpretação e de avaliação do “movimento ecologista”, bem como definindo os problemas ecológicos a considerar e as soluções a adotar (HANNIGAN, 1995; OLLITRAULT, 1996).

Um outro aspecto que parece confirmar esse tipo de caracterização são os principais tipos de cursos privilegiados pelos dirigentes, posto que há uma relativa concentração em áreas como direito, jornalismo, biologia, agronomia e veterinária que agregadas atingem um percentual de 60%, enquanto que os restantes se dispersam em áreas como arquitetura, geologia, sociologia, educação física, psicologia, filosofia, letras, química, ciências contábeis, administração e economia. Isso parece confirmar a análise de Ollitrault (2001) quando ressalta que a imposição desse “militantismo de expertise” provocou um aumento da socialização universitária e profissional no recrutamento à militância e implicou a valorização de certas competências, como é o caso da formação jurídica, científica e jornalística.

Todavia, no caso em pauta não é isso o que se observa, ou seja, a forte incidência de categorias escolarizadas na defesa ambiental não parece resultar numa maior valorização e utilização da formação escolar e universitária como recurso militante ou numa divisão entre aqueles que se apóiam na formação universitária e na experiência profissional de um lado, e, do outro, os que se utilizam predominantemente de recursos e competências políticas (SAINTENY, 1999, 2000). Para o conjunto dos dirigentes é justamente esta oposição que está em jogo e que deve ser “ultrapassada”. Ou dito de outro modo, para eles o que é constante é a “não diferenciação” e a “fusão” entre o que provêm da esfera da formação escolar e profissional e o que resulta de experiências e práticas políticas. Por isso, fica difícil falar que no caso do Brasil e do Rio Grande do Sul se trata da imposição de um modelo de “militantismo de expertise” ou de “profissionalização da militância”, na medida em que as utilizações das formações escolares e universitárias são pouco freqüentes e muito circunstanciais, além de estarem sempre associadas à militância política. Para os dirigentes ambientalistas é o peso dos recursos militantes e políticos que se destaca, pois todos eles participaram em maior ou menor grau de

outros tipos de organizações ou movimentos antes de aderirem à causa ambiental.

Isso vale também para a compreensão da diversidade de formação universitária presente nesse universo. Mesmo que se observe uma certa concentração em certas áreas como jornalismo, direito e biologia e agronomia, não se deve ver nessa diferenciação o peso crescente de certos tipos de formação ou conhecimento técnico, posto que também nesses casos é a importância do “conhecimento prático” ou “conhecimento da realidade social” que é fortemente valorizada e que constitui um dos objetivos principais que eles destacam de seu engajamento. Nesse sentido, pode-se dizer que o ambientalismo tem sido uma esfera de atuação onde intervêm uma diversidade muito grande de competências e especialidades, mostrando que a perspectiva “militantista” da escola e da profissão se encontram muito difundidas também em áreas mais “técnicas”.

Por isso, não se pode tomar esse grau elevado de formação superior dos dirigentes como um sinal de que se trata de um militantismo cuja base social se encontra na chamada “classe média intelectualizada” como fazem Tornquist (1992) e Schmitt (1995). O peso da formação universitária não pode ser tomado como um traço que define a classe de origem dos dirigentes, tratando-se antes de uma resultante do processo de expansão do ensino universitário que de forma diferenciada tem atingindo diferentes camadas sociais (PÉCAUT, 1990; CORADINI, 1997). Em primeiro lugar, vale lembrar que são entre os dirigentes que iniciaram a luta ambiental durante os anos setenta e que têm como característica distintiva do conjunto suas origens sociais mais elevadas que se encontram os índices mais baixos de escolarização. Em segundo, mesmo entre os entrevistados cujas origens sociais são claramente desiguais ocorre uma distribuição muito uniforme dos níveis de estudos. Por fim, deve-se considerar ainda que a escolaridade de nível superior não é atualmente um traço exclusivo do militantismo ambientalista, encontrando-se índices similares, e até mesmo mais elevados, em diversas modalidades de militantismo (HERCULANO, 1996; CORADINI, 2001, 2002).

A intensa mobilidade social se apresenta como uma das características principais de tal universo militante, tornando extremamente difícil estabelecer uma relação de afinidade entre a “classe social de origem” e o processo de engajamento dos dirigentes. Em primeiro lugar, observa-se que a mobilidade geográfica do grupo familiar de origem dos dirigentes é relativamente grande. Cerca de 12,5% dos pais dos entrevistados são originários da Alemanha, Japão, Uruguai e Argentina que se deslocaram para o Brasil seja por volta da Segunda Guerra Mundial seja em decorrência dos golpes militares que atingiram a América Latina nos anos setenta e oitenta. Já a grande maioria do grupo familiar dos dirigentes é descendente de imigrantes alemães e italianos, originários do interior do estado do Rio Grande do Sul que se deslocaram para Porto Alegre ou para cidades um pouco maiores em função da atuação profissional do pai ou para possibilitar melhores condições de formação universitária para os filhos. Deste modo, mesmo que a maior parte desses dirigentes resida atualmente na capital (61,2%) ou na Grande Porto Alegre (22,4%), não foram nessas localidades que eles nasceram ou residiram inicialmente e menos ainda quando se tratam de seus pais.

Em segundo lugar, é no tocante ao grau de escolarização e à formação e estatuto profissional dos dirigentes e de seus pais que se pode verificar uma das principais modificações ocorridas entre os entrevistados e seu grupo familiar de origem. Isso porque a maioria dos ambientalistas tem um grau de escolarização e de formação profissional bem superior à de seus pais, não podendo se estabelecer uma relação de continuidade entre eles quanto a este aspecto. Em comparação com o que foi salientado anteriormente referente ao peso quantitativo da formação universitária dos dirigentes ambientalistas, verifica-se que o grau de escolaridade e de formação do pai é muito baixo: somente uma minoria tem formação ao nível de terceiro grau (ou 25,1%), enquanto que o restante se situa nos níveis de primeiro e segundo graus, sendo que destes a grande parte não concluiu sequer o primeiro grau. O mesmo se observa quando se considera o nível de escolaridade da mãe: com pequenas diferenças é basicamente a mesma proporção das que não terminaram nem o primeiro grau e um contingente bem pequeno das que têm

formação universitária concluída. Deve-se levar em conta que essa maior escolarização em relação aos pais, não é algo exclusivo dos entrevistados relativamente ao grupo familiar como um todo, fazendo-se presente de forma igualmente intensa também no caso de seus irmãos. Assim, observa-se que há praticamente a mesma distância entre os níveis de escolaridade dos seus pais e a dos seus irmãos que se aproximam das dos entrevistados, de modo que são raros os casos dos irmãos dos dirigentes que não tem formação ao nível do segundo grau, enquanto que quase todos (ou 85,2%) já completaram ou estão em processo de formação universitária. É importante considerar esse último aspecto, pois ele sinaliza para o fato de que não se trata apenas de uma mudança do grau de escolarização do dirigente em relação à família de origem e sim de modificações que atingiram as novas gerações do grupo familiar em seu conjunto. Por isso, ao invés de tomar o nível de formação dos entrevistados como um sinal de sua “classe de origem” parece mais provável considerar essa mudança quanto ao nível de formação escolar dos dirigentes como um aspecto relacionado ao recente processo de expansão da escolarização já mencionado anteriormente.

Além do fato que é muito baixo o índice dos pais com formação universitária entre os entrevistados, cabe acrescentar que mesmo entre aqueles raros casos de pais cujo exercício profissional está vinculado à titulação escolar formal, não ocorre uma semelhança entre sua formação universitária e profissional e a dos entrevistados. São pouquíssimos os entrevistados em que se pode observar uma relação desse tipo: do total poderia se destacar apenas três casos em que os dirigentes têm formação profissional similar a de seus pais. O fato é que no tocante à “profissão do pai”, os entrevistados apresentam um quadro bastante diversificado. Do total de casos considerados, pode-se destacar cerca de quarenta e duas categorias profissionais diferentes, quais sejam: advogado, agente ferroviário, agricultor, assistência técnica da Brastemp, auxiliar administrativo, bancário, bioquímico, caminhoneiro, capataz de granja, comerciante, comércio-importação, comércio de carros, construtor imobiliário, contador, consultor de empresas, corretor imobiliário, costureiro, empregado do setor de calçados, empresário,

engenheiro agrônomo e mecânico, estancieiro, fiscal de construções, fotógrafo, gráfico-publicitário, jornalista, juiz, marceneiro, micro-empresário, militar, polícia rodoviária, policial da brigada militar, professor do secundarista, propagandista de remédios, representante comercial, treinador de futebol, vendedor de automóveis, de peças de ônibus e caminhão, de produtos veterinários e de calçados, vigilante. No caso da “profissão da mãe” a variedade de situações profissionais é bem menor e há uma maior uniformidade das respostas. Todavia, tais classificações profissionais não trazem informações relevantes para um melhor esclarecimento quanto à diferenciação das origens sociais dos militantes. Isso porque grande parte delas é enquadrada na categoria “doméstica” (45,3%), incluindo tanto aquelas cujas profissões dos esposos correspondem a níveis mais altos quanto aquelas em que as profissões deles se enquadram nos níveis mais baixos. Em meio a isso, cabe destacar um conjunto considerável que é composto basicamente por professoras (31%) geralmente de nível primário e em menor medida do secundário. O restante é composto por profissões diferenciadas como: funcionária pública, síndica profissional, enfermeira, tecelã, costureira e pasteleira.

Em meio a essa grande variedade de situações profissionais dos pais dos dirigentes, verifica-se ainda que há uma certa concentração de sua atuação no setor privado. Assim, de um total de quarenta e sete casos que se dispõe de informação sobre isso, observa-se que a grande maioria trabalhava no setor privado (66%), enquanto que uma parcela bem menor estava vinculada ao setor público (34%). Mesmo quanto a esse aspecto eles diferem claramente da situação dos dirigentes onde ocorre praticamente o contrário, posto que somente uma pequena parcela atuou ou atua no setor privado, o que corresponde a um percentual de 16,4%, enquanto que a maior parte do total de entrevistados exerce suas funções profissionais seja no setor público, predominantemente como funcionários públicos muitas vezes cedidos para a ocupação de cargos de confiança e de assessoria no executivo municipal, estadual e federal, seja como funcionários ou técnicos de associações ambientalistas.

O peso crescente da formação e de diplomas universitários no

exercício da defesa ambiental não parece diretamente relacionado à origem de classe dos dirigentes, ou mais precisamente, às características escolares e profissionais de seus pais, às quais se mostraram muito heterogêneas e desvinculadas do tipo e do nível de formação dos militantes. Não que não existam diferenças significativas quanto às suas origens sociais, porém frente a um quadro bastante diversificado em termos das origens geográficas, da formação escolar e profissional de seus pais, o que se mostra mais saliente é a grande homogeneidade em termos da titulação formal dos dirigentes. Do mesmo modo, essa elevada formação superior não parece resultar também do fato de se tratar de camadas em clara ascensão social e que vêm na escolarização uma das poucas alternativas de progressão social. É muito pouco significativa a diferença dos que se caracterizam por um acentuado grau de ascensão social em relação ao grupo familiar, em comparação aos que estão numa situação mais estável e até mesmo de desclassificação social. Além disso, os diferentes tipos e níveis de estudos encontrados se distribuem uniformemente também em relação ao grau de ascensão social do grupo familiar dos entrevistados. No que diz respeito às suas origens sociais e formação profissional pode-se dizer que o militantismo ambientalista se apresenta de forma bastante heterogênea. Considerando o conjunto dos dirigentes que foram entrevistados, os recortes em termos de “classe” ou de formação profissional não nos permitem estabelecer distinções muito significativas para a compreensão dos determinantes sociais do que caracterizamos anteriormente como uma “paixão pela natureza” e um gosto pela militância que vem de muito longe. Nem tampouco possibilita entender a combinação de uma concepção negativa da escolarização com um grau elevado de formação universitária dos dirigentes.

Os engajamentos do grupo familiar e sua relação com o processo de socialização política, escolar e profissional dos dirigentes constituem um dos aspectos principais para a compreensão de sua “paixão” pelo engajamento e da visão militantista que eles têm da escola e de sua atuação profissional. Do total de entrevistados apenas onze ou 22,4% afirmaram não haver nenhum tipo de engajamento no grupo familiar, enquanto que para o restante, e que

representa a grande maioria, é a convivência num meio familiar marcado pela vinculação de seus avós, pais e tios a organizações políticas e partidárias que se destaca. Desde muito cedo a “política” se faz presente para esses militantes através do contato com discussões, conflitos e escolhas “políticas” de seus familiares, às quais muitas vezes são inseparáveis da convivência e dos relacionamentos que se desenvolvem no âmbito familiar.

Dirigente nº 18: Minha família era originalmente uma família de direita [...]. Meu avô foi vereador pelo Partido de Representação Popular, pelos integralistas. Tanto é que até hoje tem problemas com a minha avó, sérios. Ela não aceita que eu estou no PT e coisa e tal. Reluta muito. Meu avô já está falecido. Mas minha família sempre teve muita discussão política. Eu tinha um tio que era simpatizante do PCB na época do meu avô. Então os almoços de família era uma trombada, alguns integralistas e outros do PCB. Uma das avós era Brizolista, simpatizante do Brizola, então assim, fechava o pau. Isso eu tive desde pequeno, acompanhei desde pequeno assim. A discussão política sempre foi muito forte, sempre foi muito presente. Não é uma família que não...que se mantém neutra. Nunca! Nunca pela neutralidade, sempre teve posição e brigava e discutia. Tanto que hoje tem meio que...como as posições se acirraram nos últimos tempos, então tem os ‘PTs’ e os ‘anti-PTs’, tem uma tentativa de fazer uma trégua. Quando se reúne em família não tem se discutido política, porque as pessoas já sabem que tem uma...porque senão chega um ponto que tu não consegue conviver. Então está se tentando ter uma trégua para a família conviver nos assuntos familiares. Todo mundo sabe da militância dos outros, mas ninguém fica cutucando porque já deu. Festa de Ano Novo já acabou com um clima horrível. Então se têm evitado, e isso várias pessoas da família, se tem evitado quando se encontram, falar de política (Entrevista).

Se para os dirigentes ambientalistas os desafios da luta ambiental estão, em geral, muito “acima” da esfera da “política partidária” não é por falta de conhecimento e de contato com experiências qualificadas como “políticas”. Pelo contrário, o contato com a esfera “política” através de discussões e da participação de seus pais e parentes em organizações às mais diversas é um dos ingredientes mais salientes de sua socialização familiar. Em muitos casos ocorre a participação simultânea de seus familiares em organizações partidárias, religiosas, associativas, profissionais, entre outras. No entanto, interessa particularmente destacar que os tipos principais de engajamentos familiares são a militância partidária e a religiosa. Dos trinta e oito casos nos

quais foi salientado algum tipo de participação, encontram-se dezesseis que salientaram a participação do grupo familiar na política partidária e dez em organizações religiosas. Além desse tipo de envolvimento se encontram também os que participavam de organizações estudantis, de sindicatos, de associações e clubes esportivos, de associações profissionais, bem como aqueles em que os pais eram uma espécie de “liderança” na comunidade ou no bairro em que residiam. É interessante observar que em nenhum dos casos considerados há o envolvimento dos pais dos dirigentes com o movimento conservacionista que desde algum tempo já existia no Rio Grande do Sul. Em apenas um caso, o tipo de engajamento familiar está diretamente vinculado à defesa ambiental que é o caso de uma dirigente que é filha de uma das principais lideranças do movimento ambientalista do Rio Grande do Sul. Nos demais casos, é a militância partidária e religiosa que predomina. Isso decorre, em parte, do ambientalismo ter uma origem relativamente recente no estado. O tipo de socialização familiar que parece ter uma influência considerável sobre o itinerário militante dos ambientalistas não parece muito diferente dos que estão na origem de outros tipos de militância política e, principalmente, dos que se dirigem à política partidária (CORADINI, 2002). Sendo assim, caberia indagar-nos posteriormente sobre os outros fatores que podem ter contribuído para que esses militantes se direcionassem para a defesa ambiental e não para outras formas de militantismo.

Por ora, cabe apenas salientar que o universo dos dirigentes ambientalistas se caracteriza por uma marcada diferença entre aqueles cujo contato com a participação política ocorreu durante a infância no âmbito familiar e aqueles em que tal tipo de contato se deu basicamente através da formação escolar e universitária. A existência de vinculações do grupo familiar com organizações de tipo partidário e religioso se encontra estreitamente ligada ao ingresso dos dirigentes no ambientalismo. Aqueles em que tal contato ocorreu primeiramente no universo familiar tenderão a entrar no ambientalismo numa faixa etária bem menos elevada do que aqueles nos quais não se observou a vinculação dos familiares com organizações partidárias e religiosas. Dos trinta e oito casos de dirigentes cujos familiares tinham participação

política nesses tipos de organizações, dezenove entraram no ambientalismo até os vinte e três anos e apenas sete entre os vinte e quatro e os vinte e nove anos. Já no caso dos onze entrevistados em que não ocorre o engajamento político dos pais, avós ou tios, sete dirigentes irão aderir à defesa ambiental com idades que variam dos trinta aos sessenta anos. Por outro lado, a influência dos engajamentos dos pais sobre a adesão ao ambientalismo é constante para todos os entrevistados cujo contato com a participação política ocorreu primeiramente no meio familiar, independente do tipo de organização que seus familiares participavam (se política, religiosa ou outras) e das formas através das quais os dirigentes entraram em contato com o ambientalismo (se movimento estudantil, partidos políticos, organizações religiosas, etc.). Somente para os que estabeleceram o primeiro contato com o ambientalismo pela participação em organizações sindicais e assistencialistas é que não se encontra a existência anterior de engajamentos do grupo familiar.

Desse modo, pode-se concluir que dentre as experiências familiares que apresenta uma ligação mais estreita com o engajamento dos dirigentes na defesa ambiental é o fato de pertencerem a famílias onde o engajamento político e a participação na esfera da política partidária já eram uma realidade quando eles ainda eram crianças. Este contato relativamente precoce com organizações políticas durante a infância e dentro do próprio meio familiar, constitui um dos principais componentes da formação do gosto que os dirigentes manifestam pela política, mesmo que este apareça sob a forma de distanciamento ou de desilusão em relação à esfera partidária. No entanto, não se pode tomar esse contato inicial com a “política” como suficiente para a compreensão de seu ingresso no ambientalismo. É preciso verificar ainda, em que medida tais experiências se confrontaram com outras séries de envolvimento e de participações que antecederam sua entrada efetiva no ambientalismo.

De maneira geral, pode-se observar que tais experiências não têm o mesmo peso e significado para os agentes, pois dependendo da socialização familiar está vinculada ou não a partidos políticos ou a outros tipos de organizações a influência sobre o engajamento dos dirigentes será

diferenciada. São aqueles cujos pais ou familiares participaram de partidos políticos que irão mais precocemente ingressar na militância estudantil, depois em organizações partidárias, de modo que suas carreiras no ambientalismo serão progressivamente conduzidas para a ocupação de cargos e postos políticos. Já aqueles cujos pais não tiveram engajamentos partidários e sim participação em organizações religiosas terão itinerários militantes marcados por uma entrada mais tardia na militância política e pela menor vinculação com a política partidária.

B) A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E O INGRESSO NO AMBIENTALISMO

No que pese haver no universo da militância ambientalista, todo um discurso contrário às desigualdades entre homens e mulheres, vinculando a destruição da natureza à exploração e dominação das mulheres pelos homens, observa-se que o acesso às posições de direção em organizações vinculadas à defesa do meio ambiente ainda é fortemente marcado pela diferenciação sexual. A quantidade de dirigentes do sexo masculino na presidência ou na coordenação das entidades ambientalistas é bem superior ao número de mulheres que têm acesso a tais posições, correspondendo respectivamente a 63,3% contra 36,7%. Ainda que não se disponha de dados atuais para o conjunto do militantismo ambientalista, observa-se que esses índices se aproximam dos que foram encontrados no levantamento feito por Tornquist (1992) sobre os dirigentes das principais associações de Porto Alegre referente ao ano de 1989, no qual a proporção de dirigentes do sexo masculino e feminino é de 68% contra 32%. Todavia, considerando-se que há uma grande diferença entre os dois levantamentos no que diz respeito às organizações que foram consideradas e ao momento em que foram realizados tais estudos, que é de aproximadamente quatorze anos, não se pode afirmar que a diferença entre esses índices sinaliza para uma diminuição quanto à desigual participação de homens e de mulheres no acesso às posições de direção no universo da

defesa ambiental.

Já no que diz respeito à relação destes percentuais com os que se obtêm quando se considera o conjunto de 1.722 associados dessas entidades, e não apenas os coordenadores ou os presidentes, o que se observa é que os índices observados em ambos os levantamentos sofrem uma significativa mudança, ficando entre 52% para homens e 48% para mulheres (TORNQUIST, 1992, p. 144). Desta forma, tal comparação evidencia que a grande diferenciação sexual observada entre os dirigentes ambientalistas parece diretamente ligada ao fato de se tratar de militantes que ocuparam ou ocupam posições de direção nas entidades e não pode ser generalizada para o conjunto do militantismo. Enquanto que para o conjunto do militantismo se observa que não há uma diferença tão grande quanto à proporção de homens e de mulheres que ingressam no ambientalismo, quando está em jogo a ocupação de posições de direção nesse universo, a divisão sexual aparece de forma muito clara, reservando às mulheres uma proporção bem inferior que a dos homens no acesso aos cargos de presidentes ou de coordenadores. Uma outra maneira de examinar como ocorre essa divisão sexual na seleção para a direção das associações é considerar a proporção de homens e de mulheres que fizeram parte das diretorias das entidades. Quanto a isso, o caso da AGAPAN é bastante significativo, posto que relativamente comum no conjunto das entidades observadas: em primeiro lugar, porque é somente no ano de 1987 que tal associação passa a contar com a presença de uma mulher em sua diretoria, ou seja, dezesseis anos após sua fundação; em segundo, porque a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da entidade somente ocorreu no ano de 2000, após 29 anos de existência da mesma, e não se deu sob a forma de concorrência eleitoral e sim em substituição ao antigo presidente que pediu licença de seu cargo para assumir um “cargo de confiança” no executivo municipal.

Um outro aspecto importante na identificação das particularidades do modo de seleção à posição de direção no domínio da defesa ambiental no caso do Rio Grande do Sul é a idade atual dos dirigentes. Quanto a isso uma das características principais que se pode destacar é que tal tipo de

engajamento se apresenta de forma bem diferenciada do que se observa em outras formas de militantismo, nos quais o engajamento e o ingresso nas instâncias dirigentes ocorrem numa fase bem mais tardia do desenvolvimento profissional dos indivíduos, ou seja, quando eles estão em uma idade muito próxima ao tempo da aposentadoria (AGRIKOLIANSKY, 2002). Pelo contrário, no caso em pauta é muito maior o número de dirigentes que estão em plena idade de formação e de exercício das atividades profissionais, enquanto que é relativamente baixo o número dos que estão numa fase próxima ao período de aposentadoria ou que já deixaram o mercado de trabalho.

Examinando a idade atual dos entrevistados se observa que apenas 14,29% (ou 07 casos) estão na faixa etária que corresponde ao período da aposentadoria e já saíram do mercado de trabalho, enquanto que é de 20,41% (ou 10 casos) o percentual daqueles que estão em uma idade próxima ao momento de retração em relação às atividades profissionais, mas que não estão ainda aposentados. No entanto, quando se passa dessas faixas etárias para aquelas que correspondem ao momento de formação, de ingresso e de exercício profissional há uma mudança significativa nesse quadro. Ocorre que a grande maioria dos entrevistados (65,30% ou 32 casos) se encontra em uma faixa etária que fica entre 23 e 49 anos, sendo que a metade destes (32,65%) têm idade que varia dos 23 aos 39 anos e a outra metade fica na faixa dos 40 aos 49.

É interessante notar que a distância entre tais faixas etárias é ainda maior quando são confrontados esses percentuais com os encontrados no referido trabalho de Tornquist (1992). Nesse caso, encontra-se um contingente de 81,82% para os dirigentes que ocupam posições de direção nas associações e que estão na faixa dos 23 aos 47 anos, enquanto que somente 18,18% estão entre 53 e 67 anos. No que se refere ao conjunto dos 1.722 associados é praticamente a mesma diferença que se sobressai, posto que 81,70% têm idades iguais ou inferiores aos 47 anos, enquanto que somente 18,30% estão nas faixas etárias acima desta. Em comparação com esse levantamento, os dados acima apresentados sinalizam para um significativo aumento da quantidade de dirigentes com faixas etárias mais elevadas. No

entanto, pelas mesmas ressalvas que já foram apresentadas no parágrafo anterior quanto à possibilidade de comparação dos dados aqui apresentados com os levantados no referido estudo, é preciso ter cuidado ao se fazer tal tipo de afirmação. Além disso, deve-se considerar também que se tratando de coordenadores e de presidentes das entidades é de se esperar que, dada a mencionada pouca rotatividade das posições de comando nesse universo, muitos dos que ocupavam posições de direção no final dos anos oitenta sejam os mesmos de agora. Por isso, parece mais pertinente levantar a hipótese de que tal diferença indica apenas que se trata do “envelhecimento” dos mesmos dirigentes e não de uma mudança nas modalidades de recrutamento provocada pelo acesso às posições de direção de “novos” militantes com faixas etárias mais elevadas. Pode-se concluir, portanto, que o engajamento e o acesso às posições de direção no universo da defesa ambiental não decorrem da maior “disponibilidade” ocasionada pela retração das atividades profissionais e ocupacionais dos indivíduos. Ao que tudo indica é justamente o contrário o que ocorre, ou seja, são justamente nas faixas etárias em que se torna necessário um maior investimento na formação e no exercício profissional, bem como na procura de uma posição no mercado de trabalho, que a concorrência para a ocupação de posições de presidentes ou coordenadores de associações ambientalistas é mais elevada.

Uma primeira conclusão que se pode obter pela investigação dos atributos sexuais e pela idade dos dirigentes de organizações ambientalistas é que o modo de seleção dos militantes para a função de presidência e de coordenação das organizações está fundado, por um lado, na divisão sexual do trabalho de direção à qual confere aos dirigentes do sexo masculino posições destacadas na presidência das entidades e, por outro, nas classes etárias mais “jovens” propícias ao investimento na formação e no exercício profissional. Quanto a esse segundo aspecto, pode-se observar que é justamente no período de entrada e de desenvolvimento de sua formação universitária, bem como no momento de ingresso no mercado de trabalho, que são recrutados a grande maioria dos entrevistados.

Isso fica ainda mais nítido quando se focaliza a idade de entrada de

tais dirigentes no ambientalismo. Em primeiro lugar, observa-se que se a média de idade atual dos dirigentes fica em torno dos quarenta e sete anos, a idade de entrada no militantismo é bem mais baixa, estabelecendo-se nos trinta anos e se aproximando ainda mais do tempo de formação e de exercício profissional. Isso sinaliza também para o fato de que o tempo de permanência nesse tipo de militantismo é relativamente longo. Em segundo lugar, quando se observam as principais faixas etárias dos dirigentes no período de entrada no ambientalismo, percebe-se claramente que o período de emergência do seu engajamento acontece predominantemente durante a “juventude”, ou mais precisamente, entre o momento de conclusão do segundo grau e o tempo de entrada e de formação universitária. Como comprovação disso, verifica-se que quase a metade dos entrevistados (40,8%) aderiu ao ambientalismo até os 23 anos de idade e que outra parcela significativa (20,4%) ingressou na faixa dos 24 e 29 anos. Essas duas faixas etárias são significativas do quanto a emergência desse tipo de engajamento ocorre predominantemente num momento de escolha e de formação profissional. O que se confirma também pelo fato de que a idade média de ingresso dos dirigentes na universidade fica entre os 21 anos e a de conclusão se estabelece nos 26 anos.

Assim, de um total de 42 entrevistados para os quais se dispõe de informação sobre isso, observa-se que a grande maioria deles (ou 83,3%) ingressou na universidade até os 23 anos e o restante a partir dos vinte e quatro. Já no que diz respeito aos que aderiram à defesa ambiental numa fase mais tardia de sua formação e exercício profissional, relativamente mais próxima à retração de suas atividades no mercado de trabalho, os percentuais são bem inferiores em comparação com esses. São 14,3% os que estavam com idades entre 30 e 39 anos, 16,3% os que ingressaram no ambientalismo entre 40 e 49 anos, enquanto que em apenas quatro casos, que equivalem a um percentual de 8,2%, ocorre a entrada no ambientalismo numa idade que coincide ou se aproxima do momento de aposentadoria. Em somente um deles, a entrevistada ingressou após ter se aposentado. Além do mais, considerando os principais momentos em que ocorreu o ingresso dos dirigentes desde o início da década de 70 até o dos anos 2000, constata-se que tem havido uma

certa tendência de diminuição significativa da faixa etária de ingresso nesse tipo de militância (Capítulo IV). O momento de emergência desse engajamento sinaliza nitidamente, e cada vez mais, para o recrutamento de indivíduos cuja faixa etária coincide com a idade de entrada e de desenvolvimento da formação universitária e do exercício profissional.

Quando se passa do exame da idade atual dos dirigentes para a que corresponde ao momento de adesão ao ambientalismo, fica bem mais nítido que são nas faixas etárias em que há um maior investimento em termos de formação profissional e de procura de espaço no mercado de trabalho que a grande maioria dos dirigentes iniciou sua participação na defesa de causas ambientais. Dito de outro modo é em uma fase decisiva de seus itinerários escolares e profissionais que os dirigentes ambientalistas, como eles mesmos costumam dizer nas entrevistas, foram “despertados” para a defesa do meio ambiente. A imbricação da formação universitária e profissional com a participação em mobilizações e organizações ambientalistas constitui um dos ingredientes principais desse tipo de militância.

É a estreita ligação entre o começo do engajamento na proteção ambiental e o momento inicial do itinerário universitário e profissional dos dirigentes que se apresenta como característica decisiva desse tipo de militância e não a maior “disponibilidade” gerada pelo distanciamento dos indivíduos em relação às suas funções e atividades profissionais. No entanto, não é somente no período inicial da formação universitária que ocorre essa estreita ligação do engajamento com a profissão, posto que se trata de um militância que tem um tempo de duração relativamente longo. A participação na defesa de causas ambientais é uma característica constante também no período de formação e de exercício profissional dos dirigentes e não deve ser assimilada a uma “fase” passageira que transcorre em períodos limitados de seu itinerário escolar e profissional. Quanto a isso vale citar que em quase todos os casos citados sua “pós-graduação” está voltada para uma das temáticas ambientais.

Acontece que a participação em diversos tipos de organizações e de “movimentos sociais” antes de entrar no ambientalismo é muito grande entre os

dirigentes ambientalistas. São raros os casos daqueles que aderiram ao ambientalismo sem experiências anteriores em organizações políticas às mais diversas, tais como organizações estudantis (grêmios, centros e diretórios acadêmicos), sindicatos, partidos políticos, organizações religiosas e assistenciais, etc. Somente três entrevistados ou 6,1% não apresentaram algum tipo de vinculação anterior com organizações desse tipo. Já os que apresentaram alguma forma de envolvimento com organizações como essas, sejam como simpatizantes ou militantes, constituem a grande maioria perfazendo um índice de 93,9%. Deste modo, pode-se perceber que, em geral, entre a socialização política no meio familiar e a adesão a organizações ambientalistas se encontra um conjunto muito diversificado de participações, desligamentos e novas adesões a outros tipos de organizações e “movimentos sociais”. Neste sentido, poderia se dizer que em matéria de experiências políticas os dirigentes ambientalistas raramente chegam “verdes” na defesa ambiental, como muito bem enunciou um dos entrevistados.

A principal fonte de mobilização para a defesa de causas ambientais é a vinculação a organizações estudantis, tais como grêmios e centros acadêmicos que estão quase sempre associadas à militância partidária. Em grande parte dos casos, essa forma de atuação começou desde a formação secundária e se desdobrou na vinculação a diretorias de centros acadêmicos durante a universidade e na militância em partidos políticos, dentre os quais se destaca principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT). Desta maneira, deve-se acrescentar à constatação de que o índice de participação em outras organizações sociais é muito elevado entre os dirigentes ambientalistas, o fato de que há uma clara tendência dessa participação se concentrar no movimento estudantil e no PT. Deve-se considerar ainda que a adesão ao ambientalismo não resulta da ruptura ou afastamento de tais vinculações, constituindo-se antes como uma forma de prolongamento das mesmas, de modo que o principal desafio na análise desse tipo de militância consiste em apreender estas inscrições simultâneas dos dirigentes em redes diversificadas de organizações e “movimentos sociais” como algo integrado à sua atuação profissional na proteção ambiental. O que cabe destacar aqui é que as

disposições militantistas que conduzem os dirigentes à associação da formação escolar e universitária à atuação profissional na defesa do meio ambiente em diversas esferas sociais estão fundadas também nessas redes de organizações e “movimentos sociais”.

O significado comum da escolarização para os dirigentes como um instrumento de politização em diferentes esferas sociais se encontra respaldado no fato de que sua formação universitária e profissional sempre esteve articulada à militância no movimento estudantil, em partidos políticos, sindicatos, grupos religiosos, etc., e, também, na defesa de causas ambientais. É muito restrito o número de dirigentes cuja entrada no ambientalismo não ocorreu imediatamente anterior ou durante a entrada na universidade e no exercício de sua profissão. Mesmo aqueles que entraram após a formação universitária e profissional tiveram uma participação simultânea em partidos, grêmios estudantis, organizações religiosas, etc. É através da participação continuada nessas redes de organizações e de “movimentos sociais” que os dirigentes ambientalistas vão exercendo sua capacidade de “compromisso” com a “realidade”. É pela inserção nessas redes que suas disposições militantistas em relação ao exercício profissional encontram uma forma adequada de realização.

É com base nesse itinerário de intensa participação que são ativadas e reforçadas as disposições militantistas da formação escolar e universitária que fundamentam a concepção de que engajamento não é algo complementar ou que implique sair “fora” da formação e do exercício profissional. Foi a partir da participação em movimentos e organizações que eles começaram a entender a utilidade “prática” do conhecimento escolar e acadêmico. Foi com base na militância, não necessariamente na defesa ambiental, que eles conseguiram ver o sentido da escolarização e da universidade, assim como a utilidade dos conhecimentos adquiridos na “escola formal”. É respaldado nesse itinerário de forte imbricação entre o engajamento e a formação universitária que tais dirigentes rejeitam o profissional “distanciado”, “neutro” e “imparcial”, apresentando em lugar desse, a perspectiva de que a defesa do meio ambiente é um dos aspectos que deve

estar presente em qualquer tipo de formação universitária e de exercício profissional, posto que uma das principais tarefas da escola “é formar cidadãos”, “profissionais” comprometidos com a sociedade e com o “futuro da humanidade”.

3.3 – FORMAÇÃO ESCOLAR, REDES SOCIAIS E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA PROTEÇÃO AMBIENTAL

É muito comum a caracterização do ativismo ambientalista segundo os traços classistas, profissionais, ocupacionais e escolares dos militantes que participam nesse tipo de organização, sendo que pouca atenção é dada ao fato de que a seleção de suas ocupações e profissões foi configurada pelas disposições adquiridas na socialização familiar às quais foram reforçadas ou moldadas pelas experiências de vida anteriores à entrada dos ativistas no mercado de trabalho (SEARLE-CHATTERJEE, 1999).

Muito mais que sugerir explicações simplesmente plausíveis para esse padrão nós necessitamos considerar que tipo de evidência demonstraria que aquela experiência ocupacional era, ou não era, crucial na geração do ativismo radical. Similarmente, que tipo de evidência mostraria que é a experiência de educação superior que é causadora do ativismo? Era o início do ativismo prioritário para a primeira experiência ocupacional ou prioritária para a entrada na educação superior? Nós precisamos considerar quais são os processos envolvidos na formação de uma radical consciência e em qual idade e estágios essa ocorre. Quais eram os processos ou experiências que converteram tal consciência no ativismo? Qual, entre outras, é a influência da socialização política com a família? Como ela é afetada pelas condições encontradas depois? (Id., Ibid., p. 261).

Segundo a referida autora para abandonar o “nível abstrato” que tem amplamente predominado na discussão sobre o engajamento e a participação política é necessário dedicar maior atenção empírica à investigação biográfica. Para ela, na medida em que as ocupações e profissões dos ativistas foram configuradas a partir de engajamentos e valores políticos anteriores ao seu ingresso no mercado de trabalho, a apreensão de como o ativismo pode ser

gerado pela experiência em determinadas ocupações e escolarização deve investigar como os próprios militantes percebem sua “experiência ocupacional” e como consideram as “raízes” do seu ativismo.

Quando se examinam os relatos dos dirigentes ambientalistas, na situação em pauta, sobre as “raízes” do seu ativismo e as motivações que os conduziram à participação em mobilizações e organizações ambientalistas, observa-se que elas estão fundadas em concepções militantistas da formação e do exercício profissional. Ou seja, a associação da formação escolar e profissional com o engajamento e a participação política é uma das características mais recorrentes nos relatos dos dirigentes ambientalistas. Segundo estas formulações a profissão se constitui como a aquisição de habilidades e de competências que implicam a associação da formação escolar e universitária ao engajamento e à participação política. Nesse sentido, a defesa ambiental é desde o início concebida como uma forma de intervenção política, pois consiste num comprometimento com a “realidade” e com a “prática”, ou mais precisamente, numa forma de utilização instrumental da formação escolar e universitária para a politização de diferentes esferas sociais. É desta forma que se pode, inicialmente, falar do engajamento na defesa do meio ambiente como uma forma de reconversão da formação escolar e profissional para a atuação nas mais diferentes esferas de atividade.

Acontece que entre o processo de socialização familiar e o ingresso no ativismo ambientalista se encontra um conjunto de situações e experiências que contribuem para reforçar, moldar ou transformar as disposições inicialmente adquiridas na socialização primária. Nesse sentido, quando se examinam as principais etapas do processo de socialização e de constituição das disposições que conduzem os dirigentes ao ambientalismo, podem-se identificar diferentes condições e dinâmicas de ingresso nesse tipo de militância. A socialização política no âmbito familiar durante a infância e a participação anterior em diversos tipos de organizações e de “movimentos sociais” são os principais fatores que fundamentam a “paixão pela natureza” e a constituição de uma perspectiva militantista da escolarização e da atuação profissional como o ingrediente principal dos relatos apresentados pelos

dirigentes ambientalistas. Dito de outro modo, tal concepção está respaldada em processos de socialização que estão relacionados tanto ao contato com organizações políticas e partidárias no meio familiar quanto ao acúmulo de inserções em organizações e “movimentos sociais” os mais diversos durante a formação secundária e anterior ou concomitante ao seu ingresso na universidade e no exercício profissional. São esses os elementos principais que contribuem para o surgimento e a consolidação de um interesse e de um gosto pela associação da formação escolar e universitária com a participação política que é muito anterior ao momento de entrada em contato com o ambientalismo e de início da participação em organizações sociais voltadas mais especificamente para a defesa de causas ambientais. Esses momentos-chaves de geração e transformação das disposições que os conduzem ao ambientalismo não são estanques e estão interligados por uma série de experiências e de situações que contribuem progressivamente para que a adesão à defesa do meio ambiente se apresente para eles como um acontecimento “natural”. A investigação das formas de articulação desse conjunto de experiências possibilita um maior entendimento de como um grau elevado de escolarização se combina com uma negação generalizada da formação escolar e da universidade como local que os capacita para o exercício de sua profissão e com a manifestação de um elevado valor ao engajamento político e à “prática” como elementos indissociáveis da atuação profissional.

Uma das alternativas encontradas na literatura sobre militância e participação política para apreender como se articulam disposições, situações e processos de engajamento é examinando as modalidades de carreiras militantes interligadas à participação na defesa de determinada causa. A distinção das diferentes seqüências do processo de constituição das disposições que conduzem os dirigentes ambientalistas à participação efetiva em organizações de defesa ambiental tem como um dos pontos de partida principais a reformulação da noção de “carreira” vinculada às abordagens “interacionistas”. Como salienta Agrikoliansky (2002, p. 144), a pertinência da noção de “carreira” na análise do militância,

é primeiramente de considerar as ações humanas como *processos*, isto é, como atividades que se desenvolvem no tempo e possuem uma dinâmica própria, ao invés de considerá-las simplesmente como o reflexo de normas sociais, de papéis e de condicionamentos estruturais inflexíveis.

Nesse sentido, o estudo de Becker (1985) sobre as “carreiras desviantes” levanta, inicialmente, algumas pistas pertinentes para a análise das relações entre os processos de inserção em “grupos organizados” e as dinâmicas de socialização que conduzem à participação ativa na defesa de determinada causa. Como ele demonstra, a frequência a grupos que adotam comportamentos tidos como “desviantes” constitui um tipo específico de socialização que contribui para a geração das disposições que possibilitam a adesão a tais práticas, de modo que, aos poucos, “impulsos e desejos vagos que constituem uma espécie de curiosidade inicial” em relação a tal conduta vão se transformando em concepções e “formas de atividades definidas”. Sendo assim, é por um processo de socialização e de aprendizagem realizado “no curso das próprias experiências desviantes”, mediante a aproximação, contatos e interações frequentes com praticantes de tais condutas que se adquire um “sistema estável de categorias” necessário ao exercício e à continuidade de tal comportamento.

Um aspecto que se destaca no conjunto dos entrevistados é que dificilmente eles decidem participar de uma organização ambientalista de forma espontânea ou repentina sem um certo “conhecimento prévio” referente à problemática ambiental, bem como raramente chegam sozinhos nas associações sem contatos preliminares com simpatizantes ou militantes que participam da entidade e com os quais estabelecem relações de parentesco, de vizinhança, de amizade e de afetividade. De modo geral, o engajamento e a militância em associações ambientalistas são precedidos pela interação, contato e conversação com parentes, namorados (as), amigos (as), colegas, professores (as), etc., que conhecem ou participam de determinada associação. Podemos falar desse momento como a “fase de pré-militante”³². A

³² . Para uma descrição da “carreira” como um processo constituído por seqüências de etapas definidas e objetivas ver Goffman (1996).

partir desses contatos iniciais sucede-se um momento distinto que é constituído pela aproximação, observação e freqüência continuada a reuniões e a certas atividades da organização, antes de “começarem mesmo” a ter uma militância mais efetiva. Esta desemboca, quase sempre, na ocupação de posições e cargos de direção dentro das associações, assim como de conselhos, comitês e demais instâncias voltadas para a defesa ambiental. Este período pode ser denominado como a “fase de militante”. Em alguns casos este período é sucedido por um outro que pode ser chamado como a fase de “ex-militante”, a qual compreende os momentos de desengajamento e abandono temporário ou definitivo da associação e da militância na proteção ambiental.

É no decorrer dessas diferentes etapas do processo que conduz os dirigentes ao ambientalismo que eles vão aprendendo as “técnicas” requeridas para militar como lhe convêm, que vão percebendo e reconhecendo as possibilidades e os efeitos de suas práticas militantes e que vão, enfim, adquirindo um “sistema estável de categorias de percepção” que estruturam a percepção e o gosto pelas sensações, efeitos e resultados que a participação em mobilizações e organizações ambientalistas lhe proporciona. Desta forma, é através de um processo de socialização relacionado às dinâmicas particulares de filiação e de participação em mobilizações e organizações ambientalistas que são produzidas as concepções e as condutas legítimas a respeito da “natureza”, das “problemáticas ambientais”, do “meio-ambiente”, do “movimento ecológico”, etc., que são necessárias ao começo e continuidade de tal prática. É no desenrolar deste processo que se produz também o reconhecimento objetivo daqueles militantes e lideranças que têm legitimidade para falar em nome do ambientalismo e, mais especificamente, do “movimento ecológico”. No entanto, a ativação de disposições militantistas em relação à formação escolar e universitária que estão na base do ingresso e da participação em organizações ambientalistas resulta de processos de socialização que não se reduzem às dinâmicas próprias do engajamento no ambientalismo. Em decorrência do elevado grau de participação anterior dos dirigentes ambientalistas em diversos tipos de organizações e “movimentos sociais”, quase sempre a entrada no ambientalismo é um resultado de

processos de internalização e de naturalização de um verdadeiro *savoir-faire* militante vinculado a esses engajamentos anteriores, sendo pouco os casos em que isso ocorre apenas através do ingresso em organizações de proteção ambiental.

A distinção inicialmente proposta pela abordagem interacionista entre as diferentes etapas da seqüência que conduz os dirigentes à participação e permanência em organizações sociais abre a possibilidade de apreender as dinâmicas próprias da entrada no ambientalismo com os processos de socialização decorrentes da inserção anterior dos dirigentes em diversas redes de organizações e “movimentos sociais”. Nesse sentido, pode-se observar que a “fase pré-militante” dos que ingressam na defesa ambiental é constituída pela participação em organizações estudantis e partidárias, bem como filantrópicas, religiosas, no escotismo e em práticas de alimentação natural. Essa grande incidência de dirigentes com participação anterior ou simultânea nesses diversos tipos de organizações sociais e os tipos de organizações nas quais se concentra sua vinculação, têm uma influência decisiva na estruturação das concepções do engajamento ambientalista, assim como no tipo de participação que eles irão desenvolver em relação à defesa do meio ambiente.

É que essas diferentes formas de participação anterior ao ambientalismo constituem processos de socialização particulares que não podem ser reduzidos à influência da socialização familiar ou mesmo às dinâmicas próprias do ingresso em organizações e grupos ambientalistas. Como demonstram McAdam & Paulsen (1993), os laços anteriores fornecem o contexto crucial e o suporte para que determinada identidade adquira uma maior importância em relação às demais identificações vinculadas às múltiplas inserções dos indivíduos, bem como para forjar uma ligação entre tal identidade e o ativismo. Através de tais inserções anteriores são ativadas, moldadas ou geradas as disposições que possibilitam a articulação da formação escolar e universitária com o engajamento e a participação política, ou dito de outro modo, é através delas que ocorre a sobreposição da concepção da formação e do exercício profissional como uma atuação

inseparavelmente “escolar e militante”.

O grau elevado de formação e títulos escolares encontrados no universo investigado está diretamente relacionado a essa grande interdependência entre a formação escolar e universitária e esses diversos tipos de inserções anteriores ou simultâneas à participação dos dirigentes no ambientalismo. Tal como salienta Klandermans & Oegema (1987) a respeito do movimento pacifista nos EUA, ainda que a presença de “jovens profissionais com alto nível de educação” seja predominante, não se pode simplesmente inferir a adesão dos indivíduos ao respectivo movimento de suas características escolares e profissionais como se estas fossem os “fatores geradores” de sua mobilização. Antes disso, a importância do alto nível de educação e de profissão resulta delas conectar os indivíduos com “redes sociais engajadas no recrutamento”. Por isso, devemos nos voltar para a análise das dinâmicas de socialização relacionadas aos tipos e níveis de participação dos dirigentes em diversas redes sociais que são anteriores e simultâneas à sua entrada no ambientalismo.

No caso em pauta o gosto pelo “social” e o engajamento político não resultam de um distanciamento em relação à formação escolar e profissional, seja pelo fracasso escolar e profissional ou pelo retraimento das atividades profissionais. Ao contrário, ela consiste numa forma de aproximação e de “expansão” do próprio exercício profissional. Para os dirigentes, isso constitui uma forma de realização profissional ou mais precisamente de acumulação de recursos que possibilitam atuar profissionalmente nas mais diferentes esferas de atividade. Por isso, muito mais do que o tipo de formação universitária é a perspectiva militantista da escolarização e da atividade profissional que constituem a tônica principal do relato dos dirigentes. Ocorre que a ocupação de posições de direção e de liderança na defesa ambiental não implica uma ruptura com a carreira profissional, mas antes se torna uma forma de imersão “verdadeira” no exercício profissional, pois é um aspecto “necessário” da atividade profissional. Em decorrência disso, as retribuições obtidas com a militância envolve geralmente a utilização de recursos profissionais em diversas esferas de atuação. Dito de outro modo, o tipo principal de retribuição

obtida com o ambientalismo resulta da possibilidade de articulação da formação escolar e profissional com a esfera do engajamento em diversas esferas sociais: partidos políticos, agências governamentais, imprensa, universidades, etc.

Desse modo, não se trata de um tipo de militância que consiste na utilização da competência adquirida através da formação escolar e universitária para esclarecer as medidas e as práticas que a associação deve adotar (OLLITRAULT, 2001, p. 126). Antes disso, o engajamento associativo constitui uma forma de ruptura com o “simples” exercício profissional e de reativação de disposições que possibilitem “extrapolar os limites da profissão”. Não se trata também de uma espécie de “diletantismo profissional” como demonstra Siméant & Dauvin (2002) a respeito dos fundadores de organizações humanitárias na França, no sentido de que estamos diante de uma atitude de distanciamento ou de indiferença em relação às exigências que o exercício profissional requer. Antes disso, o que se manifesta na situação em pauta é a continuidade de uma concepção de “profissão” como uma forma de acesso às funções de Estado mais prestigiosas (DEZALAY & GARTH, 2002). Por isso, pode-se compreender como que o peso da formação escolar e universitária entre o universo de dirigentes considerados não resultou na configuração de um “militantismo de expertise” (OLLITRAULT, 2001) e sim na intensificação dos usos da escolarização como forma de articulação de diferentes esferas de atuação através da militância (CORADINI, 2002). Os tipos de competências que os dirigentes utilizam, ao invés de remeter ao monopólio de uma especialidade, quase sempre conduzem a qualidades que extrapolam os “limites da profissão”, no caso, à “cultura geral”, ao “humanismo”, à ocupação de cargos nas burocracias públicas e na política partidária. É que nessa situação os dirigentes se sentem imbuídos de um verdadeiro papel de “intelectual” no sentido de exercer o papel de mediador que articula o plano da “profissão” e o da “política” (PÉCAUT, 1990). É com base nessa “fusão” entre “profissão” e “política” que se deve entender também as características particulares do “diletantismo político” dos ambientalistas gaúchos.

Essa análise do conjunto dos dirigentes que ingressaram na defesa

ambiental entre o começo da década de setenta e o início dos anos 2000, possibilita verificar a continuidade de uma mesma concepção de política e de sociedade como fundamento da participação na defesa de causas ambientais em diferentes gerações militantes. É a partir disso que se mostram um tanto que artificiais as rupturas estabelecidas pela literatura sobre o “movimento ecológico” no Brasil entre “conservacionismo”, “ecologia política” e “multissetorialização” para designar as diferentes etapas da emergência e desenvolvimento da luta ambiental (Capítulo I). É que sem considerar o princípio que fundamenta as diferentes formulações sobre a defesa ambiental, tais abordagens acabam tomando os próprios discursos dos ambientalistas como instrumento para a demarcação das mudanças do conteúdo ideológico e dos tipos de intervenções observadas no desenvolvimento da defesa de causas ambientais. Ao chamarmos a atenção para isso não se pretende descartar que no período considerado a defesa do meio ambiente tenha passado por modificações bastante significativas no que diz respeito, entre outras coisas, à composição social dos atores que participam da proteção ambiental e das redes que os conduzem à mesma e, conseqüentemente, de seus discursos e de suas intervenções (Capítulo II). Todavia, em meio a esse aspecto comum ao conjunto dos dirigentes considerados, pode-se observar modalidades muito diferenciadas de articulação da formação escolar com a militância ambientalista para a atuação profissional em diversas esferas sociais. Trata-se, portanto, de verificar em que medida e com base numa concepção comum do engajamento e da participação política ocorre uma grande diversificação dos discursos e das modalidades de atuação profissionais dos dirigentes. Uma das alternativas para isso é examinar os padrões principais de intersecção entre as disposições surgidas no meio familiar com os tipos de itinerários profissionais e militantes dos dirigentes (Capítulo IV).

A constatação de que um dos traços principais do engajamento dos dirigentes ambientalistas é a articulação da formação universitária e profissional, não permite dar conta da diversidade de concepções e de formas de participação que caracterizam tal universo militante. O exame dos tipos

principais de itinerários que conduzem os dirigentes à defesa ambiental com base em suas vinculações anteriores a diversos “movimentos sociais” possibilita apreender certos aspectos gerais de suas representações do engajamento. Todavia, para apreender como tais definições se combinam com a diversidade de condições e de inserções sociais dos dirigentes, devemos nos voltar para as diversas lógicas sociais subjacentes aos trajetos que os conduzem ao engajamento e à permanência no ambientalismo. É no cruzamento entre os itinerários escolares, profissionais e militantes que se compreende como emerge esse tipo de militantismo. É através disso que se observa como o engajamento resulta da aproximação entre diferentes “esferas de vida”: estudantil, política, profissional.

Com base nisso, pode-se estabelecer certa diferenciação no conjunto dos entrevistados quanto às formas de articulação das esferas da militância, da formação escolar e do exercício profissional. De um lado, um conjunto formado pelos militantes cuja “entrada” no associativismo é posterior à formação escolar, ao exercício da profissão e à ocupação de cargos e posições salariais. É importante salientar que a grande parte dos casos que corresponde a essa forma de engajamento é de militantes que atualmente são designados como “os pioneiros da ecologia” ou “os ecologistas históricos”³³. De outro lado, diversos tipos de militância constituídos pela imbricação entre o engajamento associativo, anterior ou concomitante ao ingresso na universidade, a formação universitária e profissional e o exercício de atividades salarizadas com base na militância associativa. De certa forma, esse é atualmente o padrão corrente de engajamento associativo e pode ser encontrado em diferentes organizações. Assim, para além das disputas coletivas quanto à “profissionalização” das “entidades ecológicas”, observa-se que o militantismo ambientalista cada vez mais se caracteriza como uma esfera de articulação da formação escolar e universitária para a atuação profissional nas mais diferentes esferas sociais.

Para dar conta de como tais disposições são ativadas e transformadas durante o processo de engajamento e dão origem a diversas

³³ . Para a análise destes militantes foram utilizadas, além das entrevistas, duas publicações recentes dedicadas às principais lideranças. São elas: Urban (2001) e Bones & Hasse (2002).

modalidades de atuação profissional, trata-se de verificar a intersecção de distintos processos de socialização com as carreiras militantes dos dirigentes. No entanto, deve-se acrescentar que não é apenas como espaços de socialização que se deve examinar o papel das redes para o engajamento e a militância, mas também como possibilitando o estabelecimento de “múltiplas referências” (MISCHE, 2002). Principalmente quando se trata de agentes que acumulam simultaneamente diversas posições em diferentes redes sociais, assim como internamente nos grupos e facções vinculados a respectivas organizações e “movimentos sociais” articulados à defesa do meio ambiente.

CAPÍTULO IV – A DEFESA DO MEIO AMBIENTE COMO UMA “ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL”

Os estudos sobre o ambientalismo têm salientado a tendência de valorização das competências escolares e científicas como os tipos principais de recursos militantes utilizados pelos dirigentes (OLLITRAULT, 2001; GALLET, 2002). Outros trabalhos chamam a atenção para a crescente divisão entre um pólo de ativistas que se caracteriza pela acumulação de recursos “técnicos e científicos” e o que detém predominantemente recursos “militantes e políticos” (SAINTENY, 1999, 2000). Uma das particularidades principais da situação em pauta é que a “fusão” ou “mescla” de atuação “técnica e profissional” com a “política e militante” perpassa o conjunto dos dirigentes ambientalistas. Como vimos no capítulo anterior, é uma maneira militantista de conceber e de por em prática o exercício profissional que se destaca como um traço comum aos entrevistados, uma vez que a formação e a prática profissional são concebidas e utilizadas como instrumentos de politização em diferentes esferas de atuação.

Ainda que uma das características principais da ocupação de posições de direção na defesa ambiental seja a sua vinculação com a formação escolar e com o exercício profissional, tal aspecto não é suficiente para dar conta da diferenciação das modalidades de ingresso e de desdobramento do engajamento individual, assim como da diversidade de investimentos, de concepções e de retribuições vinculadas à participação dos dirigentes no ambientalismo. Como se sabe, as condições e os processos sociais que possibilitam a conversão da simpatia individual por determinada mobilização ou organização em ato de adesão à causa defendida são muitos diversificados. Como bem salienta Passy (1998, p. 6):

O engajamento individual é um processo longo que se inicia pela construção dos quadros culturais que permitem ao indivíduo simpatizar com os objetivos do movimento e que se conclui pela conversão de sua simpatia política em ato. Entre o ponto de partida e o ponto de chegada, colocam-se complexos mecanismos que tornam possível a transformação de um potencial de mobilização em ação.

Rompendo com as visões que pressupõem uma relação quase automática ou direta entre a passagem da “simpatia política” para o ato de participação, as análises do engajamento diferenciado trouxeram à tona uma série de fatores e mecanismos que influenciam as dinâmicas individuais de adesão, de permanência e de abandono das atividades promovidas pelas organizações e “movimentos sociais”. Constatando que é sempre uma minoria que adere efetivamente e que participa ativamente das mobilizações, a maioria dos estudos tem focalizado a questão dos graus variáveis de intensidade da participação dos indivíduos nas atividades de um determinado movimento e proposto a distinção entre as principais categorias de militantes, como é o caso da diferenciação entre “aderentes”, “participantes” e “ativistas”. Ocorre que na situação em pauta, todos os entrevistados ocuparam ou ocupam posições de direção em organizações vinculadas à defesa ambiental, sendo qualificados, em conformidade com tais categorizações, como “ativistas” ou “dirigentes”, no sentido de que se trata de militantes que “constituem a categoria de indivíduos os mais engajados no seio da organização de um movimento” (PASSY, 1998, p. 10).

No entanto, mesmo se tratando de indivíduos que partilham uma concepção semelhante da escolarização e cuja intensidade da participação em organizações ambientalistas é muito próxima, os dirigentes ambientalistas apresentam modalidades muito diferenciadas de articulação da formação profissional com o engajamento na defesa de causas ambientais. Acontece que o ingresso e a militância em organizações ambientalistas têm se caracterizado cada vez mais pela utilização da formação e do exercício profissional para a ocupação de cargos nas mais diferentes esferas sociais. Na medida em que a imbricação entre militantismo e formação profissional é um dos aspectos principais que contribuem para o ingresso no ambientalismo, trata-se de

apreender os mecanismos e os processos sociais que resultam na configuração das diversas formas de reconversão profissional entre os dirigentes ambientalistas e suas conseqüências para as dinâmicas de intervenção na defesa do meio ambiente. Quais as principais modalidades de reconversão profissional que caracterizam o universo dos dirigentes considerados? Quais os fatores e os mecanismos vinculados a tais diferenciações? As formulações encontradas para o tratamento de tais questões não diferem muito das que têm sido aplicadas na investigação das variações dos graus de intensidade da participação, pois remetem tanto às condições sociais de possibilidade do ingresso em determinada forma de ação coletiva quanto às dinâmicas e aos percursos seguidos pelos indivíduos uma vez engajados.

Frente à grande heterogeneidade dos investimentos e dos tipos de participação do conjunto dos entrevistados e tomando como referência as mobilizações que tiveram início na década de setenta, pode-se diferenciar três principais gerações³⁴ de dirigentes ambientalistas. Em primeiro lugar, encontram-se aqueles que ingressaram na defesa ambiental no início dos anos setenta, correspondendo a um percentual de 18,4% do conjunto entrevistado. Em segundo, os que iniciaram sua militância em finais dos anos setenta e durante a década de oitenta, representando 36,7% do total e, por fim, um terceiro conjunto formado pelos que aderiram ao movimento entre o início da década de noventa e dos anos dois mil, os quais constituem 44,9% dos dirigentes entrevistados. Essas diferenças quanto ao período de adesão estão relacionadas aos distintos contextos em relação aos quais ocorre tal engajamento, ao mesmo tempo em que nos coloca diante de certas modificações ocorridas nas condições e nas lógicas específicas que conduzem os dirigentes a tal tipo de engajamento. Dito de outra maneira trata-se de verificar em que medida a existência dessas diferentes gerações de dirigentes

³⁴ . O termo “geração” é aqui utilizado no sentido de “comunidade de adesão” (FILLIEULE, 2004), pois diz respeito especificamente ao período de adesão dos dirigentes ao militantismo ambientalista. Ele não implica necessariamente na existência de um “grupo marcado pelos mesmos acontecimentos políticos” (geração política), nem uma “comunidade de idade”. Sobre as diferentes dimensões implicadas no uso de tal termo ver Sawicki (1997, p. 101, nota 85) e Fillieule (2001).

estão relacionadas tanto às condições políticas que “constrangem” as possibilidades de engajamento na sociedade brasileira (ditadura, abertura política, constituição de 1988) quanto às transformações ocorridas no próprio ambientalismo, ou mais especificamente, às condições e aos processos de reconversão profissional através da defesa do meio ambiente. Em consonância com isso, no decorrer do capítulo apresentamos as principais modalidades de engajamento dos dirigentes conforme o momento de ingresso no ambientalismo. Isso possibilita perceber que certas modificações quanto às origens sociais e aos tipos de recursos utilizados variam também conforme o período de adesão e de ingresso dos dirigentes em organizações ambientalistas.

De maneira geral, o recorte geracional possibilita visualizar a pertinência dos recursos de origem na emergência de mobilizações coletivas em um contexto político caracterizado pela limitação formal das possibilidades de participação política. Por outro lado, ele nos mostra também que é relevante considerar as modalidades de entrada ou as vias de acesso à participação e à ocupação de cargos na defesa ambiental. Desse modo, a comparação entre essas principais gerações de dirigentes possibilita perceber que o potencial de mobilização do movimento ambientalista tem se modificado consideravelmente no curso do tempo. Durante a década de setenta eram indivíduos que tinham uma proximidade social e política das elites políticas e que participavam de grupos naturistas ou que estavam vinculados ao trabalho assistencialista àqueles que foram mobilizados para a defesa ambiental. Já a partir da década de oitenta são militantes com origens sociais relativamente mais baixas e que participavam do movimento estudantil e da criação do Partido dos Trabalhadores que constituem os quadros principais do movimento. A partir dos anos noventa, sem que desapareça o movimento estudantil como um dos principais “suportes” da mobilização para a defesa ambiental há uma maior diversificação das redes de organizações sociais vinculadas a tal movimento como é o caso de organizações sindicais, de outros partidos além do PT, de grupos vinculados ao escotismo e à alimentação natural, etc.

Isso tudo contribui para que os tipos de concepções e de

intervenções relacionados à defesa do meio ambiente sofram modificações consideráveis. Um dos componentes principais de tais transformações está relacionado à maior intensificação e diversificação das maneiras de vincular a defesa do meio ambiente com a formação e o exercício profissional em diferentes esferas sociais. Enquanto que no início da década de setenta a reconversão da formação e do exercício profissional ocorria com base na bagagem cultural e política propiciada pelo meio familiar, nos anos oitenta e noventa são os engajamentos anteriores ou simultâneos à sua entrada no ambientalismo em organizações e “movimentos sociais” os mais diversos que alicerçam as modalidades de uso da profissão em diferentes esferas de atuação. Desta forma, as duas principais gerações de dirigentes ambientalistas trazem à tona dois padrões principais de reconversão profissional através do engajamento na defesa de causas ambientais, mesmo que internamente tais padrões sejam muito diversificados e dêem origem a modalidades individuais de atuação muito distintas.

4.1 – OS AMBIENTALISTAS “PIONEIROS” E A “NOVA MORAL ECOLÓGICA”

Os dirigentes que ingressaram na defesa ambiental no início dos anos setenta, são atualmente referidos na literatura acadêmica e militante, nos documentos e nos relatos dos entrevistados, como os “ecologistas históricos”, os “fundadores” e mais geralmente como os “pioneiros” da luta ambiental. A participação de alguns deles na defesa do meio ambiente se encontra atualmente retratada em livros, em dissertações, em artigos de jornal e *sítes* de organizações ambientalistas. Eles também são freqüentemente homenageados em eventos comemorativos, fazendo parte da lembrança dos atuais militantes e até mesmo de uma grande parcela da população. Nesse sentido, é comum ouvir pessoas que nunca participaram do movimento ambientalista perguntar se “tais” nomes foram entrevistados e afirmar que é muito importante conversar com “eles”. Em geral, tais dirigentes foram membros e ocuparam posições de

direção em organizações como a AGAPAN e, em menor medida, na ADFG e na COOLMEIA. No entanto, deve-se considerar que nesse período tais organizações mantinham laços estreitos, participando conjuntamente de várias lutas, em decorrência dos vínculos afetivos, sociais e políticos estabelecidos entre seus principais dirigentes.

Sem pretender retornar aqui à descrição das mobilizações desenvolvidas durante o começo da década de setenta (o que já foi feito no capítulo II), cabe salientar que o engajamento de tais dirigentes na defesa de causas ambientais ocorreu num contexto político nacional marcado pela existência de um “regime autoritário” em vigor desde a segunda metade da década de sessenta o qual se caracterizou, entre outras coisas, pela limitação formal das possibilidades de participação política. Várias organizações políticas que lutaram contra o golpe militar, como o movimento estudantil e certos grupos de esquerda, tinham sido perseguidos e proibidos de se manifestar, enquanto que muitas lideranças saíram do país e passaram a viver no exílio até meados dos anos oitenta (LANDIM, 2002). Tratava-se também de um momento em que a problemática ambiental emergia no cenário internacional como um “discurso sem opositores” no sentido de que se afirmava como uma dessas “causas generosas que suscitam *a priori* a simpatia e que nenhum ator tem o interesse em colocar em causa” (JUHEM, 2001, p. 10). Tal construção ideológica resultou de um conjunto de mobilizações desenvolvidas na Europa e nos EUA em finais dos anos sessenta que tinham como objetivo a promoção de um “espaço internacional” de expressão e de reivindicação (OLLITRAULT, 1999), destacando-se como um dos marcos principais do período a realização em 1972 da Conferência de Estocolmo na Suíça.

É nesse contexto nacional e internacional que surgem as primeiras reivindicações defendidas pelos ambientalistas “pioneiros”. Para eles, a defesa do meio ambiente era concebida como um esforço para superar o “antropocentrismo” e estava associada a transformações que deveriam ocorrer no plano da “ética” e da “moral”, pois se tratava de um desafio que dizia respeito à “humanidade” como um todo devendo, portanto, fazer parte de todas as “ideologias políticas e religiosas”. É nesses termos que o primeiro presidente

da AGAPAN apresenta inicialmente os principais desafios da luta ambiental.

se quisermos sair da atual crise ecológica que a humanidade trouxe sobre si mesma, e se não sairmos, não teremos futuro, vamos necessitar de uma moral mais ampla, mais completa, de uma ética ecológica. Temos que aprender a ver o todo. Temos que nos livrar deste velho preconceito ocidental, da idéia de que o homem é o centro do Universo, de que toda a criação está aqui para nos servir, de que temos direito de usá-la e abusá-la sem sentido algum de responsabilidade. Temos que nos libertar da idéia de que os outros seres só têm sentido em função da sua utilidade imediata para o homem. Como queria Shweitzer, nossa ética terá que incluir toda a criação (LUTZENBERGER, José. Por uma Ética Ecológica. In: BONES & HASSE, 2002, p. 190).

O fato do discurso ambientalista não se apresentar nesse momento como uma contestação política ao “regime autoritário” vigente no Brasil constitui, certamente, um dos aspectos que contribuiu para o sucesso inicial das mobilizações levadas adiante pelos “fundadores” das primeiras organizações ambientalistas do Rio Grande do Sul. Como bem salienta o segundo presidente da AGAPAN (Dirigente nº 11) “Não éramos visto como uma ameaça direta, como subversivos. Nosso discurso era político, mas era um conteúdo difícil de decifrar. Não estávamos falando contra o regime, falávamos contra todo um modelo” (DREYER, 2004, p. 192). Quanto a isso cabe novamente lembrar que esse tipo de discurso não é uma especificidade dos dirigentes ambientalistas nem tampouco é um simples resultado dos contornos peculiares adquirido pela problemática ambiental na situação brasileira. Tal como os direitos do homem, o anti-racismo, a luta pela paz e a liberação das mulheres, as causas ambientais não constituem tipos de interesses e de reivindicações que digam respeito a categorias sociais específicas: trata-se antes de “causas consensuais” pertencentes à “humanidade” como um todo (AGRIKOLIANSKY, 2002). No entanto, quando se considera a sugestão de Juhem (2001, p. 26) a propósito do discurso humanitário e se procura apreender os “constrangimentos gramaticais particulares” que caracterizam o discurso ambientalista na referida situação em suas relações com as “propriedades dos atores que lhe enunciam”, observa-se que certas peculiaridades das formulações dos “pioneiros” se encontram

respaldadas num conjunto de características que são recorrentes em tais dirigentes.

A origem social elevada aparece, primeiramente, como uma das características principais do recrutamento e da seleção aos postos dirigentes nas organizações ambientalistas no início da década de setenta. A grande maioria dos dirigentes que fundaram as primeiras organizações ambientalistas no Rio Grande do Sul são filhos de grandes comerciantes, de estancieiros, de juizes, de profissionais liberais como advogados e engenheiros e de oficiais militares com formação universitária. Mesmo aqueles que se autodefinem como “classes baixas”, iniciaram sua participação na defesa ambiental após um trajeto social de ascendência em relação ao grupo familiar de origem e, inclusive, quando já tinham concluído sua formação superior e estavam trabalhando como funcionários no setor público federal. Trata-se de indivíduos, como bem definiu um destes dirigentes (Dirigente nº 31) que tiveram “toda a formação da boa sociedade”, “boas escolas”, formação superior. Suas famílias “viviam no mesmo meio”, sendo que muitos deles já se conheciam antes de aderirem à causa ambiental em função dessa convivência comum, por freqüentarem os mesmos clubes e pelos laços de vizinhança ou de amizade há muito estabelecido entre eles.

Tal aspecto difere nitidamente do que tem sido observado a respeito do surgimento do movimento ambientalista na Europa e nos EUA, onde a composição social das principais organizações era constituída, basicamente, por indivíduos pertencentes às chamadas classes médias, com elevado nível de instrução e vinculados à contestação estudantil de maio de 68 ou a organizações políticas de esquerda. Na situação em pauta, pelo contrário, trata-se de indivíduos provenientes ou vinculados a um universo social, político e cultural bastante elevado e sem muitas experiências anteriores de militância política. Essa posição familiar relativamente elevada dos ambientalistas “pioneiros” constitui, certamente, uma das principais condições que possibilitaram seu engajamento político num momento em que a participação de organizações políticas era formalmente restrita. O fato de se tratar de lideranças recrutadas em famílias de posição elevada e vinculadas às

elites dirigentes do “regime autoritário” era uma das condições que possibilitava a redução dos custos que a participação em mobilizações políticas poderia acarretar para os indivíduos nesse período. Nesse sentido, muitos deles afirmaram que nunca tiveram “medo da ditadura” nem tiveram que “tomar alguns cuidados” em suas mobilizações no referido período. Ao mesmo tempo, ela nos fornece alguns elementos para a compreensão das peculiaridades da relação estabelecida pelos “pioneiros” entre as problemáticas ambientais e as manifestações e lutas políticas ao apresentarem a defesa do meio ambiente como uma problemática “apartidária” e que estava acima de todas as divisões políticas e ideológicas.

No entanto, mesmo que tenha sido um dos fatores que influenciou o trabalho de recrutamento e de seleção dos militantes que se engajaram no referido período, tal aspecto não é suficiente para compreender os determinantes individuais da adesão dos “pioneiros”, nem tampouco os percursos diferenciados de sua permanência no ambientalismo. A posição social de origem dos ambientalistas “fundadores” foi um dos fatores que possibilitaram o seu engajamento na medida em que colocava tais indivíduos diante de um conjunto de situações e de experiências que contribuíram para a formação de certas disposições ligadas à participação na defesa de causas ambientais naquele momento. As vinculações com o universo das elites dirigentes é um dos principais ingredientes da socialização familiar dos ambientalistas “pioneiros” e constitui um dos fatores que estão na origem das disposições políticas que os conduziram à defesa de causas ambientais. Além disso, a origem estrangeira do grupo familiar, as viagens e os contatos freqüentes com organizações e pessoas em outros países está na origem de seu cosmopolitismo e de suas propensões para aderir a problemáticas políticas e ideológicas que estão acima das divisões e fronteiras nacionais³⁵.

Um dos exemplos mais ilustrativos dessa combinação de origem estrangeira e vinculações familiares com as elites políticas é o do primeiro

³⁵ . Sobre a relação entre “um enfoque internacionalizante” (como um dos aspectos característicos da questão ambiental) e a “perspectiva cosmopolitista” (vinculada às “propriedades sociais encontradas freqüentemente entre os atores envolvidos com a área ambiental”, no caso: origem judaica, ex-militantes ou filhos de ex-militantes políticos de esquerda), ver Loureiro & Pacheco (1995, p. 149).

presidente da AGAPAN (1971-1982). Seu pai³⁶ nasceu na Alemanha e fazia parte de uma família socialmente bem posicionada em Altötting na Baviera onde trabalhavam como gráficos, eram donos de uma editora e produziam jornais. Ele se formou em engenharia-arquitetura na Universidade Técnica Real da Baviera, em Munique, e trabalhou durante muito tempo em prefeituras e escritórios na Alemanha e também na Tchecoslováquia, até ser convocado para atuar como oficial do exército alemão nas trincheiras da França durante a Primeira Grande Guerra. Após o final desta demite-se do departamento de obras de construção civil na cidade onde trabalhava antes de ser convocado, ao saber que os franceses tinham convocado todos os ex-oficiais do exército alemão que lutaram fora do país para uma permanência de quatorze dias num “campo de quarentena”. Volta para a casa dos pais e dois anos depois se inscreve para uma vaga numa empresa brasileira, sendo contratado e transferindo-se para Porto Alegre em 1920, onde se torna um arquiteto bem sucedido que foi responsável pela construção de várias obras arquitetônicas da cidade. Mais tarde foi convidado a exercer o cargo de professor do Instituto de Belas Artes da Universidade Federal, passando a orientar seu trabalho para elaboração de projetos arquitetônicos e abandonando suas atividades de construtor. Em 1926 casou-se com uma das filhas de uma próspera e bem posicionada família de Hamburgo Velho no Vale do Rio dos Sinos. O pai de sua esposa era originário do norte da Alemanha e transferiu-se juntamente com alguns de seus irmãos em 1857, sendo que sua esposa e seus filhos emigraram somente alguns meses depois. Ele foi conselheiro municipal da cidade de São Leopoldo e deputado da Assembléia Legislativa Estadual, possuía negócios e fazendas em diversas regiões do Rio Grande do Sul e por força de sua influência política adquiriu a patente de coronel da Guarda Nacional.

O segundo presidente da AGAPAN (Dirigente nº 11) constitui um outro caso igualmente exemplar de semelhante combinação. Ele é descendente de uma “família de judeus sem mistura” que emigraram da

³⁶ . As informações aqui reunidas sobre o pai e a família de tal dirigente foram retiradas basicamente da biografia de Dreyer (2004).

Europa. Seus avós, por parte de pai, eram súditos do Imperador da Áustria-Hungria no século XIX. Seu pai tinha uma “formação de intelectual”, aprendeu várias línguas (alemão, espanhol, francês e inglês) e tinha uma “veia de líder político”: era um líder da comunidade judaica de Porto Alegre e dirigiu o Comitê Internacional de refugiados da guerra na Europa, os quais eram conduzidos à Colônia de Itapuã. Deste modo, segundo seu filho (Dirigente nº 11), embora sempre tenha trabalhado como representante comercial “nunca se interessou por ganhar dinheiro”, pois ganhava o suficiente, uma vez que ele era “muito bem quisto” e “tinha muitas representações”.

Nos demais casos em que a origem estrangeira dos pais (freqüentemente alemã) não se encontra combinada com a participação política dos familiares ou dos próprios pais, ela aparece misturada com a existência de vínculos de parentesco e de amizade com lideranças políticas, religiosas e empresariais. Esse é o caso da dirigente da ADFG (Dirigente nº 05) que é natural de Santana do Livramento e filha de uruguaio, comerciante e dono de estância na cidade, e cuja mãe era prima de Dom Vicente Scherer, uma das principais lideranças religiosas do Rio Grande do Sul. Outro exemplo é da dirigente também da ADFG (Dirigente nº 04), cujo pai era alemão e trabalhava como comerciante de importação, de modo que em decorrência da “perseguição aos descendentes de alemães” após o término da Segunda Guerra, somente conseguiu dar continuidade ao seu trabalho por causa das relações de amizade estabelecidas com o dono do principal jornal do Estado.

Que tu tinhas que sair do país para poder trabalhar porque no Brasil tu não podias, tu não conseguias ter emprego no Brasil. Não foi muito fácil! Nós éramos três irmãos em casa, tudo em época de colégio. Dez, doze, quinze anos. Então a coisa não foi nada fácil pros meus pais, mas o meu pai tinha ótimos amigos, bem brasileiros, como o Breno Caldas, por exemplo, que encomendava todos os papéis pro jornal, ele encomendava através do meu pai que sempre fez esse comércio com a Alemanha e outros países. Então essas amizades é que salvaram a situação e tal (Entrevista).

Já nos casos em que os dirigentes se apresentam como oriundos de um meio social mais baixo é através de sua participação em organizações partidárias que ocorre o contato com experiências e mobilizações políticas

desenvolvidas na esfera internacional. Um dos casos mais ilustrativo disso é o de um “ex-comunista profissional” que trabalhava na livraria do Partido Comunista Brasileiro e que foi “demitido” em 1956 (Dirigente nº. 01), por ter reproduzido um informe que “denunciava violações dos direitos humanos e outros crimes praticados” pelo “regime soviético” no período de Stálin (BONES & HASSE, 2002). Nesse caso, foi basicamente por meio da experiência de “livreiro do partido” comunista durante muitos anos e de intercâmbio com o Consulado da União Soviética em Montevidéu para o envio de material para a divulgação da “ideologia comunista” que entrou em contato com as questões da violação dos direitos humanos em tais regimes e com publicações que estavam surgindo a respeito das agressões à natureza.

Eu trabalhava com livraria mesmo. Eu fazia uma livraria dinâmica. Ia a Bueno Aires e Montevidéu buscar livros. Montevidéu eu buscava no consulado soviético. Representava as revistas soviéticas em Espanhol e a livraria pueblos unidos que publicava...vendia os livros da União Soviética. E negociava diretamente com a União Soviética também (Entrevista).

Todavia, mesmo nesse caso ocorre anteriormente à entrada na defesa ambiental a ruptura com o militância partidário e o estabelecimento de laços de amizade com alguns dirigentes de origem social elevada. Desse modo, quando ele ingressa na defesa do meio ambiente, já estava distante da militância partidária há mais de dez anos, havia se interessado pelo “conservacionismo” e aderido ao “naturismo” em conjunto com os principais “fundadores” da AGAPAN, com os quais mantinha laços de amizade e certa proximidade profissional em decorrência de seu trabalho como advogado e funcionário da Justiça Federal do Trabalho.

De maneira direta ou indireta as origens sociais elevadas e as vinculações com as elites dirigentes dos ambientalistas “pioneiros” influenciaram a conformação de certas disposições políticas que os conduziram à entrada e à permanência na defesa do meio ambiente, assim como de suas propensões cosmopolitas e de seu internacionalismo. Junte-se a isso o fato de os tipos de engajamentos que caracterizam o “grupo dos fundadores” consistirem na freqüência a clubes e eventos culturais, a grupos naturistas e a

organizações assistencialistas. Tais aspectos estão na origem de um padrão de participação no ambientalismo baseado fundamentalmente na bagagem cultural e política herdada do grupo familiar de origem e resulta numa concepção de participação política fundada nas relações estabelecidas a partir da esfera familiar. Por isso, não se deve tomar a não existência de experiências de militância política anteriores à entrada no ambientalismo como sinal de baixa inserção política de tais dirigentes. Pelo contrário, trata-se de modalidades de inserção e de concepções de política “particularística” e “aristocrática” (CORADINI, 1998), fundadas no “dom” e na “opinião pessoal” decorrente de sua elevada condição social (BOURDIEU, 1979). E não de formas de participação que pressupõem a aquisição de recursos militantes mediante a filiação ou militância anterior em organizações políticas, partidárias e “movimentos sociais”. Nesse caso, os recursos militantes adquiridos mediante a participação em associações ambientalistas representam um “fim suplementar” que lhes permite “maximizar outros bens raros” que tais dirigentes possuem (GAXIE & OFFERLÉ, 1985, p. 111).

No entanto, do mesmo modo que não se pode estabelecer uma vinculação direta entre os tipos e os graus de escolarização dos dirigentes com seu engajamento na defesa do meio ambiente (Ver capítulo III), deve-se examinar mais detalhadamente em que medida tais propensões surgidas no âmbito familiar são posteriormente ativadas em diferentes situações no decorrer de suas “experiências biográficas” (SEARLE-CHATTERJEE, 1999). O engajamento numa determinada causa não consiste num simples reflexo das disposições incorporadas, mas é resultado de diversos tipos de experiências e situações a partir das quais tais disposições são ativadas e transformadas (FILLIEULE, 2001; AGRİKOLIANSKY, 2002). É na intersecção da socialização familiar e as respectivas disposições políticas aí geradas com as experiências significativas relacionadas aos itinerários escolares e profissionais dos “pioneiros” que observamos como tais disposições são reforçadas ou modificadas e resultam na configuração de modalidades diferenciadas de engajamento.

Nesse sentido, um dos aspectos que parece peculiar aos

ambientalistas “pioneiros”, em comparação com os dirigentes que aderem à defesa ambiental a partir dos anos oitenta é a idade de ingresso no ambientalismo. A grande maioria deles iniciou sua participação com faixas etárias elevadas, geralmente acima dos quarenta anos, enquanto que uma parcela bem menor era constituída pelos que tinham de vinte e quatro a vinte e nove anos. Eles aderem à defesa ambiental numa fase mais tardia da formação universitária e profissional, na maioria das vezes próximo ao momento da aposentadoria, enquanto que são raros os que fizeram isso anteriormente à entrada na universidade e no exercício da profissão. A grande maioria já tinha concluído seus cursos universitários e alguns estavam trabalhando na área há bastante tempo. Em um caso de ruptura da formação escolar após a conclusão do segundo grau, isso já tinha ocorrido muito antes do ingresso na organização e sua formação universitária não foi retomada durante a militância na referida entidade. Todavia, apesar do engajamento se apresentar numa fase mais tardia da formação e do exercício profissional, ele também se apresenta como uma forma de reconversão profissional de tais dirigentes. A participação na defesa ambiental constitui uma forma de aquisição de posições de notabilidade com base na bagagem cultural ou profissional, mesmo para aqueles que não estavam no exercício profissional ou que tiveram que recusá-lo em decorrência da vida familiar. Pode-se, portanto, distinguir dois padrões principais de adesão ao ambientalismo entre os dirigentes “pioneiros”: de um lado, aqueles cujo engajamento constitui uma forma de retomada de uma “carreira profissional” interrompida; de outro, os que buscam na defesa ambiental uma maneira de reorientação de seu exercício profissional.

A primeira modalidade de intersecção da socialização familiar com a carreira profissional se encontra entre as dirigentes que são atualmente denominadas como “senhoras ambientalistas” e resulta de uma grande “disponibilidade profissional” combinada com a inserção anterior em organizações de “assistência social” e com a perspectiva de “recuperar” a carreira profissional “interrompida” ou mesmo “perdida”. Elas são esposas de empresários, médicos e juizes e haviam passado por rupturas em seus itinerários escolares e profissionais, geralmente em função do casamento e dos

filhos, às quais resultaram no abandono de suas atividades e carreiras profissionais. Nesses casos, o engajamento no ambientalismo ocorre com base nos recursos adquiridos durante a socialização familiar: a “bagagem cultural” constitui um dos ingredientes-chaves de seu ingresso no ambientalismo, ao mesmo tempo em que possibilita posteriormente uma espécie de retomada de uma carreira profissional “perdida”.

Esse é o caso de uma das fundadoras da AGAPAN (Dirigente nº 45), à qual é colocada numa situação de maior disponibilidade para o engajamento em função de impedimentos surgidos no âmbito familiar numa fase mais tardia de seu itinerário profissional e que impossibilitaram a continuidade do exercício de suas atividades ocupacionais. Ela é formada em estenografia e não tem formação universitária. Logo após concluir o segundo grau foi trabalhar no consulado Holandês, mesmo que o paraninfo de sua turma, que era o Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, tenha proposto um emprego na secretaria por ela ter tirado o primeiro lugar na turma. Depois do consulado trabalhou durante vários anos na empresa SCHERING, mas logo depois que casou, aos 35 anos, deixou tal emprego para se dedicar à criação dos filhos, só conseguindo retornar ao exercício de uma atividade ocupacional quando os mesmos começaram a estudar. Tal decisão se defrontou inicialmente com uma grande oposição de seu esposo, um promotor da justiça federal que não se conformou quando ela resolveu “voltar a trabalhar”. Mesmo assim, ela aceitou a oferta de um sobrinho para gerenciar um posto de gasolina. Todavia, alguns anos mais tarde ela se vê novamente impedida de continuar trabalhando em decorrência de problemas ocorridos no âmbito familiar. Dessa vez foi a descoberta que sua filha caçula estava com um tumor no cérebro o que provocou uma ruptura definitiva com o mercado de trabalho, pois ela teve de deixar o emprego para acompanhar o tratamento da filha. Segundo ela própria, foi a partir de tal acontecimento que ela se tornou uma “voluntária”. Esse caso é interessante, pois evidencia um tipo de itinerário no qual o engajamento é um resultado quase direto de rupturas ocorridas na esfera familiar que tiveram uma influência decisiva sobre a ocupação profissional, resultando numa maior disponibilidade para o engajamento. Já nas

demais situações, as rupturas que marcaram seus itinerários escolares ocorreram num momento muito inicial da formação e da possibilidade de atuação profissional devido a proibições dos pais e que depois foram acrescidas de dificuldades decorrentes do casamento e do nascimento dos filhos. Deste modo, é somente num momento de maior distanciamento das imposições relativas às tarefas domésticas, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento da criação dos filhos, que elas são confrontadas com uma maior disponibilidade de tempo e que o engajamento se torna possível.

É o que se observa no itinerário militante da dirigente da ADFG-AT que participou da entidade desde sua fundação em 1964, tendo sido sua vice-presidente por 25 anos (Dirigente nº 05). Foi no ano de 1972 que iniciou sua militância na defesa ambiental, quando estava com 49 anos. Isso porque foi nesse período que a antiga ADFG criou o “setor de ecologia” e se iniciou nas lutas ambientais. Todavia, desde 1964, aos 41 anos, ela já participava de tal entidade. Além do mais, sua entrada na ADFG-AT foi antecedida por um trabalho na Casa da Mãe Solteira e da Criança do Largo São José, mais precisamente numa creche para criança carente desde 1960 até o ano de 1986, continuando mesmo depois de entrar na associação. Tal trabalho teve início quando estava fazendo um estágio no hospital onde seu marido atuava como médico, devido a um curso de nutrição e de dietética que ela fizera. Nesse estágio, ela conheceu e ficou muito amiga da mãe de um dos médicos, à qual era a assistente social que fundou o Largo São José e a que lhe convidou para participar do mesmo. Acrescente-se a isso o fato de neste mesmo período ela ter encontrado uma amiga de infância do seu marido que igualmente estava desenvolvendo um trabalho no mesmo local. Foi através dessa última que começou a entrar em contato com informações, panfletos, palestras, lideranças e organizações vinculadas ao “movimento golpista de 1964” e que iniciou sua participação na fundação da Ação Democrática Feminina Gaúcha em 13 de março de 1964. Sua entrada nesta organização ocorreu num momento muito particular de seu itinerário familiar e profissional. É que após a conclusão do magistério pretendia fazer o curso de medicina em Porto Alegre, mas devido à morte de seu pai em decorrência de um infarto

acabou não ingressando na universidade.

Então, foi aquilo. E, em seguida eu teria que vir que foi em 39 [...]. Meu pai teve um infarto brutal. E a minha mãe... tu ias deixar? Tu é tão ligada à ele, aquela coisa. Tu fica com aquilo. E eu não me dei conta. Eu não me dei conta o quanto... Quando eu vim morar em Porto Alegre, a minha sogra teria dado todo o respaldo para eu estudar medicina. Mas aí aquilo já tinha cortado. [...] Eu não soube lutar, mas eu tinha quinze anos, o meu pai era muito mais velho. Eu era muito ligada à ele. Ele teve um infarto. A minha mãe, que eu não sei por que, mudou de idéia de eu vir estudar aqui... (Entrevista).

Com o falecimento do pai, sua mãe não mais a deixou vir para Porto Alegre estudar medicina e ela resolveu ficar uns tempos no Rio de Janeiro com sua irmã que era casada com um oficial militar. Ficou lá algum tempo até conhecer o seu marido, que é natural da cidade de Rio Grande, mas estava estudando medicina no Rio de Janeiro. Quando nasceu a sua primeira filha, eles decidiram logo em seguida retornar à Porto Alegre. Mais tarde, quando já estava casada e com outros filhos fez um curso de didática na PUC que lhe habilitava para lecionar. Todavia, quando veio sua nomeação ela já estava com quarenta anos e foi para trabalhar na cidade de Esteio, não obtendo a aprovação do seu esposo por ser muito longe. É justamente nesse momento que ela conhece o trabalho no Largo São José e logo depois a ADFG, considerando sua militância na referida organização como uma espécie de substituto da ausência de formação universitária e profissional.

Outra coisa das casualidades, das causalidades. Então, daí, eu fiquei com tempo. E aí foi, justamente, quando eu comecei a entrar na...ADFG. [...] Quer dizer, se eu tivesse vindo... que eu queria estudar medicina, teria sido uma médica. Estava contente por causa da humanidade. Nunca tinha ido pra outro lado, não teria ido pros quatro cantos do mundo, não teria discursado no Banco Mundial, nem nada. Uma porta... (Entrevista).

Em decorrência desse seu envolvimento anterior sua atuação na ADFG-AT esteve inicialmente voltada para a “bandeira do planejamento familiar”, dando continuidade ao trabalho que desenvolvia com as crianças carentes. Seu itinerário militante na ADFG-AT foi alicerçado, por um lado, em

sua boa bagagem cultural, na formação religiosa e em relações estreitas (familiares e de amizade) estabelecidas com lideranças religiosas, políticas e militares. Por outro lado, no fato de não precisar trabalhar dada a razoável situação financeira à qual possibilitava “dispor de seus dias” para dedicar-se integralmente à militância, atuando sempre como “voluntária”. Foi dessa forma, que teve uma participação destacada em reuniões, encontros e programas internacionais. Do mesmo modo, quando aceitou o convite para trabalhar como Assessora Especial do Meio Ambiente na Coordenação do Programa Guaíba-Vive durante a administração municipal do Prefeito Tarso Genro em Porto Alegre (1993-1996), já estava com setenta anos e isso não resultou numa redefinição de sua forma de inscrição no mundo do trabalho.

Um trajeto muito similar, mas que se diferencia deste na medida em que se encontra combinado com uma razoável formação universitária, é o caso da presidente de honra da ADFG-AT (Dirigente nº 04). Ela começou a participar da entidade em 1964, logo após a fundação desta, através da prima que estava participando e que a levou para as reuniões num período em que a ADFG-AT era praticamente um grupo que estava fazendo assistência social. No entanto, antes disso tal dirigente já fazia o que denomina de “intervenção social” que consistia em preparar “bordadinhos” e doar à Igreja para ser vendido nos bazares, de modo que tal dinheiro poderia ser utilizado pela Igreja em seu trabalho social. Por isso, quando sua prima a convidou ela achou a idéia ótima e começou logo a participar das reuniões e atividades desenvolvidas. Na “entidade” seu trabalho esteve inicialmente voltado para a “ação social”: participação em cursos de assistência social na própria “entidade”, em clube de mães, colégios, creches, etc. Quando isso ocorre, ela estava com 40 anos, era casada com um grande empresário gaúcho, tinha três filhos e já tinha concluído sua formação universitária a qual não resultou no exercício profissional: tem mestrado no curso de Línguas Anglo-Germânicas, sendo também formada em didática pela Faculdade de Filosofia da UFRGS e em Língua e Literatura Francesa pela Aliança Francesa de Porto Alegre. Mas, muito antes disso, quando estava com apenas vinte anos, já manifestara um desejo de sair do Brasil e ficar um ano estudando nos Estados Unidos por ter

recebido uma bolsa do curso de Línguas Anglo-Germânicas que fazia. Seu pai, no entanto, não lhe deu a autorização para poder viajar.

Aí o meu pai disse assim: 'Olha, minha filha o ano que vem tu fazes vinte e um e aí tu vais'. Só que no ano que vem [dá uma risada!] fiz vinte e um, mas estava noiva. E daí não fui mais, não fui mais para aquela coisa assim que eu almejava tanto. Ter um curso no exterior era assim... um troço. Bom, então.... (Entrevista).

É como um desdobramento desse engajamento na assistência social que se desenvolve sua militância no ambientalismo, sendo uma das principais articuladoras da aproximação entre a ADFG e as mobilizações levadas a cabo nesse período principalmente pela AGAPAN e, mais tarde, da integração de tal organização à Federação Internacional Amigos da Terra. Foi a partir da leitura de artigos do Lutzenberger e da freqüência às suas palestras juntamente com outras colegas de entidade, bem como pela participação nas reuniões das segundas-feiras na AGAPAN, desde o início da fundação desta em 1971, e pela amizade estabelecida com alguns membros da referida organização que foi se gerando tal aproximação e que abraçou a “causa ecológica”³⁷. Contudo, mesmo tratando-se de alguém que combinava o pertencimento à “classe alta”, o ingresso numa família cujo nome tinha peso e que, segundo ela própria, “no Rio Grande do Sul abria todas as portas”, com uma formação universitária no nível de mestrado, sua militância está tal como no caso anterior, respaldada principalmente em recursos familiares e em sua “bagagem cultural”.

É com base nos recursos culturais, econômicos e políticos vinculados à família de origem que tais dirigentes foram as principais articuladoras das lutas ambientais durante a década de setenta, adquirindo uma notoriedade tanto no âmbito nacional quanto internacional. Em decorrência da grande disponibilidade de tempo gerada pela ausência da necessidade de trabalhar puderam se dedicar integralmente à organização, tornando-se verdadeiras “funcionárias” das mesmas num momento em que

³⁷ . Sobre isso ver Urban (2001, p. 57-67) e Bones & Hasse (2002, p. 85-95).

segundo elas próprias a “ecologia” não era algo “muitíssimo sério” como é atualmente, pois consistia, basicamente, numa “ocupação para pessoas que tinham tempo a dedicar”. Com base em tais condições e nos recursos proporcionados pela família de origem elas foram as primeiras a conseguirem estabelecer parcerias e vínculos financeiros com empresas, organizações estatais, bem como com fundações e organismos internacionais.

A segunda modalidade de engajamento dos dirigentes “pioneiros” é representada pelos que foram denominados de “profissionais liberais”. Ela se diferencia da anterior na medida em que se trata de indivíduos que tinham uma razoável situação profissional e ocupacional como executivos de grandes empresas multinacionais (BASF, CITIBANK) ou como funcionários do setor público (da justiça federal, da universidade, do Ministério da Agricultura). Seus engajamentos também ocorrem numa faixa etária elevada, mas esta se combina com uma fase mais tardia do exercício profissional relativamente próxima ao momento de aposentadoria. Ocorre que nestas modalidades de participação, além da bagagem cultural propiciada pela sua origem social elevada os dirigentes podiam contar também com os recursos adquiridos através do exercício profissional, de modo que não se trata simplesmente de recuperar uma carreira profissional interrompida em decorrência de rupturas familiares, do casamento e do nascimento dos filhos. A adesão ao ambientalismo funciona como uma forma de reorientação de suas atividades e do próprio exercício profissional. Em alguns casos, tal redefinição profissional constitui uma forma de retomada de certas aspirações descartadas no decorrer de seus itinerários escolares e profissionais. Todavia, uma das características predominantes nesse conjunto é a articulação da bagagem cultural adquirida através da família de origem com certa notabilidade e prestígio vinculados à formação e ao exercício profissional como instrumento de intervenção em diferentes esferas de atuação.

Uma primeira versão desse tipo de engajamento se situa no limite com o padrão anterior e é representada pelos dirigentes dispostos de uma boa posição ocupacional, combinada com a ocorrência de rupturas no âmbito familiar e no itinerário escolar e profissional. Esse é o caso do primeiro

secretário e depois tesoureiro da AGAPAN, atualmente conhecido como o “incansável tesoureiro” e mais comumente como o “guardião da memória” do movimento ambientalista gaúcho (Dirigente nº 01). Sua participação na criação da AGAPAN foi precedida por um longo período de militância profissional como livreiro do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ocorreu após alguns anos de ruptura com a atividade partidária³⁸. Para melhor compreender a relação entre sua atuação partidária e a entrada no ambientalismo, deve-se considerar que foi através do ingresso no referido partido que ele conseguiu inicialmente romper com as imposições do pai, bem como desenvolver o gosto que já tinha pelos livros e pela leitura. Seu pai era filho de português, trabalhava como corretor de grandes imobiliárias e, segundo o filho, tinha certa preferência pela “direita”, inclusive sendo a favor dos republicanos durante a Guerra da Espanha em 1936. Ele impôs ao filho uma educação bastante rígida durante a infância que resultou na hostilidade do mesmo ao “ensino formal”: proibindo-lhe a amizade e o contato com outras crianças e lhe obrigando a estudar num quarto fechado. Foi fugindo desse ambiente, que ele define como “autoritário”, que desenvolveu o gosto pela leitura.

Ele achava o seguinte: que me dar uma escrivaninha e um quarto, fechava a chave e me deixava estudando, entre aspas. E eu mantinha no forro da casa, que eu me comunicava pulando em cima de um armário, uma biblioteca daquelas novelas que hoje representa a novela de televisão. [...] Não era minha a novela. Era dum vizinho amigo meu. Ele me emprestava. A mãe dele colecionava novelas e novelas e tinha toneladas de novelas em casa. E ia tudo isso lá pro forro da minha casa. Eu passava a vida lendo as novelas. Bah! Como eu gostava de ler novela. Novela igual às de hoje, a mesma coisa. Só que era escrita... (Entrevista).

A leitura de novelas constitui, portanto, uma das primeiras manifestações de sua independência em relação à rigidez da educação familiar e escolar. Uma outra expressão de sua hostilidade à educação paterna ocorre quando ele abandona a escolarização durante o primeiro grau, logo após a morte do pai. Segundo ele próprio, isso ocorreu porque era alguém que “tinha

³⁸ . Sobre tal caso ver também Urban (2001), Bones & Hasse (2002) e a entrevista concedida à Revista Sobrevivência da AGAPAN em abril de 1991, p. 8.

muita dificuldade para estudar”: “não gostava de estudar” e “não tinha nada que ver com a escola”, apenas comparecia às aulas, mas “não prestava a atenção”. Foi quando começou a trabalhar, ainda adolescente, na livraria do Partido Comunista Brasileiro que conciliou o interesse pela leitura com o exercício de uma atividade ocupacional, mas durante muito tempo dividiu tal atividade com o trabalho em empresas privadas (como cobrador de ônibus, vendedor de seguros, cobrador de contas, etc.). Tinha planos de montar uma “grande livraria” do partido em Porto Alegre e se dedicar à atividade de livreiro, participando, inclusive, da fundação da Feira do Livro de Porto Alegre. No entanto, tais planos foram interrompidos com a descoberta de que o dinheiro acumulado para isso era proveniente do trabalho que ele realizava para o “serviço de informação” do Consulado Soviético de Montevidéu, o que resultou na retirada pelo partido de todo o dinheiro que ele tinha guardado no Banco do Brasil e na sua demissão da livraria.

Eu trabalhei num Consulado Soviético de Montevidéu. O Partido comunista não sabia desses canais aí. Roubaram meu dinheiro. Eu nunca usei o dinheiro do consulado. Eu montei, em Porto Alegre, um serviço de... trabalho por... Não digo que fosse espionagem, mas era uma informação. Eu botei um empregado só pra isso. Só pra isso não, ele trabalhava na livraria do Partido Comunista e mais isso. Dava um pouco de dinheiro pro empregado, gastava muito dinheiro com Correios e bons pacotes... e tudo, pra mandar pra lá. E eles me pagavam muito bem. Todas as despesas. Mandava a fatura pra eles. Eu mandava a fatura. Guardei o dinheiro todo no Banco do Brasil. Nunca usei o dinheiro. Mas eu queria fazer uma livraria, grande, nova, bonita, com aquele dinheiro..... Mas, quando o Partido descobriu que eu tinha dinheiro no Banco do Brasil... Bah!, eles me levaram na conversa, mas eu sabia que eles iam roubar (Entrevista).

Quando saiu do partido comunista, aos 35 anos, defrontou-se novamente com o desafio de ter que estudar, o que ocorreu mediante a colaboração de outros ex-colegas de partido. Até então, tinha apenas o primeiro grau incompleto, concluindo o ensino básico e fundamental através do supletivo e ingressando posteriormente nos cursos de contabilidade e de direito da UFRGS, respectivamente em 1960 e 1964. Depois fez vários concursos e trabalhou como funcionário público no exército por três anos, no IAPI durante um ano e meio e, por fim, na Justiça Federal do Trabalho onde permaneceu

durante 20 anos até sua aposentadoria. Acontece que seu retorno ao ensino formal e o ingresso no funcionalismo público federal ocorreu paralelamente ao afastamento tanto da política partidária quanto da atividade de livreiro por aproximadamente uns 15 anos. Foi nesse intervalo de tempo que ele se aproximou da causa ambiental pela leitura das crônicas de Henrique Roessler, o qual segundo ele era “um homem que defendia a natureza”, através do caderno Correio Rural do jornal Correio do Povo onde trabalhava seu irmão. Todavia, a sua inserção em organizações e grupos que praticavam o naturismo teve um papel desencadeador de sua conversão à defesa do meio ambiente: por um lado, porque se tratava de um pequeno grupo que já tinha um “projeto de naturismo” que incluía fundar uma entidade; por outro, porque a nova entidade, no caso a AGAPAN, teve como base os membros desse grupo, assim como os amigos destes. Deste modo, foi após alcançar uma boa situação ocupacional e financeira que pode retornar à militância e ao trabalho de livreiro. A participação na fundação da AGAPAN e nas mobilizações em defesa do meio ambiente teve um papel fundamental no sentido de possibilitar a re-articulação de tais atividades. Nesse momento, ele estava com 50 anos e pôde contar com as relações estabelecidas anteriormente tanto no universo ocupacional quanto na antiga atividade de livreiro para conseguir mobilizar os recursos necessários à criação e a difusão da nova organização.

Como se pode ver, trata-se de um caso em que a formação escolar e universitária é apreendida apenas pela sua “formalidade” para o acesso a uma boa posição ocupacional, mas vista como totalmente desnecessária para o exercício da militância. É na formação adquirida através de leituras diversas (novelas, jornais, livros) e da experiência de livreiro e militante do partido comunista que se encontram os elementos principais de sua intervenção na defesa ambiental. Por isso, durante a entrevista, em palestras e, até mesmo, em conversas mais informais com tal dirigente, pode-se observar que suas intervenções estão sempre respaldadas, por um lado, numa grande desconfiança em relação à política partidária, à qual sempre se refere como os “sem-vergonha”, os “desonestos”, os “bandidos”, os “canalhas”, etc., e, por outro, nessa sua “paixão” pelas novelas, narrando “fatos”, “histórias”, “fofocas”

e “personagens” vinculados à defesa ambiental que poucas pessoas se recordam. Em função disso ele é atualmente conhecido como “o guardião da memória” do ambientalismo no Rio Grande do Sul, dada a grande quantidade de livros, recortes de jornais, cartas, manifestos, etc., e de “histórias” que acumula sobre as mobilizações ambientalistas. De certa forma, tal designação, expressa sua forma de inscrição anterior no mundo da militância, não estando respaldada em recursos e competências escolares, no caso sua formação em direito ou contabilidade, e sim em capacidades e experiências adquiridas no âmbito da militância partidária como “vendedor de livros” e “divulgador” de idéias, documentos, panfletos, etc., bem como em experiências anteriormente relatadas sobre sua “vida escolar” e sua “paixão pelas novelas”.

Trata-se, portanto, de um caso em que a razoável situação ocupacional constitui apenas um recurso que facilitava sua participação: possibilitando uma maior disponibilidade de tempo para acompanhar as atividades da organização e a mobilização de relações estabelecidas com colegas de trabalho para a aquisição de equipamentos, salas e materiais necessários ao funcionamento da mesma. Por outro lado, a entrada no ambientalismo constitui uma forma de “retomada” de “antigas paixões”: a militância partidária e a atividade de livreiro que inicialmente estavam associadas quando era funcionário e militante do PCB. É, por isso, que tal caso pode ser considerado como uma espécie de situação intermediária entre aquela representada pelas “senhoras ambientalistas”, para as quais a participação na defesa do meio ambiente não está diretamente associada à formação e ao exercício profissional, e os chamados “profissionais liberais”, que encontram no ambientalismo uma alternativa duradoura para a mobilização de sua formação escolar e de certo prestígio obtido através do exercício profissional como instrumento de intervenção em diferentes esferas sociais.

Pode-se citar como um caso exemplar dessa última situação a carreira militante do segundo presidente da AGAPAN (Dirigente nº 11). Ele aderiu ao ambientalismo em 1971, quando estava com 45 anos e começou a entrar em crise “com a química”. “Eu entrei mesmo em 1971, resolvi escrever o dia, a hora e o motivo. [...] Em função do meu próprio objeto de estudo [...] que

era elementos menores do metabolismo” (Entrevista). Daí começou a estudar o assunto e viu que muitos desses elementos eram nocivos, o que o levou a romper com a perspectiva “ufanista” da química segundo a qual ela transformaria o mundo para melhor. Comprou revistas, leu muita coisa, que inclusive lhe foram úteis quando fundou a cadeira de ecogenética na UFRGS, da qual se tornou titular até sua aposentadoria na universidade. Foi através do contato pessoal e da amizade estabelecida com José Lutzenberger, e não pela inserção anterior em qualquer tipo de organização ou movimento social, que ele começou a participar da AGAPAN: aproximando-se da “casa do Lutz” o qual morava também no Bom Fim, a 30 metros de sua casa, tornando-se muito amigo deste a ponto de afirmar: “Como muitos outros eu fui atraído pelo Lutz”.

Essa abordagem intelectual da adesão à causa ambiental está associada, por um lado, a disposições surgidas durante a socialização familiar e à conformação de uma concepção de política fundada na “personificação de qualidades” e no “dom pessoal” (CORADINI, 1998). Filho de um líder político da comunidade israelita de Porto Alegre, o qual liderou o comitê internacional dos refugiados durante a Segunda Guerra Mundial, ele tinha uma fama no meio familiar de que era uma espécie de “geniozinho na política” e sempre votou “na esquerda”, embora nunca tenha participado de nenhum partido ou organização até seu ingresso na AGAPAN. É que, segundo ele próprio, seu engajamento político foi sempre “como indivíduo”, como “militante na defesa das coisas que atingem o cidadão”, considerando sua entrada na referida organização como resultado dessa sua “vontade de trabalhar na cidadania” e como uma “retribuição para a sociedade” que “custeou seus estudos” e “formação” através da universidade pública.

Eu não queria só escrever e realizar trabalhos em laboratório. Queria contribuir em alguma coisa e via que as pessoas não tinham conhecimento. Essa posição era vista com reserva pelo meio acadêmico. [...] A minha área no ambientalismo diz respeito aos efeitos eco-tóxicos de substâncias químicas, o desequilíbrio e as doenças que são causadas por ela. Viver num mundo químico tem muitas desvantagens, e eu entrei no movimento ambiental, ou seja, na AGAPAN, primeiro porque, como professor da UFRGS, já pensava numa maneira de alertar a população sobre a presença de substância tóxicas nos alimentos (Depoimento de

Flávio Lewgoy. In: BONES & HASSE, 2002, p. 157).

Esse viés intelectual e personificado de ingresso na defesa ambiental resulta, por outro lado, de um progressivo desacordo entre as aspirações políticas e intelectuais surgidas no decorrer de sua socialização familiar e seu itinerário escolar e profissional. Neste sentido, observa-se que embora tenha sempre estudado em colégios que segundo ele tinham um “ensino excelente”, sua formação está baseada fundamentalmente no conhecimento adquirido no meio familiar e nas redes informais de vizinhança e de amizade durante sua permanência na escola formal: trata-se de uma formação cultural e intelectual adquirida pela leitura de romances no universo familiar e pela amizade com um colega de ginásio que pertencia a uma “família de artistas”, tornando-se mais tarde um cineasta, e que o colocou em contato com a pintura e a literatura. Em decorrência desse tipo de formação manifestou certo interesse pela profissão de escritor e de ator, mas não deu continuidade a tais aspirações. Seu ingresso na universidade foi inicialmente marcado pela predominância dessa formação cultural, de modo que no seu primeiro vestibular simultaneamente para o curso de engenharia, que o capacitava para o bacharelado em química, e para o de filosofia, que o capacitava para lecionar química, passou com notas altíssimas na filosofia, mas não chegou a ficar na média em física para o curso de engenharia. No outro ano fez novamente o vestibular e passou para a engenharia. Durante a universidade foi sempre sustentado pelos pais e chegou a fazer um estágio de um ano nos EUA como bolsista da Fundação Rockefeller na universidade do Texas.

Seu itinerário em direção ao cargo de professor universitário foi bastante demorado e marcado pelo exercício de atividades ocupacionais relativamente distintas. Foi num momento de dúvida e de “crise” quanto a possibilidade de conciliar tais ocupações que antigas disposições políticas e intelectuais foram reativadas e articuladas ao engajamento no ambientalismo. Acontece que após concluir a universidade, ele começou a trabalhar como perito do Instituto da Polícia Técnica do Rio Grande do Sul no ano de 1952, o qual tinha sido uma criação do seu tio. Antes disso, trabalhou “como químico”

durante um ano numa indústria no município de Taquara, mas não tinha gostado, pois viu que não tinha lugar para ele na indústria química, o que reforçou seu antigo desejo de “ser professor da universidade”. Dois anos após sua entrada no referido instituto, em 1954, encontrou um amigo que foi seu colega no ginásio e que o convidou para trabalhar com ele “como pesquisador” na UFRGS: ficou três anos com bolsa de pesquisador, depois foi colaborador de ensino, monitor e, mais tarde, professor assistente. Ocorre que o momento em que ingressa na AGAPAN, em 1971, é justamente um período em que se encontrava no que ele denominou como “uma encruzilhada” em termos de ocupação profissional. É que até então ele se dividia entre o trabalho durante um turno no instituto e a atividade de “pesquisador” na universidade no outro período. Porém, em 1971 foi-lhe exigido a dedicação em tempo integral à universidade, o que implicaria deixar o trabalho no Instituto de Polícia. Diante do desafio de ter que deixar o instituto ele lançou mão “de todos os relacionamentos que tinha”, conseguindo uma licença sem vencimento, ou como ele mesmo destaca: “Praticamente me emprestaram para a universidade”. Mais tarde, em 1987, conseguiu licenciar-se da universidade para completar o tempo de aposentadoria na polícia, usando o risco que envolvia tal trabalho e o tempo de serviço de quando foi auxiliar de secretaria do Círculo Social Israelita para completar o tempo requerido. Da universidade se aposentou em 1992.

Foi através da adesão à causa ambiental e do ingresso na AGAPAN que ele encontrou uma forma de articular a experiência “como químico” com suas preocupações políticas e intelectuais: por um lado, rompendo com a perspectiva “ufanista” da química e, por outro, colocando em prática seu antigo desejo de “trabalhar pela cidadania”. Deste modo, sua militância na AGAPAN foi inicialmente marcada pela representação da entidade como “assessor científico” na comissão nacional de formulação da lei dos agrotóxicos, pois percebeu que a questão dos agrotóxicos “atingia a todo mundo”. Paralelamente à militância na referida organização, participava quase todos os anos dos congressos de química e de genética apresentando e publicando trabalhos tanto “no âmbito da divulgação científica” quanto “no âmbito ambiental”.

Durante vários anos foi representante da AGAPAN no conselho de saúde do estado do Rio Grande do Sul, chegando a ser presidente do mesmo. Atualmente é representante no CONSEMA e um dos principais candidatos do MEG para a presidência do mesmo. Sua atuação tem se voltado mais especificamente para a problemática dos transgênicos como um “cientista crítico”, defendendo a existência de estudos sobre os impactos e os riscos que tais organismos oferecem à saúde (Ver LEWGOY, 2000). Deve-se acrescentar a isso, que os cargos e posições ocupadas tanto na associação como na representação desta, foram e são exercidos como “voluntário” sem implicar remuneração.

Como se pode ver, trata-se de um caso em que a participação na defesa do meio ambiente constitui uma forma de reconversão da formação e da posição de professor de química para a atuação em comissões, conselhos e organismos governamentais voltados para a proteção ambiental. Diferente dos casos anteriores é com base na formação universitária e no exercício anterior da profissão de “químico” e de “professor da UFRGS” que desenvolve suas intervenções militantes e que é reconhecido pelos demais, tanto é que é designado como “o homem do laboratório”, o “geneticista”, o “químico”, o “professor”:

Sua formação científica foi decisiva para o questionamento de certos problemas, como o perigo das dioxinas resultantes do lançamento de clorados nas águas do lago Guaíba. Ele contribui para tornar a atividade da AGAPAN mais técnica, dar aos protestos e manifestações públicas uma base científica. No modo de agir, ele é quase o anti-Lutzenberger. Suas atitudes são discretas e em vez de discursos e conferências, ele prefere os longos e detalhados relatórios escritos na linguagem mais precisa e científica possível. Em vez de manifestações ostensivas e barulhentas, ele prefere a leitura atenta dos documentos e a avaliação criteriosa de pesquisas no silêncio do seu gabinete. (BONES & HASSE, 2002, p. 155-156).

Uma outra versão desse tipo de articulação da carreira militante e profissional com a participação na defesa do meio ambiente é representada pelo caso de um Procurador Público do Estado do Rio Grande do Sul que se tornou o primeiro vereador eleito com uma plataforma ambiental em 1982

(Dirigente nº 25). Trata-se de alguém que combina a socialização numa família que tem uma longa tradição de vinculação com a política partidária, um itinerário escolar marcado pela participação em organizações e “movimentos sociais” e a articulação da defesa ambiental com o exercício do direito e com a inserção na política partidária. Seu pai era um juiz natural de Pernambuco que pertencia a uma família de latifundiários: tinha estudado em Paris e fora colega do escritor e poeta Augusto dos Anjos. Como jornalista do Jornal do Comércio do Senado Federal conheceu e ficou amigo do senador Pinheiro Machado que o convidou para fazer carreira política no Rio Grande do Sul, dando-lhe uma recomendação para Borges de Medeiros que era o governador do Estado pelo Partido Republicano Riograndense. Através de tal indicação ele foi nomeado promotor público em São Luis Gonzaga, onde casou com a filha do prefeito e sobrinha do referido senador, montou um jornal e ingressou na política, sendo eleito deputado estadual pelo Partido Republicano. Chegou a ser chefe de polícia do governador, mas após brigar com esse teve que se auto-exilar em Tijuca, Santa Catarina, como promotor público, engajando-se mais tarde, juntamente com sua esposa, na revolução para derrubar o governo de Borges de Medeiros.

Como salienta o próprio entrevistado, foi “num ambiente assim” que ele nasceu e cresceu, assistindo a todos os problemas na “casa de juiz” e tendo acesso a uma ampla biblioteca onde desde pequeno adquiriu o hábito da leitura. Esse ambiente familiar o levou a se sensibilizar desde muito cedo com a injustiça e a desigualdade, de modo que quando estava no ginásio, com dezenove anos, diz que já “estava com a cabeça feita”, participando da campanha “O Petróleo é Nosso” e do nacionalismo dos anos sessenta, chegando a integrar um comitê de imprensa onde fazia faixas e slogans para a “campanha de legalidade” promovida por Leonel Brizola. Teve uma formação laica durante o primeiro e segundo grau em função de seu pai ser “positivista”. Em 1954 ingressou simultaneamente nos cursos de jornalismo e de direito da UFRGS, concluindo o primeiro em 1958 e o segundo em 1960. Quando seu pai morreu em 1954 ele tinha 21 anos e os colegas do pai o convidaram para trabalhar no Tribunal de Justiça. Em 1966 fez concurso para advogado de

ofício e mais tarde se tornou procurador do Estado, até se aposentar em 1985.

Sua atuação na defesa do meio ambiente está articulada tanto ao exercício do direito, como advogado e procurador do Estado, quanto ao intenso militância em diversos “movimentos sociais” e ao ingresso na política partidária. Quando se integra ao movimento ambientalista no início da década de setenta já tinha uma história anterior de identificação e de atuação na defesa de “causas populares”: “como advogado” prestando assistência judiciária e atuando na defesa de perseguidos políticos e “como procurador” defendendo a regularização dos parques e reservas florestais. Deste modo faz questão de salientar: “a minha formação, a minha posição de esquerda já havia desde o tempo da luta da PETROBRÁS, do movimento nacionalista dos anos 50, da política estudantil e de tudo isso” (Entrevista). Mas foi a partir do episódio poluidor da Borregaard em 1974, quando ele “ajuizou queixa-crime” contra os diretores da empresa, que começou a participar mais intensamente das mobilizações em defesa do meio ambiente. Assim, em 1976 assume a defesa do primeiro presidente da AGAPAN com a tese de “legítima defesa ambiental”, num processo movido pelo então Secretário da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, conseguindo obter o recuo do promotor do caso e a prescrição do processo. Nesse período, filia-se a tal associação e ocupa o cargo de vice-presidente na gestão de 1978 a 1981. Todavia, sua atuação no ambientalismo se encontra articulado com um intenso militância em outros movimentos sociais, como é o caso de sua participação na fundação do Movimento de Justiça e de Direitos Humanos e, também, na criação da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI) em 1977, chegando a cursar especialização em antropologia social na UFRGS sobre a temática indígena em função do trabalho que desenvolveu nessa área. Ao mesmo tempo, seu engajamento na defesa ambiental está associado a sua atuação na área do direito. Nesse sentido, em 1979 faz parte da criação da primeira sociedade de juristas ligados à questão ambiental: a Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente. Sendo também eleito presidente do Instituto de Direito Ecológico do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul.

Anteriormente e imbricada à militância na defesa do meio ambiente

teve uma atuação destacada no âmbito da política partidária. Antes do golpe militar fora filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro e depois ao Partido Socialista Brasileiro, passando depois a integrar o MDB. Em 1982 é eleito vereador da Câmara Municipal de Porto Alegre pelo PMDB, a partir da “convocação” do então presidente do partido, Pedro Simon, com o qual ele “tinha convivido na militância estudantil”. De 1983 a 1987 atuou como vereador pelo PMDB e com a “racha” do partido que deu origem ao PSDB, passou a fazer parte do grupo dissidente, mas não conseguiu se eleger em 1988, embora tenha feito mais voto do que quando se elegeu pelo PMDB. Com a eleição do Partido dos Trabalhadores para a Prefeitura de Porto Alegre foi convidado pelo prefeito Olívio Dutra para ocupar a pasta da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, permanecendo no cargo durante os quatro anos de gestão municipal. Em decorrência do conflito com a AGAPAN a respeito da compra de um incinerador pela administração municipal para o tratamento do lixo hospitalar, desligou-se definitivamente da associação, permanecendo filiado ao PT até o ano de 2003.

No entanto, uma das situações mais representativas desse padrão de combinação de bagagem cultural elevada com a utilização da formação universitária para a atuação profissional nas mais diferentes esferas sociais é o caso do primeiro presidente da AGAPAN (Dirigente nº 50)³⁹. Um dos principais aspectos que chama a atenção no referido caso e que o torna extremamente significativo quanto às modalidades de reconversão profissional dos ambientalistas “pioneiros”, e até mesmo dos dirigentes das gerações posteriores, é justamente diversidade de esferas que através de sua atuação passa a ser vinculada à defesa ambiental. Essa combinação de atuação diversificada corresponde também ao seu reconhecimento simultâneo com um conjunto bastante heterogêneo de qualidades tais como “cientista”, “professor”, “agrônomo”, “ecologista”, etc.

³⁹ . Não foi possível a realização de entrevista com tal dirigente devido ao falecimento do mesmo no dia 14 de maio de 2002, no momento inicial da pesquisa. Todavia, do grupo dos “fundadores da AGAPAN” é sobre ele que se dispõe de uma quantidade maior de informação em artigos de jornais, revista e livros sobre seu ativismo. Para este trabalho foram utilizados, basicamente, os trabalhos de Urban (2001), Bones & Hasse (2002) e Dreyer (2004). Sobre o tratamento dado pelos principais jornais do Rio Grande do Sul ao falecimento de tal dirigente ver especialmente Petrarca (2003).

Ele também aderiu à defesa ambiental quando estava com 45 anos, após um longo processo de crise profissional que resultou de um progressivo distanciamento entre suas perspectivas de realização profissional e as atividades ocupacionais que sua função exigia, tendo como conseqüência a recusa do cargo de executivo na empresa em que trabalhava e uma profunda reorientação do próprio exercício profissional. A partir da mobilização de uma rede pessoal de amigos e de admiradores e da experiência adquirida através do exercício profissional anterior ele se tornou uma “figura catalisadora” da criação da AGAPAN e das lutas ambientalistas realizadas na década de setenta conseguindo, ao mesmo tempo, ocupar os mais diferentes cargos em decorrência da vinculação estabelecida entre sua formação profissional e a defesa de causas ambientais.

Filho de um arquiteto bem sucedido que se tornou mais tarde pintor e professor do Instituto de Belas Artes da UFRGS e de uma “fervorosa liderança da comunidade católica” que pertencia a uma das famílias de maior influência política e econômica no Rio Grande do Sul, tal dirigente teve uma formação bastante “ecclética” durante a infância e a adolescência. Ele sempre estudou em colégios com altos padrões de ensino, os quais foram complementados pelo estudo de diferentes idiomas na Aliança Francesa e no Cultural Americano, que se somaram ao domínio do português e do alemão no meio familiar. Além disso, desenvolveu desde cedo no próprio um “fascínio irresistível” pela leitura de culturas desconhecidas, de publicações como o *National Geographic* e *Scientific American* e de livros de filosofia, astronomia, química e física. Deste modo, num tempo em que a formação secundária era marcada pela oposição entre o “científico”, que enfatizava no currículo as disciplinas científicas, e o “clássico”, onde predominava as humanidades, ele adquire uma formação que ultrapassa tal divisão escolar. Mesmo que tenha concluído o segundo grau no “científico”, pode contar com uma formação simultaneamente “humanista, científica, lingüística e técnica” (DREYER, 2004, p. 55-66). Aos 19 anos ingressa no curso de agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, contando com a possibilidade de “trabalhar com a natureza” e também de cultivar suas outras habilidades:

Sobre isso não precisou refletir tempo algum, trabalhar com a natureza nem era uma escolha, era como seguir respirando, era a única coisa a fazer. Ele tem grandes esperanças de reunir conhecimentos que o habilitem a realizar um trabalho forte e significativo na agricultura. Terra, plantas, animais, pelo mundo afora, ciência, pesquisa, melhoria – nesse panorama, como numa figura de quebra-cabeça, parece que se encaixam todas as suas mais cultivadas habilidades (DREYER, 2004, p. 67).

Todavia, seu itinerário profissional vai se caracterizar pelo aprofundamento de uma aguçada distância entre tal perspectiva e os cargos assumidos profissionalmente. Quando concluiu a faculdade ficou durante dois anos na *Louisiana State University* (EUA), onde realizou um curso de pós-graduação em estudos dos solos e agroquímica. Retornando ao Brasil, logo consegue emprego no ramo em que se especializou: primeiramente na Companhia Rio Grandense de Adubos, que era uma empresa francesa, depois na Sulpampa que era do mesmo ramo e por meio da qual foi contratado para trabalhar com fertilizantes como um alto executivo da multinacional BASF que era também a empresa para a qual trabalhava seu sogro. Assim, aos 31 anos se torna funcionário da BASF, atuando como assessor técnico ou “vendedor de adubos” em vários países durante os 13 anos que permaneceu na mesma: dois anos na Alemanha, de 1959 a 1966 na Venezuela e, por último, no Marrocos até 1970, quando pediu demissão. Foi através de tal emprego que ele realizou um antigo desejo de morar no exterior e de conhecer diferentes culturas, podendo também se dedicar a diversos tipos de leituras, tais como: filosofia, antropologia, história das religiões, botânica, biogeografia, entre outras. Nesse período também aderiu ao naturismo, entrou em contato com algumas associações conservacionistas na Europa e nos EUA e começou a se defrontar com a crítica emergente à indústria dos pesticidas. Aos poucos se torna cada vez mais difícil para ele conciliar as expectativas inicialmente sugeridas pela sua “ecléctica” formação cultural e os horizontes profissionais que o cargo de tecnocrata de uma grande empresa multinacional permitia. Por isso, decide abandonar o emprego na BASF e se dedicar a “um trabalho novo”, “a ecologia”, onde ele via a possibilidade de compatibilizar os diversos conhecimentos adquiridos durante sua socialização primária e secundária com o exercício da

profissão de agrônomo.

No entanto, antes de formalizar seu pedido de demissão viaja sozinho para o Brasil em agosto de 1970 e se reúne com um selecionado grupo de amigos e conhecidos que eram simpatizantes do naturismo e tinham inicialmente a intenção de criar uma “entidade naturista” em Porto Alegre. Desses encontros resultou a proposta de criação de uma “associação de proteção à natureza” que, segundo ele, deveria funcionar como uma “entidade de luta”, a exemplo da Adubon Society e do Sierra Clube que conhecera nos Estados Unidos. Para isso, apresentou uma lista das lideranças de organizações conservacionistas, como a Sociedade de Biologia de Porto Alegre e o Instituto de Conservação da Natureza, que deveriam ser contatadas para integrar a nova organização. Em setembro retorna à casa de seu sogro na Alemanha, onde estavam sua esposa e as duas filhas, formalizando sua demissão da BASF em dezembro do mesmo ano e partindo logo em seguida com a família para Porto Alegre. Instala-se inicialmente durante o verão em Torres na casa do casal de amigos (Dirigente nº 45) que o acolheu anteriormente, transferindo-se, mais tarde, para a casa que herdara de seu pai em Porto Alegre. Alguns meses depois, em 27 de abril de 1971, é oficializada a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) e ele é escolhido para a presidência, segundo ele próprio, pela sua vinculação já antiga com o naturismo e também “porque achavam que [ele] tinha experiência internacional”. Entre o momento de seu retorno ao Brasil e a oficialização da AGAPAN, ele tentou trabalhar inicialmente como fazendeiro no comércio de gado, mas não teve sucesso. É à frente da nova associação, entregando-se totalmente ao “trabalho de proteção ambiental” a ponto de se tornar um “ativista em tempo integral”, que ele consegue, como poucos, articular de maneira estreita e duradoura o ativismo ambiental com a atuação profissional nas mais diferentes esferas sociais. Para isso, contou tanto com as disposições relacionadas à bagagem cultural adquirida no meio familiar quanto com o longo período de exercício profissional numa grande multinacional e as respectivas situações e experiências vinculadas ao cargo que ocupava, resultando na possibilidade de articulação da defesa ambiental com um conjunto bastante

diversificado de esferas de atuação: em associações ambientalistas, em organizações profissionais, na consultoria de empresas, nas administrações e organismos públicos.

Sua atuação à frente da nova associação foi inicialmente marcada pela realização periódica de palestras e de conferências numa sala que ficava em plena Rua da Praia, uma das ruas mais conhecida e movimentada de Porto Alegre naquele momento. Além disso, no jornal *Correio do Povo*, onde trabalhava um dos irmãos do secretário da associação (Dirigente nº 01), eram sempre divulgadas tais atividades, assim como os discursos e artigos do presidente nos cadernos dominicais do referido jornal. Em decorrência de sua visibilidade na imprensa, começou a receber convites e cachês para falar em cidades do interior do Rio Grande do Sul e do restante do país, para os mais diferentes públicos: estudantes universitários, profissionais e professores de agronomia, veterinária e engenharia, membros de organizações ambientalistas, ministrando também aulas de ecologia em cursos recém-implantados e de formação técnica em agrotóxicos para agrônomos e veterinários. Aos poucos sua atuação atravessou as fronteiras locais e nacionais, recebendo correspondências de outros países felicitando-o pelo seu ativismo, sendo convidado também para trabalhar como roteirista de um documentário da televisão britânica sobre a devastação da Amazônia, bem como participando de diversos simpósios e conferências internacionais sobre o meio ambiente. Combinava tais atividades com a representação da AGAPAN em comissões criadas pela administração pública estadual e municipal para a formulação de políticas de proteção ambiental. No início dos anos setenta é contratado pelo então governador do Rio Grande do Sul para “atuar profissionalmente” na implantação do Parque Estadual da Guarita na cidade de Torres, onde permanece até meados de 1978. Com sua retirada da referida obra inicia em 1979 suas atividades como empresário: criando a empresa Vida Produtos Biológicos Ltda que atuava no manejo e reciclagem de resíduos sólidos industriais que eram transformados em composto para utilização como fertilizante e a Tecnologia Convivial que prestava serviços de consultoria e execução de projetos na área de paisagismo, urbanismo e saneamento natural,

sendo contratado, entre muitas outras, como paisagista da empresa Riocell, antiga Borregaard que se tornou um dos alvos principais das críticas dos ambientalistas no início dos anos setenta.

Até então os diversos tipos de atividades que desenvolvia estavam estreitamente ligados ao posto de presidente da AGAPAN, de modo que “sua pessoa se confundia com a instituição que dirigia”. Todavia, em função da visibilidade e da projeção nacional e internacional alcançada, começa a se distanciar cada vez mais das reuniões e intervenções promovidas pela associação, em decorrência dos diversos compromissos assumidos como empresário e como palestrante de seminários e congressos nacionais e internacionais. Uma das integrantes da associação no referido período (Dirigente nº 45) relata que os demais membros se referiam à sua presença nas reuniões indagando “o mistério vem hoje?” e passaram também a exigir que ele participasse das reuniões e atividades da mesma. Na eleição de 1983 ele é substituído na presidência da AGAPAN e, juntamente com a grande parte dos outros membros fundadores, desliga-se definitivamente da associação. No entanto, durante os 13 anos que ficou à frente da AGAPAN adquiriu uma reputação e projeção pessoal que possibilitaram, mesmo com seu desligamento da mesma, continuar sem maiores dificuldades a se envolver e até mesmo ampliar suas “frentes de atuação militante”. Em 1987 cria a FUNDAÇÃO GAIA incentivado pela doação de uma área de onze hectares de terra do dono da Fazenda Capão da Fonte em Pantano Grande, a 120 quilômetros de Porto Alegre, onde estava realizando um trabalho de assessoria. É lá que passa a funcionar o RINCÃO GAIA que se estabelece como a sede rural e social da referida fundação. Em 1988 recebe juntamente com o Prêmio Nobel Alternativo uma quantia de 25 mil dólares, a qual lhe permite a aquisição de mais dezoito hectares e a formatação final do RINCÃO. Em 1990 é convidado e aceita o convite do então presidente Fernando Collor de Melo para ocupar a pasta de titular da Secretaria Especial de Meio Ambiente, permanecendo na mesma durante dois anos. Em 1997 ele reúne suas duas empresas na Vida Produtos e Serviços em Desenvolvimento Ecológico Ltda. Além disso, ele se torna uma referência obrigatória quando se

trata de palestras, encontros e seminários relacionados à temática ambiental. Seu falecimento foi amplamente divulgado na imprensa regional, recebendo certo destaque tanto nos jornais de âmbito nacional quanto internacional. Tal acontecimento foi objeto dos mais variados tipos de homenagens por parte de órgãos públicos estaduais de proteção ambiental, de associações e de lideranças ambientalistas.

Os dirigentes que atualmente são reconhecidos como os “pioneiros da ecologia” no Rio Grande do Sul exemplificam um padrão de ingresso e de permanência na defesa de causas ambientais que resulta de formas específicas de intersecção da socialização familiar com seus itinerários profissionais e militantes. Trata-se de indivíduos de origem social elevada e que podem contar com a bagagem herdada do meio familiar, da qual fazia parte uma grande proximidade às elites econômicas, políticas e culturais. Além disso, é num período relativamente tardio de seus itinerários escolares e profissionais que certas disposições surgidas durante a socialização familiar ou mesmo escolar e universitária, são reativadas e articuladas ao engajamento na defesa do meio ambiente. Desse modo, os tipos de itinerários escolares seguidos pelos dirigentes e o momento do desenvolvimento profissional em que ocorre o engajamento possibilita identificar modalidades diferenciadas de atuação entre tais dirigentes. De um lado, aquelas lideranças para as quais o ambientalismo possibilita a “recuperação” ou a “retomada” de uma carreira escolar e profissional interrompida ou mesmo abandonada. De outro lado, os dirigentes que dispunham de uma razoável situação ocupacional, para os quais a adesão ao ambientalismo constitui uma forma de reorientação de suas atividades e do próprio exercício profissional.

No entanto, apesar das diferenças relacionadas ao tipo e grau de inserção profissional de tais dirigentes, o ingresso na defesa ambiental se encontra associado à bagagem cultural e política adquirida através da esfera familiar. No caso das “senhoras ambientalistas” os recursos econômicos, políticos e culturais vinculados à família de origem adquirem um papel preponderante para a sua intervenção na defesa de causas ambientais nas mais diversas esferas de atividade. Dito de outro modo, é com base na

notoriedade e no prestígio decorrentes da bagagem herdada do meio familiar que elas utilizam o conjunto de recursos adquiridos em sua formação escolar para a atuação em diferentes esferas sociais através do engajamento na defesa de causas ambientais, inclusive na articulação com organizações ambientalistas, organismos e fundações nacionais e internacionais. Já no caso dos chamados “profissionais liberais” o engajamento resulta de uma combinação particular entre a bagagem política e cultural da família de origem e os cargos ocupados durante o exercício profissional através dos próprios vínculos estabelecidos a partir da esfera familiar. É nesse sentido que se pode dizer que, para os ambientalistas “pioneiros”, as experiências e os recursos vinculados ao exercício profissional constituem uma espécie de “fim suplementar” que possibilita maximizar a notoriedade e o prestígio baseados na esfera familiar. Não é, portanto, a “notoriedade” adquirida através do exercício profissional que constitui o fundamento principal de suas intervenções e do reconhecimento alcançado como ambientalista. Pelo contrário, é a bagagem constituída através da esfera familiar que lhes permite “romper” com os limites “estreitos” que o universo profissional lhes proporciona pela reconversão das experiências e postos ocupados profissionalmente para a atuação nas mais diferentes esferas sociais através da defesa do meio ambiente.

É por isso que se pode falar de um padrão de engajamento e de concepções de participação política que tem na bagagem cultural e nas relações políticas estabelecidas a partir da esfera familiar a sua base principal. A origem social elevada constitui uma espécie de “direito de entrada” no ambientalismo durante o início dos anos setenta, adquirindo um peso determinante para o acesso aos cargos ocupados profissionalmente, bem como para a reconversão dos mesmos em funções e postos mais “prestigiosos” que apenas sua formação escolar e universitária não poderia lhes proporcionar. Com diferenças marcantes entre o conjunto considerado, a articulação da formação profissional com a defesa do meio ambiente como forma de atuação em diferentes esferas sociais ocorre predominantemente com base nos recursos e nas redes de relações adquiridas a partir do meio

familiar. Não é em nome de uma “especialidade”, de uma instituição ou até mesmo de uma organização determinada, que tais dirigentes fundamentam suas intervenções. Estas quase sempre remetem para qualidades específicas que são inseparáveis da pessoa de seu portador. Mas isso não é específico dessa geração militante. O que vai ocorrer com os dirigentes que ingressam nos anos oitenta e noventa é que a bagagem cultural e política do grupo familiar já não se mostram tão determinantes para a entrada em associações ambientalistas. Nesses casos, ainda que a socialização familiar tenha um papel destacado, ela está quase sempre associada ao militantismo estudantil e partidário ou em outras organizações e “movimentos sociais”.

De certa forma, o ano de 1983, que foi quando ocorreu a substituição do primeiro presidente e o estabelecimento de um grande “racha” na AGAPAN, marca um certo divisor de águas na história do ambientalismo gaúcho. Por um lado, trata-se de um momento em que a defesa de causas ambientais passou a incluir uma série de demandas e de lutas, estando cada vez mais imbricada com diversos tipos de questões políticas e sociais (Capítulo II). Por outro lado, trata-se de um momento em que ela passa a ser articulada predominantemente às vinculações simultâneas dos dirigentes com diversos tipos de organizações e “movimentos sociais”. Desse modo, os anos oitenta podem ser caracterizados pela emergência de um padrão relativamente diferenciado de engajamento e de concepções de política ambiental, resultado da maior imbricação dos dirigentes com o militantismo estudantil, partidos políticos e “movimentos sociais” e com as respectivas redes de relações que tais organizações possibilitam mobilizar.

4.2 – OS ANOS OITENTA E A PROLIFERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SETORIAIS

A partir da segunda metade da década de oitenta há um aumento considerável do número de organizações e de participantes nas mobilizações em defesa de causas ambientais. Paralelo ao crescimento da quantidade de

associações há também uma maior vinculação das problemáticas ambientais com diversos tipos de questões sociais e políticas. Ocorre que, até finais dos anos setenta, as bandeiras de luta do ambientalismo eram levadas a cabo por um número pequeno de organizações e diziam respeito a reivindicações pontuais e específicas como a poluição do ar e da água provocada pela Borregard Celulose, uso abusivo de agrotóxicos, a utilização da energia nuclear, a luta contra a instalação do Pólo Petroquímico e a denúncia contra a destruição de reservas florestais e espécies em extinção (TORNQUIST, 1992; SCHMITT, 1995). A difusão generalizada da temática ambiental nos anos oitenta resultou da ampliação tanto do número e do tipo de entidades que passaram a atuar conjuntamente na defesa do meio ambiente (entidades profissionais e comunitárias, partidos políticos, sindicatos, etc.), quanto dos tipos de reivindicações que passaram a integrar a atuação das organizações e lideranças. Nesse sentido, pode-se falar dos anos oitenta como um período em que o ambientalismo

conquista novos espaços, sua atuação se torna mais complexa, envolvendo a participação em diferentes níveis e exigindo, por parte dos ecologistas, uma capacidade de formulação e implementação de políticas cada vez maior, no esforço de responder a um universo diversificado e abrangente de demandas (SCHMITT, 1995, p. 88).

Deve-se considerar também que se trata de um contexto político em que o Brasil estava iniciando um longo processo de “abertura política” em relação ao regime autoritário e que se caracterizou por uma grande afluência de organizações, grupos e lideranças dos mais diversos setores sociais que se mobilizam contra a ditadura através de manifestações nas ruas pela “democratização” (LINZ & STEPAN, 1999). Um grande contingente de adesões dos dirigentes entrevistados ocorrem nesse momento, no período imediatamente anterior ou após a realização da ECO 92 no Rio de Janeiro, quando já existia uma maior abertura formal e certa institucionalização dos espaços de participação dos ambientalistas em conselhos e organismos vinculados ao Estado, assim como pela participação em eventos, seminários e congressos para formulação de diretrizes para as políticas ambientais

(LOUREIRO & PACHCEO, 1992). É justamente nesse período que tem início numerosos conflitos entre as principais lideranças das organizações ambientalistas do Rio Grande do Sul. Tais conflitos estão vinculados ao confronto entre duas gerações de dirigentes ambientalistas, dotadas de diferentes disposições, vinculações a redes partidárias e “movimentos sociais” e com perspectivas distintas de reconversão profissional através da participação na defesa de causas ambientais.

Ocorre que a maior imbricação das lutas ambientais com organizações e com reivindicações vinculadas a questões políticas e sociais, deu origem a novas possibilidades de articulação da formação escolar e profissional com diversas esferas de atuação através da defesa ambiental. Nesse sentido, observa-se um crescimento considerável do potencial de retribuição da participação na defesa do meio ambiente a partir desse período, na medida em que tal tipo de engajamento passa a ser associado à ocupação de postos nas administrações públicas e burocracia estatal, nos partidos políticos, nos meios acadêmicos e universitários, em organizações e grupos profissionais, em empresas de consultoria, etc. Em todas essas situações, a defesa ambiental constitui uma forma de “atuação profissional” e não uma atividade “externa” ao exercício profissional, demonstrando, mais uma vez, que a “mistura” do engajamento com a formação escolar e profissional é uma característica constante para o conjunto dos dirigentes ambientalistas.

Quanto a isso vale acrescentar que, mesmo variadas, as formas de apresentação da formação universitária e profissional dos dirigentes se mostram diretamente imbricadas com a atuação na defesa do meio ambiente, podendo-se distinguir dois tipos principais. De um lado, certas formações universitárias parecem dispensar o adjetivo “ambientalista”, posto que este já faz parte da própria definição da “profissão”, tendo disciplinas voltadas à temática ambiental como é o caso da biologia, geologia, agronomia, veterinária; nesses casos o engajamento é concebido como um desdobramento “natural” de sua formação. De outro lado, os casos nos quais o adjetivo “ambiental” funciona como uma forma de especificação de uma espécie de sub-disciplina ou área de atuação profissional: trata-se principalmente dos cursos de direito,

jornalismo e, em menor medida, os de história, sociologia, assim como administração e ciências contábeis, como é o caso principalmente do “direito ambiental” e do “jornalismo ambiental”. No entanto, muito mais do que o tipo e grau de formação dos dirigentes, os significados atribuídos a tais “áreas” e sua utilização instrumental estão estreitamente ligados aos tipos de intersecção entre seus itinerários sociais, militantes e profissionais, e mais especificamente, às suas inserções em redes de organizações e de “movimentos sociais” e às lógicas que os conduzem à participação no ambientalismo.

Uma das características principais da participação na defesa de causas ambientais a partir dos anos oitenta, em comparação com a década de setenta, é que não é somente num momento posterior à formação universitária e à inserção no mercado de trabalho que se observa a imbricação da defesa do meio ambiente com o exercício da profissão. Ainda que para os dirigentes “pioneiros” a participação nas mobilizações e organizações ambientalistas constitua uma forma de retomada ou de reorientação de sua atuação profissional, é somente num estado mais avançado da profissão que ocorre seu engajamento. Já para os dirigentes das gerações posteriores o momento de entrada no ambientalismo geralmente coincide com o início da formação universitária e tem uma influência decisiva sobre o transcurso de seus itinerários ocupacionais.

Deve-se considerar que essa adesão às organizações ambientalistas durante a juventude, anterior à entrada no ensino superior e no mercado de trabalho não pode ser tomada como uma característica peculiar do ambientalismo em seu conjunto, mas diz respeito apenas à fase mais recente de seu desenvolvimento. A comparação entre as diferentes gerações de dirigentes evidencia que tal aspecto constitui uma característica que se intensifica após a década de oitenta e, principalmente, no decorrer dos anos noventa, correspondendo, portanto, a um momento particular de desenvolvimento do ambientalismo no Brasil que difere do processo inicial de emergência deste. Desse modo, é importante salientar que se a imbricação da formação universitária e profissional com o engajamento constitui um aspecto constante do ambientalismo na situação em pauta, ela tem se modificado

consideravelmente nos últimos tempos e é na geração mais recente que tal imbricação se faz mais intensa. Essa intensificação da utilização da formação universitária na militância ambientalista não constitui um simples efeito da mudança do contexto político nacional e da maior expansão internacional da problemática ambiental. Ela está vinculada às transformações das lógicas sociais que conduzem a tal tipo de engajamento, ou mais precisamente, às origens sociais dos atores que participam das organizações ambientalistas, aos tipos de disposições, de redes sociais e de retribuições associadas à defesa ambiental, ao mesmo tempo em que resultou em alterações significativas quanto às condições e às modalidades de reconversão da formação e do exercício profissional entre os dirigentes ambientalistas.

Considerando a idade de ingresso de tais dirigentes em organizações ambientalistas, observa-se que nas gerações dos anos oitenta e noventa há uma clara modificação da faixa etária de emergência do engajamento. Enquanto que na geração dos “fundadores” predomina o engajamento numa fase mais avançada da idade dos indivíduos, nas gerações mais recentes há um grande contingente de militantes que ingressam nas faixas etárias mais baixas. Nas gerações dos anos oitenta e noventa são raríssimos os casos de engajamentos acima dos cinquenta anos e até mesmo na faixa que vai dos trinta aos quarenta e nove anos. Nessas gerações os indivíduos iniciam sua participação majoritariamente na faixa que vai dos treze aos vinte e três anos e, em segundo lugar, na dos vinte e quatro a vinte e nove. Nesse sentido, vale a pena salientar que 14,28% dos entrevistados aderiram ao ambientalismo até os dezoito anos, enquanto que 24,50% estavam com idades que variam de dezenove a vinte e três anos. Essa diminuição da faixa etária de adesão às mobilizações ambientalistas se encontra estreitamente ligada à modificação do momento do itinerário escolar e profissional em que ocorre tal tipo de engajamento. Entre os dirigentes dos anos oitenta e noventa, há um nítido declínio daqueles que ingressam numa fase mais avançada da formação e do exercício profissional ou que estão relativamente próximos do momento de aposentadoria. O começo de sua participação geralmente coincide com o período imediatamente anterior ao ingresso na universidade,

influenciando tanto o desenvolvimento de sua formação universitária, seja ao nível de graduação ou de pós-graduação, quanto suas escolhas em termos de atuação profissional. Acrescente-se a isso que a participação na defesa ambiental é também acompanhada de uma maior vinculação com redes de organizações e de “movimentos sociais” durante a formação universitária e escolar.

Um primeiro exemplo em que se observa que a entrada em associações ambientalistas está, desde o início, estreitamente ligada tanto com a escolha em termos de formação universitária quanto com a ocupação profissional e a inserção simultânea em organizações e “movimentos sociais” é o caso de uma das principais lideranças do ROESSLER (Dirigente nº 13). Seu ingresso no ROESSLER ocorreu no ano de 1978 durante o segundo grau, quando estava com dezessete anos e concluindo o curso de eletrônica numa escola evangélica de Novo Hamburgo. Nesta escola teve um professor de ecologia que tinha sido militante da UPN no tempo de Henrique Roessler e que segundo ele trazia “essa experiência de entidade ecológica”, sendo um dos principais estimuladores de sua participação no “processo do qual surgiu o Movimento Roessler que foi a luta pelo Hermenegildo”. Junte-se a isso que, quando era criança, uma de suas tias era filiada da AGAPAN e “era muito encantada com aqueles encontros que o Lutzenberger realizava na AGAPAN”, tendo uma filha que era colega de escola e amiga de uma das filhas deste. Então, mesmo que “nunca tenha ido nessas reuniões”, desde esse período ele já ouvia sua tia e suas primas falarem muito “da questão do meio ambiente”. Acabou se dirigindo para a agronomia influenciado por essas conversas, de modo que quando entrou para a faculdade já pensava “em trabalhar com árvores, [...] com mato, com essas coisas assim”. Entrou na faculdade no início dos anos oitenta quando era bastante intensa a mobilização contra os agrotóxicos, que era uma luta conjunta do diretório acadêmico da agronomia, da sociedade de agronomia de Porto Alegre e da federação dos engenheiros agrônomos do Brasil. Durante a formação universitária participou também de um grupo de discussão sobre “agricultura orgânica” que existia na faculdade, o qual segundo ele trazia “os caras que eram linha de frente da Europa” para

eventos e debates e tinha um “contato direto” com “uma série de figuras famosas da agricultura orgânica”. Quando concluiu a agronomia, começou logo a trabalhar na prefeitura de Novo Hamburgo num projeto de hortas escolares, a convite do Secretário de Educação que era diretor da escola onde ele tinha estudado no segundo grau. Nesse momento, foi uma das principais lideranças na “reorganização do ROESSLER” que “tinha tido uma grande explosão” e em 1984, 1985 estava “um pouco em banho-maria”: “Eu tinha uma simpatia com o movimento ROESSLER porque eram os meus amigos, eram pessoas vinculadas a mim”. Em decorrência disso, começou a escrever no Jornal NH numa coluna semanal “sobre a questão ecológica” em função das lutas que a entidade estava desenvolvendo, acrescentando que “muitos membros do movimento ROESSLER trabalhavam nos jornais da região, então a linha editorial sempre era a favor da questão ambiental”. Participou da ECO 92, sendo que um pouco antes disso passou sete meses na Europa fazendo um estágio na faculdade de Kassel, o que segundo ele “profissionalmente foi uma coisa muito importante assim a questão de se dedicar mais à agricultura orgânica”. Quando ainda estava na faculdade participou das mobilizações que deram origem à fundação do PT, chegando mesmo a se filiar para esse “poder se registrar”, embora nunca teve “uma militância muito forte no partido”. Mesmo assim, sofreu “perseguição política” quando trabalhava na prefeitura que era do PMDB, tendo que se “desfiliar do PT”, o que considera “uma coisa boa”, pois assim se deu conta de que ele sempre foi “uma referência mesmo do movimento ecológico”. Assim sendo, é como “ecologista” e sem nenhum “atrelamento a alguma corrente política partidária” que sempre teve um “uma participação ativa nas campanhas políticas a favor dos candidatos de esquerda” e que já assinou manifestos e apoiou candidatos do PT. Em 1995 foi “demitido da prefeitura de Novo Hamburgo dentro de um bolo de 400 e poucos funcionários que não tinham estabilidade funcional”, trabalhando durante uns quatro ou cinco anos “como autônomo”: “como consultor do comitê Sinos em projetos de educação ambiental”, para empresas de consultoria em EIA-RIMA, dando aulas de jardinagem e paisagismo, na produção de material gráfico sobre a história do comitê Sinos, etc. Uma experiência que segundo ele, foi

“pessoalmente bem rica”, pois viajou para muitos lugares e “sempre por causa dessa questão ecológica”. Neste mesmo período, foi representante da região sul no Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) num mandato como titular, recebendo as passagens e as diárias para isso, ao mesmo tempo em que foi o coordenador executivo da APEDEMA/RS na gestão de 1998 a 2000. Em abril de 1999, começou a trabalhar numa “função remunerada” como representante do MEG no Conselho Deliberativo do Programa Pró Guaíba. Em 2002, deixou tal cargo em função de ter passado no concurso da FEPAM para Agrônomo. Desta forma, conclui:

Sempre muitas portas assim se abriram em função dessa militância ecológica. Isso sempre serviu assim como uma referência. Quando eu estive desempregado eu consegui sobreviver sem deixar de ser ecologista. Então quer dizer sempre tinha oportunidades em função de: ‘bom o cara é um ecologista’ Então prestei consultoria a empresas que iam fazer uma unidade de conservação, reformar o jardim, essas coisas assim. Tive essa experiência assim que foi legal, embora eu a maior parte da minha forma.... da minha carreira profissional eu sempre trabalhei no serviço público. [...] Isso aí eu acho que é uma benção assim que eu tive. Eu sempre trabalhei com aquelas coisas realmente vinculadas à questão ambiental. Eu escrevia pro jornal sobre ecologia, participava de trabalhos de educação ambiental com escola, trabalhei ministrando uma horta orgânica, produzindo, trabalhando num viveiro, a gente fazia tudo, campanha de reflorestamento, trabalho contra as poda. Tudo sempre foi voltado. E mesmo quando estive fora de espaço público trabalhei com aspectos ligados à questão do meio ambiente. Nunca tive que fazer uma coisa só pra ganhar grana que não tivesse nenhuma vinculação com a questão ambiental. Não me lembro de nenhum momento que tive que fazer essa opção por uma questão de sobrevivência. Foi uma sorte! Eu acho que nem todo mundo tem isso aí (Entrevista).

Um outro exemplo de engajamento bem mais recente é o caso de uma das principais lideranças da UPAN que durante todo seu curso de biologia na UNISINOS trabalhou como “funcionário” da entidade, chegando mesmo a afirmar: “Profissionalmente nunca trabalhei em outro lugar que não na UPAN” (Dirigente nº 19). Ele teve o primeiro contato com a associação, em 1993, aos dezoito anos, quando estava concluindo o terceiro ano do segundo grau e indeciso quanto à opção em termos de curso universitário. Segundo ele próprio, “não conhecia ninguém” da UPAN, mas há um bom tempo sempre

passava na frente da entidade quando saía do shopping e já mantinha uma certa curiosidade em relação à mesma. Um dia resolveu entrar e percebeu que era um lugar onde poderia se “encontrar”, pois se deu conta que seu comportamento de “vanguarda” no sentido de viver tentando convencer as pessoas de sua cidade natal a proteger os arroios, rios e bichos, etc., era normal para os membros daquela organização. Mesmo assim, não começou a militar imediatamente, ficando cerca de um ano como ouvinte e sem uma frequência mais constante. Em 1994, quando estava iniciando o curso de biologia na UNISINOS, foi convidado e aceitou trabalhar na entidade “como funcionário”. Tal ocupação teve uma grande influência sobre o seu percurso universitário. Em primeiro lugar, porque em função das notas ruins por priorizar o trabalho na entidade (que ele denomina como a “defesa da vida” em contraponto às disciplinas da faculdade que “podiam ser retomadas” a qualquer momento), perdeu uma bolsa da FAPERGS para estagiar com insetos aquáticos que recebeu no início do curso e acabou levando o dobro do tempo para se formar. Em segundo lugar, pela participação como membro da UPAN do Programa de Unidades Móveis de Saúde Coletiva (PRUMO) que era um programa de extensão universitária, onde trabalhou com a questão do lixo que representou para ele “uma união perfeita do ambiental e do social” posto que foi neste trabalho que conseguiu unir “a experiência da UPAN e da biologia com uma intervenção prática”. Em terceiro lugar, porque sua militância estudantil no transcorrer da formação universitária procedeu do seu trabalho e do seu envolvimento com as problemáticas ambientais através do trabalho na associação, participando do centro acadêmico da biologia e chegando a fazer parte da diretoria e numa comissão de meio ambiente do DCE. Atualmente não trabalha mais como “funcionário” da entidade, pois está fazendo dois mestrados, destacando que não está “na fase de militância como gostaria”. No entanto, ambos os mestrados estão diretamente articulados à atuação na associação: um mestrado é em gestão ambiental e está vinculado ao seu trabalho no PRUMO; o outro é sobre comunidades ribeirinhas e sua “tese é de que elas são sustentáveis”. Além disso, salienta também que pretende devolver tais trabalhos de três formas diferentes: de “dissertação”, de “conversas com a

população” e através da “proposição de políticas públicas para os conselhos e comitês” vinculados à questão ambiental.

No caso de militantes que ainda estão em processo de formação universitária, pode-se melhor perceber que é através da militância na organização que eles vão experimentando praticamente o que o exercício da profissão requer. Um caso que ilustra bem isso é o da estudante de jornalismo e ex-presidente do ROESSLER (Dirigente nº 20). Ela começou a participar da associação em 1995, aos 21 anos, concomitante ao ingresso na faculdade de jornalismo da UNISINOS e articulada a um momento de crise e de profunda redefinição pessoal: um período em que segundo ela própria "fazia muita festa" e que teve que dar "uma parada geral na vida". Por um lado, tal decisão foi antecedida pela adoção de práticas alimentares naturalistas, numa época em que foi "macrobiótica bem radical". A adoção da macrobiótica começou aos treze anos, quando foi numa casa natural, fez um lanche, resolveu comprar um arroz e a partir dali foi gostando, pesquisando, buscando livros, freqüentando palestras, etc., o que a conduziu ao interesse pela alimentação orgânica e a freqüentar as casas de produtos naturais. A militância no ROESSLER esteve desde o início articulada com sua opção pelo curso de jornalismo e com o desenvolvimento da formação universitária. Segundo ela própria, a escolha pelo jornalismo surgiu do “amor que tinha pela coisa de escrever” e o gosto de ler que nasceu da leitura de livros voltados para o público do skate, surf, alimentação natural, terapias alternativas, etc. Do mesmo modo, as posições e os cargos ocupados na associação foram sempre diretamente relacionados ao fato de ser estudante de jornalismo e de “curtir escrever e fazer fanzini”. Mesmo quando foi presidente da entidade ou participou da diretoria sempre ficou como editora do jornal do ROESSLER, na comissão de eventos culturais para divulgar a causa de uma forma prazerosa, sempre cumprindo a função também de produtora de eventos culturais, de divulgação, de campanhas, manifestos, de ir na imprensa, de abrir caminhos. Foi também como militante do ROESSLER e estudante de jornalismo que se envolveu com o DCE, de modo que sua participação se voltava para as questões relacionadas à “ecologia” e para a redação de textos, não se interessando muito pelas

questões como “greve”, “aumento”, “direito do estudante”, etc. Para ela, o fato de fazer o jornal do ROESSLER é um diferencial em sua formação profissional em relação a dos seus colegas de curso que “nunca pisaram numa redação de jornal, nunca tiveram acesso aí como é que é fazer um jornal”. Em decorrência dessa articulação constante entre militância na defesa ambiental e jornalismo, seu projeto de conclusão do curso de jornalismo está voltado para a análise da “eficácia da linguagem que os jornalistas usam para falar do meio ambiente”, colocando-se o problema principal de “como conscientizar sobre o tema do meio ambiente pela linguagem jornalística”. Atualmente, está trabalhando num projeto de produção de documentários para o grupo “COMUNIQUE-SE” sobre “transgênicos” e a “romaria das águas”.

Diferente dos “pioneiros”, para os dirigentes que ingressaram a partir dos anos oitenta, não é posterior à formação universitária e à inserção no mercado de trabalho que eles começam a participar de organizações ambientalistas. Pelo contrário, a adesão à defesa do meio ambiente e a participação em organizações que defendem tais tipos de causas está estreitamente imbricada tanto às escolhas em termos de curso universitário, quanto ao transcurso de sua formação e à forma de ingresso no próprio mercado de trabalho. É nesse sentido que se pode falar de intensificação da articulação entre a escolarização e a militância durante esse período, a qual significa, primeiramente, que ocorreu tanto uma diminuição da faixa etária de ingresso na defesa ambiental quanto a ampliação de sua imbricação com o próprio processo de formação e de inserção profissional. Um segundo aspecto que se encontra ligado a essa ampliação da imbricação entre escolarização e militância resulta do fato que na grande maioria dos casos tais dirigentes já participavam de outras organizações e “movimentos sociais” antes de ingressaram no ambientalismo.

Acontece que a partir dos anos oitenta, o ambientalismo tem se caracterizado cada vez mais por uma tendência geral no sentido de uma maior diversificação das origens sociais dos dirigentes e, principalmente, de um aumento significativo daqueles que têm origens mais baixas. Nesse sentido, observa-se que os ambientalistas dos anos 80-90 são, geralmente, filhos de

caminhoneiro, de vigilante, de marceneiro, de capataz de granja, de empregado do setor de calçados, de agricultor, de vendedores de peças de ônibus, caminhão, produtos veterinários ou calçados, etc. Em segundo lugar, encontram-se certos níveis intermediários, constituídos pelos filhos de funcionários públicos com formação de terceiro grau e de profissionais como engenheiros, jornalistas, bancários, professores do secundário, etc. A partir desses conjuntos principais podem-se distinguir três tipos principais de trajetórias entre os dirigentes que ingressaram nesse período: de um lado, aqueles cuja trajetória familiar é descendente: de outro lado, os que têm origens baixas mas que apresentam uma trajetória social de ascendência; entre esses dois extremos, os que se situam num nível intermediário e com uma situação mais estável. Essa diferenciação dos dirigentes ambientalistas quanto às suas origens sociais é um dos fatores principais para a compreensão da ampliação das formas de articulação da formação universitária e profissional com o engajamento no ambientalismo atualmente, pois diz respeito à modificação das vias de acesso à defesa ambiental.

Enquanto que o ingresso dos dirigentes “pioneiros” na defesa ambiental ocorria com base em sua bagagem política e cultural vinculada à família de origem, no caso dos que começaram a participar a partir dos anos oitenta isso vai ocorrer predominantemente através da vinculação anterior ou simultânea dos dirigentes com organizações estudantis, partidárias e religiosas. Nesse sentido, pode-se dizer que a década de oitenta se caracteriza, portanto, pela modificação do potencial de mobilização para a participação na defesa de causas ambientais. A concentração em organizações estudantis e em partidos políticos é particular àqueles que entraram no ambientalismo a partir desse período. Tal modificação foi acompanhada pela alteração tanto dos significados que os dirigentes atribuem ao engajamento quanto das dinâmicas que os conduzem à permanência na defesa de causas ambientais. Nesse sentido, observa-se que é justamente quando há uma entrada de um contingente elevado de militantes simultaneamente inseridos no Movimento Estudantil e no Partido dos Trabalhadores que ocorreram as primeiras rupturas entre as principais lideranças ambientalistas, principalmente os conflitos entre os

“fundadores” e os militantes da segunda geração.

Em decorrência disso, um dos principais desafios encontrados no estudo das modalidades de engajamento dos dirigentes ambientalista das gerações dos anos 80-90 não diz respeito tanto à distinção entre a maior ou menor ausência de suas participações anteriores em outros tipos de organizações e sim à multiplicidade de vinculações e de posições que eles acumulam simultaneamente em diversas redes de organizações e de “movimentos sociais”. Quase todos os que entraram no ambientalismo nessa época participaram das mobilizações estudantis pela abertura democrática e estavam vinculados, de maneira formal ou informal, a centros e diretórios acadêmicos, ao mesmo tempo em que se dizem “fundadores” ou simpatizantes do Partido dos Trabalhadores. No caso dos dirigentes da década de noventa, além de manter certa tendência de participação anterior em organizações estudantis e em partidos políticos ocorrem também a vinculação ao escotismo e à alimentação natural, bem como a sindicatos e a organizações profissionais. Não se trata, portanto, de opor um conjunto com baixo nível de participação a um outro com níveis bem mais elevados, mas principalmente de examinar quais os tipos e graus de engajamentos anteriores os diferenciam e como tais experiências contribuíram para a diversificação de suas concepções de engajamento e para o surgimento de novos conflitos e de novas modalidades de articulação da formação escolar e profissional com a intervenção em diferentes esferas sociais através da participação na defesa de causas ambientais.

Nesse sentido, pode-se falar da emergência de um padrão distinto de participação no ambientalismo, constituído por modalidades específicas de intersecção da socialização familiar com os itinerários militantes e profissionais dos dirigentes. Dito de maneira mais específica, para os dirigentes dos anos 80-90 a inserção anterior ou simultânea em redes de organizações e de “movimentos sociais” os mais diversos, constitui um dos fatores principais da constituição das disposições que se encontram vinculadas ao seu ingresso e permanência no ambientalismo. Do mesmo modo, são os itinerários militantes anteriores à entrada no ambientalismo e as redes sociais vinculadas a tais

participações que possibilitam a configuração de tipos diversificados de articulação da formação escolar com diferentes esferas de atuação através da defesa ambiental.

Isso não implica evidentemente que a bagagem política e cultural do grupo familiar tenham deixado de exercer uma importância destacada sobre o ingresso e o desenvolvimento da participação da defesa ambiental. É muito comum os filhos ou parentes de dirigentes “pioneiros” ingressarem em associações e organismos públicos de proteção ambiental com base nos recursos vinculados à militância ambientalista do pai ou da mãe. Esse é o caso das duas filhas de uma das fundadoras da AGAPAN (Dirigente nº 45): a filha mais velha é oceanógrafa, trabalhou na secretaria do meio ambiente de Balneário do Camburiú e agora está no IBAMA; a segunda filha é jornalista e trabalha na Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Torres/RS. Outro caso é o do primeiro secretário da AGAPAN (Dirigente nº 01), cuja filha segundo ele próprio “é ecologista” e funcionária da Fundação Zoobotânica, órgão vinculado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul.

Um caso extremo dentro do conjunto analisado que demonstra a continuidade dos recursos vinculados à família de origem nas dinâmicas de reconversão profissional através da defesa ambiental na geração dos anos 80-90, é o da filha do primeiro presidente da AGAPAN. Ela tem trinta e quatro anos, é formada em biologia pela UFRGS e é a atual presidenta da FUNDAÇÃO GAIA (Dirigente nº 48). Trata-se de um itinerário militante que está diretamente vinculado à bagagem cultural e política adquirida no meio familiar e, principalmente, às redes de relações construídas a partir da atuação profissional de seu pai na defesa ambiental. Isso se manifesta, de maneira explícita, no próprio relato sobre seu processo de engajamento:

Eu fui naturalmente incorporada ao trabalho que o pai sempre fez. [...] Como filha dele eu tinha somente duas opções: ou eu seguia o mesmo caminho ou partia para uma coisa completamente diferente [...] O pai me fogueou e eu nunca mais consegui soltar (Entrevista).

Nesse caso, o contato com organizações e dirigentes que

participavam da defesa do meio ambiente ocorre desde a infância no próprio meio familiar. O seu nascimento ocorreu alguns meses antes do pedido de demissão de seu pai da multinacional BASF e do ingresso no ambientalismo através da AGAPAN. Por isso, ela afirma que nasceu “no momento em que o pai começou essa trajetória ambientalista” e que então “desde o berço eu acompanhei ele”. Durante a infância sua casa estava sempre repleta de militantes ambientalistas em decorrência da atuação de seu pai, além de ser também um local onde aconteciam reuniões e conversas informais com os dirigentes das principais organizações ambientalistas do Rio Grande do Sul e até mesmo de outras regiões do país. Nesse sentido, salienta que sempre conheceu seu pai como ambientalista com os amigos e os militantes em volta, conversando e dando palestras sobre temáticas ambientais, e que sua “experiência de vida foi totalmente essa”.

De fato, seu itinerário universitário sempre esteve diretamente associado à atuação de seu pai na defesa do meio ambiente. Aos dezessete anos, logo que concluiu o segundo grau e ingressou na faculdade, começou a acompanhá-lo nas suas viagens internacionais, “atuando como secretária dele” durante todo o seu percurso na universidade. Em decorrência das freqüentes viagens com o pai para congressos e palestras internacionais, levou seis anos para concluir o curso de licenciatura em biologia, o qual segundo ela própria pode ser “feito tranquilamente em quatro anos”. É que esse itinerário de intensa militância em companhia do pai não possibilitava que ela acompanhasse as aulas nem favoreceu sua vinculação com as turmas da universidade, nem tampouco a participação em organizações estudantis ou outras quaisquer durante seu itinerário escolar e universitário. Segundo ela própria “estava tão absorvida com o pai” que era uma espécie de “visitante na faculdade”. Apenas conseguiu complementar sua formação universitária com cursos de língua inglesa, francesa e alemã, sendo que no caso desta última foi apenas para reforçar gramaticalmente o aprendizado que já tinha adquirido no meio familiar. Mesmo assim, diz que não se “sentia diferente dos colegas”, destacando que o curso de biologia era muito fragmentado e dissociado do contexto, tornando-se mais interessante somente no final, quando começou a fazer cadeiras de

ecologia. Segundo ela, tais dificuldades resultam do fato que o ingresso na universidade é muito prematuro, citando como exemplo as universidades na Alemanha, nas quais a decisão de ingressar na universidade é posterior às muitas experiências vivenciadas pelos estudantes “fora da universidade”. Em seu caso conclui que foram poucas as coisas que aprendeu através de sua formação universitária, concluindo: “Aprendi muito mais com meu pai não tenha dúvida”.

O mesmo ocorre com seu itinerário profissional, o qual começou e se desenvolveu sempre associado à atuação do pai. Através das relações com ele e deste com organizações ambientalistas internacionais, quando ainda estava cursando biologia na universidade, conseguiu um estágio numa “ONG da Alemanha” em função de tê-lo acompanhado num “*tour*” de palestras que ele fez na Europa. Se durante toda a faculdade sempre atuou como secretária do seu pai, no final do curso de biologia começou a trabalhar integralmente na organização fundada e presidida pelo pai, passando a supervisionar e a coordenar todos os diferentes projetos e trabalhos dentro da FUNDAÇÃO GAIA e assumindo um pouco antes dele falecer a posição de presidenta da referida fundação. Desta forma, sua atuação sempre foi nas empresas do pai, chegando mesmo a afirmar “nunca trabalhei em outro lugar”. Junto com a irmã e o pai eles criaram a empresa Vida Produtos Biológicos Ltda cujo trabalho está voltado para o tratamento e reciclagem de resíduos sólidos industriais. Todavia, ela ficou responsável pela fundação, enquanto que a irmã atua na outra empresa. Em função de sua intensa atuação na defesa do meio ambiente, sempre se manteve a parte de qualquer militância em organizações estudantis, partidos políticos e igrejas. Nisso também se manifesta a referência e influência da atuação de seu pai, salientando que mesmo que o “trabalho dele” tivesse sempre “uma forte conotação política, como ativista”, ele nunca se voltou para a política partidária. Além disso, faz questão de ressaltar que por meio do seu pai foi sempre colocada num ambiente de extrema abertura para as mais diferentes manifestações culturais, políticas, religiosas e que nunca houve “nenhuma segregação partidária” ou de outro tipo qualquer. Também os contatos que estabeleceu na Europa e nos EUA foram resultado de sua

“atuação internacional” desde a adolescência quando acompanhava o pai.

Essa carreira militante diretamente vinculada à atuação ambientalista do pai nas mais diferentes esferas sociais não apenas no âmbito local, mas também nacional e internacional, resulta numa forte referência à atuação internacional em sua atuação. Isso se manifesta, por um lado, na própria forma como ela se refere ao legado familiar e do pai para o tipo de trabalho que desenvolve atualmente, salientando que além do “amor à natureza” que ele sempre teve, este lhe passou também o “valor da riqueza de nossa cultura planetária”, do quanto a humanidade é rica nas suas culturas locais. E por outro lado, na articulação do trabalho desenvolvido pela organização à esfera internacional, afirmando que com base nos contatos que fez “junto com o pai” e os quais mantêm até hoje, faz parte da Rede pela Comunidade Terrestre e está trabalhando para consolidar o RINCÃO GAIA como um “centro de educação ambiental internacional”. Tais formulações estão respaldadas numa concepção da militância que se aproxima daquela que estava na base dos ambientalistas “pioneiros”, principalmente no que diz respeito à vinculação da defesa do meio ambiente com questões éticas e filosóficas. Nesse sentido, ela apresenta o trabalho da organização como voltado para a “população em geral” e que tem como objetivo principal a “sensibilização, inspiração e educação ambiental” através do contato e conhecimento do Rincão GAIA. Por outro lado, na distinção entre tal forma de trabalho e militância. Segundo ela esse tipo de atuação se define como “trabalho complementar” ao tipo de atuação desenvolvida pelas associações que fazem mais um “trabalho de militância nas comunidades” pelo acompanhamento das políticas públicas e pela atuação em diferentes conselhos e grupos de discussão. O trabalho da FUNDAÇÃO GAIA e do RINCÃO é complementar a esse tipo de militância, na medida em que ele é de “sensibilização e motivação para as pessoas se integrarem ao movimento”, sendo “menos de militância e mais de educação e de trazer soluções práticas”. Esta concepção está respaldada em princípios que fazem da atuação profissional algo diretamente subordinado à bagagem cultural, ao conjunto de experiências e aos valores éticos que isto suscita. Assim, salienta que a

formação escolar e universitária não é algo que considere fundamental para a atuação na defesa do meio ambiente. Mesmo se tratando de sua área, uma vez que “o biólogo é naturalmente o profissional que mais tem a ver com ecologia, que mais se aprofunda na questão da ecologia dentre as diversas áreas profissionais”, a formação escolar não é uma condição necessária ou fundamental. Antes dela se coloca os mais diferentes tipos de vivências e os princípios éticos vinculados à formação profissional.

Fundamental mesmo é essa coisa de tu acreditar naquilo que tu faz. É um leque de influências que a gente sofre na vida, não é só aquilo que a gente estudou na faculdade, é tudo isso que tu estavas me perguntando mesmo: teu berço familiar, diferentes experiências que tu passaste na vida e as crenças que tu vais acumulando nesse processo e que te fazem enveredar por uma área ou outra. Agora para atuar com ecologia, de fato, não importa aquilo que tu estudou (Entrevista).

Isso vale para qualquer tipo de formação. Já que nenhum tipo de formação escolar nos leva a uma postura mais “condizente com o que os ecologistas pregam”, a questão da utilidade da formação universitária não se resume a estabelecer uma prioridade em termos do tipo de formação ou de sua vinculação com a defesa do meio ambiente. Pelo contrário, é a “ecologia” que deve estar na base de tudo. O que importa em todos os casos é ter presente uma “concepção ecológica”, a qual significa acima de tudo uma transformação “ética” e “filosófica”.

De forma alguma a formação profissional é necessária. [...] O que nós estamos fazendo hoje é uma revisão ética, é ver o mundo sob outras lentes, entender o mundo de outra forma, sair daquela visão antropocêntrica para uma visão ecocêntrica, do ego para o eco e isso é uma transformação de cunho muito mais ético, filosófico do que técnico. Tu precisas de soluções técnicas também, mas mais do que isso tu precisas de uma revisão ética (Entrevista).

Como esse exemplo bem ilustra, a bagagem cultural e política do grupo familiar e, principalmente, a atuação do pai no ambientalismo constitui um recurso essencial tanto à entrada na defesa ambiental quanto ao desenvolvimento da carreira profissional dos dirigentes que ingressaram nos

anos 80-90. Por isso, a diferenciação entre as principais gerações de dirigentes não pode descartar ou tratar o ingresso com base na bagagem política e cultural e nas redes de relações vinculadas à família de origem como algo que diz respeito apenas à geração dos “pioneiros”. Ocorre que diferente dos casos anteriores, os recursos disponibilizados pelo grupo familiar no caso dos dirigentes dos anos oitenta e noventa já incluem a participação em redes de organizações e de lideranças que atuam na defesa do meio ambiente. Além disso, o momento de emergência e o processo de desenvolvimento do engajamento no ambientalismo estão desde o início articulados com a entrada na universidade e com o exercício profissional, diferente daqueles casos em que era somente muito tempo após a formação e o exercício profissional que ocorria a adesão à defesa de causas ambientais. Nesse sentido, pode-se dizer que os dirigentes que ingressam com base nos recursos militantes vinculados ao grupo familiar constituem um padrão diferenciado dos “pioneiros”, pois a imbricação entre formação profissional e engajamento na defesa do meio ambiente ocorre numa faixa etária relativamente baixa e é concomitante à inserção na universidade e na profissão. Por isso, pode-se considerar tal exemplo como um dos tipos de engajamento característico das gerações mais recentes e que se situa numa posição intermediária entre os dois principais padrões salientados no decorrer desse capítulo.

No entanto, com base no universo de dirigentes considerados, pode-se dizer que na geração dos anos 80-90, o que tem predominado é a vinculação das disposições e dos recursos militantes dos dirigentes às suas inserções anteriores ou simultâneas em diversos tipos de organizações e de “movimentos sociais”. Desse modo, somos levados inicialmente a pensar na ocorrência de uma maior influência da socialização secundária do tipo universitária sobre a emergência desse tipo de militância (OLLITRAULT, 2001). No entanto, deve-se lembrar que as disposições e os recursos militantes associados a tal militantismo não resultam da socialização escolar e universitária dos dirigentes, mas acima de tudo de sua maior imbricação com tipos diversificados de engajamento político (Capítulo III).

Pode-se considerar como uma das modalidades de participação⁴⁰ característica desse período a que resulta da combinação do contato com a política partidária durante a socialização familiar, sua intersecção com um itinerário de intenso militância durante a formação secundária e universitária e a articulação do exercício profissional com a ocupação de cargos em partidos políticos e, através desse, em secretarias e órgãos da administração pública. No entanto, cabe salientar que a articulação da defesa ambiental com a atuação na política partidária constitui uma das características principais do conjunto de dirigentes que ingressaram no ambientalismo a partir dos anos oitenta e não um aspecto peculiar a alguns deles. Quanto a isso, observa-se que uma das principais dificuldades e resistências relacionadas às tentativas de criação do Partido Verde (PV) no Rio Grande do Sul, não decorre da ruptura, do afastamento ou da desilusão dos militantes ambientalistas em relação à política partidária e sim pela suas fortes vinculações com o Partido dos Trabalhadores (PT), a ponto de declararem constantemente em brincadeiras e conversas informais que os “ecologistas gaúchos já têm partido”, ou ainda que “os ecologistas gaúchos são melancias: verdes por fora e vermelhos por dentro”. Ocorre que a maioria dos dirigentes que ingressaram nesse período eram também “fundadores” ou militantes do referido partido, enquanto que outros começaram a participar do mesmo em decorrência da própria militância ambientalista. Mesmo assim, podem-se identificar alguns tipos e graus diferenciados de intervenção na política partidária através da defesa ambiental.

Uma primeira variante dessa vinculação entre a defesa do meio ambiente e a política partidária é constituída por aqueles casos em que tal adesão somente ocorre após um longo período de militância em organizações partidárias e da ruptura com a filiação político-partidária anterior. São os

⁴⁰ . A idéia de apresentar, a seguir, em cada uma das modalidades de engajamento destacadas, casos situados em diferentes momentos dos anos oitenta e noventa tem como objetivo principal chamar a atenção para certas transformações ocorridas nesse militância durante esse período. Dessa forma pode-se perceber que quanto mais se avança no tempo, mais o engajamento na defesa ambiental sinaliza para a modificação da idade de ingresso no ambientalismo, do momento do itinerário escolar em que tal adesão ocorre e, principalmente, do contato com a política partidária no universo familiar e da participação anterior em organizações estudantis e partidárias. Tal forma de apresentação permite contrabalançar uma visão um tanto que homogênea de tal geração dirigente.

dirigentes que atuam no Partido Verde que melhor representam esse tipo de vinculação com o ambientalismo. Um bom exemplo disso é o caso de um dirigente (Dirigente nº 42) que foi candidato a Governador do Estado do Rio Grande do Sul em 1998 e a Prefeito de Porto Alegre em 2000 pelo Partido Verde. O seu ingresso na defesa do meio ambiente ocorreu após um longo trajeto de militância partidária no PDT e constitui uma forma de reorientação de sua carreira na política partidária. Ele tem cinquenta e nove anos e ingressou no Partido Verde em 1998, quatro anos após sua aposentadoria, depois de desligar-se do PDT por falta de apoio para ingressar na carreira eleitoral. Sua trajetória de ascensão social foi diretamente influenciada pela atuação política partidária do grupo familiar. De origem social baixa, seus pais não tinham nem o primeiro grau completo e eram donos de um pequeno armazém em São Francisco de Paula que foi onde ele nasceu. Foi através da vinculação do seu pai com o getulismo e com o brizolismo que conseguiu uma bolsa de estudo do então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para ingressar no ginásio e se transferir para São Leopoldo onde estudou em colégios maristas. Depois disso ingressou na licenciatura em ciências físicas e biológicas da UNISINOS, participando do diretório acadêmico durante sua formação e concluindo o curso em 1971. Concomitante a isso fazia o curso de perito criminalista pela academia de polícia do Rio Grande do Sul, formando-se em 1972. Quatro anos mais tarde resolveu fazer o curso de direito na faculdade RITTER DOS REIS, em função de sua ocupação profissional como perito criminalista, o que significava para ele a possibilidade de “ampliar essas realidades todas”, formando-se em 1980. Seu itinerário profissional também foi marcado pelo exercício simultâneo de diferentes tipos de atividades profissionais: por um lado, por uma ampla atuação como professor nas áreas de biologia e de educação moral e cívica em cursinhos pré-vestibulares e na área de criminalística e técnicas de investigação criminal na academia de polícia do Rio Grande do Sul; por outro lado, combinava tais atuações com o cargo de escrivão de polícia na referida academia onde atuava também como perito criminalista. Paralelamente a isso, fazia parte do PDT pela sua vinculação antiga com o brizolismo. Mas quando se aposentou em 1994 e

decidiu “labutar na política” não contou com o apoio necessário no referido partido para candidatar-se a vereador, o que resultou em seu desligamento do mesmo e na filiação ao Partido Verde. Uma outra versão muito semelhante disso é o caso do atual presidente do PV, cuja carreira militante também combina uma trajetória social ascendente e de forte vinculação com a política partidária e um itinerário profissional diretamente imbricado com a política sindical como funcionário da PETROBRÁS e com a política partidária no PMDB antes do ingresso no Partido Verde (Dirigente nº 41).

A pertinência em destacar inicialmente esses casos como representando uma primeira variante da articulação do ambientalismo com a atuação na política partidária, é que eles constituem uma espécie de “caso-limite” dentro do universo de pesquisa considerado. Nem tanto pelo tipo de socialização familiar e sua combinação com os itinerários militante e profissional e sim por uma certa distância em relação à atuação em organizações ambientalistas. São muito mais representativos do tipo de articulação que parece predominar no conjunto de dirigentes investigados, aqueles casos em que a formação e o exercício profissional ocorre simultaneamente ao ingresso e à permanência na política partidária e às participações dos dirigentes em associações ambientalistas e nas instâncias que representam o chamado Movimento Ecológico Gaúcho.

Um bom exemplo de articulação da defesa ambiental com a política partidária com base no intenso contato com a política durante a socialização familiar seguida da militância no movimento estudantil e no PT durante a formação universitária, desembocando na ocupação de cargos na administração pública, é o caso de um ex-dirigente da AGAPAN que trabalha atualmente no Ministério do Meio Ambiente (MMA) (Dirigente nº 18). Ele tem 42 anos e é casado com uma jornalista vinculada ao Núcleo de Eco-Jornalistas do Rio Grande do Sul, a qual trabalhou como assessora de imprensa na SEMA quando ele era diretor do DFAP durante o Governo do PT no Estado. Atualmente ambos trabalham no MMA, a convite do ex-Secretário Estadual de Meio Ambiente (SEMA) durante o Governo do PT no Rio Grande do Sul, o qual ocupa a pasta de Secretário Especial no referido ministério.

Trata-se de um filho de descendentes de imigrantes italianos de Caxias do Sul, cuja família de origem combina uma grande inserção na política partidária com uma trajetória social descendente. Foi no âmbito da socialização familiar que ele entrou em contato com a política partidária, pois a discussão política sempre foi muito presente em sua família, mesmo que ela fosse “originalmente de direita”: um dos avôs foi vereador pelo Partido de Representação Popular, tinha um tio que era simpatizante do Partido Comunista Brasileiro e uma avó que era brizolista. O outro aspecto que marcou a trajetória do grupo familiar e que repercutiu sobre seu itinerário escolar e profissional foi a falência das atividades de seu pai como médio empresário do setor vinícola, provocando o deslocamento de toda a família para Porto Alegre em 1973, quando ele estava com apenas onze anos. Essa modificação das condições sociais do grupo familiar, foi um dos fatores que dificultou sua integração ao universo escolar onde estudou. Estudante do IPA durante todo o primeiro e segundo grau, não lhe agradava o fato do colégio ser “meio burguês” e ter muito “filhinho de papai”. Pois mesmo que seu pai tenha sido empresário do vinho, nesse período sua família já estava numa vida de classe média. Por isso, não se “enturmava com esse pessoal”. Depois conheceu um pessoal vindo do interior que era socialmente próximo a ele com o qual se dava bem, saindo freqüentemente para acampar e se tornando um “mateiro nato”. É em função disso que considera ter se dado bem com o “trabalho de pesquisa” durante o curso de veterinária porque “gostava muito de estar no mato, então não tinha problema de se perder e tal”. Além disso, sua formação escolar primária e secundária foi marcada por constantes dúvidas e algumas crises, pois nunca conseguiu se acertar com o ensino profissionalizante, começando como desenhista de instalações elétricas, pois pretendia cursar engenharia elétrica, mas depois fez análises químicas. O resultado é que quando chegou no momento do vestibular estava com muita dúvida entre biologia e veterinária e ficou com “essa dúvida atroz” até o dia da inscrição, decidindo pela segunda opção, pois achava que sempre quis ser veterinário.

Ingressou no curso de veterinária no ano de 1979, quando estava com dezessete anos e o concluiu quando estava com vinte e dois. Mas durante

a faculdade entrou numa profunda crise quanto à “questão do que queria com a veterinária”, pois não queria ser clínico. Segundo ele, naquele momento tudo que precisava sobre meio ambiente “tinha que buscar fora da universidade”, uma vez que na universidade a “militância ambiental na veterinária era desconhecida”. Desse modo foi através da militância simultaneamente no movimento estudantil, no PT e em organizações ambientalistas que acabou “achando um espaço dentro da área ambiental”, começando a se interessar muito por animais e descobrindo a área de saúde pública e de animais selvagens na veterinária. Em 1981, quando ele tinha aproximadamente dezenove anos e estava entrando no segundo ano de veterinária, começou a acompanhar pelos jornais as notícias da AGAPAN, mas não conseguia localizá-la, pois não achava o endereço. Com certa dificuldade conseguiu contatar um dos militantes (Dirigente nº 01) que foi quem o trouxe para a AGAPAN. Durante a faculdade ele foi primeiramente militante do movimento estudantil, mas não chegou a fazer parte do DCE, apenas do centro acadêmico onde fez parte de uma chapa vitoriosa para a direção do referido centro. Foi em decorrência da inserção no Movimento Estudantil que começou a militância no PT, ficando como simpatizante durante um bom tempo, filiando-se somente em 1988 quando fez campanha para um dos vereadores do partido que era também militante da AGAPAN. Era do grupo desse vereador inclusive fazendo parte do Núcleo de Ecologistas do PT que, segundo ele, chegaram a “ter 10% do diretório do partido” nesse período. Foi também um dos “fundadores” e militantes da CLEPEI que era uma Comissão de Luta pela Efetivação do Parque Estadual de Itapoã que depois se tornou uma associação. Tal comissão resultou de um grupo da AGAPAN que queria discutir “lutas específicas”, posto que julgavam que a entidade discutia apenas “questões gerais”.

Seu itinerário profissional foi também profundamente marcado por essa constante articulação do militantismo estudantil e partidário com a formação universitária através da participação na defesa ambiental, desembocando no desenvolvimento de uma carreira na política partidária que lhe possibilitou o acesso a sucessivos cargos na burocracia estatal. Durante a faculdade trabalhou inicialmente com o pai, depois foi estoquista da

COOLMEIA de 1982 a 1984, voltando a trabalhar com o pai de 1984 a 1988. Durante esse período, em 1986, começou a “fazer trabalho de pesquisa com bugios lá em Itapoá [...] como parte da luta da CLEPEI”, salientando que no “começo era militância”, mas depois o projeto recebeu “recursos do IBDF”. Depois disso, fez um “projeto de galinhas ecológicas” junto com a COLMÉIA e tinha planos de fazer mestrado, sendo até selecionado, mas como não conseguiu bolsa teve que abandonar o curso. Quando assumiu o vereador para o qual trabalhou nas eleições municipais de 1988, ele foi trabalhar na Câmara de Vereadores como assessor parlamentar dele, tornando-se depois seu chefe de gabinete. Nesse período fez concurso para a prefeitura na área de saúde, ingressando em 1991. No entanto, logo que passou o então Supervisor de Meio Ambiente da SMAM, que era do mesmo grupo do referido vereador, o convidou para trabalhar na coordenação de ambiente natural, onde permaneceu até ser convidado pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente da administração estadual do PT, que também era do grupo do vereador, para assumir a direção do DEFAP e, após a vitória do PT nas eleições para Presidente da República, para ocupar o cargo de confiança no MMA.

Trata-se de um caso em que o engajamento na defesa ambiental foi seguido de um itinerário de intenso militância no Movimento Estudantil e na política partidária durante a formação universitária, possibilitando o direcionamento do exercício profissional para a “área de meio ambiente” na burocracia estatal. É interessante observar que esse itinerário profissional estreitamente ligado à esfera partidária respalda uma concepção das mobilizações ambientalistas como devendo estar associadas a outros tipos de organizações e de “movimentos sociais”. É nesse sentido que faz uma avaliação negativa da situação atual da luta ambiental, pois segundo ele, houve um grande isolamento do “movimento ecológico” nos anos 90, ao contrário do que acontecia na década anterior quando este estava bem articulado a outros “movimentos sociais” e a “lutas mais gerais da sociedade”. Em decorrência disso, considera que o ambientalismo acabou se transformando num “movimento institucionalizado” e se encontrando “muito vinculado ao poder executivo” (conselhos, fóruns governamentais, etc.), pois perdeu suas “próprias

bandeiras de luta”, sua “base” e “seus militantes” e que ao invés de se constituir como um “movimento organizado” tornou-se uma mobilização de “pessoas isoladas reclamando”.

No entanto, esta vinculação da defesa ambiental a outros “movimentos sociais” não implica em uma recusa ou ruptura em relação à política partidária. Pelo contrário, a intervenção em partidos políticos tem um papel primordial para a definição dos objetivos ideológicos e das formas de ação coletiva das organizações que atuam na defesa desse tipo de causa. Um dos casos que exemplifica muito bem isso é o de uma das principais lideranças do Centro de Estudos Ambientais de Pelotas (Dirigente nº 07) cujo engajamento na defesa ambiental também resulta da intersecção entre o contato com a política partidária no meio familiar, uma trajetória social descendente e o intenso militância estudantil e partidário durante a formação secundária e universitária. Ele tem trinta e nove anos e é natural da cidade de Rio Grande. Seu pai é filho de um argentino que veio para o Brasil e se casou com uma integrante de uma família tradicional de Rio Grande, segundo o próprio entrevistado: “uma família já bem estruturada, com boas relações e tal no mundo da burguesia riograndina”. Pelo lado materno, sua mãe é natural de Pelotas, o pai dela era contador e a mãe dona de uma pensão na referida cidade. O pai do entrevistado era dono de uma ferragem, herdada da família, mas esta faliu e ele ingressou na advocacia, trabalhando também como professor de português num colégio público estadual, chegando até a ser convidado para lecionar na universidade, mas não aceitou. Como advogado participou durante muitos anos da direção da OAB (Organização dos Advogados do Brasil) em Rio Grande, atuando no direito do trabalho e se tornando um advogado de muito prestígio na cidade. Além disso, fazia parte da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), onde tinha muitos amigos.

O itinerário escolar e profissional do referido dirigente foi marcado pela intensa participação em diferentes tipos de organizações estudantis, no Partido dos Trabalhadores e pelo conflito entre a orientação do pai e suas preferências em termos de atuação profissional. Nesse sentido, identifica como a primeira manifestação de seu “interesse pela ecologia” quando era ainda

criança e participava juntamente com seus pais do Country Clube de Rio Grande onde fez amizade com uns colegas de clube e formaram a OBERNAL que era um grupo que se reunia para “observar o comportamento de algum animal”. Esse tipo de interesse foi complementado por um itinerário escolar de atuação em grêmios estudantis, pois toda sua formação primária e secundária foi num colégio estadual que segundo ele próprio, tinha uma “forte vinculação com o civismo”, tornando-se membro da diretoria do centro cívico do colégio, o qual desenvolvia atividades cívicas e voltadas para organização de eventos em datas comemorativas. Quando concluiu o segundo grau pretendia fazer oceanologia, mas o pai advogado acabou influenciando sua decisão. Em decorrência disso durante a formação universitária viveu sempre em meio a certo conflito entre o que queria estudar e as orientações do pai e da família. Ao mesmo tempo, participou do Movimento das Diretas Já, do centro acadêmico do curso de direito e começou a se envolver com o PT “de forma mais orgânica”, participando de protestos e manifestações, ainda que só tenha se filiado depois de formado.

Foi através do ingresso e da participação no CEA que encontrou um meio de conciliar seus interesses em termos de atuação profissional com suas experiências simultâneas de militância estudantil e partidária. Ele começou a participar da entidade em 1988, quando tinha vinte e três anos e faltavam dois anos para concluir o curso de direito na Fundação da Universidade de Rio Grande (FURG). Foi mais precisamente durante uma semana acadêmica do curso de oceanologia, quando entrou em contato com um dos palestrantes que era o professor Paulo Afonso Lemos Machado o qual, segundo ele, “é um expoente na área do direito ambiental no Brasil”. Por sugestão do professor coordenador da referida semana acadêmica, que conhecia seu “interesse pela questão ambiental”, ele e um outro colega de faculdade ficaram encarregados de receber o palestrante e percorrer a cidade com ele “mostrando os problemas ambientais”. Em decorrência disso, ganhou um livro autografado do palestrante e quando começou a ler pensou: "Pá, esse negócio aqui é o que eu vou trabalhar, direito ambiental [...] Não quero nem saber é isso que eu vou fazer. É isso aqui. E aí comecei...". Nesse período ele e esse seu amigo já

tinham cogitado a possibilidade de “trabalhar a questão do direito ambiental” através do CEA: eles conheciam o coordenador da associação (Dirigente nº 10) pela imprensa, pelas mobilizações que ele participava, bem como pela sua atuação “puxando essa bandeira do verde” em manifestações de esquerda. Além disso, sempre o encontrava na vida social noturna de Rio Grande onde esse trabalhava como músico e já os tinha convidado para “trabalhar na parte jurídica da entidade”. Além do conhecimento em direito sua atuação na entidade esteve vinculada também ao gosto que tinha pela fotografia de modo que, em muitos casos, ao identificar os problemas já apresentava as fotos que comprovavam suas denúncias.

Dessa forma, seu ingresso no ambientalismo ocorreu como um desdobramento de seu contato com o movimento estudantil e da participação no Partido dos Trabalhadores, ao qual os membros fundadores do CEA também estavam ligados. Todavia, paralelo a sua participação no movimento estudantil e no PT, a decisão de participar do CEA ocorreu no mesmo ano do falecimento do seu pai, acontecimento esse que ocasionou uma drástica mudança em suas condições sociais de existência. Foi com a morte do seu pai que segundo ele próprio começou a “trabalhar pra valer”, pois até então tinha uma vida “mais burguesa, de festa, de curtir a noite”.

É, faltavam uns dois anos pra eu me formar. E... aí foi ruim porque a minha irmã já estava casada. Então, já tinha a vida dela. A minha mãe tinha parado de trabalhar há muito tempo, não tinha se aposentado e tal, rendimento zero. E eu apesar de ter essa visão assim de esquerda e militar e tal, eu sempre também tinha uma outra formação que era mais burguesa de festa, de sair, de curtir a noite e tal. Então, é tinha umas contradições assim. [...] E...bom, quando ele faleceu, cessou o recurso...acabou. Pô! fudeu tudo (Entrevista).

Em decorrência disso trabalhou como estagiário do Banco do Brasil e depois na Souza Cruz na parte de exportação, quando estava namorando a filha de um representante da exportação da referida empresa em Rio Grande. Mesmo assim não abandonou a militância simultaneamente no CEA e no PT. E foi através dessa militância que conseguiu uma fonte de renda quando a Souza Cruz o despediu, podendo ficar durante muito tempo numa situação que ele

define assim: “desempregado, mas militando”, sem trabalho remunerado, mas “trabalhando na militância”. Isso ocorreu, primeiramente, pela sua atuação como representante do CEA no CONAMA, através da qual ele podia contar com as diárias para continuar a “trabalhar na militância”. Permaneceu nessa situação até o ano de 1993 quando foi convidado por uma amiga que também era filiada ao PT para se inscrever numa seleção para assessor da Bancada do PT na Câmara de Vereadores de Pelotas na área de meio ambiente e de saneamento. Ele apresenta esse emprego como seu “primeiro cargo na institucionalidade”, atuando depois como assessor jurídico e mais tarde como coordenador da bancada, desenvolvendo uma carreira de ocupação de vários cargos na administração pública. Em janeiro de 1999 ocupou o cargo de coordenador do Programa Mar de Dentro durante a “administração petista” no Governo do Rio Grande do Sul. Ficou nesse cargo até a vitória eleitoral do PT no município de Pelotas, quando assumiu a pasta da Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Pelotas. Todavia, por disputas políticas internas ao partido e por fazer parte de um grupo concorrente ao do prefeito de Pelotas, acabou sendo demitido do referido cargo, passando a assumir o cargo de Supervisor de Meio Ambiente da SMAM de Porto Alegre decorrente de seus vínculos partidários.

Paralelamente à sua atuação no Movimento Ecológico Gaúcho e no Partido dos Trabalhadores, sua carreira profissional está também imbricada à inserção no que chama de “academia”. Nesse sentido, em função das relações que tinha com professores, pessoas amigas e familiares que eram do Ministério Público, logo após concluir a faculdade chegou a iniciar em Porto Alegre um curso preparatório para o concurso no Ministério Público (MP) no intuito de atuar na área de “direitos difusos”. No entanto, desistiu do curso: “Não é bem o que eu queria, tinha muita coisa que não me agradava lá. A própria estrutura do ministério público nunca me agradou. Eu sempre fui contrariado pra fazer essa escola do MP. Eu sempre fui contrariado, mas fui”. Ao invés disso, resolveu fazer um curso de Pós-Graduação em Ecologia Humana na UNISINOS e depois fez Pós-Graduação em Ciência Política no Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Com base

nessa vinculação do direito com a ecologia e com a ciência política, ele e seu amigo de faculdade e de entidade passaram a ministrar vários cursos de extensão sobre direito ambiental: “Enfim, tem várias relações com a academia. [...] Então resumidamente a minha vida acadêmica sempre se pautou por um aperfeiçoamento e também palestra, cursos, conferências, essas coisas”. Em 2001 começou um mestrado em desenvolvimento social na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), mas desistiu e hoje faz mestrado em desenvolvimento sustentável na universidade Lanus na Argentina em conjunto com outros militantes do CEA. Foi com base nessa atuação no âmbito do magistério que quando entrou “em conflito com o secretário” da SMSM e teve que abandonar tal pasta, conseguiu um emprego para ministrar aulas no SENAC de Porto Alegre num curso de gestão ambiental, ao mesmo tempo em que voltou a atuar como representante do CEA e do MEG no CONSEMA.

Esse caso constitui um bom exemplo de como a participação na defesa de causas ambientais constitui uma forma de utilização da formação escolar e universitária para a atuação simultaneamente nas organizações e instâncias vinculadas ao Movimento Ecológico Gaúcho e à política partidária, bem como para a ocupação de postos na administração pública e no ensino de direito ambiental. Por outro lado, ele demonstra também como a associação da defesa ambiental a outras organizações e “movimentos sociais” implica necessariamente uma orientação comum para a intervenção no âmbito da política-partidária como única forma de unificar seus objetivos e estratégias de luta. Nesse sentido, ele apresenta uma avaliação bastante negativa do “movimento ambiental gaúcho” atualmente, considerando que o mesmo não difere muito do que chama de “movimento ambiental planetário” que se caracteriza por uma grande “heterogeneidade” e “falta de unicidade”, “porque justamente as bases ideológicas, os princípios que fundamentam a ação de diversas entidades, elas são as mais diversas possíveis”, tornando-se conseqüentemente “muito desorganizado” e “despolitizado em termos de vinculações ideológicas” e não conseguindo formular “uma pauta mínima de ação enquanto movimento”. A defesa do meio ambiente representa, para ele, uma “crítica política e ideológica”, no sentido de que a transformação social

implica a ação e a intervenção no âmbito da política-partidária e de que as organizações e os “militantes ecologistas” devem atuar nesta esfera.

Eu não acho que a ecologia está acima de todos os partidos. Acho que não, eu acho que a proposta ecológica ela só tem sentido se ela tiver uma política que a leve adiante e pra ter uma política a gente tem que ter algum tipo de organização institucional ou partidária, estatal. Não há como se fazer política se não for assim [...] E então acho que a política tem que ser trabalhada dentro dos partidos. Por isso que eu acredito no PT e desde que eu estou no PT eu sempre trabalhei com a questão ambiental, desde ser assessor de bancada até ocupar cargo de direção nacional. [...] Então acreditando que por dentro do PT e pela esquerda é possível fazer política ambiental e não tem outro caminho. É só pela esquerda porque as propostas que a direita defende, são propostas incompatíveis com uma sociedade sustentável, com uma sociedade ecológica (Entrevista).

O que possibilita a conciliação da “política ambiental” com a “partidária” é uma concepção militantista da própria política partidária, no sentido de que esta deve estar sempre associada com outras esferas de militância⁴¹. Tal como no caso anterior, uma vez que a política partidária está necessariamente articulada a outras esferas de militância, é o distanciamento das reivindicações e das mobilizações ambientalistas em relação à política partidária que ocasionou um isolamento e até mesmo um esvaziamento das “bandeiras de luta” e da “base militante” das organizações ambientalistas. É como se nessa modalidade de engajamento a defesa ambiental não tivesse nenhuma autonomia em relação à política partidária, nem também em relação às reivindicações levadas a cabo por outros tipos de organizações sociais.

Como um exemplo mais recente dessa modalidade de associação da defesa ambiental com a atuação na política partidária cabe destacar ainda, entre outros tantos casos, o da atual secretária executiva do CEA (Dirigente nº 09). Isso porque tal caso exemplifica uma carreira militante em que a ausência de contato com a política partidária durante a socialização em uma família com uma trajetória ascendente, pode ser compensada pela forte imbricação da formação secundária e universitária com o militantismo estudantil e partidário anterior ao ingresso no ambientalismo. Ela tem trinta e um anos e é natural de

⁴¹ . Sobre esta forma de conceber e por em prática a política ver Coradini (2001 e 2002).

Santa Vitória do Palmar no interior do Rio Grande do Sul. Seu pai era capataz de granja na zona rural do município e sua mãe fazia pastéis em casa para os filhos venderem no colégio onde estudavam. Quando estava com doze anos seu pai faleceu e a família se transferiu para a cidade. Enquanto seus pais não chegaram a concluir nem o primeiro grau, todos os sete filhos completaram o segundo grau e entraram na universidade, em parte, graças às bolsas de estudo que sua mãe conseguia em colégios de formação religiosa.

O seu contato com a política partidária ocorreu através de suas irmãs e irmãos mais velhos, quando estes saíram de casa para fazer faculdade e conheceram alguns “professores petistas” que os incentivaram a formar núcleos do partido em sua cidade de origem. Eles começaram então a fazer reuniões das quais ela participava. Quando isso ocorreu, ela estava no segundo grau e embora já tivesse participado de centro cívico durante o primeiro grau e de grupos de jovens da Igreja Católica, a influência dos irmãos a levou a ter uma maior participação no grêmio estudantil no colégio onde fazia magistério. Quando saiu de Santa Vitória do Palmar para cursar educação física na Universidade Federal de Pelotas ela já era simpatizante do PT, embora não estivesse ainda filiada. Foi quando estava cursando educação física que ela começou a participar ativamente do Movimento Estudantil: ingressou primeiro na diretoria do centro acadêmico da educação física através de duas amigas que já participavam do mesmo e depois na diretoria do DCE, chegando também a fazer parte da articulação da educação física na executiva nacional. Foi através dessa militância no Movimento Estudantil que ela entrou em contato com alguns membros do CEA que também participavam do DCE e do Partido dos Trabalhadores. Um deles foi o então secretário executivo do CEA (Dirigente nº 06), com o qual começou a namorar logo que ingressou no DCE, pois este também participava do movimento estudantil e era militante do PT na mesma “tendência” que ela. Foi principalmente a partir do contato e de conversas com este que ela ficou “mais simpática com o CEA” porque daí viu que tal associação “tinha uma organização”, concluindo que começou a participar da entidade “por causa do movimento. Não por causa da questão ecológica”. Quando saiu do DCE em 1996 e se formou em educação física, já

conhecia o CEA, mas não participava das reuniões. Foi somente em 1999 que começou a freqüentar as reuniões e participar das atividades da entidade, ao mesmo tempo, em que ampliava seu contato com os outros participantes da associação que atuavam no PT na mesma “tendência” à qual ela estava vinculada, no caso a Democracia Socialista.

Foi com base nesse itinerário de intensa militância no Movimento Estudantil e no Partido dos Trabalhadores que ela encontrou na defesa do meio ambiente uma forma de realização profissional. Isso porque seu itinerário profissional foi caracterizado, inicialmente, pelo trabalho na padaria de sua família e pela atuação como professora primária. Segundo ela própria, quando ficava sem emprego era a padaria que constituía uma fonte de renda até encontrar outro emprego. Sua intensificação da participação no CEA ocorreu num momento em que a possibilidade de ocupação de cargos nas administrações do Partido dos Trabalhadores tinha aumentado consideravelmente, com a vitória eleitoral para o governo do Estado em 1999 e, principalmente, para a administração do município de Pelotas em 2001. A partir de contatos com dois professores seus que estavam trabalhando na Secretaria de Esporte e Lazer da administração municipal do PT em Pelotas, ela tinha planos de trabalhar com recreação e até elaborou um projeto “para trabalhar com recreação e meio ambiente”. Todavia, nesse momento tinha também “a possibilidade de ir para a prefeitura” para coordenar a área de Esporte e Lazer. Contudo, todos os principais integrantes do CEA estavam no mesmo “dilema” de “ir para a prefeitura ou para o governo do Estado”, ambos administrados pelo PT, de modo que se tratava de decidir quem deveria “ficar no CEA”. Em reunião ela foi indicada para assumir a secretaria executiva da entidade. Depois de um grande momento de indecisão acabou se decidindo pelo CEA, salientando que para tal decisão contou muito o fato de que tinha a possibilidade do esporte e lazer ir pra SQA e como ela era “casada” com o secretário (Dirigente nº 06) não poderia assumir cargos na mesma. Assim, assumiu a secretaria executiva da entidade e logo depois a de coordenadora executiva da APEDEMA, o que a levou a pedir demissão da escola onde trabalhava devido às muitas atividades vinculadas à organização e ao fato de

ter que faltar muito à escola para viajar para a representação de conselhos, encontros de entidades, fóruns de ONG's, etc., posto que para ela, "era muito mais prudente" faltar à escola do que às atividades assumidas como coordenadora do CEA. Atualmente é representante do CEA no CONAMA, no Fórum Brasileiro de Ong's e Movimentos Sociais (FBOMS) e está cursando o mestrado de educação ambiental na FURG, onde uma colega de entidade (Dirigente nº 08) tinha ingressado um ano antes.

Nesse exemplo o engajamento na defesa ambiental constitui uma resultante direta da articulação anterior da formação profissional com a militância através do Movimento Estudantil e da política partidária. Enquanto que nos dois casos anteriores, a adesão à defesa do meio ambiente ocorre simultaneamente à participação em organizações estudantis e partidárias, nesse ela decorre de uma intensa militância que não esteve inicialmente articulada com a defesa de causas ambientais. Todavia, tal como nos casos anteriores suas concepções da participação na defesa do meio ambiente estão também fundadas em princípios baseados na política partidária, predominando uma visão negativa da atuação das organizações ambientalistas, devido à grande "desmobilização" e a "falta de unidade" que impera entre elas. O principal motivo alegado é a "falta de formação política" entre as associações, no sentido de que estas não conseguem entender a importância da "organização" e da "briga interna". Novamente aqui, a concepção da militância está estreitamente fundamentada na visão militantista da política partidária e dos "movimentos sociais".

De diferentes maneiras tais casos ilustram uma continuidade quanto ao tipo de articulação da atuação profissional com a política partidária através da defesa do meio ambiente. Por um lado, o desenvolvimento de uma mesma concepção da política partidária como uma esfera de articulação de militâncias diversificadas, de modo que a defesa ambiental constitui um tipo específico de esfera militante que deve estar necessariamente associada a outros tipos de organizações sociais e, especialmente, à organização partidária. Por outro lado, um tipo de adesão em que acesso ao ambientalismo é precedido pela filiação a organizações estudantis e partidárias, pois é a partir de uma intensa

atuação nas mesmas que resulta a vinculação com indivíduos que participam de organizações ambientalistas. Cabe ressaltar que nos casos dos que entraram mais recentemente tem havido certa tendência do engajamento ambientalista ocorrer após um itinerário de intenso militância no movimento estudantil e na política partidária e não de forma simultânea como parecia acontecer com os dirigentes que ingressaram nos anos oitenta. No entanto, essa relativa diferença quanto à precedência da militância em organizações partidárias, não significa uma mudança na maneira de conceber e de exercer a profissão e o engajamento no ambientalismo de forma diretamente imbricada com a política partidária.

A segunda modalidade de participação que caracteriza os dirigentes que ingressaram no ambientalismo a partir dos anos oitenta é a atuação como assessores e consultores na área de meio ambiente. Os tipos de recursos acumulados para o trabalho de assessoria e consultoria em matéria de defesa ambiental são muito semelhantes aos exigidos na atuação em organizações partidárias. Em geral, tais dirigentes direcionam sua atuação para o trabalho de assessoria e de consultoria na área de meio ambiente, após um longo trajeto de participação no Movimento Estudantil, de inserção simultânea em partidos políticos e de ocupação de cargos em agências estatais a partir de vínculos partidários. Em alguns casos, tal direcionamento ocorre mediante o desenvolvimento de projetos nas organizações ambientalistas com apoio ou parcerias de órgãos públicos e fundações de financiamento.

Uma primeira versão dessa atuação como assessor na “área de meio ambiente” resulta da combinação de uma socialização familiar estreitamente ligada com a política partidária, do intenso militância estudantil e partidário durante a formação universitária e seu desdobramento na vinculação simultânea a política partidária e a organizações ambientalistas e o direcionamento dos cargos ocupados durante o exercício profissional para a atuação na área de meio ambiente em administrações públicas e na iniciativa privada. Um bom exemplo disso é o caso de um dos dirigentes do Núcleo de Eco-Jornalistas e da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (Dirigente nº 33). Trata-se de um jornalista, com trinta e seis anos, boa origem social e que

entrou em contato com a política partidária no meio familiar, desenvolvendo também um percurso profissional de intenso militância estudantil e partidário.

Ele é filho de um jornalista que trabalhava no setor esportivo de futebol no rádio e cuja mãe tinha sido professora do segundo grau durante um tempo, mas que abandonou tal atividade e se tornou dona-de-casa. Ele entrou em contato com a política partidária no próprio meio familiar: através do seu avô materno que era um líder político do Partido Comunista Brasileiro na região de Uruguaiana; e de um tio casado com uma irmã de sua mãe, que era segundo ele próprio “um daqueles milicos intelectuais”, pois era general reformado que estudou na Escola Superior de Guerra, deu aula em Washington e pertencia à “linha mole” do exército. Além do contato pessoal que mantinha com os mesmos ele se diz privilegiado por “assistir grandes debates” entre seu avô “comunista” e o tio “general” quando ia passar as férias na fazenda do seu avô, os quais o marcaram bastante e se tornaram referências para ele, mesmo que ele se alie “mais à esquerda”. Por isso, afirma, “o debate político estava na minha família, dentro da minha família”. De fato, além dessas influências, seu pai e irmãos também participam da política partidária. Mesmo que nunca tenha se filiado, seu pai sempre teve uma vinculação com o que ele designa como a “direita do PPS”. Quanto a isso, salienta que o governador do Estado do Rio Grande do Sul pelo PMDB na gestão de 1995 a 1998 e candidato não eleito pelo PPS nas eleições para o governo do Estado no ano de 2002 foi seu chefe na RBS e era “amigo da família”. Além disso, seu irmão, quatro anos mais velho que ele, também se alia politicamente ao referido partido e a irmã trabalha no gabinete de uma vereadora do mesmo partido.

Mesmo apresentando uma socialização primária que se caracteriza pelas fortes ligações de seus familiares com a política partidária, é somente após a conclusão da formação secundária e, principalmente, durante seu percurso universitário que tais disposições políticas são ativadas e o conduzem ao engajamento na defesa ambiental. Durante todo o primeiro e segundo grau ele sempre estudou no Colégio do Rosário que tem formação católica e pertence aos irmãos maristas. Quando estava com quinze anos e perto de

concluir o segundo grau, entrou em “crise” e abandonou o colégio dos maristas, viajando para os EUA com seu tio que era general, onde permaneceu por dois meses. Ao retornar de tal viagem entrou numa escola pública, onde concluiu no ano seguinte a formação secundária. Durante sua formação secundária nunca participou de organizações estudantis, mas dos quinze aos dezoito anos, após retornar dos EUA e quando já tinha concluído o segundo grau começou a fazer parte do “Movimento Punk” tocando como vocalista numa banda de música e pensando em “seguir música”. Mesmo assim, foi a partir dessa vinculação com tal “movimento” que ele ingressou no curso de engenharia da PUC e com objetivos bem “práticos”, pois queria “construir distorções” para sua guitarra, acreditando que tal formação lhe daria condições de fazer os “circuitos elétricos com mais facilidade”. Fez um ano de engenharia, mas não conseguiu passar nas cadeiras de cálculo e álgebra. Em compensação começou a se identificar com as disciplinas de sociologia, antropologia e educação física. Segundo ele, esse momento foi importante porque foi a partir daí que ele “começou a viver o mundo universitário” e foi a partir dessas disciplinas que ele descobriu que queria fazer jornalismo, vendendo a guitarra e abandonando “a música”, bem como deixando toda a vida de “detonação geral” que tinha tido desde que ingressou no “movimento punk”. Nesse sentido ele salienta que o ano em que cursou engenharia serviu para ele “perceber o mundo acadêmico” e para se “enquadrar” novamente.

Após esse momento de crise e de “enquadramento” profissional, iniciou a formação universitária no jornalismo com uma intensa participação em organizações estudantis e partidárias. Isso se manifestou logo no início do curso de jornalismo, pois desde o primeiro semestre ele já começou a participar do centro acadêmico e do DCE que foi um espaço onde ele conheceu, segundo ele próprio, “toda a galera do PT”, fazendo movimento estudantil durante todo o seu percurso na faculdade. Como membro do DCE foi um dos interlocutores durante o plano Collor da negociação das mensalidades com a universidade, atuando já como jornalista nestas mobilizações: “como eu fazia jornalismo, fazia assessoria de imprensa do jornalismo, botava os caras no rádio, já fazia estágio na gaúcha, já levava os caras nos principais programas”.

Como participante do Movimento Estudantil, chegou a ir a um Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação (ENECOM). Também a militância no PT o acompanhou durante toda a universidade, mesclada com a participação no sindicato dos jornalistas. É que desde o primeiro semestre entrou em contato, através de um professor que era do partido, no sindicato dos jornalistas, passando a militar organicamente no referido partido e no sindicato, embora durante esse período de formação universitária nunca tenha se filiado nem ocupado nenhum cargo na política partidária. Essa perspectiva militante da formação universitária esteve na orientação também de seu trabalho de conclusão do curso de graduação. Desse modo, centrou sua monografia na “área de ética”, pois queria estudar ética no jornalismo. O interesse pela questão da “ética” não se restringiu à elaboração do trabalho de conclusão do curso de jornalismo, pois chegou a iniciar a graduação no curso de filosofia na UFRGS com o intuito de “fazer algumas cadeiras para ser conhecido pelos professores” e depois ingressar no mestrado para aprofundar a questão da “ética”. Ele ingressou no curso de jornalismo em 1987 e o concluiu em 1991.

Esse percurso de intensa participação em organizações estudantis, sindicais e partidárias durante a formação universitária, torna-se uma constante em seu itinerário profissional. Todavia, nesse caso isso ocorre pelo direcionamento de sua atuação para a área de meio ambiente. Seu ingresso no mercado de trabalho como jornalista ocorreu através de um estágio realizado na rádio Guaíba, que faz parte do grupo RBS. Ele começou a trabalhar na rádio em decorrência de um estágio iniciado na mesma no ano de 1989, quando estava na metade do curso, sendo contratado assim que concluiu a graduação e permanecendo nesse emprego até o ano de 1999, quando pediu demissão e foi trabalhar como assessor de imprensa da Secretaria Estadual do Meio Ambiente no Governo do PT. Durante o período que trabalhou na RBS ele continuava participando do sindicato dos jornalistas e do PT e foi com base nessas relações e nos contatos estabelecidos a partir do exercício do jornalismo em diferentes empresas de comunicação que ele direcionou sua atuação para a área de meio ambiente. Seu ingresso no ambientalismo está respaldado tanto nas experiências vinculadas à formação universitária quanto

nos cargos ocupados como jornalista profissional. Nesse sentido, ele apresenta a sua participação na Rio-92 como um dos fatos que contribuiu decisivamente para que ele entrasse “profissionalmente” na área de meio ambiente. No início do curso de jornalismo ele já tinha participado de um debate com “jornalistas que cobriam meio ambiente na Alemanha, jornalistas especializados em meio ambiente na Alemanha”, o qual tinha despertado o seu gosto pelo “jornalismo ambiental”. Essa descoberta do jornalismo ambiental desde o início da universidade foi também acompanhada da participação no sindicato dos jornalistas onde entrou em contato com outros jornalistas que atuavam na área de meio ambiente e que depois constituíram a base do Núcleo de Eco-Jornalistas. Todavia, foi a partir de sua atuação como jornalista da rádio Gaúcha de Porto Alegre quando cobriu as conferências da ONU Rio 92 e Habitat II que aquele gosto inicial pelo jornalismo ambiental pode ser reconciliado com o intenso militantismo desenvolvido durante a formação universitária. Ele foi convidado para “cobrir a Rio-92” pelo seu coordenador de jornalismo na Guaíba logo que se formou, ou seja um ano antes da referida conferência e salienta que “do ponto de vista profissional” tal “episódio” foi fundamental na orientação de sua carreira de jornalista.

Aquilo me marcou tanto que nunca mais eu larguei a questão ambiental, porque eu me senti fazendo parte da história. Uma história que eu tinha me preparado um ano, eu estava vivendo aquilo e estava presente lá. Era uma coisa assim...sabe um sentimento de fazer parte da história assim...tem um termo que se diz pertencimento [quase soletrando]. Sabe é uma coisa assim, eu voltei deslumbrado,. Puta!! Eu fiz parte disso!! (Entrevista)

Quando retornou da mesma começou a ter uma atuação mais direcionada para a temática ambiental. Nesse sentido, filiou-se ao Núcleo de Eco-Jornalistas e iniciou um percurso de intensa militância na defesa do meio ambiente como jornalista. Começou a fazer matérias vinculadas à temática ambiental no espaço que recebia para as pautas normais, ao mesmo tempo em que ia propondo novas pautas em função de seu contato com as principais mobilizações ambientalistas do momento. Foi dessa forma, que ganhou seu primeiro prêmio de jornalismo em função de uma matéria intitulada “O Guaíba

pode morrer”. Nesse período, começou a trabalhar também no jornal de bairro Oi! Menino Deus como free lancer de 1993 a 1995, onde ganhou alguns prêmios em decorrência de matérias produzidas sobre temáticas ambientais. Na própria rádio Gaúcha iniciou em 1995 o programa Gaúcha Ecologia que, durante cinco anos, era apresentado todos os sábados. Ao mesmo tempo, essa atuação como jornalista ambiental em jornais locais e regionais foi acompanhada pela constante participação e articulação com organizações nacionais e internacionais de jornalismo. Nesse sentido, em 1998 participou do 1º Seminário de Jornalismo Ambiental na Suécia e do Congresso de Fundação da Federação Internacional em Paris como “representante do núcleo” do Brasil, sendo que logo depois se tornou um dos principais articuladores da criação da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental. Tal atuação estava, ao mesmo tempo, articulada com sua participação na política partidária, mesmo que “como jornalista da RBS” não pudesse ser filiado a nenhum partido. Foi a partir dessas relações que foi convidado a trabalhar no setor de comunicação do Programa Pró-Guaíba do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1999 a 2002 através da chefe de imprensa do governo, a qual o conhecia desde o tempo da universidade quando participava do sindicato e do PT. Foi somente nesse momento que se filiou ao partido, pois segundo ele, para as empresas de jornalismo ele “já estava tarimbado mesmo”, chegando a se aproximar muito da “articulação de esquerda” dentro do partido. Quando deixou esse cargo em função da derrota eleitoral do PT criou uma empresa que presta serviço de jornalismo e está trabalhando com a “iniciativa privada”. Atualmente ele é diretor da RVB Jornalismo e Comunicação, empresa responsável pela revista Campo Aberto da AGCO do Brasil. Em função desse trabalho reduziu sua militância partidária, pois segundo ele, “não está sobrando tempo” e prefere priorizar a atuação no NEJ/RS. Mesmo assim em 2003 foi um dos coordenadores do grupo responsável pela vinda de Fritjof Capra ao Fórum Social Mundial. É também co-autor dos livros como “Formação & Informação Ambiental”, editado pela Summus em 2004 e “Manual de Comunicação e Meio Ambiente”, editado pela Peirópolis em 2004. É jurado do Prêmio de Reportagem sobre Biodiversidade da Mata Atlântica e aluno do curso de

especialização sobre Estudos Lingüísticos do Texto no Instituto de Letras da UFRGS.

Tal itinerário respalda uma concepção do jornalista como um “observador privilegiado” na medida em que sua função consiste justamente em “transitar em todas as esferas” e, assim, possibilitar a conciliação entre a “militância” e a intervenção “técnica” em matéria de defesa ambiental. Desse modo, ele não considera “militância” e “profissionalização” como coisas opostas. Por isso, se refere ao “ecologista profissional, totalmente profissional” como um extremo que deve ser evitado, pois subordina uma “questão ética”, a defesa do meio ambiente, ao valor econômico e também ao exercício de uma tarefa. Como exemplo cita que tal tipo de “profissional” trabalharia tanto para o GREENPEACE quanto para a ARACRUZ ou a MAOSANTO e além do mais realizaria sua função de forma estritamente “burocrática” e “técnica”, de modo que “bateu seis horas” ele já não teria mais nenhuma responsabilidade com a mesma. Acontece que para ele, a militância é uma coisa feita por “paixão”, “é uma coisa mais engajada” e que não se restringe nem ao ganho econômico nem ao exercício de uma tarefa burocrática. No entanto, critica o outro extremo que é a “falta de profissionalismo do movimento”, no sentido de falta de tempo para dedicação à causa, de continuidade e de conhecimento técnico nas intervenções realizadas pelas organizações, o que acaba conduzindo os que a defendem a não conseguirem dedicar “todo o tempo possível para luta” nem fazer dessa uma prioridade, constituindo-a apenas como algo adicional que depende do tempo que “sobra”. Nesse sentido, critica os dirigentes do Movimento Ecológico Gaúcho que vêem o “ganhar dinheiro” como uma “coisa suja, uma coisa do mal”, caracterizando-se como militantes “passionais”, “emocionais” sem que ocorra “uma gestão dessa paixão”. Em contraponto a esses dois extremos, defende que é preciso realizar uma “gestão empresarial” das ONG’s à qual consiste em estabelecer parcerias e encontrar formas de sobrevivência econômica para possibilitar a “dedicação de especialistas” que têm o conhecimento técnico para qualificar a intervenção do movimento. Tal formulação está fundada na idéia de que se trata de buscar a conciliação entre a atuação “militante” e “apaixonada” a uma causa e o conhecimento “técnico”

que possibilita uma maior qualificação. É justamente como um meio termo entre os dois extremos acima citados que ele situa o “jornalismo ambiental”: possibilitar tanto a “educação ambientalista do jornalista” quanto a “educação jornalista do ambientalista”, “para que os dois setores se falem”. É também com base nessas concepções que apresenta o seu “trabalho empresarial” para a MASSEY FERGUSON como uma área de atuação na defesa do meio ambiente, na medida em que diz respeito a um dos desafios principais da profissão de jornalista que consiste justamente em “convencer quem não é convencido, gerar reflexão em quem não se deu conta ainda da questão”.

Um outro exemplo dessa carreira de intensa articulação da formação universitária com o militância estudantil e a inserção em cargos públicos como “técnico” na área de meio ambiente e seu desdobramento no trabalho de consultoria é o presidente do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CERBMA) e do PROJETO CURICACA (Dirigente nº. 14). Ele está com quarenta anos, é casado e não tem filhos. Trata-se de alguém que apresenta uma trajetória ascendente em relação ao grupo familiar e cujo contato com a participação política sempre ocorreu fora do meio familiar. Seus pais são descendentes de imigrantes alemães misturados com portugueses. O avô paterno trabalhava na Viação Férrea em Santa Maria, mas veio depois para Esteio onde trabalhou na indústria. O pai foi inicialmente caixeiro-viajante, mas depois montou uma pequena empresa de venda de peças de caminhão. O avô materno é de Porto Alegre onde trabalhava como funcionário público. Sua mãe ajuda o pai na empresa. A formação escolar dos pais é apenas o primeiro grau completo. Mas como o pai era um "poeta enrustido" ele e seus irmãos sempre tiveram um leque grande de literatura em casa, “os grandes autores da literatura brasileira”. Todavia, o que ele mais gostava de ler mesmo era “gibi”, concluindo que a “vivência cultural” não foi muito rica em sua família. Do mesmo modo, nunca percebeu em seus pais e avós “uma dinâmica de participação”. Nem mesmo religiosa, pois seus pais eram católicos, mas daqueles que apenas freqüentam à Igreja sem nenhuma participação no que ele chama de “lado social da igreja”, de modo que não vê nenhuma influência deles para “a visão política e social” que ele desenvolveu.

No que pese essa ausência de engajamento político no âmbito familiar, é desde a formação escolar ginasial e secundária que ele começou a participar de grêmios estudantis, concluindo que foi “nas vivências, nas oportunidades durante o meio acadêmico” que ele construiu sua visão política. Seu itinerário escolar esteve inicialmente vinculado à formação religiosa, pois durante o primeiro e segundo graus sempre estudou em colégio religioso católico: primeiramente um colégio de freiras franciscanas e depois num colégio marista, os quais segundo ele sempre apresentam “uma série de limitações na área mais política”. Mesmo assim, durante o primeiro grau era sempre escolhido para atuar como “líder de turma” e durante o seu primeiro ano do segundo grau atuou como membro da diretoria do grêmio estudantil. Mas, quando estava perto de concluir o segundo grau decidiu parar de militar para investir na sua formação, no caso um curso de línguas. Durante a formação universitária essa vinculação com a participação em organizações estudantis será bem mais acentuada e consistirá num dos elementos principais de sua orientação profissional. Nesse sentido, iniciou sua formação universitária quando estava com 17 anos no curso de oceanologia da FURG, motivado pelos documentários de Jacques Cousteau, que segundo ele foi sua “primeira universidade” e que mostrava a possibilidade de “trabalhar na defesa da natureza”. Todavia, em função do envolvimento com o diretório acadêmico da oceanologia começou a sentir “muita falta no curso dos aspectos mais sociais”, o que o levou a desistir do referido curso, após cursar três anos, e a fazer agronomia por constatar que o conhecimento neste é muito “mais amplo” e “mais completo”, posto que o “conhecimento na área ambiental” não está isolado da “área social”, “da economia” e da “política”. Cita como exemplo que na oceanologia não se “falava nada a respeito dos pescadores, do reflexo social daquela economia toda que indicasse para uma política daquele conhecimento”. Já na agronomia conseguiu encontrar tal perspectiva, tendo mais oportunidade de durante o próprio curso fazer alguns trabalhos com agricultor, de conhecer o Movimento Sem Terra (MST), etc. Neste sentido, durante o curso de agronomia teve uma atuação no diretório acadêmico durante dois anos e meio, nas movimentações que uniam os estudantes com

os movimentos sociais, destacando as mobilizações conjuntas com o MST.

Segundo ele, em tal período o referido diretório tinha uma vinculação muito forte com o Partido dos Trabalhadores (PT) e com o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e, mesmo que nunca tenha tido alguma “identidade mais fisiológica partidária”, sempre participava de passeatas e mobilizações nas ruas, das “festas do PT”, principalmente durante a campanha para as eleições municipais em 1988, quando o candidato do PT foi eleito para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre pela primeira vez. Foi também nesse ano que ele concluiu a graduação, ingressando logo em seguida no mestrado em agronomia da UFRGS. No segundo ano de mestrado, no final de 1990, através de um colega de faculdade que trabalhava no Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre, ele foi convidado para “trabalhar como técnico” em tal órgão na “área de compostagem”, atuando também na construção do galpão de reciclagem da Restinga e do aterro sanitário da cidade. Foi nesse período que começou a ter um maior envolvimento “com essas políticas do partido”, participando dos conflitos que envolviam as lideranças das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e os representantes do DMLU a respeito do trabalho com os catadores de lixo⁴². No final do ano de 1991, em decorrência do trabalho no DMLU, foi fazer um curso de especialização de um ano e meio na Alemanha, voltando no final de 93 e sendo convidado para trabalhar na SMAM, onde atuou “numa área muito específica de poluição industrial”, participando de projetos que eram em “gestão ambiental”. Quando estava na SMAM também fez um aperfeiçoamento no Japão em “manejo de poluições hídricas e atmosféricas”.

Com base nessa sua longa atuação em cargos públicos, em decorrência de suas vinculações a redes partidárias, redirecionou sua atuação para o trabalho de “consultoria na área de meio ambiente”, reconhecendo que, apesar de “toda a qualificação” que adquiriu, não tinha “credibilidade” o bastante para continuar “trabalhando pelo governo” e que a “dinâmica pública era extremamente restrita” e acabava por reduzir sua potencialidade de

⁴² . Sobre tais conflitos ver OLIVEIRA (1996).

atuação. Para ele, o próprio trabalho que desenvolveu na prefeitura já consistia em uma forma de consultoria, sendo que quando saiu da mesma começou a prestar atenção nos editais de licitação, mandando o currículo e estabelecendo contato com os responsáveis dos órgãos públicos. Diz que o “trabalho de consultoria” se estabelece fundamentalmente “através de relações” e de “contatos”. Para isso, além da atuação em órgãos públicos contribuiu também os três anos em que estudou oceanologia, pois até hoje encontra amigos de Rio Grande que estão espalhados por todo o Brasil e com os quais ou por meio dos quais ele realiza trabalhos de consultoria.

Tu estava falando: como é que tu construiu essas coisas da consultoria? Eu tenho amigos de Rio Grande espalhados por todo o Brasil, em tudo que é instituição. Dentro do IBAMA, um cara que é diretor da parte de conservação, toda lá foi meu colega em Rio Grande. Um outro lá de Abrolhos [...] foi meu colega, moramos junto em Rio Grande. Então existem coisas assim. Aquele momento lá foi um momento que me colocou no mundo, mais do que outras relações que eu tenha estabelecido pela família ou até mesmo por essa minha trajetória com movimento e tudo o mais. [...] Tu vê! Eu tenho uma relação agora muito legal, boa, uma relação que eu considero de parceria com o cara que é coordenador de meio ambiente da UNESCO aqui no Brasil. E nós nos conhecemos porque eu estava participando como consultor contratado pelo ministério de um projeto em que ele chegou como pessoa da UNESCO, estava participando desse projeto. Mas acontece que a gente acabou encontrando uma série de amigos comuns lá de Rio Grande. Então a nossa relação poderia ter terminado no formalismo da relação institucional, mas se construiu hoje uma relação que é de confiança. Eu faço as propostas ele aceita, ele conduz, a gente constrói a coisa junta por causa de um vínculo lá atrás. Quer dizer freqüentemente eu ainda construo novas relações em função de uma coisa que eu vivi há 20 anos atrás (Entrevista).

Também nesse caso foi após um longo trajeto de atuação com base nas vinculações partidárias que começou a participar de organizações ambientalistas. Isso ocorreu logo que começou a atuar na consultoria em meio ambiente, montando um “projeto de desenvolvimento sustentável” em torno do Parque dos Aparados da Serra em final de 1996 e início de 1997 para ser implementado em Cambará do Sul e formando um grupo que resultou na criação da entidade PROJETO CURICACA, à qual preside. Desse trajeto resulta uma definição da atuação profissional segundo a qual os aspectos

técnicos devem estar sempre associados à atuação política. Ou seja, essa defesa da importância da qualificação “técnica” na intervenção em matéria de meio ambiente não deve ser compreendida como oposta à intervenção política. Pelo contrário, é justamente o distanciamento entre a esfera da formação “técnica” e a da “força política” que é objeto de crítica. Nesse sentido, ele salienta que a intervenção do movimento ambientalista foi inicialmente fundada na “vontade” na “força política”, na “capacidade de pressão” e de “mobilização”, independente do “tipo de suporte técnico para fazer isso”. Todavia, uma das principais mudanças e avanços que tem observado atualmente é a existência de

um movimento muito maior de áreas técnicas com essas perspectivas ambientalistas que conseguem subsidiar uma intervenção, dar uma força maior para a intervenção, porque algumas coisas acabam entrando num nível em que existem comprovações técnicas, existe um respaldo maior do que só a força política (Entrevista).

Segundo ele, nesse “novo histórico do movimento ambientalista” já se pode encontrar “pessoas com essa formação”, o que “traz uma força nova para o movimento” e coloca como desafio principal a discussão e a construção de propostas com as “forças políticas que pensam diferente de nós”, ao invés de “só bater contra as propostas existentes”. Um dos aspectos que considera essencial para tal tipo de intervenção é ter uma “capacidade multidisciplinar, capacidade de interagir interdisciplinarmente”, que se opõe a “limitação” de só conseguir “conversar com pessoas da mesma área”. Ele atribui a aquisição de tal “formação” e “capacidade” ao fato de sempre ter conseguido equilibrar em sua “trajetória” o “aspecto político”, através de “experiências em grêmios estudantis, diretórios acadêmicos e assim por diante”, com “essa coisa do conhecimento, da intervenção técnica”. Por isso, considera aqueles que “se consolidaram” somente no “aspecto político”, sem complementarem este com o “outro lado”, como os que apresentam uma “intervenção fraca”, distinguindo-se destes por “sempre conseguir ir associando essas coisas”.

Eu sou um agrônomo, técnico da área de conservação, da área de

biodiversidade, da área de desenvolvimento sustentável e gestão e que desde a minha... Desde pequeno, quando eu estava no colégio, eu tenho esses princípios políticos, filosóficos, ambientalistas dentro de mim que acabei conseguindo concretizar associando ao conhecimento, à força da intervenção técnica também (Entrevista).

Diferente do caso anterior em que a participação em organizações ambientalistas ocorre com base numa longa história de militância estudantil e partidária e na própria atuação profissional como consultor na área de meio ambiente, numa outra versão desse tipo de atuação é a partir do trabalho em organizações ambientalistas que se dá o ingresso na consultoria ambiental. Melhor dito, mesmo que a atuação profissional em empresas de consultoria se encontre também estreitamente ligada aos recursos e as relações estabelecidas anteriormente através da vinculação a organizações estudantis e partidárias, ela decorre da própria participação como dirigente de organizações ambientalistas e com base nas redes de relações que ela dá acesso através do trabalho desenvolvido com administrações públicas, universidades e fundações de financiamento. Um exemplo disso é o caso de um dirigente da ANAMA (Dirigente nº 34). Ele é natural de Pelotas, tem trinta e cinco anos e é formado em biologia pela UFRGS com mestrado em etnobotânica. Trata-se de alguém que tem uma boa origem social combinada com uma formação elevada do grupo familiar e um trajeto de militância estudantil iniciado durante a formação universitária e que desembocou na participação no ambientalismo. A posição elevada do grupo familiar combinada com formação superior é algo que está presente desde os avós, pois o avô materno era formado em direito e trabalhava como delegado, enquanto que a avó era formada em letras. O mesmo se passa no caso dos pais que também têm formação completa ao nível de terceiro grau: a mãe é formada em letras e trabalhava como professora em escolas secundaristas, enquanto que o pai era formado em direito e seguiu a carreira de juiz, após trabalhar inicialmente como bancário. Esse elevado nível de formação é constante também no caso de seus irmãos, pois uma irmã tem um consultório e atua na área de psicologia, outra no direito trabalhando como juíza e o mais novo também em direito trabalhando na procuradoria. O

principal tipo de engajamento encontrado no grupo familiar foi do tipo religioso em grupos de casais e nunca participaram de organizações partidárias.

Ele se transferiu de Pelotas para Porto Alegre em 1979, para estudar no colégio Anchieta onde cursou da quinta série ginásial até concluir o segundo grau. Durante sua formação secundária nunca teve nenhum tipo de participação em organizações estudantis. Foi somente quando estava na faculdade de biologia da UFRGS que se aproximou de colegas e de amigos que tinham uma participação no movimento estudantil e na política partidária, tornando-se um simpatizante do PT, embora nunca tenha militado no mesmo. Foi também através de tais amizades que no próprio curso de ciências biológicas ele começou a participar do diretório acadêmico e que despertou para certas preocupações ambientalistas e não, como ele mesmo salienta, “pelo currículo, pela academia mesmo”. Todavia, o envolvimento mais efetivo com a ANAMA ocorreu quando ele estava no mestrado trabalhando com etnobotânica e etnobiologia e teve início através de um projeto de extensão da universidade que era para “trabalhar com assentamentos rurais”. Como ele mesmo relata, tal trabalho foi uma “porta” para vincular o mestrado com plantas medicinais na botânica à questão do “conhecimento tradicional” e foi aí que “deu a liga de achar interessante ter uma ONG e trabalhar com ela”. Em função disso, ao concluir o mestrado, começou logo a participar da associação desenvolvendo projetos e foi através da elaboração de projetos na área de etnobotânica vinculados simultaneamente aos cursos de biologia, agronomia e antropologia que, juntamente, com outros colegas de curso e de universidade conseguiram “operacionalizar a idéia da ONG”.

Deste modo, trata-se de um itinerário militante e profissional que esteve desde o início pautado pelo desenvolvimento de “projetos de pesquisa” em ONG’s com o apoio de diferentes instituições: a própria universidade, organismos estatais de financiamento para a pesquisa e organizações religiosas. Nesse sentido, apresenta sua militância na ANAMA como se resumindo a “correr atrás de grana para efetivar esses projetos”. Dentre os principais projetos que desenvolveu quando atuava na associação destaca: o que foi viabilizado por dois professores da Pós-Graduação em

Desenvolvimento Rural (PGDR), pela EMATER e Prefeitura de Maquiné que era na área de “sistemas agro-florestais”; depois desse houve um outro também apoiado pelo PGDR em conjunto com a Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRGS e que era na área de “agroecologia e sistemas florestais”; depois desse um outro na área de “patrimônio histórico” com o apoio da faculdade de arquitetura da UFRGS; por fim, um na área de “educação ambiental” que foi “financiado pelos luteranos” do IECLB. Essa atuação através do desenvolvimento de “projetos de pesquisa” em organizações ambientalistas era paralelamente acompanhada da atuação em congressos na área de etnobiologia, etnobotânica, plantas medicinais, extrativismo, etc., através de palestras e de apresentação de trabalhos referentes aos projetos que desenvolvia na associação. Essa atuação profissional através do desenvolvimento de projetos voltados para a área de meio ambiente ocorreu em outras associações como no caso do CURICACA e do Centro Ecológico Ipê e também em agências governamentais como foi o caso quando ocupou um cargo de confiança de 1998 a 2002 para trabalhar com consultoria no Jardim Botânico de Porto Alegre vinculado ao Programa Pró-Guaíba da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Paralelamente a isso também atuou no ensino universitário, ministrando aulas numa disciplina de agroecologia e etnobotânica num curso de pós-graduação em meio ambiente na FAFOP de Camaquã. Atualmente, está trabalhando com consultoria ambiental numa empresa que foi criada por ele e por um colega formado em geologia que era uma das principais lideranças da CLEPEI.

A esse itinerário indissociavelmente militante e profissional com base em relações e vínculos desenvolvidos a partir da própria formação universitária com colegas, professores e cursos de pós-graduação que desenvolviam projetos de pesquisa aplicados à área de meio ambiente e destes com organismos públicos de financiamento de projetos, conforma uma concepção da atuação na defesa do meio ambiente como algo que deve estar associado ao “embasamento acadêmico”. Nesse sentido, salienta que uma das principais contribuições do trabalho desenvolvido pela ANAMA decorre desta ser composta por “pessoas de áreas diversas”, como antropologia, arquitetura,

geografia, e “que tiveram uma formação acadêmica”, possibilitando uma atuação que “não é um engajamento, emoção ou coisa parecida, mas que tem um certo embasamento” e que, por isso, permitiu “ir mais longe do que o estardalhaço, a crítica”. Isso conduz também a idéia de que a “profissionalização” constitui um dos desafios principais para a atuação das organizações ambientalistas atualmente, pois somente assim o engajamento pode “virar uma dedicação, um compromisso maior das pessoas”, de modo que enquanto permanecer como um “trabalho voluntário” tal engajamento não consegue se fortalecer e se sustentar o suficiente para ter uma dedicação mais forte dos militantes. Todavia, como nos demais casos, trata-se de uma concepção militantista da “formação acadêmica”: como algo que extrapola os limites do conhecimento adquirido pela formação escolar e universitária, uma vez que é somente pelo contato “com a comunidade” que se consegue “criar ferramentas para construir uma solução”. Por isso, salienta que a militância na associação foi uma “experiência bastante enriquecedora”, pois foi um lugar que permitiu exercitar seu “viés mais etno-biológico”, de contato com as pessoas e que lhe mostrou as “deficiências do curso” pelo distanciamento deste de questões práticas como a “legislação ambiental”, o “conhecimento tradicional”, etc., e que possibilitou “revelar” as falhas e deficiências que o curso de biologia e a academia em geral têm. Desta forma, não é a formação acadêmica no sentido de utilização de conhecimentos e competências adquirida através da formação escolar e universitária que está em jogo e sim, aquela que resulta da capacidade de se inserir na “realidade” e de conhecer os problemas, dificuldades para formular soluções para a comunidade. Na medida em que a universidade não possibilita isso, a utilidade da formação universitária é apreendida apenas através da esfera das amizades e das preocupações éticas e ideológicas que a mesma propicia. Nesse sentido, ressalta que a formação universitária,

serviu para conviver com pessoas que têm preocupações, interesses e concepções de mundo semelhantes, que conseguem ainda perceber a vida como uma coisa que é além da nossa compreensão e que mereceria mais respeito. No final a academia acaba proporcionando isso (Entrevista).

A terceira modalidade de participação característica dos anos 80-90 é a articulação da defesa do meio ambiente com a atuação no interior da “profissão” em assuntos vinculados ao exercício de determinadas categorias profissionais. Esse tipo de atuação parece característica dos dirigentes com formação universitária nos cursos de direito e de jornalismo e resultou, em alguns casos, na criação de associações ambientalistas compostas especificamente por e para membros de tais categorias profissionais. No entanto, ela resulta também da combinação do militantismo estudantil e partidário com a vinculação a organizações sindicais e a ocupação de cargos públicos na burocracia estatal. No caso dos dirigentes que ingressaram na defesa ambiental há mais tempo, esse tipo de atuação decorre de uma carreira militante de forte participação em organizações ambientalistas e partidárias. Já entre os que começaram a participar mais recentemente, é com base na própria ocupação de cargos ou funções remuneradas diretamente vinculadas à formação universitária que emerge e se desenvolve essa forma de atuação.

Uma primeira versão dessa modalidade de utilização da defesa do meio ambiente como forma de atuação no interior da categoria profissional com base num longo itinerário de militantismo associativo e partidário, é o caso do vice-presidente da Associação Ambientalista Pangea (PANGEA) (Dirigente nº 29). Nesse exemplo, a adesão à defesa ambiental resulta de uma carreira militante marcada pela socialização num meio familiar politizado, combinada com o militantismo estudantil durante a formação secundária e, principalmente, com o intenso engajamento partidário e associativo no decorrer da formação universitária e profissional. Trata-se de um jornalista de quarenta e quatro anos, de origem social relativamente alta em decorrência da trajetória social ascendente dos pais, que não precisou trabalhar enquanto estudava mesmo que seu curso fosse numa das principais universidades particulares da capital. Seus pais são professores de filosofia no Instituto de Educação de Porto Alegre, participaram do movimento estudantil como militantes da Juventude Universitária Católica (JUC) durante a década de cinquenta e início da de sessenta e sempre o apoiaram em seu militantismo.

Durante todo o seu primeiro grau ele estudou no mesmo colégio

onde seus pais eram professores e no segundo grau já participava do movimento estudantil secundarista no colégio Julho de Castilhos, ou “julhinho”, onde estudou de 1975 e 1977. Do mesmo modo, quando ingressou no curso de jornalismo da FAMECOS-PUC, no ano seguinte, participou do centro acadêmico na promoção de “eventos culturais”, ainda que não tenha sido membro de nenhuma diretoria. Quando estava na metade do curso universitário ele deu início a um itinerário de intensa articulação entre a defesa ambiental e o exercício profissional. Isso ocorreu mais precisamente no ano de 1980, quando estava com vinte anos e faltavam praticamente dois anos para concluir a faculdade. Foi através do contato com alguns dirigentes da AGAPAN (Dirigentes nº 01, 45 e 50), cuja casa de veraneio era próxima à de sua família em Torres, que ele começou a freqüentar as reuniões da AGAPAN. Dois anos após o ingresso em tal organização já fazia parte da diretoria da mesma, ocupando o cargo de secretário geral na gestão de 1982 e na de 1983, além de permanecer como membro do conselho superior da entidade até começo de 1990. A partir do ingresso na AGAPAN intensificou sua participação em diferentes organizações ambientalistas como a COOLMEIA, onde participava do conselho de administração e atuava na assessoria de imprensa, e a ADFG. Mas também no Partido dos Trabalhadores, filiando-se ao mesmo em 1982 e vinculando-se ao Núcleo dos Ecologistas do partido. Durante esse período teve uma atuação destacada na promoção de encontros entre as entidades ecológicas (EEEE) vinculadas ao Movimento Ecológico Gaúcho (MEG). Desde o início de sua militância atuava como jornalista, divulgando as atividades e posições das entidades em que participava nos meios de comunicação. Em continuidade com esse tipo de atuação, no ano de 1992, juntamente com outros antigos fundadores da AGAPAN criou a Associação Ambientalista Pangea, a partir da qual viabilizou a edição inicialmente em papel e depois em meio eletrônico da publicação AGIRZAUL que se destinava a veicular “informação ecológica” para o público interessado na defesa ambiental. Nos últimos anos se aproximou do NEJ/RS, sendo um dos principais articuladores da criação e da edição da ECOAGÊNCIA de Notícias Ambientais.

É com base na atuação em organizações ambientalistas e

partidárias que encontra a utilidade prática de sua formação em jornalismo e que consegue desenvolver uma maior conciliação entre o exercício profissional e o engajamento político. Isso porque logo após concluir a faculdade de jornalismo começou a trabalhar no Tribunal de Justiça Federal, onde fez concurso para um cargo administrativo e “burocrático” que não tinha nenhuma vinculação com sua formação universitária. No entanto, salienta que nesse emprego nunca sofreu nenhuma restrição quanto à sua participação da AGAPAN, principalmente porque freqüentemente recebia durante o horário de trabalho muitos telefonemas que eram relativos à militância. Pelo contrário, após trabalhar dez anos em tal função, e quando já estava há doze atuando como jornalista no ambientalismo, conseguiu se transferir para a assessoria de imprensa do referido tribunal onde atua há uns doze anos. Tal mudança de cargo ocorreu a partir de uma longa atuação como assessor das organizações ambientalistas e coincidiu também com o período em que participou da criação da PANGEA e que começou a editar o jornal AGIRAZUL. Por outro lado, é em decorrência do contato e da proximidade com jornalistas que participavam do NEJ e da AGAPAN que se volta para a atuação em temas vinculados à categoria profissional dos jornalistas.

Desse itinerário militante em que o exercício do jornalismo ocorre fundamentalmente com base nos recursos acumulados através da participação de organizações ambientalistas e partidárias e, inicialmente, dissociado de sua ocupação salarial, resulta uma concepção bastante dicotômica da relação entre engajamento político e exercício profissional. Ela remete, por um lado, à oposição entre “dedicação voluntária” ou “não-profissional” versus “trabalho pago” ou “função remunerada” e, por outro, a uma marcada diferença entre “técnico” e “amador”.

Existem militantes profissionais e militantes não-profissionais por incrível que pareça. Militante profissional é aquele que continua sendo um amador recebendo algum dinheiro para isso e até às vezes sobrevivendo do dinheiro dessa militância. A militância para mim é uma coisa...feita de forma não profissional. Então tem o não profissional pago e o não profissional não pago. [...] Agora existe aquela militância que não é propriamente uma militância que é uma atuação profissional ao nível de conhecimento técnico (Entrevista).

Acontece que nesse caso, tais termos e as oposições entre eles estão fundados numa perspectiva de que a participação nos “movimentos sociais” é algo intrínseco a qualquer formação e atuação profissional. Nesse sentido, é algo que diz respeito à qualquer “cidadão” e, por isso, não pode ser monopolizada por uma determinada categoria de participantes nem, tampouco, ser objeto de remuneração ou de ganhos materiais. Por isso, acrescenta que nunca chamou ninguém de “ecologista” porque, segundo ele, isso “não acrescenta nada”, uma vez que qualquer pessoa, independente de sua formação universitária (geólogo, agrônomo, jornalista, biólogo, sociólogo) que “tem preocupações ambientais” e que participa de associações legalmente constituídas está exercendo uma “militância voluntária de cidadão que luta por questões que dizem interesse à comunidade inteira”. É também nesse sentido que situa sua luta para que ocorra uma mudança no interior da profissão de jornalista, no sentido de que a preocupação com as questões ambientais seja incorporada à formação universitária e ao exercício da profissão de jornalista. Por isso, afirma: “Eu sou um jornalista preocupado com as questões ambientais, preocupado com a circulação dessas informações. Basicamente, eu sou um jornalista”. Mas tal preocupação não difere do que faz enquanto militante de organizações ambientalistas: “A minha participação em ONG's é como cidadão preocupado, utilizando essas formas de organização pra pressionar políticas públicas, pra modificar algumas coisas”. Trata-se, portanto de um tipo de atuação que se funda na capacidade de colocar-se sob o duplo registro: tanto do “militante” quanto do “técnico”. Desse modo, pode-se dizer que sua atuação como jornalista consiste numa dedicação voluntária e técnica às questões ambientais.

Uma segunda versão dessa atuação voltada para a politização da categoria profissional através da defesa do meio ambiente, é o caso do atual coordenador do Núcleo de Eco-Jornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ/RS) desde sua fundação, sendo também um dos principais articuladores da criação de tal organização (Dirigente nº. 24). Ele nasceu no interior do Estado, mas a família se mudou para Porto Alegre para os filhos estudarem assim que ele concluiu o segundo grau. É de origem social baixa, mas apresenta uma

trajetória de ascensão social em relação aos pais. Seu pai é caminhoneiro e a mãe dona-de-casa e ambos não chegaram a concluir o primeiro grau. Além disso, seus pais nunca tiveram nenhum tipo de participação em organizações sociais ou partidos políticos, sendo apenas “católicos praticantes”. Foi somente durante a formação universitária que iniciou sua participação em organizações estudantis, sindicais e partidárias, chegando mesmo a afirmar que foi a faculdade que lhe “abriu a cabeça” e que foi a partir daí que começou a “ter consciência política”. Ocorre que quando chegou a Porto Alegre já tinha concluído o segundo grau e não tinha até então nenhum tipo de engajamento político. O marco inicial de sua militância foi em 1978 quando estava com aproximadamente vinte anos e o banco Sul Brasileiro onde trabalhava desde 1976 declarou falência. A partir de tal fato começou a participar do sindicato dos bancários, lembrando que era no mesmo tempo em que Olívio Dutra era o presidente, mas não chegou a fazer parte da diretoria do mesmo. Em decorrência de seu engajamento no sindicato dos bancários começou a participar também do Partido dos Trabalhadores do qual se considera um dos “fundadores”. Esse período de intensa militância sindical e partidária coincidiu com o momento que entrou na FAMECOS-PUC onde cursou jornalismo de 1976 a 1980 e com o início de um período de grande participação no Movimento Estudantil. Como estudante de jornalismo chegou a ser diretor do centro acadêmico na PUC durante a gestão de 1977-78.

Sua formação universitária foi desde o início articulada à sua atuação sindical e à militância estudantil e partidária, o mesmo ocorrendo durante o período inicial do exercício profissional de jornalismo. Tanto é que ao concluir o curso começou a participar do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, fazendo parte da diretoria como secretário, e da CUT, onde foi diretor de comunicação em 1982. Nesse período já estava “trabalhando como jornalista”, pois em 1979 quando estava perto de concluir a faculdade passou em duas seleções para estágio: uma na Folha da Manhã e a outra no Diário de Notícias. Escolheu a primeira que fazia parte do grupo Caldas Júnior, sendo contratado logo em seguida. Quando a “Folha da Manhã” fechou em 80 ele passou então para “Folha da Tarde” até a metade de 1982 quando o referido

grupo declarou falência. Foi nesse mesmo ano que fez uma seleção e passou a trabalhar no jornal Zero Hora. O período em que trabalhou nessa empresa jornalística atuou como delegado de base, delegado sindical e organizando as atividades internas da Zero Hora, mas tal vínculo empregatício provocou uma certa redução da militância que tinha até então, uma vez que em nome da “imparcialidade da notícia” tal empresa tem uma postura contrária à filiação e à participação dos jornalistas em partidos e “movimentos sociais”. No entanto, sua atividade como jornalista o colocou em contato com uma série de problemas, de mobilizações e de lideranças ambientalistas e foi a partir daí que começou a perceber “que havia um campo fértil para sua especialização profissional”, direcionando sua atuação, num primeiro momento dentro do próprio jornal, para a temática de meio ambiente. E, num segundo momento, desligando-se do referido jornal em janeiro de 1990 para ingressar na assessoria de imprensa da Procuradoria da República a convite de uma colega de trabalho da Zero Hora e, assim, poder ter uma maior dedicação à “área de meio ambiente”. Todavia, quando tal mudança ocorreu, ele já mantinha contato com as lideranças das principais organizações ambientalistas com base no direcionamento de sua atuação no jornal Zero Hora para a “área de meio ambiente”. Além disso, fazia parte à nível nacional da FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) e participou do “Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente”, promovido por tal federação em Brasília no final de 1989, com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), o qual tinha como tema central a discussão da cobertura jornalística para a Rio-92. Em tal encontro surgiu e foi aprovada a idéia de criação em diferentes estados do que se denominou inicialmente de “Clube Ecológico” que consistiria em um “foro permanente para o intercâmbio e a discussão de temas ecológicos” (SEMINÁRIO PARA JORNALISTAS, 1989)⁴³.

Foi a partir do próprio trabalho como jornalista de uma grande empresa de comunicação que as disposições militantes desenvolvidas pela articulação da formação universitária com a participação sindical, partidária e

⁴³ . Sobre tal seminário, suas vinculações com o “jornalismo ambiental” e com a criação do Núcleo de Eco-Jornalistas do Rio Grande do Sul, ver Petrarca (2003).

estudantil foram reativadas e direcionadas para a atuação no “jornalismo ambiental”. É nesse sentido que se pode compreender sua afirmação de que foi “o trabalho como jornalista” que o “despertou” para a “questão ambiental”. Isso ocorreu pela mobilização dos contatos estabelecidos com as próprias fontes de informação sobre meio ambiente (no caso, os dirigentes de organizações ambientalistas) e pelo contato com jornalistas que atuavam em sindicatos estaduais e nacionais de representação da categoria. Desse modo, assim que ingressou na procuradoria fundou o Núcleo de Eco-Jornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ-RS), cuja data formal de constituição é 27 de junho de 1990, e se filiou a AGAPAN, chegando a ocupar o cargo de 2º secretário na diretoria que tomou posse no começo do ano seguinte. Inicialmente sua atuação consistia principalmente em “mobilizar os jornalistas” para a área de meio ambiente através do jornal Sobrevivência que era um órgão de publicação da mesma e para o referido núcleo.

A adesão à defesa do meio ambiente constitui nesse caso uma forma de conciliação do militantismo anterior com a formação universitária e o exercício do jornalismo, na medida em que possibilita a politização de questões que envolvem o próprio trabalho do jornalista enquanto uma categoria profissional: “O movimento ambiental me conquistou nesse trabalho todo, na conscientização, na necessidade de como jornalista ajudar a mostrar [...] uma vida mais sustentável e denunciar sempre as agressões ao meio ambiente”. Nesse sentido, ele apresenta a referida organização como uma “entidade técnica e profissional”, que mesmo se aproximando das ONG’s e atuando como uma delas, difere das mesmas na medida em que seu objetivo é “discutir a questão profissional na área ambiental junto aos jornalistas e inclusive abrindo essa questão para a sociedade”. A respeito disso salienta que, desde o começo, o núcleo tem uma atuação permanente com “o meio acadêmico”, com as universidades, através de cursos de extensão universitária e das “Terças Ecológicas” que “é um encontro mensal com jornalistas, técnicos, especialistas e comunidade, dando oportunidade para aprofundarem seus conhecimentos sobre problemas ambientais no Rio Grande do Sul”. O que segundo ele já produziu muitos frutos, dentre os quais cita a participação no referido núcleo de

membros oriundos do “meio estudantil”, do “meio acadêmico”. Deste modo, conclui “Nós somos acima de tudo jornalistas”, “apoiamos”, “ajudamos”, “as entidades ambientalistas, mas somos mais uma entidade não militante, uma entidade técnica, uma entidade profissional”. Cita como exemplo a participação do núcleo no “Tribunal dos Transgênicos”: “participamos na divulgação como jornalistas, assim como da organização e na cobertura”, fazendo matérias exclusivas durante todo o tribunal, atualizando o site todo dia. Quando indagado sobre o começo de sua militância na defesa ambiental faz questão de salientar que sua atuação não consiste numa “militância”.

"Eu vou repetir o que eu disse. Não sei bem se o que eu faço é uma militância. Eu procuro fazer mais um trabalho profissional. É claro que em um momento ou outro a gente acaba se engajando, ajudando de uma forma ou de outra um trabalho militante (Dirigente nº 26)".

Uma terceira versão dessa atuação “não-militante” na politização de questões relativas à “profissão” é o caso da atual Procuradora do Estado do Rio Grande do Sul (Dirigente nº. 49). Também nesse caso, trata-se da combinação de uma trajetória de ascensão social com uma intensa participação na política estudantil e partidária durante a formação universitária e a posterior adesão ao ambientalismo como forma de ocupação de posições de destaque na burocracia estatal. Ela está atualmente com 41 anos, sendo que se formou aos vinte e três. Quando tinha seis meses de vida seu pai faleceu num acidente de automóvel. Ele era “carpinteiro de família”, tinha escolaridade primária e origem italiana. Sua mãe também era de origem “baixa”: seus pais tinham origem alemã e portuguesa e sua escolaridade era “baixa”. Ela apresenta sua família como “remediados”, pois eram de “classe média baixa” e mesmo assim ela conseguiu estudar e se formar. Cinco anos após a morte de seu pai, sua mãe se casou com um advogado que tinha melhores condições do que a de sua família de origem, conseguindo cursar pedagogia e especializar-se em inspeção de ensino. Até a conclusão do primeiro grau sempre estudou em escolas religiosas e no secundário passou para o Colégio Sévigné, graças aos investimentos de sua mãe e o apoio

recebido de seu padrasto. Do mesmo modo, durante sua formação escolar e universitária nunca precisou trabalhar e foi somente no terceiro ano da faculdade que decidiu trabalhar no banco francês-brasileiro, fechando correspondências, no entanto, não fez isso por necessidade econômica e sim para “ter experiência de vida” e para viajar.

Como ela mesma salienta, toda sua “aproximação política” decorreu da “convivência na universidade”. Antes de entrar na faculdade tinha participado apenas, durante a adolescência, do movimento de jovens da Igreja Católica através do Curso de Lideranças Jovens (CLJ) durante o segundo grau. Mas foi com a entrada na universidade, em 1981, que começou a participar de forma mais intensiva, no ano seguinte, do movimento estudantil e mais diretamente do núcleo do Partido dos Trabalhadores da faculdade de direito até a conclusão da faculdade em 1985. Para isso foi decisiva a influência do seu ex-marido com o qual conviveu desde a graduação até três anos atrás. Pois ele era uma “pessoa muito politizada”, membro de uma família mais intelectualizada e que foi um dos principais dirigentes do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi a partir de 1990 que ela direcionou sua “atuação profissional para a área de direito ambiental”, sendo que tal mudança contou com seu passado militante e com uma perspectiva militantista do direito que resultou de sua formação universitária imbricada com a militância estudantil e partidária. Nesse sentido, como ela própria salienta, uma vez que era uma “pessoa sempre engajada politicamente”, que participava da “defesa de interesses sociais” e se voltava para a “participação popular”, a possibilidade de atuar na área ambiental “cai como uma luva”. Ela estava com 26 anos, já estava casada há um ano e atuava profissionalmente há dois anos no Ministério Público Estadual no interior do estado, sendo que sua intenção era retornar a Porto Alegre. Foi através do contato com um Promotor de Justiça de Porto Alegre que tal mudança, simultaneamente geográfica e profissional, ocorreu. Ele começou a orientá-la para essa área, ao mesmo tempo em que ela o “acompanhava nas palestras pelo interior”, de modo que depois de algum tempo ele a convidou para integrar a equipe de promotores da capital e assumir a promotoria de Porto Alegre.

Formada em direito pela UFRGS e com especialização em Ecologia na UNISINOS, ela apresenta sua intervenção como uma “atuação técnico-profissional”, “uma escolha em termos de área de atuação” e acrescenta: “eu me sinto muito em paz, muito feliz com essa escolha profissional, me realiza muito”. Sua atuação na “área de meio ambiente” não se restringe ao posto de promotora, participando também do que chama de uma “não-ONG”: trata-se do Instituto “O Direito por um Planeta Verde”, o qual, segundo ela, é uma organização voltada para a “capacitação profissional na área do direito ambiental”. Como decorrente de sua vinculação com tal organização ela atua como coordenadora acadêmica de um curso de especialização em direito ambiental que faz parte de um convênio entre tal organização e a UFRGS. Além disso, coordena um curso sobre direito ambiental e leciona na pós-graduação em gestão ambiental, ambos na PUC, dá aulas na Escola Superior do Ministério Público na área de direito ambiental, bem como em cursos técnicos de proteção ambiental. O exercício profissional no ensino do direito teve início em 1987, logo após concluir a graduação, e foi inicialmente direcionado para a área de direito penal quando passou num concurso para a referida matéria na UNISINOS. Todavia, teve que se licenciar da universidade para ir trabalhar como promotora no interior do estado. Ela considera que “a formação acadêmica é fundamental para o bom exercício de todas as profissões”. Todavia, foi o “nível de responsabilidade profissional e de atuação” que fez com que adiasse seu projeto de fazer um mestrado que se apresenta como “incompatível” com a função que ocupa atualmente em termos de disponibilidade de tempo. Além disso, acrescenta que está “trabalhando com meio ambiente há 13 anos e ocupa o cargo máximo dentro do Ministério Público”, de modo que tal formação não é muito importante para a sua atuação em termos de maior capacitação técnica: não tem muita utilidade, nem melhora sua “posição na carreira profissional”.

A quarta modalidade participação é a articulação da defesa ambiental com a ocupação de cargos e funções remuneradas como “presidentes”, “funcionários” e “técnicos” de organizações ambientalistas. Em muitas situações tal modalidade de engajamento tem sido caracterizada como

um dos exemplos principais de “profissionalização” das organizações ambientalistas. Todavia, em função do tipo de concepção de profissão e de militância que respaldam tal militância na situação em pauta, a atuação profissional em organizações ambientalistas não se configura apenas como uma forma de imposição de competências escolares e técnicas como os principais recursos militantes. Pelo contrário, tais cargos implicam sempre um trabalho preliminar de aproximação e de intenso militância na própria organização, de modo que dificilmente consiste na contratação direta em função da formação escolar e técnica (Capítulo V). Podem-se distinguir alguns tipos principais de condições e de itinerários que conduzem a tal forma de atuação profissional: em primeiro lugar, encontram-se os casos em que a ocupação de cargos remunerados nas associações ocorre com base na militância anterior em organizações estudantis e na chamada “esquerda”; em segundo, aquelas situações nas quais é a própria experiência militante na organização que respalda sua atuação, sem maiores vinculações anteriores a outros tipos de organizações e movimentos; em terceiro, os casos em que predominam itinerários de forte imbricação entre a formação universitária e o militância no movimento estudantil direcionado para a “área de meio ambiente” e vinculado ao respectivo curso, bem como à ocupação de posições em cargos públicos como “técnicos”, assessores ou consultores em “meio ambiente”.

Uma primeira versão da ocupação de cargos remunerados em associações ambientalistas é representada pelo caso de uma das principais dirigentes da COOLMEIA (Dirigente nº 43) que abandona seu emprego de professora no serviço público estadual para “trabalhar” integralmente na associação. Ela combina uma origem social elevada e um universo familiar vinculado à política partidária com um itinerário escolar de forte imbricação com o militância estudantil e partidário. Tanto por parte da mãe quanto do pai sua família apresenta uma trajetória de ascensão social: seus pais eram de “famílias muito pobres” e não tinham nem o primário completo. Foi através do emprego do seu pai na viação férrea federal, no qual chegou a se tornar operário especializado na área de telegrafia, que a família alcançou uma

razoável situação financeira. A mãe também se especializou e se tornou costureira “classe A”. Além disso, sua família sempre foi engajada politicamente, de modo que ela chega a dizer que a família era “muito empoderada” no sentido de ter opinião política sobre Brizola, Getúlio, participação em comícios, etc. Quando moravam em Ulha Negra, seu pai era getulista do PSD e depois que veio para Porto Alegre se tornou um dos líderes da associação dos ferroviários, chegando a se tornar presidente da mesma.

Essa combinação de uma boa situação financeira com o engajamento político é uma característica constante no decorrer do seu percurso escolar. Em função das boas condições financeiras da família, sua formação escolar se desenvolveu sempre em bons colégios de formação religiosa. Estudou no colégio Sévigné durante o primeiro grau e, durante o secundário ingressou no colégio Júlio de Castilhos em 1967 quando estava concluindo o terceiro ano do científico e como não passou no vestibular para agronomia, no ano seguinte entrou no Instituto de Educação para concluir o “normal”. No entanto, foi somente após algum tempo de curso preparatório em pré-vestibular que entrou na faculdade de agronomia da UFRGS, quando já estava com vinte e quatro anos. Durante a formação secundária, ela sempre teve uma intensa participação no Movimento Estudantil, salientando que “todas essas lideranças, todo esse povo que agora está lá em Brasília, que agora está no PT” ela conheceu no movimento estudantil no colégio religioso em que estudava. Tal participação continuou durante a formação universitária, onde desenvolveu uma grande simpatia pelas organizações clandestinas e mesmo que não tenha chegado a participar das mesmas tinha muitas amizades com os membros destas. Além disso durante a faculdade participou de vários projetos RONDONS na Amazônica, Alagoas e no próprio Rio Grande do Sul.

Foi após essa participação no movimento estudantil e a aproximação com grupos clandestinos que ela entrou em contato com a causa ambiental. Isso ocorreu no ano de 1972, quando estava trabalhando na cidade de Alegrete num empreendimento de aberturas de fronteiras para a soja, como “extensionista” numa empresa que depois se tornou a EMATER. Foi através de uma palestra do Lutzenberger e do contato pessoal que ela e outro agrônomo

estabeleceram com ele em função da estadia desse na cidade que se sentiu atraída para a referida causa, dizendo que após as conversas com o mesmo ficou com a "impressão que em dez dias o mundo ia acabar".

Foi o meu primeiro contato com a ecologia, foi com o Lutzenberger. Pois aí eu somei a minha preocupação que eu tinha como pessoa de esquerda, que estava brigando com os americanos, ao mesmo tempo em que estava tendo toda aquela influência do que estava acontecendo na Argentina e no Uruguai que era os tupamaros (Entrevista).

Todavia, não foi esse contato inicial que a conduziu imediatamente à participação em associações ambientalistas. Isso somente ocorreu em finais dos anos setenta, após sete anos de “auto-exílio” na Europa. Assim, um ano depois desse contato com o Lutzenberger, em 1973, decidiu ir para Paris e foi lá que começou a se envolver com a questão da "agricultura ecológica" e com outros “movimentos sociais” como o feminista e uma cooperativa denominada ECOVI. Dessa forma, sua permanência na Europa teve um papel destacado para sua adesão e posterior participação na COOLMEIA. Isso porque segundo ela foi lá que teve maior "clareza das questões ecológicas”, uma vez que no Brasil tal questão “ainda era muito incipiente”. Nesse sentido, salienta que sua "experiência cooperativista começou na França” a partir dessa oportunidade que teve de conviver com as pessoas dessa cooperativa que “era um resquício do movimento hippie” e da experiência em comunidade. Além disso, sua estadia na França foi um momento muito importante para sua formação, pois enquanto estava lá fez vários cursos na universidade sobre as ditaduras na América Latina e sobre etnologia com autores como Poulantzas, Lévi-Strauss, Guatarri, Deleuze, entre outros. Desse modo, o “auto-exílio” na Europa foi importante para estabelecer certas diretrizes para sua atuação profissional: trabalhar com agricultura ecológica, criar uma cooperativa no Brasil “parecida” a que conheceu na França e se envolver com o “movimento ecológico”. Foi através do seu namorado o qual era da Grande Fraternidade Universal (GFU) que ao chegar ao Brasil ela entrou em contato e começou a participar da COOLMEIA. Como ela mesma relata, o fato de chegar da Europa foi algo que pesou para seu ingresso na cooperativa, bem como para o tipo de trabalho que

pretendia desenvolver na mesma: “Nós somos bons povos colonizados. Chegava de Paris, né? Desempregada, sem um tostão, mas chegava de Paris. Com informações e com coisa que tinha sintonia com as pessoas que estavam ali na COOLMEIA (Entrevista)”. Além disso, acrescenta que nesse período a cooperativa tinha uma “linha mais espiritualista e naturista”, sendo que ela foi uma das pessoas que trouxe “o questionamento mais político” com um “currículo mais cosmopolita”. Esse itinerário de intensa vinculação anterior com organizações e “movimentos sociais” nacionais e internacionais conduz a um tipo de atuação profissional em que as motivações políticas e ideológicas e o exercício de funções remuneradas na organização se encontram estreitamente imbricadas, a ponto de se sobrepor ao exercício de outras ocupações remuneradas. Nesse sentido, no início de sua atuação na cooperativa trabalhava como professora de segundo grau numa escola técnica estadual na cidade de Cachoeirinha através de um contrato de 20 horas. Ficou nesse emprego cerca de dez anos, mas acabou se decidindo pela COOLMEIA, pois esta lhe ocupava “quatorze horas” de seu dia, passando a viver integralmente para e da cooperativa.

Desse itinerário de forte militância estudantil durante a formação escolar, resulta uma concepção da formação universitária como algo desnecessário para a ocupação de funções remuneradas em organizações ambientalistas e cuja utilidade é eminentemente formal e não em termos de conhecimento e de informação adquirida. Nesse sentido, destaca que o “ensino formal ensina e ajuda é a dar uma tranquilidade de status”, pois a informação e o conhecimento “vêm de várias formas” e não é necessário “nenhum curso para fazer militância”. Ao mesmo tempo, a ocupação de funções remuneradas na associação não se define apenas pela utilização de formações escolares e técnicas. Pelo contrário, tais funções requerem acima de tudo e principalmente uma grande disponibilidade de tempo para a militância e capacidades para “organizar reuniões”, “fazer manifestação” e “ficar concentrada naquela organização de luta”. É justamente pela ausência dessas competências políticas nos que trabalham em organizações ambientalistas atualmente, posto que estas estão compostas por pessoas à procura apenas de um emprego e

que realizam sua função de forma “burocrática”, que tal dirigente vê uma grande diminuição “da qualidade e da intensidade da pressão política no movimento ecológico”. Nesse sentido, critica a situação atual da cooperativa que se burocratizou e regrediu em termos da “qualidade de ação, restringindo-se a problemas de gestão empresarial”. Acrescenta ainda que a grande rotatividade e mobilidade dos funcionários enfraquecem a gestão na relação com o consumidor, pois eles “não se qualificam e não amadurecem do ponto de vista institucional”. Então a própria “conscientização do consumidor” e o “valor político do produto” acabaram se perdendo.

Uma segunda versão dessa forma de atuação profissional pela ocupação de funções remuneradas em associações ambientalistas é representada pelo caso de uma “coordenadora executiva” da ADFG-AT (Dirigente nº 02) que combina uma boa origem social com a inexistência de participação política no meio familiar e em seu próprio itinerário escolar e profissional antes de aderir à causa ambiental. No caso anterior a socialização política no meio familiar, combinada com a participação no movimento estudantil durante a formação secundária e universitária, constituem os elementos principais do exercício de funções remuneradas na associação. Já nesse caso, muito mais do que a formação escolar e sua articulação com o engajamento político em organizações e “movimentos sociais”, o trabalho na associação tem como base principal a ocupação anterior de cargos burocráticos no serviço público estadual e a atuação através da própria associação em problemáticas ambientais “setoriais”. Trata-se de uma militante que é de Porto Alegre, está com quarenta e quatro anos, fez três semestres de engenharia ambiental na ULBRA e, depois, de geografia na UFRGS, mas não chegou a concluir nenhum dos dois. Seu pai é comerciante e a mãe funcionária pública; ambos têm formação secundária completa e nunca tiveram nenhum tipo de participação política. Inclusive a própria dirigente faz questão de salientar que vem de “uma família de classe média bem convencional, aquela classe média bem alienada [...] loucos de medo de revolução e de militares”, de modo que cresceu e foi educada sem entender “nada de política”. É com base nisso que apresenta sua “história dentro do movimento” como “uma história

bem atípica”, pois foi somente quando estava com vinte e oito anos que resolveu “assumir um compromisso com a sociedade” e que isso “é muito tarde pro movimento ambiental de hoje”.

Em seu itinerário escolar nunca participou de nenhuma organização estudantil nem tampouco conseguiu se acertar com o que chama de “escola formal”. Durante o segundo grau após ser transferida pelos pais para uma escola de formação religiosa, para conter sua “indisciplina” em relação às aulas, acaba abandonando o curso de magistério e concluindo a formação secundária mais tarde através do supletivo. Após abandonar o segundo grau começou a trabalhar como funcionária pública estadual no Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (DAER), ocupando um cargo administrativo primeiramente na seção de departamento pessoal e depois no setor de patrimônio. Seu engajamento na defesa do meio ambiente está diretamente relacionado à sua inscrição no mundo do trabalho e ao itinerário em tal órgão. Ocorre que depois de alguns anos entra numa profunda “crise” com tal emprego, pois não conseguia se relacionar com os colegas, não se identificava com a função que exercia e não percebia nenhuma possibilidade de ascensão salarial e ocupacional em tal órgão. É nesse momento que começa a sentir a necessidade de assumir sua “responsabilidade perante a sociedade” e o seu “papel de cidadão”. Isso foi influenciado primeiramente pelo contato com uma amiga sua que, segundo ela, era “extremamente politizada” e que começou a lhe “esclarecer uma série de coisas” e a lhe mostrar a “importância da questão política para a vida da gente”. Através dessa amiga ela começou, desde o final de 1988, a ir a palestras do Lutzenberger e a se engajar em campanhas de algumas associações. Depois de um ano e de manter contato com diferentes associações, é que decidiu participar das reuniões e atividades da ADFG-AT. Paralelo a isso tentou transferência para outro órgão estadual, o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPREC), onde permaneceu por dois anos. Quando teve que retornar para o DAER, optou por pedir uma licença não remunerada de um ano. Acontece que essa sua decisão ocorreu após já ter certo tempo de militância na entidade e ocupar uma posição de destaque nas mobilizações ambientalistas e funções remuneradas na ADFG.

Inicialmente, quando começou a participar da ADFG-AT “não sabia muito bem o que queria fazer”, ajudando como “voluntária” na parte administrativa. Um ano depois quando foi criada uma comissão de defesa do Parque Nacional dos Aparados da Serra ela começou a se destacar como “liderança”. Nesse tempo já namorava um funcionário do IBAMA que era o chefe do referido parque com quem casou logo depois. Em 1991, quando estava de licença do DAER passou a ser remunerada pela ADFG-AT para trabalhar durante um turno. Foi nesse mesmo ano que a APEDEMA/RS foi criada, à qual tinha recebido uma verba da Fundação Francisco para sua estruturação e que “precisava de uma pessoa para secretária”, sendo ela contratada. Assim, trabalhava um turno na ADFG-AT e outro na APEDEMA/RS, sendo que nesse período “a secretaria da APEDEMA foi pra dentro dos Amigos da Terra”. Com base nisso, decidiu prorrogar sua licença não remunerada por mais um ano. Quando terminou a licença, ela optou por pedir demissão do DAER: “Aí eu já estava casada, conversei com o meu marido: ‘olha, ou eu volto ou eu peço demissão. Só que na entidade, tu sabe como é que é, hoje eu tenho salário, amanhã eu posso não ter’. Ele: ‘Não! Tudo bem, eu seguro as pontas’. Aí eu fiquei e vejo assim que foi uma opção”. Foi quando já estava trabalhando na entidade que iniciou os cursos de Engenharia Ambiental na ULBRA e o de Geografia na UFRGS. Atualmente, sua atuação está prioritariamente voltada para as questões “locais” e “regionais” que estejam na pauta da entidade. Todavia, tem uma militância destacada na Rede Brasileira da Mata Atlântica (RBMA), em decorrência de sua liderança inicial na comissão de defesa do Parque Aparados da Serra, sendo a representante do Rio Grande do Sul na referida rede.

Esse caso traz à tona uma forma de ocupação de cargos remunerados e de funções “técnicas” em organizações ambientalistas que não está diretamente vinculada à formação escolar e universitária. Na medida em que se trata de um militância em que a formação escolar e universitária não é um componente principal da atuação dos dirigentes, posto que só tem valor associado à “realidade” e à “prática”, o tipo de conhecimento que funda a atuação da dirigente não parece destoar nem um pouco dos demais casos.

Nesse sentido, ela salienta que a militância constitui em um “trabalho estritamente profissional”, não apenas no sentido de serviços pagos, mas principalmente no de assumir e levar até o fim suas tarefas ou funções, ao invés de se deixar guiar pelo “romantismo” e o “amadorismo”. Não que a “paixão” pela causa não seja relevante, mas que, como militante, é preciso dar as “bases técnicas” que sustentem sua paixão. Todavia, o “técnico” aqui tem um sentido muito semelhante ao dos demais dirigentes, posto que também se trata da aquisição de um conhecimento através dos mais variados tipos de “vivências” tais como conversas, leitura de livros, reuniões, etc.

Uma versão mais recente da ocupação de cargos remunerados em organizações ambientalistas é representada pelo caso de uma dirigente também da ADFG que ocupa a função remunerada de “coordenadora técnica” da associação (Dirigente nº 15). Diferente dos casos anteriores, o seu ingresso na ADFG ocorreu com base na adesão à causa ambiental desde o momento inicial da formação universitária, desembocando no militância estudantil já voltado para a “área de meio ambiente” durante a graduação e no direcionamento da formação de mestrado e da atuação profissional para temáticas ambientais. Ela é formada em geologia pela UFRGS, tem trinta e três anos e é casada com um geólogo que foi seu colega de curso de graduação e de mestrado e que atualmente trabalha como consultor em uma empresa de São Paulo que atua na “investigação e recuperação de áreas degradadas”. Também nesse caso, trata-se de alguém que inicialmente combina uma origem social elevada com a ausência de engajamento político no meio familiar. Seu pai é engenheiro mecânico formado pela UFRGS e sempre trabalhou em empresas de peças de automóveis na indústria automobilística, atuando “como engenheiro” e também “como administrador”, pois era chefe de escritório. A mãe era professora primária antes dos filhos nascerem, mas depois disso “foi sempre dona de casa”, retornando ao ensino durante um período muito curto. Eles nunca tiveram inserção em nenhum tipo de organização política.

No que pese essa ausência de participação no meio familiar, seu itinerário escolar foi desde o início marcado por algum tipo de participação. Primeiramente, a participação no coral da escola durante a formação primária e

secundária. Mesmo que se considere uma criança que “adorava colégio”, à qual não era preciso “brigar para estudar”, salienta que uma das coisas que fez a “maior diferença” em sua vida foi ter participado desse grupo de folclore denominado “show musical” no colégio Anchieta, um “colégio classe alta”, onde estudou da primeira série até concluir o segundo grau.

Aí eu entrei também lá pela quarta quinta série, entrei pra dançar. Eu acho que isso fez a maior diferença na minha vida, porque eu fiquei até o primeiro ano do segundo grau nesse show e era assim: a gente tinha ensaio terça, quinta e sexta e todo fim de semana a gente viajava pro interior. Então assim, qualquer cidadezinha assim que não ta no mapa seja no Rio Grande do Sul, no Brasil, eu já fui. E nessas viagens a gente ficava em casa de família, agente tratava as pessoas como pai e mãe, irmão, sabe? E às vezes a gente ia pra umas cidades micro assim e ficava num casarão com piscina. Às vezes ficava assim dentro da vila mesmo, pessoas super simples, de todas as regiões assim do Brasil. Então isso era uma coisa e o ... a própria atividade que a gente fazia. Eu era dançarina, a gente dança folclore. Então todos os tipos de músicas do Brasil eu conheci, eu sabia dançar e do...do mundo também assim, tinha Itália, Holanda, França, vários assim. E era meio teatral também (Entrevista).

Em segundo lugar, a própria formação universitária foi desde o início articulada, de diferentes formas, à militância na defesa do meio ambiente. Isso, segundo ela, já teve início quando resolveu fazer vestibular para geologia, pois já veio com a idéia de que ia “estudar o planeta, o meio ambiente” e, por isso, logo que entrou na faculdade participou da “RIO-92” através da delegação dos estudantes de biologia. Tinha na época dezenove anos. Depois disso, começou a ter um maior engajamento no movimento dos estudantes de geologia durante todo o curso, fazendo parte do diretório acadêmico “não como diretoria, às vezes fazendo jornalzinho ou contribuindo, mas sempre a par de reuniões” e participando do Encontro Nacional de Estudantes de Geologia (ENEG) onde assumiu o cargo de comunicação da diretoria nacional. Tal militância estava vinculada à seu envolvimento com a defesa ambiental, posto que dizia respeito à reivindicação de mudar o currículo do curso de geologia no sentido de inserir mais disciplinas vinculadas à temática ambiental, posto que, segundo ela, tratava-se de um curso “muito centrado na realidade acadêmica” e que “na época não tinha quase nada de pesquisa aplicada ao meio ambiente”. Em

função dessa atuação direcionou o seu mestrado para “a área de meio ambiente” com um professor do Rio de Janeiro trabalhando na temática da poluição causada por metais pesados e da análise de risco no sentido de avaliar o impacto disso na saúde humana. Em seguida, no final do mestrado, foi trabalhar como estagiária na FEPAM dentro de um “projeto também de pesquisa que era um projeto de estudo da poluição do carvão, do ar e da água na região de Candiota”, o qual segundo ela tinha como objetivo convencer as pessoas de que realmente não “está com nada investir em carvão”. Durante tal estágio foi indicada por seu orientador para fazer um curso na Alemanha na temática da “água”. Quando retornou de tal curso, começou a participar do CONSEMA e a ter um maior engajamento na “entidade” o que acabou entrando em conflito com o estágio que desenvolvia na FEPAM e o abandono deste em troca de uma função remunerada na ADFG-AT e depois também na RIOSVIVOS. Atualmente sua atuação está focada no tema “energia” e na articulação da ADFG-AT com “redes associativas” e organizações nacionais e internacionais.

Diferente do caso anterior, o engajamento da referida dirigente na ADFG decorre de um longo trajeto de articulação da formação universitária com o militância na defesa ambiental que se manifesta na sua própria escolha em termos de curso universitário, no transcorrer de sua formação em geologia, bem como no desenvolvimento do mestrado e de sua atuação na FEPAM. Inclusive o próprio contato com a “entidade” foi durante o curso de mestrado, onde ficou amiga de um colega que era vice-presidente da mesma. A partir de tal contato atuou como “voluntária” durante uns dois anos antes de assumir uma função remunerada. Mesmo se tratando de alguém com um nível elevado de formação universitária, esta só é valorizada quando associada à participação nos “movimentos sociais”. Para ela uma “grande dificuldade” e “desafio do movimento” na atualidade é superar uma “crise de representatividade” e de “legitimidade” que resulta da multiplicação dos “espaços de participação”, de “redes” e de “organizações”, mas de forma desorganizada, de modo que está faltando “uma canalização dessa sinergia”, um maior “relacionamento e articulação entre o movimento”. Diante disso,

destaca que uma maneira de “trabalhar e fortalecer o movimento” não é “nem estudando ou levando especificamente um tema” e sim possibilitando os “contatos entre as pessoas”, “botando uma entidade em contato com a outra”. Por isso, mesmo que tente não sair muito de seu “foco específico” que é o “tema de energia”, sua atuação dentro do movimento “tem funcionado” no “papel” de “articuladora” e de “animadora”, para “botar todo mundo no mesmo espírito”, “para realizar alguma coisa”.

Fazer as pessoas verem que as pessoas podem fortalecer e se somar nessas sinergias. Esse conhecimento adquirido, que não é, às vezes, um conhecimento técnico-científico, é um conhecimento de vivência, de resistência, de luta. E quando isso é repassado e multiplicado isso tem um efeito muito forte (Entrevista).

Por fim, uma última modalidade de engajamento que se faz recorrente na geração dos anos oitenta e noventa é a articulação da proteção ambiental com a atuação “benévola” e “voluntária” em organizações ambientalistas. Tal forma de participação no ambientalismo difere da encontrada na geração dos “pioneiros”, ainda que seja colocada praticamente nos mesmos termos daquela. Acontece que para os militantes dos anos oitenta e noventa, tal forma de atuação constitui quase sempre uma forma de integração no mercado de trabalho, de acesso a ocupações salariais, bem como uma via de transformação de um “emprego de subsistência” em uma atividade profissional. Assim, mesmo que ela possa ser apresentada como diferente das formas de participação anteriores, posto que não está articulada ao exercício de funções remuneradas na associação, nem à atuação como membros de partidos políticos, no interior da profissão ou mesmo em atividades de consultoria, nem por isso ela deixa de estar associada à atuação profissional dos dirigentes, ou mais precisamente à busca de conciliação entre o engajamento político com o exercício de ocupações profissionais. Deve-se acrescentar ainda que essa forma de adesão à defesa do meio ambiente, difere das demais, na medida em que resulta de um itinerário de fraca vinculação com a política partidária no universo familiar, combinada com inexistência ou pequena participação em organizações e “movimentos sociais”

durante o trajeto escolar e universitário anterior à entrada no ambientalismo. Os tipos de socializações e respectivas disposições, bem como os itinerários escolares e militantes que convergem para o engajamento nesse caso se caracterizam pela predominância da vinculação com organizações religiosas no meio familiar e quando existem engajamentos anteriores à defesa ambiental, esses são geralmente no escotismo ou em grupos que adotam práticas de alimentação natural. Em alguns casos as disposições que os conduzem à defesa do meio ambiente estão diretamente relacionadas à maior disponibilidade gerada por rupturas biográfica e profissional.

Um primeiro exemplo disso é o da atual presidenta da AGAPAN (Dirigente nº 12). Trata-se de alguém que, mesmo ingressando no ambientalismo desde o momento inicial de sua formação universitária, apresenta uma carreira de ambientalista marcada pela baixa vinculação com organizações e “movimentos sociais” e pela forte dissociação entre suas ocupações salariais, a formação universitária e a participação na associação. Ela tem quarenta e três anos e nasceu em Bagé, mas quando estava com onze anos sua família se deslocou para Porto Alegre para os filhos fazerem faculdade. Seus pais têm apenas formação ao nível de primeiro grau, mas dispunham de boas condições financeiras para pagar os estudos durante a faculdade para todos os filhos, de modo que ela, suas três irmãs e o irmão têm formação universitária. É que seu pai tinha uma loja de assistência técnica de peças de automóveis numa área bem localizada de Bagé e quando se transferiu para Porto Alegre trabalhou na assistência técnica da Brastemp até se aposentar aos cinquenta e três anos. Já a mãe foi sempre dona-de-casa. Sua socialização política no meio familiar foi marcada pela figura de seu pai que era uma “pessoa politizada”, no sentido de que mesmo não sendo um militante de organizações partidárias sempre “discutia política” em casa. Segundo ela, o pai “gostava do Getúlio”, inclusive lhe deu depois uns documentos que saíram nos jornais sobre o mesmo e que ele recortava. No entanto, ele nunca envolveu a família na questão política, pois ficou com muito medo ao ver que várias pessoas que ele conhecia desapareceram durante a Ditadura Militar. É que para ela, seu pai havia “perdido a crença na questão

política”, ficando apenas com um “pensamento político” com “posições políticas”. O medo de envolver a família na política influenciou a orientação religiosa do grupo familiar, pois seus pais eram inicialmente da Igreja Pentecostal do Brasil quando residiam em Bagé, mas como o pastor da Igreja começou a se “envolver com política” que era contrária a de seu pai, por decisão deste a família abandonou a Igreja.

No que pese esse tipo de vinculação do seu pai com a “política” ela nunca teve participação em qualquer tipo de organização estudantil ou partidária antes de entrar na AGAPAN. Pelo contrário, foi em decorrência de tal engajamento que teve certo envolvimento posteriormente com o movimento estudantil e com o Partido dos Trabalhadores. Durante a escolarização primária e secundária estudou sempre em escolas pública e nunca teve algum tipo de envolvimento com grêmios estudantis, nem também com a escola. É que não gostava de colégio para estudar ou pelo menos esse significava para ela um espaço de sociabilidade, para “fazer festa” e “encontrar as amigas”. Por isso repetiu a quinta série e o primeiro ano do científico, concluindo a formação secundária no curso de magistério. Além disso, fez cursinho antes de prestar vestibular para sociologia na PUC e na UFRGS, passando apenas na primeira universidade e iniciando o curso em janeiro de 1983. Quando isso aconteceu, ela já participava da AGAPAN há dois anos.

Seu ingresso na AGAPAN ocorreu em decorrência de sua vinculação anterior com a alimentação natural e se deu quando ela estava com dezoito anos e tinha a prática de almoçar na COOLMEIA em conjunto com uma colega do colégio. Era um período em que essas organizações dividiam o telefone e suas sedes ficavam no mesmo prédio. Além disso, estas ficavam bem próximas à sua casa. Em função disso começou a entrar em contato com os livros, panfletos, textos e as atividades que eram desenvolvidas pela associação, pois estas estavam sempre expostas no mural da cooperativa. Após esse contato inicial começou a participar das palestras que a AGAPAN fazia todas às segundas-feiras. Ela ia a todas em conjunto com sua amiga e com um vizinho que já era associado da AGAPAN. Portanto, como ela mesma conclui quando ela ingressou em tal associação “tinha um grupo que tinha a ver

com essas questões”. Durante essas palestras foi entrando em contato com as principais lideranças da entidade e em 1982, juntamente com essa sua amiga elas fizeram um dos “famosos” cursos da AGAPAN. Trata-se de um curso que foi ministrado na UFRGS pelo então militante da AGAPAN o professor Udo Mohr da faculdade de arquitetura. As aulas eram todas às noites, de segunda a domingo. Mesmo que já freqüentasse a associação há dois anos, foi somente após esse curso que decidiu se associar. Antes era apenas ouvinte, participava, sempre ia a todas as reuniões, mas não era sócia. Foi no ano seguinte após sua filiação que ingressou na faculdade de sociologia da PUC.

Trata-se, portanto, de um itinerário militante no ambientalismo que é anterior ao próprio ingresso na universidade e em outros tipos de organizações estudantis e partidárias. Todavia, sua formação universitária foi desde o início marcada por um grande desacordo com o mundo do trabalho e o da militância ambientalista. Por um lado, estava há dez anos trabalhando numa creche e que segundo ela não tinha “nada a ver com a questão ambiental”. Por outro lado, durante a faculdade não participava nem de centro acadêmico nem de DCE, porque “não podia, não tinha mais espaço pra militar, já militava noutro espaço que era o movimento ecológico”. Por fim, durante sua formação universitária não fez “nenhum trabalho na área ambiental”: todos os trabalhos que fez foi “na área social porque era a área que era aceita”, posto que nesse período “na sociologia achavam que a questão ambiental era uma coisa assim muito elitista”. Como ela mesma salienta “era três mundos na verdade que eu tinha, a faculdade, tinha o meu trabalho que era a creche e a AGAPAN, entendeu? Coisas bem distintas”. Com a conclusão da faculdade saiu do que ela chama de “período das creches” e foi ser secretária da AGAPAN, como funcionária remunerada durante três anos, segundo ela mesma, “uma experiência maravilhosa”, pois nesse período a AGAPAN estava aberta durante todo o dia e atendia um público bem diversificado, além de fazer denúncias. Depois disso, foi trabalhar na implantação do projeto de coleta seletiva do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) de Porto Alegre a convite do então diretor com base na afinidade surgida a partir de um seminário realizado no Goethe “O Lixo como Instrumento de Resgate Social”. Todavia,

quando isso aconteceu já era a representante da AGAPAN no conselho deliberativo do DMLU. Quando saiu do referido departamento ficou um tempo sem emprego, indo trabalhar com o cunhado vendendo porteiro eletrônico, mas saiu do mesmo, pois não agüentou: “isso aqui não tem nada a ver com o que penso”. Fez um projeto na área ambiental, mas não conseguiu financiamento, mas em seguida entrou na Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura de Porto Alegre. No período da entrevista estava desempregada, mas logo em seguida passou a ocupar a função remunerada de representante do MEG no programa Pró-Guaíba em lugar de outro representante do ROESSLER que passou no concurso da FEPAM (Dirigente nº 13). Para ela, todos esses cargos e posições ocupadas resultaram na possibilidade de exercício da sociologia associada à “questão ambiental”. Como ela mesmo relata durante a entrevista,

Foram umas coisas que foram se colando. [...] Então na verdade sempre trabalhei muito assim na área da sociologia com a questão ambiental junto. A única coisa que eu me arrependo de não ter feito, que eu deveria ter feito, era um mestrado, doutorado uma coisa que nesse tempo eu poderia ter feito entendeu? Não fiz, tanto é que eu estou tentando reverter isso aí (Entrevista).

Essa forma de articulação da formação universitária com ocupações salariais através do trabalho desenvolvido na AGAPAN, sem a existência de vínculos com redes de organizações e de “movimentos sociais”, resulta numa espécie de devotamento à organização e a causa ambiental que se encontra relacionado ao fato de sua formação e inserção no domínio profissional está estreitamente dependente do engajamento e militância na AGAPAN. Por isso, a referência à “entidade” está presente também durante diferentes momentos da situação da entrevista, como quando menciona o contato próximo que teve com praticamente todos os principais dirigentes da “entidade” desde a sua fundação. De maneira particular isso aparece também quando se trata de fazer uma avaliação geral do ambientalismo e dos principais desafios vinculados à luta ambiental atualmente. Quanto a isso, vê o momento atual do “movimento ecológico” como positivo, mas apenas para salientar que “ele começou com a

AGAPAN” de forma “organizada”, “estruturada” e “transpartidária”, uma vez que foi essa organização que serviu de “modelo” para as demais associações existentes no estado, pois sendo uma “entidade pioneira” acrescenta: a AGAPAN “nunca fechou, nunca parou, nunca interrompeu seus trabalhos”, são “trinta e um anos de atividade contínua. Então isso aí também é uma coisa aglutinadora assim de todas”. Destaca como uma das principais modificações ocorridas no movimento ambientalista a partir da década de noventa, a passagem de um “movimento externo” ou de “rua” para um “movimento interno” ou de “gabinete”, cuja atuação está mais voltada para comitês, conselhos, secretarias, audiências públicas, fórum, encontros, seminários, etc. Lembra a mobilização para que o “mini-zoológico” ficasse no Parque da Redenção como exemplo desta situação anterior que contrasta com a atual.

Então a gente vinha aqui, então tinha faixa, cartazes, panfletos [...]. Em vez de a gente ir até o gabinete do prefeito, ir até o gabinete do secretário, o secretário vinha até a gente, eles é que vinham até aqui falar conosco. Entendeu? Então era uma coisa bem inversa. Hoje a coisa está muito assim de gabinete. A gente vai até o ministério público, a gente vai até o secretário, a gente vai até o governador.

Não apresenta tal mudança como um sinal de “fraqueza” e de retrocesso do movimento. Pelo contrário, isso constituiu um “avanço” que tornou o movimento muito mais “forte” do que antes. Por um lado, porque foi uma “luta do próprio movimento” a inclusão nas legislações da “questão dos conselhos participativos e deliberativos, onde a sociedade pudesse discutir os problemas e decidi sobre eles”. Por outro lado, porque “hoje internamente todas as instituições discutem muito mais a política ambiental”, enquanto que antes predominava um “verdismo”, “proteger uma espécie”, as “árvores”, os “animais”, etc. No entanto, salienta que isso traz novos desafios “na questão mais técnica” que é a necessidade dos militantes “estudar mais, se aprofundar mais, pesquisar mais” para poderem participar nessas instâncias. O que ocasionou também que as próprias lutas ficassem mais “abstratas” e de difícil mobilização da população, como é o caso da “questão dos estrógenos” e da “mudança climática” em comparação com as mobilizações de antes que eram

bem mais “concretas” em torno da “defesa de animais e de árvores”. Do mesmo modo, o desacordo entre os “discursos” e as “práticas”, principalmente “das empresas” e “dos governos”, constitui um dos principais problemas na implementação das políticas ambientais atualmente, pois “eles” têm o mesmo discurso do movimento, mas estão “falando uma coisa e fazendo outra”: “E as pessoas, empresas, esses governos, eles fazem coisas belíssimas, fazem publicações. Fazem eventos enormes que levam milhares de pessoas. Mas na prática a gente vai ver a prática das suas indústrias ou da atuação do governo não é bem assim (Entrevista)”. Deste modo a luta ambiental dirige-se a uma maior “democratização” dessas instâncias no sentido de que “a sociedade civil” deve ter a maioria nas mesmas, de modo que as “nossas idéias, enfim, aquilo que a gente pensa seja aprovado, seja implementado”. Para ela, a independência das organizações e do movimento aos poderes econômicos e políticos constitui um dos ingredientes principais para se alcançar isso.

Em outros casos, o ingresso no ambientalismo constitui uma forma de reorientação do percurso profissional e possibilita a conciliação da formação universitária com a ocupação profissional. Um exemplo de semelhante intervenção, é o de um ex-presidente do ROESSLER (Dirigente nº 16). Ele tem trinta e seis anos e ingressou em tal associação em finais dos anos oitenta. Trata-se de alguém proveniente de uma família com boas condições sociais e com forte orientação e participação em organizações religiosas, que se combina com um itinerário de participação no escotismo desde a infância até o ingresso no ambientalismo. Ele nasceu em Novo Hamburgo e é descendente de imigrantes alemães. Seus pais têm escolaridade ao nível do segundo grau: o pai trabalhava em agência de publicidade e a mãe era professora de música numa escola estadual. Eles tinham um vínculo forte com a religião protestante desde o tempo dos avós, principalmente por parte de pai. Desde que seus pais casaram que estabeleceram uma amizade muito forte com o pastor. Seu pai participava de grupos da Igreja e a mãe tocava piano na igreja e ministrava aulas de música.

Seu engajamento no ambientalismo foi, por um lado, precedido por um longo processo de militância e liderança no escotismo e, por outro, esteve

vinculado a uma série de "rupturas" e "redefinições" em termos escolares, profissionais e pessoais. Acontece que sua formação escolar transcorreu em grande parte em escolas da instituição evangélica, onde fez todo o seu primeiro grau. Já no segundo grau sua intenção era cursar desenho de Arquitetura na fundação evangélica que condizia com seus planos de fazer Arquitetura na Universidade, mas devido a dificuldades financeiras encontrada pelos pais ele se transferiu para o colégio Liberato. Inicialmente, sua escolha em termos de curso universitário foi motivada pela tentativa de "fuga do quartel", passando em engenharia mecânica, mas acabou servindo o quartel mesmo assim. Quando saiu desse entrou numa profunda "crise" em matéria de escolha universitária e da respectiva atuação profissional. Desistiu de tal curso e do emprego que tinha como estagiário de engenharia e acabou "migrando" para Biologia. Foi nesse momento que ele começou a participar do ROESSLER. Anterior a isso nunca tinha participado de organizações estudantis ou partidárias, mas "vinha de uma participação bastante intensa no movimento dos escoteiros", desde os 10 anos de idade, seguindo todas as etapas possíveis desde "lobinho", que é a primeira, até "pioneiro", que é uma das últimas ocorrendo entre os 18 e 24 anos. Por isso, a experiência no escotismo é definida por ele como a "experiência mais importante" de sua vida. Foi através de uma atividade conjunta do "movimento dos escoteiros" com o ROESSLER que começou a participar da associação: uma caminhada de Novo Hamburgo a Dois Irmãos, passando por locais "naturais" e "históricos" da região e que contou com a participação de "umas 200 pessoas":

A partir dali comecei a participar devagarzinho do movimento, acabei me desligando devagarzinho do escotismo e migrando para a militância ecológica que é onde eu vi mais chance de realização pessoal até assim, do que eu tava mais a fim de fazer na época. [...] Minha história é basicamente essa: troquei o escotismo pela militância ecológica (sorrindo) (Entrevista).

Ao mesmo tempo, essa "migração" do escotismo para o ambientalismo, entre os 20 e os 22 anos de idade, envolveu um processo de redefinição profissional que implicou a troca do curso de engenharia mecânica

pelo de biologia e não se fez sem "algumas peças importantes": uma colega de escotismo, que hoje mora na Alemanha, participava dos dois e foi quem colocou em contato os dois grupos; e o dirigente do seu grupo de escoteiros que era, ao mesmo tempo, seu "chefe, amigo pessoal e professor de biologia": "Então ele foi me mostrando assim o que era ser biólogo e tal e até me convidando para o curso [...] me fez sentir capaz para ser biólogo [...] Não fiquei isolado em quase nenhum momento. De certa maneira é importante, tu entra num grupo já com uma certa familiaridade, conhecendo uma ou outra pessoa já é uma coisa mais tranqüila (Entrevista)". Em decorrência disso, teve que parar de trabalhar na área que trabalhava que era mecânica, pelo fato do curso de biologia ser diurno. Foi nesse período que chegou a trabalhar como "secretário remunerado do movimento", quase dois anos, "segurando nessa fase de migração do curso até conseguir uma bolsa". A partir daí "nunca mais me desliguei", apesar de ter época de militância "bem pequena", geralmente no final do curso de biologia (1989-1995), "época de se formar e que coincidiu com o período de latência do Movimento". Por outro lado, concomitante a sua militância no ROESSLER, durante o curso de biologia, fez estágio não remunerado no setor de botânica da UNISINOS, "mas em seguida logo começou a aparecer bolsa" o que lhe permitiu fazer "quase todo o curso com bolsa". Uma das bolsas que teve foi no Instituto Herbário onde trabalha atualmente como biólogo que, segundo ele, tem um dos maiores acervos de espécies vegetais do Brasil: "um dos professores me trouxe pra cá, ele trabalhava aqui também, para fazer um trabalho aqui. Fui ficando e tal". Antes de ir para o herbário fez estágio na prefeitura de Dois Irmãos, quando não dava mais para ter bolsa em função da proximidade da formatura: lá trabalhou muito com a questão do lixo: passou dando palestras em todas as turmas de todas as escolas do município, desde o jardim até 2º grau.

Desse itinerário de militante ambientalista resulta uma concepção da defesa ambiental como uma problemática "ética e filosófica" que depende acima de tudo de uma profunda mudança de consciência e conversão espiritual. Nesse sentido, ele apresenta como uma das principais atribuições da "militância ecológica" a redescoberta e o desenvolvimento do que chama de

“consciência ecológica”. Deste modo, ele divide a “militância ecológica” em três blocos de atuação. O primeiro, consiste numa constante “vigilância das questões ambientais” no “contexto em que o militante está inserido”, quais sejam, seu bairro, município, Estado, etc., e que dizem respeito principalmente à “poluição industrial e às políticas públicas”. O segundo atribui ao “movimento ecológico” o papel de “facilitar a implementação de projetos comunitários [...] de servir como uma alavanca assim precursora dessas idéias que surgem sem fins lucrativos, mas com o fim de melhorar a qualidade ambiental”. Todavia, é no que diz respeito ao desafio de conseguir “desenvolver nas pessoas” a “consciência ecológica” que ele identifica as maiores dificuldades e desafios atuais.

Bom! Deixa eu começar mais ou menos colocando o que eu entendo por movimento ecológico, assim quais as funções que o movimento ecológico se propõe. Eu imagino assim que o movimento ecológico ele tenha... Daria prá dividir, vamos dizer assim, a militância ecológica em três blocos de atuação [...] Mas tem um outro aspecto que é a questão que é um termo que já está bastante desgastado que é a consciência ecológica. Essa já é uma coisa bastante mais difícil de se conseguir desenvolver nas pessoas, mas que também é uma atribuição do movimento ecológico. E prá isso então tu tem que montar uma série de atividades de convívio de grupo, e do grupo com a natureza, buscando esse resgate do homem com a natureza que já está meio perdido. Tentar refletir essa tal de consciência ecológica, quer dizer, é redescobrir o simples, a vida simples, valorizar as coisas que realmente tem valor prá nós, que são basicamente os recursos naturais que sem eles a gente não é nada (Entrevista).

O desenvolvimento de tal “consciência ecológica” nesse caso envolve uma profunda e radical recusa do “consumismo em toda a sua amplitude” e a “retomada da vida simples”, “fazer as pessoas se darem conta de que elas não precisam desse monte de conforto [...], desse monte de coisas que elas estão carregando nas costas e que acaba sendo um fardo mesmo [...] Se levasse uma vida mais simples, de repente poderia curtir muito mais a vida”. Para ele tal recusa constitui uma “questão puramente filosófica” na medida em que requer uma “mudança na conduta das pessoas” e pode ser vista como a atribuição prioritária do “movimento ecológico”, ao invés dele ficar procurando resolver certas “questões práticas e pontuais”. Diante de tal desafio tem uma

visão negativa da situação atual do “movimento ecológico”, no sentido de que as reivindicações são difíceis de conquistar e de manter, não se conseguindo atingir justamente o nível das “condutas das pessoas”, e mais precisamente os “valores filosóficos e éticos”, concluindo: “Eu realmente eu acho que... (respira fundo). Eu não sei assim se o militante ecológico vai conseguir salvar o mundo”.

Uma versão mais recente da articulação da defesa ambiental com o trabalho voluntário em organizações ambientalistas é representada pela atual coordenadora do GREENPEACE (Dirigente nº 32). Ela tem trinta anos, é formada em ciências contábeis e participa da “entidade” desde o ano de 2000. Trata-se de um caso em que o ingresso no ambientalismo ocorreu mediante a ausência de participação política no meio familiar e a inexistência de inserção anterior no movimento estudantil e em organizações partidárias, religiosas ou outras quaisquer. Foi num momento de ruptura e de redefinições na esfera familiar e nos laços de amizade que se gerou uma situação de maior disponibilidade de tempo, conduzindo à reativação da “preocupação com o meio ambiente” que já havia se manifestado desde a infância e do “sonho” de “fazer um trabalho voluntário com animais e com meio ambiente”. É interessante observar que, na ausência de engajamentos políticos do grupo familiar, bem como de inserções anteriores em redes de organizações e “movimentos sociais”, é o próprio distanciamento gerado entre as esferas familiar, profissional e das amizades que possibilita o reforço de sua disposição para o engajamento. Tal caso evidencia também a importância da participação continuada em mobilizações e organizações ambientalistas para a redefinição de suas pretensões em termos de atuação profissional, no sentido de buscar uma forma de articulação entre a formação universitária e o engajamento político.

Suas preocupações com a defesa do meio ambiente estão associadas basicamente à convivência num ambiente familiar de “amor aos animais”. Seu pai era bastante sensível aos animais e costumava levar para casa qualquer animal que encontrava na rua, além de viver assistindo a programas sobre animais na TV, e como ela “ficava sempre grudada com ele”

também os assistia. Ocorre que ela é filha única, nasceu em Santana do Livramento e morou lá até o ano de 1991, quando estava com dezessete anos, mudando-se com toda a família para a cidade de Viamão, onde residiu até o ano de 2000. Segundo ela própria, seus pais eram “gente normal de cidade” e nunca tiveram nenhum tipo de engajamento, acrescentando ainda que seu pai era “ateu” e a mãe dona-de-casa. Seus avós por parte de pai eram descendentes de imigrantes alemães e eram de Passo Fundo, enquanto que por parte de mãe eram de Alegrete e brasileiros. Trata-se de uma família com uma trajetória de ascensão social e que segundo ela própria “se desse para classificar seria de classe média alta”. Como sinal da ascensão social do grupo familiar destaca que eles tinham inicialmente uma casa, mas depois construíram uma outra enorme na frente, além de adquirirem apartamentos e uma frota de caminhão. Tal ascensão foi possível graças ao empreendimento conjunto da família de seu pai que prestava serviços para a Prefeitura de Santana do Livramento trabalhando com calçamento de vias públicas. Em decorrência desse empreendimento familiar seus avós por parte de pai e uma tia casada com os filhos sempre residiram junto com seus pais e constituíam o que ela chama de “minha família”. Um exemplo disso, é que a mudança de toda a família para Porto Alegre ocorreu para possibilitar que ela e sua prima ingressassem na universidade. Do mesmo modo, quando ocorreu a separação dos pais foi toda essa família que ela diz ter perdido.

Por isso, muito mais do que a inserção anterior em organizações estudantis, religiosas ou partidárias, seu ingresso no GREENPEACE esteve estreitamente ligado às mudanças ocorridas em sua família. Ocorre que durante sua formação escolar não apresenta um itinerário vinculado à participação em grêmios estudantis, centros acadêmicos ou organizações religiosas e partidárias. Novamente, é a esfera familiar que se destaca como uma forte influência no desenvolvimento de seus estudos. Seus pais não chegaram a concluir o primeiro grau, mas sempre a incentivaram e pressionaram para que ela estudasse o que segundo ela “nem precisava muito”, pois sempre gostou de estudar. Sua formação primária e secundária foi sempre em colégios de orientação religiosa: do jardim de infância até a oitava

série estudou num colégio católico “de madres” e no segundo grau foi para um colégio anglicano onde fez o curso de contabilidade ao invés de magistério que era a opção que o outro colégio oferecia, mas ela não queria “ser professora”. Ingressou no curso de ciências contábeis na FAPA em 1993, quando estava com dezenove anos e o concluiu em julho de 1999 aos vinte e cinco anos, caracterizando esse período como uma “vidinha sem graça”, pois se reduzia ao “trabalho, faculdade, casa”. Ocorre que nesse período sua família começava a descender socialmente em função do plano Collor que foi quando “perderam tudo”. Assim, antes mesmo de se mudar para Viamão, trabalhou durante uns quatro meses numa cafeteria em Livramento e em Porto Alegre começou a trabalhar num escritório de contabilidade no mesmo momento que fazia cursinho. Três meses após foi chamada por intermédio de um amigo de seu pai para trabalhar no seu atual emprego que é o Banco Bradesco. Por isso, enquanto estava na faculdade nunca participou do DCE, segundo ela própria era apenas “simpatizante” no sentido de que conversava com o pessoal para “ficar por dentro do que estava rolando” e tinha “uma amizade com eles”, mas isso não foi o bastante para “formar uma chapa” ou se inserir em grupos vinculados à política estudantil, como ela mesma relata “não era aquela coisa assim fora dali do DCE, tu sair com a pessoa, conversar”. Chega mesmo a destacar que durante a faculdade “não sobrava tempo” nem mesmo para “danceteria” nos finais de semana, tendo às vezes que ficar estudando nos sábados das “sete da manhã até as sete da noite”.

É em decorrência desse trajeto de fraca participação em organizações e “movimentos sociais” durante a formação escolar e universitária que a separação de seus pais se apresenta como um dos acontecimentos desencadeadores da ativação de suas preocupações com a defesa do meio ambiente e de sua decisão de participar do GREENPEACE. Deste modo, o relato do momento em que se associa à referida organização é revelador do quanto o engajamento resultou de rupturas em sua esfera familiar e das conseqüências que isso acarretou em termos de laços afetivos e de amizades, uma vez que ela e sua mãe se mudaram de Viamão para Alvorada.

Senti muito triste porque tinha muitos amigos, todos assim do bairro e aí fui embora. Não fiquei com o contato de ninguém, cada um foi pra um lado, eu estava sozinha. A minha família... Eu morava com uma família bem grande que era avó, primo, prima, mãe, aí todos voltaram pra Livramento que eu sou de lá, e aí ficou só eu e minha mãe. Então quer dizer, perdi os amigos, perdi a família e perdi a faculdade também, né, que me ocupava [fala rápido; não menciona o pai]. E aí foi nesse momento que chegou o GREENPEACE na minha vida, que logo que eu estava nessa casa nova recebi uma correspondência do GREENPEACE, dando boas vindas de sócio, não sei o quê. Ah! Eu fiquei maravilhada (Entrevista).

Tal ruptura coincidiu também com um momento de relativa disponibilidade de tempo, pois trabalhava seis horas no banco e com o término da faculdade lhe “sobrava muito tempo livre”, lembrando que a mesma ocupava um lugar destacado na distribuição de suas atividades: “meu Deus! E agora o que vou fazer? Não tenho mais lugar para ir, não tenho mais faculdade”. Foi também nesse período que entrou em “crise” com a sua atuação na área de ciências contábeis. Ocorre que enquanto fez tal curso adorava estudar, fechar balanço, de modo que logo que se formou colocou uma empresa de contabilidade com uma colega à qual não deu certo. Nesse momento começou a se dar conta que não era bem isso o que queria fazer: “Eu não quero trabalhar a vida inteira fazendo isso [...] não quero ter um escritório de contabilidade e ficar fechando balanço e estar correndo atrás de empresas que queiram ser meus clientes, daí o que eu vou fazer?”. É também através da participação no GREENPEACE que se redefine a articulação entre as esferas do trabalho e da profissão, do divertimento e dos laços de amizade, conduzindo à compreensão da participação como uma atividade lúdica e de lazer.

Achei que o trabalho voluntário dá uma vida assim, sabe? Dá a luz, aquela coisa boa que tem. Até porque assim: tu trabalha num banco que é um trabalho estressante e tal, mas, às vezes, saio direto do banco para ir a uma reunião do GREENPEACE. É normal eu fazer isso. Por mais trabalho que tenha o GREENPEACE parece que desestressa [...] O trabalho voluntário em qualquer causa que seja, se for voluntário dá um ânimo a mais para vida da gente.

E, por outro lado, como algo que possibilita o verdadeiro encontro entre ocupação e profissão. Deste modo, mesmo salientando que seu curso e

atividade ocupacional “não têm nada a ver” com a defesa ambiental, pois “a maioria das pessoas são biólogos, geógrafos, direito ambiental e ninguém faz contábeis ou trabalha em banco”, está vendo a possibilidade de unir sua formação e exercício profissional com seu engajamento, ou em suas próprias palavras: “juntar o útil ao agradável”. Nesse sentido, relata que estava quase “fechando uma pós-graduação com a UNILASSALE em ‘Gerenciamento Ambiental nas Organizações’ mas o curso não saiu”. Tal curso estaria voltado para a “adequação das empresas a ISO14001, a essa parte assim dos problemas ambientais que as empresas causam”. É dessa forma que pretende “juntar as duas coisas” com a “intenção” de “poder trabalhar nessa área” e “sair do banco”. Quanto a sua atividade ocupacional de bancária conclui: “Ele proporcionou fazer a faculdade, comprar minha casa, meu carro [...] tudo o banco me deu”. Trata-se agora de “poder romper o vínculo”.

Desse itinerário de militante em que o ingresso na associação não acontece com base na articulação da formação escolar com o engajamento através da inserção anterior em redes de organizações e de movimentos, resulta uma concepção da defesa ambiental em que o trabalho da associação tem uma forte predominância sobre os demais. Nesse sentido, ela define as ONG's como uma “voz de denúncia”, no sentido de que seu trabalho consiste em identificar as agressões, “fazer a opinião pública se voltar para aquela questão” e “tentar batalhar para as coisas mudarem”. É nesse sentido que define a atuação do GREENPEACE: uma “entidade de denúncia”, “testemunha presente para denunciar, para dizer: ‘mundo olha o que estão fazendo aqui’”. Sua avaliação da situação atual das ONG's é positiva, pois vê que estas vão “galgando posições” de tempos em tempos em cada questão que é escolhida. Como exemplo de vitórias alcançadas, cita a mobilização feita à empresa Knor na questão dos “transgênicos”, de modo que esta saiu da “lista vermelha” e “cedeu à lista verde” em decorrência dos “abaixo-assinados”, dos telefonemas das pessoas para o “zero-oitocentos” e pelo envio de e-mails através do *site* do GREENPEACE. Considera que o trabalho das “ONG's” é imenso, pois “tem muita coisa errada”, de modo que é necessário escolher um “foco de trabalho” para se conseguir algum resultado concreto, ao invés de “abrir demais e fazer

tudo ao mesmo tempo”, o que acabaria por enfraquecer a luta. Esse tipo de intervenção exige também que a “entidade” mantenha uma clara “autonomia” e “independência” em relação aos “governos, partidos políticos, empresas”, pois quando se estabelecem “parcerias” com eles, as organizações não podem exercer sua “voz de denúncia” e “fazer pressão” contra as agressões ao meio ambiente que eles cometem. Deste modo, salienta que o GREENPEACE aceita doações apenas de pessoas físicas e não se associa nem recebe dinheiro de nenhum tipo de governo, partidos políticos e empresas. Já entre as organizações considera fundamental o estabelecimento de “parcerias” e de “uniões” para o “movimento ficar mais forte”, embora observe que isso não ocorre com muita frequência, pois estas ficam “brigando muito entre si”, ao invés de intervir de forma unificada. Nesse sentido, lamenta a existência de certo “preconceito de outras ONG’s” em relação ao GREENPEACE do tipo “Ah! Com eles eu não trabalho”, “O GREENPEACE trabalha sozinho”, etc. Em contraponto a isso, ela salienta as “várias uniões” que eles estão desenvolvendo: na campanha “Brasil Livre de Transgênicos”, na “Coalizão Carvão Não” com os “Amigos da Terra”, a realização de atividades educativas em parceria com o Núcleo de Apoio à Infância e à Adolescência (NAIA) no “forumzinho” durante o Fórum Social Mundial, entre outras.

A utilização da formação escolar e universitária como instrumento de politização e de intervenção em diferentes esferas de atividade constitui um dos ingredientes principais da participação na defesa ambiental nas diferentes gerações consideradas. É nesse sentido que se pode caracterizar a participação na defesa ambiental como uma “área de atuação profissional”. Portanto, essa forma de atuação profissional não constitui uma característica peculiar aos dirigentes dos anos oitenta e noventa. Cabe lembrar que o primeiro presidente da AGAPAN é um dos casos que melhor exemplifica a reconversão da atividade profissional para atuação nas mais diferentes esferas sociais através do engajamento na defesa de causas ambientais. Todavia, os dirigentes que ingressaram durante os anos oitenta e noventa representam um padrão de engajamento relativamente diferenciado daquele encontrado entre os “pioneiros”. Em linhas gerais eles têm origens sociais bem mais baixas que

os anteriores e se caracterizam pela acentuada participação política em organizações estudantis e partidárias durante a formação escolar e universitária, sendo que na maioria das vezes tais engajamentos são bem anteriores à participação nas mobilizações e organizações ambientalistas. Enquanto que no caso dos “fundadores” se trata de um padrão de engajamento e concepções de participação política que tem na bagagem cultural e política e nas relações estabelecidas a partir da esfera familiar a sua base principal, nas gerações posteriores tal participação ocorre, basicamente, através da inserção dos dirigentes em redes de organizações vinculadas de forma predominante ao Movimento Estudantil e ao Partido dos Trabalhadores. Dessa forma, a comparação entre as principais gerações de dirigentes ambientalistas evidencia que, em meio à permanência das concepções de sociedade e de política que respaldam a articulação da formação escolar com a participação política, a partir dos anos oitenta ocorreu uma alteração das condições e dos processos sociais que conduzem os dirigentes à atuação profissional na defesa de causas ambientais.

As modalidades de carreiras de dirigente ambientalista nos anos oitenta e noventa, em comparação com as dos “pioneiros”, exemplificam uma significativa modificação dos espaços de socialização e de constituição das disposições que conduzem ao ativismo na proteção ambiental, bem como dos recursos militantes utilizados em tal tipo de engajamento. Quanto mais se avança no tempo, menor é a influência da socialização política no grupo familiar para a constituição das disposições vinculadas à participação na defesa de causas ambientais. Cada vez mais, é através da socialização em organizações estudantis e partidárias durante o processo de formação secundária e universitária que são constituídas ou reativadas as disposições militantistas que conduzem os dirigentes a conceber a participação em mobilizações e organizações ambientalistas como uma forma de articulação da formação escolar e universitária com o engajamento político em diferentes esferas de atividade. Todavia, os padrões de intersecção das disposições surgidas no meio familiar com aquelas resultantes de sua inserção em redes de organizações e “movimentos sociais” são muito diferenciadas entre tais

dirigentes.

A inserção anterior dos militantes ambientalistas em diversos tipos de organizações e “movimentos sociais” resultou na ampliação do potencial de retribuição do ambientalismo, na medida em que deu origem a novas possibilidades de atuação profissional em diversas esferas de atividade através da defesa ambiental. Dessa forma, a intervenção na proteção do meio ambiente passa a ser associada à ocupação de postos na política partidária, em agências governamentais, em empresas de assessoria e consultoria, em organizações e grupos profissionais, em associações e organizações não-governamentais, etc. Acontece que as bases que sustentam e dão acesso ao exercício profissional nessas diversas esferas de atividade se encontram diretamente ligadas à vinculação simultânea dos dirigentes a diferentes redes de organizações e de “movimentos sociais” e provocaram uma maior diferenciação e segmentação das formas de intervenção na defesa de causas ambientais a partir dos anos oitenta. Uma vez que as disposições e os recursos militantes mobilizados para a atuação profissional nesses diferentes setores de atividade estão calcados no acúmulo de posições em múltiplas redes de organizações e “movimentos sociais”, os objetivos e referenciais ideológicos que sustentam as respectivas intervenções dos dirigentes se mostram muito circunstanciais e contextuais, pois estão sempre referidos às suas inserções em diversas redes de interação. É no sentido de que houve uma significativa ampliação dos espaços de atuação profissional em matéria de defesa do meio ambiente, concomitante a uma maior diferenciação e divisão dos referenciais ideológicos, dos tipos de intervenção e das respectivas redes que os sustentam, que se pode falar dos anos oitenta como um período que se caracterizou pela proliferação de participações setoriais na proteção ambiental.

4.3 – ATUAÇÃO PROFISSIONAL, RETRIBUIÇÕES DO MILITANTISMO E PROFISSIONALIZAÇÃO DA DEFESA AMBIENTAL

Os estudos sobre a participação política geralmente partem de um objeto pré-construído, como se as concepções, as práticas e os modelos de legitimidade vinculados à mesma fossem sempre constantes, independentes da situação histórica e do contexto político em que se inserem (MEMMI, 1985). A análise das principais modalidades de participação na defesa de causas ambientais, traz à tona um conjunto bastante diversificado de definições sobre o que "participar" quer dizer para os interessados, bem como sobre as motivações individuais que os conduzem a tal tipo de engajamento. Mesmo que se observe certa continuidade de uma mesma "cultura política" militantista nas diferentes gerações de dirigentes consideradas, as modalidades de engajamento existentes são bastante diferenciadas, de modo que não se trata de um modelo geral de participação e, sim, de uma diversidade muito grande em termos das definições, das práticas e dos grupos sociais vinculados a tais mobilizações.

As análises empíricas sobre 'a' participação consideram em efeito seu objeto como unívoco (todos os comportamentos tem fundamentalmente a mesma significação, se interpretam com a mesma palavra), como unidimensional (todos os comportamentos são variantes de um mesmo modelo) e normativa (não são tomados em conta senão os comportamentos que correspondem a certas regras). Pode parecer mais frutuoso ao contrário de se voltar sistematicamente sobre 'as' participações, isto é, as concepções divergentes, as práticas distintas e os modelos de legitimidade diferentes do engajamento político (MEMMI, 1985, p. 348).

Os mecanismos e processos de diferenciação da participação na defesa do meio ambiente trazem à tona as variantes individuais da "paixão pela natureza", salientada inicialmente pelos dirigentes ambientalistas. Ainda que sejam muito heterogêneas as origens sociais do conjunto dos dirigentes, a diferenciação das principais gerações de ambientalistas a partir dos anos setenta possibilita discernir distintos padrões de combinação de socialização política no universo familiar com engajamentos e militâncias diversas

(estudantil, partidária, sindical, religiosa) e os respectivos itinerários profissionais e militantes dos dirigentes. Quando se comparam as condições e os processos de engajamento dos dirigentes dos anos setenta com os dos anos oitenta e noventa, observa-se que no início se tratava de uma situação em que predominava uma concepção da participação na defesa do meio ambiente como uma prática “voluntária” que exigia certa disponibilidade em termos sociais e ocupacionais e que estava a serviço da aquisição de uma notabilidade profissional. Nesses casos a adesão ao ambientalismo constituía uma forma de retomada e de reorientação do exercício profissional. Todavia, a partir dos anos oitenta, o que predomina são as vinculações mais estreitas da participação no ambientalismo com outros tipos de militâncias e com a formação e o exercício profissional, levadas a cabo por dirigentes com origens sociais mais baixas, cuja formação escolar e universitária desde o início se caracterizou por uma forte imbricação e utilização instrumental em diversos tipos de militantismo. Nesses casos, a participação nas mobilizações e associações ambientalistas é concomitante à entrada na universidade, no mercado de trabalho e no exercício profissional e resulta de um recrutamento muito mais heterogêneo e estreitamente ligado a múltiplas redes de organizações e de “movimentos sociais”.

Em meio à continuidade de uma concepção militantista da formação e do exercício profissional, pode-se dizer que as condições e as lógicas sociais que conduzem à participação na defesa do meio ambiente têm passado por significativas modificações entre o início dos anos setenta e dos anos dois mil, resultando nos mais diferentes tipos de atuações profissionais na “área do meio ambiente”. Mesmo que em todos os casos analisados a atuação profissional na defesa do meio ambiente constitua uma forma de utilização instrumental da formação escolar e universitária para a politização de diferentes esferas de atividade, os dirigentes ambientalistas apresentam modalidades muito diferentes de engajamento. Dito de outro modo, as bases e as formas que respaldam tais modalidades de atuação tem se modificado consideravelmente nos últimos anos.

Sem dúvida, as transformações ocorridas nesse tipo de

engajamento resultaram de mudanças no contexto político, principalmente quando se considera que passamos de um “regime ditatorial” para outro em que formalmente houve uma maior ampliação dos espaços de participação política. Isso ocasionou uma alteração significativa na composição social dos atores que ingressaram nesse tipo de militância. Enquanto que na década de setenta o pertencimento a famílias dotadas de uma elevada bagagem política e cultural se apresenta como um dos principais determinantes do ingresso na defesa do meio ambiente, a partir dos anos oitenta isso parece ter se modificado consideravelmente. Sem que o peso da bagagem e das relações vinculadas à família de origem tenha desaparecido, nos anos oitenta e noventa é a inserção anterior ou simultânea dos dirigentes em diversas redes de organizações e “movimentos sociais” que se mostra como um dos aspectos principais do engajamento e do desenvolvimento da participação na defesa de causas ambientais. A essa mudança de contexto político e das respectivas condições sociais de acesso e de permanência no ambientalismo, corresponde uma grande multiplicação dos tipos de organizações e lideranças ambientalistas, bem como de suas vinculações com partidos políticos, organizações e “movimentos sociais”. Em decorrência disso, começam a surgir e se expor um conjunto de divisões entre os dirigentes das principais associações, de rupturas e de criação de novas organizações ambientalistas. Desse modo, passamos de uma situação em que a participação se mostrava muito mais homogênea e unificada para outra em que as divisões e rupturas são cada vez maiores (Capítulo II).

A principal característica observada pelo confronto entre as modalidades de carreiras de dirigentes ambientalistas nessas diferentes gerações é a intensificação da articulação do ambientalismo com a formação universitária e profissional em diversas esferas de atuação. Acontece que a valorização de títulos e competências escolares como forma de entrada e de atuação na defesa ambiental está quase sempre associada à vinculação com as redes familiares, de amizade e de militância dentro das quais os militantes estão inseridos. Todavia, uma das modificações ocorridas entre a geração dos anos setenta e as que ingressaram no ambientalismo a partir dos anos oitenta

é que a bagagem política e cultural e as redes de relações vinculadas à família de origem já não se apresentam como os fatores decisivos para o ingresso e o sucesso na proteção ambiental. A inserção anterior e o acúmulo de posições em múltiplas redes de organizações e de “movimentos sociais” constituem um dos aspectos decisivos para o ingresso e a permanência no ambientalismo durante os anos oitenta, modificando-se apenas os tipos de organizações e “movimentos”, os graus de inserção dos dirigentes ambientalistas, bem como as fases de seus itinerários escolares e profissionais em que tal vinculação acontece. A participação simultânea em diferentes organizações sociais adquire uma importância destacada para a compreensão das dinâmicas de reconversão profissional e de atuação dos dirigentes ambientalistas em diversas esferas de atividade nas gerações posteriores aos anos setenta.

Tal forma de configuração da participação na defesa de causas ambientais em tal situação traz à tona tipos muito específicos de retribuições que o engajamento nesse tipo de causa pode oferecer aos respectivos dirigentes. Na medida em que, por um lado, a adesão ao ambientalismo pode estar associada à atuação profissional nas mais diversas esferas sociais e, por outro, que o engajamento nas mobilizações ou em organizações ambientalistas sempre está articulada à participação simultânea em partidos políticos, universidades, agências governamentais, grupos profissionais, etc., as possibilidades de retribuição oferecidas por tal engajamento também são as mais diversificadas possíveis e não se limitam à ocupação de postos em organizações especificamente voltadas para a defesa desse tipo de causa. Pelo contrário, um dos resultados principais disso é que a participação nas mobilizações e organizações ambientalistas resulta sempre na possibilidade de alcançar postos e cargos nas mais diferentes esferas de atividade.

Levando adiante a proposta de Sainteny (2000) de que se pode descrever a estrutura e a evolução de um movimento a partir das retribuições que ele oferece aos seus membros, encontramos algumas conclusões relativamente diferenciadas das que o autor propõe quando examinamos a situação em pauta. Enquanto que na França é somente com a ascensão do ambientalismo ao poder do Estado que se constitui uma oferta maior de cargos

aos militantes e dirigentes, observa-se que no caso do Brasil as retribuições ou os postos alcançados através da militância na defesa de causas ambientais podem ser obtidos pela reconversão da formação e do exercício profissional nas mais diferentes esferas sociais: em partidos políticos, na universidade, em agências governamentais, em empresas de consultoria, em organizações ambientalistas, etc. Em decorrência disso, no caso dos ambientalistas brasileiros o capital coletivo das organizações que atuam na defesa do meio ambiente é bastante frágil, não pela escassez dos postos oferecidos aos que militam nesse tipo de causa, e sim porque que há amplas possibilidades de articulação da formação profissional com a militância política em diversas esferas de atividade, segundo as respectivas redes de inserção dos militantes. Resta explorar as conseqüências desse tipo e modo de retribuição para a compreensão da estrutura e do modo de evolução do movimento ambientalista.

A principal conseqüência disso, é que as polarizações encontradas entre os atores vinculados à defesa ambiental, com base na análise das modalidades de carreiras de dirigentes ambientalistas, não parecem resultar na separação entre “técnicos” e “políticos”: entre os que vêm no ambientalismo a possibilidade de maximizar a “expertise técnica” adquirida seja pela sua formação escolar e exercício profissional ou pela atividade militante em associações de proteção ambiental; e aqueles que perseguem objetivos e postos mais “estritamente políticos” com base na mobilização dos “recursos militantes” adquiridos em outras “organizações políticas ou movimentos sociais” (SAINTENY, 1999, 2000). Em primeiro lugar, porque se trata de um conjunto de atores que vêm na “ecologia” uma possibilidade de atuação simultaneamente militante e profissional, dado que se tratam de concepções e práticas profissionais que se definem justamente pela utilização instrumental da formação escolar para a politização de esferas de atividade muito diversificadas. Por isso, o ingresso e a participação em organizações ambientalistas constitui quase sempre uma maneira de articular a formação escolar e universitária com a esfera política, sendo que na maioria dos casos tal associação teve início em seus engajamentos anteriores e constitui uma espécie de desdobramento desses. Assim, o ambientalista é sempre aquele

que articula o exercício profissional com a intervenção política em diferentes esferas sociais, de modo que os postos alcançados se colocam sempre sob o duplo registro da “formação técnica” e da “intervenção política”. Em segundo lugar, porque os tipos de socialização, de recursos e de itinerários que os conduzem à defesa do meio ambiente são, em todos os casos, resultado de uma mescla de inserção anterior em organizações estudantis e políticas às mais diversas, sendo raros os casos nos quais tais participações não ocorrem. Em terceiro lugar, porque os dirigentes de organizações ambientalistas acumulam posições simultaneamente em múltiplas redes de organizações e “movimentos sociais” e, mais especificamente, nos diferentes grupos e facções que fazem parte das mesmas. Em decorrência disso, as polarizações são muito circunstanciais e dependentes dos tipos de vinculações que possibilitam sua atuação profissional em partidos políticos, agências governamentais, empresas de consultoria, universidades, agrupamentos profissionais, etc.

Nesse sentido, muito mais do que uma acirrada polarização entre “técnicos” e “políticos”, a participação na defesa do meio ambiente a partir dos anos oitenta tem se caracterizado pela grande proliferação de participações setoriais, no sentido de que houve certa segmentação quanto às esferas de utilização da formação escolar como instrumento de politização através da defesa do meio ambiente. Mesmo que uma das características principais do conjunto considerado seja a atuação simultânea em diversos tipos de organizações e esferas sociais, pode-se dizer que circunstancialmente tem ocorrido certo direcionamento de sua participação para diferentes setores sociais: partidos políticos, agrupamentos profissionais, consultoria, associações, etc. No entanto, isso não provocou uma ruptura de suas vinculações anteriores ou atuais com os mais diferentes tipos de organizações e “movimentos sociais”. Na medida em que se trata de atores que se caracterizam pela múltipla inserção e pelo acúmulo de posições simultaneamente em diversos tipos de organizações sociais, circunstancialmente novos postos podem ser ocupados nas mais diferentes esferas com base em outras redes de relações às quais tais dirigentes se encontram vinculados.

Essa análise do engajamento diferenciado na defesa de causas ambientais, possibilita levantar também algumas questões pertinentes para a investigação do processo de institucionalização e profissionalização da militância ambientalista. No caso do Rio Grande do Sul, deve-se primeiramente considerar que os principais dirigentes que iniciaram a luta ambiental dispunham de condições financeiras suficientes para atuarem de forma “voluntária” e sem necessidade de regularizar procedimentos financeiros de manutenção de recursos materiais e humanos para o funcionamento das associações que eram presidentes ou diretores. Seu engajamento estava sempre respaldado em recursos familiares, políticos e profissionais que permitiam um empreendimento de forma “voluntária” e “benévola”. Com base nisso, construíram uma agenda de lutas bastante diversificada que exigia uma atuação muito intensa, posto que podiam participar nos mais diferentes níveis exigidos no momento, tanto em termos do conjunto de instituições locais, estaduais e nacionais que passaram a incorporar a temática ambiental quanto em termos de sua articulação com o movimento ambientalista internacional. Nesta situação, a busca de apoio financeiro para o funcionamento das entidades era praticamente desnecessária, dada essa grande disponibilidade em termos das condições econômicas dos dirigentes para levar adiante as lutas ambientalistas. É somente quando ocorre uma significativa expansão do movimento e a entrada de atores que não dispunham das mesmas condições financeiras e que se viam diante da necessidade de optar entre a militância no ambientalismo e suas ocupações salariais que um certo discurso sobre a “profissionalização” da defesa ambiental parece ter respaldo entre os militantes. Todavia, pela diversidade das condições e das lógicas sociais que conduzem os dirigentes ao ambientalismo e dos objetivos perseguidos coletiva e individualmente com tais mobilizações, a “profissionalização”, do mesmo modo que a criação de instâncias de articulação e de representação entre o número cada vez maior de organizações, foi sempre adiada e se tornou muito difícil de ser operacionalizada (Capítulo II).

Além desses aspectos, pode-se dizer que o acesso dos dirigentes aos espaços formais de intervenção e os tipos e graus de profissionalização da

militância, no caso do Rio Grande do Sul, estão estreitamente ligados aos significados e às lógicas sociais da utilização da formação escolar e universitária através do engajamento na defesa de causas ambientais. Acontece que em tal situação, o exercício profissional é indissociável da atuação simultânea em diversas esferas sociais, constituindo-se dessa forma como uma via de acesso às carreiras políticas ou funções de Estado. A utilização da formação universitária como instrumento de intervenção militante em diferentes tipos de atividade constitui um dos elementos principais da concepção de atuação profissional e é visto como algo plenamente legítimo. É por isso que para tais dirigentes o engajamento ambientalista constitui um aspecto quase que natural ao exercício de qualquer profissão: ou seja, é o que os coloca no nível mais elevado de realização profissional em oposição à “simples” execução de ocupações e tarefas burocráticas.

Desse modo, uma das características principais do tipo de profissionalização desse tipo de militantismo na situação em pauta, é que as mais distintas formas de intervenção e nas mais diversas esferas de atividade são sempre apresentadas como uma forma possível de exercício profissional. Mesmo aqueles dirigentes cuja atividade salarial não se encontra diretamente ligada à sua participação na defesa de causas ambientais vêm em tal engajamento uma possibilidade de conciliação da formação e do exercício profissional com suas ocupações salariais. Na medida em que a profissão consiste sempre na capacidade de associação da formação escolar e universitária com o engajamento político nas mais diferentes esferas de atividade, a participação em organizações ambientalistas se apresenta constantemente como uma espécie de extensão natural de sua formação escolar e universitária. Tanto na geração dos “fundadores” quanto na dos dirigentes que ingressam nos anos oitenta e noventa, a defesa ambiental se estabelece como uma forma de romper com o “simples” exercício de sua profissão, possibilitando a utilização da formação universitária e profissional como instrumento de politização e de acesso às mais diferentes esferas sociais.

É por isso que ao invés de se constituir simplesmente como um tipo

de intervenção técnica ou especializada, a profissionalização da militância tem uma conotação muito mais ampla, posto que se trata de um tipo de concepção segundo a qual o engajamento político constitui sempre uma forma de prolongamento ou extensão de qualquer tipo de formação e de exercício profissional. A análise das condições e dos processos de engajamento individual nas diferentes gerações consideradas demonstra que essa concepção militantista do exercício profissional, que é comum ao conjunto dos dirigentes independente do período em que eles ingressaram no ambientalismo, está associada a uma grande diversificação das modalidades de articulação da formação escolar e universitária com o engajamento e a atuação em diferentes esferas sociais. Ao invés da intensificação do uso de competências escolares e técnicas como o principal recurso militante, o que as diferentes gerações de dirigentes apontam é para uma maior imbricação da formação escolar com o engajamento político nas mais diferentes esferas sociais através da atuação na defesa ambiental.

Dessa maneira, não se deve considerar a institucionalização do ambientalismo e a profissionalização da militância ambientalista como sinônimos da imposição de um “militantismo de expertise”. O termo “profissionalização da militância” para tais dirigentes geralmente se refere à ocupação de cargos remunerados em organizações ambientalistas, e é justamente nesse sentido que tem sido objeto de críticas e de reprovação por grande parte deles, pois equivaleria a uma forma de “limitação” da atuação profissional em matéria de defesa ambiental. As demandas no sentido da contratação de funcionários para trabalharem nas associações estiveram antes respaldadas no incentivo e apoio de agências de financiamento internacionais do que no financiamento do próprio Estado ou na adoção de procedimentos organizacionais que propiciassem uma sustentação financeira para a manutenção de um quadro permanente de pessoal e para o desenvolvimento de suas atividades.

No entanto, mesmo que para as principais gerações de dirigentes a defesa do meio ambiente constitua sempre uma forma de atuação profissional, existem diferentes tipos de recursos e de itinerários que conduzem a esse tipo

de engajamento. Nos últimos anos pode-se observar certa tendência de participação setorial, pois enquanto que para os dirigentes que ingressaram nos anos setenta havia uma diversidade muito grande de esferas articuladas à sua atuação profissional, para os que ingressaram a partir dos anos oitenta certos tipos de esferas de atuação tendem a predominar em detrimento de outras. Tal mudança não implicou a ruptura com suas inserções anteriores ou simultâneas em outras organizações e “movimentos sociais”, mas apenas que elas se encontram momentaneamente articuladas com certos tipos prioritários de esferas de atuação: partidos políticos, consultoria, grupos profissionais, organizações ambientalistas, etc. É que em tal situação a institucionalização implicou não apenas uma regularização dos espaços formais de participação das organizações na produção de políticas públicas, mas principalmente no aumento das possibilidades de articulação da profissão com a política, através da ocupação de cargos em diversos tipos de comitês e conselhos de proteção ambiental.

Essa vinculação simultânea dos dirigentes a diversos tipos de organizações e de “movimentos” contribuiu para a proliferação das bandeiras de luta e, principalmente, para a fragmentação e multiplicação dos referenciais ideológicos vinculados às intervenções das organizações ambientalistas. Desse modo, os dilemas em torno da criação de instâncias formais de articulação entre as organizações ambientalistas e de sua “profissionalização” colocam em jogo aspectos relativamente opostos: de um lado, uma tendência mais geral de institucionalização da luta ambiental, no sentido da integração da contestação e das formas de representação do movimento pelos canais institucionais; do outro, a diversificação das concepções e das dinâmicas de intervenção coletiva nos processos de participação na defesa de causas ambientais com base em variadas formas de “mistura” da formação escolar e profissional dos dirigentes com engajamentos e militâncias em diversos tipos de organizações e “movimentos sociais”.

CAPÍTULO V – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LUTA AMBIENTAL E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA MILITÂNCIA

A análise das motivações que conduzem os dirigentes à proteção ambiental e a descrição das modalidades de carreiras de ambientalistas entre a década de setenta e o início dos anos dois mil, evidenciam a continuidade das concepções militantistas que resultam na compreensão da participação na defesa de causas ambientais como uma forma de atuação profissional (Capítulo III e IV). A articulação da participação em mobilizações e organizações ambientalistas com o exercício profissional em diferentes esferas de atividade, constitui um dos traços mais recorrentes do ambientalismo gaúcho no período considerado e não resulta simplesmente da institucionalização da ação associativa e de sua participação regular em instâncias formais de proteção ambiental, nem tampouco da tendência geral de profissionalização das atividades associativas e da maior utilização da formação universitária como o principal recurso para a intervenção em tais instâncias. Pelo contrário, a persistência de concepções da atividade profissional como indissociáveis da participação política, nas diferentes gerações consideradas, é um dos ingredientes principais de certas transformações ocorridas com o processo de institucionalização e de profissionalização do ambientalismo no caso analisado. Muito mais do que uma drástica modificação dos tipos de esferas articuladas à defesa ambiental e das modalidades de recursos utilizados nas intervenções associativas, as principais alterações ocorridas a partir dos anos oitenta procedem da intensificação do uso da formação profissional como instrumento de politização em diversas esferas de atividade e de suas relações com a maior diversificação das redes de recrutamento e de socialização dos dirigentes.

A intensificação e diferenciação das modalidades de atuação profissional na “área do meio ambiente”, a partir dos anos oitenta, resultaram de variações significativas nos espaços de socialização e de constituição das disposições que conduzem os dirigentes à participação nas mobilizações e organizações vinculadas à defesa ambiental (Capítulo IV). Ao invés da modificação de um tipo de militantismo “benévolo” e “voluntário” para um outro extremamente “técnico” e “profissionalizado”, o transcurso dos anos oitenta se caracterizou pela ocorrência de um maior estreitamento das relações entre as intervenções das associações e as respectivas redes de organizações e “movimentos sociais” vinculadas à atuação profissional de seus principais dirigentes. A intervenção associativa nas mais diferentes esferas de atividade não tem mais como base principal a elevada bagagem política e cultural da família de origem de seus dirigentes. A partir dos anos oitenta, os processos de reconversão da formação escolar e universitária para a atuação profissional na defesa do meio ambiente, estão estreitamente ligados à participação anterior dos dirigentes em diversas redes de organizações e de “movimentos sociais” e, mais especificamente, às suas vinculações com lideranças e grupos específicos que fazem parte das mesmas. Em decorrência desse estreitamento do recrutamento e da vinculação dos dirigentes a tais redes, a expansão das mobilizações, das organizações e de suas intervenções nas instâncias de proteção ambiental configurou um padrão de ação associativa que se caracteriza pela intensa fragmentação e segmentação de suas modalidades de articulação e de intervenção coletivas. Essa forma de interação entre as associações ambientalistas e dessas com diversos tipos de organizações e “movimentos sociais” contribuiu para que a institucionalização da luta ambiental resultasse na ampliação das possibilidades de reconversão profissional através da participação em diversos tipos de instâncias formais de proteção ao meio ambiente, concomitantemente a uma intensa proliferação de participações setoriais dos ambientalistas em diversas esferas de atividade (Capítulo IV). Como consequência dessas modificações e do tipo de configuração da ação associativa nessa situação, o acesso dos ambientalistas aos espaços formais de participação ocorreu em meio a um cenário de crescimento descontrolado

de associações e provocou uma maior desarticulação e indefinição das fronteiras ideológicas e institucionais do conjunto de organizações voltadas para a defesa ambiental.

Acontece que o processo de institucionalização do associativismo no caso analisado, não esteve associado à profissionalização da militância no sentido de que as competências técnicas e científicas passaram a se constituir como os principais recursos utilizados pelo associativismo. Ou seja, a regularização do acesso das associações ambientalistas às instâncias formais de proteção ambiental não conduziu a uma situação em que a formação escolar e universitária se impõe como um dos critérios decisivos do recrutamento e da seleção para a ocupação das funções técnicas e dos cargos remunerados no associativismo. São sempre os laços sociais anteriores e, principalmente, as experiências militantistas em outros tipos de organizações e “movimentos sociais” que constituem a forma predominante de acesso dos militantes à organização e que conformam os tipos de recursos utilizados no exercício de suas funções militantes. Mesmo naquelas associações em que se observa uma relativa divisão das tarefas e a ocupação de cargos remunerados com base no exercício de funções “técnicas”, a filiação associativa e a execução de tais atividades resultam muito mais da utilização anterior da formação escolar e universitária como instrumento de politização em outras organizações, do que do tipo e grau de formação escolar ou dos recursos e procedimentos formais que ela confere para o desempenho de suas atividades na respectiva associação.

Atualmente, as dinâmicas de articulação da formação escolar com o engajamento político através da participação no associativismo ambientalista estão baseadas principalmente nas inserções anteriores e simultâneas dos dirigentes em redes de organizações partidárias, religiosas, estudantis e universitárias. Do mesmo modo, os postos e cargos ocupados nas diversas esferas de atividade através de tal engajamento decorrem de tais inserções. Em decorrência das vinculações dos principais dirigentes das associações ambientalistas a tais redes de organizações ocorre uma forte segmentação e fragmentação do conjunto de associações vinculadas à defesa de causas

ambientais. Ora, na medida em que as disposições militantistas e os recursos que respaldam as intervenções dos dirigentes não resultam apenas do tipo de formação universitária nem somente das dinâmicas próprias de ingresso e frequência a grupos e organizações que defendem o meio ambiente, os objetivos e as formulações ideológicas subjacentes aos principais confrontos entre as associações trazem à tona tipos e graus diferenciados de vinculações de seus principais dirigentes com determinadas redes sociais. Dito de outro modo, é através dos processos de socialização dos dirigentes nessas múltiplas redes sociais que se estruturam os referenciais ideológicos e os tipos de intervenções que caracterizam a ação associativa na defesa do meio ambiente.

Dessa forma, muito mais do que a imposição de um “militantismo de expertise”, a ampliação dos espaços e das instâncias formais de participação na defesa ambiental, foi acompanhada de uma maior diversificação e diferenciação das redes de organizações e “movimentos sociais” em que ocorre a utilização instrumental da formação escolar anterior à participação dos dirigentes em associações ambientalistas. A observação das dinâmicas de funcionamento das associações ambientalistas através da participação em reuniões e do acompanhamento de algumas das principais atividades que elas desenvolvem, demonstra que tais vínculos conformam modalidades de intervenções coletivas muito diferenciadas e que estão na base dos principais confrontos e polarizações entre elas. Desse modo, a análise das distintas redes de organizações vinculadas ao associativismo ambientalista evidencia que os confrontos entre as principais associações resultam de definições distintas das problemáticas ambientais e das formas legítimas de intervenção e de participação nas instâncias de proteção ambiental.

O material de análise utilizado decorre da observação etnográfica de uma série de eventos e de espaços que simbolizam o chamado Movimento Ecológico Gaúcho (MEG): reuniões de algumas associações ecologistas filiadas ao MEG, da Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA/RS), dos Encontros Estaduais de Entidades Ecológicas do Rio Grande do Sul (EEEE), de comitês e conselhos de proteção ambiental, de encontros preparatórios, oficinas e palestras promovidas durante o III Fórum

Social Mundial. Tais observações foram complementadas pela consulta e análise de documentos, relatórios, atas de reuniões e publicações das próprias associações, assim como pela realização de entrevistas informativas com os principais protagonistas (dirigentes de associações, de conselhos e comitês, de secretarias e organismos governamentais). Foi considerado ainda o material disponibilizado por algumas organizações na Internet, uma vez que tal tipo de material constitui uma das formas de “apresentação de si” e de mobilização de uma identidade coletiva da organização com vistas a atingir um grande público (OLLITRAULT, 2005).

Com base nesse tipo de material se trata, portanto, de identificar as principais instâncias e situações em que um conjunto de dirigentes vinculados a associações heterogêneas faz uso da defesa ambiental em suas intervenções e em confrontos com outras organizações. Para isso, parte-se da idéia que as intervenções efetivas das associações nestes espaços, bem como as ações concretas que elas realizam, são fontes de informações relevantes para sua caracterização. Isto porque os objetivos e interesses defendidos pelas associações não se reduzem ao que está formalmente escrito e fixado nos seus estatutos e regimentos, consistindo também de um “conjunto de bens materiais e ideais que o agrupamento entende assegurar a proteção pela sua ação jurídica e social tal qual a revela as atividades concretas da associação” (LASCOUMES, 1994, p. 229). Assim sendo, tais situações e eventos explicitam a intensa diferenciação das formas de definição e de intervenção associativa: de suas vinculações com outras associações, com organizações sociais às mais diversas e com organismos e fundações de financiamento. A análise de uma série de atividades e de mobilizações desenvolvidas pelas associações, permite perceber que tais intervenções e os princípios de legitimidade que as governam implicam modalidades específicas de vinculações de seus dirigentes com partidos políticos e agências governamentais, com organizações religiosas, com associações e fundações de financiamentos, com universidades e centros de pesquisa, com “movimentos” e ONG’s sociais, etc. Essas vinculações, por sua vez, diferenciam-se conforme sejam estabelecidas nas esferas local, nacional e internacional.

5.1 – A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS E OS SIGNIFICADOS DO PERTENCIMENTO ASSOCIATIVO

A importância da filiação a “entidades ecológicas” se manifestou de forma bastante significativa durante todo o processo de inserção do investigador no terreno de análise. Acontece que mesmo em situações sociais informais, os participantes das organizações ambientalistas são identificados e diferenciados pelo seu pertencimento a determinadas “entidades ecológicas” que funciona como uma espécie de atributo ou qualidade presente nas conversas, nas intervenções em reuniões, nas apresentações e referências constantes que tais dirigentes fazem dos diversos grupos e dos militantes: “nós da AGAPAN”, o “pessoal do NAT”, “X do ROESSLER”, “Y do CEA”, etc. Em decorrência disso, certos diálogos estabelecidos pelo pesquisador com os militantes em diferentes situações foram sempre permeados pela “cobrança” e “exigência” de que ele explicita o seu pertencimento a determinada “entidade”. Mesmo quando esse se apresenta como “observador” e com o interesse específico de fazer uma “pesquisa” sobre o “movimento ecológico”, tais indagações continuam, seja sob a forma verbal, seja através de um olhar cauteloso de sua conduta.

Militante: Tu és de qual entidade?

Pesquisador: Eu não sou de nenhuma entidade. Sou da UFRGS e estou fazendo doutorado em antropologia sobre o “movimento ecológico”.

Militante: Hããã!!! Mas não participas de nenhuma entidade?

Pesquisador: Não, Não! Meu trabalho é sobre todas as entidades.

Militante: Mas não tens preferência por alguma?

Pesquisador: Não, Não! Eu me interesso por todas elas⁴⁴.

Durante os Encontros Estaduais de Entidades Ecológicas (EEEE), o pesquisador se vê, a todo o momento, diante de situações que podem ser interpretadas pelos militantes como sinais de pertencimento, nem que seja sob a forma de “preferência”, em relação a determinadas entidades: quando ele está conversando com alguns militantes, quando se senta em uma

⁴⁴ . Diálogo estabelecido com participantes do XXIII e do XXIV Encontro Estadual de Entidades Ecológicas.

determinada mesa para almoçar, quando se posiciona na platéia para assistir aos debates, quando fica em um determinado alojamento, etc. Por outro lado, existem também tentativas de “cooptação” com pedidos para que o mesmo sente-se com o seu grupo: “Senta aqui com a gente!”, “Vem tirar uma foto com a gente!”. Às vezes, tais pedidos feitos por alguns militantes são objetos de brincadeiras por parte de outros: “Não! Nós não queremos intrusos!”.

A respeito disso vale salientar que a presença continuada do pesquisador em diferentes eventos como conselhos, comitês, reuniões de entidades, encontros estaduais, confraternizações, seminários, homenagens, etc., foi objeto de observação por parte de alguns militantes no decorrer de toda a pesquisa. O fato de ter uma participação constante em diferentes eventos e instâncias vinculados à defesa ambiental sem estar vinculado a nenhuma organização constitui um certo “perigo” para os militantes. Uma vez “cooptado” tal ameaça desaparece.

Militante da UPAN: Tu de novo? O que estás fazendo aqui? Isso também faz parte do trabalho? [Dirigindo-se a uma militante da ADFG] É bom a gente se cuidar, talvez ele seja uma espécie de espião.

Militante da ADFG: Não! Esse aí não oferece mais perigo. Se é para ele espionar, ela já se desviou, pois já foi cooptado⁴⁵.

Aos poucos, a presença continuada do pesquisador em diversos eventos foi sendo definida com o termo “espião”. Se, por um lado, isso é uma forma de “tolerar” sua presença nestas situações, por outro, ela sinaliza também para a possibilidade dele estar ali a serviço de alguma entidade ambientalista específica e até mesmo de interesses contrários ao “movimento ecológico”. Durante o XXIV EEEE isso foi explicitamente verbalizado durante uma plenária. Enquanto falava, um militante do VERDENOVU indagou à platéia se alguém estava gravando e frente à resposta negativa da platéia seguiu-se tal diálogo.

Militante da AGAPAN: Que bom! Não há compromisso. [Irisadas da platéia] Não haverá represálias.

⁴⁵ . Homenagem ao Lutzenberger. Jardim Botânico, 26 de maio de 2002.

Militante do ROESSLER: Só temos um espião aqui.

Militante da AGAPAN: Bom! Aí não posso garantir. Está aqui ele [apontando para o pesquisador]. Esse não é do movimento. É o próprio espião.

Pode-se pensar, primeiramente, que o “risco” oferecido pela presença entre eles de um “não-participante” se encontra vinculada à ausência de “compromisso” com a “realidade” e com a “prática” e ao distanciamento que tal postura revela. Ocorre que essa forma de contato estabelecido pelo pesquisador com as organizações ambientalistas é muito familiar aos procedimentos através do qual a grande parte dos militantes ingressa na defesa ambiental. A entrada no ambientalismo está quase sempre associada ao desenvolvimento da formação universitária dos militantes e constitui uma maneira de resolver uma “crise profissional”, definindo uma área de especialização e de atuação profissional. Do mesmo modo, muito antes de fazerem parte de organizações ambientalistas, a utilização instrumental de recursos escolares e acadêmicos como forma de exercício da militância constitui para eles uma prática comum e que se manifesta geralmente sob a forma de luta contra as fronteiras entre o “conhecimento” e a “realidade” ou a “política”, valorizando seu engajamento no ambientalismo por oferecer justamente uma oportunidade de ir além do “conhecimento de caixinha” que a universidade apresenta, bem como às divisões estanques que a sociedade estabelece entre o “mundo da academia”, da “política”, da “economia”, etc. (Capítulo III). Nesse sentido, suas descrenças em relação ao “pesquisador neutro” e ao “conhecimento descomprometido perante a sociedade” se manifestam aqui sob a forma de exigência de filiação e de pertencimento do “observador” a “entidades ecológicas”, de modo que apresentar sua participação continuada nas “entidades ecológicas” e nos eventos vinculados à proteção ambiental apenas como um “interesse de pesquisa” soa para eles como algo “falso”, posto que segundo eles tal limite não existe e são justamente os que defendem uma “ciência neutra” que mais servem aos interesses dos dominantes.

As situações que exemplificam muito bem isso são aquelas em que

são recrutados os dirigentes que atuam como funcionários das associações que tem uma intervenção mais destacada ao nível nacional e internacional. Tais processos mostram que o processo de seleção é amplamente caracterizado pela adequação entre a existência de uma perspectiva militantista da formação universitária e o estabelecimento de laços anteriores com membros da organização. Ele ocorre mediante um longo processo de participação, através do qual, o militante molda seu objetivo em termos de realização ou de desenvolvimento profissional, criando a necessidade de sua função na organização, ao mesmo tempo em que vai definindo a pertinência do trabalho proposto em relação às necessidades institucionais. Uma situação que exemplifica isso, é o processo de contratação de uma “coordenadora técnica” da ADFG (Dirigente nº 15) que inicia sua participação na associação como “voluntária” e depois passa a ocupar cargos remunerados. Nesse caso, trata-se de alguém que tem uma formação universitária ao nível de mestrado em geologia e que desde a graduação participou do movimento estudantil nas mobilizações referentes à inclusão de “mais meio ambiente” no currículo de geologia, direcionando logo depois sua formação ao nível de mestrado para “o tema da energia” em função de seus interesses de trabalhar na área ambiental. Foi no mestrado que conheceu a ADFG através de um colega de quem ficou “super amiga” logo no início do curso. Ele era o vice-presidente da associação e desenvolvia um projeto da ADFG em parceria com a universidade que se voltava para o “envolvimento comunitário na gestão da água em pequenas bacias”. O seu primeiro contato com o trabalho da organização ocorreu quando estava concluindo o mestrado e logo começou a participar como voluntária, permanecendo um bom tempo, segundo ela própria, como “aquele voluntário de fim de semana tanto pra fazer projeto quanto qualquer mobilização”, mas que “não entendia muito bem da estrutura” da organização. Como nesse período fazia um estágio na FEPAM com “a questão do carvão” que era também um desdobramento de seu mestrado, começou a “pesquisar o processo histórico” das usinas de carvão e mobilizar contra o licenciamento de novas usinas no estado. Um ano depois por indicação de seu orientador no mestrado foi para a Alemanha fazer um curso sobre a “questão da água”, mas

mesmo assim manteve o contato com a “entidade”, inclusive sendo consultada e aceitando fazer parte do conselho diretor da associação durante esse período. Ao mesmo tempo, quando estava nesse curso entrou em contato com a Federação Amigos da Terra Internacional que a impulsionou a participar mais da associação, pois percebeu que podia dentro dos Amigos da Terra fazer do seu trabalho “um trabalho profissional e que existia fontes de financiamentos e projetos, inclusive dos Amigos da Terra Internacional”.

Aí quando voltei eu disse: ‘eu vou voltar pro Brasil e vou me dedicar a isso’. Então eu já vim assim com uma visão um pouco global. E depois eu comecei a trabalhar forte em nível nacional [...] E desde 2001, quando eu voltei, veio o Fórum Social e eu comecei a fazer projetos, conseguir verbas tanto pra entidade como que pagassem assim um salário que pudesse trabalhar assim naquilo e daí a gente criou o cargo de coordenador de projetos. Então eu sou agora coordenadora de projetos dos Amigos da Terra, porque eu tenho alguns projetos pra coordenar, pra executar (Entrevista).

O próprio processo através dos quais os dirigentes ingressam no ambientalismo constitui um dos momentos principais por meio do qual eles vão moldando suas inserções e itinerários anteriores, ao mesmo tempo em que vão internalizando as formas legítimas de conduta e os recursos requeridos ao exercício desse tipo de militância. É que as modalidades de recrutamento de novos integrantes para as organizações ambientalistas não acontecem com base em exigências de formação ou especialidades específicas nem tão pouco na definição clara da função ou atribuição que eles irão desempenhar. Tais organizações não dispõem de serviços de recursos humanos encarregados do recrutamento de novos aderentes ou mesmo de funcionários, nem tão pouco de critérios burocratizados que estabelecem uma divisão clara das funções nas quais os militantes deverão trabalhar. Nesse universo, ainda que de formas muito diferenciadas, predominam práticas informais que ocorrem mediante o contato e o conhecimento prévios de pessoas (amigas, namorados, parentes, colegas de universidade, etc.) que os colocam diante dos objetivos, das atividades e dos projetos desenvolvidos pela organização. A formação escolar e as competências técnicas não são recursos necessários ou que se credite

muita importância para as intervenções dos militantes nos espaços de atuação das organizações, sendo essencial apenas a “boa vontade” e, principalmente, a “identificação ideológica” em relação à causa ambiental e à intervenção da associação. Nem mesmo quando se trata de selecionar aqueles que deverão ser contratados para trabalhar como funcionários, as exigências de conhecimento técnico referente à causa ambiental são utilizadas. O que prevalece sempre é o conhecimento da organização e a disposição para participar. Como eles mesmos dizem, “o resto se adquire com o tempo”.

Um outro exemplo bastante significativo de como tais procedimentos são utilizados é o processo de contratação de uma funcionária para trabalhar na UPAN. A “necessidade” de contratar uma pessoa para assumir as tarefas de organizar as correspondências e o material recebido, bem como para abrir a sede da entidade e atender ao público foi colocada em discussão, por um dos membros da diretoria, na pauta de várias reuniões semanais. Mesmo que tivesse certa dúvida quanto à contratação de “funcionários” pela associação, pois acreditava que tais tarefas deveriam ser de responsabilidade de todos os participantes da associação, justificava tal contratação pelo fato de todos estarem trabalhando e pela situação caótica que se encontravam as correspondências recebidas e o conjunto do material da associação. A partir do momento em que o grupo se convenceu de que era a única forma de manter a entidade funcionando, passou-se à discussão dos critérios que deveriam ser considerados. Não era exigido alguém que tivesse formação universitária numa área específica, nem se estabeleceu com precisão o que a pessoa faria lá dentro. Quanto a isso, citava-se sempre o exemplo do antigo funcionário (Dirigente nº 19) que chegou lá num momento de “caos” pelo desligamento do ex-presidente e que aos poucos foi aprendendo tudo, de tal modo que algum tempo depois acabou se tornando alguém que fazia tudo e que era a principal referência para os outros militantes. Deste modo, um dos aspectos sempre lembrado nas reuniões em que se discutia o tema foi a importância de contratar “alguém que abrace a causa”. Um outro aspecto que tal situação traz à tona é a importância dos laços de amizade e da identificação partidária nos processos de recrutamento. Quanto a isso, cogitou-se inicialmente uma candidata “que

tinha um bom currículo”, conforme a avaliação do membro da diretoria que fez a proposta de contratação. No entanto, durante a entrevista de seleção ela disse que votaria no PMDB nas próximas eleições municipais. As reservas foram colocadas inicialmente no sentido de que constituía um “perigo” ter como funcionária alguém que poderia ser manipulada pelo atual prefeito que era do PMDB para o mesmo ter acesso aos documentos da entidade. Todos concordaram quanto a esse perigo e alguém acrescentou dizendo que qualquer pessoa pode votar em quem quiser, mas o problema é expor a associação a essa situação. Quanto à afirmação de que se pode votar em quem quiser um participante falou em tom de brincadeira: “Ah! é! Eu não sabia disso...” e os outros deram risada. Após algumas reuniões foi escolhida uma jovem de 16 anos que era prima de uma militante da associação.

Esses exemplos de organizações diferentes e envolvendo também graus diferenciados de formação escolar, demonstram que os critérios de seleção para as funções técnicas ou remuneradas nas organizações ambientalistas do Rio Grande do Sul são bastante informais. A seleção é quase sempre anterior ao momento de contato com a associação, seja por uma predisposição anterior para tal empreendimento, seja pelos vínculos com pessoas que a conhecem. Por outro lado, é em função de um processo de negociação interna, após um período inicial de trabalho como “voluntário” que aos poucos vai se definindo as tarefas e atividades a desempenhar. Em vez de um modelo de militantismo profissionalizado com base na utilização de recursos escolares e técnicos, a participação em organizações ambientalistas na situação em pauta se apresenta através desses exemplos como uma área de atuação profissional, no sentido de que requerem um “saber” que só se adquire pela “prática” e pela “inserção” do militante na “realidade” e que possibilita a conciliação entre o “conhecimento” e a “prática”. Esse saber não surge especificamente no momento de adesão, uma vez que resulta de tentativas anteriores de adequação da dimensão profissional com a militante. É, por isso, que as motivações políticas e ideológicas são predominantes nesse tipo de militantismo e estão sempre misturadas ao exercício profissional, de modo que é muito difícil, senão impossível separá-las.

Todavia, como os próprios dirigentes revelaram durante os contatos informais e as entrevistas, o distanciamento do pesquisador em relação à “realidade” constitui antes uma atitude que deveria ser objeto de ironia e até mesmo de desprezo do que de ameaça ou de “perigo”, uma vez que expressa uma espécie de insuficiência em termos de realização profissional. De certa forma, é somente na medida em que tal postura de “neutralidade” do pesquisador coloca em jogo outros aspectos do tipo de recrutamento que estão igualmente relacionados à dinâmica de estruturação e de funcionamento das organizações ambientalistas, que essa postura de não adesão pode soar como ameaça e até mesmo como um “perigo”. Acontece que o recrutamento para as organizações ambientalistas está baseado tanto nas predisposições militantistas dos dirigentes em relação à formação e ao exercício profissional, quanto na existência de laços sociais anteriores (de amizade, afetivos, políticos, etc.) com militantes ou simpatizantes da organização. É esse segundo aspecto que se mostra de forma mais clara durante o processo de negociação do acesso às organizações para a realização de observação etnográfica das reuniões e das atividades realizadas pelas mesmas.

Acontece que os contatos do pesquisador com algumas associações foram feitos após a frequência deste às reuniões da AGAPAN. Em decorrência disso, quando se tratava da participação em instâncias como conselhos, reuniões da APEDEMA e EEEE nas quais estavam presentes os militantes de outras associações, os próprios dirigentes da AGAPAN apresentavam o pesquisador como uma espécie de “simpatizante” da entidade. Por outro lado, o fato de sentar ao lado de militantes da AGAPAN durante certos eventos e de manifestar um pouco de familiaridade através de brincadeiras e de conversas com estes era visto com desconfiança pelos integrantes das outras entidades. Por isso, a negociação para participar das reuniões das outras entidades exigiu que o pesquisador continuamente demonstrasse, tanto de forma verbal quanto pelo seu comportamento, que não fazia parte da AGAPAN. Ao passo que isso foi ocorrendo, principalmente com a visita e a presença nas reuniões e nas atividades realizadas pelas demais “entidades”, alguns militantes da AGAPAN passaram a demonstrar esse sentimento de desconfiança que parecia estar

presente inicialmente nos componentes das demais “entidades”. Durante o XXIII EEEE isso ficou evidente numa situação em que o pesquisador foi convidado por alguns integrantes da AGAPAN para tirar uma foto junto com os demais militantes e a atual presidente da entidade disse em tom de “brincadeira”: “Não! Nós não queremos intrusos”.

Os termos “expor”, “perigo”, “espião”, “intruso”, etc., utilizados pelos militantes durante o processo de negociação da observação do pesquisador nas atividades desenvolvidas pelas associações ambientalistas, evidenciam dois aspectos complementares do recrutamento para tais associações: em primeiro lugar, a importância do “comprometimento” perante “a realidade”, no sentido da capacidade de uso da formação escolar como instrumento de politização; em segundo, a relevância dos vínculos pessoais e afetivos como critério de recrutamento para a associação e como um espaço de formulação das fronteiras e das diferenças entre as principais associações através de comentários e até mesmo de fofocas sobre as demais organizações. O uso de tais termos evidencia o grau acentuado de concorrência e de segmentação entre as associações ambientalistas e a inexistência de fronteiras e de hierarquias formais entre o conjunto de organizações que se voltam para a defesa ambiental. Na ausência de hierarquias formais e de definições coletivas entre o conjunto das organizações ambientalistas, as únicas unidades de referência são a associação e os laços pessoais que unem os militantes à mesma. Por isso, a participação simultânea do pesquisador em distintas organizações pode colocar em jogo justamente estes limites, bem como os fundamentos a partir dos quais eles são construídos. É a possibilidade de revelação de tais inserções e, principalmente, das fronteiras e divisões que elas estabelecem entre as “entidades ecológicas” que transparece nas hesitações dos militantes quanto à participação simultânea do pesquisador em diferentes organizações ambientalistas. Participar sem explicitar seu pertencimento pode soar como um “perigo” e uma “intrusão”, pois significa ter acesso aos laços que unem a associação a organizações partidárias, a agências estatais, a projetos e fontes de financiamento, etc., assim como às fronteiras e rixas existentes entre associações que desenvolvem atividades conjuntamente.

Os significados vinculados ao pertencimento associativo e, mais especificamente, as retribuições obtidas com a participação em mobilizações e organizações ambientalistas estão quase sempre referidos à possibilidade de reconversão da formação escolar para a atuação profissional nas mais diferentes esferas de atividade. No entanto, essa perspectiva de realização profissional através do engajamento ambientalista não configurou uma situação em que a formação universitária e técnica têm uma importância preponderante na composição dos repertórios de ação coletiva das organizações ambientalistas. A formação escolar não está incorporada ao trabalho de recrutamento e de seleção dos militantes que irão ocupar os postos dirigentes nas próprias associações nem também dos que se tornam responsáveis pela representação das mesmas nas demais instâncias como comitês e conselhos de proteção ambiental. É que a valorização da formação escolar decorre apenas de sua utilização “prática” na “realidade”, através do comprometimento e da vinculação anterior ou atual dos militantes com organizações e “movimentos sociais”. É através de tais inserções que eles são despertados e desenvolvem a capacidade para estabelecer continuamente uma convivência entre o “conhecimento” e a “ação”.

Como resultado desse modo de aquisição das disposições e formações que possibilitam a atuação profissional dos dirigentes no ambientalismo, os referenciais ideológicos e os recursos que respaldam as intervenções associativas nas instâncias de proteção ambiental estão referidos, basicamente, às inserções anteriores ou simultâneas dos dirigentes em outros tipos de organizações e de “movimentos sociais”. Em função disso, existe um grau bastante elevado de segmentação das intervenções associativas entre o conjunto de organizações que fazem parte da defesa de causas ambientais. Todavia, tal estrutura não resulta apenas do conjunto de associações cuja atividade prioritária é a defesa do meio ambiente, mas principalmente das interações que, por meio de seus dirigentes, elas estabelecem com organizações que atuam em outros tipos de questões e de esferas sociais: partidos políticos, organizações religiosas, universidades, etc. Ora, na medida em que tais associações estão estruturadas com base nas inserções

particulares de seus dirigentes em distintas redes sociais que, ao mesmo tempo, possibilitam a articulação de sua formação profissional com a atuação em diversas esferas de atividade, as definições coletivas, os espaços e as modalidades de intervenção, assim como o estabelecimento das fronteiras entre as associações ambientalistas variam enormemente conforme os respectivos vínculos anteriores ou atuais de seus principais dirigentes com tais tipos de organizações e de “movimentos sociais”. Desse modo, a configuração de modalidades diferenciadas de intervenção associativa resultam do ajuste entre os engajamentos anteriores dos principais dirigentes ambientalistas, os padrões de reconversão profissional através da participação em determinada associação ambientalista e os tipos e graus de inserções que servem de base para tais reconversões.

5.2 – DINÂMICAS DE REUNIÕES E MODALIDADES DE INTERVENÇÃO “ÉTICA-FILOSÓFICA”, “POLÍTICA-IDEOLÓGICA” E “TÉCNICA-CIENTÍFICA”.

Um dos pontos de partida para a investigação das modalidades de intervenção associativa na defesa do meio ambiente foram os trabalhos que chamam a atenção para os efeitos de grupo sobre o engajamento individual. Quanto a isso, Fillieule (2001) salienta que, além de considerar os diferentes contextos políticos e as carreiras militantes dos indivíduos engajados, a compreensão das modalidades de engajamento individual deve levar em conta também as organizações onde tais indivíduos desenvolvem suas atividades e a respectiva história das mesmas. Trata-se, segundo ele, de “explorar as vias pelas quais os coletivos militantes contribuem de maneira variável no decorrer do tempo, ou ao menos a orientar, as chances para cada indivíduo de se engajar ou não” (Id., Ibid., p. 210). A imagem pública das associações e o conjunto de oportunidades oferecidas ao engajamento num determinado momento do tempo têm efeitos consideráveis sobre a diferenciação dos investimentos dos indivíduos para aderir a uma determinada organização e não a outra. Deste modo, um dos fatores que contribuem tanto para a emergência

do engajamento quanto para sua diferenciação é o tipo de organização coletiva à qual determinado dirigente adere. Além disso, deve-se considerar também que os objetivos perseguidos com o engajamento e as maneiras de defini-los, modificam-se consideravelmente em decorrência da própria participação dos indivíduos nas atividades da organização (McADAM, 1989, 1999). Isso porque a participação associativa implica um processo de aprendizagem que não pode ser simplesmente derivado das condições sociais e dos itinerários anteriores dos atores.

Quaisquer que sejam os engajamentos anteriores, o engajamento em uma associação ou um movimento necessita de uma aprendizagem, implica de saber e encontrar um lugar e de combinar sua identidade pessoal com aquela do grupo. Nesse sentido, trata-se bem ou mal de assumir um papel, de um comprometimento no sentido da sociologia interacionista (SAWICKI, 2003, p. 146).

No universo de pesquisa considerado as associações não dispõem de muito material escrito ou documentado sobre a sua história, nem tampouco um cadastro sobre os sócios e simpatizantes da mesma no decorrer de sua existência que possibilite elaborar um quadro mínimo dos perfis sociais dos militantes e de suas modificações. Em função disso, foi com base na observação de reuniões e de atividades que elas desenvolvem, complementadas pelas entrevistas realizadas com seus principais dirigentes que se procurou explorar as dinâmicas de configuração dos principais tipos de associações atuantes, bem como das fronteiras que se estabelecem entre elas. Por outro lado, na medida em que se trata de um universo extremamente fragmentado e disperso, a decisão de focalizar diferentes tipos de associações ao invés de se deter em uma delas, constitui uma das poucas possibilidades de demonstrar que também ao nível das intervenções coletivas existem diferentes modalidades de institucionalização, de funcionamento e de definição da defesa ambiental. Desse modo, torna-se possível fazer uma caracterização geral do estado atual das organizações ambientalistas e do tipo de profissionalização que se constitui nesse espaço. Em linhas gerais, o associativismo ambientalista em tal situação não conduziu a uma marcada oposição entre organizações

profissionalizadas e amadoras, ou entre as intervenções institucionalizadas e as não convencionais, decorrente da imposição de competências técnicas e científicas como os principais recursos militantes utilizados nas instâncias de proteção ambiental. Antes disso, o que tem sucedido nos últimos anos é uma maior diversificação e diferenciação da ação associativa conforme as redes de organizações em que ocorre a utilização instrumental da formação escolar e universitária dos dirigentes e os tipos de esferas de atividade que tais inserções dão acesso. Tal aspecto constitui um dos fundamentos principais da multiplicidade de referenciais ideológicos mobilizados pelos militantes através de sua participação em tais associações, bem como dos confrontos quanto às estratégias de luta.

Uma das atividades mais constantes e contínuas que caracteriza a intervenção do conjunto das organizações ambientalistas é a realização periódica de reuniões em suas sedes. Do mesmo modo que a participação e a representação nos Encontros Estaduais de Entidades Ecológicas (EEEE), em reuniões da Associação Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA) e nos conselhos e comitês de defesa ambiental, tais reuniões constituem um dos principais ritos que simbolizam o Movimento Ecológico Gaúcho atualmente. Mesmo que não esteja constituído como um critério formal de pertencimento e filiação à APEDEMA, a realização periódica de reuniões é um dos critérios utilizados em conversas rotineiras entre as próprias lideranças do MEG para diferenciar o universo das associações ambientalistas. De um lado, as “entidades ecológicas” fundadas na “participação” e “deliberação coletiva” e na “escolha democrática de seus dirigentes”; do outro, aquelas “outras” organizações que não têm participação coletiva e democrática, como é o caso das que são pejorativamente denominadas de “ING’s” ou “Indivíduo Não-Governamental” e até mesmo das que são vistas como não tendo reivindicações próprias posto que seguem as diretrizes e prioridades temáticas de fundações e organismos internacionais que as financiam. Para as associações que têm uma atuação destacada no MEG e nas reuniões da APEDEMA e as que representam atualmente as principais posições em conflito no associativismo ambientalista do Rio Grande

do Sul, a realização de reuniões é uma de suas intervenções mais periódicas e constantes. Ocorre que nessas reuniões está em jogo a produção e a legitimação de um conjunto de concepções e de formas de ação associativa: dos valores e das definições coletivas que as distancia das outras associações, das atividades práticas que demarcam suas especificidades no universo associativo, etc.

Existem dois momentos principais que se misturam às reuniões: um momento em que são discutidos, definidos e decididos diferentes assuntos e problemas tidos como “ecológicos”, bem como as intervenções e atuações dos seus militantes com vistas à proteção ambiental em setores e organizações sociais, eventos e atividades às mais diversas; por outro lado, essas reuniões transcorrem em meio a brincadeiras, gozações, piadas, festinhas, confraternizações, trocas de relatos sobre experiências pessoais, afetivas e familiares, comentários e bate-bocas sobre os assuntos mais variados, tortas, doces, chás, chimarrão e cafezinhos, etc. Esses dois aspectos das reuniões estão profundamente integrados e se complementam de modo que não devem ser dissociados na descrição e análise das mesmas sob o risco de desfigurá-las. Além disso, deve-se acrescentar um outro aspecto que diz respeito ao fato de que esses ritos estão profundamente imbricados com um conjunto diversificado de atividades que cada entidade desenvolve.

Essas reuniões são também bastante diferenciadas em sua dinâmica de funcionamento: quanto aos assuntos discutidos, às formas de condução dos debates e aos participantes. Tais diferenças estão relacionadas às modalidades de intervenção coletiva que estão em jogo no ambientalismo e às respectivas formas de sua definição e exercício. Por isso, a investigação das dinâmicas internas de realização e de desenvolvimento das reuniões permite mostrar que elas estão relacionadas a modalidades específicas de intervenção coletiva. Existe uma diversidade muito grande dos tipos de associações, mas também certos padrões de intervenção em termos dos interesses defendidos, das modalidades de articulação com outras ONG's nacionais e internacionais e das formas de arrecadação de recursos financeiros junto a empresas, organismos públicos e fundações nacionais e internacionais. Em meio a uma

concepção comum da ação associativa como uma forma de utilização instrumental da formação escolar e universitária para a atuação nas mais diferentes esferas de atividade, podem-se diferenciar algumas modalidades principais de intervenção coletiva: as formulações das problemáticas ambientais como problemas “éticos e filosóficos”, aquelas que associam a defesa ambiental às questões “políticas e ideológicas” e as que as definem como assuntos “técnicos”. Tais diferenciações resultam da conformação de distintos padrões de reconversão profissional através da participação em associações ambientalistas e de suas relações com as inserções anteriores e simultâneas dos dirigentes em redes de organizações partidárias, religiosas, estudantis, universitárias, organismos públicos e fundações de financiamento nacionais e internacionais.

A primeira modalidade de intervenção associativa é composta pelas associações que se referem à defesa ambiental como uma problemática “ética e filosófica”. Para os dirigentes de tais associações, a defesa do meio ambiente constitui uma forma de “vigilância democrática”, devendo recusar constantemente os “apelos” e os “compromissos” vinculados ao mundo da política, da indústria, etc., ou outros quaisquer. Eles se opõem aos “militantes profissionais”, recusando a “profissionalização da ecologia” e do movimento e estão em constantes conflitos com os dirigentes dos partidos, bem como com os militantes que aderiram a isso. É com base nisso que avaliam as principais dificuldades encontradas no “movimento ecológico” atualmente: criticam o desacordo entre “os discursos e as práticas das pessoas, dos governos e das indústrias”; lamentam as “várias perdas” de militantes e mesmo de lideranças que ocuparam cargos e posições políticas, sejam em partidos ou em administrações municipais, estaduais e federais. Para eles “o movimento ecológico” tem como característica principal o “transpartidarismo” e o “voluntariado”, no sentido de que é uma causa que está “acima de qualquer partido”, posto que é “uma questão de sobrevivência, não do partido, mas do próprio planeta”. No entanto, as principais lideranças destas “entidades” participaram de partidos políticos e “movimentos de esquerda”, embora não cheguem a ocupar posições de direção e de poder nem a “fazer carreira”

nestas organizações partidárias ou em outros movimentos quaisquer. Mesmo assim, tais relações de afinidade e de proximidade política e ideológica, inclusive participando integralmente nas campanhas eleitorais em prol de candidatos de tais organizações partidárias, possibilitam o acesso a cargos de confiança nas administrações vinculadas a tais partidos. Muitos deles, posteriormente, romperam ou se distanciaram desses tipos de organizações. Outro padrão de reconversão profissional característico dos participantes desses tipos de associações resulta da aquisição de certa notoriedade profissional em suas atividades ocupacionais, geralmente no funcionalismo público e na burocracia estatal, em decorrência do engajamento no ambientalismo. Além disso, seus militantes se caracterizam também por uma maior vinculação com organizações e práticas religiosas, sendo que muitos deles praticam o “I Ching”, o “naturismo” e a “meditação budista”.

Uma primeira versão desse tipo de definição coletiva é representada pela Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural ou AGAPAN. Fundada no ano de 1971, ela é considerada uma das entidades “pioneiras” do movimento ambientalista do Rio Grande do Sul e do Brasil e tem um nome amplamente reconhecido no país, sendo poucos os militantes de outras entidades que não se dirigem a ela com certa deferência e “profundo respeito” pela sua “história”. Seus integrantes se referem ao local onde realizam suas reuniões como a “sede da AGAPAN”. Trata-se de uma sala da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no mesmo prédio da livraria universitária e que eles conseguiram permissão para utilizar através de antigos associados da entidade que trabalham na universidade. A “sede da AGAPAN” está cheia de coisas amontoadas, na mesa e em estantes; tem um computador numa mesa, tem uma mesa comprida em torno da qual acontecem as reuniões; as cadeiras são simples e de couro num tom preto. Não é um lugar “aconchegante”: é um lugar onde as pessoas fazem as reuniões e vão embora. Um exemplo disso é um pacote de erva de chimarrão e uma garrafa de coca-cola que permaneceram no mesmo lugar durante os oito meses de participação do pesquisador nas reuniões. Num dos cantos da sala, tem um quadro verde comprido atrás da mesa onde estão fixados cartazes, alguns emoldurados e

vários deles em alemão. A “história” da sede da AGAPAN é a de sucessivas mudanças, pois esta “entidade” nunca teve uma sede própria⁴⁶.

Desde quando foi fundada que as reuniões da AGAPAN se desdobram em dois momentos principais: um regado por brincadeiras, piadas e risadas, onde se discutem em torno de uma mesa comprida as correspondências recebidas, os programas em andamento e as posições a serem tomadas nos conselhos em que participam; outro, que é denominado como o “segundo tempo da reunião”, que é quando eles saem geralmente para um mesmo local para comer alguma coisa, beber e, principalmente, conversar e discutir sobre os mais variados assuntos quase sempre relacionados à “ecologia”. Algumas vezes antigos membros participam apenas deste momento da reunião. Ele é muito semelhante às festas que eles fazem para comemorar os aniversários e conquistas da AGAPAN, sendo que estas geralmente contam com um número maior de militantes juntamente com seus familiares e amigos. A reunião é sempre coordenada pela presidenta que ao chegar na sede já começa a falar de algumas questões que deverão ser discutidas em função de reuniões que participou e de conversas que teve com alguns conselheiros ou antigas lideranças e somente depois disso é que indaga aos demais se têm alguma “pauta”. No decorrer da reunião é ela quem lê as correspondências recebidas, quem comenta todos os pontos de pautas e quem tem um papel destacado na elaboração das conclusões, sendo que poucas vezes as decisões são contrárias às suas opiniões. Tal entidade é mantida com a contribuição dos sócios. Mas, ao que indicam as reclamações da atual presidenta, tal prática anda desativada há muito tempo. Em todo caso, não gastam com “funcionários” ou com a manutenção da sede, ficando o restante das despesas (telefone, correio, etc.) a cargo dos próprios membros da diretoria. Não desenvolvem “projetos”, nem estabelecem “parcerias” com empresas, partidos políticos e agências governamentais. Especificamente no tocante ao “Governo do PT” no Rio Grande do Sul, ao qual à maioria têm

⁴⁶ . Vale lembrar que essas considerações se referem ao ano de 2001 e 2002, pois em 2003 eles foram despejados e alugaram uma sala num bairro próximo ao centro. Em 2004 foi assinado um decreto municipal de concessão de uso de um terreno cuja área é de 270 m² para a construção de sua sede própria.

relações de “preferência política” e de “proximidade”, criticam e denunciam o “rompimento com o movimento” na maneira como consideram e formulam soluções para os problemas ambientais.

Essa valorização da “independência” em relação a empresas, partidos, governos, etc., e do engajamento “voluntário” na organização, corresponde em grande parte à história inicial da “entidade” e das condições sociais disponibilizadas pelos dirigentes que a constituíram e a lideraram na maior parte de sua história (Capítulo II). A modificação no perfil dos militantes a partir dos anos oitenta com a entrada de uma quantidade significativa de participantes de grupos e organizações vinculadas ao Partido dos Trabalhadores gerou uma grande crise e ruptura na associação, desembocando no afastamento da maioria dos seus fundadores. Atualmente a maioria dos que participam das reuniões já estão aposentados e o restante são funcionários públicos e tem uma participação nas atividades da “entidade” que estão diretamente ligadas à sua formação e exercício profissional. Em meio a uma clara proximidade e inserção em redes de grupos vinculados ao Partido dos Trabalhadores, tal associação mantém uma postura de independência à política partidária e às administrações do referido partido. Além de reuniões semanais, a principal atividade da AGAPAN é a participação em reuniões de diversos conselhos e comitês e das instâncias de articulação do MEG, participando também da APEDEMA desde sua fundação. Os relatórios anuais da entidade expressam muito bem isso, na medida em que a lista de atividades desenvolvidas pela entidade consiste basicamente de reuniões. A respeito disso, vale destacar o que foi exposto no relatório de atividades do período de abril de 2001 a maio de 2002: “Ao longo dos treze meses desse período, foram 325 Reuniões, Assembléias, Encontros, Plenárias, Seminários, etc. Cerca de 25 eventos por mês, quase um por dia”. De todas as associações observadas esta é aquela cujos militantes apresentam uma faixa etária mais elevada ou que ingressaram na associação durante os anos oitenta e início dos noventa.

Um outro exemplo desse tipo de intervenção é representado pelo Movimento Roessler de Defesa Ambiental ou ROESSLER, fundada em 1978 em Novo Hamburgo. Os participantes das reuniões referem-se à sala onde se

encontram como “a nossa sede”, a qual é de propriedade de um dos associados que facilita o aluguel da mesma para o “movimento”⁴⁷. Trata-se de uma salinha estreita, mas comprida. As coisas estão bem organizadas, tendo um mural com documentos e um quadro ou calendário com todo o ano no qual eles vão escrevendo suas atividades: algumas em caneta vermelha devido à prioridade atribuída à mesma, mas a maioria com lápis. Têm duas poltronas um pouco velhas, muitas cadeiras e um banco. Tem um computador do outro lado, também com impressora. Eles não têm uma mesa no centro da sala ao redor da qual acontecem as reuniões, mas apenas uma mesa pequena que fica na frente do computador, onde eles colocam alguns materiais que estão usando no momento, bem como bolos, tortas, salgadinhos e doces “integrais” que vão beliscando durante a reunião. Na sala há um armário de duas portas grudados na parede, que é para guardar talheres, pratos e chás; ao lado prateleiras fixadas na parede com material da entidade: camisetas, sacolas, arquivos ou pastas e documentos. A reunião transcorre num tom bem informal e tem uma dinâmica de pessoas conversando em círculo, sem hora muito precisa para começar ou terminar: as pessoas vão chegando e sentando uma ao lado da outra, entrando na conversa, falando. Também a pauta não é discutida em seqüência conforme os assuntos listados no início da reunião, um após o anterior na lista. As lideranças mais destacadas vão listando os pontos e perguntando para quem está de “coordenador”, que não é quase nunca a mesma pessoa. Às vezes quem pergunta pela pauta é a própria pessoa “escolhida” para coordenar a reunião: “Já que perguntou qual é a pauta então podes ser tu mesmo o pauteiro de hoje”. Do mesmo modo, a escolha da pauta é bem “espontânea”: “quem tem pauta? Eu tenho uma” e, assim, vão listando os pontos. Frequentemente no meio da reunião alguém lembra de algo e então destaca “Oh! Outra pauta!”. O resultado é que muitas vezes há um excesso de pontos e pautas e alguns acabam ficando “para a próxima reunião”.

Seu campo de intervenção está muito ligado ao “Vale dos Sinos” e desenvolve atividades conjuntas com organizações religiosas, como na

⁴⁷. É interessante destacar que eles utilizam o termo “movimento” para se referir tanto ao movimento ambientalista em geral quanto à “entidade ecológica” Movimento Roessler.

organização da Romaria das Águas, assim como com o movimento de escoteiros e com casas de alimentação natural locais. Juntamente com as reuniões eles promovem continuamente atividades voltadas para a visita e culto aos espaços “naturais”. Uma destas é o que eles denominam de “Projeto Fim da Picada”: ocorrendo sempre no último sábado de cada mês, tal atividade é definida por eles como uma atividade “prazerosa” e “compensatória das rotinas da militância”. Em termos bem breves, ela consiste na escolha de um “sítio natural” (um morro, parque, a nascente do Rio dos Sinos, etc.) para visita e a elaboração de um roteiro de visita. Os participantes vão de ônibus numa turma grande (cerca de 15 pessoas) e consistem de militantes que participam ativamente da “entidade”, mas também de alguns sócios cuja frequência é bastante esporádica e de amigos, parentes e namorados(as) de militantes. Durante essa “caminhada ecológica”, eles vão parando em alguns locais admirando a paisagem, entram em contato com agricultores que produzem com base em técnicas “naturais” ou “orgânicas”. Após o almoço sentam em círculo e fazem o que chamam de “O Sermão da Montanha”: trata-se de um momento de relaxamento com os braços soltos, os olhos fechados e as pernas cruzadas “para sentir o vento, ouvir o barulho da natureza e afastar o pensamento”; após isso, procede-se à leitura de um texto um tanto que “catastrófico” sobre o futuro da humanidade e do planeta.

Para estes militantes o foco principal da atuação do “movimento ecológico” deve estar centrado na descoberta e desenvolvimento da chamada “consciência ecológica” e sua atribuição principal deve ser o de “desenvolver a consciência ecológica nas pessoas”, de possibilitar uma “mudança de visão de mundo e de comportamento”. Assim, o principal desafio a ser enfrentado atualmente no ambientalismo é, por um lado, o de propiciar uma profunda “conversão individual”, que envolve a transformação completa das relações que os indivíduos estabelecem com a ordem da natureza, do corpo e do espírito e, por outro, uma “mudança coletiva” que implica a alteração das formas de organização e de vida comunitária pela constante recusa dos “artificialismos” produzidos pela sociedade capitalista e consumista e pela valorização de uma vida mais “sadia”, “simples” e “natural”, através da mudança radical das

práticas produtivas e organizacionais, como único “remédio” para o “mal” (“capitalismo”, “exploração dos recursos naturais”, “fim iminente”, etc.). A experiência em grupo, e mais especificamente em “entidades ecológicas”, tem uma dimensão terapêutica, pois é por meio dela que os indivíduos podem ter acesso e interiorizar os valores e as práticas autênticas de uma “sociedade ecologizada”: ela deve constituir uma espécie de contra-modelo da sociedade atual e se transformar em uma verdadeira “alternativa social experimental” em termos de vida individual e de organização comunitária. Eles defendem que a “ecologia” não deve “ficar restrita a um departamento de uma empresa, ou a um órgão do governo”, pois está “no mesmo patamar que a ética”. Como bem salienta uma das principais lideranças da “entidade” (Dirigente nº 13),

o objetivo último do Movimento é a qualidade de vida, que é uma coisa assim meio abstrata, mas que pressupõe que todos os seres têm seu espaço, as suas condições de vida pra poder desenvolver as suas possibilidades, as suas potencialidades físicas, intelectuais, culturais, satisfazer suas necessidades de afeto, de amor, necessidade de comida, bebida, enfim, todas as necessidades de todos os seres, não só da espécie humana (Entrevista).

De certa forma, esse tipo de discurso é característico dos dirigentes cujo engajamento na defesa de causas ambientais foi antecedido pela inserção de longa duração seja no escotismo seja em práticas de acampamentos com grupos de amigos, pela freqüência a casas voltadas para a alimentação natural, bem como pela participação constante em organizações e práticas religiosas (nesse caso, não apenas ao nível individual, mas também do próprio grupo familiar). De maneira predominante, eles tiveram uma vida escolar ao nível do primeiro e segundo graus em escolas evangélicas de formação luterana e foram profundamente marcados por valores religiosos. Concomitante a sua militância atual no “movimento ecológico”, participam simultaneamente de organizações e grupos que desenvolvem práticas religiosas e místicas (tais como o budismo, taoísmo, o I Ching) e grande parte é adepta da “alimentação natural”. Mesmo que os militantes de tal associação tenham uma clara preferência pelo Partido dos Trabalhadores e uma participação em centros

acadêmicos no transcorrer de sua formação universitária, tais engajamentos não resultaram na ocupação de cargos e posições de direção no mesmo.

A segunda modalidade de intervenção coletiva é constituída pelas associações que definem a defesa do meio ambiente como uma problemática “política e ideológica”. Esse tipo de intervenção associativa equivale a uma mistura particular de inserção simultânea em organizações sindicais, em “movimentos sociais” e em partidos políticos e de intercâmbio ao nível local e nacional em decorrência dessas próprias inserções. Seus militantes são os que apresentam uma avaliação mais negativa do “movimento ecológico”, de seus desafios e avanços, devido à indefinição do mesmo quanto às suas “bases políticas e ideológicas”. Para eles, a APEDEMA deve funcionar como uma espécie de “federação” para “representar” as bandeiras coletivamente definidas pelo Movimento Ecológico Gaúcho. É com base na participação de seus militantes e dirigentes simultaneamente em instâncias de representação do MEG e no Partido dos Trabalhadores que eles se sentem autorizados a estabelecer certa distância tanto em relação ao próprio “movimento ecológico”, fazendo constantes críticas à sua forma de organização, quanto em relação à política partidária, utilizando tal tipo de inserção para apresentar propostas alternativas a serem integradas pela organização partidária à qual se filiam.

O principal exemplo dessa modalidade de intervenção coletiva é o Centro de Estudos Ambientais ou CEA de Pelotas. Ele foi fundado em 1983 na cidade de Rio Grande, mas atualmente sua sede está em Pelotas. Os participantes do CEA denominam a sala onde está sediada a “entidade” como “nosso escritório”. Ela é bem organizada e fica em pleno centro da cidade de Pelotas, numa zona comercial, bem pertinho do principal calçadão da cidade, parece bem freqüentada e é um local mantido com o dinheiro dos próprios militantes. Tem praticamente dois ambientes, pois é em forma de “L”: num deles tem duas poltronas, uma mesa grande no centro, cadeiras ao redor e prateleiras com caixas de arquivo morto, um computador e impressora perto da porta do banheiro e um balcão do outro lado. No outro ambiente, encontra-se uma mesa comprida em torno da qual estão dispostas várias cadeiras, tem um quadro branco para escrever com pincel atômico e um armário. Durante as

reuniões eles utilizam o quadro para escrever a pauta, as propostas e as deliberações. É um ambiente meio apertado, de modo que não dá para se afastar muito da mesa, muito em função do armário. No outro ambiente, entre o computador e a estante, tem um mural com fotos “históricas” do CEA e artigos de jornais antigos com fotos de seus mais destacados membros.

Existem diferentes modalidades de reuniões no CEA: uma denominada de “político-administrativo” que é a que reúne o “conselho político” da entidade; outras que são as “reuniões temáticas” para discutir questões específicas com convite de algum palestrante; e ainda as “reuniões conceituais” destinadas a “firmar alguns conceitos”⁴⁸. Essa diferenciação quanto aos tipos de reuniões tem como objetivo propiciar uma melhor integração dos novatos, uma vez que se tinha constatado que “certas reuniões eram muito pesadas para os novatos e acabavam espantando as pessoas”. Os principais espaços de confraternizações entre estes militantes geralmente estão vinculados às “festas do PT”, aos “diretórios acadêmicos” e “organizações sindicais”. Tal entidade se mantém à base de contribuição dos seus principais integrantes, que ocupam cargos de confiança na administração local do Partido dos Trabalhadores: dois como secretários, um da Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA) e o outro da Secretaria de Urbanismo (SEURB); outros trabalham como assessores destas mesmas secretarias. “Exceção” apenas para duas integrantes que só não estão trabalhando na prefeitura devido a impedimentos legais e políticos por terem laços afetivos e matrimoniais com os referidos secretários. Mesmo assim, um casal de integrantes trabalha na mesma secretaria, posto que nenhum deles ocupa cargos do chamado “primeiro escalão” e sim de “assessoria”. Também a maioria dos “novatos” da organização está desenvolvendo trabalhos na prefeitura municipal, sejam como “assessores” ou como “estagiários” ou participantes do movimento estudantil. Além disso, a “entidade” estabelece “parcerias” com tais administrações para a realização de alguns projetos voltados para a educação ambiental.

⁴⁸ . Entre esses textos encontra-se: As Três Ecologias de Guatarri, O Ambientalismo Moderno de David Pepper, etc.

A essa forma de intervenção e de definição da militância ambientalista correspondem modalidades específicas de itinerários, de inserção social e de utilização instrumental de recursos escolares como legítimos para a militância por parte de seus dirigentes. Assim, os atuais participantes destas diferentes modalidades de reuniões são geralmente os coordenadores da entidade e alguns militantes mais antigos que têm uma “história pessoal” de militância em grêmios e movimentos estudantis e de filiação e de ocupação de cargos de direção no Partido dos Trabalhadores. Nesses casos, a entrada no associativismo ambientalista foi longamente precedida, concomitante e, até mesmo, em continuidade e em decorrência de certo reconhecimento adquirido no âmbito político-partidário devido à militância regular e liderança dentro do movimento estudantil tanto ao nível regional como nacional, assim como dentro do Partido dos Trabalhadores, inclusive com a ocupação de cargos de assessoria a vereadores e deputados e de confiança em administrações municipais e estaduais do referido partido. Em comparação com os entrevistados das outras associações, são esses os que apresentaram uma maior uniformidade e regularidade quanto aos tipos e graus de inserções anteriores à militância: ou seja, a maioria dos participantes dessas organizações já atuou em centros acadêmicos ou diretórios estudantis no decorrer da formação universitária, muitos deles inclusive, como lideranças que faziam parte da direção do movimento estudantil ao nível nacional.

A terceira modalidade de intervenção associativa é constituída pelas associações que definem a defesa ambiental como problemáticas “técnicas e científicas” e que devem ser resolvidas mediante intervenções fundadas no “conhecimento técnico” das questões e de forma “profissionalizada”, no sentido de que deve contar com funcionários pagos e que possam se dedicar integralmente à defesa de temáticas ambientais específicas. Por isso, um dos principais desafios apontados para o militantismo ambientalista nesse caso, consiste na “profissionalização” das entidades e dos seus militantes, no sentido de ter uma maior “responsabilidade profissional”, de “profissionais remunerados” para lutar pela questão ambiental em tempo integral e de “qualificação técnica” para possibilitar uma “intervenção mais densa e mais

consistente”. Dentro disso, para eles, entre os desafios principais enfrentados pelo ambientalismo atualmente, encontra-se a modificação das formas de intervenção do “movimento ambientalista” em direção à “profissionalização das entidades”, o que requer a captação de recursos financeiros e a seleção e formação de técnicos capacitados, com vistas a melhorar sua “capacidade de intervenção”. Em geral, tais associações combinam a defesa de problemáticas ambientais “específicas” tais como, “mata atlântica”, “energia”, “recursos hídricos”, “clima”, etc., com a inscrição em redes associativas internacionais e o estabelecimento de parcerias com empresas, universidades, órgãos e fundações de financiamento tanto na esfera local quanto na nacional e internacional. Por isso, priorizam determinadas instâncias como conselhos, comitês e fóruns especificamente voltados para estas problemáticas em detrimento daquelas que tem objetivos de articulação das organizações ambientalistas. Como bem destacou um dos dirigentes da ANAMA (Dirigente nº 34), a participação em instâncias como a APEDEMA e os EEEE se apresenta como uma espécie de “política estudantil ambientalista”, no sentido de que se trata de “discussões intermináveis” e sem muitos desdobramentos práticos e objetivos. E mesmo reconhecendo que a não participação nestas instâncias “despotencializa o trabalho” da “entidade” salienta, por outro lado, que esse tipo de intervenção não traz muitas compensações para a associação. Pelo contrário, segundo ele essa forma de intervenção acaba “fechando algumas possibilidades” para o desenvolvimento futuro de parcerias e dos projetos da organização.

Esse tipo de discurso parece específico de dirigentes cuja formação universitária e exercício profissional está estreitamente ligado à ocupação de posições e de cargos remunerados como “funcionários”, “técnicos”, “consultores” e “assessores” nas próprias associações ambientalistas, assim como em agências estatais, organismos e fundações de financiamento de projetos voltados para a defesa ambiental. O trabalho remunerado como “funcionário” das organizações onde militam não é exclusivo desta modalidade de engajamento associativo, mas esse se diferencia de outros tipos, posto que não se trata de uma atividade momentânea que acontece apenas quando os

militantes estão enfrentando dificuldades para conciliar sua militância com a busca de posições salariais em partidos políticos, em agências governamentais, universidades, etc. Nesses casos, o próprio ingresso nas associações, a continuação e os desdobramentos da militância se confundem com a ocupação de cargos remunerados nas mesmas que é concebida como uma forma legítima de atuação profissional. Todavia, existem tipos muito diversificados de associações que se aproximam dessa modalidade de intervenção coletiva. Em alguns casos se trata de associações que combinam uma atuação voltada para campanhas prioritárias como “mata atlântica”, “energia”, etc., com a atuação em conselhos e comitês de proteção ambiental, enquanto que em outros casos, é a atuação especificamente voltada para campanhas prioritárias que estão no centro de suas atividades. Algumas associações são constituídas a partir de “projetos” financiados por organismos e fundações internacionais em parcerias com universidades e têm uma intervenção bem circunscrita ao projeto desenvolvido. Todavia, um dos aspectos comuns a esse conjunto de associações é a vinculação das problemáticas ou campanhas priorizadas ao financiamento de organizações e fundações internacionais, bem como de organismos estatais e universidades, em decorrência da inserção de seus principais dirigentes nesses tipos de redes.

Uma primeira versão de intervenção “técnica e especializada” é a Associação Feminina Democrática Gaúcha, Amigos da Terra ou ADFG-AT. Mesmo que se trate de um núcleo de organizações internacionais, ela também é reconhecida atualmente como uma das entidades “pioneiras” nas lutas do movimento ambientalista no estado e só se tornou um núcleo da Federação Internacional Amigos da Terra após uma história de lutas na defesa de causas ambientais em tal região. Ela conta com funcionários próprios, os quais se dividem no trabalho de elaboração e coordenação dos principais projetos desenvolvidos pela associação, bem como na representação da mesma em instâncias locais e nacionais de proteção ambiental e nas que estão voltadas para a articulação das organizações ambientalistas do Rio Grande do Sul como é o caso da APEDEMA e dos EEEE. Ela foi criada em 1964 com o nome de

Ação Democrática Feminina Gaúcha ou ADFG. Inicialmente uma entidade de “senhoras”, esposas de empresários, médicos, juízes, etc., que se voltou mais claramente para a “questão ecológica” em meados da década de setenta, influenciada pela proximidade entre muitos de seus membros e os fundadores da AGAPAN. Em finais da década de oitenta, passou a fazer parte da Federação Internacional Amigos da Terra, “Friends of the Earth”. Decorrente dessas mudanças, a modificação de sua designação é constante e tem sido objeto de confronto entre os seus membros. Atualmente a sigla NAT é a mais corrente no universo do ativismo ambientalista. Todavia, muitos dos seus associados não aceitam essa designação, pois isso significa apagar a especificidade de sua história na região. Numa das reuniões isso ficou bem claro, pois se tratou de uma matéria publicada no jornal local por uma de suas coordenadoras com o título “NAT”. Alguns sócios enviaram e-mails e cartas se contrapondo à utilização desta sigla para designar a entidade. Isso se manifesta também no site, nos informativos, etc. Por exemplo, os informativos de novembro de 2001 e março de 2002 vêm intitulados como “NÚCLEO Informa”, enquanto que a partir de junho de 2002, eles aparecem como “AMIGOS DA TERRA Informa”. Um outro aspecto onde isso se manifesta é o seu aparecimento nas diversas listagens disponíveis sobre as associações ambientalistas do estado (Capítulo I). Ora, ela aparece sob uma designação ora sobre outra. Inclusive quando é reeditada uma mesma lista.

Sua atuação ocorre pela prioridade a determinados “programas de ação” que atualmente são os seguintes: “proteção da floresta atlântica”; “energia e mudanças climáticas”; “segurança química”; “sustentabilidade nas cidades”; “participação na campanha global de proteção à Antártica”⁴⁹. Cada uma dessas campanhas é coordenada por uma “equipe” específica ou um “coordenador técnico” diferente. Sua atuação em conselhos e comitês ocorre tanto na esfera municipal, quanto estadual e federal. Ao mesmo tempo, tal entidade faz parte de “redes nacionais e internacionais de ONG’s e movimentos sociais ligados à proteção ambiental e à discussão de questões

⁴⁹ . Fonte: http://www.natbrasil.org.br/quem_somos.htm

transversais”⁵⁰, dentre as quais se destaca: a Coalizão Rios Vivos, a Rede de ONG’s da Mata Atlântica, a Coalizão Florestas, a Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, o Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rede Brasileira de Instituições Financeiras Multilaterais e o Comitê Gaúcho do Fórum Social Mundial, além da APEDEMA. Além de participar dessas redes a entidade desenvolve parcerias com empresas como é o caso da Bibi Calçados, com o Unibanco e conta com recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos da Noyes Foundation, Fundo Global – Globalgreen, assim como de doações de seus associados que constituem uma boa fonte de manutenção da entidade. A respeito disso, sua “coordenadora executiva” salientou que já chegaram a receber doações de filhos de associados no valor de mil reais cada uma.

As reuniões da ADFG-AT ocorrem durante o “expediente de trabalho” e não à noite como na maioria das demais entidades. As pautas são pequenas e tratam de temas bem específicos, anteriormente definidos. Por exemplo, uma dessas reuniões era para tratar da “reforma do estatuto”, com o objetivo de que a entidade pudesse entrar na lei do 3º setor e assim ampliar o leque de projetos em desenvolvimento, bem como da questão financeira. Em outros casos, a reunião chamada de “reunião do livro” que tinha como objetivo específico tratar da redação de um livro sobre Mata Atlântica pois a entidade tinha recebido uma verba para sua edição. Outra vez a reunião foi especificamente voltada para tratar do tema “nossa casa” que foi uma mobilização feita pela entidade para conseguir a doação de uma casa pelo Patrimônio da União. Na reunião foram apresentadas as principais articulações que estavam sendo feitas junto ao Senador Pedro Simon e ao chefe do Patrimônio Regional. O público que participa das reuniões é constituído por alguns voluntários que estão engajados em algum “programa de ação” que é tema da reunião, por estagiárias de outros países que também se engajam em algum programa específico, o qual muitas vezes faz parte de seus estudos acadêmicos e pelas “coordenadoras técnicas” da entidade que no momento

⁵⁰ . Fonte: http://www.natbrasil.org.br/quem_somos.htm

eram duas “funcionárias remuneradas” e uma “voluntária”. Nas reuniões são feitos os relatos pelos coordenadores dos respectivos programas que estão sendo desenvolvidos, bem como os seminários, congressos e reuniões nacionais e internacionais que os representantes da entidade participaram. A respeito disso, cabe salientar que o NAT dispõe de uma “coordenadora técnica” que tem como uma das funções principais participar e representar a entidade em fóruns e reuniões internacionais.

Tais reuniões acontecem no local onde está sediada a entidade e que é denominado de “nosso escritório”. Trata-se de um local com três salas, cozinha e banheiro. A sala que dá acesso à entidade não é muito grande, mas é bem organizada; nas duas paredes da lateral direita e da que fica na frente da porta de entrada têm estantes com uma quantidade considerável de livros e numa das prateleiras materiais como camisetas, folders, etc. Os livros estão separados por temas (resíduos sólidos, Amazônia, etc.) e têm alguns sobre a história do movimento ambientalista. Numa outra sala fica uma grande mesa, rodeada de cadeiras, cada uma delas correspondendo ao “local de trabalho” das “coordenadoras técnicas”. A terceira sala é bem pequena e é onde fica um dos computadores. O outro fica na sala de entrada. Chama à atenção a grande quantidade de livros e sua organização como numa biblioteca: classificados por temas e com o número de registro. Essa forma de intervenção “profissionalizada” é resultado do empreendimento das duas principais lideranças e “fundadoras” da entidade que sempre atuaram como verdadeiras “funcionárias da entidade”, pois mesmo que fossem voluntárias, elas tinham uma dedicação integral à organização em função das boas condições financeiras a qual possibilitava dispor dos seus dias e de recursos para atuarem exclusivamente para a “entidade”, bem como para ter acesso a fontes de financiamento para a mesma.

O segundo exemplo de intervenção “técnica e especializada” é o GREENPEACE. Diferente da anterior tal organização está voltada para a implementação de campanhas prioritárias como desdobramento de diretrizes formuladas nos escritórios centrais e com base num corpo de “técnicos” e “especialistas” encarregados de determinadas campanhas e vinculados a tais

escritórios. A combinação de intervenção em problemáticas ambientais transnacionais com a utilização de recursos técnicos numa estrutura de divisão de tarefas hierarquizada e especializada não é uma característica particular do “escritório” do Rio Grande do Sul⁵¹. Em função disso, muitas vezes tal organização é designada por alguns dirigentes como “multinacional ambientalista”, devido ao fato de não ter uma intervenção voltada para problemáticas ambientais mais locais e regionais. O núcleo ou “grupo de Porto Alegre” do GREENPEACE foi constituído no ano de 1992 pela iniciativa de um argentino que se auto-exilou no Brasil no início dos anos oitenta depois da Guerra das Malvinas, motivado pelo interesse que o seu filho tinha pela “ecologia” a partir da escola e de ver continuamente na televisão o “barco do GREENPEACE lutando pelas baleias”. Esse tipo de contato inicial com tal associação, a partir da imprensa escrita e televisiva, é muito comum entre os participantes da mesma e está relacionada à grande presença das campanhas e atividades por ela desenvolvidas na mídia. Mesmo que os principais dirigentes sejam simpatizantes e eleitores do Partido dos Trabalhadores, a participação anterior no mesmo e em organizações estudantis não é muito freqüente. Acrescente-se a isso que tal organização é contrária à filiação a organizações partidárias.

A sede do “escritório” de Porto Alegre fica próxima ao Parque da Redenção, que é um dos locais de grande aglomeração de pessoas nos finais de semana e feriados e onde já ocorreram grandes mobilizações ambientalistas nos anos oitenta. Trata-se de uma sala pequena num edifício comercial, cujo aluguel fica a cargo do escritório central do GREENPEACE no Brasil que fica em São Paulo. Na referida sala se encontram camisetas, grandes quantidades de panfletos, de informativos e de documentos referentes às campanhas do GREENPEACE. Nas paredes estão expostos vários murais com as fotos das “campanhas” e das “ações diretas” desenvolvidas pelo GREENPEACE no Brasil e no mundo e pelas que foram realizadas pelos participantes do “grupo de Porto Alegre”. As reuniões são esporádicas e estão

⁵¹ . Sobre isso ver especificamente Gallet (2002).

geralmente ligadas à organização de tal núcleo para realização de alguma campanha que está sendo desenvolvida no âmbito nacional e internacional. O público que participa das reuniões é relativamente jovem, muitos cursando o segundo grau e outros a universidade. Grande parte deles comparece às reuniões vestidos com camisetas ou acessórios que têm o nome do GREENPEACE e num estilo de quem pratica “esportes radicais” e “camping”. Tal estilo corresponde também à maneira como eles aparecem nas “ações diretas” que geralmente estão acostumados a desenvolver pela entidade, escalando chaminés de fábricas, edifícios, etc.

Tal organização não participa de instâncias formais e locais de proteção ambiental como os comitês e conselhos estaduais ou municipais. Apenas no caso do Conselho Nacional de Meio Ambiente ou CONAMA é que ocorre a participação em comissões técnicas. As atividades desenvolvidas pelo “grupo de Porto Alegre” estão diretamente ligadas à formulação e coordenação de campanhas prioritárias que na grande maioria dos casos são iniciadas e coordenadas pelo GREENPEACE internacional que apóia e financia as ações desenvolvidas pelos escritórios nacionais ou centrais localizados em 29 países. O “escritório” de Porto Alegre consiste basicamente de um “núcleo de voluntários” cujas intervenções têm como caráter principal “adaptar e coordenar” as campanhas nacionais à situação local. Ele não dispõe de *campaigners* próprios que são os “especialistas” em determinados temas e os encarregados pelo escritório central de elaborar as principais diretrizes e estratégias de ação e coordenar as diferentes campanhas prioritárias da organização. Para o ex-presidente de tal núcleo de 1999 a 2002 (Dirigente nº 28), isso significa, num tom de descontentamento e de crítica em relação ao “pessoal de São Paulo”, que o “Rio Grande do Sul é visto apenas como um braço de campanha” e que há uma “grande falta de comunicação” entre o “escritório” de São Paulo e o de Porto Alegre, no sentido de repasse das informações de modo a considerar as sugestões locais ao planejamento e à forma de realização das ações da organização. Em função das campanhas priorizadas são estabelecidas também algumas parcerias e coalizões com associações locais como ADFG, bem como a participação em manifestações

conjuntamente com essas e outras organizações como AGAPAN, NEJ. Isso tem ocorrido em certas atividades vinculadas à campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos” e à que focaliza as “energias renováveis e limpas” pressionando contra o uso do carvão.

Por fim, como representante de uma terceira variante da atuação “técnica e científica” cabe mencionar aquelas organizações em que sua constituição e funcionamento estão diretamente ligados ao desenvolvimento de “projetos” para conservação de uma determinada espécie ameaçada de extinção, de um rio, um parque, ou dos recursos naturais de uma comunidade específica. Também nesse tipo de intervenção os exemplos são vários, cabendo destacar o caso da Ação Nascente Maquiné ou ANAMA. Tal “entidade” foi formalmente constituída em março de 1996 por um grupo de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: um conjunto deles estava vinculado ao Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais ou NIT, o qual está ligado ao Departamento de Antropologia; e o outro ao centro acadêmico da biologia e ao Movimento Estudantil. Trata-se de uma organização cuja criação e intervenção está circunscrita ao município de Maquiné e se direciona para a “conservação ambiental e busca de alternativas que permitam um *desenvolvimento sustentável* à Bacia Hidrográfica do Rio Maquiné” (ENCONTRO ESTADUAL DE ENTIDADES ECOLÓGICAS, 2001). Desde o início sua intervenção esteve voltada para o desenvolvimento de “projetos” direcionados à temática da Reserva da Biosfera e Mata Atlântica, mesclada com o “trabalho comunitário” com comunidades “indígenas” e “quilombolas”, no intuito de integrar o “conhecimento local” da comunidade com o desenvolvimento sustentável.

A associação é composta, basicamente, por estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com formação em biologia, agronomia, antropologia, educação artística, etc., e cuja atuação consiste no desenvolvimento de “projetos” de pesquisa, de extensão, de mestrado e doutorado relacionados às frentes de trabalho da “entidade”: educação ambiental nas escolas do município, diagnóstico das propriedades com “práticas agroecológicas”, avaliação ambiental da bacia hidrográfica do rio

maquiné, levantamento e identificação do patrimônio cultural da região, “estudo da ecologia da samambaia-preta” com vistas a viabilizar a extração, o cultivo e a comercialização “sustentada da espécie” que é uma fonte de renda de muitas famílias da região. A maioria desses “projetos” é desenvolvida em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS e em menor medida com o centro de ecologia e a faculdade de arquitetura. Além disso, eles contaram com o apoio e financiamento da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (CNPq), da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e do Programa RS-Rural também vinculado ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, bem como da Prefeitura Municipal de Maquiné e de organizações religiosas como a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). É através dos vínculos pessoais de algum dos dirigentes com tais instituições que os “projetos” são elaborados e implementados, sendo que praticamente todos eles estão vinculados à universidade e a pesquisadores das referidas faculdades e programas de pós-graduação que desenvolvem pesquisas na “área do meio ambiente”.

A entidade não dispõe de uma sede própria. As reuniões eram inicialmente realizadas nas casas dos próprios dirigentes, depois numa sala cedida pela UFRGS no mesmo prédio onde estava a sede da AGAPAN. Tal sala resultou de um convênio com a UFRGS e de projetos desenvolvidos em parceria com a universidade. No entanto, novamente ficaram sem local para se reunir em função do pedido da referida sala pela universidade, de modo que atualmente o conjunto do material e do pessoal se encontra muito disperso e eles têm dificuldade de encontrar um “ponto de referência” para se encontrarem. A participação da associação em instâncias de proteção ambiental está diretamente vinculada aos “projetos” que estão sendo desenvolvidos no momento, variando conforme estes. Desse modo, tal associação participa dos comitês e conselhos de proteção ambiental vinculados à questão da “Reserva da Biosfera e da Mata Atlântica”, à “Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí”, entre outros. Mesmo quando se trata daquelas instâncias voltadas para a articulação das associações ambientalistas do

estado, como as reuniões da APEDEMA e os EEEE, sua participação decorre dos projetos prioritários como foi o caso da participação nos encontros em que foi decidida a representação do MEG para os conselhos e comitês estaduais e nacionais da “Mata Atlântica”.

Quando se examinam as dinâmicas de organização e de funcionamento das principais organizações ambientalistas atuantes no Rio Grande do Sul, observa-se que há uma grande diferenciação entre elas no que diz respeito aos objetivos de suas intervenções e às atividades e espaços de atuação priorizados. Tais diferenças estão relacionadas fundamentalmente às inserções anteriores e simultâneas de seus dirigentes em outros tipos de organizações e de “movimentos sociais”: organizações religiosas, partidos políticos, associações e fundações internacionais, universidades e programas de pesquisa, etc. São tais vinculações, muito mais do que os tipos e graus de formação escolar, que exercem uma influência preponderante sobre o recrutamento e a seleção dos novos militantes, bem como sobre os referenciais ideológicos e intervenções públicas que caracterizam determinada associação. É que, além de funcionar como espaços de socialização e de ativação ou reforço das disposições militantes que conduzem os dirigentes ao ambientalismo, tais inserções funcionam também como espaços de elaboração de múltiplos referenciais ideológicos e de formas específicas de intervenção pública na defesa ambiental. Como demonstra Mische (2003), a propósito do Movimento Estudantil durante o processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, o acúmulo de posições em múltiplas redes constitui também uma das formas de constituição de alianças entre atores vinculados a diversas organizações e implica a negociação de tipos diferenciados de “identidades, projetos e estilos de participação” associados com seus vários envolvimento e afiliações.

Desde que muitos participantes pertencem simultaneamente a uma variedade de redes sociais, eles engajam em miríade, complexas negociações entre as múltiplas dimensões de seus atuais envolvimento, os quais são freqüentemente imbricados na sobreposição de formação de redes. Essa negociação afeta uma gama imensa de processos relacionais, desde o recrutamento e extensão para coordenação política à disputa e

construção de aliança (MISCHE, 2003, p. 258).

Um dos principais desafios encontrados na investigação das intervenções coletivas das associações ambientalistas reside justamente em apreender a multiplicidade de referenciais vinculados às intervenções e atividades das associações e sua relação com a acumulação de múltiplas posições de seus militantes e dirigentes. A participação em organizações ambientalistas, não resulta apenas da negociação de uma identidade individual, mas, ao mesmo tempo, do ajuste dos diferentes objetivos ideológicos e das modalidades de participação que resultam dos vários envolvimento dos militantes e dirigentes com outros tipos de organizações e “movimentos”: partidos políticos, organizações religiosas, universidades, organismos de financiamento e associações ambientalistas internacionais, etc. Por isso, a difícil articulação entre o conjunto de organizações que atuam na defesa de causas ambientais não resulta apenas da grande diversidade de disposições e de itinerários militantes e profissionais que conduzem seus dirigentes a tal tipo de militância. Nem somente da existência de uma quantidade muito grande de associações com objetivos os mais variados. Ela resulta principalmente da grande heterogeneidade de vinculações que por meio de seus principais dirigentes tais associações estabelecem simultaneamente com outros tipos de organizações e de “movimentos sociais”. As vinculações dos militantes e dirigentes a tais redes de organizações constituem um dos aspectos decisivos da diferenciação das formas de intervenção associativa nas instâncias formais de proteção ambiental. É com base na conformação de tipos e graus diferenciados de vinculação ao Partido dos Trabalhadores, a associações e fundações internacionais e a organizações religiosas que se delineiam as principais divisões e polarizações entre o conjunto de associações.

A inserção dos dirigentes em múltiplas redes de organizações e “movimentos sociais” como forma de acesso à atuação profissional nas mais diferentes esferas de atividade, configurou um padrão de relações entre as associações ambientalistas, conforme a tipologia estabelecida por Diani (2003),

que se caracteriza por uma forte segmentação: por um lado, a fragmentação e descentralização que dá origem a formas de ação associativa bastante atomizadas em decorrência das respectivas redes de relações que elas estabelecem com os mais variados tipos de organizações; e, por outro, a concentração de algumas intervenções em um número muito reduzido de associações em decorrência de seu envolvimento com um conjunto relativamente semelhante de organizações e de “movimentos sociais”. Para além das diferenças quanto aos tipos de intervenção e às formas de apresentação e problemáticas defendidas pelas associações, são as combinações desse grau elevado de atomização com formas extremamente centralizadas de intervenção que parecem constantes. Desse modo, as intervenções públicas das associações em instâncias formais de proteção ambiental, exemplificam essa constante tensão entre dispersão e centralização num padrão fortemente segmentado das redes de interações entre as associações ambientalistas em decorrência de suas vinculações com organizações e “movimentos sociais” cuja atuação está voltada para outros tipos de questões e esferas de atividade.

5.3 – O PREDOMÍNIO DA INTERVENÇÃO CONVENCIONAL

A participação em instâncias formais de proteção ambiental constitui uma das modalidades principais de intervenção pública das associações ambientalistas. Diferente de um momento em que as manifestações de rua e os protestos em locais públicos constituíam os ingredientes principais dos repertórios de ação coletiva dos ambientalistas, as atividades que estão no centro das intervenções das associações são as reuniões de conselhos e comitês de proteção ambiental, bem como os congressos, encontros e fóruns voltados para a elaboração e discussão das diretrizes que devem pautar a implementação de políticas ambientais (Ver Anexo 1). Suas intervenções em tipos distintos de conselhos e comitês e em instâncias de articulação das

organizações ambientalistas mostram que os usos da “ecologia” nesses locais estão respaldados nas inserções simultâneas de seus dirigentes em vários tipos de organizações e redes sociais. São as vinculações dos principais dirigentes a tais organizações que sustentam os tipos de intervenções das associações e que, ao mesmo tempo, explicam a multiplicidade dos objetivos ideológicos e programáticos defendidos pelas mesmas em suas diversas intervenções.

Em decorrência disso, a “representação do movimento ecológico” parece algo que é utilizado somente quando convêm: por um lado, para dar maior amplitude aos objetivos estritos da mobilização; por outro, é algo altamente circunstancial e que está estreitamente dependente do conjunto de organizações que estão em confronto em um dado contexto. A própria idéia de “representar” o “movimento ecológico” é sempre amplamente debatida nos conselhos de proteção ambiental e nas reuniões das associações, mas nunca é algo sobre o que se delibera. Mas, isso não impede que as organizações ambientalistas tenham representação em uma diversidade de comitês e conselhos governamentais nos níveis federal, estadual e municipal. Desse modo, as instâncias formais de participação e de representação da proteção do meio ambiente são bastante variadas: uma variedade enorme de conselhos e comitês; reuniões e assembléias de entidades, encontros estaduais entre entidades; participação em palestras, conferências e seminários; formação de “redes” em torno de determinadas temáticas como é o caso da Rede Mata Atlântica, da Rede de Justiça Ambiental, entre outras; participação em eventos tal como o Fórum Social Mundial, entre outros. Considerados como “ordens de interação” ou “reuniões sociais” (GOFFMAN, 1991, 1999), as diferenças significativas entre tais espaços de atuação e as lógicas *sui generis* que definem os discursos, os confrontos e as alianças nos mesmos, estão entrelaçadas e constituem um desdobramento das concepções de política que respaldam as intervenções associativas na defesa ambiental.

Quando se focalizam algumas dessas instâncias, observa-se que sua estrutura e dinâmica interna de funcionamento são bastante heterogêneas e diferenciadas. O conjunto de setores, de organizações sociais e de

“interesses defendidos” que se fazem presentes nos mesmos varia enormemente, podendo-se diferenciá-las em duas formas principais de vinculação com a defesa ambiental. De um lado, conselhos e comitês governamentais que apresentam um sistema bem diversificado de organizações e de agentes interessados na proteção ambiental: agências governamentais, universidades, setores empresariais, sindicatos, associações técnicas e profissionais, associações ecologistas, etc. Do outro lado, encontros estaduais e atividades vinculadas à APEDEMA que contam predominantemente com a participação das associações cuja finalidade prioritária é a defesa do meio ambiente e que concorrem para a articulação das “entidades ecológicas” e para o estabelecimento de definições, de diretrizes e de deliberações a respeito das formas de organização e de intervenção das mesmas. Nesse sentido, pode-se falar em dois tipos principais de intervenções associativas nessas instâncias: aquelas voltadas para a ocupação de cargos em conselhos de proteção ambiental; e aquelas que priorizam as instâncias de articulação das organizações ambientalistas.

Em meio a uma estrutura de interações entre as associações fortemente caracterizada pela descentralização e inexistência de hierarquias institucionais, pode-se identificar também algumas instâncias de “formulação de diretrizes”, de “deliberação” e de “articulação” das “entidades ecológicas”. Para aqueles que participam do universo das “entidades ecológicas”, o associativismo ambientalista difere das outras formas de militância em defesa de causas ambientais, principalmente das ações desenvolvidas por organizações empresariais, político-partidárias, bem como das associações “que não interagem com outras entidades” reduzindo sua ação a uma forma de intervenção local. Para estes, são os encontros estaduais, as reuniões da APEDEMA e das próprias entidades que são o *locus* prioritário da intervenção associativa. A estas diferenças se associam formas particulares de apresentação das associações. Nos conselhos e comitês, as associações ambientalistas se apresentam como um grupo particular e distinto: constituído pelas entidades que têm como finalidade prioritária e interesse comum a defesa de causas ambientais e que, dessa forma, se diferenciam dos demais

atores vinculados à proteção ambiental. Já nas atividades e eventos vinculados ao MEG, as divisões e os conflitos entre esse conjunto de “entidades ecológicas” ficam mais visíveis.

Do mesmo modo, as intervenções associativas obedecem a lógicas diferenciadas em cada um destes espaços e são governadas por diferentes formas de apresentação das problemáticas ambientais, podendo-se distinguir três tipos distintos de associações. Primeiramente, associações voltadas para a ecologia como uma “problemática geral” à qual se associam os mais diversos tipos de causas. Também denominadas de “entidades movimento”, em geral, elas dão prioridade ao MEG, bem como ao CONSEMA que pretende agregar os mais diversos tipos de organizações da chamada “sociedade civil”. Em segundo lugar, associações centradas na defesa de “problemáticas ambientais específicas” e que se especializam na defesa de determinadas questões tais como a “reserva da biosfera”, os “recursos hídricos”, ou mesmo de algumas espécies como a “sambambaia preta”, etc., e que são também chamadas de “entidades projetos”; essas atuam em conselhos, comitês e redes que tratam especificamente destes temas. Um terceiro conjunto é formado pelas associações que se caracterizam pela defesa de “problemáticas locais e pontuais”, centradas nos problemas de sua região ou município e que são designadas de “entidades locais”; essas têm uma atuação focalizada em conselhos e comitês locais.

Independente dessas diferenças quanto aos objetivos defendidos pelas associações, que se pode depreender de sua participação nas principais instâncias de defesa ambiental, as intervenções coletivas dos ambientalistas se caracterizam também pela ausência de hierarquias formais e ideológicas entre o conjunto de organizações. A dificuldade em delimitar hierarquias e fronteiras formais entre as organizações resulta, principalmente, da multiplicidade das redes de organizações e “movimentos sociais” vinculadas às mobilizações ambientalistas e através disso da grande heterogeneidade de retribuições que o engajamento na defesa do meio ambiente oferece. Os principais dirigentes e a maioria dos militantes das organizações estão inseridos simultaneamente em diversos tipos de organizações e “movimentos sociais”. Nesse sentido, é a

atuação simultânea em uma multiplicidade de redes informais que possibilita compreender os traços principais das intervenções coletivas no ambientalismo. Uma das conseqüências mais claras disso é que a utilização dos referenciais ideológicos vinculados à defesa ambiental e os repertórios de ação utilizados se tornam quase sempre muito circunstanciais e contextuais.

A) OS CONSELHOS E COMITÊS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Alguns trabalhos têm salientado que os conselhos e comitês constituem “as instâncias que agregam as principais ações externas dos grupos ambientalistas”, como “o *locus* privilegiado de confronto e/ou alianças” e como o local para onde os agentes vinculados à “defesa ambiental” “canalizam seus diversos interesses” e têm “seu espaço de representação de interesses” (LOUREIRO & PACHECO, 1995, p. 150). De certa forma, essa acentuada participação das organizações ambientalistas em conselhos e comitês de proteção ambiental resulta de uma maior concentração das intervenções associativas em espaços formais e vinculados à esfera estatal que ocorreu nos últimos anos, em detrimento das mobilizações e ações não-convencionais como as manifestações de rua, as denúncias contra tipos específicos de degradação ambiental, etc. Com algumas variações, a composição desses conselhos é formada, de um lado, por um grande contingente de cargos de confiança e funcionários vinculados ao Estado e, do outro, por um conjunto heterogêneo de organizações ambientalistas. De diferentes maneiras o exame das dinâmicas de funcionamento de tais conselhos, possibilita identificar um conjunto de variações nos tipos de intervenção das associações ambientalistas que estão relacionadas às diferenciações das formas de definição da problemática ambiental. Em linhas gerais, tais instâncias sinalizam para uma grande atomização e fragmentação das intervenções associativas, mas também, para certa diferenciação entre as organizações que vêm na defesa de causas ambientais uma forma de politização do conjunto de esferas e de

práticas sociais e aquelas que circunscrevem suas intervenções a problemáticas “técnicas” e setoriais.

A primeira modalidade de intervenção observada é aquela em que as organizações ambientalistas se apresentam como um conjunto diferenciado dos demais: seja como as “representantes da sociedade civil organizada” ou simplesmente as “ONG’s” ou ainda as “representantes do movimento ecológico”. O Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) exemplifica esse tipo de intervenção associativa. Nesse sentido, observa-se que as lideranças que constituem a coordenação da APEDEMA⁵² e algumas que estão vinculadas às “entidades ecológicas”⁵³, ocupam uma posição bem diferenciada dentro de tal conselho: são os “eles” para alguns, “as ONG’s” para outros, o “pessoal do movimento, pessoal das ONG’s” e assim por diante. Ao mesmo tempo, as dinâmicas de funcionamento de tais reuniões são marcadas por constantes confrontos entre os “representantes do MEG” e os que fazem parte da administração estatal ou “governo”.

As formas de ocupação dos lugares dentro do conselho e as dinâmicas das reuniões, evidenciam esta dinâmica de confronto em torno do que os próprios participantes designam como uma oposição entre “MEG” e “Governo”. Com base na observação de várias reuniões e nas alusões e designações que os membros do conselho fazem em relação a si mesmos e aos “outros”, é possível dizer que tal conselho está dividido entre “governo”, “conselheiros ou delegados” e “movimento ecológico ou ONG’s”. De um lado, o “pessoal da SEMA” que ocupa a posição central na mesa e que têm grande representação no conselho, uma vez que diversos departamentos e setores da mesma tem direito à representação e voto; ao redor da mesa, encontra-se um público relativamente variável de “CC’s” ou “cargos de confiança” da própria secretaria que apóiam as tomadas de posição da mesa, fazendo-se presentes naquelas votações decisivas em que há um enfrentamento entre “MEG” e “Governo”, como foram as votações relativas à liberação do Parque de Itapoã e

⁵² . Três *representantes*: uma do CEA – de Pelotas; outra da AGAPAN – de Porto Alegre; e outro do ROESSLER – de Novo Hamburgo.

⁵³ . Um *representante* da ALGA - de Caxias do Sul; e outro da ADFG-AT - de Porto Alegre.

à realização da Conferência Estadual do Meio Ambiente (CONFEMA). No “meio” está um público relativamente variável de “representantes” de órgãos públicos federais e estaduais e de “organizações de classe” (FIERGS, FETAG, etc.) cuja grande maioria encontra-se na segunda e terceira filas. Estes constituem a maioria do conselho, todavia, ficam geralmente calados, cochichando, às vezes cochilando, e sem prestar muita atenção ao que está sendo discutido. Suas intervenções são dedicadas a “agilizar” a reunião com “propostas de encaminhamento” e de “busca de consenso”. Do outro lado, está o “pessoal das ONG’s” ou o “movimento ecológico”, como costumam se auto-definir, que constituem o menor número, sentam-se no “fundo da sala” (na última fila em oposição à “mesa”), um do lado do outro. Estão sempre comentando, criticando ou defendendo posições contrárias ao “pessoal do governo”, às vezes, a cada ponto de pauta.

A dinâmica de discussão e de votação de certos “pontos de pauta” também nos remete para esse mesmo tipo de polarização. Um exemplo disso, entre outros anteriormente referidos, foi a votação em 24 de maio de 2002 de realização da CONFEMA. Desde as reuniões preparatórias com vistas à participação no XXIII Encontro Estadual de Entidades Ecológicas, realizado de 10 a 12 de maio de 2002, que a discussão referente à “participação do movimento” na realização da CONFEMA em 2002 tem sido colocada pelas associações que participam da APEDEMA. No encontro estadual, após várias horas de discussão e de confrontos principalmente com certos militantes que ocupam cargos dentro da própria SEMA, deliberou-se pela não participação do MEG e da APEDEMA em tal evento. Dentre os argumentos principais estava uma certa crítica à “falta de democracia do governo” no tratamento do assunto, uma vez que para as “entidades ecológicas” a “participação da base” não tinha sido privilegiada nem sequer considerada pelo “governo” tanto para a avaliação da última conferência realizada em dezembro de 2000, quanto para o planejamento e discussão da próxima.

Uma das primeiras manifestações de desacordo dos “representantes do MEG” quanto ao referido ponto na reunião do CONSEMA apareceu em reuniões das “entidades ecológicas” que “representam” o movimento em tal

conselho e consistiu de comentários quanto ao fato de “o governo” ter modificado a data da reunião em função de “querer lançar o ponto CONFEMA”. Em conversas com tais lideranças, anteriores à tal reunião, cogitou-se também que isso poderia estar relacionado ao fato “do governo” já saber qual seria a posição do MEG por meio dos militantes vinculados à SEMA e que participaram do referido Encontro Estadual.

Assim, logo que começou tal reunião um “representante do MEG”, manifestou-se quanto à mudança tanto da data quanto da pauta, pois a pauta dessa reunião tinha sido definida na reunião anterior e seria exclusivamente para “discutir e fazer um amplo planejamento das pautas do conselho para esse ano”. Sendo assim, “em nome do movimento”, tal liderança propôs inverter a referida pauta discutindo-se primeiro o planejamento e deixando a CONFEMA para depois. A “mesa” argumentou que CONFEMA é rápida e que o planejamento requer outras reuniões em função da quantidade de temas já previamente listados pela SEMA. Os “representantes do MEG” não contestam tal posição e passa-se então à apresentação da proposta para realização da conferência. Após a apresentação ninguém se manifesta imediatamente, gerando certo tempo de silêncio, interrompido apenas pelas palavras da “mesa” oferecendo a palavra aos “conselheiros” para manifestação. Tal silêncio é interrompido pela fala do mesmo “representante do movimento” que durante um bom tempo torna-se o alvo de contestação e de confronto com a “mesa”. Após uma longa sucessão de intervenções entre a “mesa” e tal “representante”, ocorre uma seqüência em que os outros “representantes do movimento” também interviram. Em meio a isso se segue um conjunto de intervenções de “delegados e conselheiros” cujas propostas foram: a de que a “mesa deveria abrir a participação deles” (“do pessoal das ONG’s”) na realização da CONFEMA; outros utilizam argumentos bem próximos aos da mesa e criticam a reivindicação “das ONG’s”; outros que afirmavam “entender a preocupação do pessoal das ONG’s”, formulam “propostas intermediárias” que buscavam um certo consenso entre as duas partes em confronto.

Os argumentos dos “representantes do movimento ecológico” foram os seguintes: “falta um processo de sedimentação da CONFEMA e de

qualidade das discussões a respeito de sua realização”; “a coisa está indo com base em atropelos e a preocupação da gente é que isso não seja atropelado”; “nossa proposta é representativa do MEG e do último Encontro Estadual, estando embasada por quem vive o dia-a-dia das ONG’s, de modo que se trata de valorizar uma CONFEMA bem embasada”; “em junho tem Semana do Meio Ambiente, encontro da Conferência Internacional Rio + 10 e uma série de atividades do movimento”; “é melhor realizar após as eleições ou início do outro ano, inclusive, seria melhor que as próximas fossem realizadas em anos ímpares para não coincidir com o ano eleitoral”. Já do lado “do governo” as propostas lançavam mão de outros argumentos: “não é possível discutir se se vai fazer ou não, pois a CONFEMA é uma exigência legal e é também uma exigência política desse governo que procurou romper com a lacuna de ausência de discussão e de debate tal como era antes”; “é positivo coincidir com o período eleitoral e tem que ser antes das eleições, pois as eleições é quem vai dar credibilidade política à CONFEMA”; “após as eleições não se mobiliza ninguém, é um período de ressaca política”, “é uma questão de credibilidade política séria, pois se o governo perde isso tende a um esvaziamento da conferência”; “a ocorrência de vários eventos ao mesmo tempo (Semana do Meio Ambiente, Conferência da Rio + 10) tende a potencializar a CONFEMA, ao invés de ser empecilho, possibilitando um melhor acesso a TV e jornais”.

Uma “proposta intermediária” é aceita pelos “representantes das ONG’s” após momentos de “conchavo” entre eles. Então meio que sorrindo num tom que mistura brincadeira e ironia uma “representante do movimento ecológico” afirma: “vamos apoiar a proposta da FIERGS e retiramos a nossa”, que era a de não realização da conferência esse ano. Esse ponto de pauta ocupou todo o tempo da reunião naquele dia, de modo que nem se discutiu o ponto “planejamento” que era o objetivo inicial da reunião; ou melhor, a discussão do mesmo reduziu-se ao “encaminhamento da discussão” para uma próxima reunião.

As origens desse confronto entre “movimento ecológico X governo”, que permeia tanto a preparação quanto a dinâmica interna e os

desdobramentos das reuniões do CONSEMA, estão fundadas no próprio processo de constituição do ambientalismo do Rio Grande do Sul e nas relações estreitas estabelecidas de longa data pela grande maioria de seus militantes e dirigentes com o Partido dos Trabalhadores: relações de amizade, simpatia com o partido, proximidades ideológicas, engajamento nas eleições, adesão e militância partidária, ocupação de cargos de confiança nas administrações petistas, etc. A participação simultânea em associações ambientalistas e no referido partido constitui uma das características constantes para a maioria dos dirigentes que ingressaram nesse tipo de militância a partir dos anos oitenta. Conjuntamente com o Movimento Estudantil, as organizações e “movimentos” que fazem parte do Partido dos Trabalhadores constituem o principal potencial de mobilização do ambientalismo a partir dos anos oitenta. Vale lembrar que o ingresso de dirigentes vinculados ao referido partido na principal associação ambientalista do estado constituiu um dos momentos-chaves de ruptura entre os ambientalistas gaúchos (Capítulo II e IV). Todavia, existem tipos e graus diferenciados de vinculação de tais dirigentes com os principais grupos em confronto no referido partido, de modo que muitas das disputas e dos encaminhamentos que se manifestam nas reuniões do CONSEMA têm origem em confrontos que resultam de suas inserções em tais grupos.

A entrada do referido partido na administração municipal de Porto Alegre no final dos anos oitenta e na estadual em fins dos anos noventa, deu origem a uma série de confrontos e rupturas entre os ambientalistas gaúchos, na medida em que explicitou a diferenciação dos tipos e graus de vinculações dos dirigentes ambientalistas com grupos e organizações que fazem parte do PT. De maneira mais específica, a eleição para a coordenação do CONSEMA, logo que o PT passou a administrar o Estado do Rio Grande do Sul, decorrente da vitória eleitoral para o período de 1999-2002, parece ter sido um dos agravantes principais para o desencadeamento desta modalidade de relação. Acontece que em decorrência destas relações estreitas e do engajamento na campanha eleitoral que resultaram na vitória do referido partido, os representantes do “movimento ecológico” tinham certa expectativa de que os

“novos governantes” (muito deles militantes do MEG) defendessem e implementassem automaticamente as “bandeiras de luta” e “propostas” do “movimento ecológico”. No entanto, o fato de o novo Secretário do Meio Ambiente, antigo militante do “movimento ecológico”, ter concorrido para a coordenação do referido conselho, bem como ter se saído vitorioso, parece soar como uma espécie de “traição” para essas lideranças e, sem dúvida, pode se constituir como uma via de acesso para a análise do processo de gênese e de consolidação da oposição entre “MEG” e “Governo”.

Independente desses constantes confrontos, as reuniões do CONSEMA no período considerado evidenciam a continuidade de uma definição das instâncias de proteção ambiental como espaços de confrontos “políticos e ideológicos” e não apenas como locais de discussões e de intervenções “técnicas”. A discussão de “princípios e conceitos” é um aspecto constante nas intervenções dos principais protagonistas dos confrontos observados durante as reuniões, tanto nos “representantes da SEMA” quanto no das organizações ambientalistas. Tanto é que quando a pauta das reuniões consiste da avaliação de questões “técnicas” como os pedidos de “habilitação dos municípios para licenciamento ambiental”, a aprovação da “lista de espécies em extinção”, entre outras, as reuniões transcorrem num clima de grande monotonia e até mesmo esvaziamento. Essa visão de tal conselho como uma esfera de politização das mais diferentes questões e práticas sociais está respaldada na vinculação comum dos principais protagonistas desses confrontos a redes de organizações e “movimentos” que fazem parte do Partido dos Trabalhadores.

Essa proximidade de laços pessoais, políticos e ideológicos entre os representantes do MEG e o “pessoal do governo” que fazia parte do CONSEMA no período de 1999 a 2002, manifesta-se de forma muito clara quando está em jogo a avaliação dos dirigentes ambientalistas a respeito do referido conselho no governo anterior e no atual. Nesse sentido, vale acrescentar que numa das reuniões da APEDEMA, ocorrida após a derrota do PT, um dos representantes afirmou publicamente referindo-se ao antigo secretário e presidente do conselho: “É que antes era ruim, mas era com a

gente”. Do mesmo modo, nas reuniões que ocorreram após a derrota eleitoral do PT no Governo do Estado, os representantes do bloco vitorioso nas eleições e que ocupam os postos de direção no referido conselho, lançam mão de uma concepção de tal conselho como um espaço para discussão de questões “técnicas”. Nesse sentido, numa dessas reuniões o novo presidente do conselho manifestou-se durante várias vezes contra o “pessoal da MEG” definido-os como “políticos”, pois “não têm o domínio técnico das questões” tratadas pelo conselho e argumentando, contrariamente a estes, que não se deve fazer do CONSEMA “um lugar para discussão de princípios”, que a “SEMA é uma secretaria técnica” e que não cabia tratar todas questões como “questão para embate”.

A segunda modalidade de intervenção é constituída pelos conselhos e comitês que apresentam suas intervenções como uma atuação “técnica” e que se contrapõem a essa visão militantista da defesa do meio ambiente. Nesses casos também os tipos de organizações ambientalistas que participam dos mesmos têm uma vinculação maior com organismos públicos e privados de financiamento, sejam eles administrações locais, universidades ou fundações internacionais.

Uma primeira versão disso são as reuniões do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera e Mata Atlântica. Em primeiro lugar, elas têm uma data fixa para realização que são as segundas terças-feiras de cada mês, das 14h30min até às 17h30min. A pauta proposta geralmente é obedecida, havendo certa preocupação e encaminhamentos para que ela seja “esgotada” na própria reunião. O horário de início e de término segue rigorosamente o tempo programado. Do mesmo modo, a pauta e as discussões são bem mais objetivas e raramente polemizadas, havendo intervenções constantes da “mesa” para o seu encaminhamento, tais como a do próprio presidente em uma dessas reuniões quando disse “vamos propor logo um encaminhamento para o assunto não ficar demais complexo”.

Quanto à diferenciação interna entre os principais grupos que fazem parte do comitê, não se observou, até o momento, um modelo de relação que opõe “movimento ecológico e governo” tal como encontrada no CONSEMA. A

própria presidência do conselho está nas mãos de um “representante” de uma “entidade ecológica”, tendo como secretária uma “representante da SEMA”. Assim, pode-se observar que as relações estabelecidas pelos membros do conselho com a mesa não parece tão polarizada em comparação ao CONSEMA, ainda que sua composição seja bem semelhante à deste no que diz respeito à quantidade de “representantes” vinculados à SEMA, à órgãos públicos e ao MEG. Pelo contrário, as modalidades de interação entre seus membros apresentam formas mais dialogadas e menos formalizadas: o tratamento dos conselheiros é pelo nome próprio; senta-se em círculo, não havendo em geral a necessidade de fazer inscrições para disciplinar as falas (apenas o presidente às vezes lembra que alguém estava inscrito); há constantes “brincadeiras” e risadas gerais, como por exemplo, uma vez que o presidente falou em tom jocoso que eles não deveriam propor uma espécie de “seminário semi-confinado” para um evento que pretendiam realizar, provocando uma risada geral. Outro exemplo foi quando um “conselheiro” lamentou que na Semana do Meio Ambiente a questão mais discutida era a da aprovação das queimadas e alguém completou dizendo: “a aprovação dessa lei é sinal de que alguém está fazendo alguma coisa pelo meio ambiente”, sendo também seguido por um momento de risada geral dos outros membros do comitê.

No que diz respeito à relação estabelecida com a problemática ambiental cabe salientar que eles falam de “meio ambiente” enquanto “reserva da biosfera e mata atlântica”. Isso fica bem evidente em algumas situações como foi a da discussão da “plataforma mínima” a ser apresentada aos candidatos ao Governo do Estado. Um dos conselheiros relatou que o Fórum Estadual dos Comitês de Bacias Hidrográficas está preparando um debate com candidatos para discutir especificamente a questão, sugerindo que o mesmo fosse feito por esse comitê. Na discussão sugeriu-se fazer em conjunto com o comitê de bacias (“unir todos os esforços em conjunto com o Fórum do Comitê de Bacias”). Tal “representante” não gostou muito da idéia, afirmando que “recursos hídricos é bastante extenso” e isso poderia “comprometer a especificidade” daquele. No mesmo sentido, a intervenção do presidente do

comitê salientou que “no caso da mata atlântica e reserva da biosfera abrir para a problemática ambiental que é tão abrangente, correria o risco de afogar a própria reserva da biosfera”.

Ocorre que as “entidades ecológicas” que “representam o MEG” nesse comitê não são as mesmas que estão no CONSEMA: todas parecem estar vinculadas a projetos que desenvolvem em parceria e com financiamento de fundações e organismos nacionais e internacionais e dispõem de um “capital de relações internacionais” e burocráticas (DEZALAY & GARTH, 1998) bem maior que as associações que fazem parte do CONSEMA. Na discussão de alguns pontos onde a questão financeira emergiu foi possível perceber que em geral tais associações parecem dispor de dinheiro, pois são várias as que se propõem a organizar certos eventos “com recursos próprios”.

O outro exemplo de intervenção “técnica” são os comitês que combinam tal tipo de atuação com a atuação mais localizada na defesa de um determinado tipo de recurso natural (arroyos, rios, espécies animais, etc.). Algumas breves considerações sobre o Comitê do Lago Guaíba, com base em observação de reuniões, em conversas com dirigentes ambientalistas que participam do mesmo e na leitura de atas de reuniões, parecem nos colocar diante de dinâmicas de funcionamento relativamente semelhantes às encontradas no Comitê Estadual de Reserva da Biosfera e da Mata Atlântica, ainda que com algumas características próprias.

Diferente do que ocorre no CONSEMA, também se discute nesse comitê questões tidas como “técnicas” que são apresentadas como diferenciadas das “reivindicações do movimento ambientalista”. A respeito disso, é ilustrativo a distinção que se estabelece entre o “monitoramento da água” e o “monitoramento ambiental”: o primeiro diz respeito à elaboração de planos de bacia e de gestão “para o tratamento de problemas da água”; já o segundo “inclui praticamente tudo” e não comporta certos limites e definições mais específicas. O mesmo ocorre com o tempo de duração da reunião e com as formas de condução dos debates: o presidente fica olhando no relógio a todo o momento e intervindo para que as pessoas concluam logo suas intervenções “para que permaneçamos no horário previsto”, bem como

interrompe as intervenções de certos conselheiros com advertências tais como: “vamos deixar detalhes técnicos dessas coisas para depois”, “isso já foi apresentado em outra reunião”.

Por outro lado, as próprias definições de suas atribuições e formas de ação estão fundadas em certas oposições em relação ao “movimento ecológico”: “isso aqui é um instrumento de gestão pública constituído pelo Estado, não é movimento ambientalista baseado na militância, no esforço pessoal e voluntário, amadorístico”, afirma o presidente do comitê a respeito do fato do governo não ter depositado as verbas para o funcionamento do mesmo no tempo previsto. No mesmo sentido, o referido presidente enfatiza que “não somos movimento, não precisamos de abaixo-assinados” quando está em jogo a discussão e elaboração de medidas concretas que deveriam ser tomadas para a despoluição de um determinado arroio.

Tal comitê está composto pela representação de uma diversidade de setores, bem mais do que aqueles que estão presentes no CONSEMA e no Comitê Estadual de Reserva da Biosfera e Mata Atlântica. Fazem parte do mesmo: “representantes” de prefeituras e de órgãos públicos municipais, estaduais e federais, de entidades ecológicas e comunitárias, de universidades e associações “técnicas”, dos prestadores e utilizadores dos serviços de saneamento. Assim, as reuniões se desenvolvem em meio a uma grande quantidade e variedade do número de conselheiros⁵⁴ e dos respectivos interesse em jogo. Todavia, em meio a essa diversidade, há uma grande predominância de “técnicos”, bem como de associações vinculadas à defesa de “problemáticas ecológicas locais” tais como a despoluição de um determinado arroio, a defesa de certas populações que vivem à margem dos mesmos, etc.

Os conselhos e comitês de proteção ambiental são constituídos por um conjunto bastante fragmentado e descentralizado de organizações atuantes na defesa do meio ambiente e estão profundamente imbricados com certas modalidades de intervenção coletivas que não podem ser negligenciadas em

⁵⁴ . Na reunião observada era cerca de 43 o número de pessoas presentes.

sua análise. As relações estabelecidas entre os membros de tais conselhos e comitês se diferenciam conforme esse padrão de articulação das organizações que fazem parte dos mesmos, predominando uma grande atomização e dispersão das intervenções associativas. Ao mesmo tempo, suas dinâmicas internas estão amplamente entrelaçadas às diferenciações das modalidades de intervenção das organizações ambientalistas e dos princípios de legitimidade que fundamentam suas intervenções.

Dessa maneira, esses exemplos demonstram que as dinâmicas de funcionamento dos conselhos e comitês de proteção ambiental são bastante diferenciadas e estão relacionadas aos tipos de intervenção coletiva das associações ambientalistas. Em primeiro lugar, observa-se que a mesma constatação no levantamento de informações e registros sobre as organizações atuantes na defesa do meio ambiente se faz presente também aqui: é um número muito reduzido de dirigentes que se apresentam nesses espaços como tendo na defesa do meio ambiente o objetivo prioritário da atuação de sua organização (Capítulo I). As demais se distinguem dessas na medida em que elas se voltam para as mais variadas atividades, de modo que a defesa ambiental constitui apenas um tipo de interesse dentre uma ampla variedade de questões defendidas. Em segundo lugar, a essa caracterização geral dos tipos de organizações ambientalistas corresponde a certa divisão entre aquelas intervenções que são respaldadas na categoria “movimento ecológico” e que priorizam a discussão de “princípios políticos e ideológicos” vinculados às medidas e políticas implementadas, enquanto que em outros casos a categoria “movimento ecológico” é claramente contestada argumentando-se que os comitês e conselhos são espaços para o tratamento “técnico” das questões ambientais.

São as mesmas organizações cujas intervenções no CONSEMA estão vinculadas à “representação do movimento ecológico” que concentram as principais posições nas instâncias de articulação das “entidades ecológicas”: nos cargos de direção, nas intervenções durante os encontros e reuniões e nos principais confrontos. No entanto, mesmo nessas instâncias voltadas prioritariamente para a organização e articulação do MEG e que congregam

apenas as ditas “entidades ecológicas”, tais como os EEEE, as reuniões e assembléias da APEDEMA ou eventos promovidos pela mesma, é também uma estrutura de intensa segmentação que se faz presente. Também nesses casos, as diferenças que fundamentam as intervenções coletivas das associações se manifestam entrelaçadas às vinculações com outras associações, com organizações sociais, organismos e fundações de financiamento e resultam em desacordos significativos quanto às concepções do associativismo e das formas legítimas de intervenção das “entidades ecológicas”. Todavia, em tais instâncias os graus diferenciados de inserção dos dirigentes no Partido dos Trabalhadores se faz mais intensa, bem como em outros tipos de organizações e “movimentos sociais”. Dito de outro modo, nas instâncias de articulação das associações ambientalistas, pode-se observar a continuidade de um padrão de relações entre as organizações que se caracteriza pela intensa segmentação. No entanto, ao invés de uma estrutura descentralizada é a grande concentração em umas poucas associações o que se observa. As principais organizações que ocupam os postos de direção na APEDEMA não mantêm relações diretas entre si com a mesma intensidade e continuidade que se observa nos vínculos que cada uma delas estabelece com grupos e movimentos articulados ao PT, bem como com organizações religiosas, universidades, associações ambientalistas nacionais e internacionais, organismos e fundações de apoio e financiamento.

B) AS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO DO MEG

A atuação em instâncias voltadas especificamente para a articulação do conjunto de organizações vinculadas à defesa do meio ambiente é muito pequena entre o conjunto de associações existentes no Rio Grande do Sul. Vale lembrar que do total de 218 organizações ambientalistas encontradas nas diferentes listas disponíveis, apenas 25 são formalmente filiadas a APEDEMA/RS, representando um percentual de 11,50% do total encontrado.

Diferente da atomização encontrada nos conselhos e comitês de proteção ambiental, as formas de articulação das organizações ambientalistas nessas instâncias se caracterizam por um elevado padrão de concentração e de centralização de suas intervenções. É um número bastante reduzido de associações ambientalistas que fazem parte das diretorias da APEDEMA e que participam dos Encontros Estaduais de Entidades Ecológicas.

Os Encontros Estaduais de Entidades Ecológicas ou EEEE⁵⁵ tiveram início em 1984 numa conjuntura em que uma série de transformações estava acontecendo no universo do associativismo ambientalista e simbolizam um dos momentos-chave na afirmação e no reconhecimento do Movimento Ecológico Gaúcho (Capítulo II). Foi através deles que foram formulados e reafirmados os critérios oficiais de pertencimento ao MEG que demarcam aquilo que Kertzer (2001) denomina em seu estudo sobre o Partido Comunista Italiano como as fronteiras entre o “grupo-de-dentro” e o “grupo-de-fora”. Por isso, para as lideranças do MEG tais procedimentos impediram que o “movimento ecológico” se transformasse num “balaio de gatos”, ao possibilitar distinguir as “entidades ecológicas” das demais associações, por vezes designadas como “entidades de fachada”, “entidades que nada têm a ver com a questão”, etc. Os encontros estaduais são atualmente a principal instância consultiva e deliberativa do MEG e que possibilita a “articulação das entidades ecológicas do Estado”. A participação nos mesmos também é um dos critérios utilizados na avaliação e deliberação dos pedidos de filiação de novas associações à APEDEMA. Deste modo, para as lideranças do MEG, os EEEE constituem a principal instância de participação e de representação do Movimento Ecológico Gaúcho, sendo inclusive a instância que discute e delibera sobre a participação das “entidades ecológicas” nos conselhos e comitês de proteção ambiental, assim como sobre as formas de intervenções das associações na luta em prol de determinadas “bandeiras” do movimento, tais como as mobilizações contra as “queimadas” e os “transgênicos”, entre outras.

⁵⁵ . Para a análise dos encontros estaduais se dispõe de informações obtidas através da Internet e de documentos dos sete últimos encontros que foram realizados a partir de 1997, ou seja, do XVIII até o XXIV, sendo que os dois últimos foram objeto de observação etnográfica.

Eles acontecem no primeiro semestre de cada ano, entre os meses de abril e junho, e são realizados em localidades diferentes, ficando sua organização a cargo de uma das entidades que compõe o MEG e que, geralmente, participaram do encontro anterior, no qual isso é definido. Essa forma de organização e de realização que privilegia o deslocamento por diversas regiões do estado e o envolvimento de “entidades” diferentes em sua organização, expressa um certo consenso entre as principais lideranças do MEG e está vinculada a determinadas concepções de “movimento” e de suas instâncias de representação. Por um lado, à perspectiva de que isso possibilita a consolidação do trabalho desenvolvido por algumas entidades junto à comunidade local, uma vez que o “agir local” das “entidades de base” é um dos fundamentos principais da intervenção do MEG. Por outro, de que é uma forma de possibilitar a expansão da luta ambiental para os mais “diferentes cantos do estado”, evitando certas formas de “centralização” tanto geográfica, ao nível da “capital”, quanto institucional, ao nível de uma determinada associação. Assim, por vezes, isso é celebrado como o “caráter anárquico do movimento” e o que constitui “uma característica peculiar do MEG”, em comparação com o que, segundo eles, ocorre em outras formas de organização existentes na sociedade.

Existe certo formato organizacional que parece constante em todos eles e que expressa a especificidade dos encontros estaduais enquanto instância de participação e de representação do “movimento ecológico” que está voltada prioritariamente para a formulação de diretrizes e de deliberação relativas às formas de intervenção das “entidades ecológicas” e do MEG nas mais variadas questões. Por isso, são realizados geralmente em finais de semana com o intuito de possibilitar uma ampla participação das associações, começando na sexta-feira à noite e encerrando as atividades no domingo após o almoço. Durante esses dias os participantes ficam alojados no mesmo local, fazem as refeições em conjunto, reúnem-se o restante do tempo em plenária discutindo e deliberando sobre os temas propostos, participam das mesmas festas e confraternizações. Cada encontro é constituído em torno de um tema central que é definido em conjunto com as entidades que coordenam a

APEDEMA e a entidade responsável pelo encontro. Os últimos temas foram: “ecologia social”, “recursos hídricos”, “bases para o paradigma ecológico”, “o papel do movimento ecológico na construção da sustentabilidade”, “o movimento ecológico gaúcho e o paradigma holístico”. Inicia-se com apresentação das entidades, uma mesa-redonda com autoridades e representantes do “movimento ecológico” para um debate, seguido de shows com artistas e músicos locais. É, geralmente, neste momento que a presença da chamada “comunidade” se faz mais presente. É no segundo dia que se concentra a discussão e deliberação dos principais temas. No XXIII encontro ele iniciou às 9h e se estendeu até às 23h num clima de bastante cansaço, irritação e até mesmo de agressões verbais entre as principais lideranças. Nesse dia se abordam uma diversidade de temas: “avaliação das deliberações implementadas no encontro anterior”; “relato dos representantes dos conselhos”, e quando for o caso, “inscrição e eleição de representantes” para os mesmos; “apresentação e debate da tese-guia”; “diretrizes e estratégias do MEG para o próximo ano”; “apresentação e aprovação de resoluções e moções”; indicação do local, entidade responsável e data do próximo encontro; confraternização (as dos dois últimos encontros foram intituladas respectivamente de “fórró ecológico” e de “sarau ambiental”). O terceiro dia é dedicado ao fechamento de alguns temas que não foram abordados nos dias anteriores e à “conclusão dos trabalhos”. Após o almoço os participantes se dirigem à suas cidades de origem.

No que diz respeito à quantidade e ao tipo de “entidades ecológicas” que participam destes eventos, pode-se perceber algumas diferenças em relação às que atuam nos conselhos e comitês, acima descritos. Ou seja, enquanto que nos conselhos e comitês há uma aparente separação quanto aos tipos de associações que participam de cada uma dessas instâncias, nos encontros estaduais é bem maior a diversidade dos tipos de associações que se fazem presentes nos mesmos. De um lado, há um conjunto bem pequeno de “entidades ecológicas” cuja intervenção é mais constante, desde os primeiros encontros ou desde que começaram a participar dos mesmos. Em geral, essas são as associações que já fizeram parte ou que integram a

coordenação da APEDEMA. Por outro lado, existe um conjunto também pequeno daquelas cuja participação é menos freqüente, coincidindo, na maioria das vezes com o interesse específico na representação de determinadas problemáticas ambientais em conselhos e comitês, fundos de meio ambiente, etc. Um outro conjunto bem maior que os anteriores é formado pelas associações que só participam dos encontros que estão sendo realizados em sua localidade ou na região próxima de onde estão sediadas. É em torno do primeiro grupo, e às vezes do segundo, que se estabelece o principal confronto, sendo que os dirigentes das demais associações participam geralmente como ouvintes ou através de intervenções que são mais para pedir esclarecimentos sobre questões que desconhecem do que para deliberar sobre temas e assuntos conflitantes. Dessa forma, tais instâncias se caracterizam por um elevado padrão de centralização e de concentração entre o conjunto de organizações consideradas.

Estes encontros salientam a todo o momento a importância da filiação a “entidades ecológicas” como forma legítima de participação e de intervenção na “defesa de causas ambientais”, o que se expressa sob uma diversidade de formas. Em primeiro lugar, na maneira como os participantes têm acesso aos encontros: eles chegam em “grupos” nos carros das próprias associações, em veículos alugados ou em automóveis de algum filiado. Mesmo aqueles que não vêm acompanhados de outros membros da própria organização, vão às vezes em conjunto com associações com as quais têm uma certa proximidade em termos do tipo de interesse defendido ou da realização de atividades conjuntas. Em segundo lugar, no fato de que a ocupação dos mais diferentes espaços, tais como alojamentos, restaurantes, áreas de lazer, espaços de confraternização, etc., ocorre conforme o pertencimento às “entidades ecológicas” presentes no encontro. Quanto a isso, observou-se que nos dois últimos encontros, os participantes sempre almoçavam com aqueles que eram de suas entidades ou com os que eram de associações com as quais já estavam acostumados a realizar atividades conjuntas. No caso do último encontro, constituíram-se dois grupos distintos durante o almoço do segundo dia de encontro. De um lado, um conjunto de 10

participantes foi almoçar nos restaurantes locais, à procura de um almoço com “galeto” típico da cidade de Caxias do Sul: estes vieram ao encontro juntos numa mesma “van” e, mesmo sendo de associações diferentes (CEA e VERDENOVO), ocupam cargos de confiança na Secretaria de Qualidade Ambiental de Pelotas, administrada pelo Partido dos Trabalhadores. Um outro grupo foi constituído pelo restante dos participantes que almoçaram no local, cujo almoço era “sem carne”: neste caso, pode-se observar ainda que nas mesas predominavam os participantes de uma mesma entidade. Somente os que estavam “sozinhos” no encontro foram os que se uniram numa mesma mesa para almoçarem juntos. Em terceiro lugar, a vinculação às entidades de origem se manifesta também na distribuição dos participantes nas plenárias de discussão e de deliberação. A respeito disso, é interessante observar que independente da forma de organização destes espaços, seja o “arranjo das cadeiras em círculo” (COMEFORD, 1999), tal como aconteceu no XXIII EEEE, ou a divisão entre a “mesa” e a “platéia” (GOFFMAN, 1999), como no caso do XXIV encontro, os participantes tendem sempre a ficar ao lado dos militantes da mesma “entidade” ou daquelas que lhe são “conhecidas” e próximas.

Essa forte vinculação às associações de origem está presente também nos confrontos e nas apreciações das posições do conjunto dos participantes. Nestas ocasiões, as associações são apresentadas como verdadeiros “entes” que devem ser preservados e resguardados de todos os ataques e críticas. Por isso, grande parte dos confrontos se apresenta sob uma forma de “monólogo”, onde os participantes ficam falando de sua entidade para avaliar as posições das outras associações, ao passo que não aceitam facilmente discordâncias e críticas em relação ao que tem sido feito pela sua “entidade”. Dito de forma mais simples, os debates e confrontos tomam a forma de uma luta entre “entidades”.

Coordenadora do CEA: A Estratégia para o MEG vai ser quando?

Alguém responde: Amanhã.

Militante do ROESSLER: O CEA está atrasado então!

Coordenadora do CEA: Tu gosta de criticar o CEA, não é? Mas, vem cá: o que tu tem contra o CEA?

O militante do ROESSLER não responde.

Todavia, em meio a essa forma de divisão que tem como base cada “entidade”, as principais divergências e confrontos trazem à tona também certas aproximações e polarizações. Tais confrontos colocam em jogo, duas formas principais de definição e de intervenção coletiva em matéria de defesa do meio ambiente, as quais correspondem tipos determinados de inserções de seus principais dirigentes com outras organizações sociais. De um lado, as associações cujos dirigentes participam simultaneamente do Partido dos Trabalhadores, seja como cargos de confiança ou CC’s das administrações municipais e estaduais do referido partido, seja como vereadores ou militantes do mesmo. Do outro lado, as “entidades” cujos militantes são simpatizantes do referido partido e freqüentemente fazem campanhas eleitorais para candidatos do mesmo, mas que não chegaram a ocupar posições de direção e a “fazer carreira” em tal partido ou em outras organizações partidárias, sendo que muitos deles têm uma maior vinculação com grupos religiosos, naturistas. A respeito disso, a discussão da “tese-guia” do XXIV EEEE pode ser vista como um “acontecimento analisador” (CHAMPAGNE, 1998), pois os confrontos em torno da mesma expõem, de maneira exemplar, o confronto entre as associações que concebem a defesa do meio ambiente como uma problemática “política e ideológica” e aquelas que a vinculam a questões “éticas e filosóficas”.

Geralmente, a entidade organizadora do encontro é a responsável pela elaboração e defesa de uma “tese-guia” que será lida e defendida no segundo dia de encontro pela manhã. Nos três últimos encontros as “teses-guia” foram respectivamente: “O Pensamento Ecológico para o Século XXI”, elaborada pelo CEA que promoveu o XXII EEEE; “O Papel do Movimento Ecológico na Construção da Sustentabilidade”, elaborada pela UPAN que foi a responsável pelo XXIII encontro; e “O Movimento Ecológico Gaúcho e o Paradigma Holístico: um olhar sobre nossa realidade”, elaborada pela AGAPAN quando o encontro foi organizado pela ALGA. Nesse último caso, foi a própria ALGA que, ao se propor de realizar tal encontro, colocou como condição que a “tese-guia” fosse elaborada por uma outra entidade “mais

madura”, posto que ela se considerava “novata” no MEG e sem condições de organizar simultaneamente o encontro e preparar uma “tese-guia”.

Na apresentação e debate da “tese-guia” do XXIV EEEE, as discordâncias diziam respeito, primeiramente, à própria compreensão do que constitui uma “tese-guia”, do que ela deve conter e qual a sua função. De um lado, os dirigentes do CEA e do VERDENOVO, os quais fazem parte da administração municipal do PT em Pelotas como secretário, cargos de confiança e estagiários, e o presidente da UPPAN que é vereador pelo referido partido em Dom Pedrito. Eles argumentam que a referida “tese-guia” deve conter os pontos de acordo ou de “consenso” formulados durante o encontro, que deve ser uma espécie de “programa”, que se deveria “priorizar um determinado tema” de modo que seja possível “propor estratégias específicas”. Por isso, para esses militantes é problemático o fato de haver uma diversidade muito grande de temas tratados na referida “tese-guia”. Um dos dirigentes do CEA que no momento era o responsável pela Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA) da administração municipal de Pelotas, elaborou uma “lista de questões” contidas na “tese-guia” enumerando nove temas diferentes que, segundo ele, poderiam se constituir em uma “tese-guia” específica. Do outro lado, os dirigentes da AGAPAN, do ROESSLER, do GESP e da ALGA, que mesmo tendo uma participação como simpatizantes de tal partido, não ocupam cargos no mesmo nem nas administrações em que ele é responsável. Estes defendem que a “tese-guia” é apenas uma espécie de “recipiente” das mais diversas questões que estão presentes no “movimento ecológico” atualmente, que deve apenas “despertar a polêmica”, que “a tese-guia não é para fechar, é para abrir”. Para estes, a grande quantidade de temas presentes na “tese-guia”, apenas “refletem o estado atual da luta ambiental” e da diversidade de aspectos que ela envolve. Os participantes das outras entidades presentes no encontro apenas assistem, quando não saem do plenário.

Dentre os diversos temas apresentados, os que se tornaram objeto de maior atenção e de polêmica foram: “a confusão entre política-partidária e política ecológica”, a relação entre “trabalho voluntário” e “profissionalização” como forma de atuação das entidades e os “objetivos e o caráter da

APEDEMA“ como instância de representação do MEG. Na discussão de cada um desses temas é possível perceber que as posições seguem a mesma linha divisória estabelecida a respeito da “tese-guia”. Ou seja, os militantes que defendem uma perspectiva mais “programática” para a tese-guia, são também os menos restritivos quanto à “profissionalização” das entidades, a vinculação com a “política-partidária” e os que defendem que a APEDEMA adote uma postura de “representação das entidades”. Do outro lado, o grupo que se aproxima quanto à idéia de que a “tese-guia” deve ter uma característica mais de “polêmica” do que de “programa”, também se posiciona mais favorável ao “trabalho voluntário”, à “descentralização” ou “não-representatividade” da APEDEMA e os que defendem o caráter “a-partidário” do MEG. Em meio a estes dois conjuntos de entidades, encontram-se cerca de seis associações que não intervêm nesse debate, participando apenas como ouvintes e até mesmo deixando a plenária em alguns momentos, o que gera um certo “esvaziamento”. Esse grupo é formado pelas associações da região próxima de Caxias do Sul que estavam pela primeira vez participando do encontro, bem como por algumas da grande Porto Alegre que têm uma participação mais ocasional.

Essa dinâmica de intervenção e de estruturação dos confrontos é constante durante todo o encontro e se faz presente em outras ocasiões. Todavia, em alguns momentos ela se manifesta de forma mais explícita, como é o caso da discussão do ponto “Estratégias para o MEG”. O debate sobre a forma de organização e de atuação da APEDEMA enquanto instância de “coordenação” do MEG põe em jogo concepções diferentes do associativismo ambientalista e de suas instâncias de representação. De um lado, pode-se observar que há um conjunto de militantes, principalmente os dirigentes do CEA, para os quais a APEDEMA deve funcionar como uma espécie de “federação” que esteja organizada com base na “divisão em bacias hidrográficas”, estando presente nas distintas regiões do estado, que adote “estratégias para captação de recursos financeiros” e que desenvolva uma “política de representação das entidades ecológicas e do MEG”. Do outro lado, principalmente as lideranças da AGAPAN e do ROESSLER, defendem uma

postura que chamam de “horizontalidade”, onde a APEDEMA não poderia falar em nome das “entidades” nem tampouco “representá-las”, constituindo-se apenas como uma instância de “articulação” para que as próprias associações se organizem e defendam seus interesses.

Os Encontros Estaduais de Entidades Ecológicas, do mesmo modo que as reuniões da APEDEMA, constituem um dos principais eventos para se observar os afrontamentos entre as associações que têm como objetivo prioritário a defesa do meio ambiente. Isso porque nos conselhos e comitês, ainda que tais conflitos não estejam ausentes, as “entidades ecológicas” se apresentam como um grupo diferenciado dos demais e voltado para a defesa de interesses comuns. Enquanto uma das principais instâncias de participação e de representação do “movimento ecológico”, os encontros de “entidades” trazem à tona um conjunto de intervenções associativas que têm como princípio a concepção da defesa do meio ambiente como um instrumento de politização das mais diferentes esferas e práticas sociais. Em meio a essa concepção comum, observa-se também um confronto permanente entre as associações para as quais a defesa do meio ambiente está articulada a uma problemática “ética e filosófica” e aquelas que a vincula a questões “políticas e ideológicas”. Tal polarização está respaldada em formas diferenciadas de vinculação de seus militantes e dirigentes a organizações partidárias e “movimentos sociais” e conforma perspectivas distintas de intervenção associativa. Em torno dessas divisões se organiza a própria definição de “entidade ecológica” e do MEG, das “problemáticas ambientais” que serão priorizadas pelo “Movimento”, assim como das formas legítimas de intervenção na defesa de causas ambientais.

Nesse sentido, durante o XXIV EEEE, pôde-se observar uma clara polarização entre dois grupos distintos, aos quais correspondem concepções particulares do associativismo ambientalista e de suas formas de atuação. Associações que nos conselhos e comitês respaldam suas intervenções em princípios de legitimidade semelhantes, ocupam posições polarizadas nestes debates, como é o caso da AGAPAN, ROESSLER e CEA. Do mesmo modo, associações vinculadas prioritariamente a problemas ambientais locais ou a

problemáticas específicas se aproximam daquelas cujo princípio de legitimação da defesa ambiental é relativamente diferente do que fundamenta suas intervenções. Ocorre que tanto as divergências entre as “entidades” quanto a convergência dos posicionamentos estão fundados, simultaneamente, nas formas diferenciadas de organização e de funcionamento destas associações e nas suas inscrições em determinadas redes de organizações, de “movimentos sociais”, de fundações e fontes de financiamento, etc.

São as entidades que atuaram na coordenação da APEDEMA na gestão 2000-2002 que ocupam um lugar de liderança nesses debates, que são o CEA, a AGAPAN e o ROESSLER. As demais se aliam às posições destas em função de relações ou vínculos anteriormente estabelecidos ou, simplesmente, adotam uma postura de ouvintes. Acontece que a grande parte dos temas discutidos no XXIV EEEE e das diferenças de posicionamentos apresentados, foi anteriormente objeto de repetidos confrontos, nas reuniões da APEDEMA, entre as lideranças das associações que fazem parte da coordenação desta e que são as que mais participam das mesmas. A “anterioridade” da participação nas reuniões e nas intervenções da APEDEMA é um dos aspectos que possibilita compreender porque são tais associações que têm uma posição central nestes debates.

Do mesmo modo que os encontros estaduais, as intervenções da APEDEMA/RS⁵⁶, que funciona como uma instância de “articulação e de implementação das decisões de base”, manifestam a todo o momento as divergências e os confrontos entre as principais “entidades ecológicas” que têm uma atuação mais destacada no MEG: no caso, as que participam da maioria dos encontros estaduais e das reuniões da APEDEMA/RS e, principalmente, as que fazem parte da coordenação desta. As intervenções da APEDEMA são sempre antecedidas por reuniões preparatórias que objetivam estabelecer as “posições” que deverão ser defendidas em seminários, fóruns, conselhos, etc. Após a realização dos referidos eventos também são apresentados e discutidos os relatos dos participantes. Desta forma, as reuniões da APEDEMA

⁵⁶ . As informações sobre as reuniões e a assembleia da APEDEMA foram obtidas mediante a observação participante daquelas que foram realizadas durante o ano de 2002 e conversas com participantes das mesmas.

se apresentam como um dos espaços privilegiados para se observar um conjunto de confrontos e de desacordos entre as principais entidades e militantes “ecológicos” e suas relações com distintas formas de funcionamento e de inserção em determinadas organizações e fundações de financiamento.

Das reuniões observadas, as entidades que participaram foram, primeiramente, as que fazem parte da coordenação da APEDEMA, que são o CEA, a AGAPAN e o ROESSLER. A ALGA, mesmo não fazendo parte da coordenação durante o referido período, participou de todas as reuniões. Em segundo lugar, algumas entidades quando se tratava de um assunto específico que as envolvia: esse foi o caso da UPAN quando a pauta dizia respeito ao XXIII EEEE que ela organizou; da ADFG-AT quando se tratava da participação no Fórum Brasileiro de ONG’s, na Conferência Rio + 10, na Câmara Técnica do CONAMA sobre energia; e da COOLMEIA e do NEJ/RS em função de suas participações nas atividades do III Fórum Social Mundial de 2003. Portanto, na maioria das vezes, são os “representantes das entidades ecológicas” coordenadoras da APEDEMA que têm uma participação continuada nessas reuniões e é em torno deles que se estabelecem os principais confrontos.

As reuniões ocorrem mensalmente, ainda que não se tenha uma data pré-fixada de realização. Geralmente, coincidem com as reuniões do CONSEMA, uma vez que CEA, AGAPAN, ROESSLER, ALGA e NAT, são representantes do MEG em tal conselho. Em função disso, algumas vezes que as reuniões do CONSEMA são transferidas para outra data, o mesmo ocorre com a reunião da APEDEMA. Outras vezes, menos freqüentes, elas são realizadas em função da participação da APEDEMA em alguma atividade específica, como o Fórum Nacional de ONG’s, a Conferência de Joannesburgo, o III Fórum Social Mundial, entre outros. A definição do local da reunião manifesta, às vezes, uma certa concorrência entre associações da “capital” e as do “interior”. Uma vez a coordenadora do CEA propôs que uma reunião fosse realizada em Pelotas, mas essa acabou sendo transferida para outra data e não foi realizada onde tinha sido inicialmente acordado como “lugar da próxima reunião”. Do mesmo modo, os militantes do ROESSLER sempre manifestam um certo descontentamento quanto ao “pessoal da AGAPAN” que

segundo eles não vão ao “interior”, ou no caso às cidades da grande Porto Alegre como Novo Hamburgo onde está localizada sua “entidade”. Já os dirigentes da AGAPAN não se mostram muito dispostos a ir ao “interior” alegando que é de “difícil acesso” ou até mesmo ficando desconcertados quando indagados a respeito disso. Mesmo assim, todas as reuniões foram realizadas em Porto Alegre, na sede da AGAPAN ou algumas vezes em bares, segundo a secretaria executiva da APEDEMA “por entendermos ser central e de melhor acesso a todos”⁵⁷. Todavia, foi muito “baixa” a participação das demais entidades filiadas à APEDEMA na gestão 2000-2002, sendo que as da coordenação foram que tiveram uma participação mais “expressiva”, segundo as formulações da própria secretaria executiva⁵⁸.

Um dos temas onde se percebe claramente a continuidade entre os posicionamentos nas intervenções da APEDEMA e no XXIV EEEE é o que foi apresentado na “tese-guia” como “confusão entre política-partidária e política ecológica”. Em praticamente todas as reuniões da APEDEMA e no conjunto das atividades que se estava propondo, essa questão sempre vinha à tona. A importância desse tema está fundada, em primeiro lugar, naquilo que poderíamos chamar, a exemplo de Elias (2000) em seu estudo, de uma “figuração concreta” de um padrão de relações conflituosas entre “MEG-PT” que no caso do CONSEMA tomou a forma de conflito entre “movimento ecológico e governo” e que no XXIV foi apresentada como oposição entre “política ecológica X política partidária”.

Nas conversas e confraternizações que sempre acontecem após as reuniões de entidades ou eventos importantes, se fala muito do PT: das pessoas conhecidas, dos amigos e inimigos, dos “erros de campanha”, das preferências em termos das “tendências” e dos candidatos. Numa dessas conversas, mais precisamente após a Cerimônia de Premiação da AGAPAN no Memorial da Câmara de Vereadores de Porto Alegre com o “Prêmio Ecologista do Ano” em 13 de dezembro de 2001, um dos membros da diretoria da

⁵⁷ . Relatório Gestão 2001-2002 APEDEMA-RS, p. 1.

⁵⁸ . “Nestas reuniões sempre tivemos 100% da participação da coordenação, porém baixa participação da entidades filiadas”. Relatório Gestão 2001-2002 APEDEMA-RS, p. 1.

AGAPAN que é também uma das “lideranças” do MEG, colocou que uma vez houve uma tentativa de “cooptá-los para a criação do Partido de Verde” em Porto Alegre e que os “ecologistas” daqui não aceitaram, pois aqui eles “já tinham partido”. Há algum tempo era comum a “brincadeira” de que os “ecologistas gaúchos eram todos melancias”, pois “eram verdes por fora e vermelhos por dentro”.⁵⁹ Por isso, não é à toa que em reuniões das próprias entidades, da APEDEMA e no XXIII e XXIV encontros estaduais, repetidas vezes militantes diferentes, inclusive daquelas associações que mais se opõem ao “governo”, verbalizem isso publicamente: “Em termos de movimento nós nunca tínhamos sido governos”. Atualmente, tais brincadeiras parecem menos freqüentes, talvez em função do modelo de relações conflituosas “MEG-PT”.

A oposição “movimento ecológico” e “governo” se manifestou em várias reuniões da APEDEMA quando se discutiu, avaliou e deliberou sobre a “não-participação” do MEG na CONFEMA.

Militante1 da AGAPAN: Estamos indo a reboque da SEMA. Por isso, não podemos aceitar a CONFEMA. Há uma parceria desigual. Deve haver autonomia política e não atrelamento do movimento.

Militante do ROESSLER: A gente foi usado, pois não houve socialização das informações da CONFEMA e não se considerou as propostas do movimento que seriam as conferências municipais. A SEMA preocupa-se mais em fazer acontecer do que em progredir nas propostas.

Militante2 da AGAPAN: Como fazer parceria com um Estado que liberou Jacuí I? Cansei de trabalhar pro governo⁶⁰.

Esse mesmo modelo de relações conflituosas “MEG-PT”, que se pôde observar claramente nas reuniões do CONSEMA e em relação à CONFEMA, se manifesta também em outros tipos de intervenções realizadas pela APEDEMA, tais como a participação e representação no Fórum Nacional de ONG's, na Conferência de Joannesburgo, no Fórum Social Mundial, entre outras. As reuniões para tratar desses eventos ou para apresentar relatórios sobre a participação de lideranças da APEDEMA revelam isso. Isso

⁵⁹ . Sobre os “ecologistas petistas” como um núcleo organizado dentro do PT e suas principais intervenções ver o trabalho de Tornquist (1992).

⁶⁰ . Reunião da APEDEMA, realizada na sede da AGAPAN no dia 18 de abril de 2002, quinta-feira, às 18:30. Participaram apenas uma liderança do ROESSLER e duas da AGAPAN. O CEA não participou.

transparece nas críticas dos militantes “ao governo” por este não ter financiado a participação das “entidades ecológicas” no Fórum de ONG’s e na Conferência Mundial, por querer dominar a composição das “mesas” da Conferência Preparatória à Rio + 10 e do II Fórum Social, etc. Muitas vezes elas tomam uma forma mais “individualizada” e se dirigem à pessoa do Secretário da SEMA e de alguns “ex-militantes” do MEG que são seus assessores. Foi o caso do comentário de que esse não pôde financiar a participação das “entidades ecológicas” durante a Conferência de Joannesburg, mas que levou uns “40.000 manifestos” e “30.000 botons” sobre o evento preparatório realizado em Porto Alegre, poucos dias anteriores ao II Fórum Social Mundial, e que isso “não foi muito bem distribuído” lá, chegando mesmo a “perder-se”. Desta forma, a recorrência das discussões e dos confrontos relacionados à “política partidária” e ao “governo” está fundada, como já se disse, numa “história concreta” de inserção e de “relações estreitas” estabelecidas pelos dirigentes ambientalistas com o Partido dos Trabalhadores. De certa forma, tais confrontos consistem na maioria das vezes, como eles mesmos costumam dizer, de uma “briga interna” entre os diferentes grupos vinculados ao referido partido.

Todavia, as reuniões e intervenções da APEDEMA mostram também os conflitos e as “fissuras” internas ao próprio Movimento Ecológico Gaúcho. Como já se salientou na análise dos encontros estaduais, as dinâmicas de interação entre as associações ambientalistas dependem tanto das proximidades e vínculos que ligam tais associações entre si, quanto de suas vinculações com organizações que atuam em outros tipos de questões e de esferas sociais. Quanto a isso, acrescenta-se que a estrutura de posicionamentos que se manifesta nos encontros está também vinculada à participação anterior nas reuniões da APEDEMA e nos respectivos confrontos. Assim, pode-se dizer que a configuração dos padrões de relações entre as associações ambientalistas define-se, por um lado, pela manifestação de uma relação de desigualdade entre o que podemos chamar de “equipe de frente” e “platéia” (GOFFMAN, 1999; COMEFORD, 1999): de um lado, um número pequeno de lideranças que têm uma intervenção bem destacada e que fazem

parte das entidades coordenadoras da APEDEMA ou das que têm uma atuação destacada no MEG; do outro lado, aqueles cuja forma de participação consiste em ouvir os debates e votar e que são lideranças de associações que participam apenas de alguns encontros.

As reuniões da APEDEMA põem em jogo, a todo o momento, uma série de diferenças entre as entidades que exercem a função de coordenação. Nessas situações, a mesma polarização que se manifestou no debate dos principais temas do XXIV EEEE esteve presente nas discussões e confrontos a respeito de um conjunto de questões: de um lado, a AGAPAN e o ROESSLER; do outro lado, o CEA. Esse é o caso, novamente da questão da “participação na CONFEMA” que foi uma das intervenções da APEDEMA que gerou maior tensão e atrito. De um lado, a AGAPAN, o ROESSLER, a ALGA e o NAT que foram contrários a essa participação. Do outro lado, o CEA e a UPAN que, das entidades que participaram das reuniões da APEDEMA, foram as únicas que se fizeram presentes em tal conferência. Todavia, o confronto de posicionamentos só se manifestou abertamente na última reunião antes da conferência. Até então, todas as “entidades ecológicas” pareciam estar de acordo quanto ao boicote à CONFEMA. Mesmo o CEA que já tinha sido criticado em algumas reuniões por participar de seminários em conjunto com a SEMA sobre o assunto e em colocar o nome da APEDEMA numa dessas, defendia-se afirmando que era “jogada política da SEMA”.

Além desses confrontos mais “visíveis”, as reuniões da APEDEMA expõem também um conjunto de diferenças entre as “entidades ecológicas” ligadas às suas formas de organização e aos tipos de relações estabelecidas com associações internacionais, com órgãos e fundações de financiamento, assim como com lideranças de organizações que atuam nos mais diferentes tipos de questões. Algumas ilustrações disso podem ser encontradas pela análise das formas de acesso e de participação das “entidades ecológicas” que representaram o MEG na Conferência de Joannesburg, no Fórum Nacional de ONG's e no Fórum Social Mundial. Esses eventos demonstram que entre os elementos diferenciadores do conjunto de “entidades ecológicas” vinculadas à APEDEMA encontra-se a sua vinculação com tais organizações.

Ocorre que as entidades que participaram e representaram o MEG no referido evento, que foram o NAT e o CEA, tiveram acesso a financiamentos a partir de vínculos e de parcerias anteriormente estabelecidas com associações nacionais como o VITAECIVILIS e a FASE. Do mesmo modo, entidades como a AGAPAN e o ROESSLER que não contavam com tais tipos de articulações para o referido evento não tiveram acesso ao mesmo. Neste sentido, foi “por fora” da APEDEMA, ou melhor, pelas vinculações a outras organizações que dispõem de um maior acesso a órgãos e fundações de financiamento nacionais e internacionais que isso ocorreu.

Por outro lado, a inscrição nessas redes de associações não é um fator isolado, pois funciona de forma combinada com as dinâmicas de organização e de funcionamento das próprias entidades. Neste sentido, observa-se que essas duas entidades ocuparam posições muito diferenciadas na referida conferência: a representante do CEA ficou na “parte paralela”, também denominada “fórum paralelo” ou “sociedade civil”; já a representante do NAT ficou na “parte oficial”, também chamada de “fórum oficial”, “negociação”. Por um lado, isso ocorreu em função do domínio da língua inglesa. Mas, ao mesmo tempo, não está dissociado do fato de que aquela que “fala inglês” é a que tem uma anterioridade em termos da participação em eventos internacionais e de representação de sua entidade nesses eventos, sendo, inclusive, “contratada” pelo “perfil” que permitiria “concentrar sua militância” nas esferas nacional e internacional⁶¹. Já a representante do CEA, tem uma participação mais voltada para o âmbito nacional, no caso, Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (FBOMS) e sem muita experiência em eventos internacionais, ainda que com um forte engajamento no movimento estudantil ao nível nacional durante sua formação universitária e anterior à sua militância e liderança no CEA. Características essas que se combinam também com o tipo de intervenção dessa entidade, voltada para instâncias de representação

⁶¹ . Entrevista realizada em 24 de julho de 2002.

de âmbito nacional como é o caso do CONAMA e de FNMA⁶². É com base nisso, que se pode dizer que as duas entidades das quais essas representantes fazem parte constituem duas modalidades diferenciadas de articulação com a dimensão local, nacional e internacional.

Um último exemplo a ser destacado que evidencia um conjunto de diferenças entre as “entidades ecológicas” que ocupam uma posição de destaque e de coordenação na APEDEMA foi o III Fórum Social Mundial. As reuniões preparatórias e a realização de palestras e oficinas durante o Fórum Social Mundial são eventos significativos para os dirigentes dessas associações e têm ocorrido desde o primeiro Fórum Social. A observação etnográfica das reuniões da APEDEMA, onde foram elaboradas essas intervenções e das próprias atividades realizadas pelo MEG no referido evento permitiu perceber como se dão as articulações com redes e organizações sociais às mais diversas, bem como o quanto que isso constitui formas diferenciadas de articulação das dimensões local, nacional e internacional.

As entidades do MEG que se destacaram na participação e na promoção de atividades durante esse evento foram a AGAPAN, o ROESSLER, o CEA e o NAT. Todavia, essas entidades deram prioridade a eventos distintos e até entraram em atrito quando se tratava da atividade que deveria ser prioritária para a APEDEMA. A AGAPAN e o ROESSLER voltaram-se para as atividades relacionadas à vinda do físico Fritjof Capra para o fórum que foi uma realização conjunta com a COOLMEIA e o NEJ/RS. O CEA priorizou o Fórum de ONG's e oficinas vinculadas à justiça ambiental e ao marxismo; atividades que expressam também sua vinculação com redes partidárias e com organizações políticas. O NAT realizou suas atividades “por fora” da APEDEMA e propôs oficinas e debates em articulação com a Federação Internacional Amigos da Terra e, por isso, não participou das reuniões preparatórias e das deliberações da APEDEMA. Desse modo, pode-se considerar o III Fórum Social Mundial como uma das instâncias de intervenção das “entidades ecológicas” que, ao mesmo tempo, que revela suas vinculações com distintas

⁶² . Entrevistas com a coordenadora executiva do CEA e lideranças que foram representantes dessa entidade no CONAMA e no FNMA.

organizações e “movimentos sociais” e seu grau de articulação da dimensão local, nacional e internacional, traz à tona um conjunto de conflitos que estão respaldados em formas diferenciadas de estruturação e de funcionamento das próprias associações. Deste modo, os principais eventos promovidos representam três posições distintas no universo do associativismo ambientalista.

Um dos eventos mais celebrados pelos militantes ecologistas como “uma das grandes atrações do fórum”⁶³ foram as atividades vinculadas à vinda do físico Fritjof Capra para o fórum. A agenda das palestras e do seu “roteiro” durante o fórum foi uma organização conjunta do NEJ, COOLMEIA, AGAPAN, ROESSLER, APEDEMA, FUNDAÇÃO GAIA, o Programa de Pós-graduação em administração da Escola de administração da UFRGS e a Pró-Reitoria de Extensão da PUCRS. O apoio financeiro foi da Petrobrás, da Prefeitura de Porto Alegre, da Editora Cultrix e da Cotrimaio. Inicialmente, ele foi proposto numa das reuniões da APEDEMA por um dos dirigentes do NEJ que era amigo de uma professora do Programa de Pós-graduação em administração da Escola de administração da UFRGS que fora aluna do “Professor Capra” durante o doutorado. A atuação conjunta dessas diferentes associações ambientalistas na promoção e realização dessas atividades é resultado de relações estreitas que existem entre elas desde muito tempo. Muitos são os dirigentes do NEJ que foram, ao mesmo tempo, membros de diretorias da AGAPAN e que mantêm “vínculos estreitos” de amizade com os atuais militantes dessa entidade, inclusive participando de comemorações e de festividades. O mesmo vale para a COOLMEIA e AGAPAN que inclusive já foram “vizinhas”, pois tinham suas sedes no mesmo prédio, e dividiram durante um bom tempo o mesmo telefone. No caso da FUNDAÇÃO GAIA, tais relações resultam de uma grande “proximidade” dos militantes da AGAPAN com a “família do Lutzenberger”: freqüência à “casa do Lutzenberger”, conhecimento pessoal de suas filhas, etc. No caso da relação entre a AGAPAN e o ROESSLER, também se pode observar algumas “aproximações” que

⁶³ . Fonte: http://www.agirazul.com.br/fsm4/_fsm/00000093.htm

antecedem à realização dessas atividades. Durante as reuniões da APEDEMA seus posicionamentos são muito próximos, principalmente quando se opõem ao CEA que para ambas as entidades “é muito político, muito governamental”. Certa vez por volta do aniversário de uma das principais lideranças do ROESSLER, uma militante da AGAPAN fez uma janta em sua casa com lideranças de ambas as entidades, pois sentia “muita afinidade” com os militantes da referida entidade. Essas duas entidades parecem próximas também quanto ao tipo de interesse defendido em matéria de proteção ambiental, no sentido de priorizar as questões “éticas e filosóficas” relacionadas às problemáticas ambientais, mesmo que o ROESSLER tenha uma atuação mais local em Novo Hamburgo e regiões próximas e a AGAPAN tenha um nome mais consolidado a nível estadual e até mesmo nacional.

Mesmo que tenha participado das atividades relativas à vinda do Capra, as prioridades do CEA foram outras. De um lado, o “Seminário Rio + 11” e do outro, o lançamento da “Rede Brasileira de Ecosocialistas” e respectiva oficina “A Sustentabilidade pelo Ecosocialismo”. A vinculação do CEA com o Fórum Brasileiro de ONG's é resultado de sucessivas tentativas de intercâmbio com a esfera nacional e tem sido constante desde que se começou a observar sua intervenção como secretaria executiva da APEDEMA na gestão 2000-2002 e sua eleição como representante do CONAMA: sua representante tem participado de todos os encontros, inclusive de reuniões mais restritas pelo fato de estar no CONAMA junto de lideranças de outras organizações que presidem tal fórum. O CEA faz parte da coordenação do Fórum de ONG's desde o último encontro realizado antes da Conferência de Joannesburg, quando houve a eleição para a atual coordenação. O “Seminário Rio + 11” foi uma produção conjunta do VITAE CIVILIS - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Ambiente e o Desenvolvimento, da APEDEMA, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Cone Sul Sustentável/Brasil Sustentável e Democrático e da Prefeitura do Porto Alegre. Outra iniciativa que marcou sua atuação no III Fórum Social Mundial foi a realização da oficina “A Sustentabilidade pelo Ecosocialismo”, promovida em

conjunto com a entidade Terrazul que contou “com a participação de mais de 250 pessoas, de 16 estado brasileiros”⁶⁴ e o lançamento da “Rede Brasil de Ecosocialistas”.

Por fim, uma terceira modalidade de intervenção no referido fórum pode ser observada na atuação do NAT. Os temas priorizados, as oficinas e as atividades realizadas por essa entidade decorrem de suas vinculações e parcerias com entidades ao nível nacional na prioridade dada a certos temas, bem como ao fato de integrar a Federação Internacional Amigos da Terra. Ao mesmo tempo, promoveu uma série de atividades “conjuntamente com movimentos sociais, redes, parcerias e organizações da sociedade civil”⁶⁵. É importante observar que são vários seminários e oficinas em que o NAT aparece como um dos realizadores e é amplo o leque de organizações envolvidas em cada uma dessas atividades. A respeito disso vale citar alguns exemplos: “Fórum por Justiça Climática”, organizado pelos Amigos da Terra Brasil e Vitae Civilis e “convocado pelas redes Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Amigos da Terra Internacional, CorpWatch, Movimento Mundial pelas Florestas, Rede do Terceiro Mundo, Greenpeace e OilWatch”; “Oficina contra a expansão da energia nuclear no Brasil e Argentina”, atividade “convocada pela Coalizão Rios Vivos, WISE Argentina, GT Energia do Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rgewald (Alemanha), APEDEMA RJ, CREA-RJ, Movimento de Cidadania pelas Águas, Taller Ecologista (Argentina), Amigos da Terra Brasil, SAPÊ – Sociedade Angraense de Proteção Ecológica e Fundação Heinrich Böll”. Por fim, um outro exemplo é o da “oficina sobre a Mata Atlântica”, realizada pelo “Amigos da Terra Brasil, WWF, Vitae Civilis e APOENA”⁶⁶. Todas estas oficinas resultam de vinculações anteriores do NAT com esses temas e organizações. Nesse sentido, durante o III Fórum Social, o “escritório” do NAT ficou “cheio de

⁶⁴ . Fonte: http://www.agirazul.com.br/fsm4/_fsm/0000008f.htm

⁶⁵ . Amigos da Terra Informa. Informático do Núcleo Amigos da Terra Brasil, ano 3, nº 7, janeiro de 2003, p. 3.

⁶⁶ . Todos os exemplos com as citações encontram-se no Amigos da Terra Informa. Informático do Núcleo Amigos da Terra Brasil, ano 3, nº 7, janeiro de 2003, p. 2-3.

militantes de todo o mundo” que estavam organizando atividades juntamente com tal entidade⁶⁷. Essas e as outras intervenções do NAT resultam também do fato de se tratar de temas que fazem parte de suas campanhas prioritárias e da integração na Federação Internacional Amigos da Terra.

As intervenções das “entidades ecológicas” durante o III Fórum Social Mundial também sinalizam para posições bem diferenciadas no universo do associativismo ambientalista no que diz respeito à inscrição em redes de diversificadas de organizações e “movimentos” e, por meio destes, ao grau de intercâmbio com as esferas local, nacional e internacional. De um lado, associações cujo campo de intervenção e as vinculações com outras organizações se dão no âmbito mais local ou regional. Do outro, aquelas que participam de federações internacionais e de parcerias com associações de âmbito nacional e que têm uma atuação mais direcionada para problemáticas ambientais específicas e para campanhas prioritárias. Em terceiro lugar, esses dados nos conduzem a um tipo de “entidade” cuja posição no universo do associativismo ambientalista se define pela vinculação direta com redes partidárias, organizações sindicais e “movimentos” os mais diversos. Dessa maneira, as atividades desenvolvidas pelas associações ambientalistas nas instâncias de articulação do MEG demonstram que as diferenciações quanto às modalidades de intervenção associativa na defesa ambiental parecem resultar da combinação de três aspectos principais: em primeiro lugar, do tipo de “problema ambiental” que está no centro das mobilizações associativas; em segundo, de sua inserção em redes associativas e em uma diversidade de organizações e “movimentos sociais”; e, em terceiro lugar, do grau de articulação das dimensões local, nacional e internacional.

De maneira semelhante ao que ocorre nos conselhos e comitês de proteção ambiental, as intervenções associativas nas instâncias de organização e de articulação do MEG estão fundadas num padrão de relações entre as associações ambientalistas que se caracteriza por uma grande segmentação, ainda que estejam visivelmente concentradas e centralizadas

⁶⁷ . Nas palavras de uma militante da entidade.

num número bastante reduzido de “entidades”. Mesmo que se apresente de forma relativamente diferenciada do que se observa nos conselhos e comitês, ocorre que as relações entre tais associações nessas instâncias também resultam da articulação de uma enorme variedade de organizações e de “movimentos” que atuam nas mais diversas questões e esferas de atividade com as mobilizações e associações ambientalistas. Desse modo, as principais polarizações decorrem menos dos laços diretos que unem tais associações entre si do que daqueles que as vinculam a organizações que defendem outros tipos de questões e que atuam em diversas esferas de atividade. Por isso, mesmo no âmbito das instâncias de articulação do associativismo ambientalista, o estabelecimento de fronteiras e hierarquias institucionais e ideológicas é muito difícil de ser operacionalizado ou quando ocorrem é de forma bastante circunstancial. A própria criação da APEDEMA e sua dinâmica de organização e funcionamento exemplifica a continuidade desse padrão de segmentação das intervenções associativas que, para alguns dirigentes, é publicamente celebrada como o “caráter anárquico do movimento ecológico gaúcho”. De certa forma, o estabelecimento de instituições e de critérios formais de pertencimento e participação do MEG requer um mínimo de definição coletiva quanto aos tipos de organizações, questões e esferas de atividade associadas ao “movimento ecológico”. Mas, na medida em que o ambientalismo em tal situação se caracteriza cada vez mais como um militantismo de reconversão profissional para a atuação nas mais diversas esferas de atividade através da inserção de seus dirigentes e militantes em tipos diversificados de redes de organizações e de “movimentos sociais”, tais definições quando ocorrem são de formas inteiramente pragmáticas e provisórias.

5.4 – “VOLUNTARISMO”, “PARTIDARISMO” E “PROFISSIONALIZAÇÃO” DA MILITÂNCIA AMBIENTALISTA

Um conjunto considerável de estudos sobre o ambientalismo tem salientado que uma das principais transformações ocorridas nos últimos tempos na defesa de causas ambientais tem sido uma tendência geral de institucionalização da ação associativa, no sentido da regularização de seu acesso aos espaços e processos formais de produção de políticas públicas, assim como de profissionalização de seus integrantes e de suas atividades. Tal aspecto não parece ser exclusivo do militantismo ambientalista, podendo-se observá-lo também na defesa dos direitos do homem e de causas humanitárias (AGRIKOLIANSKY, 2002; DAUVIN & SIMÉANT, 2002). No caso do militantismo ambientalista, a profissionalização implicou, entre outras coisas, o recrutamento de dirigentes dotados de formação universitária e a utilização de competências técnicas como um dos principais recursos militantes nas intervenções associativas⁶⁸. No entanto, algumas análises comparativas dos processos e das modalidades de constituição da luta ambiental em diferentes países e épocas, têm mostrado que as formas e os graus através dos quais as associações têm acesso aos espaços formais de participação estão sempre relacionados aos contextos políticos nacionais e aos processos particulares de configuração das mobilizações ambientalistas em tais situações (ROOTES, 1999)⁶⁹. A profissionalização não é uma via de mão única, pois têm surgido novos grupos cuja dinâmica de organização está constituída com base em redes e não em organizações formais, existe sempre uma mescla entre formas de organização profissionalizadas e não convencionais de ação (CARMIN, 1999), além do que os significados e os usos atribuídos à formação escolar e profissional no âmbito do militantismo são bastante diversificados.

⁶⁸ . Para o caso do ambientalismo francês ver especialmente os trabalhos de Anquentin (2002), Gallet (2002) e Ollitrault (2001).

⁶⁹ . Esse trabalho, coordenado por Christopher Rootes, que faz parte de um projeto mais geral de investigação das transformações do ambientalismo, intitulado TEA (Transformation of Environmental Activism), traz uma série de estudos sobre esses diversos processos e modalidades de institucionalização do ambientalismo na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Terceiro Mundo. Para uma análise mais detalhada da influência das instâncias internacionais para a institucionalização da problemática ambiental e seu descompasso com o desenvolvimento de mobilizações e de organizações ambientalistas nacionais ver, nessa coletânea, o trabalho de Jiménez (1999).

Através da observação etnográfica das atividades desenvolvidas pelas “entidades ecológicas”, esse capítulo caracterizou os principais tipos de intervenções públicas que estão vinculadas à institucionalização da luta ambiental no caso do Rio Grande do Sul. As intervenções das associações ambientalistas em tal situação trazem à tona um conjunto muito heterogêneo de “problemáticas ecológicas” e de definições coletivas do associativismo. Os princípios que respaldam tais definições e os tipos de “problemas ecológicos” que estão no centro de suas mobilizações, não resultam apenas de sua vinculação com a temática ambiental ou com associações que se voltam prioritariamente para esse tipo de questão. Pelo contrário, as atividades e principais intervenções das associações ambientalistas estão diretamente entrelaçadas às inserções de seus dirigentes em diversos tipos de organizações e “movimentos sociais” e a graus diferenciados de articulação da esfera local, nacional e internacional. Acontece que, um dos aspectos que também tem se mostrado constante na análise das intervenções das associações ambientalistas, é a continuidade de um padrão de participação que se caracteriza pela reconversão da formação escolar e profissional com base na inserção de seus dirigentes em tipos diversificados de organizações e “movimentos sociais”. Assim, as modalidades de intervenção que caracterizam a “história coletiva” das associações procedem sempre do ajustamento entre os engajamentos anteriores de seus principais dirigentes e os padrões de atuação profissional em diferentes esferas de atividade que resultam de suas mais variadas formas de inserção social.

A articulação da escolarização com a militância pela inserção simultânea em diversas redes de organizações e “movimentos” constitui um dos traços recorrentes do conjunto de militantes que participam das associações consideradas. Estar comprometido com a realidade, como um elemento indispensável da realização profissional, significa concretamente participar simultaneamente de organizações e “movimentos sociais” os mais diversos. Vale lembrar que um nível elevado de inserção constitui um dos fatores principais para aumentar as chances e as possibilidades de encontrar uma forma (ou várias) de articular a convivência entre o “conhecimento” e a

“ação” no âmbito da defesa ambiental. Isso pode ser visto pelo fato de que são os dirigentes que têm uma menor participação anterior e simultânea em outros tipos de “movimentos” e organizações sociais, aqueles que apresentam maiores dificuldades de reconversão da formação escolar para a atuação profissional na defesa do meio ambiente (Capítulo IV). Todavia, mesmo nesses casos, a entrada na organização pode ser um passo para a constituição de tipos variados de inserções. Nesse sentido, pode-se dizer que se a socialização secundária do tipo universitária passa a constituir um dos ingredientes principais da conformação das diversas modalidades de intervenção individual e coletiva na defesa ambiental a partir dos anos oitenta, é muito mais pelo acesso a redes de organizações e “movimentos” que ela proporciona do que pelas formações específicas adquiridas no âmbito da universidade.

Acontece que a institucionalização da luta ambiental no caso analisado não se caracteriza pela imposição da formação escolar e universitária nas dinâmicas de estruturação e de funcionamento das atividades associativas, assim como nas suas intervenções em diferentes instâncias de proteção ambiental. Muito mais do que uma tendência geral de profissionalização da militância ambientalista, no sentido da adoção de critérios de recrutamento, do estabelecimento de uma maior divisão das tarefas e da ocupação dos postos dirigentes fundados prioritariamente em competências escolares e técnicas, o que se observa é uma enorme multiplicidade de significados e de usos que a formação escolar e profissional adquire na atuação dos dirigentes ambientalistas. Ao invés da institucionalização conduzir à imposição de um “militantismo de expertise”, ela foi antes acompanhada de uma enorme diversificação dos tipos de organizações e de “movimentos sociais”, preliminarmente ou simultaneamente à entrada e permanência no ambientalismo, nos quais ocorre a utilização instrumental da formação profissional para a politização de diversas esferas de atuação. Desse modo, é através da participação nas reuniões e nas atividades da associação, simultaneamente à sua vinculação anterior ou atual com outros tipos de organizações e de “movimentos sociais”, que os dirigentes vão aprendendo as

“técnicas”, o “gosto” e a “utilidade” da formação escolar e universitária para sua atuação profissional nas mais variadas esferas de atividade. Nesse caso, os engajamentos anteriores dos dirigentes e seus desdobramentos atuais em tipos diversificados de organizações e “movimentos sociais” têm uma grande importância para o processo de aprendizagem e de ajustamento de sua identidade pessoal com a do grupo que se produz através da participação em associações ambientalistas.

Em função dessa forte imbricação entre utilização instrumental da formação escolar, inserção simultânea em diversas redes de organizações e “movimentos” e reconversão profissional dos dirigentes, as intervenções associativas sinalizam para a existência de conjuntos muito diferenciados de definições coletivas e de formas legítimas de intervenção pública vinculadas atualmente à defesa de causas ambientais. Em meio a uma enorme quantidade de organizações que fazem parte das mobilizações ambientalistas podem-se identificar algumas modalidades principais de intervenção associativa. De um lado, entidades para as quais “a ecologia” é uma “uma problemática geral” que deve estar associada às questões “éticas e filosóficas”, colocando-se como “acima de todas as causas” e questões políticas, partidárias, governamentais, científicas, econômicas, etc., na medida em que “inclui todas elas” e que, ao mesmo tempo, está “além” de qualquer causa específica. Do outro lado, entidades para as quais o meio ambiente é uma “problemática política e ideológica” que deve estar integrada prioritariamente a partidos políticos. Uma outra modalidade ainda é constituída pelas associações que se mobilizam em função de temáticas ambientais constituídas como problemas “técnicos e setoriais” e que atuam com base na contratação e no trabalho remunerado de “funcionários” e de “profissionais”.

Dessa maneira, também no âmbito das formas de intervenção coletiva pode-se verificar que o ambientalismo tem se caracterizado pela intervenção nas mais diferentes esferas de atividade (partidos políticos, organizações religiosas, universidades, agências governamentais, associativismo, etc.), tornando difícil e até mesmo improvável o estabelecimento de fronteiras ideológicas e institucionais entre o conjunto de

organizações vinculadas à defesa de causas ambientais. É que a importância atribuída à participação em conselhos e comitês, assim como em encontros e reuniões de “entidades ecológicas” tem um significado bem diferente para o conjunto das associações consideradas. A maioria dos enfrentamentos que se apresentam nessas instâncias está calcada em objetivos, referenciais ideológicos e modalidades de intervenção que decorrem do ajuste entre os tipos de inserções e as modalidades de atuação profissional dos dirigentes que caracteriza a “história coletiva” de cada “entidade”.

O mesmo ocorre nas disputas e confrontos a respeito das relações do “movimento ecológico” com as administrações governamentais, com os partidos políticos, com os setores empresariais, com as associações internacionais e os organismos de apoio e financiamento às atividades associativas, assim como naquelas em que se contrapõe o “voluntarismo”, o “partidarismo” e a “profissionalização” como aspectos definidores da ação associativa. Tais confrontos remetem sempre a diferenciações e divisões que não estão relacionadas apenas às dinâmicas de funcionamento dos conselhos e comitês, dos encontros e atividades do MEG, posto que implicam uma determinada “história coletiva” que se objetivou nos tipos de intervenção de cada entidade, nas atividades rotineiras e nas problemáticas ambientais que privilegiam, nas relações que estabelecem com outras organizações e “movimentos”. Por isso, o exame das relações entre as associações que atuam na defesa do meio ambiente com partidos políticos, empresas, governos, etc., deve levar em conta essa multiplicidade de vinculações de seus dirigentes a tipos diversificados de redes de organizações e “movimentos”. Em decorrência disso, pode-se perceber que as fronteiras e os tipos de relações que devem ser mantidas pelas associações ambientalistas com as demais organizações e setores sociais, varia enormemente de “entidade” para “entidade”. Muito mais do que definições coletivas e institucionais, assim como instâncias de formulação de critérios de ingresso e participação no associativismo ambientalista, o que sempre predomina são os vínculos particulares que no decorrer de sua história seus principais dirigentes estabeleceram e mantêm com outros tipos de organizações.

A existência de redes sociais como um dos ingredientes principais da configuração de formas diferenciadas de definição coletiva e de intervenção pública na defesa de causas ambientais, não constitui uma especificidade da situação em pauta, nem também desse tipo de mobilização coletiva. Todavia, um dos aspectos que chama a atenção no caso analisado é a participação simultânea dos dirigentes em uma grande diversidade delas e, principalmente, no Partido dos Trabalhadores. A inserção dos dirigentes ambientalistas em redes de organizações vinculadas ao Movimento Estudantil e ao Partido dos Trabalhadores foi o principal fator de transformação do ambientalismo a partir dos anos oitenta. Do mesmo modo, a maior diversificação dos grupos e organizações vinculadas ao referido partido durante os anos noventa e o ingresso do mesmo nas administrações municipal, estadual e federal, foram fatores que deram origem a novos confrontos e rupturas entre os ambientalistas gaúchos. Como já foi salientado, a articulação da participação na defesa ambiental com diversos tipos de organizações se encontra respaldada na perspectiva militantista da atuação profissional como um instrumento de politização nas mais diferentes esferas de atividade. Mas deve-se acrescentar também que ela tem origem numa concepção da própria política partidária como vinculada às mais diversas esferas de militância (CORADINI, 2002). É a proximidade entre tais concepções da “política partidária” e da “política ecológica” que, durante muito tempo, tem possibilitado o ajuste da participação na defesa de causas ambientais com a inserção simultânea no referido partido.

Acontece que esse elevado grau de inserção dos dirigentes ambientalistas em outros tipos de organizações e “movimentos”, resultou na configuração de um padrão de interação entre as associações que se caracteriza por um grau intenso de segmentação. Independente do nível de dispersão ou de concentração das intervenções associativas que se fazem presentes nas diferentes instâncias formais de proteção ambiental, é a permanência de um padrão de relações fortemente segmentado que preside às interações e intervenções das organizações voltadas para a defesa ambiental. Mesmo nas instâncias de articulação do associativismo, o estabelecimento de

fronteiras e hierarquias formais e institucionais entre o conjunto de organizações, defronta-se continuamente com uma grande diferenciação e divisão a respeito dos objetivos e dos tipos de intervenção coletiva das associações.

Essa grande variação dos referenciais ideológicos e das formas de intervenção coletiva não resulta apenas das relações estabelecidas entre as próprias associações ambientalistas, mas principalmente das múltiplas inserções e relações diretas de seus dirigentes com organizações e “movimentos sociais” os mais diversos e, particularmente, dos tipos e graus diferenciados de suas vinculações com lideranças e grupos que fazem parte do Partido dos Trabalhadores. Em decorrência dessa multiplicidade de posições acumuladas simultaneamente pelos dirigentes das associações ambientalistas nessas diversas redes de organizações, “movimentos” e partidos, as intervenções associativas são constituídas por objetivos e referências ideológicos muito diferenciados, uma vez que seus dirigentes procuram agradar um público muito variado, com o intuito tanto de recrutar novos aderentes quanto de construir relações e alianças internas e externas com as redes de organizações entrelaçadas às suas intervenções. Esse padrão de configuração das redes de organizações e “movimentos” vinculados à defesa do meio ambiente, torna extremamente difícil a constituição de referenciais e formas de ação coletivas, assim como de hierarquias e fronteiras institucionais entre as associações ambientalistas.

CONCLUSÕES

A participação na defesa de causas ambientais constitui uma atividade bastante heterogênea e diversificada. Os tipos de atores que intervêm nessa questão apresentam objetivos, perspectivas de retribuição e modalidades de engajamento muito diferenciadas. No entanto, em meio a essa multiplicidade de atores, de definições e de formas de intervenção coletivas, pode-se identificar certas condições, dinâmicas e princípios que presidem à sua diferenciação.

Esse trabalho evidencia, primeiramente, a pertinência do contexto político para a investigação das condições de emergência e de transformação das mobilizações ambientalistas. O surgimento de organizações ambientalistas no período que vai da década de setenta ao início dos anos dois mil, demonstra que as especificidades e variações das condições políticas têm uma influência destacada para a apreensão das modalidades e das dinâmicas de participação individual e coletiva na defesa de causas ambientais. As condições de possibilidade da participação nas mobilizações ambientalistas no referido período estão estreitamente ligadas às características particulares do contexto político nacional e internacional em que ocorreram e não devem ser consideradas como simples resultado de um processo de “difusão internacional”, de “universalização” e de “imposição” de causas legítimas. As modificações ocorridas nas formas de definição e de imposição das temáticas ambientais, nas agendas e nas soluções a serem adotadas para tais tipos de problemáticas, estão relacionadas a uma série de encontros, conferências, prioridades e imposições estabelecidas nas instâncias internacionais. Mas elas estão respaldadas também na configuração particular dos atores e organizações que participam das mobilizações e das intervenções ambientalistas em diferentes países. Se as mobilizações desenvolvidas na

Europa e nos EUA em finais dos anos sessenta estavam voltadas para a promoção de um “espaço internacional” de reivindicação e de mobilização coletiva, deve-se considerar também que elas foram levadas adiante por atores dotados de recursos e de disposições específicas e inseridos em contextos políticos nacionais muito diferenciados.

No Brasil, a emergência de mobilizações e organizações ambientalistas ocorreu num período em que a participação política era formalmente restrita e quando acontecia era com o apoio de setores da Igreja, que funcionava como uma espécie de facilitadora ou suporte de tais mobilizações. Isso porque as organizações e lideranças que participavam de grupos e “movimentos sociais e populares” no início dos anos setenta constituíam uma ameaça direta ao sistema político vigente em decorrência de suas relações com as mobilizações e os protestos contrários ao golpe militar. Acontece que no caso do ambientalismo as mobilizações contavam com certa tolerância e abertura por parte dos setores governantes. Dentre os principais fatores que contribuíram para tal situação pode-se destacar, primeiramente, que as causas defendidas pelas organizações e dirigentes ambientalistas estavam colocadas acima das divisões políticas e ideológicas que agitavam o cenário político nacional e internacional naquele momento, não se constituindo como uma questão que ameaçasse ou desafiasse o sistema político vigente. Em segundo lugar, deve-se considerar que os principais dirigentes que ingressaram nos anos setenta dispunham de condições e recursos suficientes para a realização de um empreendimento independente, sem que isso trouxesse custos políticos e profissionais elevados para os mesmos. Isso porque os constrangimentos políticos e institucionais vinculados ao regime ditatorial influenciavam a composição social das principais organizações ambientalistas nesse momento, de modo que essas eram sempre lideradas por indivíduos de origem social elevada, estreitamente ligados às elites econômicas, militares, políticas e culturais e dotados de disposições cosmopolitas adquiridas no universo familiar e reforçadas através de sua inserção na esfera internacional.

Atendo-nos à configuração particular do contexto político nacional e

dos tipos de atores que estavam em condições de liderar as mobilizações ambientalistas no início dos anos setenta, é possível compreender porque as definições atribuídas à defesa ambiental nesse momento remetiam à esfera da “ética” e da “moral” e estavam desvinculadas das questões sociais, políticas e ideológicas. Tais formulações são bem diferenciadas do que a literatura tem comumente destacado a respeito dos países europeus, nos quais as estruturas ideológicas e organizacionais do ambientalismo estavam radicadas nas contestações estudantis de “maio de 68” e eram lideradas pelos membros das chamadas classes médias. O mesmo pode se dito das estruturas organizacionais que caracterizavam as mobilizações ambientalistas nesse momento inicial, pois ao invés de estar fundada na formalização das vias de acesso aos canais institucionais, elas dependiam fortemente das relações informais estabelecidas pelos seus dirigentes com as elites governantes.

É somente a partir da chamada “abertura política” que a composição social das organizações ambientalistas do Rio Grande do Sul sofre uma grande modificação em suas estruturas organizacionais e ideológicas. Esse contexto é um marco do ingresso no ambientalismo de indivíduos com origens sociais mais baixas e heterogêneas, predominantemente vinculados a organizações estudantis e partidárias e que são os principais protagonistas da aproximação entre as questões ambientais e as lutas sociais e políticas que agitavam o contexto político nacional naquele momento. A imensa proliferação de organizações e “movimentos sociais” nesse período se torna um dos ingredientes principais da diversificação da composição social das organizações ambientalistas e das estruturas organizacionais e ideológicas do ambientalismo brasileiro a partir dos anos oitenta. O recrutamento das principais lideranças passa a se concentrar nessas redes de organizações e “movimentos sociais” vinculadas à luta pela “democratização”. Ao mesmo tempo em que as mobilizações e lutas desenvolvidas passam a contar com o apoio e a sustentação dessas organizações, ocorreu uma maior imbricação entre as reivindicações dos ambientalistas e os objetivos e bandeiras de lutas defendidas pelos grupos e organizações vinculados às problemáticas sociais, populares e partidárias.

O fato de abranger um período em que ocorreu a mudança de um regime autoritário para outro democrático, possibilita identificar a influência do contexto político para a modificação das redes de recrutamento e do potencial de mobilização das organizações ambientalistas. As mudanças ocorridas no contexto político entre o início dos anos setenta e o começo dos anos dois mil, demonstram que o peso das condições sociais de origem e das redes sociais enquanto condições de recrutamento para o ambientalismo têm se modificado consideravelmente no decorrer do tempo. Não são os mesmos atores nem tão pouco as mesmas redes de recrutamento que convergem para o ambientalismo durante a ditadura militar e no regime democrático. Tratando-se de uma causa que emergiu num regime autoritário, os tipos de atores e as respectivas condições e recursos mobilizados para o ingresso em organizações ambientalistas variam enormemente entre o período inicial e o contexto político posterior que se caracterizou por uma maior abertura formal das possibilidades de participação política e por uma marcada proliferação de organizações e “movimentos sociais”.

Tais aspectos salientam a pertinência das abordagens que procuram integrar as características e modificações relacionadas ao contexto político no qual emergem as mobilizações coletivas com os tipos de condições e de redes sociais vinculadas a determinado tipo de ação coletiva. Ao invés de tomarmos as origens sociais ou as redes de interação dos dirigentes como aspectos dicotômicos ou, pelo contrário, como elementos constantes para o surgimento e desenvolvimento das mobilizações coletivas, torna-se relevante considerar suas modificações no decorrer do tempo e seu peso relativo em diferentes contextos políticos. Em consonância com isso, tal investigação demonstra que a análise do contexto político em que se desenvolve determinada mobilização coletiva, constitui um bom ponto de partida para uma investigação mais detalhada do grau variável de pertinência das condições sociais de origem e das redes de recrutamento para as dinâmicas do engajamento individual. A combinação entre as configurações do contexto político e os tipos de condições e de redes sociais vinculadas à emergência e às dinâmicas de transformação das mobilizações ambientalistas, constitui um dos aspectos principais para a

apreensão das características particulares da participação na defesa de causas ambientais na referida situação. É com base nisso que se pode melhor compreender os significados atribuídos à causa ambiental nesses diferentes momentos, bem como as principais modificações que ocorreram nas formas de definição e de intervenção dos ambientalistas.

No que pese as variações temporais dos tipos de atores vinculados às mobilizações ambientalistas e das modificações ocorridas nas estruturas organizacionais e ideológicas do ambientalismo durante o período considerado, esse trabalho levanta algumas questões referentes à continuidade das concepções de sociedade e de política que fundamentam as definições e as modalidades de participação na defesa de causas ambientais. No caso do Rio Grande do Sul, a articulação da formação escolar com o engajamento político constitui um dos principais ingredientes desse tipo de militantismo nas diferentes gerações consideradas. Independente do período de ingresso na proteção ambiental, tais dirigentes compartilham uma mesma concepção da formação universitária, do seu significado e de sua utilidade para o exercício profissional. Tanto para aqueles que ingressaram no início dos anos setenta quanto para os que aderiram ao ambientalismo durante os anos oitenta e noventa, permanece uma definição militantista da formação e do exercício profissional, segundo a qual a profissão sempre implica a capacidade ou a competência de associar os recursos adquiridos durante o processo de escolarização à “realidade” e à “prática” política. Dessa forma, pode-se dizer que para o conjunto dos entrevistados a aquisição de uma formação escolar ou competência técnica e sua vinculação com o exercício profissional é indissociável dessa capacidade de integrar tais tipos de conhecimentos a objetivos e práticas políticas e que sem esse “compromisso” com a “realidade”, a escola e a formação que ela oferece não tem nenhum valor para eles. Dito de maneira mais específica, é somente pela participação em organizações e “movimentos sociais” os mais diversos que para tais dirigentes o profissional realiza seu compromisso com a “realidade” e com a “prática” e, assim, adquire o pleno sentido de sua tarefa ou atividade.

Tais concepções fundamentam definições de “militância” e de

“profissão” segundo as quais elas não constituem esferas de atuação distintas, sendo antes apresentadas como aspectos interligados e inseparáveis. Ou seja, muito mais do que um “campo” ou “setor” de atividade específica, o ingresso e a participação na defesa do meio ambiente constitui uma forma de reconversão da formação escolar e universitária para o exercício profissional em diferentes esferas sociais. Dessa forma, o significado e a utilidade da escolarização se define pela sua instrumentalidade para a politização das mais diversas esferas de atividade, de modo que a participação na defesa do meio ambiente constitui também uma das formas de articulação da formação escolar e universitária com a militância política para a atuação profissional em partidos políticos, em universidades, em agências governamentais, em empresas de consultoria, em associações, etc. Essas concepções mais amplas de sociedade e de política constituem um dos fundamentos principais da configuração do ambientalismo como uma “área de atuação profissional” nessas diversas esferas de atividade e estão também na base das modalidades de participação individual e coletiva nas mobilizações e organizações vinculadas à defesa de causas ambientais nos diferentes períodos considerados.

Com base nas concepções que fundamentam as definições e as intervenções dos dirigentes ambientalistas, pode-se perceber que os significados atribuídos à “profissão” e à “militância” não são recentes e nem específicos ou peculiares à participação na defesa desse tipo de causa. Pelo contrário, tais concepções estão presentes também em outros tipos de militância, bem como em determinados universos profissionais, para os quais o engajamento e a ocupação de cargos políticos constituem uma das formas principais de prolongamento do exercício e da realização profissional. Todavia, em meio a essa continuidade de uma concepção militante da profissão e de sua vinculação com outros tipos de práticas profissionais e militantes, existem diferentes modalidades de reconversão profissional e de esferas de atividade articuladas à defesa do meio ambiente entre o conjunto de dirigentes considerado. Mesmo se tratando de indivíduos pertencentes a uma mesma categoria de militantes, no caso os indivíduos mais engajados no âmbito das organizações e que ocupam posições dirigentes nas mesmas,

observa-se que há uma grande diferenciação quanto às formas de engajamento e de esferas associadas à sua atuação profissional na defesa ambiental. Tais variações não decorrem apenas dos respectivos contextos políticos em que ocorre o engajamento, nem tampouco podem ser apreendidas como um resultado direto de tais concepções. Elas evidenciam certas transformações quanto às condições e às lógicas sociais que conduzem os dirigentes à participação nesse tipo de causa e mesmo que não resultem da ruptura em relação a essa perspectiva militantista da profissão, sinalizam claramente para sua maior diversificação. Por isso, além de considerar as concepções que respaldam os significados atribuídos à participação na defesa do meio ambiente, esse trabalho examinou também as condições e os processos sociais que conduzem ao engajamento diferenciado nesse tipo de causa.

Mesmo que a imbricação entre “militância” e “profissão” constitua um dos fundamentos principais da participação na defesa de causas ambientais, as modalidades através das quais ela ocorre são muito diversificadas no universo de dirigentes considerados. Acontece que os mecanismos e as dinâmicas de socialização que resultam na ativação ou reformulação das disposições militantistas vinculadas à participação no ambientalismo passaram por significativas modificações nos últimos anos. O exame das principais modalidades de carreiras de dirigentes ambientalistas a partir dos anos setenta, nos coloca diante de diversos padrões de intersecção das disposições surgidas durante a socialização familiar com os tipos de itinerários profissionais e militantes dos dirigentes. De maneira mais específica, tal análise evidencia uma clara transformação dos espaços de socialização e de constituição das disposições que conduzem ao ativismo na proteção ambiental e dos tipos de recursos militantes que fazem parte desse tipo de militantismo.

A principal diferença é entre os dirigentes que ingressaram na proteção ambiental durante os anos setenta e aqueles que aderiram ao ambientalismo a partir dos anos oitenta e noventa. Enquanto que para os primeiros o engajamento ocorria numa fase mais tardia do itinerário ocupacional e constituía uma forma de retomada ou de reorientação de sua

carreira profissional, para os outros, a entrada na universidade e no mercado de trabalho é concomitante à participação em diferentes tipos de organizações e “movimentos sociais” e, também, nas mobilizações e associações ambientalistas. Essa mudança quanto ao momento do itinerário escolar, profissional e militante em que ocorre a adesão ao ambientalismo, corresponde a certas modificações nas dinâmicas de socialização dos dirigentes e, conseqüentemente, nos tipos de disposições que os conduzem à defesa ambiental. Em linhas gerais, passa-se de uma situação em que as predisposições e os recursos para tal militantismo resultavam da bagagem cultural e política vinculada ao meio familiar para uma outra na qual eles resultam dos engajamentos anteriores ou simultâneos dos dirigentes em diversos tipos de organizações e “movimentos sociais”.

Nesse sentido, pode-se dizer que uma das principais alterações observadas nesse tipo de militantismo consiste na maior preponderância da socialização secundária em redes de “movimentos sociais”, e notadamente no Movimento Estudantil e no Partido dos Trabalhadores, para a emergência e continuidade do engajamento na defesa ambiental. Tal mudança deu origem a um padrão diferenciado de atuação profissional, caracterizado pela associação da formação escolar com o engajamento político desde uma fase relativamente precoce do itinerário profissional. Por outro lado, na medida em que as disposições e os recursos militantes vinculados a tal forma de participação estão estreitamente ligados à inserção em redes específicas de organizações e “movimentos sociais”, houve uma maior diferenciação e divisão dos tipos de esferas de atividade articuladas à atuação profissional dos dirigentes.

Não estamos mais diante de uma situação na qual é a elevada bagagem cultural e política que dá acesso às mais diferentes esferas de atividade. Pelo contrário, as condições e as dinâmicas que determinam o ingresso na defesa de tal tipo de causa estão baseadas na inserção simultânea dos dirigentes em diferentes redes sociais e são elas que possibilitam a ocupação de postos seja na política partidária, em agências governamentais, em empresas de assessoria e consultoria ambiental, em organizações e grupos profissionais, em associações ambientalistas, etc. São raríssimos os casos em

que a participação em mobilizações e organizações ambientalistas não está articulada, ao mesmo tempo, com a atuação em múltiplas esferas de atividade. Isso faz com que as perspectivas de retribuição através do engajamento ambientalista sejam bastante diversificadas, uma vez que os cargos que ele dá acesso dependem da articulação da formação e do exercício profissional com as mais diferentes esferas sociais a partir das múltiplas redes em que estão inseridos os dirigentes.

A análise das modalidades de carreiras de dirigentes ambientalistas evidencia como que em meio à continuidade e à permanência de uma mesma concepção militantista da formação e do exercício profissional se observa uma grande diferenciação dos tipos de condições e de lógicas sociais que conduzem ao engajamento individual na defesa do meio ambiente. Uma das conseqüências principais dessa forma de configuração do ambientalismo é que o processo de institucionalização da participação na defesa de causas ambientais não tem se caracterizado pela imposição da formação escolar e universitária como o requisito principal para o ingresso e para o exercício da atividade militante. Pelo contrário, muito mais do que a formação escolar e universitária são as vinculações dos dirigentes a múltiplas redes de organizações e “movimentos sociais” que fundamentam as perspectivas e os desdobramentos de sua atuação profissional. Com base nisso, suas intervenções nas mais diversas esferas de atividade são sempre apresentadas como uma forma de atuação profissional, no sentido de articulação das competências adquiridas pela escolarização com o engajamento político.

Dessa forma, ao invés de nos defrontarmos com uma situação de substituição de um militantismo “benévolo” e “voluntário” por outro fortemente “técnico” e “profissionalizado”, um dos traços recorrentes do processo de institucionalização da defesa ambiental tem sido o estreitamento das relações entre as intervenções associativas e as diversas redes de organizações e “movimentos sociais” em que se encontram inseridos os dirigentes ambientalistas. Isso porque os objetivos e perspectivas de retribuição profissional dos dirigentes se encontram diretamente dependentes das diversas redes de organizações e “movimentos sociais” que os vinculam ao

ambientalismo. Se, por um lado, a intensificação da articulação da formação escolar com tais redes provocou uma ampliação das possibilidades de retribuição profissional através da defesa ambiental, por outro, tal situação conduziu à proliferação de participações setoriais, pois os tipos de esferas de atividade articuladas à atuação profissional dos dirigentes ambientalistas resultam de suas inserções muito particulares em outras formas de organizações e “movimentos sociais”.

Em decorrência disso, o processo de institucionalização da luta ambiental em tal situação esteve estreitamente ligado à intensa segmentação das modalidades de intervenção associativas. Ocorre que a diversificação das intervenções públicas das associações ambientalistas resultou de padrões muito distintos de combinação e ajuste das perspectivas de retribuição profissional dos dirigentes ambientalistas nas mais diferentes esferas de atividade com os respectivos tipos e graus de suas inserções em diferentes redes de organizações e “movimentos”. Associado a isso, os confrontos a respeito dos referenciais ideológicos e dos tipos de intervenções das associações ambientalistas nas instâncias formais de proteção ambiental se encontram diretamente articulados aos vínculos estabelecidos pelos dirigentes com outros tipos de organizações e “movimentos sociais”.

Muito mais do que os vínculos estabelecidos entre as próprias associações ambientalistas, são as relações diretas e contínuas de seus dirigentes com lideranças e grupos que fazem parte de organizações religiosas, de partidos políticos, de universidades, de organismos e agências de financiamento, etc., que respaldam os objetivos e as formas de ação associativa. Deve-se acrescentar ainda que, na grande maioria dos casos, não se trata apenas da participação exclusiva em uma ou outra dessas organizações, mas principalmente do acúmulo de posições simultaneamente em várias delas. Dessa forma, o acesso e a regularização da participação das associações em instâncias formais de proteção ambiental foi acompanhado pela ampliação das dificuldades para o estabelecimento de fronteiras e hierarquias institucionais de articulação e de representação do “movimento ecológico”, posto que se trata a todo o momento de construir audiências,

acordos e alianças tanto internas quanto externas com os tipos mais variados de organizações e de causas sociais.

Enfim, como esse trabalho pretende ter demonstrado, a análise das condições de emergência e de transformação do ambientalismo e das concepções de sociedade e de política que fundamentam as diversas modalidades de atuação individual e coletiva na defesa do meio ambiente, nos convida a indagar sobre os próprios limites das distinções entre militância e profissionalização que estão presentes tanto nos estudos sobre engajamento político quanto nos que focalizam as condições de constituição e as dinâmicas de realização de atividades profissionais. Dito de outro modo, tal trabalho possibilita levantar algumas questões pertinentes tanto à sociologia do militância quanto à da profissão, ou mais especificamente, quanto às fronteiras institucionais e disciplinares existentes entre elas.

Antes de se apresentar como uma alternativa contrária à formação e ao exercício profissional, tal forma de participação nos coloca diante de uma intensa imbricação entre “militância” e “profissão”, de modo que as retribuições procuradas através da mesma sempre se colocam sob o duplo registro da realização profissional e do engajamento político. Dessa forma, somos levados primeiramente a pensar que essa maior imbricação resulta de transformações ocorridas tanto no domínio dos recursos e das atividades que fazem parte do exercício da militância, no sentido que essa parece se dirigir para uma forma de intervenção mais técnica e profissionalizada, quanto de modificações nos tipos de formação e de perspectivas de exercício profissional proporcionados pela própria formação escolar e profissional.

Acontece que quando se consideram certos princípios gerais que fundamentam essa forma de imbricação entre “militância” e “profissão” no caso analisado, percebe-se que a fusão do exercício profissional com o engajamento político não é tão recente. Mesmo mudando os tipos de condições e de recursos sociais que possibilitam a articulação da formação e do exercício profissional com a participação política em diferentes períodos históricos de mobilizações na defesa de causas ambientais, tal articulação esteve sempre respaldada em concepções mais gerais de sociedade e de

política referentes ao papel e lugar da formação adquirida durante o processo de escolarização e de sua utilização como forma de realização profissional.

Desse modo, observa-se que os significados e os usos da formação e do exercício profissional para os dirigentes ambientalistas evidenciam que a “profissionalização” do ambientalismo não diz respeito apenas à ocupação de cargos em associações e demais instâncias de proteção ambiental com base na formação escolar e técnica. Pelo contrário, para eles muitas atividades técnicas e burocráticas, não apenas em associações políticas, mas também na burocracia estatal, em empresas, partidos, universidades, etc., são compreendidas e realizadas como uma forma de atuação simultaneamente profissional e militante. É que desde o momento inicial do ambientalismo na situação investigada, o engajamento em mobilizações e organizações ambientalistas constitui uma forma de acesso a cargos e postos que possibilitam ou resultam da articulação da formação profissional com o engajamento político. É nesse sentido que caracterizamos tal tipo de militância como um tipo de atuação profissional.

REFERÊNCIAS

A) BIBLIOGRAFIA GERAL

- BADIE, B. & HERMET, G. Política Comparada. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BEAUD, S. & WEBER, F. Guide de l'Enquête de Terrain. Paris, La Découverte, 1998.
- BECKER, H. Outsiders. Études de Sociologie de la Déviance. Paris, Métailié, 1985.
- BOURDIEU, P. A Representação Política. Elementos para uma teoria do campo político. In BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998a, p. 163-207.
- BOURDIEU, P. Classificação, Desclassificação, Reclassificação. In CATANI, A. NOGUEIRA, M. A. (orgs.) Pierre Bourdieu: escritos de educação. Petrópolis, Vozes, 1998b, p. 145-183.
- BOURDIEU, P. L'illusion biographique. In. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, (62/63), juin, 1986.
- BOURDIEU, P. La Distinction. Critique sociale du jugement. Paris, Minuit, 1979.
- COLLOVALD, A. Identité(s) strategique(s). In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, (73), juin, 1988, p. 29-40.
- CHAMBOREDON, H. et al. S'imposer aux imposants; A propos de quelques obstacles rencontrés par des sociologues débutants dans la pratique et l'usage de l'entretien. In: Genèses, 16, juin, 1994. P. 114-132.
- CHAMPAGNE, P. Formar a Opinião. Petrópolis, Vozes, 1998.
- DAMAMME, D. Grandes Illusions et Récits de Vie. In: Politix, 27, 1994, p. 183-188.
- DUBAR, C. La Socialisation. Construction des Identités Sociales et Professionnelles. Paris, Armand Colin, 1999.

- ELIAS, N. A Sociedade de Corte. Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- ELIAS, N. El Proceso de la Civilización: investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas. México, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- ELIAS, N. Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- GOFFMAN, E. A Representação do Eu na Vida Cotidiana. Petrópolis, Vozes, 1999.
- GOFFMAN, E. Interaction Ritual. Essays on Face to Face Behavior. New York, Patheon Books, 1967.
- GOFFMAN, E. Los Momentos y sus Hombres. Textos Seleccionados y Presentados por Yves Winkin. Barcelona, Paidós, 1991.
- GOFFMAN, E. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo, Perspectiva, 1996.
- LAHIRE, B. Homem Plural: os determinantes da ação. Petrópolis, Vozes, 2002.
- LAHIRE, B. Retratos Sociológicos. Disposições e Variações Individuais. Porto Alegre, Artmed, 2004.
- LENOIR, R Objeto Sociológico e Problema Social. In CHAMPAGNE, P. et. al. Iniciação à Prática Sociológica. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 59-106.
- MAUSS, M. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- PINÇON, M & PINÇON-CHARLOT, M. Pratiques d'enquêtes dans l'aristocracie et la grande bourgeoisie. Genèses, 3, mars, 1991. P. 120-133.

B) AÇÃO COLETIVA, MILITANTISMO E PARTICIPAÇÃO POLITICA

- AGRIKOLIANSKY, E. Biographies d'Institution et Mise em Scène de l'Intellectuel; Les candidats au comité central de la Ligue des Droits de l'Homme entre 1945 et 1975. Politix, 27, 1994, p. 94-110.
- AGRIKOLIANSKY, E. Carrières Militantes et Vocation à la Morale: les militants de la LDH dans lês Années 1980. Revue Francaise de Science Politique, Vol 51, nº 1-2, février-avril, 2001, p. 27-46.
- AGRIKOLIANSKY, E. La Ligue Française des Droits de L'Homme et du Citoyen Depuis 1945. Paris, L'Harmattan, 2002.

- BENFORD, R. D., SNOW, D. A. Framing Processes and Social Movements: an overview and assesment. *Annual Review Sociology*, vol 39, 2000, p. 611-639.
- COMERFORD, J. C. Fazendo a Luta: sociabilidade, falas, e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, NuAP, 1999.
- CORADINI, O. L. Origens Sociais e Princípios de Hierarquização Escolar: a formação de “intelectuais à brasileira”. Porto Alegre, *Cadernos de Ciência Política*, nº 6, p. 1-55, 1997.
- CORADINI, O. L. Em Nome de Quem? Recursos Sociais no Recrutamento de Elites Políticas. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.
- CORADINI, O. L. Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais. FELIX, Loiva O. & ELMIR, C. (org.) *Mitos e Heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 209-235
- CORADINI, O. L. Escolarização, Militantismo e Mecanismos de “Participação” Política. HEREDIA, Beatriz, TEIXEIRA, Carla, BARREIRA, Irllys (orgs.). *Como se Fazem Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002, p. 103-153.
- DEZALAY, Y. & GARTH, B. *La Mondialisation des Guerres de Palais. La restructuration du pouvoir d'État en Amérique Latine, entre notables du droit et "Chicago Boys"*. Paris, Seuil, 2002.
- DIANI, M. Networks and Social Movements: A research programme. In: DIANI, Mario and McADAM, Doug. (eds.) *Social Movements and Networks. Relational approaches to collective action*. New York, Oxford University Press, 2003, p. 299-319.
- FILLIEULE, O. Propositions Pour Une Analyse Processuelle de l'Engagement Individuel. *Revue Francaise de Science Politique*, Vol 51, nº 1-2, février-avril, 2001, p. 199-215.
- GARCIA, A. Les Intellectuels et la Conscience Nationale au Brésil. *Actes de la Rechcerche en Sciences Sociales*, nº 98, juin, 1993, p. 20-33.
- GAXIE, D. & OFFERLÉ, M. Les Militants Syndicaux et Associatifs au Pouvoir? Capital social collectif et carrière politique. BIRNBAUM, Pierre. (dir.) *Les Élités Socialistes au Pouvoir; Les dirigeants socialistes face à l'État - 1981-1985*. Paris, Presses Universitaires de France, 1985, p. 105-138.
- GAXIE, D. Économie des Partis et Rétributions du Militantisme. *Revue Française de Science Politique*, vol 27, nº 1, février, 1977, p. 123-154.

- GOHN, M. G. Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo, Loyola, 1997.
- JOBERT, B. & MULLER, P. L'Etat en Action: politiques publiques et corporatismes. Paris, Presses Universitaires de France. 1987.
- JUHEM, P. La Légitimation de la Cause Humanitaire: um discours sans adversaires. Mots, nº 65, avril, 2001, p. 9-27.
- KERTZER, D. I. Rituais Políticos e a Transformação do Partido Comunista Italiano. Horizontes Antropológicos, v. 7, n. 15, 2001, p. 15-36
- KLANDERMANS, B., OEGEMA, D. Potentials, Networks, Motivations, and Barriers: steps towards participation in social movements. American Sociological Review, vol 52, august 1987, nº 4, p. 519-531.
- KLANDERMANS, B. Mobilization and Participation: Social-Psychological Expansions of Resource Mobilization Theory. American Sociological Review, Vol. 49, nº 5, october, 1984, p. 583-600.
- LAGROYE, J. Les Processus de Politisation. In: LAGROYE, J. (dir.) La Politisation. Belin, 2003, p. 359-372.
- LINZ, J. J. & STEPAN, A. A Transição e Consolidação da Democracia. A Experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- McADAM, D. Beyond Structural Analysis: Toward a more dynamic understanding of social movements. In: DIANI, Mario and McADAM, Doug. (eds.) Social Movements and Networks. Relational approaches to collective action. New York, Oxford University Press, 2003, p. 281-298.
- McADAM, D. The Biographical Consequences of Activism. American Sociological Review, vol. 54, October, 1989, p. 744-760.
- McADAM, D. The Biographical Impact of Activism. In: GIUGNI, M., McADAM, D., TILLY, C. How Social Movements Matter. London, Minnesota Press, 1999, p. 117-146.
- McADAM, D., PAULSEN, R. Specifying the Relationship between Social Ties and Activism. American Journal of Sociology, vol. 99, nº 3, November, 1993, p. 640-667.
- MEMMI, D. L'Engagement Politique. In: GRAWITZ, M. & LECA, J. Traité de Science Politique, vol 3 L'Action Politique. Paris, PUF, 1985, p. 310-366.
- MEMMI, D. La Competence Morale. In. Politix, no. 17, 1992, p. 104-124.

- MISCHE, A. Cross-talk in Movements; Reconceiving the culture-network link. In: DIANI, M. & McADAM, D. (eds.) Social Movements and Networks. Relational approaches to collective action. New York, Oxford University Press, 2003, p. 258-280.
- MULLER, P. L'Analyse Cognitive des Politiques Publiques: vers une sociologie politique de l'action publique. Revue Française de Science Politique, vol 50, n° 2, avril, 2000, p. 189-207.
- PASSY, F. L'Action Altruiste. Paris-Genève, Droz, 1998.
- PÉCAUT, D. Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação. São Paulo, Ática, 1990.
- SAWICKI, F. Les Réseaux du Parti Socialiste; Sociologie d'un milieu partisan. Paris, Belin, 1997.
- SIMÉANT, J., DAUVIN, P. & C.A.H.I.E.R. Le Travail Humanitaire. Les acteurs des ONG, du siege au terrain. Paris, Presses de Sciences Po, 2002.
- SIMÉANT, J. Entrer, Rester en Humanitaire: des fondateurs de MSF aux membres actuels des ONG médicales françaises. Revue Francaise de Science Politique, Vol 51, n° 1-2, février-avril, 2001, p. 47-72.
- SIMÉANT, J. Un Humanitaire "Apolitique"? Démarcations, socialisations au politique et espaces de la réalisation de soi. In LAGROYE, J. La Politisation. Paris, Belin, 2003, p. 163-196.

C) MILITANTISMO AMBIENTALISTA

- ACOT, P. História da Ecologia. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- ANQUENTIN, V. Produire une Politique Municipale de l'Environnement: La regulation des interactions des acteurs locaux par l' "expertise" In.: HAMMAN, P.; MÉON, J-M.; VERRIER, B. Discours Savants, Discours Militants: mélange des genres. Paris, L'Harmattan, 2002, p. 129-151.
- CARMIN, J. Voluntary Associations, Professional Organisations and the Environmental Movement in the United States. ROOTES, Christopher (Ed.) Environmental Movements: local, national and global. London, Frank Cass, 1999, p. 101-121.

- EDER, K. L'Environnement et le Discours Écologique. Le cas de l'Allemagne. IN: ABÉLÈS, M., CHARLES, L. JEUDY, H-P., KALAORA, B. L'Environnement en Perspective. Contextes et représentations de l'environnement. Paris, L'Harmattan, 2000, p.191-208
- FUKS, M. Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro. Ação e debate nas arenas públicas. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.
- GALLET, G. L' Expertise, Outil de l'Activisme Environnemental Chez Greenpeace France. In.: HAMMAN, P.; MÉON, J-M.; VERRIER, B. Discours Savants, Discours Militants: mélange des genres. Paris, L'Harmattan, 2002, p. 109-128.
- HANNIGAN, J. A. Sociologia Ambiental. A Formação de uma Perspectiva Social. Lisboa, Instituto Piaget, 1995.
- JIMÉNEZ, M. Consolidation Through Institutionalisation? Dilemmas of the Spanish Environmental Movement in the 1990s.In: ROOTES, Christopher (Ed.) Environmental Movements: local, national and global. London, Frank Cass, 1999, p. 149-171.
- LASCOUMES, P. L'Éco-Pouvoir: Environnements et politiques. Paris, La Découverte, 1994.
- LASCOUMES, P. Les Arbitrages Publics des Intérêts Légitimes en Matière d'Environnement: L'exemple des lois Montagne et Littoral. Revue Française de Science Politique, vol 45, n° 3, jun, 1995, p. 396-419.
- LOUREIRO, M. R. & PACHECO, R. S. Formação e Consolidação do Campo Ambiental no Brasil: Consensos e disputas (1972-1992). Revista de administração Pública, Rio de Janeiro, 1995, out/dez, vol 29, n° 4, p. 137-153.
- OLLITRAULT, S. Les Écologistes Français, des Experts em Action. Revue Française de Science Politique, Vol 51, n° 1-2, février-avril, 2001, p. 105-130.
- OLLITRAULT, S. Science et Militantisme: les transformations d'une échange circulaire. Le cas de l'ecologie française. Politix, n° 36, 1996, p. 141-162.
- OLLITRAULT, S. De la Caméra à la Pétition-web : le répertoire médiatique des écologistes. In NEVEU, E. (Dir.). Médias et Mouvements Sociaux. Réseaux, n° 98, Paris, Hermès Science Publications, 1999, p. 153-185.
- OLLITRAULT, S. Présentation de soi des ONG sur Internet : créer une histoire "sans frontière"? In: <http://histoire-sociale.univ-paris1.fr/Collo/OLLITRAULT.pdf> . Último acesso: 05/09/2005.

- ROOTES, C. (Ed.) Environmental Movements: local, national and global. London, Frank Cass, 1999.
- SAINTENY, G. Logiques d'Engagement et Logiques de Rétribution au Sein de l'Écologisme Français. Cahiers Internationaux de Sociologie, Vol CVI, 1999, p. 175-200.
- SAINTENY, G. L'Introuvable Écologisme Français? Paris, PUF, 2000.
- SAWICKI, F. Les Temps de l'Engagement. À propôs de l'Institutionnalisation d'une association de Défens de l'Environnement. In LAGROYE, J. La Politisation. Paris, Belin, 2003, p. 123-146.
- SEARLE-CHATTERJEE, M. Occupation, Biography and New Social Movements. In: The Sociological Review, Vol 47, n° 2, May, 1999, p. 258-279.
- SEGUIN, E. L'Analyse Politique de la Science. Technocratie versus Discours scientifique. Politix, n° 36, 1996, p. 181-193.
- SIMMONET, D. O Ecologismo. Lisboa, Moraes Editores, 1979.
- SNOW, D. A., ZURCHER, L., EKLAND-OLSON, S. Social Networks and Social Movements: a microstructural approach to differential recruitment. American Sociological Review, vol 45, n° 5, october, 1980, p. 878-901
- SPANOU, C. Fonctionnaires et Militants. L'administration et lês nouveaux mouvements sociaux. Paris, l'harmattan, 1991.
- THOMAS, K. O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo, Companhia das letras, 1988.

D) MATERIAL DE ANÁLISE

- ANDREOLI, C. V. Principais Resultados da Política Ambiental Brasileira: o setor público. Revista de administração Pública, Rio de Janeiro, 1992, n° 26 (4), p. 10-31.
- BONES, E. & HASSE, G. Pioneiros da Ecologia. Breve História do Movimento Ambientalista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Já Editores, 2002.
- CRESPO, S. & CARNEIRO, L. P. O Perfil das Instituições Ambientalistas do Brasil. In.: Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas – ECOLISTA. Curitiba, Mater Natura, 1996. p. XV-XXVI.

- DREYER, L. Sinfonia Inacabada. A vida de José Lutzenberger. Porto Alegre, Vidicom Audiovisuais Edições, 2004.
- ENCONTRO ESTADUAL DE ENTIDADES ECOLÓGICAS, 2001. Pelotas. Anais do XXII Encontro Estadual de Entidades Ecológicas. Bases para o Paradigma Ecológico. Pelotas, APEDEMAR/RS, 2001, 34 p.
- HERCULANO, S. C. O Campo do Ecologismo no Brasil: O Fórum das ONGS. In: Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas. REIS, E., ALMEIDA, M. H. T., FRY, P. (Orgs.) São Paulo, HUCITEC, 1996, p. 91-126.
- LANDIM, L. Experiência Militante. História das assim chamadas ONGs. Lusotopie, 2002/1, p. 215-239.
- LEWGOY, F. A voz dos cientistas críticos. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VII(2), jul/out, 2000, p. p. 503-508.
- MAFRA, H. Desafios e Perspectivas do Movimento Ambientalista no Brasil. Relato do Seminário Ocorrido em Brasília entre 28 e 30 de setembro de 1995. Rio de Janeiro, Fundação Francisco/Prática Gráfica e Editora, 1995.
- MENEZES, C. L. Emergência e Evolução da Política Ambiental Urbana no Brasil: do Estado Novo à Nova República. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 1995, jan/fev, vol. 31, nº 1, p. 70-95.
- OLIVEIRA, W. J. F. A Utilização do “Referencial Ambientalista” como Justificativa à Implantação do Sistema de Coleta Seletiva de Lixo em Porto Alegre. Porto Alegre, UFRGS/PPGSOCIOLOGIA (Dissertação de Mestrado), 1995.
- PÁDUA, J. A. O Nascimento da Política Verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, Vértice, 1992, p. 190-216.
- PETRARCA, F. R. Conflitos, Trajetórias e Engajamentos dos Jornalistas na Produção de Notícias Ambientais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, UFRGS/PPGSOCIOLOGIA (Dissertação de Mestrado), 2003.
- SCHMITT, C. J. Mata de Araucárias: a região norte do Rio Grande do Sul. In: CARVALHO, Isabel & SCOTTO, Gabriela (coords.) Conflitos Sócio-Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro, Graphos, 1995, p. 25-101.
- SEMINÁRIO PARA JORNALISTAS SOBRE POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE, 1989 Brasília. Anais do seminário para jornalistas sobre população e meio ambiente. Brasília, FENAJ/FNUAP, 1989, 63 p.

SVIRSKY, E., CAPOBIANCO, J. P. R. (orgs.) *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo, Instituto Socioambiental, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.

TORNQUIST, C. S. *O Planeta e o Quintal: o movimento ecológico frente à administração popular em Porto Alegre*. Florianópolis, UFSC/PPGSOCPOL (Dissertação de Mestrado), 1992.

URBAN, T. *Missão (quase) Impossível. Aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil*. São Paulo, Peirópolis, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE 1:

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS MAIS RECORRENTES

ABRAMPA - Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente -
ADFG-AT – Associação Democrática Feminina Gaúcha – Amigos da Terra – Porto Alegre. Também denominada **NAT** – Núcleo Amigos da Terra.
AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – Porto Alegre
ALGA – Associação Livre para o Gerenciamento Ambiental – Caxias do Sul
ANAMA - Associação Ação Nascente Maquiné - Maquiné
APEDEMA/RS – Associação Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente – Rio Grande do Sul
ASCAPAN - Associação Canoense de Proteção ao M. Ambiente Natural - Canoas
ASSECAN - Associação Ecológica Canela - Planalto das Araucárias - Canela
CEA – Centro de Estudos Ambientais – Pelotas
CNEA – Cadastro Nacional de Entidades Ambientais - Brasília
COOLMEIA – Cooperativa Ecológica Colméia – Porto Alegre
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente – Brasília
CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente – Porto Alegre
CONFEMA – Conferência Estadual do Meio Ambiente – Rio Grande do Sul
CERBMA – Comitê Estadual de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Porto Alegre
DEFAP - Departamento de Florestas e Áreas Protegidas – Porto Alegre
EEEE – Encontro Estadual de Entidades Ecológicas – Rio Grande do Sul
ECOAGÊNCIA - EcoAgência de Notícias sobre o Movimento Ecológico – Porto Alegre
ECOLISTA - Cadastro Nacional de Instituições Ambientais - Curitiba
FBOMS – Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais
FEE - Fundação de economia e Estatística do Rio Grande Sul – Porto Alegre
FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas
FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental – Porto Alegre
FIERGS – Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul
FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente - Brasília
FUNDAÇÃO GAIA – Fundação Gaia – Pantano Grande
GESP – Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas – Passo Fundo
ING – Indivíduo Não Governamental
MATER NATURA - Instituto de Estudos Ambientais Mater Natura – Curitiba
MEG – Movimento Ecológico Gaúcho – Rio Grande do Sul

MMA – Ministério do Meio Ambiente - Brasília
NEJ/RS – Núcleo de Eco-jornalistas do Rio Grande do Sul – Porto Alegre
NMS – Novos Movimentos Sociais
PANGEA - Associação Ambientalista Internacional - Porto Alegre
PT – Partido dos Trabalhadores
PV – Partido Verde
ROESSLER – Movimento Roessler para a Defesa Ambiental – Novo Hamburgo
SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente – Porto Alegre
SQA – Secretaria de Qualidade Ambiental - Pelotas
UPAN – União Protetora do Ambiente Natural – São Leopoldo
UPPAN – União Pedritense de Proteção ao Ambiente Natural – Dom Pedrito
FURG – Fundação Universidade Federal de Rio Grande
VERDENOVO – Movimento Ambientalista Verdenovo – São Lourenço do Sul
VITAE CIVILIS – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz
WWF - Fundo Mundial para a Natureza

APÊNDICE 2:

LISTA DE DIRIGENTES

A) NOME DOS DIRIGENTES (POR ORDEM ALFABÉTICA):

Alexandre Krob, Alexandre Melo, Antônio Soler, Arno Kayser, Augusto Carneiro, Caio Lustosa, Cátia Cilene, Celso Marques, Cilon Estivalet, Cimara Machado, Edi Xavier Fonseca, Edison de Souza, Eliara Manfredi, Flávio Lewgoy, Francisco Milanez, Heinrich Theodor Frank, Geraldo Susin, Giselda Castro, Glacy Alves, Guilherme Leonardy, Hilda Zimmerman, Ignácio Moreno, Jacques Saldanha, João Batista Aguiar, João Carlos Rodrigues, José Lutzenberger, Juarez Tosi, Juçara Pedrollo, Julian Mauhs, Kátia Vasconcelos, Lúcia Ortiz, Luciana Nunes, Luiz Felipe Kunz, Lara Lutzenberger, Magda Renner, Maria Celina, Nelson Dihel, Nelson Vasconcelos, Nely Blaut, Rafael Altenhofen, Luiz Rampazzo, Renata Schlee, Roberto Villar, Rodrigo Magalhães, Rumi Kubo, Sebastião Pinheiro, Sérgio Cardoso, Silvia Capelli, Tiago Eduardo Genehr, William Seewald.

B) SEXO, ANO DE INGRESSO, POSIÇÃO NO AMBIENTALISMO, FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA, DURAÇÃO, LOCAL E DATA DE REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA.

Dirigente nº 01: Homem, 1971, “Pioneiro”, Fundador da AGAPAN e Presidente da PANGEA, direito e contabilidade, 3h, Casa, 02 de abril de 2002.

Dirigente nº 02: Mulher, 1989, Coordenadora Executiva da ADFG-AT, geografia Incompleto, 1h45min, Sede da ADFG-AT, 03 de abril de 2002.

Dirigente nº 03: Homem, 1972, ex-Presidente da AGAPAN, biólogo, 2h, Bar no Mercado Público, 09 de abril de 2002.

- Dirigente nº 04:** Mulher, 1974, “Pioneira” e Presidente de Honra da ADFG-AT, Línguas Anglo-Germânicas e Didática, 3h, Casa, 16 de abril de 2002.
- Dirigente nº 05:** Mulher, 1974, “Pioneira” e Vice-Presidente da ADFG-AT durante 25 anos, Formação Secundária, 3h, Casa, 22 de abril de 2002.
- Dirigente nº 06:** Homem, 1993, ex-Coordenador do CEA, direito, 30min, Sala da SQA, 07 de maio de 2002.
- Dirigente nº 07:** Homem, 1988, ex-Coordenador do CEA, direito, 1h45min, Sala da SQA, 07 de maio de 2002.
- Dirigente nº 08:** Mulher, 1990, ex-Coordenadora do CEA, História, 1h40min, Casa, 08 de maio de 2002.
- Dirigente nº 09:** Mulher, 1999, Coordenadora do CEA, educação física, 2h, Sede DO CEA, 08 de maio de 2002.
- Dirigente nº 10:** Homem, 1983, Fundador e ex-Coordenador do CEA, Licenciatura Curta em Ciências, 1h30min, Sala da SQA, 08 de maio de 2002.
- Dirigente nº 11:** Homem, 1974, “Pioneiro” e ex-presidente da AGAPAN, química, 2h, Casa, 20 de maio de 2002.
- Dirigente nº 12:** Mulher, 1980, Presidente da AGAPAN, sociologia, 1h30min, Parque da Redenção, 22 de maio de 2002.
- Dirigente nº 13:** Homem, 1978, ex-Presidente do ROESSLER, agronomia, 2h, Parque da Redenção, 04 de junho de 2002.
- Dirigente nº 14:** Homem, 1995, Coordenador do CURICACA, agronomia, 1h30min, Casa, 17 de julho de 2002.
- Dirigente nº 15:** Mulher, 1999, Coordenadora Técnica da ADFG-AT, geologia, 1h30min, Rua próxima à sede da ADFG-AT, 24 de julho de 2002.
- Dirigente nº 16:** Homem, 1989, ex-Presidente do ROESSLER, biologia, 1h30min, Herbário da UNISINOS, 30 de julho de 2002.
- Dirigente nº 17:** Mulher, 1985, ex-Secretária da AGAPAN, sociologia e jornalismo, 1h15min, Bar no Shopping Guion, 03 de setembro de 2002.

- Dirigente nº 18:** Homem, 1981, Ex-Diretor da AGAPAN e ex-Coordenador da CLEPEI, veterinária, 1h30min, Sala da SEMA, 10 de setembro de 2002.
- Dirigente nº 19:** Homem, 1994, ex-Presidente da UPAN, biologia, 2h, Parque na UNISINOS, 16 de setembro de 2002.
- Dirigente nº 20:** Mulher, 1995, ex-Presidente do ROESSLER, Estudante de jornalismo, 40min, Sala da Biblioteca Municipal de Porto Alegre, 24 de setembro de 2002.
- Dirigente nº 21:** Homem, 1991, Presidente do ROESSLER, Estudante de jornalismo, 1h30min, Parque da Redenção, 26 de setembro de 2002.
- Dirigente nº 22:** Homem, 1972, “Pioneiro” e ex-Presidente da AGAPAN, filosofia, 3h, Casa, 27 de novembro de 2002.
- Dirigente nº 23:** Mulher, 1998, ADFG, geografia, 40min, Bar ao lado da ADFG-AT, 26 de novembro de 2003.
- Dirigente nº 24:** Homem, 1985, Coordenador do NEJ, jornalismo, 1h15min, Sala do Ministério Público Federal, 24 de março de 2004.
- Dirigente nº 25:** Homem, 1974, ex-Diretor da AGAPAN, direito, 1h30min, Casa, 03 de maio de 2004.
- Dirigente nº 26:** Homem, , “Pioneiro”, AGAPAN e COOLMEIA, agronomia, 1h15min, Biblioteca da UFRGS, 03 de maio de 2004.
- Dirigente nº 27:** Homem, 1994, ex-Coordenador do GREENPEACE, Formação Secundária, 1h30min, Diretório Acadêmico da arquitetura da UFRGS, 04 de maio de 2004.
- Dirigente nº 28:** Homem, 1995, ex-Coordenador do GREENPEACE, Estudante de direito, 1h, Sala do Ministério Público Federal, 05 de maio de 2004.
- Dirigente nº 29:** Homem, 1980, ex-Diretor da AGAPAN, atual Vice-Presidente da PANGEA e Moderador da Rede de jornalismo Ambiental, Jornalista, 1h, Restaurante Birra e Pasta no Shopping Praia de Belas, 05 de maio de 2004.
- Dirigente nº 30:** Mulher, 1997, ex-Coordenadora da ANAMA, Bióloga e Artista Plástica, 1h, Casa, 06 de maio de 2004.

- Dirigente nº 31:** Homem, 1972, ex-Coordenador da COOLMEIA, direito e agronomia, 1h15min, Biblioteca da SMAM, 11 de maio de 2004.
- Dirigente nº 32:** Mulher, 2000, Coordenadora do GREENPEACE, Contábeis, 1h30min, Bar do Instituto Goethe, 13 de maio de 2004.
- Dirigente nº 33:** Homem, 1991, Coordenação do NEJ e Moderador da Rede de jornalismo Ambiental, jornalismo, 1h40min, Casa, 14 de maio de 2004.
- Dirigente nº 34:** Homem, 1997, ex-Coordenador da ANAMA, biologia, 1h, Casa, 19 de maio de 2004.
- Dirigente nº 35:** Homem, 1996, Presidente da ALGA, jornalismo, 1h30min, Sala da SEMA, 20 de maio de 2004.
- Dirigente nº 36:** Homem, 2000, Presidente da COOLMEIA, Formação Secundária, 2h, Sala da COOLMEIA, 21 de maio de 2004.
- Dirigente nº 37:** Mulher, 1989, Diretoria da ASSECAN, arquitetura, 1h, Sala da SEMA, 24 de maio de 2004.
- Dirigente nº 38:** Homem, 1989, Presidente da ASSECAN, economia, 1h, Sala da SEMA, 24 de maio de 2004.
- Dirigente nº 39:** Homem, 1983, Presidente da ASCAPAN, geologia, 1h30min, Museu de Minerologia, 27 de maio de 2004.
- Dirigente nº 40:** Homem, 1983, ex-Diretor da APN-VG, geologia, 1h30min, Sala da Associação dos Geógrafos, 27 de maio de 2004.
- Dirigente nº 41:** Homem, 1998, Presidente do PV, direito, 1h30min, Escritório de Advocacia, 28 de maio de 2004.
- Dirigente nº 42:** Homem, 1998, ex-Presidente do PV, História Natural e direito, 1h, Escritório de Advocacia, 01 de junho de 2004.
- Dirigente nº 43:** Mulher, 1982, ex-Coordenadora da COOLMEIA, agronomia, 2h30min, Sede da GUAYI, 02 de junho de 2004.
- Dirigente nº 44:** Homem, 1978, ex-Coordenador da COOLMEIA, administração, 1h, Sede da GUAYI, 08 de junho de 2004.
- Dirigente nº 45:** Mulher, “Pioneira” e Fundadora da AGAPAN, Estenografa, 3h, Casa, 09 de junho de 2004.

- Dirigente nº 46:** Homem, 1997, Diretoria Colegiada do VERDENOV0, arquitetura, 1h30min, Casa, 12 de junho de 2004.
- Dirigente nº 47:** Mulher, 1997, Diretoria Colegiada do VERDENOV0, psicologia incompleto, 1h, Casa, 12 de junho de 2004.
- Dirigente nº 48:** Mulher, 1987, Presidente da FUNDAÇÃO GAIA, biologia, 1h, Sala na sede da FUNDAÇÃO GAIA, 02 de agosto de 2004.
- Dirigente nº 49:** Mulher, 1990, ex-Presidente da ABRAMPA e do PIANETA VERDE, direito, 1h, Sala do Ministério Público Estadual, 15 de setembro de 2004.
- Dirigente nº 50:** Homem, 1971, "Pioneiro", Fundador da AGAPAN e da FUNDAÇÃO GAIA, ex-Secretário do Meio Ambiente, agronomia. Biografias: URBAN, 2001; BONES & HASSE, 2002; DREYER, 2004.

APÊNDICE 3:

TABELAS

A) ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS DO RIO GRANDE DO SUL

TABELA 01: DISTRIBUIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS NAS LISTAGENS ENCONTRADAS

Número de Listagens que Aparecem	N	%
Aparece em 1 lista	152	70%
Aparece em 2 listas	36	17%
Aparece em 3 listas	15	7%
Aparece em 4 listas	12	5%
Aparece em 5 listas	3	1%
Total de Organizações	218	100,0

TABELA 02: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS DO RS

Região do Estado	N	%
Interior do Estado	137	63%
Capital do RS	48	22%
Região Metropolitana	33	15%
TOTAL	218	100

TABELA 03: TAMANHO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS ONDE ESTÃO LOCALIZADAS AS ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS DO RS

População	N	%
Até 10.000	21	10%
de 10.001 a 50.000	61	28%
de 50.001 a 100.000	34	16%
mais de 100.000	101	46%
TOTAL	217	100

TABELA 04: PERÍODO DE FUNDAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS DO RS

Período de Fundação	N	%
1ª Metade dos anos 70	7	9%
2ª Metade dos anos 70	7	9%
1ª metade dos anos 80	10	13%
2ª metade dos anos 80	37	47%
1ª metade dos anos 90	12	15%
2ª metade dos anos 90	5	6%
1ª metade dos anos 2000	1	1%
TOTAL	79	100

B) DIRIGENTES ENTREVISTADOS

TABELA 05: IDADE ATUAL DOS DIRIGENTES

Idade	N	%
29-39	16	33%
40-49	16	33%
50-60	10	20%
61 anos em diante	7	14%
TOTAL	49	100

TABELA 06: IDADE DE INGRESSO DOS DIRIGENTES NO AMBIENTALISMO

Idade de Ingresso	N	%
13-23	20	41%
24-29	10	21%
30-39	7	14%
40-49	8	16%
50-60	4	8%
TOTAL	49	100

TABELA 07: EXISTÊNCIA DE ENGAJAMENTOS NO GRUPO FAMILIAR DOS DIRIGENTES

Engajamentos na Família	N	%
Não	11	22%
Sim	38	78%
TOTAL	49	100

TABELA 08: PARTICIPAÇÕES ANTERIORES DOS DIRIGENTES AMBIENTALISTAS EM ORGANIZAÇÕES E “MOVIMENTOS SOCIAIS”

Graus de Participação	N	%
Não Participante	3	6%
Simpatizante	8	17%
Militante	38	77%
TOTAL	49	100

TABELA 09: TIPOS E GRAUS DE INSERÇÕES ANTERIORES EM ORGANIZAÇÕES E “MOVIMENTOS SOCIAIS”

Tipos de Organizações	Graus de Participação		TOTAL
	Simpatizante	Militante	
Partidos Políticos	29%	41%	74%
Estudantis	33%	30%	63%
Naturistas	14%	12%	26%
Religiosas	2%	14%	16%

TABELA 10: IDADE DE INGRESSO NO AMBIENTALISMO EM FUNÇÃO DO PERÍODO DE ADESÃO

Idade de Ingresso	Período de Adesão		
	Anos 70	Anos 80	Anos 90
Até 23	11%	67%	32%
24-29	22%	17%	23%
30-39	-	11%	23%
40-49	45%	5%	13%
50-60	22%	-	9%

TABELA 11: SITUAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL DOS DIRIGENTES NO PERÍODO DE ENTRADA NO AMBIENTALISMO

Situação Escolar e Profissional	Período de Adesão		
	Anos 70	Anos 80	Anos 90
Segundo Grau	-	18%	5%
Universidade	-	53%	58%
Exercício Profissional	100%	29%	37%

TABELA 12: INSERÇÕES ANTERIORES EM ORGANIZAÇÕES E “MOVIMENTOS SOCIAIS” EM FUNÇÃO DO PERÍODO DE ADESÃO

Tipos de Organizações	Período de Adesão		
	Anos 70	Anos 80	Anos 90
Estudantis	33%	78%	63%
Partidos Políticos	22%	83%	77%
Religiosas	55%	22%	14%
Naturistas	22%	17%	18%

ANEXOS

ANEXO 1: FOTOGRAFIAS

A) MANIFESTAÇÕES, MOBILIZAÇÕES E EVENTOS VOLTADOS À PROTEÇÃO AMBIENTAL NO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 1970 E 2000.



Protesto em Porto Alegre contra o corte de árvores na avenida João Pessoa em 1975. Fonte: BONES & HASSE (2002).



Manifestação na Câmara de Vereadores de Porto Alegre em defesa dos parques da cidade nos anos 80. Fonte: BONES & HASSE (2002).



Abraço à Lagoa no Balneário Santo Antônio em 1996 na cidade de Pelotas.
FONTE: CEA



XXII EEEE realizado na cidade de Pelotas no ano de 2001. FONTE: CEA.



XXIII EEEE realizado na cidade de São Leopoldo no ano de 2002.
FONTE: CEA.



Manifesto da Rede Brasil de Ecosocialistas aprovado na oficina "A SUSTENTABILIDADE PELO ECOSOCIALISMO", realizada no III FSM/2003 Porto Alegre/RS. FONTE: <http://www.ecossocialista.hpg.ig.com.br/eventos1.htm>

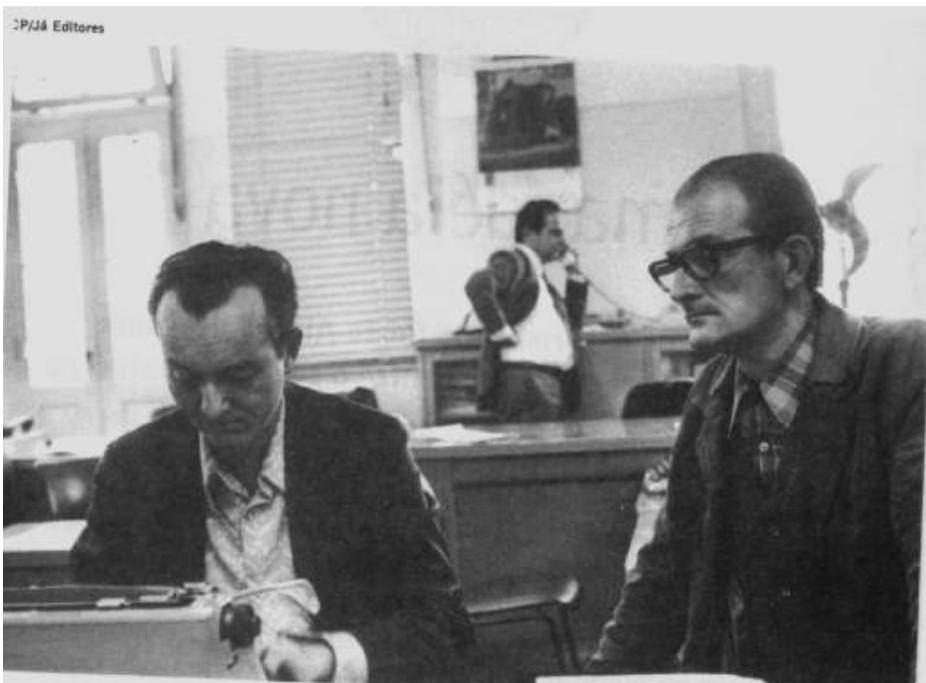


Oficina do NEJ no II Fórum Social Mundial realizados em Porto Alegre em janeiro de 2002, FONTE: <http://www.nejrs.org.br/nejrs/peqhistoria.htm>



Conferência de Frijof Capra durante o III FSM no Auditório Araújo Viana em Porto Alegre. FONTE: http://www.agirazul.com.br/fsm4/_fsm/00000065.htm

B) DIRIGENTES E ASSOCIAÇÕES AMBIENTALISTAS NO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 1970 E ANOS 2000.



Primeiros secretário e presidente da AGAPAN redigem a notícia de fundação da associação em 1971. Fonte: BONES & HASSE (2002).



Primeiro presidente da AGAPAN durante a Semana do Meio Ambiente na Câmara de Vereadores de Porto Alegre em 2001. FONTE: BONES & HASSE (2002).



Primeiro presidente da AGAPAN com o governador e o secretário do meio ambiente do RGS no RINCÃO GAIA em 2002. FONTE: DREYER (2004).



Fundadoras da ADFG em cerimônia de homenagem na Câmara de Vereadores de Porto Alegre pelos 40 anos de fundação da entidade. FONTE: <http://www.natbrasil.org.br/noticias.htm>



Visita do secretário executivo do MMA à ADFG em 12/04/2005. FONTE: <http://www.natbrasil.org.br/noticias.htm>



As Terças Ecológicas do NEJ mobiliza a comunidade para as questões ambientais. FONTE: <http://www.nejrs.org.br/nejrs/peqhistoria.htm>



Diretoria da ABRAMPA em 2004. FONTE: www.abrampa.org.br/novidades_noticias.asp



“Projeto Fim da Picada” do Movimento Roessler. FONTE:
<http://www.roessler.org.br/projetos.htm>



“Feiras Ecológicas” de rua da COOLMEIA. FONTE:
<http://www.coolmeia.com.br/675/fceventos/feiras.htm>



“Loja naturista” da COOLMEIA. FONTE:
<http://www.coolmeia.com.br/675/fceventos/feiras.htm>